

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 223

ABRIL - JUNHO

1954

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possin. sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954

[illegible]

Thomas Smith Jackson

2271 p. 1772



Digitized by the Internet Archive
in 2024

TRABALHOS ORIGINAIS

A POPULAÇÃO DE SÃO PAULO, EM 1766 E 1772

JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA

Duarte da Ponte Ribeiro, de sua estada em Buenos Aires, como ministro residente, nos anos de 1842 e 1843, conseguiu trazer interessante documentação, principalmente sôbre as capitanias de São Paulo e Mato Grosso. Estava ali, na capital portenha, como figura principal da imprensa rosista, Pedro de Angelis, já de posse da vastíssima e rara coleção de documentos relativos à história da América Meridional. A parte desta coleção concernente ao Brasil devera ser então de importância, pois, além de mapas das demarcações de limites, de Tabatinga ao Rio Branco, possuía o erudito napolitano papéis e mapas, que haviam figurado no espólio do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria.

Tinha Ponte Ribeiro, como de Angelis, o mesmo amor dos documentos históricos. Por isso se entenderam bem; foram amigos e não teve dúvida o italiano de vender ao diplomata brasileiro parte daquela documentação adquirida por morte de Sá e Faria. O próprio Ponte Ribeiro indicou a maneira por que conseguira obter os documentos sôbre a capitania de São Paulo, numa relação que fez, de seu próprio punho, de 17 documentos. No número 11 desta relação, escreveu: «Plano dos Rios Tietê e Paraná até o Salto Grande das Sete Quedas, em 44 fôlhas. Dois planos do Iguatemi desde a sua foz até o passo do Cavaleiro, em cinco fôlhas. Foram todos levantados em 1774 e 1775 pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, que foi Comissário das Demarcações do sul do Brasil de 1752 a 1759, comprados por mim em Buenos Aires, em 1843, a D. Pedro de Angelis, que os houve do espólio do dito brigadeiro, que foi ali morrer expatriado por incurso na entrega da Ilha de Santa Catarina aos espanhóis. (ass.) D. P. R.».

Desta nota, referente ao nº 11 da relação, concluímos que os outros originais, que se encontram ali arrolados, todos da mesma época, foram também adquiridos a Pedro de Angelis, em 1843, e procedentes do espólio de Sá e Faria.

Além dos documentos comprados, conseguiu também o futuro Barão da Ponte Ribeiro tirar cópia de outros. Êsses documentos copiados já deviam ser cópias dos originais e isso inferimos do fato de ter Duarte adquirido um mapa original, enquanto o documento, que o acompanhava, só o conseguiu em cópia. Isso prova que o possuidor do mapa, que o cedeu a Ponte Ribeiro, já não tinha o documento original, senão cópia, porque, do contrário, vendendo o mapa, teria vendido também o documento.

De volta ao Rio de Janeiro, com os papéis de Sá e Faria, tão inesperadamente adquiridos, tentou Ponte Ribeiro escrever monografia sobre a administração de D. Luís de Sousa, na capitania de São Paulo, mas ou por falta de tempo, ou por se tratar de assunto inteiramente fora da especialidade, a que se dedicara, o certo é que o trabalho sobre o Morgado de Mateus não foi além de algumas páginas de esboço, não concluídas e quase ininteligíveis. Restam-nos, no entanto, a documentação; alguns mapas interessantíssimos e relatórios, comunicações e ofícios, uns em cópias, outros originais, assinados por D. Luís de Sousa e pelo Brigadeiro Sá e Faria. Parece-me que os mapas foram feitos, na maior parte, pelo próprio Sá e Faria. São perfeitos, principalmente, como desenho. Existe um, que serviu para justificar as pretensões do Morgado, no tocante aos limites de São Paulo com Minas Gerais, e que acompanha extenso ofício ao Marquês de Pombal, que se me afigura importante ao estudo da região.

Na impossibilidade de publicar tôda essa documentação, que bem o merecia, limito-me aqui a reproduzir, em fotocópia e microfilme, três documentos referentes aos censos efetuados na capitania de São Paulo, nos anos de 1766 e 1772. Não sei se já foram publicados. Porém, mesmo no caso afirmativo, não será de mais que figurem nesta Revista. A documentação, entre nós, é ainda relegada a plano secundário, até em publicações, especializadas, em que deveria figurar como parte principal. Os documentos, que reproduzo, encontram-se no arquivo particular de Duarte da Ponte Ribeiro, Arquivo Histórico do Itamarati, numa pasta, tôda ela, dedicada a São Paulo. Outros, como os relativos ao Iguatemi e ao forte dos Prazeres, originariamente paulistas, acham-se hoje na pasta referente a Mato Grosso. Todos estão muito bem conservados.

O principal documento, que reproduzo, intitula-se: *Mapa Geral da Capitania de Sam Paulo, de todos os Fogos, Homens, Mulheres, Meninos, Velhos, Escravos, que se acharão nas Villas, e Freguezias, segundo as Listas, que se mandarão tirar neste anno de 1772.*

No reverso dêste mapa consta a certidão passada pelo secretário do governo, autenticando o documento, nos seguintes

Anno de

Lista

1766

dos

Fogos **M**ulheres e **H**omens apfím cruen

cas como indultos de todos os Aldeias de In

dues pertencentes a estatapi^{na} de S. Paulo

Aldeas	Fogos	Mulheres	Homens		
	pre. indultos	pre. indultos	pre. indultos		
De Inharcos	48	133	19	92	37
De Barnery	128	352	17	216	53
De S. Miguel	77	133		91	
De N. Fda Escada	16	65	2	19	7
De S. Loucos Guanytho	51	56		71	
De S. Joze	91	205		159	
De S. J. da Guda	59	95	13	85	32
De Mtoij	71	114	6	98	18
De Carapicahuba	29	71	1	59	1
De Miquirica	93	120		112	
Soma	619	1126		1098	

Está impreso em Paris. Outubro de 1766

têrmos : «Tomas Pinto da Silva Secretario deste Governo : Certifico, e porto por fé, que este Mapa em que se contem o numero de Fogos, Homens, Mulheres, e escravos desta Capitania de Sam Paulo foy tirado na minha prezença das listas, que por ordem de Sua Magestade mandou fazer o Ilustriticimo, e Excelenticimo General desta Capitania Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão neste presente anno de mil, e sete sentos, e setenta, e dois, pellos Capitans Mores dos respetivos destritos, em cujas listas se achou ter esta Capitania catorze mil, e trinta, e tres fogos, trinta, e seis mil seis sentos, e oitenta, e seis homens, trinta, e oito mil oito sentos, e vinte, e nove mulheres, e vinte, e hum mil nove sentos, e noventa, e dois escravos, salvo erro, e as faltas que nas ditas listas ouuer; as quais para mayor clareza se juntão as proprias ao mesmo Mapa: outro sim certifico que pellas listas, que se mandarão tirar por ordem deste Governo no ano de mil, e sete sentos, e sesenta, e seis; e se contarão na minha prezença, se achou ser o numero dos Fogos treze mil trezentos e setenta, e tres naquele tempo, e dos Homens trinta mil seis sentos, e vinte, e dois, como consta da Copia do Mapa asinado por mim, com que se deu conta para a Secretaria de Estado em carta de des de Dezembro do dito anno de mil e sete sentos, e sesenta, e seis, e a vista de hum, e de outro se achou a deferença de seis sentos, e sesenta fogos, e seis mil, e sesenta, e quatro Homens, que hoje se achão acrecidos nesta predita Capitania, não comprehendendo o numero de muitas povoações novas que por não terem ainda Capitans Mores não vierão as listas, nem tambem se compriendem os moradores das Aldeyas dos Indios, nem tambem o numero dos Homens que se achão empregados nas Bandeiras, que actualmente estão no certão. São Paulo a 9 de Dezembro de 1772 — (ass.) Tomas Pinto da Silva».

Com êste documento encontram-se mais dois, com os resultados do censo de 1766; um se intitula : *Lista dos Fogos, Mulheres, e Homens, assim crianças como adultos de todas as Freguezias desta Cidade de S. Paulo e Villas de sua Capitania*, e o outro : *Lista dos Fogos, Mulheres, e Homens assim crianças como adultos de todas as Aldeyas de Indios pertencentes a esta Capitania de S. Paulo*.

Legou-nos com êstes documentos o secretário do govêrno, Tomaz Pinto da Silva, interessante visão da Capitania de São Paulo, durante seis anos da proficua administração do Morgado de Mateus. Na comparação que fêz dos resultados de 66 e 72, limitou-se êle aos fogos e aos homens, uma vez que não conseguira obter o total de mulheres, em 1766, de várias localidades. Porém isso não diminui, em absoluto, o valor dos trabalhos. Principalmente o de 1772 é mais completo e interessante. Acredito mesmo

que tenha havido certa evolução na maneira de proceder à investigação censitária. Em 1766 se indagara apenas do número de fogos, de homens, e de mulheres. Em lista à parte se fixaram os mesmos resultados, no tocante aos índios. As investigações de 1772 foram um pouco mais adiante. Embora se deixasse de lado a questão dos índios, os quesitos sobre a população da Capitania foram formulados em maior número. De artigo, que publicou Mestre Afonso de E. Taunay no *Jornal do Comércio*, de 30 de novembro de 1953, vê-se que a técnica no levantamento da população continuou a evoluir na Capitania de São Paulo. Em 1803 fêz-se novo recenseamento, com novas averiguações, como a cor da pele, se brancos, pardos ou pretos os habitantes.

Mas, ainda que se limitasse a lista de 66 à divisão natural, em homens e mulheres, sem cogitar das subdivisões, em crianças, adultos e velhos, como se fêz em 72, foi mais minudente no que dizia respeito à cidade de São Paulo. Deu o total da população no seu núcleo principal ou, como se especificou, «dentro do circuito de sua povoação», que vinha ser 1.516 habitantes, sendo 867 mulheres e 649 homens, com 392 fogos. Além disso determinou a população da cidade e «de sua freguezia, que se estende a 12 léguas», que era de 2.090 mulheres, 1.748 homens, no total de 3.838 habitantes, com 899 fogos. Consta ainda da lista, em separado, as freguesias que, juntas à de São Paulo, formavam o termo da cidade. Estas freguesias eram as seguintes :

FREGUESIAS	FOGOS	MULHERES	HOMENS
De Santo Amaro	377	880	890
Da Cotia	349	860	875
Da Conceição dos Guarulhos	349	675	699
De Nazareth	303	687	706
De S. João de Atiboia	439	1.239	1.186
De Jaguari	280	614	652
De Juqueri	281	503	456
	2.378	5.458	5.464
Cidade de S. Paulo e sua freguesia ...	899	2.090	1.748
Térmo da Cidade de São Paulo	3.277	7.548	7.212

Copia Anno de

Lista

1766

Fogos, Muthens e Homens, apertim examinados no indulto de tr
 e de fogos e de homens, feito de 16 de Setembro de 1766.

Velhos	Fogos	Muthens	Homens
De São Paulo	899	2090	1748
De São Paulo	311	881	890
De São Paulo	349	860	815
De São Paulo	349	675	699
De São Paulo	308	687	706
De São Paulo	439	1239	1186
De São Paulo	280	614	652
De São Paulo	281	503	456
De São Paulo	323	881	1733
De São Paulo	398	234	819
De São Paulo	249	609	582
De São Paulo	120	321	256
De São Paulo	163		362
De São Paulo	323		915
De São Paulo	170		456
De São Paulo	820		1719
De São Paulo	289		653
De São Paulo	743		2196
De São Paulo	599	1286	1258
De São Paulo	658	1347	1361
De São Paulo	1191	2470	2688
De São Paulo	354	614	658
De São Paulo	223	645	658
De São Paulo	160	356	361
De São Paulo	483	1095	1043
De São Paulo	674	1502	1360
De São Paulo	780	1798	1729
De São Paulo	538	720	737
De São Paulo	196	1613	1776
De São Paulo	15513		30622

Troço de fogos e de homens, apertim examinados no indulto de tr
 e de fogos e de homens, feito de 16 de Setembro de 1766.

Esta cópia foi feita e assinada por
 João de Deus

O número de mulheres excedia sensivelmente ao de homens. Eram responsáveis por este excesso São João de Atibóia, Juqueri e, principalmente, a cidade de São Paulo e a sua freguesia, que então se estendia por 12 léguas.

Deixando, porém, a capital e seu termo e fixando-nos na orla marítima, vamos encontrar falhas na lista de 1766, que impossibilitam, em parte, uma conclusão, uma vez que não só faltam os resultados da população feminina de quatro vilas, mas ainda os de Santos não devem estar certos, à vista dos totais de 1772. O resultado, que se obteve na vila de Paranaguá, então Parnaguá, também está errado. Consignou-se, somente, para o total de homens : 1.779. Ora este mesmo resultado vamos encontrar em 1772, não apenas para os homens, mas para soma de homens (859) e de mulheres (920) : 859 mais 920 igual a 1.779. Damos, contudo, os resultados de 1766 para as vilas marítimas da Capitania :

VILAS	FOGOS	MULHERES	HOMENS
De Santos	523	881	1 733
De São Sebastião	398	934	849
De Ubatuba	249	609	582
De S. Vicente	120	321	256
	1.290	2.745	3.420
Da Conceição de Itanhaem	165	—	362
De Iguape e Freguesia de Xiririca de seu termo	393	—	915
De Cananéia	170	—	456
Parnaguá (Paranaguá)	820	—	1.779
	2.838	2.745	6.932

Com este resultado não se pode concluir que o número de homens fôsse superior ao de mulheres, pois estão em desacordo

os totais de homens de Santos e de Paranaguá com os obtidos em 1772.

Era Sorocaba o lugar mais povoado da Capitania, com 1.191 fogos, 2.470 mulheres e 2.688 homens. Aí o *deficit* se verificava na população feminina. Parece-me, porém, que a região de população mais densa era a do vale do Paraíba, representada pelas quatro vilas : Jacarei (Jacarahy), Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, que, juntas, somavam 2.578 fogos, 5.633 mulheres e 5.602 homens.

A vilas de Itu, Paranaíba (Parnahyba) e Mogi das Cruzes figuram, na lista de 66, respectivamente, com 2.708, 2.541 e 2.138 habitantes. Faltam os resultados da população feminina das duas vilas, que hoje se acham em território do Paraná, Curitiba e Paranaguá (Parnaguá). Apenas sabemos que Curitiba tinha 741 fogos e 2.196 homens, e Paranaguá 820 fogos e 1.779 homens. As freguesias de Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu e Pilar não iam além de 300 fogos, cada uma. Em Jundiá contavam-se 334 fogos, 614 mulheres e 658 homens.

Para finalizar, damos os seguintes resultados do censo de 1766 : fogos, 13.373 e homens, 30.622. Ficou prejudicado o total das mulheres, em consequência de seis localidades não terem remetido as suas listas completas. Contam-se apenas 23.736 mulheres, quando, na realidade, o total deveria ir além de 30.000. Os índios, que figuram em lista à parte, localizados em dez aldeias, constavam de 1.426 mulheres e 1.098 homens, com 679 fogos.

São mais completos os dados de 1772. A diferença entre os dois trabalhos verifica-se do próprio rótulo. O de 66 intitula-se modestamente : «Lista», enquanto que o de 72 já é um «Mapa». O desenho é complicado neste último, porém interessantíssimo, pois não se apresentam apenas os resultados, referentes a fogos, homens e mulheres, como no anterior, senão também aos escravos e às subdivisões dos dois grupos, em que se dividiu a população : Sexo masculino e sexo feminino. O primeiro foi subdividido : 1) homens de 15 até 60 anos; 2) velhos de 60 até 90 anos; 3) meninos de 7 até 15 anos; 4) meninos até 7 anos. Estes mesmos grupos, com pequena diferença quanto à idade, miudeiam também a população feminina : 1) mulheres de 14 até 50 anos; 2) velhas de 50 até 90 anos; 3) meninas de 7 até 14 anos; 4) meninas até 7 anos. Há um pequeno erro, talvez do desenhista, no especificar o nº 3 da primeira coluna; meninas de 7 até 15 anos. Devia ser até 14 anos, para estar de acôrdo com o nº 1.

Envelheciam os homens aos sessenta anos, enquanto as mulheres já aos cinqüenta eram velhas. Com isso se aumentou o nº 1 do sexo masculino em relação ao mesmo número do sexo

Amey, Amey, Amey, Amey, que se achava no Villare, seg^a as folhas, e mandava-lhe dar note anno de 1792.

[illegible]

feminino, enquanto que com o nº 2 ocorria o contrário. Mas vamos aos resultados do censo de 1772.

Na cidade de São Paulo já encontramos modificações. Não se nos apresentam os resultados, como o foram em 1766, discriminadamente, «do circuito de sua povoação» e «de sua freguesia». Temos a *cidade de São Paulo, freguesias e bairros*, e isso bem diferente, pois não figuram mais entre as localidades pertencentes ao termo da capital, a vila de São João de Atibóia e as freguesias de Jaguari e de Nazareth. Em compensação, além de Cotia, Santo Amaro, Juqueri, Conceição dos Guarulhos, também se incluem no termo de São Paulo, tanto que no *Mapa* se tiram os subtotais, São Bernardo e Caguaçu, Sorocá Mirim, São Miguel e Penha, Nossa Senhora do O e Santa Ana. Esta modificação, no entanto, importou em diminuição da população do termo e não em acréscimo, como se verifica do seguinte quadro :

LOCALIDADES	FOGOS	HOMENS	MULHERES
Cidade de São Paulo	420	727	997
São Bernardo e Caguaçu	63	466	421
Sorocá Mirim	93	290	313
São Miguel e Penha	147	398	424
Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos	361	888	919
Nossa Senhora de O e Santa Ana ...	221	522	684
Freguesia de Juqueri	220	507	588
Freguesia da Cotia	239	704	728
Freguesia de Santo Amaro	341	1.067	1.026
	2.105	5.569	6.100

Foi considerável, assim, o decréscimo verificado com a modificação, que se encontra no *Mapa* de 1772, pois as três localidades retiradas progrediram consideravelmente nos seis anos decorridos. Atibóia figura com 524 fogos, 1.478 homens, 1.594 mulheres;

Jaguari, com 431 fogos, 1.224 homens, 1.169 mulheres, e Nazareth, com 337 fogos, 908 homens e 929 mulheres. O número de escravos existentes na cidade de São Paulo, nas freguesias e bairros, que constituíam o seu têrmo, era de 4.793, ou seja, 29% do total da população. Esta percentagem não chegava a 11% para Jaguari, Atibóia e Nazareth, com 874 escravos.

Outros comentários interessantes poderiam ser feitos do confronto entre os resultados de 66 e 72, como, por exemplo, o aumento da população de Santo Amaro. Infelizmente não tenho tempo nem paciência para esmiudar aquêles resultados em trabalhos, que bem mereciam. Apenas apontarei o seguinte, no tocante à cidade de São Paulo, no que diz respeito ao número das mulheres em relação ao dos homens. O excesso de 260 indivíduos a favor das mulheres verificava-se, somente, nos primeiro e segundo grupos, em que se subdividiram os dois grupos principais. Assim temos :

Mulheres de 14 a 50 anos	616	
Homens de 15 a 60 anos	382	234
<hr/>		
Mulheres de 50 a 90 anos	84	
Homens de 60 a 90 anos	48	36
<hr/>		
Diferença a favor das mulheres	270	
Meninos de 7 a 15 anos	132	
Meninas de 7 a 14 anos	128	4
<hr/>		
Meninos até 7 anos	175	
Meninas até 7 anos	169	6
<hr/>		
Diferença a favor dos meninos	10	

A diferença, portanto, existia apenas entre os indivíduos de 15 a 90 anos. Nas crianças contrabalaçavam-se os dois sexos, com uma diferença a mais, ainda que diminuta, para o sexo masculino. Isso, possivelmente, corria por conta das bandeiras, como, no final da certidão, explicava o secretário Tomaz Pinto da Silva, que se não incluíram no *Mapa* os homens «que se achão empregados nas Bandeiras, que actualmente estão no certão». A população escrava da cidade de São Paulo totalizava 1.464 indivíduos, ou seja, 45 % dos habitantes.

Nas vilas marítimas temos, em 1772, resultados mais positivos, pois não se esqueceram dos dados referentes à população feminina. A freguesia de Xiririca acha-se separada da vila de Iguape. E,

desta vez, aparece a vila de Guaratuba. Foram os seguintes os resultados obtidos :

VILAS	FOGOS	HOMENS	MULHERES	ESCRAVOS
Santos	479	942	1.139	1.707
São Sebastião	371	896	932	457
Ubatuba	290	1.152	737	255
São Vicente	88	211	261	273
Conceição de Itanhaem ...	188	394	421	196
Iguape	232	555	613	229
Cananéia	130	311	353	453
Paranaguá (Parnaguá) ...	—	859	920	1.414
Guaratuba	50	105	75	9
	1.828	5.425	5.451	4.993

Há uma falha no total dos fogos, pois não se determinou o de Paranaguá. Porém não podia, com a população declarada, ser maior do que o de Santos. Assim, podemos afirmar que o total de fogos das vilas marítimas não ia além de 2.300. É de se notar que êstes dados não combinam com os de 1766, principalmente nas duas vilas mais importantes : Santos e Paranaguá. A percentagem da população escrava é de 31 %, percentagem maior do que a encontrada para São Paulo, suas freguesias e bairros. Santos e Paranaguá eram responsáveis por êste acréscimo. Santos com percentagem igual à da cidade de São Paulo, 45 %, e Paranaguá, com 44%. Entre as vilas marítimas incluíram-se as freguesias de Xiririca, que pertencia em 66 à vila de Iguape, e Ararapira e a vila de Sabauna que não figuraram na lista anterior. Em 1772 aparecem, porém, com população relativamente pequena: Sabauna com 490 habitantes livres e 116 escravos; Xiririca, com 313 livres e 255 escravos, e Ararapira, com 159 livres e 22 escravos.

Outras vilas e freguesias, que não constavam da lista de 1766, alinham-se no Mapa, como as vilas de Apiaí, Paranapanema, Itapetininga e Fachina e freguesias de Iporanga (Ypuranga) e

Araraitaguaba. Esta última havia figurado como parte integrante de Paranaíba, e a única que tem mais de mil habitantes : 677 homens, 868 mulheres e 786 escravos.

Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá continuam formando um conjunto de população densa, sendo que Guaratinguetá aparece agora como a vila mais populosa da Capitania. No seguinte quadro damos os resultados destas quatro vilas :

VILAS	FOGOS	HOMENS	MULHERES	ESCRAVOS
Jacareí	593	951	1.088	224
Taubaté	731	1.984	2.115	835
Pindamonhangaba	479	1.039	1.088	598
Guaratinguetá	1.281	3.070	3.329	2.241
	3.084	7.044	7.620	3.898

Como na cidade de São Paulo, existia nestas quatro vilas o mesmo excesso de população feminina sobre a masculina. E o que ocorria na capital também se verificava no vale do Paraíba. Apenas, na população considerada adulta, vamos achar a diferença a mais a favor das mulheres. Nas crianças o número de meninos era superior ao de meninas. Temos assim :

População feminina, de 14 a 90 anos :

Jacareí	753	
Taubaté	1.233	
Pindamonhangaba	694	
Guaratinguetá	1.960	4.640

População masculina, de 15 a 90 anos :

Jacareí	612	
Taubaté	998	
Pindamonhangaba	620	
Guaratinguetá	1.626	3.856

Diferença a mais a favor das mulheres 784

População masculina até 15 anos :

Jacareí	339	
Taubaté	986	
Pindamonhangaba	419	
Guaratinguetá	1.444	3.188

População feminina até 14 anos :

Jacareí	335	
Taubaté	882	
Pindamonhangaba	394	
Guaratinguetá	1.369	2.980

Diferença a mais a favor dos meninos 208

Diferença a mais a favor da população feminina .. 576

Fazem ainda parte do Mapa nada menos de sete vilas, que alinhamos no quadro abaixo, com mais de mil habitantes, e a freguesia de Mogi-Guaçu com 979 habitantes livres e 226 escravos:

VILAS	FOGOS	HOMENS	MULHERES	ESCRAVOS
Itu e Piracicaba	637	2.596	2.835	1.470
Sorocaba	848	2.455	2.602	855
Curitiba	770	1.972	1.984	289
Mogi das Cruzes	669	1.777	1.935	640
Paranaíba	626	1.674	1.882	1.377
Mogi-Mirim	288	772	854	128
Jundiá	386	907	1.063	483
	4.224	12.153	13.155	5.242

Continuava predominante o sexo feminino. A percentagem da população escrava era de 17%, sendo que a máxima, em Paranaíba, de 27,9 %, e a mínima, em Curitiba, de 6,8 %.

Das localidades, que hoje pertencem ao Estado do Paraná, podemos ter conhecimento mais perfeito do que nos forneceu a

lista de 1766. Constan as vilas de Curitiba, Paranaguá e Guaratuba, as freguesias de São José e de Santo Antônio de Curitiba, e a povoação de Iapó. Os resultados destas três últimas foram incluídos nos de Curitiba. Porém, em separado, consignaram-se as parcelas de cada uma delas, o que nos permitirá, em parte, separar daqueles resultados o que pertence a Curitiba, às duas freguesias e à povoação. Digo, em parte, porque houve um erro na confecção do Mapa, na povoação de Iapó, na parcela referente aos «velhos de 60 até 90 anos». Aí se inscreveu o total de 86, visivelmente errado. E este erro se verifica da maneira seguinte. Esta mesma parcela, em Curitiba, que representa o total, não só de Curitiba, mas ainda de São José, de Santo Antônio e de Iapó, é de 93 «velhos de 60 até 90 anos». A mesma parcela em São José é de 15, de Santo Antônio, de 9, e em Iapó de 86. A soma das três parcelas dá 110, isto é, total muito maior do que o consignado para Curitiba. O erro está em Iapó, onde se repetiu o número 86. Nesta povoação o total de velhos não devera ir além de 27, que é o de velhas. Tomemos, pois, este total como se fôra também o de velhos, a fim de podermos determinar a população de Curitiba, sem as três localidades. E feitas as deduções, podemos dar o seguinte quadro da população das vilas, freguesias e povoações da antiga Capitania de São Paulo, que hoje, fazem parte do Estado do Paraná :

LOCALIDADES	HOMENS	MULHERES	ESCRAVOS	TOTAIS
Freguesias de S. José ...	348	340	145	833
Idem de Santo Antônio ...	230	230	40	500
Povoação de Iapó	487	486	—	973
Vila de Curitiba	907	928	104	1.939
	1.972	1.984	289	4.245
Vila de Paranaguá	859	920	1.414	3.193
Vila de Guaratuba	105	75	9	189
	2.936	2.979	1.712	7.627

Consta do Mapa de 1772 os seguintes totais, para a Capitania de São Paulo : Homens, 36.686; Mulheres, 38.829, e Escravos, 21.992. A população livre, pois, era de 75.515 habitantes, e o total geral de 97.507. As localidades, acima discriminadas, pertencentes hoje ao Estado do Paraná, figuram nestes resultados com as seguintes percentagens: 7,8 % da população total; 7,8 % da população livre, e 7,7 % da população escrava.

CARTOGRAFIA ACREANA

JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELLO BRANCO

I

(PRE-ACREANA — PERU, BOLÍVIA, AMAZONAS)

Os primeiros mapas do século XVI fazem ligeira referência ao Peru, vendo-se alguns nomes na costa do Oceano Pacífico. Sebastião Cabotto (1544) e Diogo Gutierrez (1562) riscavam o rio Amazonas, correndo entre os paralelos do Equador e 5º ao Sul, sendo que uma «Carte Espagnole», anônima, «vers 1560», escreve pela primeira vez «Rio de las Amazonas»; Diogo Homem (1558) e Joan Martinez (1582) fixavam Cuzco, a Capital do Império incaico que Pizarro conquistou para a Espanha (1). O flamengo Abraham Ortelz (1570-84) desenhava o rio «Maragnon» até 10º de latitude sul, penetrando a cordilheira andina, colocando vários povoados ao sul do paralelo referido.

Giovani Mazza (1584) já assinalava Carabaia cêrca de 20º austrais, fazendo na região correspondente a atual acreânia, vários riscos que vão ter ao rio Maragnon. Jan van Doet (1585) consignava os mesmos traços, intitulado a um dêles de «Rio de los Moxos», entre 9º e 16º de latitude sul, desaguando num contribuinte do Amazonas.

Mazza, Doet e Matias Quadem (1598 e 1600) assinalavam o «rio Xauxa», cuja nascente se aproximava do Pacífico aos 15º e desembocavam no «Maragnon» aos 10º, rio êste que B. Lan-

(1) Êste império, segundo o mapa «del Tahauantinsuyo» debuxado pelo cartógrafo peruano Camilo Vallejos, em 1926, baseado nos assertos dos arqueólogos, relato dos cronistas e cartas dos historiadores e geógrafos, estendia-se das proximidades do paralelo de 12º30' austrais, a 37º, e no sentido de O para E, alargava-se, apenas, da costa, no Pacífico até cêrca de 69º de long. O. Gr., no Amarumayo (alto Madre de Dios), 67º no Beni e 64º no Mamoré, não atingindo de forma alguma o atual território acreano; e o «Chinchasuyo», reino que ficava ao norte do referido império, correspondendo a grande parte das repúblicas do Peru e Equador, tampouco o alcançava.

genes (1598) coloca no lugar do «Xauxa». Doet faz o Xauxa atravessar a região meridional do atual território acreano, acontecendo o mesmo com o «Maragnon FL», de Ortels (1587).

Não se pode reconhecer êsse rio Xauxa cortando o sul da acreânia, principalmente, tratando-se do século XVI, época em que os invasores castelhanos ainda pairavam pela cordilheira andina, mal conhecendo as províncias de «Mochos» e de «Charcas», bem ao sul da terra acreana, e os exploradores lusos não alcançavam sequer a foz do Amazonas. Como alguns dos cartógrafos riscam o rio ligando o da Madeira ao Maragnon, hoje Ucaiali e outros o põem no lugar dêste, é possível que se tratasse de um dos formadores dêste (Urubamba-Vilcanota) ou do Madeira (Madre de Dios) que cortam a zona ao sul da acreânia e ligaram-no um ao outro porque os índios sempre informavam que os rios vizinhos se uniam e os europeus não entendendo que êste vínculo provinha de um «trilho» por onde êles se comunicavam, riscavam-no como se fôra um canal.

Êste rio Xauxa ainda se vê em algumas cartas na centúria seguinte, como na de Nicolas Sanson (1650), em que êle, ligado à bacia amazônica, passa pelo paralelo de 11º austrais, de E. para O., incidindo na sua margem direita o rio «Optari», vindo de oeste; mas, nas edições de 1664 e 1665, já o entronca no rio Paraguai, nascendo ao ocidente, cortando a futura acreânia, acima do paralelo de 10º de latitude sul.

Esta ligação com o rio «Optari» esclarece a situação mostrando que se tratava do rio Tono contribuinte do Manu, o atual Madre de Dios, a mais ampla e importante corrente fluvial da região e que, de um modo geral, corre na direção de este para oeste.

No seu mapa de 1679, Guilherme Sanson já risca os rios «Yetau» até quase 10º, «Amarumaye» (Juruá), «Papy» (Tefé), «Catua» (Coary), «Cusinares» (Purus) e «Cayane» (Madeira) até cerca de 15º de latitude sul, ao passo que o Padre Samuel Fritz (1691) leva o Ucaiali até cerca de 12º, conservando limpo o trecho a E., deixando os Yauri e Juruá aos 6º austrais, findando o século com a carta geográfica de Guilherme de L'Isle (1700), espichando o Amarumaye e o Cusiguare até 15º.

E assim penetramos no século XVIII, uns cartógrafos estirando os rios Amarumayo ou Yurva (Juruá) e Cuchivara ou Araza (Purus) até 10º e mesmo 15º, ou mais de latitude sul e outros reduzindo-os às imediações do paralelo de 6º, deixando um vazio na região acreana.

Fritz, La Condamine e D'Anville estão incluídos entre os últimos, sendo que Olmedilla no seu «Mapa da América Meri-

dional» (1775), condensando «los conocimientos del tiempo, año de 1768», escreveu no curso do rio Araza: «El caudaloso Araza, cuyo origen comparado con el que corresponde al famoso Cuchivara ó Purus, descripcion del obispado del Cuzco».

A «Planta da Comarca do Alto Amazonas levantada de 1780 e 1789, para servir às reais demarcações» oferecida ao secretário de Estado da Marinha e Guerra Holanda Cavalcanti por Rafael Lopes Anjo, em 1845, assinala o Javari até o paralelo de 5º, o Juruá até 6º e o Purus até 7º30, sem nenhum sítio, bifurcando este último aos 6º50, sem riscar o Abunã; e a «Carta geográfica» dos capitães Pedro Alexandrino Pinto de Sousa e José Joaquim Vitorio da Costa (MDCCCLXXXVII), desenha o Javari até a estação B (5º 17'20"), assinalando a bôca do Tecuai (onde estavam os espanhóis), a barra do «Curussatua», e mais dois para o alto, sem denominação.

Dessa época, ainda vimos o «Plano Geográfico da Capitania de S. José do Rio Negro no Estado do Gram Pará», segundo as diligências e exames feitos pelos reais demarcadores na fronteira da mesma capitania, por ordem do Capitão General João Pereira Caldas (1780-1789), e traçada pelo Engenheiro João Simoins de Carvalho, não fixava o Javari, indo os Jutai, Juruá e Cuari até cerca de 15º austrais, como no de Arrow Smith (1806-1810); o Tefé e o Purus, não passavam, porém, de 10º50' e 10º30', respectivamente, ignorados o Abunã e o Ferreiros, sem o menor sinal de habitações nos rios traçados.

Numa cópia da carta do Tenente General Francisco Requena, comissário espanhol (1796), feita em 1842, por Juan Batista Garza, o Yavari nascia ao sul de 8º30', os Yutay, Yuruá e Purus ao sul de 10º15', vendo-se assinalada a navegação nos cursos de Juruá e Purus até as proximidades de 6º no primeiro, e 7º30' no segundo; e lendo-se ao sul desta região, entre as águas do Jutai e Purus — «Paizes desconocidos».

A. S. da Silva Pontes, na «Carta Geográfica da Nova Lusitânia» (1798), nada pôs na atual zona acreana, riscando ao norte da mesma os rios Javari, Jutai, Juruá, Tefé, Cuari até cerca de 5º e o Purus até 6º e ao sul o Optari (afl. do Beni), e Abunã, de 12º a 13º austrais, ficando a oeste o Ucaiali e a leste o Madeira.

Com esses trabalhos dos demarcadores das duas nações já se ia desanuviando um pouco a geografia amazonense, mas somente nas margens do rio Amazonas e parte inferior do Juruá e Purus além de grandes trechos dos rios Javari e Madeira, estando, porém o futuro território acreano ainda envolvido nas dobras do mistério.

Para diversos, os Jutai, Juruá e Purus, originavam-se do lago Roguagalo (Bolívia) e para outros os seus manadeiros, embora com rumos diferentes, provinham de aquém ou além de 15º.

Bonne, em 1771, fazia o Javari nascer a 10º, e um decênio após, guiado por informações inseguras ou pela imaginação de outros cartógrafos, desdobrou-o até 12º.

E nesse tumultuar de riscos, o curso dos rios que banham a região permaneceu no domínio da fantasia até além do meado do século XIX; o Beni, ora se liga ao Purus, ora ao Juruá, ao Javari e mesmo ao Ucaiali. O título — rio de Cuzco, é aplicado não só ao Juruá, como a outros galhos da margem direita do Solimões.

Verificava-se uma espécie de contradança de rios, desviando-se o rumo de afluentes do Madeira, para as bacias do Purus, Juruá e Ucaiali e vice-versa.

O Javari estirava-se, às vezes, de 7º a 10º, 12º e mais graus, cortando toda a acreânia atual, até alcançar os manadeiros do Mamoré ou do Guaporé. Alguns autores estendiam o Javari, Jutai, Juruá, Tefé, Coari e Purus até além de 15º de latitude sul. Imagine-se todos esses cursos d'água atravessando a região em que se instalou mais tarde o território do Acre, com seus inúmeros contribuintes, que emaranhado formaria, quando, na verdade, somente duas dessas ribeiras o banham, constituindo notável rede potâmica, que o enche de rios e igarapés navegáveis, afora o número incontável de formadores torrentosos e inavegáveis, a não ser por canoas.

Em 1833, o Padre Plaza ou D. Manuel Amez, seu companheiro de exploração e em poder de quem foi encontrado o «Mapa das Missões do Ucayali», riscava um rio apelidado *Cuja* que, pela posição, podia considerar-se como sendo o Purus, na parte superior e o Juruá na parte média, uma vez que ali o Ucaiali era ligado ao *Cuja* pelo rio *Sipahua*, cerca da latitude sul de 11º ao passo que, mais abaixo, ligava o Ucaiali, pelo *Tamaya*, ao *Cuja*, nas proximidades do paralelo de 8º30'. Esses rios *Sipahua* e *Tamaia* ainda conservam as mesmas denominações, mas, com o decorrer dos tempos e reconhecimento da região por civilizados, verificou-se que o *Cuja* não era um caudal só, representando o seu nome apenas o curso d'água que corria a leste, conforme indicavam os índios que andavam pela região, correspondendo na verdade aos dois grandes tributários do Solimões, cujas águas banham todo o território do Acre, conservando ainda hoje o Purus o nome *Cujar* num de seus formadores.

Francis de Castelnau, na planta 27 do seu Atlas Geográfico (1855), faz o Juruá nascer além de 12º austrais colocando aí índios Tuchinauas e Canamaris, e entre 10º e 11º os Culinos e Arawas. Nos manadeiros do Tarauacá, os Sevacus e mais abaixo os Catuquinas. No Purus, que se iniciava cerca de 13º, viam-se

entre 12º e 11º os Cataochis e Purus-Purus. Mas para ressaltar o desconhecimento da região, na planta 28, êstes indígenas ficavam perto de 8º austrais; e no Juruá havia um «canal» ligando o Tarauacá ao Embira e outro na planta 26, ligando a bôca do Chiruan ao rio Tarauacá.

Entre as nascentes prováveis do Juruá e Purus, a este do Urubamba e alto «Inambari ô rio Mano», anotou «Partie entièrément inconnue» (pls. 27 e 28), «B. Bertrand, Editeur».

Laudner Gibbon, ainda em 1854, riscando o Madre de Dios, a partir de 10º austrais, escreveu ao lado: «Supposed to be the Purus».

O maior conhecedor de nossas fronteiras, por essa época, Duarte Ponte Ribeiro e o Major Isaltino J. de Mendonça Carvalho, organizavam, em janeiro de 1860, um «Mapa de uma parte da fronteira do Brasil com a república da Bolívia», mais tarde chamado da «Linha Verde» e que, segundo dizem, serviu de base para a discussão do tratado de 1867, entre os dois países, no qual várias retas de côres diferentes partiam da confluência do Mamoré-Beni (10º 20') em busca da nascente do Javari, na latitude de 5º30', 7º05', 8º40' e 10º20', pelo que se vê, ser inteiramente desconhecida a região. O Purus era riscado até incidir no paralelo de 10º20', porém, os Jutai, Juruá, Tefé e Coari, pouco excediam do de 7º, sendo, contudo, levados até o paralelo de 10º20', em que se lia: «Linha da Fronteira», por meio de pontos; demonstrando, dest'arte, o desconhecimento da região e a confusão reinante no ano em que Faustino Maldonado descia o Madre de Dios saindo no Madeira e as vésperas do em que Manuel Urbano da Encarnação subia o Purus até próximo as suas nascentes. E antes disso, em 1842, o «Desenho do Mapa que acompanha a Memória de Duarte Ponte Ribeiro sôbre os limites do Brasil com as Repúblicas de Bolívia; e o de Paraguay», assinala o «rio Abuna» a 9º40' de lat. sul, e 312º2' de long. w. da ilha do Ferro.

Oito ou dez anos mais tarde, Pontes Ribeiro preparava um esbôço «Fronteira entre os rios Madeira e Javary», a que anexou umas «Hypothesis», nas quais se referia aos tratados de 27 de março de 1867 com a Bolívia, e ao de 23 de outubro de 1851 com o Peru.

Quanto à Bolívia, esclarece que a fronteira deve ser a indicada no «Esbôço Geográfico», junto, segundo a «linha paralela A.A. se o rio Javary chegar a latitude de 10º20' sul, ou pela obliqua B.B. dirigida à sua nascente principal, que se crê estar a 8 graus»; acrescentando que já se reconhecera recentemente ser o Madre de Dios afluente do Beni e não cabeceira do Purus como se supunha.

No «Esbôço», o Javari está traçado até 8º e o Galvez até 7º de latitude sul, não alcançando o Juruá a obliqua «Galvez-Beni», nem a «Javari-Beni», mas, o Purus transpõe ambas e tinha seus manadeiros ao sul do paralelo A.A. (foz do Beni — 10º25') em direção ao Urubamba.

O rio Aquiri nascia a 11º, entre os paralelos 70º e 71º, desembocando no Purus, a 8º20'.

Assim continuaria, se, em 1864-5, o geógrafo inglês W. Chandless não explorasse o rio Purus até seus últimos formadores (2) e fizesse um relato a respeito, acompanhado de um mapa do famoso rio, mostrando que êle não se comunicava com o antigo Manu, ou com o Beni, nem era a continuação de qualquer dêles, informação que poderia ter chegado ao conhecimento dos geógrafos ou cartógrafos, cinco anos antes, quando Faustin Maldonado desceu o Madre de Dios e saiu no Madeira. Mas, como êste fato não tivesse repercussão no momento, o referido Pontes Ribeiro, em 1874, e A. Raimondi, em 1877, aproveitaram os trabalhos de Chandless, publicando aquêles um outro «Esbôço Geográfico» da mesma fronteira e impresso na Lith. do Arch. Militar, como o primeiro croquis; e o segundo o «Mapa del Peru».

Chandless, em 1867, explorou também o Juruá além de 7º austrais, alongando-o por meio de pontos até nove graus.

No segundo esbôço Pontes Ribeiro fazia o Javari nascer a 7º, de onde partia uma linha reta em direção à foz do Beni e uma outra em procura da bôca do Aquiri, tomando aí novo rumo para o Beni.

O Juruá provinha da primeira linha cortando a segunda e o rio «Traguaca» (Tarauacá) transpunha ambas, iniciando-se a 8º5'. Mais ao sul havia um outro inominado, provavelmente o Embira, nascendo a 8º20'.

Na bacia do Purus, via-se um dos seus formadores tendo origem a 9º20', o Curinahá a 8º40' e o Tarauacá, todos à margem esquerda; e Araca e Hyuaca, à direita.

O Aquiri que nascia a 11º15' de latitude sul por 71º45' W Gr. recebia os Eclipse, Pontes, Irariape, Endemary e Inauynim, à

(2) Chandless explorou o Purus de junho de 1864 a fevereiro de 1865. (Notas sobre o rio Purus lidas perante a Sociedade Geográfica de Londres, a 26 de fevereiro de 1868, pág. 1); tendo viajado no rio Aquiri de 5 a 30 de setembro de 1864, chegando até 11º2' S. e 24º47' O do Rio de Janeiro. (Apontamentos sobre o rio Aquiri, afluente do Purus pelo Engenheiro W. Chandless, in Relatório do Ministro da Agricultura de 1866, Anexos N, 2 e 5).

esquerda, e o Pragas, único da zona acreana, à direita; sendo que o Ituxi não alcançava a oblíqua referida.

O «Abuna» principiava a 9°25' X 66°38'.

Raimondi, na carta aludida, colocava os manadeiros do Purus e Aquiri nas vizinhanças do paralelo de 11°, mas, num outro mapa, certamente, organizado depois de 1888, uma vez que regista informações fornecidas pelo sertanista amazonense A. R. Pereira Labre, publicadas nesse ano, dá a origem do Javari como sendo a 6°59'45'', incluindo o território a E. do Ucaiali, nas províncias «del Bajo Amazonas» e de la Convencion, na república do Peru. Neste segundo trabalho, o geógrafo peruano, aproveitando as informações do explorador inglês Chandless, do norte americano A. Piper e do brasileiro Labre, apresenta o mapa mais completo sobre essa região, em várias plantas, nas quais se encontra o ponto do Juruá a que chegou Chandless (cêrca de 7°16' de lat. sul por 74°25' de long. W. Gr.), registando «Quebrada Grande» no lugar do atual Igarapé Campinas, os rios Mu e Gregório, todos êles desaguando em território amazonense, mas originando-se da acreânia atual, e descobertos pelo explorador inglês. Noutra planta prolonga o Juruá, num ponteadado até perto de 9°22' austrais e 73°39'30'' Long. W. Gr., dizendo ser o seu provável curso. Não era ainda a nascente real, mas, se achava dentro da estimativa do geógrafo inglês e ficava na vizinhança da fronteira atual das duas repúblicas, no rio Breu.

Mais a leste, via-se o rio Tarauacá chegar a 8°22' de Lat., por 70°09', próximo à divisa do Estado do Amazonas com a zona federal, vendo-se o Purus desenvolvido até 10°37' de Lat. por 73°04' Long. W., tendo à margem esquerda os rios Pauynim, Seuynim, Unauynim, Tarauacá (3), Curinahá (Santa-Rosa) e outros mais acima; e na direita, os rios «Aquiri ou Acre», Sucuriná, Hyuacu e Araca (Chandless), em cuja foz e margem situa «Puerto Gibbon», repetindo êste nome na banda esquerda do Purus, um pouco abaixo da barra citada. Ponteia o Hyuacu até 10°04' Lat. 69°23' Long.

O rio Aquiri ou Acre estendia-se de 8°45' até 10°37' da Lat. e de 67°19' até 68°33' Long., colocando na sua margem esquerda os rios Endimary, Quebrada Grande, Irirape e de «Puentes». À direita do rio Aquiri, vêem-se os rios Eatimary, Huakery e Curykethe, afluentes do Ituxy, e mais ao sul o Caramanu, formador do Abunã, já da bacia do Madeira.

Além disso, desenha o caminho seguido pelo Coronel Labre na sua exploração de 1887, das margens do Madre de Dios ao Acre, registando as aldeias indígenas apontadas por êste explo-

(3) Furo do Tarauacá ou Juruá.

rador: Huatchaputhsúa, Tinbyanyham, Canamary, Canarana, e os sítios «Paso del Puente», «Flor de Ouro», já na beira do Aquiry e o povoado «Nueva York», nome êste que até o presente não conseguimos descobrir em que se transformou. Como ficava próximo a embocadura do Iraruape e tinha grande movimento comercial, segundo Labre, deve corresponder ao porto da boca do atual «Riosinho», várias milhas abaixo de Flor do Ouro, aliás fixada na margem direita do Acre, pelo cartógrafo, quando o seringal fica todo na banda esquerda do rio.

Também fixa acampamentos indígenas nas diversas bacias, como os Remus e Amahuacas a oeste do Juruá; os Maneteneris, Canamaris, e Catianas no Purus: os Hipurinas abaixo de Nova York, no rio Acre, os Capechenis ao ocidente dêste, e os Arahunas nos manadeiros do Ituxy e no rio Caramanu (Abuna).

Anteriormente, E. de Mathews publicava o livro *Up the Amazon and Madeira Rivers* (1879), mostrando, num mapa anexo, todo o Mayutata deserto, a não ser acima do Tono escrevendo entre o alto Purus, Acre e Amaru-Mayo: «Unexplored», apesar de riscar o Aquiry até 11° de latitude sul, sem dúvida, baseado nos trabalhos de Chandless, que foi o primeiro cartógrafo da zona meridional da futura acrelândia, não o tendo sido da parte setentrional devido a atitude do gentio juruaense que amedrontou os seus companheiros de exploração, fazendo-os retroceder de um lugar distante de sua fronteira com a província do Amazonas umas vinte e cinco léguas.

Chandless determinou várias coordenadas ao longo do Purus, sendo as da barra do Aquiry 8°45'6" de Lat. e 67°21'30" de Long., e na do Aracá 9°8'10" de Lat. e 69°51'30" de Long. W. de Gr., mostrando que essas mesmas barras ficavam distante da boca do Purus, 1.104 e 1.445 milhas, respectivamente. Também verificou algumas coordenadas no rio Aquiry, alcançando ali o paralelo de 11°02' de latitude sul.

Posteriormente, surge o «Plano de los Rios Beni, Madre de Dios, Tahuamanu y Uaycomanu» firmado por el P. Nicolas Armentia en los años de 1884-1885», que registou os rios Uaycomanu» (ao N.) e «Ar. Tripamanu» (ao S.) formadores do «Abuna», sem o menor sinal de habitação, ao passo que no Tahuamanu que corre para o Madre de Dios, e, neste, põe diversos sítios.

Não se vê neste «Plano», a menor referência ao rio Aquiry ou Acre, mostrando, assim, o inteiro desconhecimento dêle, por parte dos bolivianos.

A Amazon River Steam Navigation Co. Ltd. organizou, desde 1870, um «Mapa da Amazônia» mostrando a navegação regular a vapor dessa bacia, o qual foi, em 1893, completado por Luís Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque. A navegação dos rios Juruá

e Purus, pouco ultrapassava a linha geodésica Javari-Beni, não a alcançando, porém, nos rios Tarauacá, Muru, Embira, Aquiry e Abunã, nos quais as embarcações particulares já penetravam.

No mapa corrigido pelo Coronel José Maria Pando (1892-1898), os Madre de Dios, baixo Orton e Tahuamanu, estão povoados, o que não acontece no tocante aos rios Abunã e seus formadores Ina e Caramanu, realmente infestados de um gentio bravio que, sòmente daí em diante, ia permitir a invasão de civilizados. Contudo, fixava no rio Aquiry ou Acre, vários lugares até Chapury ($10^{\circ}55'$ de Lat. e $68^{\circ}20'$ de Long. W. Gr.); deixando um vazio entre o Acre e o Aracá e fazendo o Chandless, erradamente, afluente do Amaru-Mayu ou Manu (Madre de Dios).

Por êsse tempo, a futura acrelândia, ainda sem saber a que país pertencia, mas, já explorada e povoada em tôda a sua vastidão por brasileiros e produzindo a melhor borracha da Amazônia, ia açulando a cobiça das repúblicas confinantes, dando lugar a que as chancelarias da Bolívia, Peru e Brasil se movimentassem e procurassem saber com certeza em que local nascia o rio Javari, ponto de onde partiria uma linha geodésica em direção a confluência do Beni no Mamoré, lineamento êste que ia suscitar a questão acreana pelo demarcador brasileiro, — Coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo que, em 1896, fez alguns levantamentos de coordenadas e mostrou o enorme trato de terra que o Brasil ia perder. Apesar disso, a chancelaria brasileira reconheceu a soberania da Bolívia na acreânia meridional e negociou com a do Peru, até que um novo govêrno do Brasil, cujo chanceler, o emérito historiador e geógrafo Barão do Rio Branco, ajudado por vários revolucionários acreanos, conseguiu mudar o rumo dos acontecimentos, fez-se novo acôrdo, admitindo como brasileiro o território referido.

Como é sabido, várias foram as tentativas para se determinar a nascente principal do Javari: a frustrada de 1866, em que pereceu o comissário brasileiro João Soares Pinto; a de 1874, chefiada pelo Barão de Tefé, que não a alcançou; a de 1895, chefiada pelo Coronel de Engenheiros G. Taumaturgo de Azevedo que suscitou controvérsias (4), renunciando o cargo, no que foi

(4) Taumaturgo foi nomeado chefe da Comissão para completar a demarcação entre o Madeira e o Javari, de acôrdo com o Protocolo de 19 de fevereiro de 1895, reunindo-se à boliviana, em Lábrea, onde realizou a primeira conferência, sendo comissário boliviano o Coronel J. M. Pando, depois substituído na chefia pelo Dr. Charles Satchel.

Fêz-se o levantamento do Purus e do Acre, determinando coordenadas de diferentes lugares e organizando o quadro das latitudes geográficas de diversos pontos da linha geodésica entre o marco do Madeira e o do Jaquirana (Th. de

substituído pelo Capitão Tenente Cunha Gomes, o qual deu seu nome a linha geodésica oblíqua divisória, da zona considerada federal com o Estado do Amazonas; e a quarta, enfim, em 1901, dirigida pelo astrônomo Luís Cruls, que achou para a dita nascente a coordenada de $7^{\circ}6'55''$, 3 de Lat. S e $73^{\circ}47'20''$, 60 de Long. W. de Gr. cêrca de quatro minutos menos do que a verificada por Cunha Gomes, quanto à latitude, diferença essa que ia aumentar ainda o território perdido pelo Brasil, apesar de desbravado, conquistado e colonizado por compatriotas nossos.

No último lustro do ano, poucos mapas encontramos e quase todos de 1896 ou anos próximos: o de Albert F. J. M. Villerobe (Lima), segundo autores e planos inéditos até a data, no qual se vê o «Iuruá», sem afluentes na margem esquerda, na zona acreana, contendo dois pequenos braços nas cabeceiras, mas, sem nomes; e na direita risca, do alto para baixo, os «rio Grande», talvez o «Quebrada Grande» de Raimondi, Mu (Liberdade), Gregório e Tarauacá com o Embira, sendo que êste até o paralelo de 10° e o Tarauacá um pouco abaixo. O rio Purus nasce a cêrca de 11° , tendo como formador o «Cuja», e na banda esquerda o Curumahá e na direita os Araca, Hyuacu e Sucurina, na zona acreana. O Aquiry nasce acima de 11° , tendo o igarapé da Maloca nas vertentes, os Eclipse, Pontes, Iriarape e Indimary, à margem esquerda e, sômente o das Pragas à direita; originando-se o Abuna a $11^{\circ}20'$ e o Tshipamanu seu contribuinte, a $11^{\circ}30'$ da Lat. S. e $70^{\circ}15'$ de Long. W. Gr., aproximadamente; o de V. de Galland (Lima), oferecido ao Itamaraty, em 1896, denominado «Peru», risca o Javari até cêrca de 7° , o Juruá a 8° , o Purus e o Aquiry, a 11° , estendendo o departamento de Loreto da nascente do Javari à confluência do Beni-Mamoré; o de Max

Azevedo, O Acre — *Limites com a Bolívia* — Artigos publicados na imprensa — 1900-1901; *Cartas inéditas*, Rio, 1901, págs. 106 e 111).

Reconhecendo o comissário brasileiro que a nascente principal do Javari não fôra determinada, embora as instruções achassem desnecessário, chamou a atenção do govêrno para o prejuízo que o Brasil iria ter (pág. 106), pelo que foi chamado ao Rio, em março de 1896, e explicou pessoalmente o caso. Como o ministro boliviano não concordasse com uma nova verificação, recebeu ordem de regressar ao Acre e cumprir as primeiras instruções, colocando, em setembro de 1896, dois marcos no rio Acre e, em novembro, outros dois no Iaco e dois no alto Purus, na interceção da linha geodésica respectiva (pág. 113); sendo depois disto dispensado do cargo. Junto a êste opúsculo, há três mapas, contendo o primeiro duas linhas: uma da n. do Jaquirana à confluência Beni-Mamoré, e outra seguindo o paralelo de $10^{\circ}20'$, desta confluência ao rio Ucaiale, cortando aquela os rios Juruá, Tarauacá, Embira, Curinahá, Purus, Araca, Hayacu, Aquiri e Abunã. O n.º 3, risca as diagonais segundo as comissões de 1895 e 1897, sem cortar os Curinahá e Araca, pondo o Mu (Liberdade) erradamente, entre o Tarauacá e Embira; referindo-se o segundo ao Guaporé e alto Paraguaí.

Doig («Mapa de la Region Hidrografica del Amazonas, Peruano, mandado trazar por la Sociedad Geografica de Lima»), o qual fazia o Javari provir de 6°52' e 76°28' de Long. W. de Paris; o Juruá de 7°12', pouco ultrapassando a antiga linha desejada pelos peruanos que ia da origem do Javari a igual paralelo no rio Madeira, cortando o Purus, alcançando êste a 10°50' de Lat., Sul, próximo à margem direita do Paucartambo, com alguns afluentes sem denominação, parecendo ser os Chandless, Yaco e Aquiri, procedendo os dois primeiros de 9°45' de Lat. e 72°25' e 71°32' de Long., ao passo que o terceiro transpunha o paralelo de 11° e se prolongava mais uns 10'; sem registrar o autor um só lugar em qualquer dêsses rios e ramificações. No próprio Ucaiali, viam-se apenas vários sítios escritos a lapis, talvez, por outra pessoa.

O Abunã nem estava riscado, ou mesmo qualquer outro nas suas imediações. Na área do atual território do Acre só se via um nome: «rio Purus», não a alcançando o rio Juruá que mal transpunha a «linha» de 6°52' referida, próximo ao paralelo de 7°, marcando as pretensões dos Castelhanos do século XVIII, já de há muito afastada pela colonização brasileira. O mapa tinha a data posta no Itamaraty: «1896?» — Devia ser anterior. Quanto aos bolivianos, vê-se o «Mapa de las exploraciones y estudios verificados por el Coronel de Artilleria Juan L. Munoz mejorado, 1896».

Êste mesmo autor publicava um outro intitulado «La Cuestion de Limites con el Brasil», sem data. Como o primeiro fala na «Marcia dos Revolucionarios», devendo ser de 1900 a 1902 e insere a palavra «melhorado», dando a entender que se trata de uma revisão do de 1896.

No primeiro, apenas aparece uma nesga do Juruá, ao passo que no segundo já o dava nascendo a 8°35'; com um afluente sem denominação que o ultrapassa, em cada margem. Tarahuaca e Embira nascem entre 9°30' e 10°.

O Purus principiava próximo ao paralelo de 11° e meridiano 72°20'. No segundo mapa, êste rio tinha contribuintes inominados nos dois lados, e uma serra a oeste, nos manadeiros dêsses rios, onde se vê a palavra — PERU, quando, no primeiro, viam-se diversos, como os rios dos Patos, Manuel Urbano, Tapaja, Rixala, Araca, Yuacu (êstes dois na maior parte ponteados), a direita, na maioria mal colocados, sendo que, no «Yuacu», não havia afluentes, nem qualquer sítio.

O «Aquiri» começava perto de 11°10' × 70°55', no segundo mapa; sendo porém, mais minucioso o primeiro, em que se viam assinalados, a começar de Caquetá, no Estado do Amazonas, os

lugares Puerto Acre, Pombal, Bom Destino, Humaytá, Bagaço, Catuaba, Liberdade, «Nueva York» (a m. d., pouco acima da barra do «Riozinho»), Bemfica, Capatará, Itu, Iracema, Xapuri, Vitória, Santa Fé, Porvir, Prado, R. Verde, Bahia, Nazaré, São Francisco, Sant'Ana, afora outros. A montante de St'Ana, riscava os rios Aguaparga, Eclipse e Maloca, à esquerda; Pragas e Sacado, à direita, e diversos varadouros.

O Iquiri nascia nas proximidades do paralelo $10^{\circ}38' \times 67^{\circ}56'$, no primeiro, e $10^{\circ}20' \times 67^{\circ}30'$, no segundo.

As nascentes dos formadores do Abunã estavam assim: Ina ($10^{\circ}05' \times 68^{\circ}35'$), Chipamanu ($11^{\circ}15' \times 68^{\circ}38'$), Caramanu ($11^{\circ}18' \times 68^{\circ}41'$), no primeiro, sendo que no segundo, o Abunã provinha de $11^{\circ}20' \times 70^{\circ}25'$.

Na primeira carta, havia um afluente do Abunã chamado «Rarirá», nascendo a $10^{\circ}30' \times 67^{\circ}35'$.

Provavelmente, trata-se do atual Rapirrã, algo desfigurado, mas, reconhecível pela sua disposição.

Ainda, em 1896, o Engenheiro Lopo Neto, ajudante da Comissão chefiada pelo então Coronel Taumaturgo de Azevedo, riscava a lapis a «Planta do Alto Purus», compreendendo o trecho de Barcelona a Santa Cruz-Nova tendo ao lado a «Planta do rio Hyuacu», da «Boca do Cayaté às barracas do Riosinho», um pouco acima da barra do Macauã, na escala de 1:50.000 e sem coordenadas, apesar da Comissão haver determinado algumas, não só nesses rios como no Juruá, erguendo marcos nos rios Aquiry, Hyuacu e Alto Purus, nos lugares em que eram cortados pela linha geodésica chamada Cunha Gomes. No Juruá, o referido técnico, em 1897, fez o levantamento, a partir da foz do rio Mu (Liberdade) até a boca do Breu, ponto este mais tarde fixado para limite entre o Brasil e o Peru.

Neste mesmo ano, o capitão de navio peruano F. Henrique Espinar, chefiando uma comissão científica do seu governo, levantava o dito rio Juruá, de sua foz até a do rio Tejo, mais de setenta milhas a jusante da do Breu.

Em 1899, o Engenheiro Joaquim Catramby, no seu «Roteiro das Linhas Fluviais nos rios Purus, Madeira, Acre e Guaporé», mal desenha o Juruá transpondo a «linha Cunha Gomes», fazendo nêle incidirem o «Vaca-Pistau» um pouco a montante dessa linha; os Amônea e Môa muito abaixo da referida diagonal; os Lagoinha, Liberdade e Gregório que nem a atingem; o Tarauacá nascendo a $8^{\circ}46'$ e o Embira mal transpondo a linha citada com o seu afluente Jutuarana, que se origina aos 9° austrais, talvez, o único, mais ou menos, no seu lugar certo.

Quanto ao Purus nasce cêrca de $12^{\circ}30'$ austrais e seus tributários Yaco a 12° , muito deslocado, Caiaté e Macauã a 10° , desaguando todos ao sul da linha Cunha Gomes e arruma o

Chandless à margem esquerda e acima do Curimahá, quando, na verdade, desagua à direita e à jusante da barra do Curinahá ou Santa Rosa.

No rio Aquiry, faz o Antimary desaguar à direita, quando desemboca à esquerda, fixando «Puerto Acre» no lugar certo, os «R. Evalym» e «Chapury», na mesma banda, sem se saber a que corresponde o «Evalym»; vendo-se na margem direita os lugares Nova York (10° Lat.), Bagaço e Amélia. O rio «Uaquery» ou Ituxy nascia perto de 10°25' austrais.

Ainda neste ano, publicava Luís Ulloa a «Relación de la Jornada y Descubrimiento del rio Manu, do año de 1567 a 1569» de Juan Alvarez Maldonado, junto a qual se encontra o «Mapa de la Gobernacion de Alvarez Maldonado», em que Ulloa desenha os rios Purus de 7° a perto de 11°, o Aquiry ou Acre até além dêste paralelo e o Ituxy até 11°; olvidando o Abunã, e colocando as terras abarcadas pelo alto Purus (m. direita), Acre e alto Ituxy, dentro da «Gobernacion de Vilcabamba ó de Martin Hurtado Arbieto».

Ao penetrar no século XX, já, quando as lutas entre bolivianos e patriotas acreanos se desenvolviam, ora incruentas, ora sangrentas, Luiz Galvez Rodrigues Arias proclamou o Estado Independente do Acre, a 14 de julho de 1899, no lugar Emprêsa; tendo antes, a 1 de maio do mesmo ano vários acreanos, com José Carvalho à frente, expulsado os administradores bolivianos de Puerto Alonso, mas, como foram repostos, em setembro de 1900, ajudados pelo próprio govêrno brasileiro e acompanhados de tropa boliviana; a 1 de julho de 1902, José Plácido de Castro e outros assentam as bases do «Estado Independente do Acre» e a 6 de agosto, Plácido se apossa da vila de Xapuri, depondo as autoridades bolivianas, seguindo-se a tomada de «Volta da Emprêsa», a 15 de setembro, depois de 11 dias de luta, e a conquista de Puerto Alonso a 24 de janeiro de 1903, após dez dias de combates encarniçados, caindo o domínio boliviano; sendo rematado o esforço dos acreanos e do Barão de Rio Branco, com o tratado de 17 de novembro de 1903, dando lugar a criação do Território do Acre. Além disso, houve conflitos com os peruanos, a 7 de setembro de 1903 e 30 de março de 1904, no Purus acreano, e, a 23 de outubro de 1902 e 5 de novembro de 1905, na bôca do rio Amônea, no Juruá.

Nesse meio tempo, o Dr. José Bach apresenta um mapa sobre «Comunicaciones entre el Ucaiali y Amoña», registrando os lugares Absolon, Triunfo, Cachoeira, Nuevo Quito (foz do Amônea) e Nogueira, em frente; e Boniface fronteiro a bôca do Tejo, pondo no Amônea o lugar Nova Minas. Em lugar de Nuevo Quito, devia ser «Nuevo Iquitos», e o «rio Breu», que desaguava

na margem esquerda do Juruá, devia estar na direita. O rio Amônia nascia quase no paralelo da foz do Breu, quando é certo que vem de muito mais longe. A colocação do rio Breu à esquerda do Juruá e o curso do Amônia só até a altura da barra dêste, mostra que, em 1903, ano em que os peruanos mudaram a denominação de «Nuevo Iquitos» da boca do Breu para a do Amônia (5), eles peruanos, conheciam muito pouco a região, que J. M. van Hassel afirmava ter sido povoada por peruanos.

Êste, no seu mapa de 1901 a 1902, nada adianta sobre o Juruá, colocando «Nuevo Iquitos» na fronteira a 8°40' austrais, quase um grau a menos, mas, regista os rios Gregório, Tarahuacá, Embira, Santa Rosa, Chandless, Yacu, Acre e Rapiirá, além dos lugares Catay (Purus), Inapari, S. Francisco e Bahia no rio Acre; apresentando um trabalho mais desenvolvido na «Carta Geográfica del Norte y Oriente del Peru», de 1903, em que regista o «Javari», «I. Contamana», o Juruá desde 6°40' Lat. S. até as nascentes, tendo vários nomes nas margens a contar da boca do rio Gregório, o qual não atinge o Território do Acre (7°30'). A linha Yavari-Mamoré passa no lugar «Tatamba» (talvez seja Tatajuba), de maneira que o Mõa desagua no Estado do Amazonas, riscando entre os formadores do Mõa os «Breguez» e Zungaroyaco, pondo entre o Breguez e o Juruamiri «Pantanos», seguindo-se o Ouro Preto, Buenos Aires, «Ameunha» (com um varadouro para «Shahaña», pondo a nascente dêste rio a 9°8' vendo-se no seu curso os lugares S. Lorenzo, Ruiz, Pacaya e Shatano; Arara, Huacapistá, todos à margem esquerda. À direita, registou «Nova Iquitos», acima do rio Tejo, seguindo-se para o norte, os rios Mississipi, Grajaú e Crucero. No Tarauacá, põe alguns nomes desconhecidos, a não ser «Formosa», bem no alto, que deve ser o igarapé Formoso, último ponto habitado do rio.

Nos rios Embira e Jurupari, nem um nome. É que a invasão dos «caucheros» ainda não havia se iniciado nestes vales, tanto que tendo o Embira sua nascente ao sul da do Tarauacá e do Juruá, o desenha menor do que a ambos. No Purus risca o Cujar e outros até o Santa Rosa e Furo do Juruá à esquerda e do lado direito vários até o «Chambuiacu», Araca (muito pequeno), não chegando a 10°, o Chandless, nascendo a 10°05', quando Araca e Chandless correspondem à mesma corrente fluvial. Põe vários nomes castelhanos na zona hoje acreana, como Osana, Vasquez, Suarez, Pando, Acevedo.

O rio Yacu nasce a 10°35' tendo à esquerda os Macahuan e Caeté; e o Acre se origina a 11°, com vários lugares como

(5) Belarmino de Mendonça — Relatório de 1904-06, pág. 122.

«Nuevo York» e «Imprensa» (deve ser Emprêsa), desaguardo entre os dois, o rio Irirape, tendo acima «Flôr de Oro», e abaixo Panorama. No lugar do Xapuri vê-se «rio de Puentes» e logo a jusante dêste, Xapuri; nascendo o «Iquixi» a 10°25' (alto Iquiri), em que desagua erradamente o Rapirrã. Desemboca no Abunã o «Tsipamanu» e neste o «Karamanu», que nasce a 10°45'. Por aqui fica a cartografia peruana que encontramos, anterior a instalação do Território do Acre, como se vê ainda muito imperfeita e vacilante, a menos que se queira nela incluir um grosseiro «croquis» dos «Varaderos del Yuruá» conservado na Mapoteca do Itamaraty (Brasil), anônimo, sem data e escala, em que se vêem os rios Yurua, Mõa, Juruá Miri e Amõña, com varadouros para o Pacaillo e Mateo-Abujao (Ucaiali), e algumas serras na região do Juruá Miri e Pacaillo, e um outro oferecido ao mesmo Ministério pelo ministro do Peru no Brasil, Sr. A. del Solar, em janeiro de 1903, intitulado «Croquis de la Region Peruana del Alto Yuruá» mostrando a disposição das casas e repartições públicas brasileiras, inclusive as frases «Posiciones brasileiras» e «Quartel Brasileiro», às margens esquerda e direita do rio Amõnea e em frente a terra firme situada no ângulo formado pelos rios Amõnea e Juruá, onde hoje está localizada a Vila Taumaturge. Na margem direita do Juruá, a começar do lugar fronteiro ao barracão do seringal Minas Gerais até a foz do «Amonha», uma linha interrompida em que se lia: «Lugar del combate».

Este simples conflito entre peruanos e brasileiros realizou-se no dia 23 de outubro de 1902, tendo sido resolvido depois de derrotados os peruanos, pelo dono do barracão Minas Gerais que aconselhou aos brasileiros para consentirem na volta dos invasores, os quais aí tornaram, e se aboletaram: o comissário com sua tropa na referida terra firme, dando lugar a um combate de maiores proporções, em 1904 (5, nov.), em que tomaram parte tropas do exército brasileiro, para expulsá-los definitivamente. Regista também os varadouros de Bela Vista ao Putaya (Tamaya) e o de «Joboneza» (Saboeiro) a «S. Lorenzo» no Cayanye (Tamaya também) e denomina de «Monte Real» a zona entre o Amõnea o Juruá Mirim e a fronteira a esta, situada na margem esquerda do Juruá, denominação esta que representa uma novidade para os brasileiros que a desbravaram e ali se instalaram e permaneceram.

Quanto à cartografia boliviana vemos «Cópia de Cartas inéditas da Delegacia Extraordinária do Govêrno Boliviano», datadas de 1900, por A. Garcia Valdivia, que regista, a começar de Caquetá, na fronteira com o Estado do Amazonas: «R. Imperatriz», P. Acre, Volta da Emprêsa, Riozinho, Flor de Ouro, Benfica,

Capatará, Amélia, Xapuri ($10^{\circ}43' \times 68^{\circ}26'$) além de alguns lugares no rio Xapuri e vários outros abaixo e acima dêste, no vale do Aquiri, mas, êste curso d'água, em lugar de acompanhar o paralelo de 11° , como seria mais regular, depois de Bahia, segue o rumo sul, achando-se êste último ponto a $11^{\circ}25' \times 68^{\circ}40'$, bem longe da sua real colocação; só mudando para S.O. e O. depois de S. Vicente; e, nas proximidades do meridiano $69^{\circ}14'$, volta-se para N.O., alcançando o paralelo 11° na altura do meridiano $69^{\circ}30'$, onde se esgalha, o que acontece com outro de seus formadores, nascendo um dêles ao N. e outro ao S. do paralelo 11 , e o que se apresenta como principal, a 11° de lat. sul, por $69^{\circ}56'$ de long. W. Gr.

O rio Iquiri nasce entre os manadeiros do Abunã e os fundos dos seringais Amélia e Providência, atravessando Capatará, quando, na verdade, tem suas origens neste seringal.

Faz embicar no Ituxy o rio Rapirrã e o Mercier no Rapirrã. Dois erros grosseiros, ambos de vertentes diferentes.

O Abunã é formado pelo Sarimanu, Chipamanu, Caramanu e Mumanu, sendo o Chipamanu maior que os outros. O Sarimanu desemboca no Chipamanu e êste no Caramanu; pondo na riba esquerda do Abunã, o lugar «Derepente», no Rapirrã; um de igual nome e Sta. Rosa, logo abaixo.

Há um outro trabalho boliviano datado de 1903, intitulado «Cópia dos Cursos do rio Acre e suas localidades segundo Pando, Cartas Officiais da Bolívia e Valdivia», também começando em Caquetá e indo além de Xapury, porém, a de Pando só tem nomes até esta localidade, sendo o curso do rio Aquiri, bem diverso das outras duas cópias, que se entrelaçam na maior parte de sua extensão. As «Officiais da Bolívia» vão pouco além de Vitória, a montante de Xapuri e a de Valdivia, apesar de riscá-lo até acima dêste lugar, não regista mais nenhuma localidade.

De Caquetá até S. Leopoldo, a jusante de Colibri, Cajueiro e Bagaço, as três se aproximam, afastando-se os traçados daí até as proximidades de Riozinho, de onde tomam novos rumos, seguindo a de Pando mais ao N., notando-se maior afastamento na zona entre Iracema e Xapuri. Esta registou menor número de localidades, e as restantes maior porção. Valdivia anotou a montante de Caquetá: Porto Acre, S. Jerônimo, S. João, Pombal, Floresta, Telheiro, Glória, Nova Glória. «Bagazo» na de Pando está a $9^{\circ}50'$ e na de Valdivia a $9^{\circ}57'$; Emprêsa a $9^{\circ}58' \times 67^{\circ}58'$ (Pando) e $10^{\circ}45' \times 67^{\circ}44'$ (Valdivia); Boca do Riozinho a $10^{\circ}12'$ (P.), e $10^{\circ}09'15''$ (V.); Capatará a $10^{\circ}20'$ (P.) e $10^{\circ}25'$ (V.); Iracema a $10^{\circ}32' \times 68^{\circ}10'$ (P.) e $10^{\circ}42' \times 67^{\circ}58'45''$ (V.); Soledade a $10^{\circ}35' \times 68^{\circ}21'$ (P.), e $10^{\circ}53' \times 68^{\circ}12'$ (V.); «Xapury» a $10^{\circ}41' \times 68^{\circ}28'$ (P.) e $10^{\circ}56' \times 68^{\circ}16'45''$ (V.).

Do ano anterior, vê-se o «Mapa de La Region del Nordeste de Bolivia» de Froilan C. Jordan (La Paz, 1902) que risca o rio Acre ou Aquiri até o paralelo de 11° e fixa o varadouro do rio Madre de Dios ao lugar Bahía, à margem esquerda do Acre, e neste vários sítios, entre os quais «Chapuri» (povoado e rio), Capatará, Flor de Ouro, «Vuelta da Empresa», Empresa, Bagaço Humaitá, Bom Destino, «Teliero», Pombal e Pôrto Acre, estando Pôrto Acre a 9°30', Empresa a 9°55', Chapuri a 10°50' e Bahía a 11°10'.

Regista também um varadouro de «Vuelta da Empresa» ao Beni, passando por Gavion (Iquiri), Santa Rosa (Abunã), Palestina (Orton) e Genichiquia (Madre de Dios).

Encerra à direita um «Croquis» de «Puerto Acre», mostrando duas praças: «24 de diciembre» e «Plazoleta del 16 de Julio» e uma rua em direção ao rio Acre, com indicação das casas da «Delegacion», quartéis e demais repartições públicas. Num outro igual, emendado a tinta, faz-se confusão entre os formadores do Iquiri e Rapirrã, sendo que este é dado, como no primeiro, como afluente do Iquiri (Ituxi). Também ali se vê «Ina ou Iquiri», e como formadores deste os «Piahairia» e «Mertihé», contribuintes estes já do Orton; baralhamento tal só aclarado mais tarde, é de certo modo inexplicável atendendo-se ao levantamento da região pelo Coronel boliviano Pando, anos antes.

Nicanor Mello, Secretário da Sociedade Geográfica de Sucre, com a colaboração de Ernesto Reyes (1903) elabora o «Plano demonstrativo de diversas linhas fixadas para demarcação de limites entre a Bolívia e o Brasil, no território nacional das Colônias, cópia, modificação e adição do Mapa de C. Jordan (1902)». Regista as linhas Black-Tefé (1874), Cunha Gomes (1897); Balivian-Cruls (1901); linha arbitrada do mapa de Horacio Wilhams (1903) e a do mapa de Luís Gruder (1903), bem como a interpretação da do Tratado de 1867, segundo Serzedello Correia e outros, na escala de 1:2.000.000. Risca os rios Javari, Juruá, Mu, Gregório (não atingindo esses dois a diagonal Balivian-Cruls), Tarahuacá, Embira, «Jautarana Paraná» (afluente do último), Purus, Yacu, Acre, (com os sítios Chapuri (10°45'), Capatará (10°24'), Riosinho e Empresa (10°18'30')); «Gabion» (no Rapirrã). Anota o Abunã, sem os formadores Ina e Chipamanu e faz o Rapirrã desaguar no Iquiri, quando devia ser no Abunã.

Em 1903, o Dr. José Maria Aponte (La Paz) organizava o «Croquis» de La Region del Nordeste de Bolívia, para o opúsculo «La Revolucion del Acre», em que desenha o rio Aquiri ou Acre, de Antemary até Nueva Esperança (pouco acima de «Boca del Xapuri» (9° a 11°), registrando Caquetá, Puerto Acre, Bom Destino, Humaitá, Cajueiro, Apihy, Baixa Verde, Panorama,

Catuave, Liberdade, Empresa (à esquerda) e «Vuelta da Empresa» (à direita), Bayé, Nova Empresa, Amapá, Riosinho (pôto e rio), Nova Distração, Flor de Ouro (m. esq.), Benfica, Capatará, Itu, Amélia, Iracema e vários outros lugares. O Iquiry nasce cerca de 10°40', havendo um caminho entre V. da Empresa e o rio Orton, transpondo os rios Rapirrã, Abunã e outros. Este era formado pelos Chipamanu, Caramanu (no meio) e Muimanu (ao sul), cerca de 11° de Lat. S. e 68° long. W. Gr. Havia no alto, à esquerda, um «Croquis» «del Puerto Acre». Este bosquejo está mais perfeito do que o precedente no tocante à disposição dos lugares. O Dr. Aponte esteve na região durante a revolução acreana e podia organizar um trabalho mais correto.

Restam os trabalhos publicados no Brasil. No «Mapa do Estado do Amazonas» de 1901, do italiano Ermano Stradelli, mui pouco havia sobre a região: o Abunã tinha a sua origem a 11°, vendo-se o Aquiry ou Acre, e como última colocação Flor de Ouro (10°15') e mais abaixo Bagaço e Riosinho (10°), desaguardo o Xapuri no Acre a 10°30'. No rio Purus o último povoado era Beija Flor, acima de Barcelona, que ficava na fronteira amazônica. O Javari nascia a 7°10'.

Em 1902, o engenheiro brasileiro Heliodoro Jaramillo publicou a «Carta dos Valles Purus e Madeira», na qual se encontra o projeto do mesmo referente a «E. F. Central do Amazonas», no rio Purus, começando em Cachoeira (Huytanahã), passando nas estações da Barra (foz do Pauhini), e Floriano Peixoto (bôca do Antimari), para alcançar Caquetá na fronteira com o Acre, vendo-se logo acima «Puerto Alonzo ou Acre».

Desenhava o Abunã, com o Chipamanu ao N. e um outro mais extenso ao S. sem nome, nascendo aquêle a cerca de 12° de lat. e 69° de long. W. Gr. e este a 13°×70°50'. A nascente do Acre estava perto de 15° de lat. S. e 72°30' de long. W. Gr., o Xapuri um pouco ao norte, e o Antimari a 13°×71", tudo ainda longe das verdadeiras coordenadas.

O Yaco tinha os manadeiros dentro do suposto limite entre Bolívia e Peru, cerca de 12°, tendo à margem esquerda um contribuinte apelidado «Maiatuan», atual Macauan, que também provinha de 12° austrais; o Cayeté e o Xiborena, sendo que este, despendando já no Estado do Amazonas.

O Purus nascia cerca de 13°, tendo como formadores o Manuel Urbano à esquerda e S. Rosa à direita, quando é justamente o contrário. O Chandless ficava todo em território peruano, vendo-se mais abaixo os Bom Jardim, à esquerda, o Paisandu à direita, o Macapá e Pauini à esquerda, desaguardo os dois primeiros em território litigioso, hoje chamado Acre, e os últimos aí nascendo apenas.

O rio Taraunacá não alcançava o suposto limite entre o Brasil e a Bolívia ou Peru, estando ausente o Embira.

O Juruá recebia o Mõa que se originava na República do Peru, vindo-se entre o Mõa e o Jaquirana (Javari), com um sinal vermelho «Passagem dos Índios», mantida até hoje. Depois de confluir com o Mõa, o Juruá recolhia as águas do «Rio Juruásinho», que nascia no Peru, cêrca de 9° de lat. S. e 74°55' de long. W. Gr., e continuava o Juruá sem nome para oeste, recebendo a uns 12°30' por 74°, o «Ig. do Breu»?

Entre o Juruásinho e o Pauini, em direção a Macapá (Purus), via-se num traço vermelho «Varador do Juruá», aliás, anunciado desde as primeiras explorações da região.

O Juruásinho estava à margem direita do Juruá, quando, se corresponde ao atual Juruá Mirim, como parece, devia estar na oposta.

De povoados, só assinalava «Puerto Acre» a banda esquerda do rio de igual nome e «Boca do Breu», na confluência dêste igarapé com o Juruá.

Riscava uma linha da origem do «Jaquirana» (Javari), mais ou menos a 7°10' de lat. S. e 74°30' de long. W. Gr., onde havia a palavra «Marco», até encontrar a foz do Beni (Mamoré), onde também se via «Marco».

Da mesma nascente do Jaquirana partia outra linha em direção a bôca do Huari-huari no Madre de Dios, suposto limite do Peru com a Bolívia.

Na primeira, está escrito «Linha Cunha Gomes» — «Suposto Limite entre Brasil e Bolívia».

Entre Puerto Acre e Riberalta, havia uma linha ponteadada em tinta carmin e escrito «Caminho de Bolivianos», que se prolongava até Exaltacion, no rio Mamoré.

Em 1904, Horácio E. Williams editava por intermédio de Laemmert e Cia. (Rio e São Paulo), o «Mapa do O Acre e a Fronteira entre o Brasil e a Bolívia», baseado nos trabalhos de Ponte Ribeiro, Rio Branco, Pettermann e Notas particulares, em que fixava como «Região Litigiosa» o território compreendido dentro de uma reta diagonal a partir da nascente do Javari (cêrca de 8°) até a confluência Beni-Mamoré, ao N. e NE., outra diagonal (segundo Pettermann) emanando da referida origem do Javari e vai até o rio Tahuamanu. (Orton), cêrca de 11°53' austrais, a qual corta o rio Purus no paralelo de 10°20' ponto êste do qual sai uma reta paralela até topar a E. a mencionada confluência Beni-Mamoré. Esta região triangular é regada pelos rios Juruá e alguns afluentes que nascem a 8°40'; Tarauacá (9°30'), Embira (9°50'); Purus (11°), Araca (10°30') Aquiry ou Acre (11°20'); Iquiri (10°45') e Rapiirã (10°40'), formando o Ituxi; o Abunã,

com o nome de Tsipamanu, nascendo próximo à fonte do igarapé Bahia, ao passo que um outro formador que lhe sai à margem esquerda, nasce a E. dos manadeiros do Iquiri e Rapirrã. Reina ainda confusão entre os formadores do Ituxi e Abunã, como no mapa de Froilan Jordan. Os rios Mu (Liberdade) e Gregório, no Juruá, não alcançam a diagonal J-BM. O Jutuarana-Parana já começa a O. dessa linha; o Curinahá (Sta. Rosa) nasce a 9°42' e desagua no Purus aos 9°25'; o «Kgua» ou Yaco emana da região litigiosa e desagua no Estado do Amazonas. No Aquiri põe os galhos Pragas e Bahia à margem direita e os Água Parda, Pontos, Anxriupe e Endemary à esquerda.

O dos «Pontos» deve ser o das Pontes e parece estar no lugar do Xapuri e o Anxriupe no lugar do Riosinho. Continuava inçado de erros e falho em muitos pontos. Deve ser de 1904, uma vez que cita o tratado de Petrópolis (7, nov. 1903).

Surge-nos ainda o «Mapa Geral das Fronteiras do Brasil» organizado por Luís Gruder, que parece confeccionado em 1903, uma vez que fala nos roteiros das expedições do Coronel Ismael Montes e do General Pando, acrescentando que, qualquer das expedições só poderia estar nas proximidades do Acre em princípios de abril. Êste general, já na presidência da república boliviana, resolveu ir ao Acre robustecer o seu domínio nesta região, dividindo as forças bolivianas em duas colunas, por vias diferentes, uma sob o seu comando direto e outra às ordens do General Montes, partindo a expedição de La Paz, a 22 de janeiro de 1903, de maneira que êste mapa deve ser de fevereiro ou março. Não representa um trabalho segundo reconhecimentos da época. Basta ver que o Javari nasce a 8°50', o Juruá não tocava a linha Cunha Gomes, o Purus vinha de 11°20', o Acre de 12°30' e o Abunã de 11°, sendo o único povoado assinalado o de «Puerto Alonso» (Pôrto Acre), no Acre hoje territorial.

II

TERRITÓRIO DO ACRE

Conforme já aludimos, em 1903, os governos brasileiro e beliviano assinaram a 17 de novembro o Tratado de Petrópolis, no qual a região disputada pela Bolívia passou a ser brasileira, dando lugar a criação, por força da Lei nº 1.181 de 25 de fevereiro de 1904, ao território do Acre, cujos Departamentos em que se dividia foram instalados no terceiro trimestre do mesmo ano, sendo o do Alto-Acre a 22 de agosto, o do Alto Juruá e Alto Purus, a 7 e 25 de setembro, respectivamente, motivo pelo qual passamos a considerar os trabalhos publicados dêste ano em

diante, como sendo referentes a um novo período, justamente o acreano — *embora preparados* antes e sejam alguns deles referentes a fronteira internacional e da autoria de profissionais estrangeiros.

Os mapas dessa fase, podem ser dispostos em três grupos : brasileiros, mistos e estrangeiros.

Os do primeiro grupo foram iniciados por José Plácido de Castro que, entre o Tratado de Petrópolis e a instalação do Território (1903-1904) publicava um «Mapa Militar», além de outros trabalhos nesse sentido, reeditando o militar na Inglaterra, em 1906, bastante melhorado (6).

Devia referir-se à sua campanha em prol da libertação do Acre efetuada de 1902 a 1903.

Não o encontramos, pelo menos, com esta denominação, e o impresso na Inglaterra tampouco.

Nas mapotecas do Itamarati, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Biblioteca Nacional, há vários mapas de Plácido de Castro, devendo corresponder ao que êle denomina de «Militar», o editado por «Lamaignière Moniz, na escala de 1:2.000.000 em colaboração com o Tenente do exército brasileiro A. Argolo Mendes, e de acôrdo com os melhores mapas existentes, corrigidos com 54 levantamentos parciais e muitas coordenadas geográficas fornecidas pelo Engenheiro Lopo Neto, além de informações dos melhores práticos da região e denominado «Estado Independente do Acre».

Encerra também as legendas «7 de agosto de 1902» (data do início da revolução com a tomada da vila de Xapuri aos bolivianos, e «*Libertas quae sera tamen*») (inscrição da bandeira acreana).

Parece que há mais de uma edição, porque no Itamarati e Instituto Histórico há um exemplar encimado por «Mapa do Território do Acre» (1904) e baseado nas mesmas fontes apontadas no do «Estado Independente do Acre». São coloridos. Segue-se a «Carta Geográfica do Território do Acre», desenhado por Artur Duarte, na escala de 1:2.000.000, editada por Francisco Alves & Cia. em setembro 1907, baseados nos trabalhos de Taumaturgo de Azevedo, Euclides da Cunha, Cândido Mariano, Comissão de Vias Fluviais do Peru, Istmo Fritz Carrald, Major Fawcett e Prefeitura do Alto Acre.

Desta também há outra edição, apesar de conservar a data de «sept. 1907», do mesmo desenhista, pois, acrescenta ser feita

(6) Relatório apresentado ao Ministro da Justiça, relativo ao período em que administrou a prefeitura do Alto-Acre (1906-1907).

segundo os tratados de 8 e 17 de setembro de 1909, com a República do Peru.

Plácido de Castro publicou um trabalho denominado «Navegação do rio Acre, 1907», no qual incluiu várias plantas do rio, correspondentes ao seu curso, assinalando as sedes dos seringais, suas colocações, quilometragem e coordenadas geográficas.

Temos, assim, vários mapas do herói acreano, o qual, além de concorrer decisivamente para a libertação dessa região, procurou torná-la conhecida por meio dessas cartas geográficas.

A relativa ao Estado Independente do Acre é mais minuciosa no tocante às margens do Acre e muito deficiente sobre os vales do Purus e Juruá, contendo mesmo vários erros quanto à posição e nascente dos rios, como por exemplo: o rio Juruá nascendo na vizinhança de 8°35'; o Breu desaguardando naquele a 7°50', o Amônia vindo de 7°52', sem uma colocação quando, na verdade, o Amônia e Breu tinham suas embocaduras a montante de 9° e o Juruá nascia além de 10° austrais.

O Tarauacá só tinha como tributário o Muru, e o Embira o Paraná do Ouro e o Jurupari, sendo este ponteadado.

No Purus, coloca o Chandless e o Santa Rosa à margem direita, quando o segundo é na esquerda, e o «Curumahã» à jusante do Chandless, quando é à montante. Não havia povoados ou colocações no Purus e Iaco, na parte correspondente ao atual território acreano.

O limite do «Estado Independente do Acre» começava na confluência do Beni com o Mamoré, acompanhava os cursos do Beni, do Orton e Manuripe (formador do Orton), de cuja nascente, um pouco ao norte do paralelo 12°, seguia até encontrar o divisor de águas com afluentes do Manu (alto Madre de Dios). Dest'arte, os formadores do Abunã e do Orton ficavam todos dentro do Estado Independente do Acre, Estado que não passou de um sonho de Plácido de Castro, ou de um pretexto para a expulsão dos bolivianos e negociações com os mesmos, se bem que o chefe acreano já houvesse invadido o território boliviano e se apossado de alguns pontos no vale do Orton.

No rio Acre, punha os lugares já constantes de outros mapas, salientando a povoação de Xapuri que já havia sido sede de um município durante a ocupação boliviana e situava «Último Ponto» a 11°15' austrais e 69° de long. W. Gr., nascendo o rio a 11°30' por 70°23'.

No Xapuri, viam-se os igarapés do Ouro e do Riosinho, sem barracões nestes e, nos «Riosinho» (Vieira ou do Rôla), Andirá e Antimari.

O rio Iquiri ou Ituxi nascia perto de Iracema; atravessando os «Campos do Gavião», sem lugares; e o Abunã tinha por for-

madores os rios Chipamanu ao norte e Karamanu ao sul, originando-se ao sul do povoado de Xapuri, cêrca de 11°03' e 11°06' x 68°22' de long. W. Gr., sem colocações, a não ser Santa Rosa, no Abunã, abaixo da linha geodésica Cunha Gomes.

Viam-se varadouros de Pôrto Acre para Itu e daí para Palestina no Orton. De Itu seguia um outro pela margem esquerda do Acre, até Santa Clara, passando por Xapuri e deixando o igarapé Bahia ao sul. De Santa Clara, o caminho continuava para Porvenir, e daí para outros sítios. Havia também o sinal de uma via férrea em projeto, entre Iracema (Acre) e Pôrto Rico (Orton).

A Carta Geográfica do Território do Acre apresenta-se mais completa, registrando vários lugares nos rios Purus e Juruá e seus afluentes, as sedes dos Departamentos: Empresa (Alto Acre), Sena Madureira (Alto Purus) e Cruzeiro do Sul (Alto Juruá); a povoação de Xapuri e os postos fiscais federais: 1º (Bôca do Rapirrã), 2º (Rio Iquiri, fronteira com o Estado do Amazonas), 3º (dentro do Rio Andirá (front. cit.), 4º (Aliança, no rio Antimari), 5º (Barcelona, no Purus), 6º (vila Feijó no Jurupari-Embira), 7º (vila Andrada no Tarauacá), 8º (Goyana no Paraná do Ouro-Embira), 9º (Iracema no Tejo-Juruá), e 10º (Saboeiro no Amônea-Juruá).

Melhorava a nascente do Acre para 11°04' austrais, colocando na parte superior do rio, a «Cax. Inglesa», os igarapés «Vespas», «Sombra», «7 de Setembro». «Rio de Janeiro», e dos «Patos»; e outros lugares como São Lourenço, São Pedro, Bananal, Fawcett, Brasil, Yaverija, Nuzia, Moron, acima de Montevidéu.

Na edição que se refere aos tratados de 1909 com o Peru, fixa no Juruá, os afluentes Mõa, P. dos Mouras, Ig. Preto (Ouro Preto), P. das Minas e Amônea, à esquerda; Lagoinha, Valparaíso, Anoacas, Grajaú, Tejo, Acuriá, São José e Caipora, à direita. O Liberdade e Gregório ficam abaixo das origens do Valparaíso, o que não é exato.

O Tarauacá ia até a fronteira, incluindo o Jordão, Douro e Jaminauas; não ultrapassando o Embira essa fronteira com o Peru, como seria regular, formando o seu vale o Paraná do Ouro à esquerda, o Diabinho e Jurupari, à direita.

O Muru está bem delineado com os Iboagu e Humaitã.

No vale do Purus, viam-se Barcelona na divisa com o Amazonas; o Santa Rosa na do Peru; o Chambuiaco, o Chandless transpondo esta fronteira; e o Yaco nascendo no Peru, tendo os Caheté e Macauã à esquerda e o Independência à direita.

No do Acre, estavam os rios Antimari, Andirá, S. Francisco, Riosinho, do Ouro, Xapuri, São Pedro, São Lourenço, Patos, 24 de Janeiro, 7 de Setembro, Sombra e Vespas à esquerda e, na direi-

ta, os Yaverija, todo peruano, o Bahia, além de outros menos consideráveis. Fixava o «Campos Esperança» e consignava as sedes dos departamentos constantes do de 1907, e as vilas Taumaturgo (Juruá), Andrada (Tarauacá), Feijó (Jurupari), Barcelona (Purus), Guanabara (Yaco). Xapuri era povoação.

Como se vê, são mapas imperfeitos, e que, apesar de se apoiar o último nos trabalhos das prefeituras acreanas, de Euclides da Cunha e de alguns bolivianos e peruanos, não correspondem a todos os dados fornecidos por eles.

Na Biblioteca Nacional encontra-se um «Mapa mostrando a nova fronteira entre o Brasil e a Bolívia na região amazônica», impresso em 1904, na Imprensa Nacional, anônimo.

Assinala a fronteira do tratado de 1867 e a modificação feita pelo de 1903, bem como a pretensão peruana. Talvez seja da autoria ou orientação do Barão do Rio Branco.

De 1904 a 1906, foram organizadas plantas de cidades e outros locais, assim como cartas geográficas dos Departamentos acreanos.

São os primeiros trabalhos feitos sob a direção dos prefeitos, apresentando Taumaturgo de Azevedo que assumira o cargo de prefeito do Alto-Juruá em setembro de 1904, já em fevereiro de 1905, um esboço do Mapa do Departamento sob sua direção, organizado e desenhado pelo Capitão do Exército J. B. Neiva de Figueiredo.

É o próprio Taumaturgo que o considera imperfeito e contendo várias inexatidões, o que não podia ser evitado devido ao pouco espaço de tempo em que foi elaborado e aos escassos elementos de que se serviu, mas, com os estudos a que estão procedendo os engenheiros demarcadores da linha geodésica, os das comissões nomeadas pelo Ministério do Exterior e os trabalhos dos engenheiros da Prefeitura, contava organizar um novo mapa do Departamento, como realmente apresentou em 1906, desenhado por Germano Franck.

É mais completo e melhor, inserindo a zona neutralizada a montante do Breu, várias coordenadas geográficas ao longo da linha geodésica na interseção da mesma com diversos rios e noutros pontos do Departamento, entre os quais a cidade de Cruzeiro do Sul e vilas Andrada e Feijó, bem como a foz do Muru, mais tarde aproveitada para ser estabelecida a vila Seabra, hoje cidade do Tarauacá, mas ainda inchado de incorreções.

Viam-se também nos anexos ao Relatório do Prefeito Taumaturgo (1905 e 1906) levantamentos de trechos dos rios Juruá, planta do rio Juruá-Mirim até o lugar «Avahy», próximo às suas fontes, pelo Capitão Neiva de Figueiredo (1905); da confluência do rio Amônia com o Juruá, e vila Taumaturgo, pelo Enge-

nheiro Civil Martins Trindade (1905); levantamentos de trechos dos rios Tarauacá e Embira e mapa topográfico da linha geodésica entre os rios Acuráua e Jurupari, pelo Engenheiro Civil Júlio Destord (1906).

O Prefeito Cândido Mariano iniciou o preparo de um mapa, conforme adianta no seu Relatório de 1906, porém dos anexos dêste e do de 1909, sômente constam algumas plantas referentes a trechos do rio Yaco, pelos Engenheiros Ep. Thebano Barreto (1905) e João Pinto de Sousa (1906); do rio Cayatê com o Yaco (1909) e do Macapá, no Purus (1909).

Dos serviços das comissões mistas nomeadas pelos governos brasileiro, peruano e boliviano, resultou um «Mapa geográfico do Juruá», referindo-se as plantas números 26 a 31 ao Juruá federal, na escala de 1:40.000, levantado em 1905, sendo chefe da comissão brasileira o então Coronel do Exército Belarmino de Mendonça, auxiliado pelos Engenheiros militares Vicente dos Santos e Arnaldo da Silveira Hautz. Compreende todo o rio desde a foz; nas suas margens fixando barracões, barracas, barreiras, terras firmes e vilas. Na zona federal anota a cidade de Cruzeiro do Sul, morros e casaria, o lugar Invencível, onde esteve provisoriamente a sede da Prefeitura do Alto-Juruá, em frente a bôca do Mõa, em cujas ribas se viam Harmonia à esquerda e Independência à direita (fls. 26).

Daí em diante anota o estirão dos Nauas, seringais Treze de Maio, Luzeiro, Pa. da Viúva, Tatajuba, Carlota, Uruburetama, Jaburu, Valparaíso e Russas (pl. 27), Sta. Cruz, rio Juruá Mirim, Lucânia, P. Peters, Boa Hora, Nazarê, Humaitá Velho, Riosinho do Leonel, Cruzeiro, Cruzeiro Novo, Cruzeiro do Vizeu, Natal, Vitória, Sobral, Paraná do Ouro Preto, Ouro Preto, Canindé Velho e Novo (pl. 28), Pirapora, Reforma, Buenos Aires, Paraná de Minas, Ocidente, Grajaú, Maldevino (deve ser Valdevino), Grajaú Velho, Carmo, Flora, Porangaba, Tauaré, Estados Unidos, Pôrto Seguro, Paratari, Tabocal (pl. 29), Triunfo, Absalão, Cachoeira, Praia do Feijão, Mississipe Velho, Vila Taumaturgo, Vila Martins (frente à foz do Amõnea), Minas Gerais, Mississipe Novo, Sta. Cruz, Rio Tejo, Acuriá (pl. 30), São João Novo, Paraná de São João, Caipora, Torre da Lua, Areial, Paraná de Caipora e Rio Breu (pl. 31), além de outros lugares menos importantes.

Em frente, na margem esquerda do Juruá — «Puerto Pardo» e «Pôrto Branco», sendo êste a montante daquele e em seguimento, o qual finda próximo ao «Ig. do Soldado». Daí ponteia um varadouro até o rio Amõnea, transpondo o Arara (pls. 30 e 31), continuando o levantamento do rio até as cabeceiras, no morro das Mercês (pls. 32-A e B, 33-A e 34).

Desenha o rio Amônia até o varadouro para o Arara-Juruá, deixando à banda esquerda o varadouro de «Jabonero ao Cayanya», que atravessa um contribuinte do Amônia chamado «Caconaya», a cerca de 9°8' (pl. 30).

Era até então o trabalho mais completo sobre as margens do Juruá.

O Alferes aluno Otávio Felix Ferreira da Silva, membro dessa comissão, por ordem do chefe Belarmino de Mendonça, organizou, em 1905, um mapa, na escala de 1:300.000, denominado «Trecho dos rios Juruá e Purus, segundo os trabalhos de Chandless, Hilliges, Hassel e Croquis do Dr. Y. Bach».

Regista no Juruá: um lugar abaixo de Três Unidos, a foz do Tarauacá (levando-o até próximo a linha Cunha Gomes), as bocas dos rios Gregório, Liberdade (Mu) e Ipixuna.

Anotou na fronteira com o Amazonas o seringal Olivença, que tem parte na zona federal, Centro Brasileiro (Cruzeiro do Sul), Invencível (sede provisória do departamento) e repete os nomes já enumerados no mapa da Comissão Mista aludida.

No Tarauacá, apesar de registrar a «Foz do Muru», não o levou a zona federal, e o «Envira» (Embira) também não alcançava a linha geodésica Cunha Gomes.

Numa Nota, esclarece, no tocante ao Purus, que da foz do Aracá (Chandless), rio acima, é o mapa uma reprodução fiel, em escala maior do de Chandless (1864-5), e do Aracá para baixo foi construído segundo os levantamentos de Augusto Hilliges, entre os pontos determinados astronômicamente por Chandless.

Há também a publicação peruana do «Mapa Geográfico del Juruá», levantada pela dita comissão mista e assinado pelos chefes peruanos Capitão de Corveta Numa P. de Leon e brasileiro General de Brigada Belarmino de Mendonça.

Quanto à comissão mista brasilio-boliviana, chefiada pelo Engenheiro brasileiro Euclides da Cunha, tendo como ajudante substituto o Primeiro Tenente Alexandre Argolo Mendes e como chefe peruano o Capitão de Corveta Pedro Alexandre Buenaño e subchefe o Tenente Nicolau Zavala, trabalhou no rio Purus no correr de 1905.

Fêz o levantamento do rio até suas nascentes, divergindo em vários pontos do mapa de Chandless, o que era natural atendendo-se ao solapamento das barrancas do rio durante oito lustros, ao aperfeiçoamento dos instrumentos astronômicos e ao maior número de observadores.

O auxiliar técnico da comissão brasileira A. Pimenta da Cunha fez um *croquis* do alto Purus, começando da bôca do «Shandless» para cima. Entre a foz do Shandless» e a do «Shanbuyaco», situa na margem direita do Purus os lugares Puerto Rico, Moronal ou Tabocal, Union, Porvenir e Shanbuyaco, na foz do rio dêsse nome e na esquerda — «Bôca do Shandless», «Independência ó Cruzeiro» e «S. Rosa» na bôca do rio de igual denominação, entre «Hocana» e Sobral o «Furo do Juruá», cuja nascente se aproxima da do rio Jurupari (dois dias de varadouro), afluente do Embira.

No Santa Rosa não havia colocações, passando-se de um afluente dêste para outro do «Envira», em um dia para o lugar «Cashuera» no igarapé «Iaminaguas» e em dois dias para «Engano». Desenhava o «Envira» de um pouco abaixo da foz do «Jurupari» até as nascentes, ficando os lugares Taumaturgo, Califórnia, Casa Fina, Ordem, Repartimento e Callao à riba direita, e «Yapon» (Japão), Tavares, Playa de Lima, San Juan e Progreso à esquerda do «Envira». Os manadeiros dêste davam para a foz do Tambo (Ucaiale) e os do Purus (Cujar-Pucani) para «Union» no «Cepagua» (Sepahua) no Urubamba (Ucaiale), atravessando-se o divisor de águas em quinze minutos.

Em julho de 1909, Euclides da Cunha apresentava um «Esboço da Região Litigiosa-Peru-Boliviana». Risca a «Linha das pretensões peruanas e falsa semidistância do Madeira bolivianas — da nascente do Javari (cêrca de 7°) à margem do Madeira (6°52'15)». Regista Cruzeiro do Sul na margem direita do Juruá, quando é na esquerda, e desenha um outro rio entre o Môa e Ipixuna, invadindo o território federal, corrente fluvial, aliás inexistente. Os Liberdade e Gregório pouco penetram no Território, originando-se de um só centro os rios Tejo, Liberdade, Gregório e S. Salvador, donde desciam também os Valparaíso e Amoacas, embora sem nomes. Tirante o Valparaíso, as dos demais estão mais ou menos bem situadas. O Amônea não transpunha a fronteira perúvio-brasileira; o Tarauacá nascia cêrca de 9°15' e o Embira a 10°20', ao norte das nascentes do Juruá, que também se originava cêrca dêsse paralelo, e o Purus nas proximidades do de 11°.

Pela linha falsa, o território peruano começava abaixo da foz do Gregório (Juruá) e de Cachoeira (Purus), perto de Lábrea, e Crato (Madeira) ficava pertencendo ao Peru.

Regista Rio Branco (Emprêsa), Xapuri, Cobija e Pôrto Acre, no rio dêste nome.

Ainda em 1909, Euclides da Cunha organizava uma «Carta do Alto Acre, segundo os recentes levantamentos do Major Fawcett» (Rio, 19-7-1909).

Anota as distâncias em dias de canoa do igarapé Bahia a Tacna (fóz do Yaverija) e daí a Yorongas, abaixo de São Lourenço e rio dos Patos, acrescentando que, nas cheias, subiam lanchas até Tacna e vapores até Pôrto Carlos.

Antes disso, em 1907, numa «Cópia da Carta da Delegacia Nacional en el Territorio de Colonias» (Bolivia), Euclides da Cunha fixava o rio Acre de um pouco a jusante de Capatará ao igarapé Bahia, com varadouros de Iracema e Xapuri para Gironda, Costa Rica e Bela Vista; o rio Abunã até Sta. Rosa (10°36'); o Rapiirã delimitando a fronteira boliviana até a «Cabrera de Rapiirã» (cêrca de 10°36') e uma linha avermelhada daí a cabeceira do igarapé Bahia. O Abunã de Sta. Rosa para o alto estava simplesmente ponteadado, bem como seus formadores Muimanu e Karamanu, os quais nasciam perto do paralelo de 11° e a oeste do meridiano 68° W.Gr., muita coisa ainda baseada em informações inexatas, apesar dos trabalhos do Coronel Pando sôbre a região.

Dentro dêste decênio, a Sociedade Nacional de Agricultura publicou um mapa intitulado «Território do Acre», organizado por M. Paulino Cavalcanti, o qual obteve o «Grande Prêmio da Exposição Nacional de 1908 apesar da sua imperfeição. Das povoações acreanas, sômente Cruzeiro do Sul tinha o sinal de cidade, o que era verdade, pois, Sena Madureira só em junho de 1908 era alçada a esta categoria e Rio Branco ainda mais tarde. Pôrto Acre e Xapuri, que, já haviam tido êste título, o perderam em 1903 e 1905, respectivamente. No lugar de Rio Branco, via-se Empresa, classificada vila, como Sena Madureira, Xapuri e vários outros povoados do Juruá, Purus, Acre e Xapuri, o que nem sempre é verdadeiro.

Assinala, entre outros lugares, «Boa Horta», na fóz do Juruá Mirim, talvez, a barraca Boa Hora, cêrca de dez milhas a montante; «Villa Andrada», num vazío entre as nascentes do Valparaíso e do Acuráua, quando devia ser no rio Tarauacá. Os rios Liberdade, Acuráua e Tarauacá muito curtos, ao passo que o Embira nasce na altura do «Furo do Juruá» que dá para o Purus, mas, ainda, longe do seu desenvolvimento. Neste, alguns sítios e rios mais ou menos nos seus lugares.

No Acre, «Pôrto Acre» está arredado da margem do rio. Não tem coordenadas, nem traça o limite do território com o Peru e a Bolívia.

Põe o sinal «Hevea» em tôda a região excetuando a zona a oeste do Juruá, abarcada pelo rio Juruá Mirim e a linha geodésica «Beni-Javari», na qual põe o sinal de «Mangabeira», quando, na verdade, a seringueira (hevea brasiliensis) é que aí predomina, desconhecendo-se a mangabeira.

O «Croquis do Território Federal do Amazonas» refere-se ao tratado com o Peru de 8 de setembro de 1909 e a fronteira peruvio-boliviana segundo o laudo arbitral de 9 de julho do mesmo ano, de sorte que deve ser, pelo menos de 1910, estando nêles mui deslocados os rios Juruá, Purus, Chandless, Yaco e Acre, tanto que o primeiro dêles nasce ao redor de 14°30' S. e os demais além de 15°, como nos mapas dos séculos XVIII e XIX. A do Javari está ao sul de 11°. Há varadouros do Juruá Mirim, Amônea, Breu, Curanja e Purus para o Ucaiale. Regista as cidades de Cruzeiro do Sul (11°50'), e Sena Madureira (13°) ? Rio Branco era simples lugar, ao passo que «Pôrto Acre» tinha sinal de cidade, havendo, assim, confusão, circunstância também occorrente entre as latitudes do lado esquerdo do «Croquis» que estavam certas, e as do direito, que tinha a mais cêrca de quatro graus. Era anônimo.

O alemão Augusto Hilliges, comandando uma lancha brasileira, percorreu os principais rios da região, organizando interessantes trabalhos sôbre o curso do Purus e Juruá.

A parte correspondente ao alto Purus compreende levantamentos da bôca do rio Acre a do Chandless, datada de 1905, na escala de 1:185.400. Marca as distâncias de 5 em 5 milhas, tiradas as coordenadas do mapa de William Chandless (1865), sem explorar os afluentes.

Mediu da foz do Acre à do Arapixy, 90 milhas (fol. 22); à do Yaco, 144 (fol. 24), à Barcelona, 240 (fol. 26); à do Chandless, 345 milhas.

Anotou, no trecho acreano, de Barcelona para cima — «Caminho dos Índios para o rio Juruá» (fol. 26), São Pedro, Novo Santarém, Novo Destino, «Plantação anteriormente Maloca de Mantenerys», Paisandu, Liberdade, Alegria, Itapuru, Santa Cecilia, Samauma, Itupu, (fol. 27), Nova Olinda, Santa Cruz, Redenção, Aracaju, «Sombraz» (fol. 28), Terra Nova, Ocidente e defronte Oriente, desembocando aí o «R. Chandless», antigo «R. Araca», de água branca, com a largura de 120 jardas na foz. É impresso na «Lith. u. Dr. V. Dietrich Reimer (Ernst Volsen) Berlin».

O do Alto Juruá começa na foz do Tarauacá e vai até a do Breu, no limite com o Peru, lugar em que mediu 1.606 milhas, a contar do desagudouro no Solimões. Também está datado de 1905, na mesma escala, marcadas as milhas de 5 em 5, sendo as coordenadas geográficas da parte inferior tiradas de W. Chandless (1867). Dá a profundidade máxima do canal do rio em pés ingleses, assim como anota igarapês, lagos, sacados, terra-firmes, estirões, torrões, salões, cachoeiras (corredeiras, pedreiras),

e os lugares em que naufragou determinado navio, como também no referente ao Purus.

Ao chegar no lugar Remanso, fronteira do Território do Acre com o Estado do Amazonas, o Juruá media 1.342 milhas, vendo-se umas duas milhas a montante o «Centro Brasileiro», local atualmente ocupado pela cidade de Cruzeiro do Sul, dando a entender que a zona fôra explorada por Hilliges antes de setembro de 1904, data da fundação da cidade.

Nas 264 milhas em que o Juruá corre no território acreano, regista todos os barracões correspondentes aos seringais daquele tempo, assim como as barracas de moradores existentes, situando regularmente as barras dos rios ou igarapês e bôcas de lagos que despejam no Juruá. Anos depois, algumas dessas localizações já não eram as mesmas e, atualmente, a diferença é maior, não só porque a queda do barranco do rio obriga o morador a se mudar para lugar mais seguro, daí se originando as denominações de Novo e Velho para certos seringais, como também os «sacados», isto é, o lugar em que o rio corta, encurtando-o de quilômetros e quilômetros, mudando a sua feição, deixando o barracão dentro do trecho abandonado, isolando-o das relações comuns, ou o impelindo a erguer nova residência noutro local mais apropriado ao seu comércio.

É um dos trabalhos mais completos que se tem feito sôbre os rios acreanos. Dizem que há também um referente ao rio Acre, sendo que o do Tarauacá foi preparado e oferecido ao prefeito do «Alto Juruá», em 1908, que o não publicou.

Vejamos, agora, os estrangeiros. Surge logo o «Mapa Vial del Departamento de Loreto n° 4 (Ministerio del Fomento), por Hector Roza, sem data, mas referindo-se à «Comisaria Peruana em 1903», localizando-a à jusante do lugar Acuriá, na confrontação da foz do Amônea, onde, realmente, esteve de 15 de novembro de 1902 a 5 de novembro de 1904, dando essa intromissão lugar ao acôrdo provisório de 12 de julho dêste último ano, que neutralizou o território ao sul do rio Breu, ficando a zona ao norte do mesmo rio sob o dominio brasileiro. Essa carta deve ser de 1903 a 1904, sendo interessante por dar a origem do «Embira» ao sul da do Torolluc (Juruá), mostrando melhor conhecimento da região, conforme se verificou mais tarde. Fixa no Juruá acreano, acima da «Comisaria» aludida, os rios Acuriá, San Juan, Caipora e Breu, em cuja foz se vê «Nuevo Iquitos» (nome que já haviam dado a Bôca do Amônea), e, em frente, na margem do Juruá, «Puerto Pardo». No Embira e Purus, não há colocações, riscando aquêles de 9°25' para o alto, e neste, o rio Santa Rosa, sem obedecer ao seu atual curso, e, na banda direita o

«Nhamboyacu, que deve ser o Chambuiaco da divisória internacional.

Realmente o Peru ainda pleiteava terras consideradas brasileiras no Juruá e Purus e, por isso, incluía a zona juruaense à montante da bôca do Amônea, como sendo sua, não obedecendo a limitação pretendida pelo Brasil, só regularizada pelo tratado de 8 de setembro de 1909, de maneira que, nessa imensa fronteira, apesar de criados e instalados os Departamentos brasileiros desde 1904, suas raias ficariam ainda sujeitas a variações durante um lustro, ensejando vários atritos de natureza cruenta entre brasileiros e peruanos.

Há um «Mapa del Departamento de Loreto», corrigido e aumentado com os estudos de Espinar, Buenaño, Mavila, Zavala, von Hassel e outros, mandado verificar pelo Prefeito Don Pedro Portillo nos anos de 1901 a 1904 — «trazo y dibujo de los cartógrafos Hoempler, Baluarte y Vallejos», na escala de 1mm = 1 Km, publicado em 1906.

Assinala no «Yuruá», ao sul do limite internacional — «Libertad», assim como o rio do mesmo nome com os afluentes «Caraballo» e «Lindo», à esquerda e o Forquilha à direita; nascendo o Gregório na altura dêste. Coloca «Cruzeiro do Sul» (Prefeitura do Alto Juruá) e outros lugares até chegar a «Mello», pondo ao lado «Comisaria Peruana 1903», a banda esquerda do «R. Amoenya». Daí para cima, colocações já conhecidas e a margem direita do rio Breu «Nuevo Iquitos», e numa volta arriba, ao lado esquerdo do Juruá — «Ptº Pardo», e na foz do «Vacapista» — «Puerto Portillo».

«Caraballo» no rio «Libertad», nada mais era do que a alteração de «Carvalho», apelido do brasileiro Francisco Freire de Carvalho, dono de quase todo o rio. «Mello» era o proprietário do seringal «Minas Gerais» que compreendia ambas as margens do Amônea. «Nuevo Iquitos», «Puerto Pardo» e «Puerto Portillo», lugarejos de poucos anos de duração.

Sen: novidades quanto aos rios, a não ser a alteração de nomes portugueses para o castelhano. A denominação de «Rio Yuruá» ia até receber êste o «Peligro», prevalecendo daí para o alto a qualificação de «Torroluc», nome que Belarmino de Mendonça anotou (1905), adiantando que era recente e pôsto pelos caucheiros peruanos que pela região andavam há poucos anos.

O Juruá Mirim está com os seus afluentes completos e o Môa, apenas, com os formadores «Bregues» (Breguessou ou Azul), à direita e o «Rio Mochalco», talvez o Monaz de outros autores à esquerda, havendo uma leve serraia no divisor internacional, serraia esta que se tornava mais intensa à medida que se dirigia

para as cabeceiras do Juruá Mirim e daí para as ribas do Tamaya (Ucayale).

O Acuráua, afluente do Tarauacá, tinha sua fonte próximo a do Breu, muito além da do Liberdade que, por sua vez, se aproximava da do Alto Tejo, registos êstes não verdadeiros, pois, o Acuraua tem seu manancial muito abaixo, e o do Liberdade dá para a nascente do Paraná de Pedro Gomes, contribuinte do lado direito do Tejo.

A origem do «Tarahuacá» não alcança o paralelo de 9º, ao passo que a do Muru chega a cerca de 9º06' e a do «Embira» provinha de 10º15', ao sul da do Juruá. A dos dois primeiros não combinam com as últimas verificações.

Da origem do Javari saíam quatro linhas em tinta vermelha: a divisória da era colonial um pouco inclinada para o norte na direção do rio Madeira; a segunda correspondendo ao tratado de 1867, parando na confluência do Beni-Mamoré; a terceira que ia ter ao lugar «Peruanos», abaixo de «S. Rosa» e da foz dêste rio e do lugar «Union», acima de Sobral e daí tomava novo rumo, cortando o «Chandless ou Arasa», «Yacu», «Aquiry», ao sul do «R. de las Plagas», findando no «Madre de Dios», e a quarta se relacionava com a «Linea de limite pretendida pela Bolívia» que incidia no Madre de Dios na confluência com o rio Inambari.

O rio Purus contravertia com o «Shepahua» (Ucayale), pelos formadores Pucani e Cavaljani, tendo à direita o Manoel Urbano, Cocama, «Chandless ou Araza», «Yacu», tendo êste vários afluentes — Caeté e Laporeto, além de outros sem nome e à esquerda Curiuja, Arraia, Curumaha, Santa Rosa, «Rio Tarahuacá», Macapá, «Pahuinim», etc.

Nas barrancas do Purus, colocaram Curanja, S. Juan, Catay, S. Rosa, Union, Peruanos, Sobral, Nuevo Lugar (residência provisional de la Comisaria Administrativa Brasileira, à margem direita e à esquerda — a da Comisaria Peruana, cerca de 9º05'). Mais abaixo «Campamento de la Comisaria Brasileira»; seguindo-se «Santa Cruz Nuevo, N.tra. Alegria», Barcelona, Palestina, «Rueña», «Tres Ciudades», «Junin», e outros lugares, sendo que alguns escritos à moda castelhana, em pleno território do Estado do Amazonas, para mostrar a influência ou explorações de origem peruana, inexistentes nesta zona, principalmente ao norte da diagonal apelidada de Cunha Gomes.

Nenhum progresso relativamente ao vale do Acre, mostrando-se mesmo atrasado, não só quanto à hidrografia, como sôbre as localidades.

Situa «Nueva York» na bôca do Riosinho, «Pto. Hernoon», acima de «Pto. Acre»; «Flor de Oro» no início de um varadouro

que se dirige ao Madre de Dios; «La Redonda» e «La Salud» entre Xapuri e igarapé Bahia, todos desconhecidos, a não ser Flor de Ouro e Pto. Acre. Os formadores do rio Acre todos ponteados.

No rio Xapuri, põe S. Fê, «Gapitari», Porvenir, Paumari, «Soledad», S. Francisco, S. Ana e «Chapuri», êste já no alto.

O rio Abuna, tendo por formadores os Chipamanu e Karamanu, recebe o Rapiirrã na parte média.

O Iquiri, como o Abuna, origina-se na confrontação da barra do Xapuri, tendo um contribuinte no curso médio — Huakeri.

Risca varadouros de S. Francisco (Acre) para o Manuripe (Orton), de «La Redonda» (Acre) para Costa Rica (Tahuamanu-Orton), de «Flor de Oro» (Acre) para Rosário (M. de Dios) e de Pto. Hernoon (Acre) para o Beni.

O Major de artilharia do exército inglês, P. H. Fawcett, servindo como engenheiro da comissão de limite boliviana, assina um mapa de «La Frontera del Norte» da Bolívia, no qual regista o rio Acre de «Nichtheroy», abaixo de Capatarrã, até os manadeiros, situando êstes a 11°10' S. por 70°30' de long. W.Gr., o que não confere com a posição determinada três lustros mais tarde pela Comissão Mista Brasileo-Peruana.

O Abuna está desenhado até Santa Rosa, achando-se ponteadado daí até encontrar os seus formadores: Ina, Xipamanu, Muimanu e Karamanu, que se acham nas mesmas condições.

O Rapiirrã ia até Novo-Horizonte, contravertendo com o o igarapé S. Francisco ou Itu, a S.O. dos campos Esperança e «Gavian», o que não é exato.

Anota índios «Katianas Y Cachetis» no alto Xapuri, S. Pedro e dos Patos; e «Guarayos» no igarapé Maloca e ao sul da nascente do Acre.

Rafael Rey Alvarez Calderon (1907) traçou o «Croquis de la Region del Litigio de Fronteras Peruano-Boliviano», o qual assinala o «Limite do V. Reinado del Perú en 1810»; «Ultima pretension de la Republica de Bolivia», «Linea Inambari-Yavari», (pretension anterior de la Republica de Bolivia); «Linea Beni-Yavari del tratado boliviano brasileiro de 1867»; «Linea fijada en el tratado boliviano-brasileiro de 1903 llamado de Petropolis».

A do vice-reinado do Peru ia do Javari ao Madeira, na latitude de 6°52'. A segunda ia da nascente do Javari (cêrca de 7°05'), aproximava-se da margem direita do Ucaiale, seguia o curso do Urubamba, cortava as nascentes do alto Madre de Dios até alcançar o limite do vice-reinado ao norte do lago Titicaca. A terceira era uma diagonal, da origem do Javari às ribas do Madre de Dios, transpondo o Juruá na foz do rio Tejo, e o Purus na altura da barra do segundo Chamboyaco, ficando o território

a oeste para o Peru. A quarta corresponde a chamada linha Cunha Gomes; e a quinta, conforme o seu título ao tratado de Petrópolis.

O Juruá provinha de $10^{\circ}20'$, o Amônia de $9^{\circ}30'$, o Tarauacá de $8^{\circ}58'$; o Purus de 11° ; o Acre de $11^{\circ}05'$ e o Abunã de $11^{\circ}10'$.

Adolfo Ballivian delineia um «Mapa de la frontera terrestre acreana, entre o Brasil e a Bolivia, com sujecion al mapa oficial del Tratado de Petrópolis, designando los resguardos de Aduana según Decreto Delegacional de 11 de julio de 1907, diseñado por el Major Sñr. P. H. Fawcett, miembro de la Real Sociedad Geografica de Londres, na escala de 1:500.000 — Reducido al meridiano de Paris».

Traça o rio Acre de um pouco abaixo de Capatará ($10^{\circ}15'$) até o «Arr. Bahia», registando Cobija na foz dêste ($11^{\circ} \times 71^{\circ}08'$); Xapuri ($10^{\circ}40' \times 70^{\circ}50'$); Iracema ($10^{\circ}30'$) e Capatará ($10^{\circ}15'$); partindo dêsses lugares caminhos para Porvenir, Bela Vista, Costa Rica, Gironda e Palestina, no Tahuamanu e Orton, sendo que o de Xapuri bifurcava ao transpor o Xipamanu (alto Abunã), indo um para Bela Vista e outro para Costa Rica. O Xipamanu nascia entre o Bahia e Porvenir, um pouco a E. e o Ina na altura de Xapuri e Bahia; colocando «Esperanza» entre a cabeceira do Iquiri e o Rapirã ($10^{\circ}28' \times 70^{\circ}10'$).

O cartógrafo peruano Camilo Vallejos Z publica o mapa do «Departamento Fluvial do Madre de Dios», em que fixa o alto Purus (peruano) e o alto Yaco, do meridiano do «Shambuyaco» para baixo ($10^{\circ}42' \times 70^{\circ}40'$). No rio Acre, desenha o Xapuri e vários lugares de Iracema até as nascentes, a cêrca de $11^{\circ}10' \times 70^{\circ}30'$; e mais ao sul, o Karamanu originando-se próximo ao manancial do Bahia e o Xipamanu cêrca do paralelo de 11° .

No «Mapa del Perú», o mesmo autor mostra os desmembramentos que há sofrido o país durante os governos do Presidente Augusto Leguia (1908-1912 e 1919-1930), em 1909, 1922 e 1929. Risca os Javari, Juruá, Gregorio, Tarauacá, Embira, Purus e Acre, deixando inominados vários afluentes do Juruá, assim como o Chandless e o Yaco no Purus; o Andirá, Riosinho e Xapuri no Acre; tendo o Iquiri e o Abunã contribuintes.

Camilo Valejos Z, também traçou o «Mapa del alto Juruá Y alto Purus», compreendendo «las ultimas Exploraciones y Estudios verificados desde 1900 hasta 1906», publicado em 1907, na escala de 1:1.000.000; long. W. Gr.; impr. na «Litografia y Tip. Carlo Fabri, Lima, Peru. Trata-se de uma edição mandada levantar pelo Prefeito de Loreto, Coronel Pedro Portillo, assinando «en tinta roja el rumbo de su viaje en 1900 y el ultimo tratado con el Brasil siendo ministro de las Relaciones Exteriores el Dr. Alberto Elmore».

A exploração do Coronel Portillo penetrou no Brasil pelo istmo entre os manadeiros do Juruá Mirim (Juruá) e os do Abujao (Ucaiali), desenhando como formadores do primeiro as torrentes Tamboriac, Quinin e Mapalco, seguindo a linha que devia vir da nascente do Javari pelo meio dos vales do Tamaya (Ucaiali) e Juruá Mirim, transpôs o istmo entre os mananciais do Tamaya (Uc.) e um contribuinte do Amônea (J.), prosseguiu pelo divisor de águas das duas grandes bacias Juruá-Ucaiali, passando ao divisor dêste com o Purus, pelo istmo formado pelas nascentes do Coenhua (Uc.) com as do Vacapistea (J.), contornou as do Purus, prossequindo pelo divisor do Chandless (P.) com o rio de la Piedras (Madre de Dios), Aquiri ou Acre e Yacu. Daí transpôs o Purus em «Tierra Nueva» (abaixo de Triunfo Velho) e voltou para oeste em procura da origem do Javari, deixando atrás os rios Embira, Muru, Tarauacá e Acuráua, lançou-se pelo divisor dos rios Tejo e Liberdade, cortou o Juruá no seringal Russas, continuou por entre os vales do Juruá Mirim e Mõa, num penoso e complicado percurso de milhares de quilômetros.

Risca a «Linea segundo el Tratado de 12 de julio de 1904» (Velarde-Rio Branco) desde o Juruá até o Purus, passando por «Jabonero» (Amônea) Nuevo Iquitos (B. do Breu), cortando o Tarauacá, Embira, Santa Rosa e o Purus (em Catai), vira para o sul e pelo divisor de águas do Chambuyaco e do «Sta. Cruz ó Yapahá» alcança o do Purus com o Aquiri, na nascente do «Rio Malaga».

No Juruá, não regista um dos seus principais contribuintes — o Paraná dos Mouras, reduz muito o curso do Mõa, omite a cidade de Cruzeiro do Sul, ou o antigo Centro Brasileiro, seringal em que se fundou a cidade, desde 1904, apesar do mapa compreender as últimas explorações até 1906 e andaram no local alguns peruanos vários anos antes. No lugar em que está hoje a vila Humaitá, põe «Puerto Camillo», onde realmente êles tiveram um ponto comercial, e na foz do Amônea vê-se: «Comisaria peruana en 1903»; na do Breu: «Puerto Pardo» e «Nuevo Iquitos».

O alto Juruá está conforme os estudos da Comissão Mista Brasil-Peru, em 1905, transpondo o rio Embira as nossas raias e contornando os manadeiros do Juruá, estando, porém, a nascente do Tarauacá mal disposta; sem um só seringal nesta ribeira e na do Embira.

No Purus, o Santa Rosa e o Chambuiaco estão mal colocados; no Yacu põe um afluente denominado «Laponeto», à margem direita e, na esquerda, o «Caete», além de outros inominados; enchendo de nomes, na maioria a castelhana, as margens do Purus, de Catai à confluência do Macapá, compreendendo tôda a zona atualmente acreana, parecendo ter a finalidade de demonstrar a existên-

cia do povoamento pelos peruanos, da região purusiana, quando a precedência coube aos caboclos do nordeste brasileiro.

É certo que os caucheiros peruanos andaram nessa ribeira, como também aconteceu nas do Juruá, Tarauacá, Embira, Yaco, mas, de modo efêmero, como exigia a indústria caucheira, que adotavam (7).

No decênio iniciado em 1911, a cartografia acreana ia melhorar, devido aos trabalhos da Comissão mista brasileiro-boliviana, chefiada, a nacional pelo Almirante José Cândido Guillobel, mais tarde substituído pelo seu colega Antônio Alves Ferreira da Silva, que completaria no decênio seguinte a demarcação de nossos lindes com as repúblicas da Bolívia e do Peru.

Em 1911, a comissão fez o levantamento do curso superior do Rapirrã, determinando as coordenadas geográficas de sua nascente principal: Lat. S. de $10^{\circ}36'13''00$ e long. O. Gr. de $67^{\circ}45'42''63$, (8) organizando um «Mapa do Rapirrã e Alto Iquiri», no qual mostra a situação dos lugares vizinhos, inclusive os campos Esperança, Central e Gavião; a nascente do Iquiri ($10^{\circ}25'30'' \times 67^{\circ}50'20''$) e outros pontos adjacentes.

Em 1912, levantou o rio Acre, do seringal Capatará até a confluência com o arroio Yaverija, fronteira do Brasil, Bolívia e Peru, onde ergueu dois marcos divisórios: um na margem direita desse arroio, em território boliviano, no ângulo formado por essa margem com a direita do Acre na lat. S. $10^{\circ}56'38''73$ e na long. O. Gr. $69^{\circ}39'20''45$, e outro na banda esquerda do Acre, em território brasileiro, defronte da barra do arroio referido, na lat. S. $10^{\circ}56'33''20$ e long. O. Gr. $69^{\circ}39'09''56$. Em frente a boca do igarapé Bahia também foi inaugurado um marco na lat. S. $11^{\circ}01'01''26$ e long. O. Gr. $68^{\circ}50'17''73$, bem como outro na esquerda desse igarapé com a direita do Acre, aos $11^{\circ}01'04''65$ lat. S. e $68^{\circ}50'16''67$ de long. O. Gr.

Além disso, fez-se o levantamento do braço Floresta e de suas ramificações, afluente principal do Bahia; do Ina e Chipamanu, em todo os seus cursos; do Abunã, entre a sua confluência com o Chipamanu e Ilmani; e do Rapirrã, a começar do ponto em que ficaram os trabalhos de 1911, até a confluência no Abunã; dando um total de 1.028 quilômetros para o ano de 1912, com 54 coordenadas determinadas em pontos diferentes (9). Em 1913, a comissão levantou o rio Abunã, de Ilmani ao desaguadouro no Madeira e determinou coordenadas geográficas em vários pontos do Abu-

(7) Euclides da Cunha — Relatório da Comissão de Reconhecimento do Rio Purus (1905) e Notas complementares, págs. 26, 27, e quadro final; J.M.B. Castelo Branco — «Caminhos do Acre», págs. 119-122.

(8) Relatório do Ministério do Exterior, de 1913-1914, pág. 235.

(9) Relatório cit., págs. 235 e 236.

nã e Rapirrã, erguendo marcos na margem direita dêste com a esquerda do Abunã e na margem esquerda do Rapirrã com a esquerda do Abunã, isto é, em sua confluência; na confluência do Abunã com o Madeira e na dêste com o Beni (10); organizando uma carta da região compreendida entre as nascentes dos rios Rapirrã e Igarapé Bahia, e os Acre e Chipamanu (11).

Terminados os trabalhos de demarcação com a Bolívia, foi exonerado do cargo de primeiro comissário, o Almirante Guillobel, assim como o Capitão de Fragata Antônio Alves Ferreira da Silva da chefia da Comissão brasileira de demarcação de limites com o Peru, devido a suspensão dos serviços em 1914, de acôrdo com os dois governos, por atos de 30 de setembro de 1915 (12).

Em 1914, a comissão brasileira apenas iniciou os serviços, que foram restabelecidos em 1920, com o referido Ferreira da Silva na chefia, já como capitão de mar e guerra (13).

Fixou como definitiva a lat. S. de Sena Madureira, de 9°03'56",88 e a long. O. Gr. de 68°39'35",55; ergueu um marco na origem do Chambuyaco na lat. S. 9°49'41",09 e long. O. Gr. 70°37'15",18 e outro na sua foz: 9°33'30",80 de lat. S. e 70°36'03",88 de long. O. Gr.; bem como um na nascente do rio Santa Rosa na lat. S. 9°51'13",59 e long. O. Gr. 71°07'59",33 e outro na sua bôca, na lat. S. 9°25'17",10 e long. O. Gr. 70°29'52",04 (14).

Em 1922, reinaugurou o marco da foz do Yaverija, com pequena modificação nas coordenadas e fixou o da nascente do rio Acre na lat. S. 10°56'05",33 e long. O. Gr. 70°31'48",28 (15); prosseguindo nos seus trabalhos ao longo da fronteira com o Peru, extensa de 1.565.088,39 m, sendo 572.774,11 m, por água e 992.309,28 m, por terra durante os anos de 1923 a 1927, levantando 86 marcos na mesma; sempre dirigida pelo Contra-Almirante Ferreira da Silva e pelo Coronel do Exército peruano Roberto Lopez; organizando um mapa geral da fronteira brasileiro-peruana, desde a foz do Yaverija, no rio Acre, até a nascente principal do rio Javari (16), além de vários outros locais como veremos mais adiante.

(10) Relatório cit., pág. 239.

(11) Relatório cit., pág. 245.

(12) Relatório cit., de 1915-16, págs. 201 e 204; e de 1920-21, Anexo A, págs. 103 e 104.

(13) Relatório cit., de 1920-21, Anexo A, págs. 103 e 104.

(14) Relatório cit., 1920-21, págs. 111, 84, 85; e de 1922-23, Anexo, págs. 147, 154 e 161.

(15) Relatório cit., 1922-3, Anexo A, págs. 168 e 181.

(16) Relatório cit., 1927, págs. 24 e 25.

Voltando à década de 1911-1920, temos o «Map of the Region between Tacna and the confluence these river Abuna and Rapirrá» — Prepared by the Bolivian Survey Commission under the direction of Commander H. A. Edwards, R. N. R., 1911-1912, que regista o rio Acre ponteadado de Capatará até o igarapé Bahia e daí para cima o risca até Tacna (lugar na foz do ig. Yaverija). Não esquece Cobija (bôca do Bahia), e desenha o Ina e o Xipamanu desde as nascentes, além de 11° de lat. sul; o Abunã até confluir com o Xipamanu; e o Rapirrá entre o Iquiri e o Abunã, fazendo o Iquiri nascer perto de Palmares nos Campos Esperança, o que está certo.

Guilherme E. Billingham, da Sociedade Geográfica de Lima, traçou «El Perú en 1913», debuxado porém por Camilo Vallejos, que fixou a nascente do Yavari cêrca da latitude de 7° S., do Juruá em 10°15'; Nuevo Iquitos, na barra do Breu e a origem do Tarahuaca entre as do Juruá e do Embira. No Purus, regista os Cujar, Curiuja e Santa Rosa à esquerda, e à direita o Shambuyaco meridional e o sententrional (na fronteira), o Chandless e Yaco, que se originam no Peru. No «Aquiri ô Acre», risca do alto para baixo «Q. Maloca», «R. S. Pedro ó Ramirami» e «R. Hapuri», na margem esquerda, e outros inominados a jusante; na banda oposta o Yaverija, Manitirija e Nuaiza. Fronteira a barra do Hapuri (Xapuri) o lugar «Hapuri».

O Rapirrá nasce perto de 10°18' lat. S.; não regista o Iquiri, levando o Abuna até 10°30', com os seus formadores já conhecidos, sendo que o Caramanu é o mais extenso.

A «Inspetoria Federal das Estradas» (Ministério da Viação do Brasil) publicou em dezembro de 1913, «Estados do Pará, Amazonas e Território do Acre», na escala de 1:5.000.000, ficando o Território à direita do mapa, vendo-se aí as cidades de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira; vilas Taumaturgo e Andrada (no Juruá), Tarauacá e Seabra (no Tarauacá), Feijó (no Embira), Penápolis, Rio Branco e Marechal Deodoro (no Acre).

O mapa não alude a uma só estrada de ferro, mesmo em estudos, no Território, e no tocante à situação dos povoados e rios é bem defeituoso.

A vila Andrada devia estar no Tarauacá e foi posta no Juruá; a vila Tarauacá no rio dêste nome é demais; as vilas de Xapuri e Brasília foram esquecidas e a de Pôrto Acre figura apenas como simples povoado, equiparado aos seringais Bagé, Amapá, Benfica, Iracema e S. Pedro.

Quanto aos rios, esqueceu no Juruá, entre os principais, o riosinho do Leonel ou Amoacas e o Grajaú; no Tarauacá, o Jordão; no Embira, o Paraná do Ouro e, no Iaco, o Caeté.

No Purus, todo o curso do rio «Chandless ou Araça» (Araca ou Arasa) está dentro do território acreano, quando, na verdade, a maior parte ou cêrca de sua metade fica no país vizinho.

Fixa como formadores do rio Ituxi, os Iquiri e Rapiirrã, quando êste pertence ao vale do Abunã; e faz o Iquiri nascer na Bolívia, registo sem precedentes e nenhum fundamento.

Vê-se no Abunã o «R. Abuna Chico», o que me parece uma novidade.

Sendo uma carta oficial, devia ter sido confeccionada com mais cuidado.

João Alberto Masô disse numa conferência pronunciada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a 27 de abril de 1916, que apresentou ao Ministro da Agricultura Pedro de Toledo o seu primeiro mapa do Território a 30 de dezembro de 1912, e, voltando ao Acre, em 1915, a sua custa, durante um ano de novos trabalhos, regressou (p. 12) à capital do país com um segundo mapa, conscienciosamente corrigido e muito melhorado (p. 13); tendo um ano antes da morte de Plácido de Castro publicado e pôsto à venda um pequeno mapa do Acre (p. 13). Acrescenta Masô, no seu relatório ao Ministro da Agricultura, de 23 de janeiro de 1913, que o ministro referido mandou imprimir o de 1912, mas, apesar de procurá-lo, como também o de 1907, uma vez que Plácido de Castro foi assassinado em 1908, não os encontrou.

Resta o de 1907-1917, encimado pelos retratos do Barão do Rio Branco e de Plácido de Castro, intitulado «Território do Acre» e compreendendo o vale do Ucayali (Peru), Território das Colônias (N.O. da Bolívia), E. F. Madeira e Mamoré, E. de Mato Grosso e S. O. do E. do Amazonas, com diversas tabelas de informações, 155 coordenadas geográficas e uma carta suplementar da Amazônia, impresso pela editora Francisco Alves & Cia. e gravado por Max Hunger; acrescentando o autor que foi premiado com a medalha de ouro de mérito científico pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1916; aprovado unânimemente e com voto de louvor pelo Clube de Engenharia e pela Comissão da Nova Carta Geográfica do Brasil, sendo êle Masô, engenheiro civil, ex-diretor das obras públicas dos departamentos do Alto-Acre e do Tarauacá; ex-delegado do Ministério da Agricultura no Território do Acre; ex-chefe de seção em diversas comissões de trabalhos geodésicos e de estudos e construção de estradas de ferro; e sócio efetivo do Clube de Engenharia e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

De certo, é o mais completo e minucioso dos mapas da região, incluindo datas históricas e o curso navegável dos rios, num formato mais amplo, e na escala de um milímetro igual a um quiô-

metro, não deixando, porém, de apresentar várias lacunas, principalmente na zona fronteira com a república peruana, em que, só no decênio seguinte, se completaria a demarcação por uma comissão científica composta de brasileiros e peruanos como também, quanto às outras zonas por se basear em trabalhos imperfeitos oferecidos por técnicos nem sempre idôneos e munidos de aparelhagem de que os que se seguiram possuíam e manejaram com mais eficiência; e informações de pessoas residentes nos municípios acreanos, a mais das vezes desconhecedoras das particularidades dos meandros e recantos da planície acreana.

Entre outras, podemos citar a fixação do curso do rio Embira inteiramente dentro do território nacional, quando os caucheiros peruanos já informavam, por essa época, ser a nascente do mesmo ao sul da do Juruá, exorbitando das nossas raias e contornando os manadeiros do último, como, anos antes, já o riscavam os cartógrafos peruanos Hector Rosa (Mapa Vial del Departamento de Loreto N. 4, cêrca de 1904); Hoempler, Baluarte e Vallejos (Mapa do Departamento de Loreto, 1906), e C. Vallejos (Mapa del Alto Juruá y alto Purús (1907)).

No vale do Juruá, vemos grafado à esquerda, «Ig. Preto» e «Paraná do Ouro», numa região em que desagua o rio Ouro-Preto, tanto que na embocadura do primeiro foram localizados os seringais Belo Horizonte, outrora Ouro-Preto, e Sobral, o que está certo, mas, criou o autor dois rios, desmembrando o verdadeiro nome do rio Ouro-Preto.

É certo que nas proximidades há o «Riosinho das Minas». Viria daí a confusão de ouro com minas?

Há um lugar chamado de Tijuca entre Belo-Horizonte e Reforma, ignorado pelos moradores. Nem o minucioso Hilliges o registou, salvo se Masô confundiu com o «Tijada» do alemão (1905), o que também ocorreu ao do Coronel Taumaturgo, escrevendo «Tijuca» (1906), quando, na verdade, trata-se de Quixadá.

O barracão do seringal Triunfo foi colocado na margem direita do Juruá, quando devia ser na esquerda.

O rio Liberdade tem sua nascente na altura da do Valparaíso e a do Gregório converge para a do Amoacas, quando ambos têm seus mananciais muito mais a oeste. E assim, tem outras falhas que ocorrem também nos vales do Purus e do Acre.

Manoel da Veiga Menezes, vice-cônsul brasileiro, organizou um «Croquis do Território Federal no Amazonas», 1919. Ainda não fixa bem os nossos limites com a República do Peru, traçando uma linha meio sinuosa do *divortium aquarum* do Ucaiali com o Juruá, cortando o rio Amônea cêrca do paralelo sul de 9°30' até

a foz do Breu, prosseguindo num Breu imaginário, procurando daí, numa linha quebrada, alcançar a origem do Santa Rosa, desce por êste, subindo o Purus até a barra do Chambuiaco.

Segue o curso dêste até os manadeiros do rio Acre, no paralelo de $11^{\circ}30'$, entre os meridianos 70° - 71° de long. O. Gr.

Regista as cidades acreanas de Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, sendo que esta na margem direita, quando é na esquerda do Juruá. No rio Acre, além da capital, só põe Pôrto Acre e Caquetá, nas raias do Território, ao passo que no vale do Purus, anota vários lugares. Quanto à potamologia, risca no Juruá, o Mõa (muito reduzido), o Juruá-Mirim e o Amõnea à esquerda; o Tejo e o Breu, à direita. As nascentes do Liberdade, Gregorio, apesar de não os pôr nomes, dão para as do S. Salvador (Tarauacá) e as do Tejo, como deve ser. O Embira nasce ao norte do Juruá e do Santa Rosa.

No Iaco anota o Caeté e «Riosinho», nome êste ignorado na região.

O Iquiri tem sua origem dentro do território federal, mas esqueceu o Abunã, marcando a fronteira com a Bolívia por meio de uma linha?

Reatando os trabalhos da comissão chefiada pelo Almirante Ferreira da Silva e Coronel Roberto Lopez que deixamos no ano 1922, ergueu ela ainda neste ano marcos correspondentes a intercessão da linha geodésica que ia da nascente do Chambuiaco à do Acre; prosseguindo nos anos seguintes no demarcamento da fronteira internacional, pelo rio Santa Rosa, terras altas que vão daí até as cabeceiras do Breu, êste rio, linha geodésica da barra dêste ao divisor de águas Ucaiali-Juruá, até encontrar a nascente principal do Javari, no Jaquirana.

Além de um mapa geral dessa extensa fronteira, datado de 12 de setembro de 1927, na escala de 1:750.000 como já dissemos, a comissão organizou mapas relativos aos trabalhos de 1920 e 1921, mas, como os dêste ano não tivessem a cooperação dos técnicos peruanos, foram repetidos, em 1922, pela Comissão mista respectiva.

Antes, em 1920, fêz novo mapa do trecho do rio Purus, entre as barras do Santa Rosa e Chambuiaco, organizado em 1914, ano em que também levantou o rio Chambuiaco até as cabeceiras, só apresentando mapa completo do Santa Rosa em 1920. Em 1922 preparou o mapa dos trabalhos dêste ano relativos aos rios Iaco e Chandless até a fronteira; e assim no tocante aos de 1924 (rio Juruá, compreendendo o Breu) e aos de 1925 a 1927, conforme os exemplares arquivados na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O de 1922 contém o rio Acre, de Paraguaçu até os formadores, dando as nascentes entre $10^{\circ}57'$ e $10^{\circ}58'30''$, tendo o do

sul o nome de Rio Branco, considerado, porém, como principal o do norte. O rio Iaco foi traçado do «Igarapé da Extrema» até além da fronteira peruana, contendo os lugares Extrema, Buenos Aires, Yurimagua e Abismo, sendo que o igarapé dêste nome não atinge o limite internacional. O Chandless está desenhado de 70°12' a 70°40' de long. O. Gr., por 9°48'30" a 10°23'; o Purus de 9°25' a 9°44' com o Chambuiaco até as nascentes, e o Santa Rosa da foz (9°24' × 70°30') até a cabeceira, cerca de 9°51'30" de lat. S. e 71°08' de long. O. Gr.

Afora êsses, há plantas relativas a alguns trechos ou lugares, como os da «Foz do Breu e do Juruá» (1924); do «Santa Rosa» e do «Chambuiaco» (1914), dos rios Juruá Mirim, Mõa (Juruá), além de outras parciais.

Pelo mapa do rio Mõa, ficou se sabendo que um trecho dêste rio, no seringal Belo Monte, está fora das raias do Território do Acre, na superfície do Estado do Amazonas, quando se supunha que todo êle fêsse acreano.

Com as referidas explorações, essa enorme divisa tornou-se conhecida com exatidão, bem como os terrenos vizinhos com as suas altitudes e a rede hidrográfica que a atinge e transpõe; as coordenadas geográficas não só da linha limítrofe, como de outros pontos do Território; o curso dos rios Mõa e Juruá Mirim; que as serras do rio Mõa não se achavam no limite com a República do Peru, ficando esta divisória 15 a 20 quilômetros para oeste; que o ponto mais ocidental do Brasil, fica no *divortium aquarum* do Juruá com o Ucaiali, na latitude Sul de 7°33'12",85 e longitude oeste de Greenwich de 73°59'32",45, ao sul do marco nº 76, ou sejam 7°32'36",39 × 73°59'20",73, nos manadeiros do rio Mõa (margem esquerda); que o ponto mais alto da região pouco passa de 600 metros, nas cabeceiras do Mõa, próximo às do Jaquirana (Javari); e a existência de um fenômeno geológico devido a erosão, pelo qual um formador do rio Branco, contribuinte do rio Juruá Mirim (vale do Juruá) liga-se a um outro que corre para o vale do Ucaiali (17).

De toda a fronteira acreana com as repúblicas vizinhas, somente o trecho a partir da nascente do Rapirrã até a do braço oriental do igarapé Bahia, não foi até hoje demarcado, apesar dos governos da Bolívia e do Brasil se comprometerem no tratado de 25 de dezembro de 1928, a nomear uma comissão para tal.

Ainda nesse decênio (1921 a 1930), o Padre francês Constantino Tastevin, membro da Sociedade de Geografia de Paris, ex-vigário do alto Juruá e Tarauacá, durante muitos anos, publicou

(17) Relatório cit., 1928, v. IV.

vários trabalhos históricos e geográficos, anexando a alguns dêles mapas do rio Juruá, principalmente do curso superior e diversos afluentes que êle percorreu por várias vêzes em vapor e canoa, na desobriga do seu vicariato.

O mais antigo corresponde a «Carte du Haut-Juruá et de ses affluents», 1914, publicado na *La Géographie*, órgão da referida sociedade, de fevereiro de 1920.

Não é o transunto de outros mapas da região, mas, o resultado de suas pacientes e pertinazes observações, embora as coordenadas geográficas sejam aproveitadas de outros.

As sedes dos seringais estão bem localizadas, bem como as correntes fluviais que correm para o Juruá, sendo o registo dêsses afluentes o mais completo, já mostrando que as cabeceiras dos rios Liberdade e Gregório partem da mesma terra alta, de onde descem as águas do Tejo, na vertente contrária (austral).

É certo que, na parte referente ao limite internacional, a carta se ressentia dos defeitos de outras anteriores, inclusive o enclausuramento dos rios Amônia, Arara e Embira no território considerado brasileiro, mas, deve-se levar em conta a dúvida que cercava esta divisa, só esclarecida mais tarde com as explorações da comissão mista brasilio-peruana.

Contudo, no «Haut-Juruá et affluents», segundo levantamentos e informações pelo mesmo autor (1908-1925), abrangendo mais de uma década de estudos e explorações até os mais distantes recantos, Tastevin apresentou um trabalho mais detalhado numa escala maior, do rio Liberdade e no que toca às nascentes dos rios Gregório, Liberdade, Tejo e São Salvador (êste último da bacia do Tarauacá), as quais são separadas, apenas, por uma aresta de terra, cuja largura média varia de 20 a 300 metros, na forma geral de um V mui dilatado do qual o vértice está virado para o norte (18), partindo uns para o N. e outros para N E e N O, em procura de seus desaguedouros; e do rio Embira, que já nasce em território peruano, ao sul da origem do Juruá, contornada por êle, como deve ser.

As cabeceiras do Tarauacá estão circunscritas pela do Jordão e as dêste apertadas entre as do Breu (Juruá) e do igarapé do Milho, contribuinte do rio Embira.

Tastevin ainda publicou, em colaboração com o etnólogo francês P. Rivet, a «Carte Linguistique des Bassins du Purus et du Juruá», no volume de maio de 1921 de *La Géographie* cit., ao lado de interessante trabalho sobre os índios que habitavam e ha-

(18) C. Tastevin — «Le Riosinho da Liberdade», 1925; in *La Géographie*, Paris, mars-avril, 1928, págs. 2-3.

bitam por essa região, principalmente a acreana, fixando-os nos rios respectivos.

Em 1921, organizei, está claro, sem a técnica precisa, um mapa do município do Juruá, o qual, por ser grande, mandei reduzir-lo numa fotografia, do qual juntei um exemplar ao nosso trabalho *O Juruá Federal* e remeti ao Congresso Pan Americano de História de 1922, sendo a parte descritiva publicada com um mapa de um trecho do rio Juruá, que anexei, mas, sem o mapa do município, que era bem informativo e minucioso.

O Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, quando Presidente Paulo Frontin, e tendo como redator o Engenheiro Francisco Bhering, desenhou e publicou em 1922, para comemorar o centenário da independência nacional, várias folhas correspondentes ao Brasil para a «Carta Internacional ao Milionésimo», na escala de 1:1.000.000, gravadas e impressas as referentes ao território do Acre, pela «Berliner lithographisches Institut Berlin W. 35», sendo tôdas datadas de 7 de setembro do referido ano.

A S.B. — 19 — «Juruá» — regista êsse rio de 4º a 8º latitude sul e 66º a 72º de longitude oeste de Greenwich, a qual só atinge reduzido trecho da zona federal no ângulo esquerdo do mapa, relacionando-se o restante com o Estado do Amazonas.

A S.B. — 18 — «Javari» — fixa o rio Juruá na mesma latitude, porém, na longitude de 72º a 78º, de modo que abarca grande parte do município acreano Juruá, o qual é separado do amazonense Eirunepé pela linha geodésica Cunha Gomes.

Assinala nas margens do rio principal : «Marco do Remanso», a cidade de Cruzeiro do Sul, S. Elias, Mato Grosso, Pucalpa, Novo Mundurucus, Boa Vista e Valparaíso.

Esqueceu os seringais da bôca do Môa, Miritizal (no estirão dos Náuas), Treze de Maio, Luzeiro, Paranâ dos Mouras, Tatajuba, Carlota, Uruburetama e Jaburu, apesar de ter grafado simples colocações como Santo Elias, Mato Grosso, N. Mundurucus e Boa Vista, sendo que esta defronte de Valparaíso, Pucalpa no ângulo formado pela esquerda do Paranâ dos Mouras com a esquerda do Juruá, e N. Mundurucus quase em frente a barra dêsse paranâ, em vez de colocar a primeira entre os seringais Carlota e Uruburetama, seis a sete milhas a jusante de Valparaíso; a segunda e a terceira três e quatro milhas abaixo da foz do Paranâ dos Mouras aludido.

No vale do Môa, vê-se «Villa Nuncio Lima» a jusante de «Recordação» quando, verdadeiramente, é a montante e a denominação é «Mancio Lima». Na parte superior à margem esquerda riscou o «Ig. Capanahua» e à direita o «Rio Azul», pondo neste algumas colocações como Sungaru e Monaiz. Acima do Capanahua risca vários igarapês, sem pôr os nomes.

O leito do Juruá desenvolve-se sobre terras entre 100 a 200 metros de altitude, e o do Mõa, de 200 a 300 metros, a partir do seringal Aurora para as cabeceiras, o que não é verdadeiro, escrevendo «Serra de Cantamana» na fronteira com o Peru, numas serranias que vão de 300 a 600 metros, segundo a escala hipsométrica adotada.

Os rios Lagoinha, Campinas e Liberdade sem colocações, vendo-se, apenas, desembocar no lado esquerdo do último o igarapé chamado Monteiro.

A S.C. — 18 — «Contamanas» — corresponde às terras que ficam entre 8º e 12º de lat. S. e 72º a 78º de long. W. Gr., fixando todo o alto Juruá, que nasce pouco ao sul de 10º.

Regista «Vila Humaytá» na foz do igarapé Esperança, como já fizera Masô em 1917, local realmente oferecido pelo proprietário Absolon Moreira para se instalar a sede do segundo termo da comarca de Cruzeiro do Sul, situado no seu seringal Humaitá, mas, como não tivesse casas suficientes para acomodar as repartições indispensáveis ao serviço público, nem o govêrno tomasse providências para construí-las, o juizado municipal, delegacias de polícia e agência do correio foram instalados provisoriamente na terra firme denominada «Porto Walter», situada três milhas acima, e de propriedade do mesmo seringalista, em que permaneceu até hoje, a princípio com o nome de Humaitá e ultimamente com o de Porto Walter.

Vemos também «Vila Andrada» a jusante da barra do igarapé Grajaú, engano êste grave, pois esta vila foi criada por Taumaturgo de Azevedo no vale do Tarauacá, êrro aliás já ocorrido nos mapas da Sociedade Nacional de Agricultura (1908) e da Inspetoria Federal de Estradas (1913); «Bôca do Paraíso», desconhecido: «Sobralo» em lugar de Sobral. «Rio Aurora» em vez de «Arara», êrro êste mais tarde repetido pelo cartógrafo do mapa «Fronteiras do Brasil», publicação do govêrno brasileiro feita em 1930.

As nascentes dos rios Liberdade e Gregório estão afastadas das do Tejo quando deviam estar próximas; ficando as do Embira dentro do território acreano, dando para as do Pique Yaco, no Peru, longe, porém, do paralelo de 10º austrais, quando devia ser ao sul dêste.

Regista o «Ig. da Flôr», na margem direita do Amauacas, riacho êste que desconhecemos.

Fixou bem as vilas «Taumaturgo», na confluência do Juruá com o Amõnea, e «Jordão» na do rio dêste nome com a do Tarauacá.

Resta a fôlha intitulada «Acre» que vai do rio Abunã ao Gregório, na longitude oeste de 66º a 72º, registando as cidades

de Sena Madureira, Rio Branco, Xapuri (T. do Acre), Cobija (Bolívia), e Bolpebra (Peru), e as vilas Seabra, Feijó, Pôrto Acre e Brasília; olvidando a de Castelo, no rio Purus, últimamente denominada Manuel Urbano; e fazendo de «Penápolis» a capital do Território, quando devia ser Rio Branco, assinalando esta sòmente com a categoria de cidade.

Na verdade, Penápolis é, apenas, um bairro de Rio Branco, e onde estão instaladas as principais repartições do Território. à margem esquerda do rio Acre. Foi criada para ser a sede do Departamento do Alto Acre, em 13 de junho, de 1909, pelo Prefeito Gabino Besouro, mas, devido ao falecimento do Presidente Afonso Pena, a quem Besouro quis homenagear, êste deixou o cargo e um dos prefeitos que o substituiu restabeleceu o antigo nome de Empresa, e, em seguida, a denominação de Rio Branco, existentes anteriormente ao ato de 13 de junho de 1909.

A linha geodésica continua sem desvio algum até incidir no rio Abunã, transpondo-o no seringal Santa Clara.

Tôdas as fôlhas são bem impressas e bastante nítidas.

Em 1930, foi publicado «Fronteiras do Brasil», segundo os protocolos assinados e as demarcações efetuadas até 1929, sendo Presidente da República Washington Luís Pereira de Sousa e Ministro das Relações Exteriores Otávio Mangabeira.

Regista todos os marcos das comissões de limites, as altitudes e as cabeceiras dos rios que alcançam o divisor de águas Ucaiali-Juruá, paralelo dêsse divisor a foz do Breu, êste rio, as terras altas que vão até o paralelo de 10º de lat. sul, êste até desaparecer nos cerros donde emana o rio Santa Rosa, êste e seu desaguadouro no Purus, o trecho dêste, subindo até a barra do Chambuiaco, êste, o meridiano da sua nascente até a do Acre, o curso dêste até o igarapé Bahia, êste até a nascente oriental, uma linha daí em procurada do Chipamanu, outra em direção a do Rapirrã, êste até desaguar no Abunã e um trecho dêste. Não desenha o Iquiri e apenas um pedaço do Xapuri, fixando o rio Ina e parte do Iaco, do Embira, do Paraná do Ouro, Muru e Tarauacá. O Juruá é traçado de Cruzeiro do Sul até o Breu (tôda a zona federal), com os afluentes Mõa, Paraná dos Mouras, Juruá-Mirim, Ouro-Preto, Amõnea, «Arara ou Aurora» e alguns à margem direita, inominados.

Esta alternativa «Aurora» para o rio «Arara» não tem o menor fundamento. Residi muitos anos a duas milhas dêsse igarapé e nunca ouvi falar na mesma.

Todos referiam-se ao rio «Arara», provavelmente «rio das Araras» ao ser descoberto, como grafaram alguns cartógrafos.

Um ano antes, os Tenentes Tales Facó e José de Lima Figueiredo, da «Inspeção de Fronteiras» (Ministério da Guerra), de

ordem do respectivo chefe General Rondon e baseado nos trabalhos de Euclides da Cunha — Alexandre Buenaño (1905), Comissão de Limites Ferreira da Silva (1920-26), Bento Ghiglione (Levantamento do Riosinho Acre — 1901), Belarmino de Mendonça (1905), Plácido de Castro (levantamento dos rios Purus-Acre, 1907), Coronel Fawcett (La Frontera del Norte — 1907), João Alberto Masô (Território do Acre — 1907-17), Leon Stiglich y G. Donaire (Plano Del Rio Ucayali — 1908), Comissão de Limites Cândido Guillobel — 1911), Clube de Engenharia («Carta do Brasil» — 1922), Tenente Lima Figueredo (Inspetoria de Fronteiras — 1928-1929); na escala de 1:1.000.000, organizaram o mapa «Território do Acre», datando-o de 1929.

Retificaram o engano de Masô desmembrando o riosinho Ouro-Preto em dois, unificando-o e pondo-o no lugar devido, como também fez o autor do «Fronteiras do Brasil», de 1930, supra citado.

Registaram «Tijada» de Hilliges, certamente baseado em Masô, pois, Belarmino de Mendonça não o consigna.

A nascente do Amônea, fora do nosso território está certo, mas, a do Liberdade não atinge os morros que a separam da do Tejo, chegando aí somente a do Gregório, e as do Embira pouco ultrapassam o paralelo de 10°, sem dúvida firmados nos trabalhos de exploração da Comissão Ferreira da Silva, que pouco excederam aquêlê paralelo, não indo às suas nascentes, por desnecessário à demarcação.

Não consta do mapa a linha geodésica que separa o Estado do Amazonas do Território do Acre, sendo nêlê registados vários povoados, como Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Rio Branco, Xapury (T. do Acre), Cobija (Bolívia) e Inapari (Peru), em caracteres maiúsculos, mostrando a importância de cada um; e Seabra, Feijó, Castelo, Pôrto Acre, Brasília, Epitácio, Paraguaçu e Plácido de Castro, em tipo mais reduzido, sem dúvida por os achar de categoria inferior. Seabra devia estar na primeira ordem, por já ser cidade.

Muitos lugares nas margens dos rios.

Na década de 1931 a 1940, pouco há que anotar: «Red Carreteras del Perú», 1936, que contém o Yavari, sem afluentes e nomes, o Juruá só a partir de 8°, o Purus de 8°40', e o Acre de Inapari, todos para as nascentes.

Dos bolivianos o «Mapa do Departamento de Madre de Dios» do Serviço Técnico de Puentes y Caminos» (Red. Vial), no qual se encontra o «Rio Acre» desde as cabeceiras, 70° de long. O Gr. até 68°39'20", à jusante do igarapé Bahia, pondo vários riosinhos inominados na banda esquerda, e na direita os Yaverija, Noya e Bahia, além dos lugares Inapari (Peru), São

Luís e «Cobija ó Bahia». Num dos formadores do Bahia, o lugar Floresta.

Em 1933, o Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura do Brasil organizou um programa sobre exploração de petróleo, nêle encarando a possibilidade da existência de terrenos petrolíferos na zona fronteira do Acre com o Peru, pelo que se iniciaram, em 1935, os primeiros estudos no alto Juruá, bacia em que foram explorados os contribuintes da margem esquerda: Juruá Mirim, Amônia e Mõa, prosseguindo no ano seguinte, fizeram o levantamento de todo o percurso, abriram-se picadas em todos os sentidos e trilharam os desníveis acantilados das serras do Mõa e do Divisor; estudando-se toda a zona fronteira, das cabeceiras do Ouro Preto às do Capanãua, perto das nascentes do Jaquirana (Javari); levantando sistematicamente plantas de todos os rios e picadas percorridas, determinando algumas coordenadas geográficas e desenhando um mapa, na escala de 1:500.000, do noroeste do Acre, compreendendo a área entre os rios Juruá e as proximidades das nascentes do Jaquirana (19).

Há no volume em que se acha o relatório do Engenheiro Pedro Moura, plantas e fotografias dos rios e lugares explorados, destacando-se o «Mapa Geológico» organizado pelo referido engenheiro e pelo seu colega Alberto Wanderley, na escala de 1:500.000 e datado de 1936; redução e desenho de J. Bueno, em agosto de 1937.

Como já contava cerca de um decênio a exploração feita pela Comissão Ferreira da Silva, há divergência em alguns pontos entre os mapas das duas comissões, o que é muito natural, principalmente no tocante ao desvio do leito de rios torrentosos, devido a queda constante de barreiras, novos furos; e troca de nomes dos rios pela mudança de seus antigos moradores. A ocorrência, numa região em que transitam peruanos e índios e em que a exploração fixa é nenhuma, da parte dos brasileiros, como a das cabeceiras do Mõa, além serra, não se pode estranhar, é antes corriqueiro.

Este mapa confirma o da Comissão Ferreira da Silva (do rio Mõa), de que um pequeno trecho deste rio, na altura do seringal Belo Monte, corre em território amazonense, apesar de, no Relatório do Engenheiro Pedro Moura, afirmar-se que em «Nenhum mapa figura o Mõa fora do território federal» (p. 25). No mapa da comissão de limites, aliás, aparece o caso de maneira mais fácil de verificação. (Mapa G. da Fronteira — 1927, Escala de 1:750.000 — «Mapoteca do Itamarati», fixa 165-18.

(19) Relatório dos Engenheiros Pedro Moura e Alberto Wanderley; Boletim n.º 26 do Ministério da Agricultura, 1938, págs. 3 a 5.

É o mais completo que temos visto sobre o rio Mõa, Paraná dos Mouras e Juruá Mirim, apontando quase todos os contribuintes dêles e mostrando a ocorrência de rochas eruptivas, carboníferas e arenitos na bacia superior do Mõa, bem como da série cretácea e formação puca nesse trecho e noutros lugares, sendo todo o leito do Juruá Mirim cavado em terrenos desta formação, terrenos êstes que atingem as cabeceiras dêste rio e as do Paraná dos Mouras, com intercorrência da série cretácea, sendo que esta se manifesta também das nascentes do Rio Branco, afluente do Juruá Mirim até as do Ouro Preto.

Êste rio foi explorado em parte, não compreendendo o mapa os riosinhos da Reforma, Minas e Triunfo, dos quais assinala apenas reduzidos trechos junto ao desagadouro. O Amõnea aparece em todo o seu percurso, tendo na foz vila Taumaturgo, à esquerda, e Minas Gerais à direita.

Cruzeiro do Sul está colocada em terreno de formação puca, o qual se estende por ambas as margens do Juruá até acima do seringal Treze de Maio.

No rio Juruá, deixou de anotar sedes de seringais como Florianópolis (na Bõca do Mõa), Miritzal, Luzeiro, Paraná da Viúva ou dos Mouras, Tatajuba, Uruburetama, Jaburu, Russas, Pôrto Walter (vila), Cruzeiro do Vale, não indo o traçado do rio além da foz do Amõnea, reaparecendo, contudo, já na incidência com a bõca do Breu, de onde faz partir a paralela indicativa do limite entre o Brasil e o Peru, até o divisor de águas do Juruá com o Ucaiali, a $9^{\circ}24'42''$, 1 de lat. sul.

O engano de Hilliges, Taumaturgo e de Masô, registrando «Tijada», «Tiyuca» e «Tijuca», respectivamente, a banda esquerda do Juruá, a montante da foz do Ouro Preto, foi retificado para «Quixadá», como deve ser.

Há uma série de mapas editados pela «American Geographical Society of New York», na escala de 1:1.000.000, referente a tõda a América, interessando à região acreana apenas as fõlhas — Acre SC — 19 (1923), Juruá SB — 19 (1930), Cerro de Pasco SC — 18 e Loreto SB — 18 (ambas de 1938).

Tõdas foram compiladas de vários trabalhos esparsos, uns publicados, outros não, pertencentes a particulares, durante 25 anos, pela referida sociedade, para compor a carta das Américas; segundo prospectos enviados pela mesma instituição à mapoteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

São de datas diferentes, mas, as incluímos aqui para melhor apreciá-las.

A autora não especifica as fontes em que se baseou para a sua organização, como vimos, nem as aponta nas fõlhas em particular, apenas, adiantando em cada uma delas que foi compilada

e desenhada pela Sociedade Geográfica de New York; foto-litografada e impressa por A. Hoen e Companhia, de Baltimore.

Interessam ao Juruá, as SB-19 (Rio Juruá), SB-18 (Loreto) e SC-18 (Cerro do Pasco).

A primeira fôlha refere-se quase totalmente ao Juruá estadual, alcançando o território acreano somente num pequeno ângulo à esquerda, compreendendo um diminuto trecho do rio Juruá e uma parte do curso médio do Liberdade, como na S.B. — 19 — Do Clube de Engenharia (1922).

A segunda fixa o território federal desde o «Marco do Remanço», na fronteira com o Estado do Amazonas, seguindo-se Cruzeiro do Sul, Invencível, Profeta, Santo Elias, «13 de Maio», Mato Grosso, Luzeiro, Pucalpa, Foz do Paraná dos Mouras, «Tatayuba», Carlota e Bôa Vista, já próximo ao paralelo de 8º austral.

Os rios Lagoinha e Campinas nascem ao sul de 8º, vendo-se o lugar Bom Futuro na divisa do Estado do Amazonas com o Território do Acre, num rio que parece o Liberdade, a E. do Campinas, o que está certo, e ao lado de Bom Futuro o nº «265», como que indicando a sua altitude. Na margem do Campinas colocou «Rosa Amélia», realmente, título de um seringal nesta ribeira.

As terras acima de 200 metros ficam distantes do leito do Juruá cêrca de dez quilômetros, o que nem sempre nos parece exato.

No rio Môa, pôs «Villa Mancio» entre Nova Residência e Recordação, quando devia ser mais para oeste, num caminho que vai dêste último seringal para a fazenda Barão do Rio Branco, no qual fixou «Villa Núncio Lima», em lugar de vila Mancio Lima, atualmente «Japiim», engano também verificado na fôlha S.B. — 18 — Javari — da edição de 1922 do Clube de Engenharia.

Pelo Môa acima, vêem-se Aurora, Belo Monte, São Francisco, Santa Luzia (já São Salvador nesse tempo), Renascença, Pôrto Alegre (barracas), Aquidaban, Quixadá (desabitado há mais de 30 anos), Novo Recreio, República, São João, Monte Alegre, Tarifa e Gibraltar, todos seringais insignificantes.

À margem esquerda regista o «Paraná do Lima» e o «Capanhua», nome êste já mencionado na fôlha S.B. — 18 — Javari, editada em 1922 pelo Clube de Engenharia e confirmado pela comissão do petróleo em 1936, que o tornou famoso por haver descoberto na parte superior do seu leito ocorrência de rocha eruptiva, não verificada nas altas regiões amazônicas do Juruá e Purus, e de um fóssil característico do carbonífero superior *Productus cora*, da era paleozoica (20).

(20) Relatório de P. Moura, cit., págs. 48-50.

À margem direita, vê-se o «Rio Azul», no qual incide bem no alto o Breguez.

Referentemente à altitude, achamos demasiada a cota de 300 metros em frente ao lugar Novo Recreio, muito abaixo de Gibraltar, região essa em que a elevação acima do mar gira por volta de 200 metros. Não assinala a serra do Mõa, uns 30 quilômetros a montante, e dá 300 metros de alto para fronteira, que realmente varia de 200 a 600 metros de altitude.

A terceira, também de 1938, desenha o Juruá de 8º de latitude sul até seus manadeiros, abarcando os meridianos de 72º a 74º a oeste de Greenwich.

Vê-se aí o Juruá acreano, do seringal Russas à foz do rio Breu.

Entre os seringais Buenos Aires e Carmo situa «Villa Andrada», povoação esta que ficava no rio Tarauacá, como já explicamos ao estudar a fôlha S.C. — 18 — «Contamanas» — do Clube de Engenharia.

Dá as nascentes do Juruá, segundo os trabalhos da C.M.B.P. (1905), fixando «Puerto Pardo» e «Nuevo Iquitos» defronte da barra do Breu; «Amonenya», «Pirapara», «Paratory», «Puerto Camillo» e «Crucero», em vez de Amõnea, Pirapora, Paratari, Pôrto Walter e Cruzeiro do Vale, nomes todos em território brasileiro e existentes há vários decênios. Parece que a autora baseou-se mais em documentos peruanos.

Assinala «Cach. Triumpho», abaixo do igarapé do mesmo nome, corredeira ou cachoeira esta inexistente. Oito milhas a montante de Triunfo é que começa a surgir uma zona de corredeiras a que os habitantes do lugar chamam de cachoeiras, tais como as do Gaston, Oriente, Museu e Pedreira, além de várias outras mais para o alto. Quanto aos rios, fixa «Bôca do Paraíso» à jusante do lugar Natal. Deve ser corruptela da «Bca. do Paraná» de Hilliges e de outros autores, correspondente à foz do Paraná do Natal.

O curso do «Oro Preto» bem como do «Triumpho» está muito reduzido, indo o do Juruá Mirim até a fronteira, mas, ponteadado. O nome do igarapé Esperança foi adulterado para «Esboração», seguindo-se para o alto «Ig. Santo Antônio», desconhecido, a não ser que se referisse a insignificante regato no seringal dêste nome, 20 milhas abaixo; rio «Amuacas», com o afluente «Flor». Êste contribuinte do Amauacas ou Leonel, vem sendo pôsto na sua margem direita desde o primeiro mapa da Prefeitura do Alto Juruá (administração Taumaturgo de Azevedo, 1905), repetido na edição melhorada de 1906, na de Masô (1917) e na S.C. — 18 — «Contamanas» — do Clube de Engenharia (1922), num dos quais se baseou a Sociedade Geográfica de Nova York

para firmá-lo, ou em todos, nome, porém, para nós desconhecido, pois, residimos de 1916 a 1921, em Humaitá, hoje Porto Walter, sede do termo judiciário em que fomos juiz e, nessa época, continuando as nossas investigações sobre o vale do Jurua, colhemos todos os informes que mereciam anotação sobre o riosinho do Leonel ou dos Amauacas, inclusive de seus afluentes e confluente, não me tendo sido fornecido um só nome parecido com «Flor», apenas, vendo-se dêsses apontamentos prestados pelos gerentes e guarda-livros dos seringais Humaitá (margem direita do Amauacas) e Cruzeiro do Vale (margem esquerda), o igarapé «da Fé», único nome que mais se aproxima daquele e isto mesmo como contribuinte do Nilo, o mais considerável afluente do Amauacas pela margem direita, como foi desenhado pelos cartógrafos citados.

A direção dos rios Breu e Tejo está muito desviada para o sul e a nascente do Liberdade fica cerca da zona em que tem origem o Valparaíso, quando este rio emana de contravertentes de igarapés que correm para o médio Liberdade e este vem de umas terras altas de onde promanam alguns formadores do Tejo. Gregório e S. Salvador, contribuinte este do Tarauacá, zona esta muitos quilômetros ao sul da situada pelo cartógrafo norte americano, conforme esclarecemos ao tratar dos mapas do Padre Tastevin.

Resta a folha SC-19, intitulada Acre, e a mais importante por abarcar todos os municípios acreanos, menos o do Jurua.

Flexiona a linha reta divisória entre o Território e o Amazonas ao atingir a cidade de Sena Madureira, dando-lhe um rumo da origem do Javari a esta cidade e outro daí até a incidência no rio Abunã, como já fizera antes o Engenheiro Masô no seu mapa de 1917.

Anota as cidades de Sena Madureira, Rio Branco, Xapuri e Cobija e as vilas Seabra e Feijó, olvidando, Brasileira e Jordão, vilas, a primeira desde 1910 e a segunda a contar de 1913.

Alguns afluentes da margem direita do Liberdade e os rios Gregório, Acuráua, Tarauacá, Muru, Embira, Jurupari, Iaco, Chandless estão todos ponteados, assim como os formadores do rio Acre. Traçou o «Rapirrã», mas na sua origem pôs «Ojos do Riparrã», riscando também o Bahia com os seus braços oriental e ocidental.

Quanto à altitude, fixa na linha geodésica Cunha Gomes várias cotas: 262, 249, 240, 227 e 110 metros, respectivamente, na incidência com os rios Acuráua, Embira (v. Feijó), Massipira (Boa Vista), Jurupari (Miraflores) e no Abunã (Argélia); pondo também no rio Purus várias, como 201 metros em Cataí, 193 em Santa Rosa, 183 em Sobral, 156 em Funil, sendo que os três últimos em território acreano.

Vê-se no rio Acre, 341 metros em Tacna, 260 em Cobija e 163 em Xapuri.

Em terras ao norte do rio Acre e Xapuri, ao longo dos lugares Cobija, Carmen, Porvir e Santa Fé, anotou 300 metros; e na reta que vai das nascentes do Bahia às do Rapirrã, fixou seguidamente, a começar do braço oriental daquele: 376, 242, 294, 327, 285, 266 e 219 metros. Ao norte desta linha, os números variam de 166 a 259, do alto Ina ao Xapuri, e ao norte do Ina. vêem-se: 189, 227, 274 e 286; 200 a 317 ao sul de Capatará e nascente do Iquiri; 378, 357, 375 e 350 ao sul do Chipamanu.

Não podemos explicar porque a organizadora da carta aceitou os trabalhos do Prefeito Taumaturgo de Azevedo no tocante às coordenadas dos rios Acuráua, Embira, Massipira e Jurupari, e não os admitiu quanto ao traçado dessas correntes fluviais, riscando êsses sòmente por meio de pontos.

Seria porque Masô os reproduziu? Mas êste cartógrafo também riscou êsses rios por meio de linhas ininterruptas.

Não esqueceu a autora algumas tabas indígenas da região, situando tribos de Ararahua e «Shipinahua» nos vales dos Gregório e Acuráua; «Yaminahua», «Antushinahua», «Contanahua» e «Anahua» nos dos Tarauacá e Muru; «Curia» na parte superior do último; «Pacanahua», Tauare», «Tusinauha» e «Marinahua» no alto Embira; «Iaminahua» e «Catuquinaru» no médio e baixo Embira; «Cucigeneri», «Culina» e «Amahuacas» no alto Purus (Peru); «Chontaquiroy» entre o Chandless e Iaco (zona acreana); «Canamari» no médio e baixo Iaco e entre êste, o Xapuri e o Acre e ainda entre êste e o Abunã (zona correspondente ao se-*ingal* Iracema, a jusante de Xapuri, e margens dos rios Ina, Rapirrã e Abunã); e «Maniteneri» nos manadeiros do Acre e ao norte dêsses formadores, deixando, porém, de assinalar muitas outras, e quando o fez, nem sempre foi feliz na localização.

É certo, que os índios da região divagavam, mudando de lar, ora acossados pelos civilizados, ora por tribos inimigas, mas, nem sempre se retiravam para lugares distantes de sua antiga ribeira.

Em regra, os do vale do Juruá, eram da família pano e os do Purus aruaque.

Pela época em que o mapa foi executado (1923), as tribos de Araráua, Shipináua e Kashináua dominavam as margens dos Liberdade, Gregório e Acuráua.

«Antushinahua» deve ser Tushináua, no baixo Muru, e «Anahua» alguma tribo — *náua* — ou com esta terminação existente nos vales do Tarauacá e Muru, ou ainda o grupo Anináua do alto Embira, colocado por engano no Tarauacá.

Os «Curia» ou melhor «Curina» iam do alto Muru ao Embira.

Os do alto Embira estão bem situados, assim não acontecendo com os Catuquinaru, que deviam estar entre o Embira e Embiraçu, perto do Jatuarana Paraná. O local em que os colocou a carta lingüística de Rivet e Tastevin (1921), não me parece certo e está fora do território acreano.

O próprio G. E. Church, em que se basearam êsses etnólogos, diz que a aldeia ficava perto do Jatuarana Paraná, que fica à direita do Jurupari, e por onde os índios do Purus se comunicavam com os do Juruá. A taba deveria ser posta entre o Embira e a sua margem direita e mais para o alto, e não, no ângulo formado pelo Embira e Massipira, como fizeram os referidos etnólogos, à esquerda do Jurupari e baixo Embira.

Esqueceu os Cachinauá, Catiana, Pacauára e Cacharari, as mais notáveis tribos dos rios Tarauacá, Iaco e alto Acre, Abunã e alto Ituchi, respectivamente.

Há uma série de mapas municipais correspondentes aos sete municípios acreanos, manuscritos, e que foram apresentados na exposição organizada pelo I.B.G.E., no Rio de Janeiro, em 1938. Não tendo sido feitos por profissionais, pouco valor têm, a não ser como informativos. Mesmo assim o seu mérito é relativo, pois, alguns dêles tem vários lugares e rios mal situados, sendo que os seus autores não tomaram conhecimento dos trabalhos da Comissão de Limites com a Bolívia e Peru, dados por terminados vários anos antes de sua confecção.

Em 1944, o Instituto Cartográfico Castiglione Ltda., São Paulo, organizou um mapa de acôrdo com o decreto-lei nacional nº 6.550, de 31 de maio de 1944, intitulado «Norte do Brasil», nêle incluindo o «Território do Acre», separado do Estado do Amazonas por uma reta oblíqua que parte da nascente do Javari e finda na margem esquerda do «Rio Abunã», na altura de 9°55' de lat. S. e 66°40' de long. O. de Gr.

A fronteira com as Repúblicas do Peru e da Bolívia está aceitável, mas, com o Estado do Amazonas, não obedece aos últimos trabalhos do Conselho Nacional de Geografia que, antes da data do mapa, concorreram para quebrar tal oblíqua. O próprio Masô, em 1917, mudava ligeiramente essa continuidade para poder incluir a cidade de Sena Madureira na zona acreana, ante a determinação da coordenada geográfica da referida cidade, feita em 1914, pela comissão de limites com o Peru.

No tocante às categorias de vilas e cidades, tão pouco, acompanha as leis que, desde 1938, as tem modificado.

No vale do Juruá, é muito deficiente, assinalando poucos contribuintes quer de um lado quer do outro; e no Tarauacá, faz nascer no território federal os afluentes Acuráua, Muru, Embira e Paraná do Ouro, esquecendo o Jurupari.

No Purus, o Chandless e Iaco avançam muito pelo território peruano, situando neste, os importantes contribuintes, Caeté e Macauã.

No Acre, olvidou o Xapuri e outros de certa consideração, gravando o «Rio S. Francisco», desconhecido, que parece estar no lugar do «Riosinho», o qual tem como um de seus principais formadores um igarapé com essa denominação.

Estão presentes o Ituxi e o Abunã e fixa o alto Chipamanu, muito deslocado para o sul, como divisor do Brasil e Bolívia, partindo de sua nascente em direção à do Bahia, uma linha quebrada para completar êsse limite, linha que não estaria fora de propósito se fôsse reta, segundo o tratado de 25 de dezembro de 1928, assinado pelos representantes dos dois países (21).

Põe alguns sítios nos rios Juruá, Liberdade, Gregório, Taruacá, Muru, Paraná do Ouro, Embira, Purus, Iaco, Macauã, Acre, São Francisco, Ituxi e Abunã.

São vários os caminhos fixados no mapa: de Cruzeiros do Sul para os rios Mõa e Azul e dêste ao Paraná dos Mouras, e de vila Taumaturgo para o Peru a oeste, e para o sul até a boca do Breu, que risca sem pôr nome.

De Cruzeiro do Sul parte um outro para o Tarauacá, alcançando-o em Cocamera, antiga estrada da Comissão Bueno de Andrada (1908-9), de onde vai a Seabra, Feijó, seguindo para o Purus e Iaco (Sena Madureira). Daí vai a Rio Branco, capital do Território, onde se bifurca, seguindo um ramal para São Luís, no Abunã e outro para o seringal Capatará, Catuaba, Santa Rosa (Abunã), Curichon e Palestina (Bolívia).

Traça outros caminhos, ligando vila Humaitá (Juruá) a Redenção (Taruacá); do Muru a Catai no Purus; de Restauração (Tejo-Juruá) a vila Jordão (Taruacá); além de outros acompanhando os leitos do Tarauacá e Embira. Do alto Iaco também há caminhos para o rio Xapuri e alto Acre, sendo que um deles sai de Mercedes (Iaco) para o interior do município de Rio Branco e daí para a vila de «Floriano Peixoto» (Estado do Amazonas), já não existente desde 1934 com essa categoria. Convém frisar, que o autor do mapa chega a fixar uma estrada de rodagem entre o Purus e o Acre. É preciso, porém, explicar o que são essas estradas. Desde a época das Prefeituras (1904-1920) e mesmo antes que os seringalistas, e mais tarde os agentes do governo, tentaram abrir estradas que se prestassem ao trânsito de carros de boi e de caminhões a gasolina.

Nos seringais não deram resultado e o caminhão pôsto no barranco do Juruá, em 1908, para inaugurar a grã via leste-oeste

(21) Relatório do Ministério do Exterior, 1928, I, Anexo A, págs. 11 e 26.

(Cruzeiro do Sul a Rio Branco), antes que esta fôsse terminada, foi ali abandonado, sendo mais tarde aproveitado o seu motor numa usina de eletricidade. A estrada larga de vinte metros, sendo que quatro destocados e terraplenados, não foi concluída e o trecho aberto, assaltado pela selva tropical de tal forma que em poucos anos tornava-se o seu leito intransitável, e logo irreconhecível.

Assim, aconteceu na seção Juruá-Purus e na do Iaco-Acre. Posteriormente, (1931-2) nela reabriram, reduzidos trechos nas proximidades de Sena Madureira e Rio Branco, em que alguns caminhões trafegavam; e entre Feijó e Seabra, transitado por pedestres e cavaleiros com dificuldade.

De Cruzeiro do Sul para o vale do Mõa, andava-se a cavalo mais de 60 km, e até certo ponto, em caminhões.

Na de Rio Branco às margens do Abunã, aberta várias vezes, andava com dificuldade um cavaleiro, conseguido, porém, agora, a sua construção para o trânsito de automóveis e caminhões, entre aquela cidade e a vila Plácido de Castro.

Basta dizer que, num percurso de 105 km, de Rio Branco a São Luís (antigo leito), a estrada passa por noventa igarapés ou córregos (22).

Os outros caminhos, às vezes bom em certos trechos, são mais veredas de seringueiros aproveitadas, alargadas e ligadas a outras, a fim de reduzir as distâncias entre seringais, e mesmo os carroçáveis, quando chega a estação chuvosa, tornam-se intransitáveis, por não ter o seu leito um lastro adequado ou suficiente para resistir ao pêso das viaturas ou à intensidade das chuvas, de maneira que a maioria dos caminhos constantes do mapa, deve existir, mas, como simples picadas ou veredas interseringais, nem sempre percorríveis, a não ser por seringueiros ou pessoas exercitadas.

A região acreana acha-se inteiramente cortada por estradas de seringueiras, simples picadas, estreitas, sombrias, que se estendem em todos os sentidos, ligadas umas às outras pelo entrecorte de outras que as cruzam, ou por «mangas» delas, de maneira que de um seringal se passa a outro por elas, e dessarte, de uma bacia fluvial a outra, com pequenas interrupções no divisor de águas, vencidos por pequenos varadouros. E assim, poder-se-ia trafegar de um município a outro e pelo território inteiro, com grandes desvios, é certo.

Apesar da região não dispor de estradas na genuína acepção, é cortada por verdadeiro labirinto de piques, chamados «estradas» que se entrosam e podem levar um transeunte experimentado a

(22) Relatório do Governador J. T. da Cunha Vasconcelos, 1926, Anexo 10. Planta de 1915, ns. 1 a 5.

longas distâncias. Essas estradas que se reabrem, anualmente, representam a vida do seringal, porque são elas que ligam as seringueiras que fornecem a seiva produtora da borracha, e por onde o seringueiro transita a procura do latex famoso, o maior e mais valioso produto da região, e único do ciclo do ouro negro.

Finalizando, temos a carta geográfica de dezembro de 1948, em fôlhas parciais organizadas, desenhadas, fotografadas e editadas pelo Conselho Nacional de Geografia, para formar a *Carta do Brasil* e a *Carta Internacional ao milionésimo*; na escala de 1:1.000.000 (1 cm = 10 km), como as do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e Sociedade Geográfica de New York.

As fôlhas SB-18 (Javari), SC-18 (Contamana), SC-19 (Acre) e SB-19 (Juruá) compõem o Território do Acre.

Serviu de documentação a tôdas elas o «Mapa Geral da Fronteira do Brasil-Peru desde a foz do Arroio Yaverija até a nascente do rio Jaquirana — C.M.B.P. — Ministério das Relações Exteriores — 1909 — Escala 1:300.000» e «Mapas Municipais»; e, particularmente, para a do *Javari* (SB-18) a «Carta do rio Javari da Comissão Mista Brasileiro-Peruana, 1874, o Mapa do rio Juruá — Augusto Hilliges — 1905 — Esc. 1:1.000.000, Fôlha Loreto SB-18 — American Geographical Society — 1938 — Esc. 1:1.000.000; para o de *Contamana* SC-18, o Mapa do rio Juruá — Aug. Hilliges — 1905 — Esc. 1:185.400, Planta do Juruá Mirim — Capitão Neiva de Figueiredo — 1905 — Esc.: 1:200.000, Fôlha Cerro do Pasco SC-18 — American Geographical Society of New York — Esc.: 1:1.000.000 — 1938; e para a do Acre (SC-19) — Fôlhas Cocama (1.072-B-C — Rio Branco (1.071 A) — Riberalta (1.071 D) — Aeronautical Chart Service AAF Preliminary Base (Trimetrogon) — 1945 — Esc. 1:500.000; Carta da Fronteira Setentrional entre o Brasil e a Bolívia C. M. B.B. — Ministério das Relações Exteriores — 1914 — Esc.: 1:300.000, Carta do Rio Purus — Engenheiro Euclides da Cunha e Capitão de Corveta Pedro Buenão — Esc.: 1:500.000, Fôlha Acre SC-19 — American Geographical».

Antes de passarmos ao exame do conteúdo dessas fôlhas, convém frisar que o mapa geral da fronteira do território do Acre com a república peruana, levantado pela C.M.B.P. (Ministério das Relações Exteriores), como já vimos, ao tratar dos serviços da comissão Ferreira da Silva, não é de 1909, nem feito na escala de 1:300.000 e sim de 12 de setembro de 1927, na escala de 1:750.000, segundo o original existente na Mapoteca dêsse Ministério e Relatórios dêsse alto departamento federal relativos aos anos de 1927 e 1928. Em 1909, nem a comissão chefiada pelo Almirante Guillobel atingira a região do rio Abunã, na parte sul do Território, por onde iniciara os seus trabalhos, em 1911.

A escala do de Aug. Hilliges (Alto Juruá) está organizada na proporção de 1:185.400, conforme se vê na «Fôlha SC-18» e não na de 1:1.000.000, como está na «Fôlha SB-18». Mesmo na parte referente ao «Baixo Juruá», a escala é de 1:370.400 e não a cifra indicada na «Fôlha SB-19» (Juruá).

É estranhável que não haja se referido ao «Mapa Geográfico do Juruá», levantado em 1905 pela comissão mista brasílio-peruana, da qual eram chefes o General brasileiro Belarmino de Mendonça e o Capitão de Corveta peruano Numa P. de León, e tão somente, quanto a êste rio, a do alemão Augusto Hilliges.

A linha geodésica oblíqua a que se referem os tratados de 1867 e de 1903, é uma reta que parte da nascente principal do Javari e vai parar na confluência do Beni-Mamoré. E assim, sempre determinaram as leis ou decretos do governo brasileiro ao traçarem os limites do Território, conforme tôdas as organizações administrativas e judiciárias por que há passado o mesmo desde sua fundação (Decretos ns. 5.188, de 7 de abril de 1904; 6.901, de 26 de março de 1908; 9.831, de 23 de outubro de 1912; 14.383, de 1 de outubro de 1920; e Lei nº 366, de 30 de novembro de 1936).

Aconteceu, porém, que, sendo determinada a coordenada geográfica da cidade de Sena Madureira com mais precisão pela comissão mista de limites com o Peru, em 1914, verificou-se que a posição do povoado exorbitava das raías acreanas, pelo que o Engenheiro Masô, ao organizar o seu mapa de 1917, teve que dar uma leve inclinação nesse sentido, fixando a linha com um rumo até êste ponto e outro daí à foz do Beni.

Mais tarde, em 1940, o Conselho Nacional de Geografia na sua louvável campanha das coordenadas geográficas das cidades brasileiras, verificou acharem-se bem distantes dos seus verdadeiros lugares as cidades de Seabra, hoje Tarauacá, e a de Feijó, o que motivou quebrar a referida diagonal em outros pontos, traçando no mapa que apreciamos quatro rumos: da nascente do Javari à cidade de Cruzeiro do Sul (Juruá), desta à de Feijó (Embira), desta à de Sena Madureira (Iaco-Purus) e daí ao lugar Triunfo, no rio Abunã.

Trata-se de um fator científico, pelo que temos que aceitar o deslocamento da linha, mas, não seria melhor levá-la da origem do rio Jaquirana à cidade de Feijó e daí às margens do Abunã, partindo-a somente uma vez, em lugar de lhe dar quatro rumos diferentes?

Não se poderá argumentar com os tratados ou leis reguladoras da espécie, uma vez que êsses diplomas foram relegados pelo organizador da carta, cabendo ao próprio Conselho Nacional de Geografia, atualmente, supervisor dêsses serviços, propor ao go-

vêrno a retificação dêsse duplo limite: um determinado por atos dos altos poderes da nação e outro motivado por um êrro dos astrônomos encarregados de fixar a incidência da linha geodésica nos rios acreanos e coordenadas dos lugares Foz do Muru (depois Seabra e hoje Tarauacá), vila Feijó e cidade de Sena Madureira, os quais, por incapacidade profissional ou por não disporem de instrumentos de precisão, deram lugar a ser essas povoações situadas numa posição fora dos limites do Território recém-criado, como se verificou posteriormente.

O limite lembrado de conduzir a linha até Feijó e daí ao Abunã, nada tem de inconveniente, mesmo porque, o único ponto dessa geodésica que se acha retificado e confirmado é o da cidade de Cruzeiro do Sul (Juruá) e isto mesmo não é respeitado, pois, a cidade cresceu em tôdas as direções, invadiu terras do Estado do Amazonas, e os moradores dêsses sítios, às vêzes distantes do perímetro urbano vários quilômetros, só se entendem com os representantes do poder público aí sediado, submetendo-se e recorrendo para todos os casos às autoridades administrativas, judiciárias e policiais acreanas, sem a menor interferência dos representantes do poder público amazonense.

Outros pontos, como nos rios Lagoinha, Campinas, Liberdade, Gregório e Acuráua, devem estar inquinados dos mesmos vícios verificados no Tarauacá e Embira, desde que o profissional encarregado de encontrar essas incidências era o mesmo.

Também ficaria pertencendo *de jure* ao Território, todo o curso do rio Môa, o qual excede um pouco à divisória legal, como já vimos ao tratar dos trabalhos da comissão Ferreira da Silva, pois, *de fato*, já lhe pertence, como acontece com os arredores de Cruzeiro do Sul, por ocupação dos acreanos, aliás exploradores e possuidores de tôda a bacia môense, submetida à jurisdição das mesmas autoridades.

Destarte, a reta que devia separar o território amazonense do acreano, só existe nas leis que organizaram o Território pelo que, para não ficar ziguezagueante, uma vez que, nos vales do Purus, Acre e Abunã, não escapa a essas deformações, devia ser locada novamente, reduzindo a dois os seus rumos, como já frisamos, ou definitivamente abandonada por uma divisória que compreendesse, entre outros *in totum* os vales do Tarauacá e do Acre, definindo melhor as raías de cada circunscrição da República e facilitasse a fiscalização das fronteiras, arrecadação de impostos, ação da polícia e administração da justiça, ampliando a área do Território, numa zona quase abandonada pelo Estado vizinho.

Para mostrar que a linha geodésica tampouco é efetiva na sua parte austral, vejamos o que se passa nas ribas do Abunã.

O posto fiscal federal dêsse rio, instalado primitivamente na foz do Rapirrã, andou por outros sitios, inclusive «Califórnia» (1908-09) (23) de onde foi transferido para o lugar «Extrema» por ser êste ponto considerado fronteira acro-amazonense, ainda tido como tal, em 1923, pelo Engenheiro Avelino Inácio de Oliveira (Relatório sôbre os trabalhos da comissão brasileira junto à Missão Oficial norte-americana de estudos ao vale do Amazonas (1924), o qual dá os seringais Fortaleza e Piquiá como sendo amazonenses, e Cachoeira do Barro, Califórnia e Oriente, já na zona acreana (págs. 117, 119 e 122).

O Engenheiro Masô faz passar a linha geodésica no seringal «Triunfo», onde põe o «Posto Fiscal Federal», lugar êste distante de «Extrema», segundo o seu mapa, trinta quilômetros em linha reta a jusante daquele, e a fôlha SC-19, organizada pelo Conselho Nacional de Geografia (1948), ora analisada, fixa os pontos referidos nos mesmos lugares, deixando para o Estado do Amazonas os seringais Argélia, Santa Clara, N. Califórnia e Cachoeira do Barro, os quais, afirma o Engenheiro Avelino I. de Oliveira, no citado relatório, possuem mais de 450 estradas de seringueiras e têm de frente no rio Abunã, cêrca de 40 quilômetros, sem contar o Santa Clara.

Otávio Reis, um dos maiores proprietários do rio e residente em Fortaleza, na parte amazonense, diz-nos, em carta de 9 de maio de 1938, que os seringais de «Extrema» para cima pertencem ao Território do Acre, sendo do Amazonas, os de Mocambo para baixo, situação essa confirmada por atos oficiais, não só do governo federal, como territorial e municipal.

O Decreto-lei nº 968, de 21 de dezembro de 1938, que fixou os limites dos municípios acreanos, referindo-se ao de Rio Branco com a República da Bolívia, reza : «Começando no rio Abunã, junto à povoação acreana de Pôrto Fiscal, no ponto em que en-

(23) O marco do rio Abunã, na fronteira com a Bolívia, hoje linha «Cunha Gomes» com o Estado do Amazonas, foi mudado para junto da barraca «Belo Horizonte». Esta barraca pertence ao peruano Abel Cardenas e dista da divisa real uma légua abaixo, atribuindo-se ao mesmo tal criminosa atitude, com o intuito de aumentar o terreno de seus seringais, os quais terminam no limite do Território do Acre com o Estado do Amazonas. O marco do Abunã, assentado na linha Cunha Gomes, fôra ali colocado em 1896, pelo agrimensor Silvério Neri, em sua viagem dêsse ano. (*Fôlha do Acre*, de 25 de abril de 1911, pág. 1).

Em ofício de 8 de janeiro de 1909 o prefeito do Departamento do Alto-Acre comunicava ao administrador da Mesa de Rendas que o primeiro Posto Fiscal federal ficava em frente a Alegria, sucursal da «Casa R. Suarez e Cia.», de Manaus. (*Fôlha Oficial*, de 1 de março de 1909, pág. 1). Argélia fica cêrca do lugar em que Masô e outros fazem passar a linha geodésica, porém, Califórnia e Belo Horizonte ficam muito abaixo, principalmente o último, que está a jusante de Extrema.

contra a reta que vai da confluência do Beni e do Mamoré, formadores do Madeira, à nascente principal do rio Jaquirana ou alto Javari, sobe pelo alveo do Abunã até a bôca do Rapirrã pelo qual continua até a sua nascente principal». (*Diário Oficial*, de 24 de dezembro de 1938, Anexo II, alínea IV, letra a, nº 3; página 26.353).

Como se vê, cria um «Porto Fiscal», quando na verdade, trata-se de «Posto Fiscal», e este fica no lugar Extrema referido.

O Decreto-lei nº 1.163, de 31 de dezembro de 1943, fixando novo período de 1944 a 1948, para esses limites, não fala no lugar da incidência da linha, aludindo somente ao «ponto em que o rio Abunã atravessa a linha geodésica Cunha Gomes». (An. II, al. IV, letra a, ns. 3 e 4).

Parece que preferiu silenciar a indicar um ponto que contrariasse as leis aplicáveis a espécie, embora, de fato, verdadeiro.

O que é interessante é que, apesar do cartógrafo do Conselho Nacional de Geografia dar quatro direções a diagonal referida, essas leis respeitantes aos limites dos municípios acreanos, em que o mesmo Conselho colaborou, falam a cada passo em «linha Cunha Gomes» e na «reta da foz do Beni à nascente do Javari», como se fôra a antiga diagonal e um só rumo.

No fim de 1948 ou princípio de 1949, deveria ter sido publicada a nova lei referente aos limites municipais do quinquênio seguinte, mas, até 1950, ainda não havia sido fixado o quadro respectivo (24).

Além dêsse caso, pode citar-se o que se passa nos rios Embira e Jurupari.

Por muito tempo, a confluência dêsses rios, serviu de sede aos juizados preparador e municipal de um termo da comarca do Alto Juruá, de uma delegacia de policia da Prefeitura de igual nome e de um posto fiscal federal, infringindo as leis que regulam o limite do Estado do Amazonas com o Território, criando, assim, uma terceira raia entre ambos.

A agência fiscal, apesar dos protestos do governo amazonense, ali permanece.

Se Feijó estava ao norte dessa linha, imagine-se a confluência daqueles rios, situada muitas milhas a jusante, a qual foi procurada para o funcionamento dessas repartições, a fim de facilitar o exercício dessas autoridades no tocante a diligências e comunicação com os habitantes dêsses importantes cursos d'água, bem como para evitar o contrabando de borracha produzida na parte federal de ambos, razões essas que mais justificam a mudança do

(24) Divisão Territorial do Brasil, Rio, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, pág. 15, nota 1.

limite para a confluência referida, sugestão que apresentamos ao dito Conselho, na tertúlia de 12 de junho de 1945 (Bol. Geogr., nº 28, págs. 595-602), a qual foi apoiada pelo Professor Francis Ruellan, orientador técnico do Conselho, no momento. O que é preciso é acabar com essa multiplicidade de fronteiras : a da linha reta (legal), a da linha quebrada (do Cons. Nac. de Geogr.) e a real (da posse).

No território acreano, tirante os núcleos de população relativos às cidades e vilas, os demais se referem aos barracões dos seringais, barracas de seringueiros, ou algum sítio pastoril ou agrícola, geralmente, êste nos arredores das cidades ou vilas.

Ora, no mapa, vêem-se entre os sinais designativos de localidades «Povoado», «Núcleo, propriedade rural» e «Lugarejo».

Em lugar de «núcleo» ou «propriedade rural», seria mais adequado assinalar-se «seringal», barracão ou sede de seringal», na qual, em regra, há algumas construções e moradias, equivalendo ao «lugarajo» de outras regiões, mesmo por que «propriedade rural» é próprio de campo pastoril ou agrícola (25), e o seringal é justamente o contrário — um composto de estradas (picadas) de seringueiras com a sua sede (barracões de escritório, mercadorias, moradia do patrão, dos empregados e auxiliares de vários serviços sendo que, em muitos, não há mais de duas ou três construções, além de barracas esparsas de seringueiros, chamadas «colocações», e para depósito de mercadorias no interior ou «centro», mas, todo êsse conjunto dentro da mata, exceto o «barracão», onde, às vêzes, se vêem pequenos campos de pastagem para o gado ou lavoura.

De maneira que, sendo na região, predominante ou mesmo avassalante o seringal, a designação de «rural» para essas propriedades, não interpreta bem o núcleo populacional ali dominante.

E por isso, vemos o termo «lugarajo» do mapa passar a designar os seringais ou suas sedes, às vêzes reduzidas a um barracão cercado pela floresta.

(25) Rural vem do latim *ruralis*, de *rus*, *rusis* — campo, isto é, pertencente ou relativo ao campo e seus labores. (Lello Universal, L-Z; M. Lemos — Enciclopédia Portuguesa Ilustrada, v. IX; Larousse do XX Siècle, T. VI; Salvat — Enciclopédico Popular Ilustrado, T. VIII; Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu — Americana, T. LII).

Campo, originário do grego, significa — jardim, vergel, campo; tendo várias acepções: 1.º planície, campina cultivada, campo, veiga, terreno; 2.º Superfície igual, lisa, plana; 3.º território; etc. (F.S. dos S. Saraiva — Novíssimo Dicionário Latino Português, segundo o plano de L. Quicherat, 9ª edição).

Do latim *campus*, expressando — terra arável, extensão de terrenos fora dos povoados (M. Lemos. cit., v. II); ou extensão de terrenos mais ou menos planos e geralmente cultivável, com poucas ou nenhuma árvores (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, v. V.).

Aliás, muitos dos pontos alcunhados de «lugarejo» não são mais do que meras «colocações», onde só se encontra uma ou duas barracas, às vêzes já inexistentes, por terem sido levadas pela voragem das inundações, ou por abandono do seu morador, em procura de melhor local.

No Juruá, por exemplo, suprimiram «Remanso», na fronteira com o Estado do Amazonas (marg. esq.), lugar ali fundado há uns 40 anos, e para o qual o proprietário do seringal «Oliveira» (marg. dir.) mudou a sede dêste seringal que atinge a zona federal, verdadeiro lugarejo, com várias moradias, fruteiras e onde havia um pôsto fiscal federal; «Florianópolis» que fica na boca do Mõa foi registada no estirão dos Máuas, muitas milhas a montante; colônia Rodrigues Alves que é um núcleo rural está consignada como lugarejo; «Profeta» e «Santo Elias», meras barracas; «Rivaliza», mal situada, uma vez que o lugar é em frente a foz do Gregório, centenas de milhas abaixo, no Estado do Amazonas, a qual Hilliges grafou «Rivalia»; «Ponciano», que, além de sede de seringal, possuía nos arredores moenda para açúcar, alambique e regular criação de gado, sem o sinal disto; Valparaíso, importante seringal foi omitido; «Quixadá», mera colocação está presente.

No rio Mõa, regista «Europa» em lugar de «Aurora» e nas suas proximidades «Barão do Rio Branco», como «lugarejo», quando verdadeiramente se trata da maior fazenda pastoril do município, e, «Japiim» que é o centro de vastos campos agrícolas, aos quais empresta seu nome, não tem sinal de núcleo ou fazenda rural.

«Palmares», amplo campo agro-pecuário, e «Nemaia», fronteiro à capital do território, com extenso campo de criação e engorda de gado, tampouco foram assinalados como tal, constando o primeiro apenas como lugarejo e o segundo nem o seu nome se encontra.

* * *

Como a carta geográfica precedente, traça alguns caminhos para cargueiros, trilhos ou picadas no município do Juruá — de Cruzeiro do Sul ao alto Mõa e alto Javari, vendo-se uma variante das margens do Mõa para o médio Ipixuna e outra para o curso superior do Juruá Mirim, assim como um caminho ou trilho de um ponto mais a jusante, neste rio, que corta os formadores do Ouro Preto e vai perder-se na fronteira peruana.

De Cruzeiro do Sul para os municípios de Tarauacá, Feijó e Purus, nenhum trilho ou picada foi riscado, mas em compensação, faz partir vários caminhos da cidade do Rio Branco para a de Sena Madureira, Estado do Amazonas, seringal São Luís (Abunã),

alto Acre, de onde saem outros em direção às margens do Abunã, Xipamanu e Bahia, sendo que alguns dêsses vão ter aos rios Orton, Tahuamanu, Manuripe e Madre de Dios, na Bolívia.

Deve notar-se a falta de um varadouro ou estrada da capital do Território à vila Plácido de Castro (Abunã), caminho êste aberto há muitos anos e do qual os administradores acreanos não se têm descurado, procurando conservá-lo, mas, sòmente êste ano inaugurado como estrada de rodagem.

* * *

Quanto à altitude, o trabalho só encontra *simile* nos mapas do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e da American Geographical Society of New York; tendo, porém, falhas como aquêles.

Se Cruzeiro do Sul está a 188 metros acima do nível do mar, como o próprio autor do mapa assinala, não podemos aceitar a marcação superior a 200 metros sòmente nas proximidades de Caipora, ponto distante da cidade juruaense cêrca de 220 milhas, na vizinhança da foz do Breu, local em que a quota altimétrica é de 212 metros.

Estando Cruzeiro do Sul na altitude de 188 m, e a foz do Breu, a 212 m, segundo a medição autorizada da comissão mista de limites Brasil-Peru, a qual teve nessa cidade o seu pilar de observações astronômicas durante os anos de 1924 a 1927 e procedeu ao levantamento de todo o rio Breu (26), o desnível entre os dois pontos é de 24 metros justos, e sendo necessário apenas a metade desta cifra para atingir o total de 200 metros, é claro que se deve buscar esta altitude, não naquele longinquo lugarejo, distanciado sòmente 36 milhas da bôca do Breu, e, sim, no seringal Flora, situado exatamente num ponto equidistante dos dois extremos.

Esta é a medição na margem esquerda do rio, como frisa o Relatório do Almirante Ferreira da Silva e explicava o Engenheiro A. M. Bueno de Andrade, ex-prefeito do Departamento do Alto-Juruá e chefe da comissão de obras federais no Território do Acre (1907-1909) e não dos montes que circundam a cidade, estimados os seus cimos em 30, 40 e mais metros, que, somados ao da ribanceira, ultrapassam de forma acentuada a quota em que colocaram a cidade.

É de notar que essas penedias ou morros (terra-firme) se erguem em vários seringais do Juruá, iniciando-se muitos dêles na margem do rio e outros a pequena distância dêle, principalmente no

(26) Relatório do Ministério do Exterior, 1928, IV, págs. 274, 281; Relatório do Ministério cit., 1927, II, Anexo A págs. 25, 51 e 65.

lado esquerdo, e não a 5, 10, 20 e mais quilômetros de distância como se vê no mapa.

Pelos cálculos da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do rio Juruá (1905), da foz do Tarauacá (uns 13 km a jusante de Eirunepé) a do Breu há 1.278 quilômetros, trecho êsse que pela medição de Hilliges teria 1.275 km ou 688 milhas, com um desnível de 106 metros, o que daria seguindo essa proporção, 159 metros de altitude nas proximidades da foz do igarapé Campinas; 185,5 m na vizinhança da barra do Ouro Preto; só alcançando a cota de 200 m na bôca do rio Amônea, isto tudo na barranca do Juruá, sem levar em conta os morros a que já nos referimos.

Em Cruzeiro do Sul, a média da altitude seria cêrca de 172 m no barranco, que, acrescida de 30 metros ou mais de alguns dos seus montes, daria uma cota superior a 200 metros.

É bom frisar que esta altitude de 106 metros para a foz do Tarauacá a que alude a Comissão Mista de 1905, parece muito baixa, pois, o próprio mapa do Conselho Nacional de Geografia dá para Eirunepé 130 m, situada apenas a sete milhas a montante daquela bôca, base esta que elevaria a altura de Cruzeiro do Sul para 180 metros não mui longe da cota verificada pela C.M.L.B.P. (1924-7), confirmando, assim, o que vimos alegando.

Não obstante as falhas apontadas, inevitáveis em trabalhos dessa ordem, principalmente quando se procura reproduzir um território ainda pouco explorado e conhecido cientificamente, as fôlhas referidas têm boa apresentação e são de uma nitidez só comparáveis às do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e às da Sociedade Geográfica de Nova York, melhorada, porém, no tocante à exposição dos rios e situação dos núcleos de população.

* * *

Pode dividir-se a cartografia da região em duas partes e cada uma delas em duas fases :

A primeira parte vai desde o século do descobrimento até o princípio da centúria atual, compreendendo a sua primeira fase mais de três séculos, em que os cartógrafos agiam mais pela imaginação, guiados pelos indígenas, do que pelo conhecimento do terreno. Na outra fase, a começar já na segunda metade do século XIX, é iniciada por Chandless, que traçou o primeiro mapa do rio Purus, abrangendo terras do Acre atual.

É certo que, nesse período, houve grande interrupção, mas, na década de 1891 a 1900, não só a Bolívia, como o Brasil, organizaram comissões científicas para o estudo da região.

A segunda parte inicia-se depois de instalado o Território do Acre, com as comissões mistas brasilio-peruana de levantamento dos rios Juruá e Purus e vários estudos de terrenos às suas margens, na fronteira internacional, bem assim com mapas organizados pelas Prefeituras do Alto Juruá e do Alto Purus e alguns particulares.

Mas, sòmente na segunda fase dessa parte, a iniciar-se em 1911, com os trabalhos das comissões mistas de limites, na zona Sul do Território, com a Bolívia, e mais tarde, com a República peruana, firmou-se o limite internacional, sem se poder dizer o mesmo quanto ao estadual, que permanece sem estabilidade.

Pelo interior, várias dezenas de coordenadas geográficas determinadas, não só pelas referidas comissões, inclusive a do Petrôleo, como pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

VIDA E OBRA DE VARNHAGEN (*)

CLADO RIBEIRO DE LESSA

INTRODUÇÃO

Vem de longe nossa admiração pelo *Pai da História do Brasil*, a figura ímpar de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, culto que só tem crescido com o correr do tempo e o mais íntimo conhecimento da sua obra. Trechos da *História Geral*, lidos quando menino, na *Antologia Nacional* de Fausto Barreto e Carlos de Laet, despertaram-nos o desejo de possuir o livro, há muitos anos esgotado. Foi isso por volta de 1920 ou 21. Conseguimos a custo um exemplar da 1.^a edição, que poucos dias após nos foi roubado. O desgosto ocasionado pelo prejuízo teve o dom de fortalecer-nos mais ainda no empenho de adquirir os principais trabalhos históricos do ilustre sorocabano. Obtivemos em seguida a *História da Independência*, e nos lançamos resolutamente à constituição de uma *varnhageniana* integral, que fomos reunindo aos poucos, através de grandes dificuldades, oriundas não só dos escassos recursos da nossa bolsa de estudante, como, principalmente, da raridade de quase todas as espécies dos múltiplos opúsculos saídos da pena do fecundo polígrafo, na maioria impressos em tiragens limitadíssimas. Começada a coleta há mais de vinte e cinco anos, ainda estamos longe de possuir as obras completas; a leitura atenta, porém, dos impressos que pudemos reunir, assim como dos que faltam em nossas estantes, mas existem nas da Biblioteca Nacional, tarefa a que nos entregamos com verdadeira satisfação, apesar de Varnhagen não ser um artista

(*) A «Revista» obteve do historiador Clado Ribeiro de Lessa os originais de seu importante trabalho sobre Varnhagen — para publicá-lo em primeira mão nas suas páginas. Sendo um estudo consciencioso e profundo da vida e obra do «pai da história do Brasil» certamente agradará a quantos se dedicam às pesquisas históricas em nossa terra. (Nota da Redação).

da pena (1), patenteou-nos tantos tesouros de idéias e conceitos originaes, entremeados de valiosas informações auto-biográficas e acentuados traços psicológicos, que se nos foi fixando irresistivelmente no espirito o propósito de passarmos para o papel as impressões colhidas. Nasceu assim a idéia do presente livro.

Não era, porém, bastante o cabedal reunido para que, só com êle, nos animássemos a afrontar a publicidade. A razão é evidente. A figura de Varnhagen, que já em vida era glorificada nos meios eruditos, e suscitava biógrafos como Inocencio Francisco da Silva (2), José Carlos Rodrigues (3) e Manuel Pinheiro Chagas (4), tem sido objeto de muitos estudos e ensaios devidos a Capistrano de Abreu (5), Oliveira Lima (6), Eugenio Egas (7),

(1) Ao contrário de Latino Coelho, que era *um estilo à procura de assunto*, Varnhagen expunha o resultado de suas aturadas investigações, e as idéias gerais decorrentes, em linguagem simples e despida de galas estilísticas. O interesse da matéria era mais do que suficiente para que seus escritos fôsem lidos com prazer. Com muita verdade observou Oliveira Lima no discurso de recepção, em 1903, na Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira sob a égide de Porto Seguro: « Esmaltadas de idéias, não podem jamais ser monótonas as suas produções. A grande cópia de conhecimentos históricos e literários que Varnhagen possuía, e da qual êle mais do que ninguém estava capacitado, por outro lado impede a sua obra de ser alguma vez banal ou enfadonha. »

(2) *Francisco Adolfo de Varnhagen — Português-Brasileiro*, no «Arquivo Pitoresco», Lisboa, vol. II, 1859, págs. 356-357.

(3) *Francisco Adolfo de Varnhagen*, no «O Novo-Mundo», Nova-York, n.º de 23 de abril de 1873 (vol. III, n.º 31). Reeditado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIII, 1911, págs. 95-101.

(4) *Francisco Adolfo de Varnhagen (Barão de Porto Seguro)*, na revista «Artes e Letras», 1873, 2.º ano, págs. 85-87.

(5) «*Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro*» no *Jornal do Comércio*, ns. de 16 e 20 de dezembro de 1878, reeditado em apenso à *História Geral do Brasil*, tomo I da 3ª edição integral, págs. 502-508, e em *Ensaio e Estudos de Capistrano de Abreu*, 1ª série, 1931, págs. 127-141. — *Sobre o Visconde de Porto Seguro*, artigos publicados na *Gazeta de Notícias do Rio*, em 21, 22 e 23 de novembro de 1882, reimpressos na *História Geral*, tomo III, págs. 435-444, apenso, e em *Ensaio e Estudos*, 1ª série, págs. 195-217.

(6) «*Elogio de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro*, — *Academia Brasileira de Letras — Discursos pronunciados na sessão solene de 17 de julho de 1903, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio*, 1903.» — Reeditado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIII, págs. 61-91, e nos *Discursos e Orações Acadêmicos* (da Academia Brasileira), vol. I, págs. 99-135.

(7) Artigos sobre Varnhagen no *O Estado de São Paulo*, n.º de 16 de fevereiro de 1915.

Pedro Lessa (8), Celso Vieira (9), Rodolfo Garcia (10), e Basílio de Magalhães (11), para só nos referirmos àqueles que melhor lhe focalizaram a vida e a obra impressa, e chegaram a conclusões que podemos considerar quase definitivas. Seria indispensável buscar elementos inéditos ou pouco acessíveis, vasculhar os arquivos públicos e particulares, penetrar em todos os desvãos e escaninhos de uma vida agitada e fecunda em resultados de tão vária natureza, para que pudéssemos apresentar algo digno de merecer o interesse do público leitor. Foi o que fizemos, sem que os numerosos subsídios novos que conseguimos colher nos documentos existentes no Ministério das Relações Exteriores, na Biblioteca Nacional, e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim como em arquivos portugueses e em algumas cartas conservadas em mãos de particulares, que nos foram generosamente comunicadas, lograssem mais do que ampliar as dimensões do retrato intelectual e moral do historiador-diplomata, sem modificar-lhe sensivelmente os traços. Compreende-se bem, visto que, com muito poucos dêles se logra definir uma individualidade como a de Varnhagen, vigorosamente una e constante em tôdas as suas manifestações; talvez seja êsse o motivo por que os estudos até agora aparecidos, tendo-o como figura central, são todos, sem exceção, esboços de curto fôlego. Em se tratando, porém, de personalidades como a do sorocabano, tudo tem interesse, tudo se aprecia, tudo encontra o lugar adequado no amplo painel de um estudo biográfico-crítico, justificando a aparição de mais um livro.

É de lamentar que as circunstâncias anormais por que o mundo há pouco passou, e ainda em grande parte perduram, tenham impedido a consulta do mais rico, talvez, dos depósitos de documentos relativos ao homem e à época que constitui o assunto do presente trabalho. Referimo-nos ao Castello d'Eu, em França, em cujo arquivo existe a correspondência ativa de Varnhagen com o Imperador D. Pedro II, certamente repleta de interessantes elementos para os estudos de ambas as personalidades, e que

(8) Conferência sobre Varnhagen, em «*Discursos e Conferências*, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1916, págs. 183-262. Reimpressa na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LXXX, págs. 614-666.

(9) *Varnhagen (O Homem e a Obra)*, Rio de Janeiro, *Anuário do Brasil*, 1923, in-8.º de 94 páginas.

(10) *Varnhagen — Ensaio bio-bibliográfico*, no *Jornal do Brasil*, n.º de 29 de junho de 1928. Reeditado no tomo 2.º, em apenso, da *História Geral do Brasil* (3ª edição), págs. 436-452.

(11) Francisco Adolpho de Varnhagen (*Visconde de Porto Seguro*), conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 29 de junho de 1928. Saiu no *Jornal do Comércio* de 1 de julho de 1928, no *Diário Oficial* de 8 do mesmo mês, e na *Revista do Instituto Histórico*, t. 104, vol. 158, págs. 893-975, com *separata*.

consta de numerosas cartas distribuídas por 36 números do *Inventário* organizado por Alberto Rangel. Se, como temos esperança, êste acervo vier para o Brasil, seu conteúdo fornecerá matéria para outro livro que planejamos escrever (12).

Quanto ao plano adotado confessamos que nos ativemos, nas linhas gerais, ao que, com tanta felicidade, empregou o Sr. Basílio de Magalhães na conferência pronunciada no Instituto Histórico, a 29 de junho de 1928, por ocasião do cinquentenário da morte de Pôrto Seguro: dividimos o trabalho em duas partes, ambas com subdivisões. Na primeira, constante de quatro capítulos, procuramos expor em ordem cronológica — não tão absoluta, porém, que ao seu rigor sacrificássemos a seqüência da narrativa e o sentido dos acontecimentos — os principais episódios de sua vida. Nesta, dois períodos naturais saltavam aos olhos impondo o tratamento sob títulos distintos: o primeiro, constituído pela fase de formação do historiador, e que vai desde o nascimento, em 1816, até o regresso a Portugal com a promessa de reconhecimento da sua cidadania brasileira (1841); outro, constituindo a matéria do terceiro capítulo, e que compreende os anos decorridos de 1859 a 1868, durante os quais Varnhagen chefiou várias missões na América, e as atividades do diplomata e do economista prático de certo modo sobrepujaram as do historiador e do erudito. Colocado entre ambos, o segundo capítulo ocupa-se do estágio do nosso compatriota em Portugal e na Espanha, ao qual corresponde a plena expansão de suas faculdades. O quarto e último trata da fase derradeira de sua existência, durante a qual representou o Império perante a monarquia austro-húngara, e exerceu várias comissões importantes em outros países da Europa. — Na segunda parte do livro, dividida em sete capítulos correspondentes a seis títulos, estudamos, por espécies afins, as muitas feições do engenho varnhageniano, analisando sucessivamente as categorias em que se classifica a obra do fecundo polígrafo. Foi o método que achamos mais adequado para um estudo que, sem aspirar a ser completo e definitivo, pretende pelo menos não deixar na sombra nenhuma particularidade importante de uma existência de sessenta e dois anos, com mais de oito lustros votados ao serviço das letras e da Pátria.

(12) O referido arquivo resistiu intacto, felizmente, ao tufão bélico que varreu o norte da França e acha-se atualmente recolhido ao Museu Imperial, em Petrópolis. Apesar do nosso trabalho já se encontrar definitivamente redigido ao tempo de sua chegada ao Brasil, ainda assim nos julgamos em consciência obrigados a passar em revista as cartas de Varnhagen a D. Pedro II, a fim de aproveitarmos as achêgas mais interessantes ou que viessem retificar induções menos exatas procedentes de documentação deficiente. Fizemos, em consequência, algumas pequenas interpolações e ligeiros retoques ao livro.

Não escondemos, todavia, os inconvenientes, de natureza literária, do método escolhido, ótimo quanto à feição expositiva. Em personagens como a do Visconde de Pôrto Seguro a vida e a obra do escritor se entrelaçam e identificam de tal forma, a biografia é tanto uma dependência, e, ao mesmo tempo, causa e consequência da bibliografia, que se tornou absolutamente necessário aludirmos na segunda parte do livro a matéria já tratada na primeira, e disso resultaram algumas repetições cansativas. Ainda dentro da última divisão nos vimos forçados, pela fidelidade ao esquema elegido, a reproduzir considerações e referências de um capítulo em outro, sempre que a pluralidade de aspectos segundo os quais um fato podia ser encarado o exigiu, sob pena de ficar cortado, em pontos essenciais, o fio da exposição. Procuramos atenuar a inevitável monotonia, tratando, na primeira parte da obra, de relatar os acontecimentos literários sob o aspecto puramente episódico e extrínseco, isto é, sem entrarmos na apreciação de seu mérito e significado; e ocupando-nos, na última, de estudar o valor dos vários trabalhos do sorocabano no conjunto de sua obra, e o que significam relativamente aos conhecimentos atuais que possuímos sobre as matérias nêles versadas. Dessa forma, ao menos, a quem apenas se interessar por um ou outro aspecto da obra do ilustre brasileiro bastará passar os olhos pelo índice e escolher os títulos que lhe agradarem, com a certeza de que, sob êsses nomes, coisa alguma com os mesmos relacionada deixou de ser contemplada.

Apesar de tôda a diligência posta na coleta de notícias de interesse biográfico e humano dispersas pela imensa bibliografia do nosso compatriota; da leitura, a que procedemos, dos trabalhos de nossos predecessores na avaliação da grande figura; e das pesquisas em várias centenas de documentos inéditos; — não temos a estulta pretensão de havermos esgotado as fontes, nem sequer, de nos têmos aproximado disso. Muitos dos ofícios diplomáticos de Varnhagen, de grande valor informativo, não podem, dado o caráter sigilar que ainda em parte conservam, ser analisados num trabalho destinado à publicidade. Por outro lado devem existir também, dispersas por mãos de particulares, numerosas cartas suas, ricas, quiçá, de informações, e reveladoras de certos aspectos íntimos do grande homem, de não menor interesse que seus atos e atitudes na vida pública, e onde êle se apresente sem os constrangimentos impostos pelo senso das conveniências e do formalismo oficial. Rogamos com empenho aos possuidores dessas peças que nos comuniquem cópias fiéis delas, para que, em futuras edições que porventura venha a ter o livro, seja o seu contexto aproveitado com honrosa referência aos generosos coadjuvadores. Desde já folgamos em mencionar os nomes dos senhores Wanderley de Pinho, Américo Jacobina Lacombe, Pedro Paranaguá, José Antonio

Soares de Souza, Francisco Marques dos Santos e Carlos Ribeiro, que gentilmente puseram à nossa disposição os documentos de sua propriedade, procedentes dos arquivos do visconde do Rio Branco, barão de Cotegipe, conselheiro Paulo Barbosa da Silva, Dr. Antonio de Araujo Ferreira Jacobina, marquês de Paranaguá, visconde do Uruguai, e barões de Santo Ângelo e Ourém. Merecedor de especial referência é o exmo. Sr. Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, diretor do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, a quem devemos numerosas cópias de documentos existentes em arquivos públicos e particulares portugueses. A esses bons amigos e os não menos obsequiadores: acadêmicos Affonso de Escragnolle Taunay, Rodolfo Garcia, Afrânio Peixoto, recentemente falecido (13) e Pedro Calmon; senhores Vilhena de Moraes, Alcindo Sodré (14), professor Escragnolle Doria, Luiz Camillo de Oliveira Netto, Cônego Luiz Castanho de Almeida, Coronel Laurênio Lago, Affonso Arinos de Mello Franco, Tancredo Paiva, Professor Helio Vianna, Orlando Guerreiro de Castro, Claudio Ganns, José Washt Rodrigues, Djalma Pinto Ribeiro de Lessa, Francisco Conti, Alfredo Solano de Barros, Jorge d'Escragnolle Taunay, Cônsul Raul Conrado, e, em geral, a todos os funcionários do Ministério das Relações Exteriores, Biblioteca Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, de uma forma ou outra, nos ajudaram, animando-nos, fornecendo-nos subsídios, indicando-nos fontes a consultar, ou facilitando-nos o acesso aos arquivos, deixamos aqui expresso nosso profundo reconhecimento.

Fazenda do Rio Pequeno (Pedro do Rio, município de Petrópolis), 24 de janeiro de 1947.

(13) A data em que terminamos o livro e subscrevemos esta introdução. Se o fizéssemos hoje teríamos com tristeza que mencionar como desaparecidos o Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, o acadêmico Rodolfo Garcia, o Professor Luiz Gastão de Escragnolle Doria, Dr. Alcindo Sodré e Luiz Camillo, cuja falta tanto deploram as letras históricas, às quais consagraram o melhor de sua inteligência e esforços.

(14) O Dr. Alcindo Sodré que desde a sua fundação dirigiu o Museu Imperial, brindou-nos gentilmente com cópias das cartas de Varnhagen a D. Pedro II conservadas na repartição de que foi chefe.

1.ª PARTE — VIDA

1º CAPÍTULO

Formação — (1816-1841)

A 20 de fevereiro de 1816 o Sargento-mor de Engenheiros Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen, diretor da Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, termo da vila de Sorocaba, escrevia a S. Excia. o Sr. Dom Francisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo:

«Participo a V. Ex.^a que no dia 17 do corrente apareceu nesta Fábrica um pequeno fundidor de ferro com uma viagem muito feliz, e como V. Ex.^a se dignou aceitar ser padrinho (1) dêste pequeno fundidor, e nós desejamos que êle quanto antes fique dedicado à Santa Igreja, rogo a V. Ex.^a queira mandar uma procuração ou a Müller, que muito deseja me fazer uma visita; ou, quando êste não puder vir, ao Padre Antônio de Azevedo Veiga, irmão de Miguel Antônio. Madrinha é Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba» (2).

O fundidor, cuja vinda ao mundo se anunciava, não se dedicou à metalurgia, porém, levado por diferente vocação, soube

(1) O convite foi feito por carta de 31 de outubro de 1815, na qual dizia que «devendo nascer até fevereiro vindouro um pequeno Varnhagen, solicitava ao Conde a distinta honra de o ajudar a dedicá-lo a Nossa Santa Igreja, e que o convite era feito de antemão, por lhe terem dito que êsse era o costume do país.» (Cf. Frederico Sommer: *Frederico Guilherme Luiz Varnhagen* (sic), «in» *Anuário Genealógico Brasileiro* por Salvador de Moya, Ano II, 1940, pág. 241. Note-se que Sommer chama o progenitor do Visconde de Porto Seguro Frederico Guilherme Luiz em vez de Friderico Luiz Guilherme, como êle próprio se assinava, segundo o fac-simile estampado na *História Geral*, 1ª edição, tomo II, estampa entre págs. 372 e 373, e o nomeava seu filho. Entre a autoridade de Sommer e a de Varnhagen pai, fico com a do último.

(2) Frederico Sommer, *op. et loc cit.*

modelar e fundir em metal resistente à ferrugem do tempo, o maior monumento até hoje erguido à história e à erudição em terras brasileiras. Chamou-se o artista Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Pôrto Seguro: o monumento: uma série de valiosíssimos trabalhos, entre os quais se destaca como peça principal a *História Geral do Brasil*.

O velho Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen era alemão, natural de Wetterburg, nas proximidades da cidade de Arolsen (3), no principado independente de Waldeck, um daqueles pequenos estados germânicos, cujos soberanos, de escassos haveres e rendimentos, freqüentemente punham seus talentos militares à disposição dos grandes tronos da Europa. Seguindo o exemplo do duque de Anhalt, pai de Catarina II da Rússia, que estivera ao serviço de Frederico o Grande da Prússia; do príncipe de Ligne, do marechal de Saxe, do conde de Schomburg-Lippe, também o príncipe de Waldeck ofereceu seus serviços a um monarca estrangeiro, a rainha de Portugal D. Maria I, e o mesmo fez em 1802 o seu vassalo Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen. Fôra êste contratado, juntamente com o barão Guilherme Luiz de Eschwege e Guilherme Cristiano Feldner, para trabalhar pelo período de 10 anos em fundições portuguesas, dirigindo um corpo especializado de operários alemães. Varnhagen não era um técnico improvisado; habilitara-se como cadete-mineiro no ducado de Hesse-Cassel e trabalhara desde 1800 nas forjas Neubauer (4).

Em Portugal estreou-se na fábrica de ferro de Figueiró dos Vinhos, que, como os demais estabelecimentos metalúrgicos e mineiros da Coroa, se achava sob a fiscalização do Intendente José Bonifácio de Andrada e Silva; e, em 1806, contraiu matrimônio com D. Maria Flávia de Sá Magalhães, ligando-se pelos mais fortes laços, os do amor, à terra portuguesa. Em Portugal, nasceu a

(3) Frederico Luis Guilherme era filho do pastor protestante Johan Adolf Theodor Ludwig Varnhagen e de sua mulher Luise Marie Schwalbach. A genealogia da família Varnhagen pode ser feita até fins do século XV. Seu nome antigo era Von Ense, chamado Varnhagen, por união dos nomes de duas aldeias próximas à cidade de Soelst com o de Varnhagen (nome de um castelo na floresta de Arnsberg). O nome da família aparece pela primeira vez em 1500, em Iserlohn. Perdeu-se o nome von Ense e ficou o de Varnhagen sem a partícula enobrecedora. O diplomata e escritor Karl August Varnhagen (1785-1858), célebre pela sua vida aventureira e pela amizade que o ligava a Alexandre de Humboldt, foi nobilitado pelo rei da Prússia sob o nome de Varnhagen von Ense, extinto por ter morrido sem sucessão. Da família Varnhagen também se distinguiram nas letras Rosa Maria, irmã de Karl August, que teve um salão célebre na época do Primeiro Império, e Ludmilla Assing, filha do consórcio de Rosa Maria com o Dr. D. A. Assing. (Cf. F. Sommer, *op. cit.*, págs. 237-238).

(4) Idem, *ibidem*, pág. 238.

21 de agosto de 1807 o filho mais velho do casal, Timoteu (5), o qual, conservando a nacionalidade germânica do pai, seguiu a carreira militar, e finou-se em 1832, como tenente, em Marburg, no grão-ducado de Hesse.

Quando da invasão de Junot em 1807, Varnhagen, incorporado ao exército português, tomou parte na luta e figurou na sangrenta batalha de Vimieiro (21 de agosto de 1808), onde comandou uma bateria. No decorrer da campanha libertadora serviu como ajudante de campo do General de Brigada Von Wiederhold, que acompanhara o príncipe de Waldeck a Portugal.

Ao terminar o prazo de seus contratos, passaram-se Varnhagen e os demais técnicos alemães ao Brasil, para onde se mudara a corte do Príncipe Regente (6). Pouco depois do nascimento do terceiro filho (7), ocorrido a 13 de fevereiro de 1810, foi Frederico Varnhagen, já então com o posto de capitão do Corpo de Engenheiros, mandado examinar as minas de ferro do Ipanema, conhecidas desde o século XVI. Em São Paulo receberam-no de braços abertos o governador, que o hospedou em Palácio, e as demais pessoas gradas, incluindo o bispo. Ligou-se logo em estreita amizade com o sargento-mor Daniel Pedro Müller, seu compatriota. Em maio já estava de regresso ao Rio, trazendo todos os dados para um relatório sobre as jazidas, e dois caixotes com minérios a serem examinados pelo amigo e compadre Barão de Eschwege, o conhecido autor do *Pluto Brasiliensis* e outros livros sobre as riquezas minerais de nossa terra.

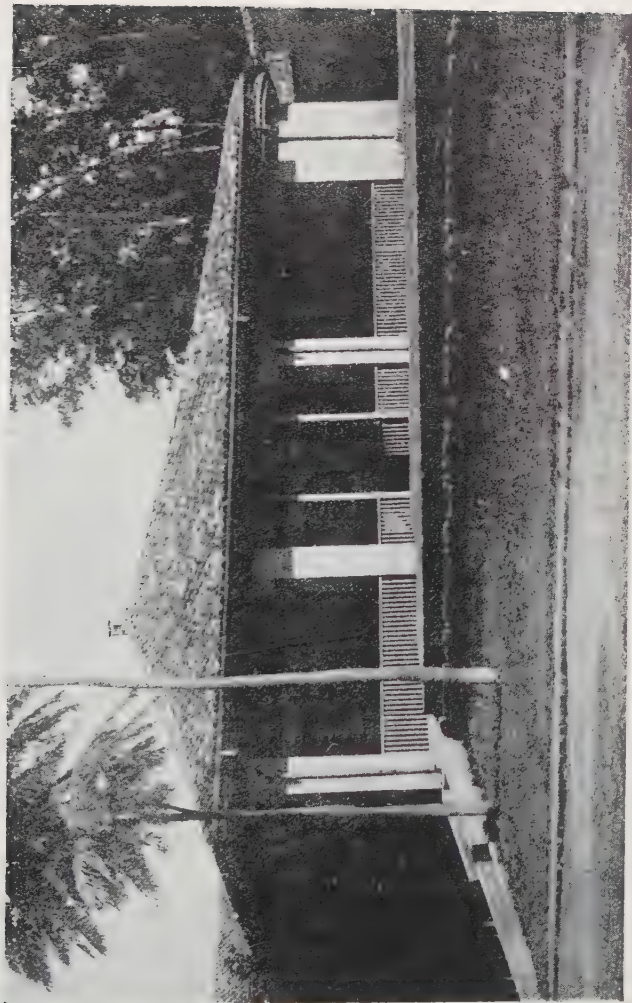
Depois disso, os estudos complementares a que teria de proceder *in-loco* para a execução dos projetos do Príncipe Regente, de instalar uma fábrica de ferro moderna no Ipanema, levaram o Capitão Varnhagen a fixar residência, com a família, em São Paulo, onde lhe nasceram duas filhas: Guilhermina Luiza, em 1811, e Margarida Francisca (1813); e também um varão, José Frederico, em 1814.

Não foi Varnhagen o primeiro diretor do estabelecimento siderúrgico, e sim o metalurgista prático Carlos Gustavo Hedberg, de nacionalidade sueca, que iniciou os trabalhos instalando alguns fornos baixos, do tipo catalão, de pequeno rendimento. Chefiava

(5) Para não multiplicar citações declaro que, salvo indicações em contrário, todas as informações relativas ao velho Varnhagen e a sua família são extraídas do artigo do erudito biógrafo e linhagista Sommer.

(6) Chegou Varnhagen ao Rio a 31 de dezembro de 1809, com a mulher e o filho primogênito Timóteo, de que foi padrinho o Barão d'Eschwege. Outro filho, nascido no ano seguinte ao do primogênito, falecera com três meses de idade.

(7) Gabriel Antônio, falecido de varíola, no Rio, no mesmo ano. Foram seus padrinhos a Condessa de Linhares e o Ministro Araújo.



Residência do Director da Fábrica de Ferro de Ipanoma, onde nasceu Varnhagen a 17 de fevereiro de 1816

um grupo de fundidores seus compatriotas, que trabalhavam por conta de uma sociedade anônima, de que possuía a Coroa a metade das ações. Expirado o contrato com os suecos em 1814, que, sob aquela direção, redundou num completo fracasso, foi o Sargento-mor Varnhagen (8) nomeado, por carta régia de 27 de setembro desse ano, diretor da fábrica de ferro, que lhe coube reformar e desenvolver. Instalado a princípio numa pequena casa, ao lado da capela de São João do Ipanema, que servira ao seu antecessor, ao mesmo tempo em que levantava os altos fornos e construía as reprêsas para o fornecimento da energia hidráulica necessária às oficinas, tratou o engenheiro alemão de erguer de pedra e cal um edificio mais vasto para sede da administração e sua residência, que ficou terminado em fins de 1815. Foi nessa casa que nasceu a 17 de fevereiro do ano seguinte, como já ficou dito, o sétimo filho do diretor, Francisco Adolfo, cuja vida constitui o objeto do presente estudo, e que, com sua cabeça, estreou, a 19 de março immediato, a pia batismal da nova paróquia de São João do Ipanema, desanexada da de Sorocaba a instâncias do sargento-mor, e que teve por sede a capela da Fábrica de Ferro (9). Representou o padrinho Conde da Palma o sub-diácono Antônio de Azevedo Veiga; oficiando, com licença do vigário colado da nova freguesia, o capelão Francisco de Paula Mendonça (10).

A naturalidade de D. Maria Flávia de Sá Magalhães, mãe do futuro historiador, não está em absoluto fora de dúvidas, não obstante acreditar-se geralmente que nascesse em Portugal, onde se consorciou com o militar alemão.

(8) Foi promovido a sargento-mor em 13 de maio de 1811.

(9) *Réplica Apologética de um escritor caluniado e Juízo Final de um plagiário difamador que se intitula General*, pág. 6.

(10) O assento de batismo de Francisco Adolfo de Varnhagen existe em *fac-simile* na Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, (cota I-35, 2) e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi também publicado em *cliché fotozincográfico* de retícula no *Jornal do Brasil*, de 29 de junho de 1928, ilustrando o artigo biográfico do historiador pelo Dr. Rodolfo Garcia. Ei-lo na integra:

«Aos dezenove dias do mês de março de mil oitocentos e dezesseis anos, nesta S. digo na Capela da Real Fábrica de S. João de Ipanema com licença do Reverendo Vigário Colado desta, batizou e pôs os santos óleos o Reverendo Capelão Francisco de Paula Mendonça a Francisco, filho do Sargento-mor do Real corpo de Engenheiros Frederico Luiz Guilherme Varnhagen, e de sua mulher Dona Maria Flávia de Sá Magalhães, cujo inocente nasceu aos dezessete de fevereiro, padrinho o Excelentíssimo Conde de Palma, Governador e Capitão General desta Capitania, Dom Francisco de Assis Mascarenhas, solteiro, por Procuração, que em seu nome apresentou o Reverendo Subdiácono Antônio de Azevedo Veiga, do que faço este assento, que assino.

O Cor. Antonio Dias Ferr*.

(A margem) Franc.º Primeira averbação aos 13 de 8br.º de 1821. Só isto ff. Tem havido 2.º e 3.º e 4.º assento. Testems. 5.º assin.

Em 1845 José Inácio de Abreu e Lima, na diatribe com que procurou defender-se da acusação de plagiário em segundo grau que lhe lançara Francisco Adolfo de Varnhagen (11), qualificou-o de «filho de alemão e de senhora que não era brasileira», e o historiador, no opúsculo que escreveu em resposta, com o título de *Réplica Apologética* (12), sem refutar este ponto, parece insinuar contudo a possibilidade de ser sua mãe de origem paulista. Fazendo um rápido retrospecto autobiográfico, conta Varnhagen que, apresentado por seu pai a D. Pedro, imperador abdicatário do Brasil, que então lutava para restituir a sua filha o trono usurpado por D. Miguel ouviu do Duque de Bragança as palavras «Já é mais alto que o pai; isso é do sangue paulista» (13), sangue que só lhe poderia vir pelo lado materno. A procedência da reflexão de D. Pedro o polemista não fez a menor ressalva.

Portuguêsa de nascimento, tendo ou não antepassados no Novo-Mundo, a verdade é que D. Maria Flávia de Sá Magalhães soube transmitir a seu ilustre filho, além do culto das virtudes a que foi sempre fiel como homem e como funcionário público, um grande e nunca desmentido amor pela terra de nascimento e pátria de opção, pois, como teremos adiante oportunidade de ver, Varnhagen teve de lutar pelo reconhecimento de sua cidadania brasileira. Tendo-a conquistado com esforços e sacrifícios, serviu-a com zelo e superior inteligência durante toda a vida. Da raça paterna herdou Francisco Adolfo a inclinação para os estudos aturados e originais, o gosto pelo apuro das minúcias, e a tenacidade e orgulho que sempre revelou em defender, contra tudo e contra todos, suas convicções, filhas dos resultados a que chegava em virtude de pesquisas próprias, conduzidas com o máximo rigor de exegese.

As fontes biográficas existentes são totalmente omissas de dados sobre os anos da primeira infância do historiador-diplomata, como sucede em geral com as de todos os grandes homens. Algumas vagas alusões e reminiscências encontram-se dispersas pela própria obra literária do sorocabano.

Passava os dias em brincadeiras e correrias com os moleques de casa, caçando pequenos animais e exercitando-se em atirar de

(11) *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do «Primeiro Juízo» de Francisco Adolfo de Varnhagen, à cerca do «Compêndio de História do Brasil»*, Pernambuco, Tip. de M. F. de Faria, 1844 — in-8.º de 152 páginas.

O juízo de Varnhagen saiu na *Revista do Instituto Histórico*, vol. VI (1844), págs. 60-83.

(12) O título completo do panfleto é: *Réplica Apologética de um escritor caluniado e Juízo Final de um plagiário difamador que se intitula General*. Madrid, Viúva de D. R. J. Dominguez, 1846 — in 8.º de 24 páginas.

(13) *Idem*, pag. 5.

bodoque às andorinhas (14); em excursões ao Vale das Furnas; ou ouvindo os velhos do lugar contarem histórias de duendes que apareciam na Lagoa Dourada, ao sopé do morro férreo de Biraçojava, onde, segundo a tradição, havia fabulosos tesouros escondidos (15).

Pelos meados de 1821 recebeu a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema a segunda visita de José Bonifácio de Andrade e Silva, que foi hospedado com tôdas as honras pelo seu antigo subordinado o Tenente-Coronel Varnhagen. Não eram, aliás, raras essas excursões de personagens eminentes ao bêrço da siderurgia brasileira. Ali estiveram, durante a gerência do oficial alemão, os Condes da Palma e de Oyenhausen, governadores da capitania, o Tenente-Coronel Müller, José Arouche de Toledo Rendon, da junta de administração, os mineralogistas alemães Seiblitx, Barão d'Eschwege e Feldner, assim como os naturalistas viajantes Barão de Olfers, Sellow, von Natterer e Saint-Hilaire, sem contar pessoas mais íntimas, entre as quais o cunhado do diretor, o Tenente-Coronel Francisco de Sá Magalhães. Este oficial, artilheiro de alta competência, desejava, por motivos de saúde, fixar-se em São Paulo, e pretendia, na guarnição da cidade, um pôsto adequado à sua capacidade. Há uma carta de Varnhagen pai, recomendando-o ao Conde de Oyenhausen, a que se refere Frederico Sommer como sendo a única menção existente na papelada do velho militar relativamente a parentes da espôsa (16).

Assistiu por essa ocasião o que seria chamado Patriarca da Independência, ao batismo da irmã mais jovem de Francisco Adolfo, Gabriela Frederica, nascida em princípios de abril do ano corrente (17). A figura do velho sábio ficou desagradavelmente impressa na memória infantil do futuro Visconde de Pôrto Seguro (18). Tendo sido incumbido da «derrama dos confeitos», Francisco Adolfo amedrontou-se com a «voz rouquenha» de José

(14) «No sertão do Brasil é usado [o arco de bodoque]; e lembra-nos que na idade de poucos anos alguns taperás [andorinhas] matamos com este instrumento, havendo aliás em casa crioulos da mesma idade que muito melhor dêle usavam.» (*A Caça no Brasil, ou Manual do Caçador em tôda a América Tropical* por um Brasileiro devoto de S. Huberto, Rio, 1860, pág. 34).

(15) *Sumé, lenda mito-religiosa americana, Madrid, 1855*, pág. 39, notas 1 e 2.

(16) *Op. cit.*, pág. 243.

(17) «Nestes dias aumentou a minha mulher o número dos homens com uma criança sã e portanto está ela também pronta para a viagem logo que S. M. o permitir». (Carta de F. L. G. de Varnhagen, datada de 5 de abril de 1821, ao govêrno provincial de São Paulo (?)).

(18) As representações da infância são as mais duradouras e determinam tôdas as nossas tendências afetivas posteriores. Esta primeira impressão desfavorável de José Bonifácio, e o convívio na mocidade com o Cônego Januário,

Bonifácio, «acompanhada de borrifos e perdigotos», e tratou de nunca mais aparecer-lhe, não obstante tratar-se de um hóspede a quem seus pais tratavam com a maior consideração (19).

Tendo o velho rei D. João VI regressado à Europa, forçado pelos acontecimentos que se seguiram à revolução constitucional, Frederico Luiz Guilherme, tenente-coronel desde 28 de janeiro de 1818, que também desejava voltar ao Velho-Mundo para rever os parentes, tratar da saúde combalida, dos seus interesses particulares, e da educação dos filhos, viu por então frustradas suas esperanças. A força, porém, de muitas instâncias, fazendo ver ao governo que, na situação política do momento, cargos públicos de certa responsabilidade não deviam ser exercidos por estrangeiros, logrou obter licença, por aviso do Ministro da Guerra Carlos Frederico de Caula, datado de 2 de junho de 1821 (20). Deixando a direção do estabelecimento, retirou-se para o Rio de Janeiro com a família, aqui chegando a 21 de dezembro do mesmo ano. Pouco tempo se demorou na capital do Reino do Brasil o Tenente-Coronel Varnhagen, embarcando para a Europa, com licença do serviço régio por tempo indeterminado, na galera sueca *Charles John*, Capitão J. S. Prahm. O navio destinava-se a Hamburgo, com carregamento de açúcar e café, e zarpou barra-fora a 1 de junho de 1822 (21).

A família ficou no Rio de Janeiro. Francisco Adolfo iniciava os estudos de primeiras letras e de rudimentos da língua francesa (22). Reminiscências suas desse tempo, e que já no descambar da existência ainda conservava vivas na memória, eram: a dos aguadeiros da cidade, com o pregão gutural herdado dos antigos escravos índios (23), e o garboso desfile de dois regimentos de Henriques, a que assistira embevecido no dia de

adversário político dos Andradas, foram certamente as forças determinantes da pouca simpatia, que não chegou todavia às raías da injustiça, com que o filho de Sorocaba encara a atuação de José Bonifácio no movimento da Independência, e nas lutas políticas do tempo. Talvez também tivesse tido conhecimento da Memória sobre a Real Fábrica de São João do Ipanema, do sábio santista, escrita em 1820, e na qual há alusões desfavoráveis à competência e à idoneidade moral do Coronel Varnhagen.

(19) *História da Independência do Brasil*, Rio, 1917, pág. 140, nota 34.

(20) *História Geral do Brasil*, 3ª ed., V, pág. 243.

(21) *Idem, ibidem*, nota 57.

(22) Carta de F. A. de Varnhagen ao General Andréa sobre seus estudos e serviços militares, datada de Lisboa, 16 de fevereiro de 1843 — mss. do arquivo do Instituto Histórico, lata 139, n.º 2.569.

(23) *Revista do Instituto Histórico*, t. XXX (1867), parte 2ª, pág. 421.

«Corpus-Christi» (24). Em outubro de 1823 (25) a família Varnhagen, acudindo ao chamado do chefe, foi ao seu encontro em Portugal, onde êle obtivera o cargo de administrador das matas nacionais, ao regressar de uma viagem pela Alemanha e outros países do Norte. Com oito anos incompletos deixava o futuro historiador as terras da Pátria. Em estranhos climas se habilitaria para servi-la com dedicação e capacidade jamais excedidas e raramente igualadas.

* * *

Os biógrafos de Francisco Adolfo de Varnhagen apenas muito por alto aludem aos seus estudos em Lisboa durante a segunda infância e a adolescência, quer por desconhecimento das fontes quer por julgarem êsses pormenores de pouca importância quanto aos efeitos sobre a gloriosa carreira do historiador-diplomata. Só se começam a interessar por êles a partir do momento em que ingressou na Academia de Fortificação e se alistou nas hostes liberais do Duque de Bragança; em suma, limitam-se a extratar os principais tópicos autobiográficos contidos na *Réplica Apologética*. Mais rica de elementos que o referido opúsculo é a informação dada por Firmino Herculano de Moraes Ancora (26), comandante do Imperial Corpo de Engenheiros, calcada nos assentamentos militares do Segundo-Tenente Varnhagen, hoje provavelmente perdidos. Para êstes o próprio interessado, com a memória fresca dos fatos recentes, e tendo à mão os comprovantes, forneceu os dados necessários em carta-offício dirigida ao General Francisco José Soares de Andréia, futuro Barão de Caçapava, então comandante do referido Corpo, e datada de Lisboa, 16 de fevereiro de

(24) *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, Viena d'Áustria, 1871, pág. 268, nota 1.

(25) Frederico Sommer (*op. cit.*, pág. 245) dá essa data, sem documentá-la, entretanto, Varnhagen, na *Réplica Apologética*, escrita em 1846 (pág. 5) diz que seguiu para Portugal com oito anos. Só os completou a 17 de fevereiro de 1824, mas é possível que adotasse o cômputo dos anos entrantes em vez dos completos. Na carta ao General Andréia, acima citada, diz: «chamado à Europa por meu pai, entrei nos fins de 1825 para o Real Colégio da Luz»; levaria nesse caso dois anos a preparar-se para cursar êsse estabelecimento de ensino, análogo ao nosso Colégio Militar.

(26) Datada do Quartel do Imperial Corpo de Engenheiros, de 30 de agosto de 1851, instruindo o processo iniciado pela petição de acesso ao posto imediato do 2.º Tenente de Engenheiros Francisco Adolpho de Varnhagen (11 de agosto de 1851). Inédita até há poucos anos, foi em 1936 transcrita, com outros documentos, no estudo intitulado *Os Varnhagens militares*, do Sr. Luis Filipe Vieira Souto, que faz parte da coletânea sob o título *Cruz e Espada*, Rio de Janeiro, Tip. do *Jornal do Commercio*, págs. 35-80.

1843 (27). Parece-me que em Varnhagen, foram os estudos orientados para a carreira militar que suscitaram a vocação para as pesquisas de História e Geografia, e não a vocação a inspiradora dos estudos, como geralmente acontece. O melhor será dar-lhe a palavra para que minuciosamente nos exponha aos fastos de sua vida escolar.

«Chamado à Europa por meu pai, entrei, nos fins de 1825, para o Real Colégio da Luz (28) onde, seguindo o curso regularmente por sete anos, além de obter aprovações tôdas plenas (29) nos exames de latim, francês, inglês, filosofia, retórica, geografia, história, completei o primeiro ano matemático, e o segundo de estudos militares, especialmente relativos ao serviço de Estado Maior, tática, estratégia, reunindo a isto a escola das diferentes armas, equitação, esgrima e desenho linear: de figura, arquitetura, paisagem, perspectiva e topografia que tive durante os sete anos (30)».

«Findei êste curso em agosto de 1832. Se quisesse servir em Portugal eram-me desde logo concedidas pelas Leis e Ordem do dia do Exército as honras de cadete com o vencimento quase igual ao de Alferes: entretanto eu tinha só vistas de servir no meu país e, por isso, desprezando essas vantagens, continuei os meus estudos com destino para (*sic*) engenheiro, passando nesse mesmo ano (1832) a matricular-me na Academia de Marinha desta cidade no 2.º ano matemático. E fazendo exame no fim do ano letivo

(27) Creio que inédita. O original existe no arquivo do Instituto Histórico como acima dissemos.

(28) Colégio Militar da Luz é como se designa na informação de Moraes Âncora. Destinava-se, provavelmente, como os nossos, a ministrar instrução secundária por preços módicos aos filhos de militares.

(29) Aprovações plenas devem corresponder às atuais *distinções* e não às *plenamente*, pois, a não ser assim, não se compreende que, com aprovações plenas, Varnhagen obtivesse o 1.º prêmio lucrativo «nas provas orais e escritas para admissão aos cursos de Artilharia e Engenharia na Escola do Exército Português» (Inf. de Moraes Âncora, cf. *Cruz e Espada*, pág. 49) e anteriormente, nas mesmas condições, passasse pelas provas do 1.º ano do Curso Militar da Academia de Fortificação, em teoria e prática de desenho e Instrumentos Matemáticos (Topografia), e do 2.º ano da Academia de Marinha, em que, segundo sua própria expressão, foi «plenamente aprovado e premiado por unanimidade de votos», como adiante se verá.

(30) É difícil, não conhecendo a organização dos estudos em Portugal ao tempo de Varnhagen, estabelecer rigorosamente a sua seqüência e verificar a correspondência com as séries dos atuais cursos superiores do Brasil. Parece, porém, que o curso do Colégio Militar da Luz era não só secundário, como habilitava, também, aos que o fizessem integralmente, com os conhecimentos correspondentes aos da 2ª série do curso de Engenharia Civil, que facultam, aos que o completam, exercer a carreira de agrimensor. Além disso ministrava, como se vê, conhecimentos especializados de Arte Militar.

Segundo notícia publicada na *Gazeta de Lisboa*, de 23 de abril de 1830, o aluno Francisco Adolpho de Varnhagen, numa festa escolar, recitou em inglês perante D. Miguel (Inf. do Coronel Ferreira Lima).

em junho de 1833, fiquei plenamente aprovado e premiado por unanimidade de votos. Estava em férias quando pouco depois sucedeu (24 de janeiro) a restauração de Lisboa pelas armas do Imortal e Augusto Fundador do nosso Império, e eu levado com muitos outros brasileiros pelo entusiasmo de uma luta tão justa contra um tirano usurpador em pró de uma princesa e umas instituições emanadas do nosso solo (31). — julguei dever empunhar as armas (32); e pouco depois *sem preceder requerimento meu* foi S. M. I. o Duque de Bragança servido mandar que eu gozasse de tôdas as vantagens de cadete aluno (33), e depois de entrar nas ações das Linhas de Lisboa de 5 e 14 de setembro e de 10 de outubro, ainda nesse mesmo ano de 33, com pouco mais de três meses de praça, fui feito Oficial de Artilharia por S. M. I. (34). Nesta qualidade fiz o resto da Campanha a favor da causa Constitucional, servindo desde Santarém pelo Alentejo dentro, em uma meia brigada ou bateria montada, e em várias diligências nas Praças de Elvas, Abrantes, etc. Achando-me assim, quase sem o pensar, *engajado no serviço de um Reino estranho, sem me haver lembrado de munir-me para isso da necessária licença do nosso Governo* (35), como manda a lei, cuidei de aproveitar o tempo prossequindo em estudos até ver se o mesmo

(31) Esquecia-se Varnhagen de que o destinatário da carta, o General Andréa, era reinol de nascimento (brasileiro adotivo), e, portanto, não seria provável que partilhasse do seu entusiasmo. Quem sabe até se não foi essa a causa de uma informação pouco favorável, que o fizesse marcar passo no posto de 2.º tenente?

(32) Na *Réplica Apologética* conta Varnhagen que por esse tempo era ele o único filho varão do tenente-coronel, pois o seu irmão mais velho, Timóteo (na intimidade *Tim*) morrera no serviço alemão em 1832, e o segundo (José Frederico) das conseqüências de uma queda de cavalo; tendo-o levado seu pai para apresentá-lo a D. Pedro, recebeu a insinuação de que fizesse o filho alistar-se sob suas bandeiras. O imperador mediu com os olhos o esperançoso jovem de 17 anos e teve esta frase, que o historiador brasileiro sempre recordou com orgulho: *Já é mais alto que o pai: isso é do sangue paulista* (pág. 5). É muito provável que Francisco Adolpho não possuísse a menor dose de sangue piratiningano; a sua alta estatura vir-lhe-ia dos ascendentes germânicos pelo lado paterno, e, pelo materno, dos visigóticos ou suevos, dos quais procede a aristocracia peninsular.

(33) Assentou praça de soldado no 2.º Batalhão de Artilharia a 22 de agosto de 1833, e na mesma data foi promovido a aspirante a oficial, por ter concluído o curso no Real Colégio Militar (Informação do Coronel Ferreira Lima).

(34) A 14 de dezembro foi promovido a 2.º tenente de Artilharia e classificado no 3.º Batalhão dessa arma (Inf. de Ferreira Lima).

(35) Essa circunstância, maldosamente explorada por Abreu e Lima na polémica que teve com o jovem historiador, foi a que mais dificultou o reconhecimento de sua nacionalidade brasileira. Foi felizmente superada. Os grifos, tanto nesta como na anterior passagem, são meus.

tempo que sempre dá esperanças a quem nêle confia, me deparava a ocasião de voltar ao grêmio de que um simples fanatismo da idade me desviara».

«Com efeito fui ao Colégio dos Nobres habilitar-me na língua Alemã (36), e na Academia de Fortificação (depois convertida em Escola do Exército) fui concluir o curso de Engenharia, que fiz grangeando não só aprovações plenas, mas mais de uma vez o primeiro prêmio».

Os estudos de Varnhagen não se limitaram às humanidades, matemáticas superiores, e disciplinas aplicadas à arte militar e à engenharia civil. Quando da organização da Escola Politécnica (de Portugal) aproveitou-a para freqüentar os cursos de Ciências Físicas e Naturais (Química, Física, Mineralogia, Zoologia, Botânica, etc.) (37); fêz estudos de Paleografia e Diplomática, necessários às pesquisas nos velhos manuscritos, a que o chamava a vocação despertada e freqüentou também com assiduidade e apro-

(36) «Foi aprovado com muito louvor na lingua alemã» diz Moraes Angora na sua informação (Cf. Vieira Souto; *Cruz e Espada*, págs. 49-50). Não seria, aliás, de admirar, visto tratar-se de idioma caseiro. Capistrano de Abreu, não sei com que base, achava que Varnhagen, «se algum dia soubera a lingua paterna, tinha-a esquecido depressa, quase por completo», e isto por que «se a soubesse e aproveitasse o livro de Guths-Muts, poderia ter antecipado o Wappaeus a muitos respeito». (Carta a J. Lucio de Azevedo, parcialmente transcrita por Barbosa Lima Sobrinho no artigo *A Glória de Varnhagen*, no *Jornal do Brasil* de 3 de julho de 1928)». É mais natural supor que não conhecesse o livro do geógrafo transrenano. Varnhagen escreveu em alemão o prefácio para o *Fr. Luiz de Sousa* de Garrett, traduzido para essa lingua por W. Lückner. A versão da monografia *La verdadera Guanahani de Colón* para o referido idioma foi feita pelo autor em Viena (*Das wahre Guanahani des Columbus*, 1869), e não é provável que, passando os últimos dez anos de vida, com poucas interrupções, na capital austriaca, apesar da convivência do mundo diplomático, em que o francês era e é o idioma protocolar, deixasse de praticar a lingua da terra da qual, realmente, andava um tanto esquecido pela falta de prática quando assumiu seu posto em Viena, conforme confessou em carta a D. Pedro II de 9 de março de 1870. Os conhecimentos adquiridos na infância e juventude, porém, facilmente se readquirem voltando a oportunidade para aplicá-los. O fato é que em Theophilo Braga, que tinha a presunção de conhecer o alemão, deu quinaus quanto à interpretação de uma passagem de Ferdinand Wolf a respeito do cancionero do Vaticano. Os rascunhos, existentes no palácio Itamarati, das cartas que dirigiu a várias personalidades austriacas (Barão de Schwartz, Dr. Adolf Plason, etc.) por ocasião da Exposição Universal de 1873, são tôdas em francês. Com os filhos, em casa, conversava patrioticamente em vernáculo (*Memoires de J. de Porto Seguro*, pág. 13). Um bilhete à espôsa, não assinado, existente entre seus papéis no Itamarati, está escrito em português, embora dirigido a *Mi querida Carmen*. Seu filho D. Luis Varnhagen de Porto Seguro, diplomata chileno ha poucos anos falecido no Rio de Janeiro, falava perfeitamente o português, segundo nos informou o Dr. Rodolfo Garcia, que o conheceu pessoalmente.

(37) Carta ao General Andréa já citada.

Vienna 18 d'Agô

Q. 1111111111111111

Mi querida Carmen:

Hoje não vou lá. Estou
muito cansado do calor e do
trabalho, e em vã, e desejo
de aproveitar o tempo.

veitamento o curso de Economia Política fundado e mantido pela Associação Mercantil de Lisboa (38).

Em 5 de setembro de 1837, quando ainda estudante, foi feito primeiro tenente, promoção que lhe coube tanto pelos estudos como pela antiguidade, e mandado servir ao 1.º Regimento de Artilharia (39). Desde 20 de julho desse ano exercia a comissão de ajudante de campo do Visconde de Sá da Bandeira, com quem era aparentado pelo lado materno, segundo se verifica de uma carta inédita deste último, dirigida ao ministro brasileiro em Viena em 20 de julho de 1873. Dela nos forneceu cópia o Coronel Ferreira Lima. Ai diz o titular português: «*A data em que escrevo faz-me lembrar que há 36 anos que V. Ex.^a serviu como meu ajudante de campo*».

Achava-se já a esse tempo o lidador armado de ponto em branco para as lides da heurística e da erudição. Como muito bem salientou Basílio de Magalhães «o sério curso de engenharia militar habilitou-o a esquadrinhar e resolver com segurança áridas e intrincadas questões de Geografia e Cosmografia antigas» (40). O conhecimento de vários idiomas cultos da Europa, permitindo-lhe consultar com vantagem os livros dos viajantes e cronistas estrangeiros que se ocuparam do Novo Continente em geral, e do Brasil em particular, foi o sésamo com que pôde entrar na posse de uma visão mais ampla, imparcial e objetiva da história pátria do que aquela que lhe poderiam desvendar os velhos escritores lusobrasileiros. Graças aos conhecimentos de Paleografia e de Diplomática poderia ler e interpretar com facilidade os numerosos documentos em cursiva processual ou cortesã, quase virgens, que atulhavam os arquivos portugueses, cheios de imprevistas informações sobre os primórdios do Brasil-Colônia. As luzes ministradas pela Economia Política habilitavam-no muito especialmente a compreender as condições e as necessidades materiais dos primitivos colonizadores, e a encarar suas atividades em relação ao elemento silvícola por um prisma muito diferente do adotado pelo sentimentalismo romântico e piegas dos outros escritores brasileiros seus contemporâneos.

(38) Informação de Moraes Âncora (Cf. Vieira Souto: *Op. cit.*, pág. 50): carta ao General Andréa. Supúnhamos os estudos de Diplomática feitos antes do reconhecimento da cidadania brasileira. O recente conhecimento, porém, que tivemos da correspondência Varnhagen-Rivára, veio demonstrar-nos o contrário. Em carta de 31 de outubro de 1842, o adido à Legação do Brasil transmite a notícia de «estar matriculado na Paleografia da Torre do Tombo, onde tinha por colega o seu amigo Marreca», isso em tom de novidade.

(39) Carta ao General Andréa. A data exata da promoção foi fornecida pelo Coronel Ferreira Lima.

(40) Francisco Adolpho de Varnhagen, Rio de Janeiro, *Imprensa Nacional*, 1928, (Sep. da *Revista do Instituto Histórico*), págs. 8 e 9.

Segundo sua própria declaração, Varnhagen, precocemente interessado no estudo de matérias relacionadas com o Brasil, já preparava desde 1835 a monografia que em 1838 apresentou à Academia Real das Ciências, abonada pelo Barão d'Eschwege (41) e que lhe valeu a entrada para aquêlê erudito grêmio (42). Suas preferências, por êsse tempo, iam mais para os assuntos geográficos, ou melhor, corográficos, do que pròpriamente para os históricos, que mais tarde lhe absorveram principalmente a atividade (43).

A Academia das Ciências publicara em 1825, no tomo IV da *Coleção de Noticias Ultramarinas*, um volumoso códice inédito do século XVI, cheio das mais preciosas indicações acêrca da geografia, história natural, etnografia e primórdios da colonização, pelos portugueses, desta parte do Novo-Continente. Corria anônimo o livro, multiplicado em numerosas cópias, mais ou menos alteradas e cheias de interpolações, desde fins do século XVI: e do seu conteúdo se haviam aproveitado, entre outros, Pedro de Mariz, nos *Diálogos de Vária História*, e mais recentemente o poeta laureado e historiador inglês Robert Southey, o Padre Manuel Aires do Casal, autor da *Corografia Brasileira*, e Ferdinand Denis, que no livro *Le Brésil* (1837), se bem que já estivesse impresso o códice, citou-o com freqüência, e por vêzes extensamente o extratou, servindo-se de uma cópia existente na Biblioteca Nacional de Paris.

Varnhagen, por uma citação marginal de Mariz (*Gabriel Soares*, c. 16), feita a um texto que, pelo assunto tratado, correspondia ao do capítulo de igual número da obra editada pela Academia, pôde restituir o autor ao códice, identificando-o com a

(41) Por essa ocasião travou mais íntimo conhecimento e relações de amizade com Francisco Mendo Trigoso e o Bispo-Conde D. Frei Francisco de São Luiz, mais tarde cardeal-patriarca de Lisboa, conhecido literariamente por Cardeal Saraiva (*Réplica Apologética*, pág. 5).

(42) *Réplica Apologética*, pág. 5. O título do trabalho inaugural do historiador brasileiro é: *Reflexões Críticas sôbre o escrito do século XVI impresso com o título de «Noticia do Brasil» no tomo 3.º da Coleção de Not. Ulit. Acompanhadas de interessantes noticias bibliográficas e importantes investigações históricas por Lisboa. Na Tipografia da mesma Academia, 1839, — in-4.º de 4 prels. e 120 págs. Entrou para a classe de Belas-Letras por diploma de 24 de maio de 1839 (9 das Calendas de Junho).*

(43) Pretendia escrever uma *Geografia Física do Brasil*, como o manifesta na carta que escreveu ao secretário do Instituto Histórico ofertando um exemplar das *Reflexões Críticas* (Cf. *Rev. do Inst. Hist.*, t. I, 2ª ed., págs. 376-377). Colaborou com Conrado Carlos de Chelmicki na *Corografia Caboverdiana*. Consta haver, no fim da vida, fornecido subsidios a Manuel Ferreira Ribeiro para a sua volumosa obra intitulada *A Província de São Tomé e Príncipe e suas dependências, Lisboa, 1877.*

pessoa de Gabriel Soares de Sousa (44), colono português que, pelo espaço de 17 anos, residira na Bahia, onde possuía engenho de açúcar e fôra dos da governança da terra.

Cotejando 11 cópias jacentes em várias bibliotecas de Portugal — (tinha conhecimento de mais seis em outros países) — pôde o jovem pesquisador corrigir abundantes erros em nomes de localidades, acidentes geográficos, produtos naturais, e fazer muitas identificações, revelando vasta cultura, seguro critério e completo conhecimento não só da bibliografia impressa sobre o Brasil antigo, histórica, geográfica, cartográfica e naturalística, como dos manuscritos inéditos existentes em livrarias portuguesas ainda hoje não totalmente divulgados pela imprensa, e dos quais foi, por assim dizer, o revelador. Estão nesse caso a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, de quem só se conhecia de referência uma *Crônica da Custódia*, até hoje extraviada, a *História dos Jesuítas no Maranhão*, do Padre José de Moraes; o *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, cuja autoria atribuiu a Diogo de Campos Moreno; e o *Sumário das armadas, que se fizeram e guerras que se deram, na conquista do Rio Paraíba, escrito e feito por mandado do muito Reverendo padre em Cristo o Padre Crisóstvão de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus em toda a província do Brasil*, e alguns mais.

No trabalho de confronto dos vários apógrafos (3) da obra de Soares existentes na biblioteca de Évora, foi o erudito iniciante grandemente ajudado pelo diretor desse estabelecimento, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivára, com quem entrou em relações por meio de uma carta escrita a 3 de julho de 1839. Graças ao incitamento e esforços que para isso fêz Varnhagen, é que Rivára passou a colaborar no *O Panorama*, adquirindo certo renome literário em Portugal, pois até então era pouco menos que desconhecido fora da cidade alentejana onde residia (45).

Em notas transcreveu trechos dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão (46), e da *Razão do Estado do Brasil*, um dos primeiros escritos em que se acusa

(44) O autor achava-se contemplado na *Biblioteca Lusitana* do abade Diogo Barbosa Machado e também na *Biblioteca Ocidental* de Antonio de Leon Pinelo.

(45) Graças à jamais bastante reconhecida prestimosidade do Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima possuímos cópia integral da correspondência ativa e passiva entre Varnhagen e Rivára, conservada em Évora. O convite para colaborar no *O Panorama* consta de uma carta de Varnhagen datada de 17 de agosto desse ano. Tencionamos publicar algum dia essa correspondência anotada, além de outras cartas do sorocabano a diversos, e das por ele recebidas, de que possuímos cópias tiradas de vários arquivos públicos e particulares.

(46) Identificação de Capistrano de Abreu.

formalmente os Jesuítas de contribuírem para o afastamento dos gentios das cidades, e se esforçarem por privar os moradores dos seus serviços; e se chama a atenção para a falta de caráter e honestidade dos indígenas, os quais, recebendo o salário adiantado, fugiam para os matos sem prestar o serviço pactuado, acolhendo-se à sombra protetora dos da Companhia. É possível que fôsse a leitura dessa obra, combinada com um susto por que passou em fins de 1840, a causa não só das opiniões pouco favoráveis aos índios, que Varnhagen daí em diante professou, como também das restrições que faz ao valor da atuação dos filhos de Loyola em nossa terra. E terminou o capítulo com a reflexão: «E quem sabe se por diligências jesuíticas é que o livro não foi publicado? (47)».

Lidas em sessão pública da Academia (48) a 7 de novembro, as *Reflexões Críticas*, colheram unânimes aplausos. O erudito cenáculo deliberou na sessão de 2 de maio seguinte (1839) imprimi-las à sua custa e debaixo do seu privilégio, na *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, e a 24 do mesmo mês outorgou-lhe o título de sócio correspondente, endossando o honroso juízo de D. Frei Francisco de São Luiz. Segundo êle, o autor da monografia «como bom juízo e discernimento, com estilo claro e conciso, e com erudição curiosa, oportuna, e não enfastiada (49)» lograra emendar os principais defeitos da obra de Soares, e ao mesmo tempo firmar-lhe o genuíno título, a verdadeira data e o legítimo autor.

O futuro Cardeal Patriarca, saindo da sessão do conselho, em que ouvira os pareceres (censuras) das três classes da Academia feitos à obra de Varnhagen, em carta ao jovem amigo desfazia-se nos mais honrosos elogios:

«O meu mesquinho louvor ficou a perder de vista, e eu não desgostei de me ver excedido em tal matéria. Ficou também resolvido que na primeira proposta da classe de V. S. seria um dos designados para nosso sócio. Estimarei que isto seja pelo menos tão agradável a V. S. quanto foi de satisfação para mim. Duvidou-se em que classe deveria V. S. ser proposto. Eu limitei-me a refletir que V. S. tinha estudos em diferentes classes, e que tôdas as três Academias estavam pobres de gente, e tôdas ganhavam com a sua aquisição. Resolveu-se que deveria ser proposto pela classe, a que se reputava pertencer *particularmente*

(47) *Reflexões Críticas*, pág. 95.

(48) *Idem*, pág. 103.

(49) Transcrito no artigo *Varnhagen* de Rodolfo Garcia no *Jornal do Brasil* de 29 de junho de 1928, reimpresso na *História Geral do Brasil*, 3.^a ed., 2.^o vol., Apêndice, págs. 436-452. V. pág. 438.

a sua obra. Conseqüentemente ficará V. S. na classe das Ciências Morais e Belas Letras, não sei se à sua vontade, mas certamente à minha, que muito estimei que V. S. ficasse na minha classe para ilustrá-la e enriquecê-la (50).»

Varnhagen cogitou também da conveniência de imprimir-se, na mesma ocasião, nova tiragem da obra de G. Soares, baseada em texto corrigido pelo confronto das várias cópias conhecidas desse *Tratado*, e convidou para a tarefa o amigo Rivára. Este mostrou-se disposto a aceitar a sugestão, já que «estava com a mão na massa», como textualmente se exprimiu em carta de 12 de agosto de 1839. Um livreiro se ofereceu para propor a impressão ao Aillaud, de Paris (Rivára, carta de 17 de agosto) mas a proposta, se chegou a fazê-la, não teve êxito.

Pela mesma época fundava-se no Rio de Janeiro, por iniciativa do Cônego Januário da Cunha Barbosa e do Marechal Raimundo José da Cunha Matos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, saído da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Apressou-se Varnhagen a pôr-se em relações com a recém-criada instituição, ofertando-lhe um exemplar da sua memória por intermédio da legação do Brasil em Lisboa, cujo ministro, o Conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, era sócio correspondente do Instituto. A comissão encarregada de dar parecer sobre as *Reflexões Críticas*, composta de Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, Tomás José Pinto Serqueira e Cândido José de Araújo Viana, apresentou no ano seguinte, a 22 de fevereiro, o seu relatório, elogiando sem restrições a obra ofertada (51).

Antes disso, porém, em novembro de 1839, o jovem estudioso, bafejado pela animadora acolhida feita em Portugal às primícias de seus esforços, publicava segundo trabalho, a edição do *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa em 1530-1532* (52), prefaciada, enriquecida por muitos documentos (53) e anotações, e acompanhada das biografias dos irmãos Martim Afonso e Pero

(50) *História Geral do Brasil*, 3ª ed., 2.º vol., págs. 438-439.

(51) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. II, 1840, págs. 109-112.

(52) O *Diário* saiu pouco antes de 22 de novembro, pois que, em carta desta data a Rivára, Varnhagen dizia remeter «o incluso exemplar da obra que acabo de publicar». Só poderia referir-se ao *Diário*, pois as *Reflexões Críticas* já tinham saído à luz.

(53) Muitos dos documentos foram diretamente copiados dos originais existentes na Torre do Tombo. Dois deles, a *Carta para o capitão-mor* (Martim-Afonso) *dar terras de sesmarias*, e a Carta de D. João III a Martim-Afonso, em resposta à que este lhe escrevera por João de Sousa, já haviam sido parcialmente transcritos por Frei Gaspar nas suas *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, Lisboa, 1797, segundo registos existentes no arquivo da Provedoria da Fazenda Real de Santos, e notas fornecidas provavelmente por Pedro Taques.

Lopes de Sousa (54). Custeou a edição com o produto de um prêmio escolar obtido na Academia de Fortificação, em que terminava o curso.

A estampa do *Diário de Pero Lopes*, cuja edição foi feita por um mss. de propriedade do editor, de começos do século XVIII, cotejado com mais dois, um pertencente ao Cardeal Saraiva, e outro existente na Biblioteca Real da Ajuda, veio abrir novos rumos ao estudo das questões de história geográfica do Brasil, do Rio da Prata, e principalmente do São Paulo quinhentista, rompendo de vez com muitas hesitações e conjecturas, e pondo fim às intermináveis discussões sobre os primórdios da vida da capitania de São Vicente, que entretinham os cronistas anteriores, inclusive o mais capaz e atilado deles, Frei Gaspar da Madre de Deus (55).

Os elogios tributados ao novo trabalho não ficaram atrás dos feitos às *Reflexões Críticas*. D. Frei Francisco de São Luís (Cardeal Saraiva) escreveu um artigo elogioso no *Correio de Lisboa* de 20 de novembro do mesmo ano; o erudito Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara publicou outro no *Diário do Governo* de 2 de janeiro de 1840; D. José de Lacerda fez o mesmo no *Diretor* de 11 de janeiro, n.º 594; Raposo de Almeida no *Mosaico de*

(54) O título por extenso da obra é: *Diário da Navegação da Armada que foi à Terra do Brasil em 1530, sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa. Publicado por* /Epigrafe do Almirante Quintella/. Lisboa, Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Rua Nova do Carmo, n.º 39D, 1839 — In — 8.º de XXIII e 130 páginas. O *Diário* teve mais cinco edições: a 2ª em 1847, feita à revelia de Varnhagen pelo Brigadeiro Machado de Oliveira; a 3ª no tomo XXIV (1861) da *Revista do Instituto Histórico*, dirigida por Varnhagen, que nela se ateve principalmente ao códice da Biblioteca da Ajuda e modificou ligeiramente o título da obra; a 4ª no Rio, em 1867, cópia fiel da 3ª, adicionada de documentos, também feita por Varnhagen; a 5ª em 1927, dirigida e copiosamente comentada por Eugênio de Castro; e a 6ª em 1940, pelo mesmo, com o texto original da Ajuda reproduzido em fac-simile.

(55) «É este livro, que o público vê pela primeira vez, um dos que, por mau fado encerrados e quase desconhecidos, atravessando séculos, aparecem como enviados para esclarecer pontos controversos e aliviar a crítica, e que, rasgando assim de um golpe fôlhas de enfadonhas polémicas e certames literários, fornecem documentos irrefragáveis sobre que por uma vez se descanse firme (*Diário da Navegação*, pág. bj).

«O seu simples aparecimento rasgou então de um jato páginas e páginas de intermináveis conjecturas de Frei Gaspar e de Jaboatão (cujos escritos, no estado atual da crítica histórica mais podem induzir o principiante em erros do que servir a guiá-lo) e tirou tôda a dúvida acêrca da existência do Caramuru, o que depois se elucidou melhor por novas provas. — Até êsse aparecimento, nenhum outro documento tinha lançado mais luz sobre várias questões intrincadas da primeira época de nossa História, porquanto serviu de esclarecer um período de mais de vinte anos dela, quando a carta de Pero Vaz de Caminha era apenas revelação do que se passara durante dias! (Carta-prefácio à 3ª ed. do *Diário*. Cf. *Revista do Instituto*, t. XXIV, págs. 7-8).

13 do mesmo mês, n.º 45, seguiu-lhe o exemplo; e até o Visconde de Santarém, o luminar da historiografia portuguesa, autor da *Teoria das Côrtes Gerais*, do *Quadro Elementar das relações diplomáticas de Portugal* e das *Recherches sur Americ Vespuce*, em sessão da Sociedade de Geografia de Paris, prestou homenagem ao valor da publicação e aos méritos do autor, não obstante dêle discordar quanto à avaliação do papel que na história dos descobrimentos coubera ao cosmógrafo florentino. O Cardeal Saraiva repetiu os encômios saídos no *Correio de Lisboa*, no *Índice das Navegações*, publicado em 1841 (56).

No *O Panorama*, periódico em que colaborava o escol das letras portuguesas, também saiu um artigo de crítica elogiosa no número de 14 de dezembro de 1839 (vol. III, págs. 398-400). Estes encarecimentos, porém, feitos sob a responsabilidade da redação de um órgão que contava Varnhagen como um de seus diretores suplentes, desde o aparecimento da fôlha em 1837, considerava-os o próprio beneficiado como pouco expressivos.

O Ministro Drummond, a fim de estimular o editor, e levá-lo à descoberta de outros documentos interessantes, subscreveu, por conta da nossa legação, dez exemplares do *Diário*, conforme participou a Maciel Monteiro, então com a pasta dos negócios estrangeiros (57).

Ainda em 1839 saiu no *O Panorama* um artigo anônimo (número de 1 de julho, págs. 172-174 do 3º vol.) descritivo da vila de Santarém, baseado em informações prestadas por Varnhagen, que por algum tempo lá residiu. Foi nessa vila estreminha que o jovem sorocabano fez em 1838 a primeira e mais célebre de suas descobertas arqueológicas, a do túmulo do descobridor do Brasil, Pedro Alvares Cabral, na sacristia do convento da Graça. Comentando o achado da sepultura, de que não havia a menor memória escrita, nem de tradição, Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond na carta escrita ao Cônego Januário, secretário perpétuo do Instituto, a 10 de novembro de 1839, e que acompanhava o exemplar do *Diário de Pero Lopes* ofertado por Varnhagen, salienta a circunstância notável de ter sido um brasileiro «quem descobriu onde repousavam as cinzas do descobridor do Brasil, ignoradas 300 anos dos seus próprios (58)».

(56) A respeito dessas publicações elogiosas veja-se a *Réplica Apolo-gética*, págs. 11-14.

(57) Ofício de 4 de julho de 1839, publicado entre os documentos anexos à 6ª edição do *Diário da Navegação de Pero Lopes*, 1940, II, 51.

(58) *Rev. do Inst. Hist.*, t. II, pág. 137. O Cônego Januário, na informação que prestou, por parte do Instituto, para instruir um pedido de condecoração que Varnhagen fizera, informação datada de 18 de abril de 1844, e cujo original, até hoje inédito, existe na Seção de Mss. da Biblioteca Nacional (cota C — 849, 45) repete como suas as palavras de Drummond.

Informava ainda Drummond que seu jovem compatriota continuava à cata de outros documentos interessantes para a história e a geografia do Brasil, e efetivamente, desde essa época o vemos copiando e remetendo para o Instituto Histórico peças dos depósitos portugueses, que a direção da *Revista* fazia logo publicar à medida que chegavam (59).

Da atividade de Varnhagen, na Torre do Tombo principalmente, temos o testemunho eloquente de Oliveira Lima, expresso no discurso de recepção da Academia Brasileira de Letras, em 1903, onde ocupou a cadeira para a qual escolheu como patrono o Visconde de Pôrto Seguro:

«Quando, muito novo ainda, eu estudava paleografia na Torre do Tombo, de Lisboa, tendo por mestre José Basto, um dos auxiliares de Herculano na obra grandiosa dos *Portugaliae Manumenta Historica*, costumava ansioso esquadrihar nos maços de papéis bolorentos, de caracteres semi-apagados, debaixo da poeira dos séculos, algum documento que, na minha prosápia juvenil, julgava ser decisivo para a solução de qualquer dos enigmas da nossa história, que os tem, conquanto date de ontem. Ora, era com viva surpresa e não menos vivo desapontamento que, em quase todos aquêles papéis, se me deparava a marca discreta do lápis de um pachorrento investigador que me precedera na faina, e que verifiquei não ser outro senão Francisco Adolfo de Varnhagen (60)».

Luis Camilo de Oliveira Neto, profundo conhecedor de documentos luso-brasileiros, durante a viagem feita a Portugal há poucos anos, teve ocasião de verificar, *de visu*, a afirmativa de Oliveira Lima. Pesquisava também papéis inéditos quinhentistas, e apenas numa pequena pilha, não classificada, de páginas relativas a salários de oficiais mecânicos empregados nas da cidade da Bahia por Tomé de Sousa, pôde achar algumas não percorridas pelos olhos do sorocabano; todos os demais, e eram maços e maços, apresentavam o sinal de terem passado por suas mãos: um pequeno V feito a lápis à margem das folhas.

No gôsto pela averiguação do passado não estava Varnhagen isolado tanto no tempo como no meio em que vivia. Era o pleno regime da reação românica, que, na Europa cristã, se caracterizou

(59) Quando se publicou em julho de 1840 o primeiro documento oferecido por Varnhagen, uma carta de Nóbrega, copiada do original existente na Torre do Tombo (Corpo Cronológico, parte 1^a, maço 86, n.º 125) já ele era sócio correspondente do Instituto, e estava no Brasil, aonde viera pugnar pelo reconhecimento de sua nacionalidade.

(60) Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIII, 1908 (imp. 1911), pág. 63.

pelo renascimento dos estudos históricos, pela diminuição do culto da antiguidade clássica e por um mais intenso interesse pelos homens e instituições da Idade-Média, na qual se procuravam as raízes do liberalismo contemporâneo. Um grupo de estudiosos de escol. discípulos de João Pedro Ribeiro e Antônio Caetano do Amaral, a cuja frente se destacava a figura de Alexandre Herculano, colaborava no *O Panorama*, procurando despertar o gosto pelos monumentos arquitetônicos e jurídicos da Idade-Média. As lutas dos três elementos da população (clero, nobreza e povo) pela supremacia social, o estudo das franquias contidas nos velhos forais, a evolução dos direitos romano e visigótico e sua influência recíproca, a crescente importância do terceiro estado acompanhando *pari-passu* a do poder nivelador da coroa, tudo isso fornecia matéria ampla e ainda pouco explorada à curiosidade dos investigadores portugueses, que agora a poderiam estudar à luz dos modernos processos da crítica científica, graças às amplas garantias de liberdade na manifestação do pensamento trazidas pelo regime da Carta.

Varnhagen, cujas afinidades espirituais com Alexandre Herculano teremos ocasião de assinalar em outro capítulo d'este trabalho tinha a atenção voltada para o estudo das coisas brasileiras, para o passado de um país, que, embora surgido para a civilização em plena época do renascimento clássico, quando campeavam os governos absolutos e centralizados à romana, ensaiara os primeiros passos na sua senda sob o regime quase feudal das capitânias hereditárias. A Pátria e o assunto atraíam-no irresistivelmente. Por isso, uma vez terminado o curso de Engenharia, rejeitando a oferta do Rei D. Fernando, que se propunha mandá-lo estudar na Alemanha para vir a ser professor dos príncipes seus filhos; dando de mão a uma brilhante carreira militar já auspiciosamente começada; — tratou de, em princípios de 1840, com os próprios recursos, vir ao Brasil aproveitar-se das vantagens da lei que sabia estarem as nossas câmaras legislativas discutindo, com a finalidade de chamar à Pátria seus filhos de cidadania duvidosa, por terem entrado ao serviço de outra nação. Muniu-se de cartas de empenho do ex-Regente Costa Carvalho, mais tarde Marquês de Monte Alegre, então em Lisboa, do Ministro Vasconcelos de Drummond e de seu pai (61), e, como a prudência aconselhava para não sacrificar sem remédio a situação que já possuía, não pediu logo demissão do exército português, e sim licença por alguns meses, que alargou com prorrogações sucessivas, por mais

(61) *Réplica Apologética*, pág. 6.

de ano e meio (62). O patriotismo não excluía o bom senso e as precauções.

* * *

No Rio de Janeiro esperava o jovem pesquisador encontrar o ambiente favoravelmente preparado para recebê-lo. Suas eruditas labutações tinham-no feito conhecido e admirado nos meios cultos; nas esferas governamentais deveria haver as melhores disposições para aproveitá-lo nos serviços públicos do Império, em vista do ofício reservado de Drummond, datado de 14 de dezembro de 1839, e dirigido a Caetano Maria Lopes Gama, futuro Visconde de Maranguape, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

«Recusa», dizia êle de Varnhagen, «qualquer emprêgo português, procura o Brasil, sua pátria de nascimento, por amor e porque promete engrandecimento e elevação. É por isso que emprega seu talento em coisas de interêsse do Império. E ninguém melhor do que êle está em circunstâncias de prestar importantes serviços neste gênero histórico e geográfico, não só pelas relações íntimas, que tem, com os empregados dos arquivos e bibliotecas dêste Reino, e da Academia Real das Ciências, de que é membro, mas também porque conhece praticamente tudo quanto existe àcerca do Brasil, de que faz seu particular estudo em qualquer parte dêste Reino. O Rei D. Fernando ofereceu mandá-lo para a Alemanha aperfeiçoar a sua educação, para vir a ser mestre dos príncipes seus filhos (63). Varnhagen, que tem os olhos no futuro que prevê, recusou a oferta do rei: Pretende ser empregado no serviço do Brasil, sua pátria de nascimento, e nós ganharíamos com isso, supponho eu, mórmente se êle fôsse empregado com o título de adido a esta Legação, com encargo especial de coligir do-

(62) Em carta de Rivára a Varnhagen (20 de abril de 1840) se lê que o último «fôra licenciado para sair fora do Reino.» Da mesma se verifica como Évora constituía a êsse tempo um meio de cultura acanhado, não obstante ser a capital do Alentejo. O diretor da biblioteca supplicava que lhe mandassem algum jornal ou revista francesa, de crítica literária, para poder manter-se em dia com a illustração geral. Verifica-se também como fôra o sorocabano que o puzera em correspondência com Antonio Feliciano de Castilho.

Varnhagen tencionava primeiramente ir à Alemanha (carta a Rivára, de 25 de abril), porém, de repente, mudou de idéia e resolveu-se a visitar «os bosques virgens da América meridional». E, se lhe fôsse possível, iria «indagar aonde chegara o seu Pero Lopes, embora o projeto tivesse o seu tanto de visionário». A cultura geral ainda preocupava-o bastante, pois diz nessa carta ser assinante de um círculo alemão de trinta pessoas, aonde se liam jornais alemães e franceses.

(63) Até no aprêço especial do rei D. Fernando há um singular paralelismo entre as figuras de Varnhagen e de Herculano.

cumentos e diplomas para a História do Brasil e diplomática, coordená-los e analisá-los de modo que certifique datas e acontecimentos, e apure a verdade do fabuloso (64). Um ordenado de 800\$000 anuais seria, quanto a mim, suficiente recompensa para adquirir já um moço de tanto talento e trabalho, pôsto que em terra idade, e que nos tem prestado bons serviços com a publicação das suas obras a respeito do Brasil. Fazendo esta proposta a V. Ex.^a com a mira de animar e proteger um engenho pátrio, que pode vir a ser honroso ao nosso país, não pretendo de forma alguma prejudicar a nomeação já feita em outro digno patricio. Observo sòmente que José Maria do Amaral foi encarregado de uma missão de que não pode dar satisfação senão com o andar do tempo, visto não ser coisa fácil orientar-se com brevidade em três países estrangeiros para chegar ao têrmo de fazer proficuas indagações, e descobrir inéditos nos arquivos e bibliotecas, nòrmente em Portugal (65), aonde as repetidas modernas revoluções e a abolição dos conventos confundiram todos os papéis públicos e deslocaram todos os depósitos e arquivos, a ponto de ser este mesmo govêrno obrigado a mendigar agora cópia de tratados e outros diplomas que não acha na secretaria de Estado, nem na Torre do Tombo. Não falta em que aproveitar o talento de Amaral nesta Legação (66), aonde muito desejo tê-lo, e nas mesmas indagações históricas na Espanha e na França — V. Ex.^a fará o que fôr mais justo» (67).

Camilo Castelo Branco, no *Esbôço de apreciações literárias*, aventava outro móvel que não o amor da Pátria, para a resolução de Varnhagen. Havia ao tempo grande entusiasmo pela literatura dramática, e sucediam-se em Lisboa récitas e concursos de peças teatrais. Quem diz concurso diz polémica, e na apreciação do valor do «Lopo de Figueiredo», da autoria de Inácio Pizarro

(64) Veio a receber mais tarde essa incumbência.

(65) João Francisco Lisboa achou-se em dificuldades semelhantes quando foi mandado em comissão do govêrno a Portugal, e teve de recorrer ao auxílio de Varnhagen para levá-la a cabo.

(66) No Relatório do Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1841 já figura José Maria do Amaral como secretário de legação interino em Lisboa (pág. 14). A comissão que recebeu êsse diplomata resultou de um pedido do 1.º secretário perpétuo do Instituto (Januário) ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao que êste anuiu por meio de ordens passadas ao Ministro em Lisboa a 22 de agosto de 1839. Mais tarde o Cônego Januário pediu a reiteração dessas ordens, sendo satisfeito por Aureliano Coutinho, como êste lhe respondeu em officio de 9 de dezembro de 1840, dando noticia de se ter também dirigido ao Ministro de S. M. F. no Brasil pedindo sua intervenção para que ao auxiliar diplomático brasileiro fòssem concedidas tôdas as facilidades (Cf. a respeito *Rev. do Inst. Hist.*, II, págs. 535-536).

(67) Transcrito no artigo do Sr. Rodolfo Garcia. V. *História Geral do Brasil*, 3º ad., II, págs. 437-438.

de Moraes Sarmento, dois jornais de 1839, o *Correio* e o *Diretor* se engalfinharam em acesa disputa. Francisco Adolfo de Varnhagen, que também exercia a crítica teatral, e veio até a fazer parte de uma comissão julgadora do Conservatório Dramático, então, segundo Camillo, «moço de vinte anos [23, aliás] e sedento de glória, com armas débeis para conquistá-la, agrediu, mais apaixonado que douto, o drama de Inácio Pizarro, exposto às provas públicas, e galardoado de aplausos. Saiu o autor em defesa do seu escrito, e tão acesa afinal correu a refrega, que já não houve o terminar-se, sem entrarem armas nesse certame literário. O certo é que Francisco Adolfo de Varnhagen (*sic*), algum tanto dasairado no fêcho da pendência, fez-se de vela para o Rio de Janeiro, sua pátria (*sic*), e lá, mais enriquecido de saber e mais discretamente aconselhado no exercício de sua ciência, vingou altear-se a posição de créditos literários, que já agora podem emparelhar com os mais prestadios de Portugal. Se a consciência de Ignácio Pizarro houvesse de molestar-se da catástrofe literária, que ocasionou ao seu contendor da mocidade, o sucesso daquela aventura deve hoje redundar-lhe em muito contentamento» (68).

Apenas com as palavras de Camillo é impossível verificar, aqui no Brasil, sem a coleção dos referidos jornais de Lisboa, os termos da polêmica, e qual o desfêcho desairoso que teve para o jovem brasileiro. Seria um desafio para duelo, a que Varnhagen se furtasse? Não é possível. Conhecendo o manejo da espada e das armas de fogo (69), e brioso como sempre se mostrou, não fugiria ao encontro. Alguma surra de pau? É possível, tratando-se de um método de desfôrço tipicamente português. Deve haver alguma verdade nas palavras do poligrafo d'além-mar, à parte as inexactidões sôbre certos pontos da vida e até do próprio nome do sorocabano, pois não consta se tenha Varnhagen jamais defendido de suas alegações, não obstante ter por hábito não fugir a polêmicas. Por outro lado, o motivo apontado, pensamos, não seria suficiente para, por si só, levar o filho do coronel alemão a pleitear outra nacionalidade. Seria preciso algo mais.

* * *

Varnhagen embarcou no brigue brasileiro *Atlante*, e zarpou de Lisboa a 24 de maio de 1840. Depois de uma viagem de 50 dias, desembarcava no Rio de Janeiro, a 13 de julho, segundo nos informou obsequiosamente o Sr. José Antonio Soares de Sousa,

(68) *Esbôço de apreciações literárias*, 3ª ed., 1908, pág. 243.

(69) Na carta ao General Andréa, parcialmente transcrita no texto, há referências à prática de esgrima, e, quanto ao tiro, sendo grande apreciador da caça, é impossível que não atirasse regularmente.

que colheu esta notícia na seção «Movimentos do pôrto» do *Jornal do Comércio* do dia imediato. A 18 pronunciava no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o discurso de agradecimento pela sua eleição para sócio correspondente. Na mesma sessão, a 43^a, foi escolhido para em companhia do Barão de Planitz, dar parecer sôbre a *Reise in Brasilien* do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, e teve ocasião de ofertar sete manuscritos, alguns nos originaes, e cinco obras impressas. ao arquivo e à biblioteca do Instituto (70).

Segundo informação de Abreu e Lima, no opúsculo que escreveu contra o *Primeiro Juízo* de Varnhagen sôbre o seu *Compêndio de História do Brasil*, êste, que logo se ligou em estreita camaradagem e amizade com o Cônego Januário, secretário do Instituto e bibliotecário da Biblioteca Nacional e Pública, arranjou de aposentar-se, com um criado que trouxera de Portugal, no próprio edificio em que funcionava a repartição, pertencente aos Terceiros do Carmo, (71), com frente para a rua dêste nome. O edificio communicava-se internamente com a capela imperial, e esta, pelos passadiços aéreos com o Paço da Cidade (hoje Diretoria Geral dos Correios e Telégrafos), em uma de cujas salas celebrava suas sessões o Instituto Histórico. Varnhagen tinha assim à mão livros em quantidade, a proteção imperial e o Instituto. Aproveitou bem o tempo e as contingências favoráveis, e fez algumas descobertas importantes principalmente na seção de mss., da qual deu a conhecer as cartas jesuíticas do códice doado pelo Conselheiro Ordonhez, e que pertencera à casa de São Roque; e os dicionários *português-brasilião* e *brasilião-português*, cuja impressão veio a propor fôsse feita pelo Instituto.

O Rio de Janeiro agitava-se no momento com os debates parlamentares suscitados pela questão da maioria do Imperador, que os liberais, em minoria na Câmara dos Deputados, desejavam antecipar. A 23 de julho levou-se a efeito de forma inesperada e revolucionária, graças a um golpe da opposição, essa importante mudança política e constitucional. A discussão da lei sôbre o reconhecimento da nacionalidade dos brasileiros em situação análoga à de Varnhagen ficou interrompida. Êste, indifferente à sedução das pugnas políticas, continuava assíduo às sessões do Instituto Histórico, tomando parte saliente nos trabalhos. Há naturezas assim, profundamente introspectivas, para as quaes a paisagem envolvente, tanto fisica como moral, em absoluto não existe. Por êsse tempo — porque mais tarde seu temperamento se modificou

(70) *Rev. do Inst. Hist.*, II, págs. 394, 395 e 396.

(71) O Cônego Januário (*V. Minerva Brasiliense*, I, 159) diz que a biblioteca foi instalada na «casa que servia de hospital dos Terceiros do Carmo».

— o sorocabano ainda corria parêlhas com o Padre Antônio Vieira, o mais perfeito representante, entre nós, no século XVII, dessa classe de homens. J. Lúcio d'Azevedo fêz a justa observação de como o jesuíta, tendo por mais de uma vez estacionado nas principais cidades da Europa, v. g. Paris, Roma, Haia, Amsterdão e Londres, de aspectos tão diversos e tão superiores, pela riqueza ou pela extensão, àquelas em que lhe formara o espírito, jamais deixara o menor vestígio, em sua copiosíssima correspondência, das emoções porventura experimentadas nesses ambientes. Nem a cultíssima Paris dos Richelieus e Mazarinos, nem a vetusta capital dos Césares, blasonando de imponentes ruínas, nem a curiosa topografia dos Países-Baixos, recortados de canais e semeados de moinhos de vento, lograram arrancar-lhe senão uma ou outra referência acidental e fugitiva. Apenas lhe enchiam a mente reflexões inspiradas pelo desenrolar das importantes missões políticas motivadoras de suas viagens. Só para tratar de matérias dessa espécie reservava os olhos e os ouvidos, assim como o papel de suas longas cartas (72).

Varnhagen expandiu-se excepcionalmente, todavia, em carta ao amigo e colaborador Cunha Rivára, datada de 20 de agosto. «Impossível me é numa carta breve descrever a comoção que experimentei ao descobrir e entrar nesta baía, tôda rodeada de escabrosos morros de granito que infundem no espírito uma espécie de pasmo e admiração que chega a ser horrorosa ao mesmo passo que agradável. A cidade em si é Européia; e até o é demais, pois quanto a mim devia ser menos servil a arquitetura das casas e mais acomodada ao clima e às riquíssimas madeiras da América».

«Aqui tenho visto a natureza, conversado os livros e frequentado as sociedades e bailes. De tudo tenho utilizado. V. S. tem lido descrições da vegetação, pois eu creio que ainda tudo quanto está escrito é pouco. Frutos tenho saboreado muitos, incluindo os belos ananazes; e todos me são, extremamente agradáveis porque me aumentam o número de sensações experimentadas. A biblioteca aqui tem muitas preciosidades, e entre outras as cinco primeiras partes do *Thezouro* do P. João Daniel. Eu estou copiando a 2.^a para a fazer imprimir, e na introdução comemoro o nome de V. Sa. para as informações àcerca da 6.^a parte (73). As sociedades são de todo à Européia. O tempo não chega para satisfazer o desejo que tenho de lhe escrever mais . . . » e à margem: «Brevemente partirei para o Sertão.»

(72) *História de Antonio Vieira*, I, págs. 99, 103, 122 (da 1.^a ed.).

(73) A 2.^a parte do *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas* saiu no tomo II, págs. 328-363 e 445-498; e III, págs. 39-52, 158-183, 282-297, e 422-441 da *Revista*, precedida de uma notícia sobre o mss. original, em que Varnhagen cumpriu a promessa (t. II, págs. 319-321).

Na sessão do Instituto Histórico, de 1 de agosto, leu-se, no expediente, uma carta do naturalista bávaro Carlos Frederico Filipe von Martius, agradecendo o diploma de membro honorário que o cenáculo brasileiro lhe remetera, e entrando em considerações sobre a civilização dos índios do Império americano, que julgava do tipo regressivo. Em sua opinião, teriam tido, em épocas remotas, estágio de cultura superior àquele em que os encontraram os portugueses. Aconselhava que se procurassem os restos dessa cultura decadente e prestes a extinguir-se entre as tribos de língua-geral ainda existentes nas mesopotâmias do Tocantins, Araguaia e Xingu (os Apiacás, o Gês e os Mundurucus), únicos depositários possíveis da mitologia, tradições históricas e civilização dos tempos passados. Varnhagen, pedindo a palavra, disse aproveitar o ensejo oferecido pela comunicação de tão conhecido viajante e cientista para propor que o Instituto procurasse recolher todas as informações existentes sobre essa raça quase extinta, e também para sugerir que se cogitasse dos meios de promover no Império o estudo das línguas selvagens. Ato contínuo leu a sua dissertação acerca do estudo desses idiomas, e apresentou duas propostas sobre os meios de levar a efeito o plano (74).

Na mesma sessão foi escolhido para fazer parte da deputação de vinte sócios, encarregados de transmitir a S. M. I., Protetor Perpétuo do Instituto Histórico, as homenagens por haver assumido a plenitude de suas funções constitucionais. A deputação foi recebida no Paço da Boa Vista às 5 horas da tarde de 4 de agosto. Orou em nome dos colegas o Vice-Presidente Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (75). Foi a primeira vez que Varnhagen pôde contemplar de perto seu soberano, e dela datou a simpatia e proteção por parte do monarca, e a veneração e reconhecimento pela do vassalo, que se conservaram inalteráveis até a morte deste.

Aproveitando as férias parlamentares, e o adiamento da discussão da lei que o interessava, ocasionado pelos acontecimentos políticos já referidos, resolveu Varnhagen fazer uma excursão de estudos, e para matar saudades, por sua provincia natal. Antes de partir entregou a Martim Francisco, para que o fizesse chegar às mãos de seu irmão Antônio Carlos, ministro do Império do primeiro gabinete escolhido por D. Pedro II, o requerimento em que declarava optar pela nacionalidade brasileira. Alguns anos depois não mais se recordava com certeza se fôra datado de 1 de agosto ou de setembro :

(74) *Rev. do Inst. Hist.*, II, pág. 401.

(75) *Idem*, págs. 406-407.

«Senhor: Francisco Adolfo de Varnhagen, nascido na Província de São Paulo (documento 1.º) e filho, hoje único, do Coronel Varnhagen, antigo diretor das fábricas de São João do Ipanema, havendo aos oito anos de idade sido levado a estudar à Europa, empregou o tempo até agora decorrido habilitando-se para servir melhor a V. M. I. — (documentos 2, 3, 4, 5, 6).

«O suplicante, Senhor, por enquanto é menor; e como tal nem pode dispor de si, nem entrar ainda no gôzo dos direitos civis. Mas sucedeu que para ter a glória de servir às ordens do Augusto Pai de V. M. I. — se alistou sob suas bandeiras, e quiz a sorte que, havendo-o favorecido a guerra e os estudos, se achará hoje considerado em proposta para capitão do Exército português. Mas o suplicante vendo aproximar-se o têrmo de sua menoridade, decidiu vir aos pés de V. M. I., à custa, Deus sabe de que sacrificios, incluindo o de ausentar-se do seu velho pai enfêrmo, optar decididamente pela nacionalidade de nascimento com preferência à de domicílio. Obrigado a voltar à Europa pode ser que aí continue a servir, e que a sorte não lhe permita mais o tornar a ver a sua terra natal. Mas o suplicante nasceu brasileiro e brasileiro quer morrer: deseja conservar os foros a que seu nascimento e sua opção lhe dão direitos: — deseja, embora residente em terras do Velho Mundo, ser americano.»

«Talvez, Senhor, venha um dia em que o Brasil aprecie o intento fervoroso que guia o suplicante, quando — P. a V. M. I. lhe conceda licença para que ao dever entrar, pela idade, no gôzo dos direitos civis, não seja excluído dêles por se achar em serviço estrangeiro — E. R. Mcê. — Rio de Janeiro, 1 de (agosto ou setembro) de 1840 — Francisco Adolfo de Varnhagen» (76).

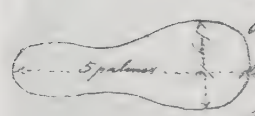
Até a partida para a província de São Paulo, via Santos, assistiu Varnhagen, pelo menos, a mais duas sessões do Instituto; a de 31 de agosto e a de 18 de setembro, na qual deu conhecimento ao plenário de uma carta escrita por Fernando Halfeld ao sócio correspondente J. D. Sturz. Nessa carta se comunicava haver o referido Halfeld, engenheiro alemão empregado na província de Minas Gerais, descoberto em localidade próxima à freguesia de Juiz de Fora um cemitério de índios, contendo vários *camocins* ou *igaçabas* partidos, e ter o intento de fazer em breve outra excavação na qual esperava encontrar alguma intacta (77). A carta, traduzida do original alemão por Sturz, e com os desenhos

(76) *Réplica Apologética*, págs. 6-7.

(77) *Rev. do Inst. Hist.*, II, págs. 414-415.

Cartão de J. D. Stürz
 Rio de Janeiro 1880

A minha construção das entenas era muito bem
 acerte. Há algumas das, algumas com muros
 e encontrámos na profundidade de 5, 6 e
 8 palmos um cemitério indiano. Parallelos
 de barro de 5 palmos de comprimento com 3 de
 largo e 2 de altura de altura: continham
 restos de ossos de homubos, bracos e
 pernas, mas logo calháo em congar.

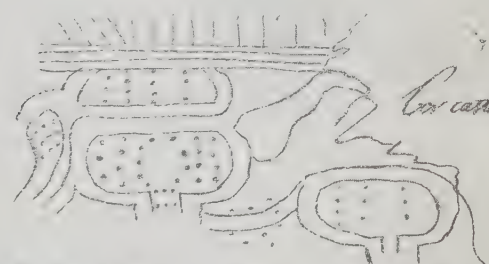


Os parallelos intos pintados de fora e
 por dentro

Algunas



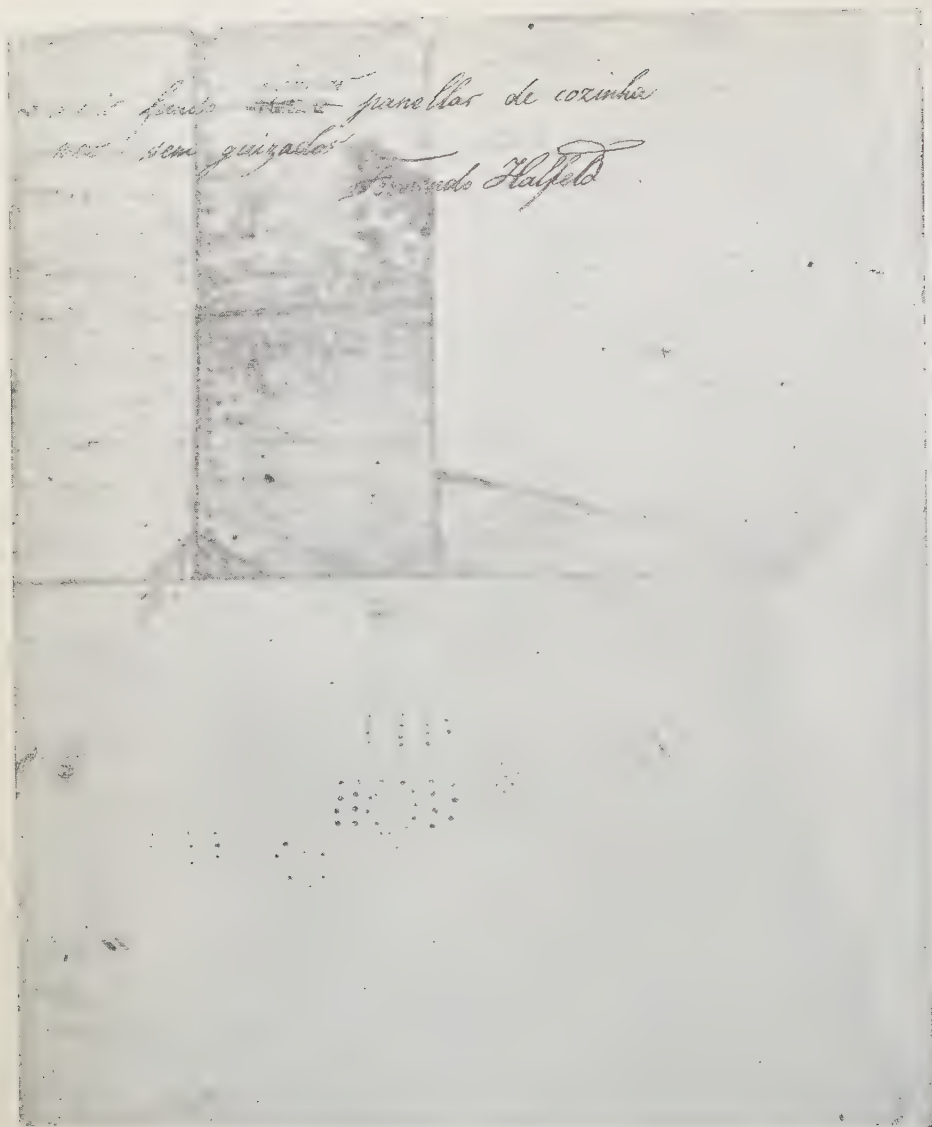
Outros



Com castiúho

Este desenho fe. feito muito a pressa, e torado
 de fragmentos de por dar log uma ideia do objecto
 achado. Também encontrámos tres pedras

Nota de Fernando Halfeld a J. D. Stürz traduzida por éste para o português,
 e com desenhos copiados do original, na qual se comunica a descoberta de um
 cemitério indígena nas proximidades de Juiz de Fora.



Reverso do mesmo documento.

copiados dos de Halfeld, encontra-se no arquivo de Varnhagen no Ministério das Relações Exteriores, onde obtivemos a fotocópia, depois avivada a nanquim, pela qual se fez o clichê que ilustra este capítulo.

* * *

Já a 31 de outubro se lia em sessão do Instituto a primeira mensagem remetida de São Paulo pelo sócio itinerante:

«Creio de minha obrigação não dever demorar em noticiar a êsse nosso Instituto que não tenho um só momento perdido de vista, depois que deixei essa capital, as obrigações que me impõe a qualidade de seu membro. Em Santos procurei com Frei Gaspar à vista examinar as localidades e inscrições. Maior diligência, ainda que pouco proficua no sentido que eu desejava, fiz no Arquivo da Câmara de São Vicente, vila talvez a mais inferior de todo o Brasil, não obstante ser a primeira por direito de antiguidade. O Arquivo, pelo desleixo dos Camaristas passados, foi não só desfalcado de muitas preciosidades e documentos mais antigos, como mal resguardado, do que resulta achar-se pela maior parte carcomido e sem ordem. Achei no Arquivo uma carta de Marcelino Pereira Cleto, datada de Santos em 3 de abril de 1786, que agradece à Câmara os papéis importantes que lhe confiara; e pode ser que havendo esta facilidade, para outros houvesse a mesma franqueza, e se extrviassem com a morte de algum que os tivesse entre mãos (78). Além disso sabe-se que há poucos anos um velho Escrivão, que tinha em sua casa em São Vicente muitos papéis, se negara a entregá-los, e temendo não levar avante a sua pertinácia depois da morte, os queimara poucos dias antes de falecer. Examinando o local de São Vicente me convenci que Frei Gaspar não teve razão para sustentar a grande questão a favor da casa de Vimieiro, e as poucas palavras de Pero Lopes me decidiram em sentido contrário.»

«Das ruínas de Santo André e de São Bernardo nada pude deduzir a respeito de João Ramalho. Cada vez me convenço mais da minha opinião já anunciada pela imprensa, que nas cartas dos Jesuítas é que se acharão os melhores documentos para as duas primeiras épocas da história moderna do Brasil; e nas que foram escritas de São Paulo ou São Vicente por Leonardo Nunes e seus companheiros se encontrará o mais antigo e essencial.»

(78) Em condições ainda piores que as do arquivo da Câmara de São Vicente veio o Visconde de Pôrto Seguro encontrar, em 1877, os das câmaras de Pôrto Seguro e de Ilhéus.

«Não me devo esquecer de participar ao Instituto que não me olvidei da sua recomendação a fim de examinar o monte de ossos que viu o capitão Nordamericano J. D. Elliot, e sobre que C. D. Meigs publicou uma dissertação nas — Transações (79) da Sociedade de Filadélfia —, cuja descrição eu tinha tido o cuidado de copiar verbalmente. Depois de obter as competentes informações dirigi-me ao sitio de Manuel Dias, que é próximo do Cubatão. Tive a fortuna de encontrar em sua casa o Sr. Manuel Dias, onde fui hospedado; li (traduzindo para Português) na presença dêste Senhor tudo quanto se descrevia, e que desejava saber se eram aquêles os sinais da sua *casqueira*. Disse-me que haverá dez ou doze anos se verificavam tôdas as circunstâncias mencionadas, porém que o outeiro fôra já todo desmoronado para aproveitar as ostras e mariscos para cal. Levou-me depois ao local, e então vi que êle não era mais que um depósito de mariscos, análogos aos que Frei Gaspar chama *ostreiras*, descrevendo-os à págs. 20, e dando-lhes uma origem, cuja veracidade ainda se pode contestar (80). Eu ainda vi uma caveira com todos os dentes nas

(79) Houve aí uma impropriedade de tradução. *Transactions* na acepção em que está empregada deverá traduzir-se em português por *atas*, palavra que entre nós é a que mais se aproxima da *transaction* inglesa e do *compte-rendu* francês.

(80) A origem dos *sambaquis* é assim exposta por Frei Gaspar: «Índios particulares em todo o tempo, e povos inteiros em certos meses, vinham mariscar na costa: escolhiam entre os *Mangais* algum lugar enxuto, onde se arranchavam, e daí saíam como enxames de abelhas a extrair do lodo os testáceos marítimos. É indizível a imensidade que colhiam de ostras, beibigões, amejoas, sururus de várias castas, e outros mariscos, ou porque gostassem mais dêles, ou porque os encontrassem em maior cópia, e colhessem com facilidade. De tudo isto havia, e ainda há hoje muita abundância nos mangais da Capitania de São Paulo. Com os tais mariscos se sustentavam enquanto durava a pescaria, o resto secavam, e assim beneficiado conduziam para suas aldeias, onde lhes servia de alimento por algum tempo. As conchas lançavam a uma parte do lugar onde estavam congregados, e com elas formavam montões tão grandes, que parecem outeiros a quem agora os vê soterrados».

«Daqui nasceu escreverem alguns autores que é mineral a matéria de que se faz a cal em várias partes da América. Enganaram-se, mas com desculpa, porque a terra conduzida pelas águas e ventos para cima daqueles montões formou sobre êles crostas tão grossas que nalgumas chegaram a ter capacidade para sustentarem, como sustentam, árvores bastantemente altas, que sobre elas nasceram, e se conservam sempre viçosas. Tanta é a antiguidade destas *Ostreiras* (assim lhe chamam na Capitania de São Paulo) que a umidade pelo decurso dos tempos, veio a dissolver as conchas de algumas delas, reduzindo-as a uma massa branca, a qual petrificando-se pouco a pouco com o calor, formou pedras tão sólidas, que é necessário quebrá-las com massas ou alavancas, antes de as conduzirem para os fornos onde as resolvem em cal. Destas conchas dos mariscos que comeram os índios se tem feito tôda a cal dos edificios desta Capitania desde os tempos da fundação até agora, e tarde se acabarão as *Ostreiras* de Santos, São Vicente, Conceição, Iguape, Cananéia, etc. Na maior parte delas ainda se conservam inteiras as conchas, e nalgumas acham-se

maxilas, porém já quebrada; era do tamanho ordinário das de nossa espécie. O Sr. Dias disse que de tamanho ordinário eram quase todos os mais ossos. Reservemo-me para em melhor ocasião descrever tôdas as circunstâncias destas e outras casqueiras, como nesta Província lhe chamam.»

Julgamos preferível transcrever a carta tal como foi inserta na *Revista* do Instituto, t. II, págs. 521-522, a fazer um resumo ou refundição, não possuindo outras notícias ou elementos de confronto para a estadia de Varnhagen em Santos, São Paulo e localidades vizinhas. A carta foi publicada sem o princípio e o fim, e, portanto, não traz data. O original procurei-o inutilmente no arquivo do Instituto, onde não se acha. Talvez se tenha extraviado juntamente com outros papéis em poder do Cônego Januário (81), a quem, como 1.º secretário, era dirigida a correspondência. Algumas cartas, entre as quais a de Drummond referindo o achado da sepultura de Cabral, se encontram na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, mas o original da que acima transcrevi lá não está.

De São Paulo expediu o sorocabano segunda missiva ao mesmo destinatário, datada de 5 de novembro, e lida em sessão de 14 (82). Durante a demora na capital da província procurou reatar relações com as velhas amizades de família, entre elas o Presidente Rafael Tobias de Aguiar, que por sua sugestão ofereceu um manuscrito ao Instituto, e a família do Tenente General Arouche, cuja filha, a Sra. D. Maria Benedita, possuía no seu jardim, perfeitamente desenvolvidos, três arbustos de chá, plantados com sementes levadas pelo velho Varnhagen do Hôrto Botânico do Rio de Janeiro (83).

machados (os dos índios eram de seixo muito rijo), pedaços de painéis quebrados, e ossos de defuntos; pois que se algum índio morria ao tempo da pescaria, servia de cemitério a *Ostreira*, na qual depositavam o cadáver, e depois o cobriam de conchas (*Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, liv. I, §§ 29 e 30).»

(81) Joaquim Norberto de Sousa e Silva, que conheceu intimamente o Cônego Januário e serviu sob suas ordens na Biblioteca Pública, diz que o editor do *Parnaso Brasileiro* possuía material para mais de vinte volumes de obras poéticas de brasileiros, que guardava em um baú, e tencionava aproveitar numa segunda edição mais correta e desenvolvida do *Parnaso*, projeto desvanecido pela morte. Todo esse material, com tanto trabalho reunido, desapareceu com seu falecimento, e o mesmo deve ter sucedido ao arquivo particular (Cf. *Obras Poéticas* de Silva Alvarenga, I, págs. 85-86). Há na seção de mss. da Biblioteca Nacional um códice de cartas de Alexandre de Gusmão que lhe pertenceu, e fôra antes de Monsenhor Pizarro, e cartas ao secretário do Instituto Histórico, que o era quando faleceu, seguramente procedentes do seu espólio.

(82) O original constitui o documento n.º 2.833 da lata 141 do arquivo do Instituto.

(83) *História Geral do Brasil*, 3ª ed., V, pág. 243.

«Por esta vou rogar a V. S. que faça presente ao Instituto que eu, apesar de ausente, e privado de assistir às suas sessões, não tenho sido omisso nas obrigações que me impõe o cargo de seu membro. Tenho folheado nesta cidade os livros e papéis dos arquivos da Câmara Municipal, e os de datas de sesmarias da antiga Provedoria da Fazenda, não me escapando o cartório dos Jesuítas, que me forneceu alguns esclarecimentos; neste vim achar também uma cópia da doação de Pero Lopes de Sousa, que confrontei com a que tinha publicado. Procurei familiarizar-me com diferentes pessoas que figuraram em diversas épocas, pelo que encontrei escrito, ainda da menor insignificância aparente, e espero utilizar-me desta familiaridade para algum dia empreender alguma tentativa amena na literatura brasileira» (84).

«Verifiquei e acertei pela confrontação várias investigações de Fr. Gaspar, que não tenho ocasião de fazer chegar ao conhecimento do Instituto, porque me estou dispondo para seguir viagem amanhã para as vilas do interior, cujos arquivos também visitarei.»

«Já que falei em Frei Gaspar julgo do meu dever fazer ciente ao Instituto que vim nesta cidade encontrar um livro Ms. anônimo, que pela confrontação deduzi logo ser cópia da obra d'este Brasileiro antes de impressa; pois a contém quase *verbatim*, seguindo-se porém as notas que elle havia já talvez recolhido para a composição doutro livro, que promete no fim do seu impresso» (85).

«Dois exemplares existem nesta cidade do mesmo Ms. O primeiro que vi foi o que possui o Sr. Rafael Tobias de Aguiar, que será por certo tão franco em deixar tomar cópia a pedido do Instituto, quanto foi em mo confiar. O outro encontrei no cartório da Câmara Municipal desta cidade, em um livro em que se continham anônimas as idéias de Frei Gaspar, com o seguimento em branco destinado para nêle continuar o resumo histórico da então Capitania. Nêle se lê por fora — *Livro de Memórias*, 1786 — Lembro-me que havendo de resolver-se a impressão d'estes apontamentos inéditos, que já estão em certa ordem, se poderia aproveitar da presente ocasião em que o Instituto por aprovação está tratando de dar ao prelo o 2º volume da obra de Jaboatão, imprimindo-se os escritos dos dois religiosos separadamente, porém com assinatura e venda simultânea. As províncias de Norte, consideradas pela obra de Jaboatão, ficariam com a de Frei Gaspar; e as do Sul movidas por as d'este religioso (que aqui tem tanto con-

(84) A esses estudos deve-se a composição do drama histórico *Amador Bueno*. V. a respeito a *História Geral*, II (1857), pág. 466.

(85) Na terceira edição das *Memórias* de Frei Gaspar, magistralmente prefaciadas pelo Dr. Affonso de E. Taunay, deixou esse grande investigador irretorquivelmente provado não ser da lavra do beneditino tal continuação, estampada na *Revista*, t. XXIV, págs. 539-616.

ceito) ver-se-iam obrigadas a comprar também a de Jaboatão, e o trabalho seria o mesmo nos programas, diligências de assinatura, etc.».

«No arquivo da Câmara Municipal acham-se livros bem antigos, cuja letra já pertence à Paleografia. Entre estes deve-se contar o caderno que contém as vereanças da extinta vila de Santo André, dos anos de 1555 a 1558, nas quais por vezes se acha a assinatura de João Ramalho, o qual não sabia escrever, e por seu sinal usava de um risco com volta de ferradura aberta para o lado esquerdo (86), em que ia o seu nome de batismo, seguindo-se o apelido. Vê-se do mesmo livro que ele era Capitão e Alcaide-mor do campo, e que depois foi Vereador da Câmara. — Também consta doutro livro o sítio em que tinha sua sesmaria, mas nada obtive a respeito da época da sua vinda, de mais além do que consta das cartas dos Jesuítas da Biblioteca Pública dessa Cidade. O caderno mais antigo da então vila de São Paulo está encadernado em um livro por pessoa tão pouco entendida que ficaram tôdas as fôlhas voltadas para baixo, e em sentido contrário ao título. e a outro caderno que está junto, e que contém as vereações de 1573 a 1577 — Este livro de Santo André é rubricado pelo Escrivão Antônio Cubas em tôdas as fôlhas. Começa contendo em fragmento o fim do foral da Vila dado por M. Afonso em Lisboa aos 5 de abril de 1558, e seguem as vereações de 1562 e 1563. — Os muitos apontamentos que tirei estão ainda tão informes que não posso já dar noticias circunstanciadas, porque desejo aproveitar o tempo. Devo desde já advertir, para que a todo o tempo se me não atribuam faltas que não cometi, que alguns dos documentos antigos destes arquivos estão decifrados com a escriptura moderna em entrelinha, o que só se deve attribuir a Pedro Taques, ou ao mesmo Frei Gaspar: quem quer que foi algumas vezes errou na decifração, e poderá fazer errar aos que não lerem pelo original.»

«Aqui tenho visto também alguns roteiros de sertanistas ao interior do Mato Grosso, e conversado os próprios, o que me tem

(86) O Sr. Horácio de Carvalho publicou na *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, 1902, com *separata* (1903), um alentado estudo, sob o título *O Cáfi de João Ramalho*, em que pretendeu provar ser o referido garrancho a letra hebraica cáfi, correspondente ao nosso c gutural, e representada por um arco de ferradura com a abertura voltada para a esquerda do leitor. Segundo o Sr. Carvalho o patriarca de São Paulo usava-a como simbolo esotérico da raça a que pertencia. Esse estudo apenas poderá ser considerado como um erudito devaneio, destinado a exhibir os conhecimentos de ocultismo de que se jactava o autor. Ramalho era analfabeto, o que depõe contra a probabilidade de ser israelita. Sua animosidade contra os jesuítas, que aliás não durou muito, tinha explicação natural nos hábitos de vida solta, contraídos de longo tempo, e que os padres contrariavam.

esclarecido a respeito de várias localidades e cursos de rios dêste país. Espero pelos pontos aonde andar fazer algumas observações de latitude, com que ficarão com mais segurança determinadas as posições de algumas povoações e locais, em que interesse à Geografia Brasileira» (87).

Deixando a capital da província, provavelmente no dia seguinte, 6 de novembro, como tencionava, Varnhagen prosseguiu em sua excursão rumo ao sul. De Sorocaba e São João do Ipanema, onde foi pagar o tributo da saudade ao torrão natal, tomou a velha estrada dos tempos coloniais, com destino a Curitiba. O caminho, varando pelo sertão, conduzia por etapas a Ponta Grossa, o planalto das Araucárias, e daí, pela vila de Lajes, até Viamão e os Campos de Vacaria, no Rio Grande do Sul, sendo muito freqüentado pelas tropas de muares anualmente levadas à célebre feira de Sorocaba.

Agregando-se a um grupo de viajantes podia-se fazer o trajeto com um pouco mais de segurança, senão de conforto, e foi êsse o alvitre que tomou o jovem estudioso. A vista e o contato com a mata virgem americana serão sempre impressionantes e arrebatadores para quem não estiver habituado a contemplá-la. Não pôde ficar insensível o próprio temperamento fleumático e pouco capaz de entusiasmos do repatriado, e o testemunho da profunda emoção experimentada veio a dá-lo numa das poucas páginas de intensa vibratibilidade que produziu. No *O Panorama* de 10 de julho de 1841, sob o título *A Picada do mato virgem (Fragmento de uma viagem pelo sertão)*, se estamparam as impressões de Varnhagen. Essa viagem pelo interior teve ainda efeitos mais duráveis. Um de seus episódios, muitos anos depois narrado pelo historiador, foi que lhe provocou, pelo abalo produzido no espírito, a mudança radical na maneira, até então puramente romântica, com que encarava a questão dos índios selvagens e de sua catequese.

Sob a influência dessas idéias, dominantes entre os moços de sua geração, alimentados pelos devaneios de Rousseau, escrevera ainda em Portugal um conto ou novela histórica baseada na carta de Pero Vaz de Caminha (88), e na qual descreveu simbolicamente

(87) *Rev. do Inst. Hist.*, II, págs. 526-528.

(88) *Crônica do descobrimento do Brasil*, impressa no *O Panorama* em sete números, de 18 de janeiro a 28 de março de 1840 (tomo IV, págs. 21-22, 33-35, 43-45, 53-56, 68-69, 85-87 e 101-104). Assinado no último boletim F. A. V. No mesmo ano reimprimiu, refundindo-a nas notas, esta novela no Rio de Janeiro, em pequeno volume in-8.º, de 70-I páginas (Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & Cia. Rua do Ouvidor n.º 65), sob o título *O Descobrimento do Brasil, crônica do fim do décimo-quinto século por Segunda edição revista, correta e acrescentada pelo autor.*

o idílio da civilização com a terra virgem no alegre convívio dos companheiros de Cabral com os Tupiniquins de Pôrto Seguro, e narrou os amores de um jovem português (Braz Ribeiro) com Ipeca, linda virgem das selvas. Sente-se aí a influência da aventura do Caramuru, e o tema precursos da *Itacema* de Alencar.

Breve se desfariam essas generosas ilusões pela perspectiva de um ataque de índios bravos, ao atravessar a fronteira da província de São Paulo com a comarca de Curitiba, posteriormente província do Paraná:

«Achando-me em São Paulo, em fins de 1840», — é Varnhagen quem fala — «empreendi uma viagem pelo sul da Província, depois de haver ido a derramar uma lágrima no triste vale, onde aprouvera ao Criador que eu aparecesse neste mundo. Já pela altura de Paranapitanga, onde me demorei alguns dias, comecei a ouvir contar muitos casos de cruéis assaltos e invasões de Índios, que, quando lhes aprazia, chegavam até ali com suas correrias, e traziam a todos cheios de temor e espanto.»

«Passando, porém, mais ao sul, à fazenda de Morungava, confim atual da província de São Paulo com a de Paraná, dela desmembrada, não só ouvi contar novas histórias de assaltos de *Bugres*, como fui informado que andavam êles mui perto, e que eu e os meus companheiros poderíamos no dia seguinte ser atacados na estrada, ao atravessar um bosque, felizmente de curta extensão.»

«Apesar desta notícia, era essencial partir nesse dia; porque tínhamos a vantagem de ir em maior número, associando-nos a outros tropeiros, já mais habituados a semelhantes cenas.»

«Ao chegarmos à beira do mato vi que todos os meus companheiros e seus camaradas e vaqueanos, sem dizer palavra, tiravam as espingardas dos arções, e com elas engatilhadas, e como prestes a dispararem, prosseguiram, e me disseram de fazer outro tanto com as minhas duas pistolas.»

«Felizmente os tais Índios Bugres, que segundo os meus companheiros, andavam por ali, e nos deviam estar *tucaiano*, ou por nos verem em suficiente número, ou porque notaram que íamos mui prevenidos, e êles não gostam de ataques em que corram o menor risco, deixaram-nos passar sem nos enviar nenhuma frechada, a que houveramos correspondido com um disparo à carga cerrada. Note-se que se passava isto nada menos que na *estrada real*, bastante freqüentada por tôdas essas tropas e *pontas* de gado que concorriam à feira de Sorocaba, etc. . . »

«Confesso que desde então uma profunda mágoa e até um certo vexame se apoderou de mim, ao considerar que, apesar de ter o Brasil um govêrno regular, em tantos lugares do seu território achavam-se (e acham-se ainda) um grande número de cidadãos brasileiros à mercê de semelhantes cáfilas de canibais. . . »

«Durante o resto da jornada foram sôbre êste assunto os meus estudos e meditações mais favoritos. Na freguesia de Palmeira procurei informar-me do que se passava em Guarapuava, depois na Curitiba (diga-o senão o Senhor Conselheiro Carrão, em cuja casa me hospedei) tratei de pedir informações dos Índios do Campo de Palmas; em tôda a digressão, pelo litoral desde Paranaguá a Santos, procurei estudar de perto muitos índios mansos de Ararapira, Cananéia, Iguape e Itanhaém... Regressando ao Rio, tratei de buscar e examinar o que diziam, nos Relatórios das Províncias em que havia Índios, os seus respectivos Presidentes... Segui lendo os Relatórios dos anos seguintes, que cuidava em proporcionar-me o bom Cônego Januário... Adverti que o Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, longe de haver servido a melhorar as coisas, não fizera mais que vir autorizar legalmente os abusos, ou talvez a aumentá-los. Concluí que as Províncias infestadas do flagelo dos Índios Bravos se podiam considerar pior que infestadas pelo flagelo da guerra civil, e que, sem embargo, mui pouco se preocupavam com isso os nossos políticos» (89).

Há fatos de certa importância sucedidos durante o trajeto de Sorocaba a Curitiba, relacionados com o interêsse pelas questões etnográficas, que Varnhagen deixou de mencionar nesta passagem do seu opúsculo de polémica contra João Francisco Lisboa, mas aos quais se referiu na carta sôbre *Etnografia Indígena, Línguas, Migrações e Arqueologia. Padrões de mármore dos Primeiros Descobridores*, etc... dirigida em 1 de abril de 1849 a Manuel Ferreira Lagos, então 1.º secretário do Instituto, e publicada duas vezes na *Revista*: Em Guarui, próximo a Fachina, recolheu um vocabulário dos índios guayanás; em Curitiba obteve outro de um piá, lá residente, a quem obrigou a desembuchar o que sabia, ajudado pelo Sr. Bandeira (90) e por seu amável hospedado, o futuro Conselheiro João da Silva Carrão (91). Êstes vocabulários nunca foram impressos e se podem considerar perdidos.

No caminho de Ponta Grossa à freguesia de Palmeira, já muito perto desta, chamou a atenção do viajante uma *Itaoca* (casa de pedra); teve curiosidade de ir examiná-la, e para isso se dispunha a desviar-se do caminho, quando notou que o guia se ria dêle, por ser mais um iludido pelo aspecto da referida *Itaoca*. Embora afetando a aparência dos monumentos megalíticos dos druidas,

(89) *Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa, Timon* 3.º, 1867, págs. 37-38.

(90) José Joaquim Pinto Bandeira, autor da *Notícia da descoberta do Campo de Palmas na comarca de Curitiba* (publicada na *Revista do Inst. Hist.*, t. XIV, págs. 425-428).

(91) Cf. *Revista do Instituto Histórico*, t. XXI, 2ª ed., pag. 392.

pela curiosa disposição dos lagedos, não passam êsses aglomerados de um simples capricho da natureza, empenhada em imitar o trabalho dos homens (92). Blocos graníticos com disposição semelhante aos do Paraná encontram-se em outras regiões do Brasil, nomeadamente no lugar chamado *Sete Cidades*, no município piauiense de Piracuruca.

Outra aquisição, feita também por ocasião da jornada para os lados de Guarapuava: Achou quem o informasse de que os pequenos *itararês*, ou ribeiros subterrâneos, em seu trabalho de erosão do sub-solo, às vêzes punham a descoberto *ibicoaras* ou sepulturas de índios. Relatando alguns anos mais tarde êsses pormenores, a que no momento não dera grande importância, o estudioso viajante sugeria a conveniência de se obter em informações sobre a maneira pela qual as múmias se dispunham nos *camocins* em relação aos pontos cardeais. Se estivessem voltadas para o Oriente, como sucedia com as dos indígenas bolivianos, isso seria um indício de adoração do sol (93).

Chegando a Curitiba, onde, provavelmente na própria casa do Sr. Carrão, aprendeu os vários processos de preparação da infusão da herva-mate, recordados trinta e seis anos depois, em Viena, quando dirigiu a propaganda dêsse nosso produto (94), despachou, a 16 de dezembro a carta seguinte para o Cônego Januário :

«Não posso deixar de lhe escrever agora que, depois de ter andado por sertões sem notícias algumas, vim nesta vila encontrar os «Jornais do Comércio» em que vêm notícias do nosso Instituto dadas pela delicada pena de V. S.^a — Muito folguei com a leitura do seu discurso, (95) e pela minha parte só me fica agradecer as lisonjeiras expressões de que usa a meu respeito, e sentir o não ter podido comparecer perante tão ilustre associação.

«Estou meio desconfiado de que lhe não chegaria às mãos uma carta que escrevi à minha partida de São Paulo, em a qual eu dava resumida notícia do que havia aproveitado no arquivo daquela cidade (96). De Sorocaba lhe escrevi outra carta resumida —

(92) *Idem*, pág. 393.

(93) *Idem*, *ibidem*.

(94) Cf. o ofício ao Ministro da Agricultura de 3 de março de 1876. (P. S. datado de 4). Existe a minuta no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, coleção Varnhagen. Nêle refere o diplomata como viu proceder em 1840 em Curitiba e Morretes para enxugar a erva-mate amolecida pela absorção de umidade.

(95) *Relatório do Secretário Perpétuo* pronunciado na 2.^a sessão pública e aniversária, de 27 de novembro de 1840. Saiu primeiramente no *Jornal do Comércio* e foi depois reimpresso no *Suplemento ao tomo II*, págs. 13-33.

(96) A carta de 5 de novembro, que atrás transcrevemos.

que nada se perde se não foi entregue (97) — Esqueceu-me dizer que de São Paulo remeti a V. S.^a pelo inglês King duas obras de Eschwege que me foram enviadas para entregar ao Instituto (98), em ambas as quais se contêm escritos e observações de meu pai. Parece-me que será a sua recepção uma boa ocasião para serem ambos propostos sócios do nosso Instituto.

«Não fui à vila de Campinas e por isso não me utilizei da sua franca recomendação ao ilustre Feijó. — Nos arquivos das vilas em que tenho estado procurei colhêr todos os apontamentos que me possam servir não só para notícia das suas famílias como algumas notas para a História Geral (99).

«Muito satisfeito fiquei que V. S.^a deixasse já consignada a idéia de algum futuro arranjo com a Academia de Lisboa para a impressão dos escritos do Dr. Alexandre (100).

«Igualmente gostei que não esquecesse a coleção dos Jesuítas. Esqueceu-se de fazer menção do ensaio meu que mais de perto diz respeito ao Instituto — falo da Dissertação acerca das línguas indígenas. Não me queixo ao meu amigo: só lembro porque poderá talvez ainda encaixar a idéia antes de ser o Discurso impresso na Revista (101). Parece-me também que haveria engano da impressão no dizer que a comissão de história deu parecer sobre o Diário quando só foi a Gabriel Soares. Isto são ninharias que nada valem e que só lembro porque talvez se retoquem a tempo na Revista seguinte.»

«Nesta vila vim a ter o prazer de fazer conhecimento com um dos meus patrícios mais ilustrados que honra já o curso jurídico de São Paulo, e que na futura legislatura irá também fazer distinta figura nessa Capital como representante da Província de São Paulo. Refiro-me ao Sr. Dr. João da Silva Carrão. Êste nome não é por certo estranho a V. S.^a, pois me lembro de que V. S.^a lhe

(97) Não nos foi possível encontrar essa carta no arquivo do Instituto.

(98) A ata da 53.^a sessão, de 5 de dezembro, acusa o recebimento dos livros remetidos por Varnhagen: *Beitrage zur Gebirgskunde Brasiliens, e Pluto Brasiliensis* de W. L. von Eschwege (*Revista*, t. II, pág. 532).

(99) A idéia de escrever a história geral do Brasil veio a Varnhagen quando ainda estudante, em Portugal, antes de ter notícia da fundação do Instituto Histórico no Rio de Janeiro (Cf. *História Geral do Brasil*, 1.^a ed., II, pág. VII). Idéia vaga, aliás, sem consistência, visto que pouco depois pensou numa *Geografia Física*, e só com os encorajamentos dos colegas do Instituto é que se resolveu a meter hombrs à obra.

(100) O grande naturalista baiano Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, cuja obra ainda permanece inédita na quase totalidade. A *Revista do Instituto* publicou a lista dos seus trabalhos no tomo II, págs. 503-513.

(101) Não chegou a tempo. O relatório saiu impresso na *Revista* com todos os senões apontados.

escreveu pedindo informações sôbre os novamente (102) descobertos Campo de Palmas; e também me lembro de que o propôs para nosso consócio na seção de história e lhe remeteu o nº 5º e 6.º da Revista. Êste senhor se incumbiu de reunir desta vila vários apontamentos cronológicos, que se poderão imprimir em nota quando o Instituto julgar dever imprimir o Ms. da 2.ª parte da obra de Frei Gaspar, por mim noticiado no ofício que escrevi de São Paulo. Rogo pois a V. S.ª que apresse a admissão do Sr. Carrão para nosso consócio, enviando-lhe o diploma e os números da Revista que lhe faltam e que êle tem tanta ansiedade de ver. O Sr. Lagos, que me parece ter conhecidos em Paranaguá, se incumbirá fãcilmente de os fazer chegar à mão sem ser pelo Correio. A esta hora terá V. S.ª já recebido a resposta que o Sr. Carrão me disse ter há dias escrito.

«Daqui irei para Santos, donde tornarei à cidade de São Paulo. O que quizer escrever dirija ao Tobias. Recomende-me aos amigos Ataíde, Lagos, Pontes, Planitz, e aos mais que de mim se lembrarem.

«Como sou do coração seu Amigo Firme devo manifestar-lhe que me encheu de sumo prazer o final do discurso de V. S.ª. Chegará à posteridade livre de dúvidas o nome do fundador do nosso Instituto, que se deverá honrar de ter sido criado pelas idéias de um Brasileiro honrado e ilustre. As outras palavras deviam ter alguma influência e pêsso em várias notabilidades presentes.

«Se tivesse V. S.ª ocasião eu lhe pediria um favor: Creio ser agora o tempo dos cajus e mangas e mais algumas frutas que eu não provei e que não há nesta província; muito me favoreceria se pelo vapor de 15 de janeiro me pudesse mandar algumas por via do Sr. João Batista do Amaral, negociante de Santos, onde eu então já estarei. Recomende-me ao meu padrinho, e não se esqueça do seu verdadeiro

F. A. V. (103).»

Esta carta, até o presente conservada inédita, já revela claramente duas feições bem características do nosso primeiro historiador: o gôsto pelo apuro rigoroso das minúcias, expresso nos reparos às inexactidões do discurso do Cônego Januário; e a vaidade, ao lembrar que «talvez ainda fôsse tempo de se fazer menção

(102) Varnhagen, pelo hábito de ler os antigos cronistas portugueses, empregou o têrmo *novamente* em acepção já obsoleta, com o significado de *recentemente*, *últimamente*, quando, no seu tempo já correspondia a *outra vez*, *mais uma vez*.

(103) Original existente no arquivo do Instituto Histórico, lata 141, documento n.º 2.827.

do seu trabalho sôbre as linguas indígenas para sair no discurso impresso na *Revista*», e isto tratando-se de «ninharias que nada valiam». O culto de devoção filial manifesta-se pela sugestão do nome do pai, juntamente com o de Echwege, que o glorifica, para sócio do Instituto.

Saindo de Curitiba, trocou as Araucárias pelas Palmeiras, isto é, desceu a Serra do Mar, visitou Morretes e Paranaguá, e seguindo pelo litoral passou, como já o ouvimos dizer, por Ararapira, Cananéia, Iguape e Itanhaém. Já em Santos, prestes a regressar, crente de não tornar a ver o Amigo Firme — tencionava seguir diretamente de Santos para a Europa, sem passar por São Paulo e Rio de Janeiro, do que depois desistiu — dirigiu-lhe a última carta de viagem, a 6 de janeiro de 1841:

«Ilmo. Amigo Firme. Já lá terão sido entregues duas cartas que lhe escrevi; uma de Paranaguá (104) e outra de Curitiba. Agora vai esta por têrmo de meu giro. Nada lhe conto a êste respeito, porque incluso remeto abertas duas cartas em que alguma conta dou (105) enquanto não sou mais extenso para o nosso Instituto e para o Público. Delas verá que me vejo obrigado a ir-me embora sem o tornar a ver e a sua pátria (106). Por isso o pedido que de Curitiba lhe fiz de algumas frutas é agora que ainda tem mais lugar. Pode mandá-las entregar no Beco dos Barbeiros ao Sr. Rodrigues, que êle tem outras coisas que me remeter e vem tudo junto. Na Cananéia fui examinar o Padrão de que falo à página 90 do Diário de Pero Lopes. É falso o que diz Cazal de se ler ali certo ano, do que êle tira um argumento. Não teve nem tem nem ano algum especificado. Eu fiz disso lavar um auto com testemunhas que algum dia apresentarei. Parece-me que vou tomando alento para o futuro Curso de *História Pátria*. Dizem-me que a viagem do Bispo Capelão-mor está impressa. Se assim fôr rogo me arranjar algum exemplar; porque enquanto o não tiver visto não me animarei a apresentar ao nosso Instituto descrição alguma quando já exista impressa na mesma língua outra melhor e mais exata. É por isso que por enquanto cingir-me-ei a escrever para Paris uma carta meio geográfica por via do Visconde de Santarém. Nisto mesmo ainda estou irresoluto. Já aí chegaria o *Bulletin* em que vem a notícia das minhas publi-

(104) Não foi encontrada no arquivo do Instituto.

(105) Os destinatários eram Athayde Moncorvo e o Marquês de Paranaguá, como se verá adiante. Não conhecemos o paradeiro dessas cartas.

(106) O Cônego Januário da Cunha Barbosa era natural da província do Rio de Janeiro. Enganava-se, pois o missivista ainda teria ocasião de vê-lo antes do regresso a Portugal.

cações? — Como serão feitas pelo meu rival Visconde (107) não espero nelas muito favor. No *mar pequeno* da Cananéia vi vários *sambaquis* com caveiras e ossos — ainda meio inteiras cuja forma conforma-se em tudo com a descrição do tal Elliot de Filadélfia. Só parece que foi por casualidade o êle encontrar ali ossos de homens de maior estatura. Não sei se terei em São Paulo cartas de V. S.^a, por isso reservo-me a ser mais extenso para o correio seguinte. Não esqueça a carta para o Ataíde — e a outra para o Paranaguá do — De V. S.^a Amigo Firme — F. A. de Varnhagen» (108).

Não poderemos dizer se Varnhagen ainda voltou a São Paulo ou se seguiu diretamente para o Rio, mas é certo que já a 4 de fevereiro estava na capital do Império, pois na sessão do Instituto dêsse dia, propôs que se consignasse em ata agradecimentos ao secretário pela infatigável atividade com que cooperara para se obter o retrato de Salvador Correia de Sá e Benevides, copiado de um quadro antigo existente em Loanda, na galeria dos governadores daquela possessão portuguesa (109), e que, gravado por Victor Larée, ilustraria a biografia daquele herói escrita pelo sorocabano. Ainda na mesma sessão propôs para sócio honorário ao Visconde (posteriormente Marquês) de Sá da Bandeira, sendo aprovada a indicação (110).

A comissão encarregada de dar parecer a respeito da *Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil* (111), apresentou-a na sessão seguinte, de 27 de fevereiro. Suas conclusões, tímidas e reservadas, serão expostas na 2.^a parte dêste estudo. Não consta da ata a presença do autor, nem aparece nas das reuniões seguintes. Estava já em preparativos para a viagem de regresso. Embarcaria a 5 de março na barca portuguesa *Conde de Palma* (112), sob o comando do mestre Sabino

(107) O Visconde de Santarém foi o maior adversário de Américo Vespucci, e Varnhagen o paladino da sua reabilitação, apoiado integralmente nos últimos tempos por Vignaud. Como já vimos em outra parte dêste capitulo, o fidalgo português referiu-se elogiosamente aos trabalhos de Varnhagen.

(108) *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo*, vol. XIII (1908), 1911, págs. 101-102.

(109) Cf. *Clado Ribeiro de Lessa: Salvador Correia de Sá e Benevides, vida e feitos, principalmente no Brasil*. Lisboa, 1940, ed. dos Centenários Portugêses, estampa à pág. 14.

(110) *Rev. do Inst. Hist.*, III, 2.^a ed., págs. 130-131.

(111) Saiu impresso o parecer na *Revista*, III, págs. 138-140.

(112) No *O Panorama* de 13 de julho de 1844 (t. VIII, pág. 224) foi publicada uma poesia em versos brancos com o título *Pergunta de H. Heine: trad. do alemão por V.* Uma nota marginal diz ter sido feita a tradução a bordo da barca *Conde de Palma* em abril de 1841. A assinatura V., o fato de tratar-se de tradução do idioma alemão, a época da viagem, coincidindo *grosso-modo* com a do regresso do sorocabano, e, mais que tudo, o nome

Antonio do Cabo Almeida, levando o jovem paulista, ainda então considerado português, o coração cheio de esperanças: ver reconhecida sua cidadania brasileira, e ser aproveitado para um lugar no corpo diplomático do Império.

* * *

Terminaremos o capítulo fazendo uma **resenha** dos escritos impressos e dos trabalhos realizados pelo operoso paulista durante a primeira fase de sua vida de pesquisador e homem de letras.

Em Lisboa, antes de vir ao Brasil, colaborando no *O Panorama*, escreveu a biografia de João Fernandes Vieira (tomo 3º, 1839, págs. 241-244, 3 de agosto); com um aditamento à página 344 (113) e uma curta notícia sobre a trasladação dos ossos de André de Rezende e de Severim de Faria em Évora (pág. 288, 7 de setembro) (114). Em 1840 (tomo 4º), além da *Crônica do Descobrimento do Brasil*, a que já nos referimos, publicou *Gomes Eanes de Azurara*, 2º artigo sobre o cronista inserto no periódico (págs. 15-16, 11 de janeiro) (115); *Torre de Belém*, descrição histórico-arquitetônica desse monumento, (7 de março, págs. 73-74) (116); *Rio de Janeiro* (descrição corográfica), série

da embarcação, que sendo o do padrinho do historiador, certamente lhe pareceria de bom augúrio escolhê-la para viajar, não nos deixaram hesitar: concluimos logo que foi na barca *Conde de Palma* que o futuro diplomata regressou a Portugal. Uma consulta à seção «Movimento do porto» do *Jornal do Comércio* veio confirmar a dedução e precisar a data do embarque; No número de 6 de março encontramos na lista de passageiros do referido navio, saído na véspera, o nome do «português» Francisco Adolpho de Varnhagen. A viagem em navio a vela era lenta, por isso, somente pelos fins de abril deveria ter chegado a Lisboa.

(113) Nem a biografia, nem o aditamento sob o título *Ação desinteressada* são assinados, mas a autoria de Varnhagen demonstra-se por sua própria declaração à pág. 387, nota, do vol. V do *O Panorama*. A biografia foi reproduzida na *Revista do Instituto Histórico*, tomo V (1844), págs. 82-87, também sem assinatura.

(114) Saiu anônima, mas Varnhagen confessa-se seu autor em carta a Rivára de 27 de agosto (inédita). Como o número, que só sairia publicado a 7 de setembro, estava impresso bastantes dias antes, Rivára teve conhecimento do artigo por um exemplar do jornal enviado pelo amigo, e pôde agradecer-lhe a gentileza a 31 de agosto.

[115] Assinada com um asterisco. Varnhagen se confessa ser seu autor em carta ao diretor da Biblioteca de Évora, sem data, mas certamente do mês de dezembro de 1839. O primeiro artigo é da *lavra de Herculano*.

(116) A autoria de Varnhagen prova-se por sua declaração no *O Panorama* t. VI, pág. 74, nota.

de artigos saídos de 16 de maio a 1 de agosto, págs. 153-155, 177-178 e 241-242 (117); e, finalmente, *Gruta Admirável*, no número de 20 de junho, págs. 193-195, ass. F. A. V. Composto em vista da leitura da *Viagem Filosófica* do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, (118), aí faz Varnhagen a primeira menção, que se conhece, dos trabalhos naturalísticos no Brasil e na África do sábio paulista Francisco José de Lacerda e Almeida.

Na *Revista do Instituto*, tomo I (1893), saiu a carta oferecendo um exemplar das *Reflexões Críticas* para a biblioteca do Instituto (págs. 376-377 da 2.^a ed.); no tomo II (1840), além das duas cartas escritas durante a viagem à província de seu nascimento, saíram: uma nota preliminar ao *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, do Padre João Daniel, S. J. (páginas 319-321), e a biografia de D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho (págs. 377-381); no tomo III: a *Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das linguas Indígenas no Brasil* (págs. 53-63), e a biografia de Salvador Correia de Sá e Benevides, págs. 100-119 (da 2.^a ed.).

Em avulso publicou em Lisboa as *Reflexões Críticas* à obra de Gabriel Soares e o *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, ambos em 1839, já largamente estudados, e deixou prontos para a impressão os originais da *Corografia Cabo-Verdiana*, em que teve por colaborador a José Conrado Carlos de Chelmicki, e se publicou na mesma cidade, em 1841, em dois volumes. Só no 2.^o aparece o nome de Francisco Adolpho de Varnhagen, não obstante haver largamente contribuído para a matéria do primeiro. No Rio de Janeiro saiu em 1840 a segunda edição melhorada da *Crônica do Descobrimento do Brasil*, em um pequeno volume impresso na tipografia de J. Villeneuve.

O *fragmento de uma viagem ao sertão*, sob o título *A picada do mato virgem*, quer escrito em 1840, quer mais tarde, com o

(117) A autoria de Varnhagen se demonstra pelo fato de no tomo VIII (1844) do mesmo periódico aparecer, a págs. 163-166 um artigo com o título *Rio de Janeiro*, assinado V., em que o autor confessa também sê-lo dos demais com o mesmo título publicados no tomo IV. Que êle se identifica com o nosso historiador convence-se por:

a) Mostrar-se brasileiro nato, o que era raro, (talvez fôsse Varnhagen o único), entre os colaboradores do periódico;

b) Declarar-se amigo e consócio do Cônego Januário da Cunha Barbosa, requisitos plenamente preenchidos pelo sorocabano;

c) Referir-se à sua ausência de Portugal em fins de 1840, justamente quando Varnhagen viajava por São Paulo.

(118) Veja-se a *Descrição da Gruta do Inferno feita em Cuiabá*, na *Rev. do Inst. Hist.*, tomo IV, págs. 363-367.

auxílio de notas de viagem, só viu a luz da publicidade em 1841, no tomo V do *O Panorama*, págs. 221-223.

Descobertas arqueológicas do mesmo período foram: a do túmulo de Pedro Alvares Cabral na Igreja da Graça em Santarém (1838) (119), a verificação do padrão de Cananéia, e a correção das inexactidões de Ayres do Casal quanto à descrição dêsses marcos, e também de Fr. Gaspar em relação a fatos dos primórdios da história-geográfica de São Vicente e Santos, dos quais resultou a sem-razão com que defendeu a causa da Condessa de Vimieiro no litígio judiciário com a Casa de Monsanto.

Propôs a criação da seção de Etnografia do Instituto Histórico e Geográfico, mais tarde levada a efeito. Ofereceu ao primeiro grêmio, entre nós fundado para tais estudos, valiosos livros impressos e manuscritos; revelou a existência de muitos outros, entre êles a *Razão do Estado do Brasil*, até hoje inédito, a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador e a *História da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, do Padre José de Moraes; e descobriu um exemplar mss. dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, além de numerosos documentos jesuíticos.

Como o joalheiro, que pacientemente coleciona gemas preciosas, procurando reuni-las pelo tamanho e pela côr, tendo em vista a composição de futuros adereços, cujo desenho ainda não fixou, Varnhagen convivendo com alguns dos corifeus e contemporâneos do movimento da Independência, tai como os Cônegos Geraldo Leite Bastos e Januário da Cunha Barbosa; o jurista Silvestre Pinheiro, Gonçalves Ledo, Vergueiro, Rafael Tobias; os Marqueses de Palma (seu padrinho de batismo), de Paranaguá e de Monte-Alegre, e Ataíde Moncorvo no Brasil; além de Drummond, o Cardeal Saraiva e o Marquês de Rezende, velhos conhecidos de Portugal; — metódicamente protocolizava e guardava as informações verbais que obtinha, e que um dia lhe serviriam para escrever a *História da Independência* (120).

(119) 28 de agôsto deve ser a data muito aproximada da descoberta dêsse túmulo. Neste dia escreveu a D. Frei Francisco de São Luiz comunicando o fato, e êste lhe respondeu logo no dia seguinte, 29 (Cf. *Réplica Apologética*, pág. 10). A importância do achado não comportava demoras na comunicação.

(120) Cf. *Prefácio à História da Independência do Brasil*, na *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 173, págs. 28-29. Na resenha que acima fizemos dos trabalhos e títulos de Varnhagen, apenas referimos os de sua autoria, e os que de alguma forma se relacionavam com o Brasil. Durante o primeiro periodo de sua vida fez também descobertas bibliográficas referentes à história da expansão colonial portuguesa, entre as quais a de uma cópia da «*Descrição da Guiné*» de André Alvares de Almada, a que se refere o 2.º Visconde de Santarém no opúsculo que a respeito publicou em Paris no ano de 1842.

Expansão — (1841-1858)

Motivara o regresso precipitado de Varnhagen a Lisboa o desejo de chegar ainda a tempo de encontrar vivo a seu pai, então gravemente atacado do mal de que veio a falecer no ano seguinte. O esperançoso jovem não se descuidou, enquanto aguardava o despacho do seu requerimento, de continuar nas investigações históricas preliminares, necessárias à grande obra que planejava, e para a qual Januário constantemente o estimulava; assim como da caça a subsídios documentais para as páginas da *Revista* do Instituto. Preocupava-o muito a biografia dos brasileiros ilustres da época colonial, e como as fontes para escrevê-las eram em grande parte constituídas pelos arquivos da Universidade de Coimbra, por cujos bancos quase todos passaram, via-se obrigado a viagens de estudo a essa cidade.

Foi cheia para o nosso compatriota a segunda metade do ano de 1841. Três acontecimentos de certa importância o assinalaram: a viagem de estudos a que acabamos de aludir, a fundação do Conservatório de Arte Dramática, e o seu pedido de demissão dos quadros do exército português. Vejamo-los sucessivamente.

Do projeto de viagem a Coimbra, ao norte de Portugal, e também a Évora, onde pretendia abraçar o amigo Rivara e dar uma olhada aos monumentos contemporâneos da dominação romana, temos notícia por uma carta ao Cônego Januário até hoje conservada inédita. Duas mais, endereçadas respectivamente ao bibliotecário de Évora e ao cardeal-patriarca de Lisboa, sendo que a primeira não publicada até agora, fornecem-nos o itinerário e alguns pormenores dessa vilegiatura.

Transcrevemos a seguir a que endereçou ao secretário perpétuo do Instituto, comunicando-lhe seus planos :

«Ilmo. Sr.

«Pôsto que nesta mesma data escrevo particularmente a V. Sa., julguei dever meu dar ainda que de longe notícia de mim à corporação literária que tão obsequiosamente me recebeu no seu seio. Sinto não me ser possível acompanhar já esta de algum trabalho para a publicação do Instituto. Por ora só me ocupo de coligir, e todo o tempo acho para isso pouco, ainda que bem diligencio aproveitá-lo. Tenho também precisão de ir a Coimbra e a Évora; mas não sei se me será isso possível. Naquela cidade desejava eu ver dos livros da Universidade se se encontram esclarecimentos acêrca das biografias de certos brasileiros ilustres, tais como Fr. Gaspar, Cláudio Manuel da Costa, Manuel Inácio da Silva Al-

varenga, Arruda da Câmara, Melo Franco, Dr. Hipólito, Doutor Couto, Ferreira Cardoso e Luís Joaquim Henriques de Paiva, conforme tratei com V. Sa., e prometi ao nosso Instituto».

«Isto requeria que eu pudesse dispor de mim por mais de um mês além de outros auxílios que por ora não tenho — Entretanto, esta só serve para V. Sa. fazer presente aos meus consócios em uma das sessões, que estou presente nos (sic) meus deveres e desejoso de os cumprir».

«Deus guarde a V. S. Lisboa, 8 de julho de 1841. Ilmo. Sr. Januário da Cunha Barbosa. — *Francisco Adolpho de Varnhagen*» (1).

As dificuldades foram removidas, pois que a 20 de agosto escrevia de Coimbra ao amigo Rivára (2) transmitindo-lhe suas impressões. Já visitara toda a cidade universitária, onde se demorara algum tempo (3), e passara por Aljubarrota, Batalha, Leiria, Monte Real, Pombal, Redinha, Soure e Ega, localidades «onde teve a curiosidade de recolher algumas notas de que carecia para um assunto que o incumbiram de escrever». Tratava-se naturalmente de apontamentos sobre matéria arquitetônica, e o trabalho em vista consistia, sem dúvida, na *Descrição do Mosteiro de Belém*, que saiu anônima em vários números do *O Panorama* do ano seguinte. Não se deve ter esquecido, tampouco, de pesquisar nos registos universitários as informações que desejava sobre Basílio da Gama, Durão, Alvarenga, Cláudio, Sousa Caldas, Vicente Coelho de Seabra, etc. aproveitadas para os artigos biográficos na *Revista do Instituto*, incluídos nos *Épicos Brasileiros* e no *Florilégio da Poesia Brasileira*.

A 21 de dezembro pronunciava Varnhagen no Conservatório de Arte Dramática o elogio do sócio falecido Vice-Almirante Inácio

(1) O original está na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de manuscritos, cota de catálogo I-36, 5, 118.

(2) Carta inédita, cujo original existe na Biblioteca de Évora. Faz parte da coleção obtida por intermédio do Coronel Ferreira Lima.

(3) Precisamente dois dias e meio, conforme escreveu o excursionista a 30 de agosto, já de Lisboa, aonde chegara na véspera, ao seu amigo e protetor o Cardeal Saraiva: «...Coimbra, onde estive dois dias e meio a ver quanto há aí de interessante, não me escapando, ao pé do jardim, o convento e livraria de São Bento, onde me mostraram umas celas, que disseram ter sido algum dia habitação de V. Em.* — Também me não escapou o ir ao Buçaco, vindo daí de volta para a Figueira». Esta carta e mais quatro do historiador brasileiro ao mesmo destinatário, ex-monge beneditino, foram transcritas pelo Sr. Antônio Baião numa série de três artigos sob o título *Varnhagen e São Luiz*, no suplemento literário do jornal *A Voz de Lisboa*, dos dias 20 e 27 de outubro e 8 de dezembro de 1945, que nos foram obsequiosamente remetidos pelo Sr. Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima.

da Costa Quintela, «que tão bom nome deixara no Brasil» (4). Reunia a associação literária do Conservatório, fundação de Garrett, o escol das letras românticas portuguesas, Mendes Leal, José Estevam, Castilho, Alexandre Herculano, etc. e dela fazia parte o jovem brasileiro na qualidade de secretário geral. Noticiando o fato, o crítico José Frederico Marecos, no *Diário do Governo* do dia imediato, usou das expressões seguintes :

«O discurso do Sr. Varnhagen ofereceu tudo o que podia esperar-se de um grande talento ajudado de assídua aplicação em tão poucos anos. A nobreza dos pensamentos, a exatidão das observações, a ordem das idéias, a correção e naturalidade do estilo do jovem orador fariam honra a mais exercitado e maduro engenho» (5).

Logo que chegou do Brasil, a 22 de junho de 1841, Varnhagen, em requerimento à rainha, solicitou a promoção ao pôsto de capitão, sendo-lhe indiferente o corpo em que o mandassem servir; fazia valer sua fé de ofício na campanha liberal e a circunstância de não ter querido assentar praça no exército do usurpador D. Miguel, pelo que perdera as vantagens pecuniárias correspondentes. Queixava-se também das preterições que sofrera em benefício de rebeldes miguelistas, que desertaram sua bandeira após a queda de Lisboa.

A petição do 1º Tenente de Artilheiros Varnhagen foi desfavoravelmente informada pelo Barão de Ovar, em ofício ao seu superior hierárquico, o Conde de Vila Real, datado de 1 de julho.

Em vista disso, sentindo-se ferido em seus brios, pediu demissão do exército português a 1 de outubro (6).

Num livro, não há muito publicado em Lisboa sob os auspícios do Instituto Ibero-Americano de Berlim (*Oito séculos de história luso-alemã*, por E. A. Strasen e Alfredo Gândara, 1944), lê-se com pouca exatidão, desculpável aliás, que «fôra o desgosto ocasionado a Varnhagen por não ser promovido a capitão, como era seu desejo, que o levava a *partir para a terra em que nasceu*» (pág. 303). Como vimos, a viagem ao Brasil teve lugar em 1840-41, e só na volta, a 22 de junho deste último ano, é que o sorocabano assinou o pedido de acesso indeferido. Temos a convicção

(4) *Elogio histórico do Vice-Almirante Inácio da Costa Quintella* — Lido em sessão pública do Conservatório Real de Lisboa. Lisboa. Imprensa Nacional, 1843 — In-4.º de 8 págs. Saiu antes em *Memórias do Conservatório*, tomo II (sem 1.º), das quais o opúsculo é separata.

(5) Cf. *Réplica Apologética*, pág. 14.

(6) Estes documentos existem no Arquivo Histórico Militar, de Lisboa, e dêles possuímos cópia graças à obsequiosidade do Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, diretor dessa repartição.

de que o futuro Visconde de Pôrto Seguro solicitou mais do que lhe poderiam dar a fim de dispor, com a inevitável recusa, de um motivo aioso para deixar o serviço público de Portugal. Completara já 25 anos, a maioridade do tempo, eurgia definir a questão pendente de sua nacionalidade. Na capital do Império o pedido de reconhecimento da cidadania brasileira corria os trâmites legais, e a 24 de setembro dêsse ano um decreto do governo de S.M.I. chamava-o à Pátria, anistiando-o da irregularidade em que incorrera entrando ao serviço de outra nação. Não existindo nesse tempo telégrafo elétrico e cabo submarino, Varnhagen não poderia a 1 de outubro ter conhecimento da resolução imperial, e recusando-se a continuar sob a bandeira portuguesa, onde certamente o esperava magnífico futuro, deu mostras de sincero apêgo à terra em que nasceu. A 14 de fevereiro de 1842 renovou o pedido de demissão, que não fôra satisfeito. Só cinco dias depois tomou conhecimento de que entrara no gôzo dos direitos civis e políticos de cidadão brasileiro, e então, «rompendo por tudo, resignara os cargos que lhe ofereciam uma brilhante carreira, segundo a opinião dos amigos, e até da côrte, e se foi apresentar à nossa legação em Lisboa como súdito brasileiro, em fevereiro de 1842 (7), época que, por ser casualmente a da revolução do Pôrto, fêz a muitos atribuir a motivos políticos a sua separação de Portugal» (8).

Vendo-se estrangeiro e sem emprêgo nesse reino, Varnhagen pensou em certo momento em voltar para o Brasil, a tentar a vida em sua pátria de nascimento e de opção. Do passageiro intuito fornece-nos a prova uma carta que escreveu a 1 de março, pouco depois de sua apresentação ao nosso Ministro Drumond, ao diretor da biblioteca de Évora. Pedia ao amigo que lhe devolvesse o catálogo dos clássicos da Academia, que lhe emprestara, a fim de levá-lo para o Brasil, onde não existia *nem na Bibliotheca Pública* do Rio de Janeiro. Enquanto isso continuaria «com as literaturas em Portugal» (9). Não esperara em vão, porém, pela munificência do Imperador (10). Em Lisboa foi encontrá-lo a nomeação de adido de 1ª classe à nossa legação, lavrada a 19 de maio de 1842, ficando desde logo encarregado de proceder a pesquisas em documentos relativos à história e à legislação do Brasil (11); e, por decreto de 6 de junho seguinte, foi-lhe confe-

(7) Da carta ao General Andréa consta que a comunicação oficial lhe foi dada a 19 de fevereiro.

(8) *Réplica Apologética*, pág. 7.

(9) Carta a Rivára, de 23 de março de 1842.

(10) *Réplica Apologética*, pág. 7 — Carta ao General Andréa.

(11) Cf. a informação de Januário da Cunha Barbosa junta ao requerimento para uma condecoração, feito por Varnhagen, e que se encontra na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional (Documentos biográficos).

rindo o pôsto de 2º tenente do Imperial Corpo de Engenheiros (12), não se lhe conservando a gradação imediatamente superior, que já possuía em Portugal. Essa circunstância, de que sempre guardou ressentimento, foi consignada na carta ao General Andréa, de 16 de fevereiro de 1843, com que respondeu à circular dêsse oficial, comandante do Imperial Corpo de Engenheiros, datada de 12 de novembro anterior. Salientou particularmente que deixara de ser 1º tenente de artilharia em Portugal, «desprezando tôdas as considerações *ditadas pela prudência*, para não sacrificar uma posição vantajosa sem a certeza de outra», pois era o primeiro na ordem de acesso a capitão; dizia alimentar ainda a esperança de que seus chefes, tendo em vista as peculiares circunstâncias em que se encontrava, «lhe ajudariam a obter mais vantajosa situação na carreira, cujo amor de classe e dos estudos conservava e conservaria sempre». Êste documento, que já citamos por mais de uma vez, e largamente extratamos, é uma magnífica autobiografia, e a mais segura fonte de informações que possuímos sôbre os primeiros tempos da vida do historiador diplomata. Varnhagen, exercendo embora funções em outra carreira de muito diferente índole, ansiava por prestar serviços ao Brasil nos quais pudesse dar emprêgo às habilitações em ciências exatas adquiridas no curso da Academia de Fortificação. Continuava estudando-as em tôdas as oportunidades que lhe apareciam, e aproveitando as horas vagas para, mediante leituras, aperfeiçoar os já sólidos conhecimentos que possuía dessas disciplinas. No intuito, porém, de tirar dêles a máxima vantagem em proveito do seu país, preferiria concentrar seus esforços nalguma das numerosas aplicações práticas «que, por mais necessária, ou menos estudada no país, conviesse que um indivíduo se fôsse nela fortificando pelo estudo e aturado exame nas diferentes nações em que esta sua outra ocupação o viesse a arrojar, para depois comunicar o resultado, ou ser incumbido de alguma comissão especial».

A 6 de julho de 1842 estava Varnhagen em Marinha Grande acompanhando o pai enfermo, que viria a sucumbir a 16 de novembro, cheio de serviços prestados a Portugal e ao Brasil, e tendo podido assistir ao início da gloriosa carreira do filho (13). Logo

(12) Carta ao General Andréa — Petição de Varnhagen, de 11 de agosto de 1851, e informações de Antero José Ferreira de Brito e Firmino Herculano de Moraes Âncora (V. Vieira Souto: *Cruz e Espada*; respectivamente págs. 39, 43 e 50).

(13) Sommer, in *Anuário Genealógico* citado, pág. 246. De 6 de julho é uma carta a Rivára em que Varnhagen comunica se lhe haverem desvanecido os projetos de ir a Évora, porque tinha de fazer companhia a seu pai doente, então naquela localidade, donde seguiriam juntos para Monte Real, e depois, para as Caldas da Rainha.

de comêço os trabalhos na legação não foram de tal forma absorventes, que o nosso compatriota se visse obrigado a pôr de lado as antigas occupações, ou então, sua prodigiosa atividade conseguia suprir a tudo com amplitude e suficiência. Continuava colaborando no *O Panorama*, na convivência literária em que se lhe plasmara o espirito, escrevendo artigos biográficos e de crítica: *Sá de Miranda* (14), *Salvador Correia de Sá e Benevides* (15); notícias bibliográficas sobre a *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de André João Antonil (16), e a *Coleção de vários escritos inéditos, políticos e literários* de Alexandre de Gusmão (17), a página descritiva da natureza tropical sob o título de *A picada do mato virgem* (18), e um estudo de arquitetura, *Mosteiro de Belém* (19). Foi também colaborador assíduo da *Revista Universal Lisbonense*, onde, segundo sabemos por obsequiosa informação obtida pelo Sr. Tancredo Paiva, publicou uma critica à *História de Portugal* de Schaeffer (20), *Conselho de amigo a quem tiver olivais* (21), uma apreciação sobre o «*Correio das Damas* — Jornal de literatura e de modas, pelo Sr. J. S. Mungo», assinada V. (21a)., *O Santo Milagre de Santarém* (22), e *Agricultura*, tradução de Raspail (23). Foi nesta mesma revista que se publicou, tirando-se separata, o *Parecer sobre os dramas apresentados ao Conservatório Real de Arte Dramática* (24)

(14) Tomo V (1841), págs. 252-254 (7 de agosto), e 278-279 (28 de agosto); assinados F. A. V.

(15) *Idem*, págs. 385-388; ass. F. A. V. É um resumo da biografia publicada na *Revista do Instituto*.

(16) *Idem*, pág. 208 (26 de junho); ass. * A. * Atribuímo-la com muitos fundamentos a Varnhagen.

(17) *Idem*, pág. 392 (4 de dezembro); ass. V. O articulista revela conhecimento da *Memória sobre os Gusmões* do Visconde de São Leopoldo, ainda inédita, que somente Varnhagen, dentre os colaboradores do *O Panorama*, podia conhecer, por ter convivido com o autor no Rio de Janeiro.

(18) *Idem*, págs. 221-223 (10 de julho), ass. F. A. V.

(19) Tomo VI (1842), págs. 58-61 (19 de fevereiro); 66-68 (26 de fevereiro); 99-102 (26 de março); 109-111 (2 de abril); 125-126 (16 de abril); 130-133 (23 de abril); 138-140 (30 de abril); sem assinatura; e tomo VII (1843), págs. 385-386 (9 de dezembro), ass. Varnhagen, donde se deduz a autoria dos artigos anteriores, reeditados em folheto pela Empresa do *O Panorama* no ano anterior (Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis). O trabalho de Varnhagen é em grande parte moldado no do Abade A. D. de Castro e Sousa, intitulado *Descrição do Real Mosteiro de Belém com a noticia de sua fundação*, Lisboa, 1840, obra que o autor cita a pág. 32 do opúsculo.

(20) Vol. I (1841-42), n.º 2, págs. 23-24.

(21) *Idem*, n.º 6, págs. 62-63.

(21a) *Idem* (1842), n.º 6, págs. 71-72.

(22) *Idem*, n.º 25, pág. 293.

(23) *Idem*, n.º 33, págs. 396-397.

(24) *Idem*, n.º 28, págs. 329-332.

assinado também por F. S. (Francisco Simões) Margiocchi. No *Jornal das Belas Artes*, impresso nas mesmas oficinas que *O Panorama*, e dirigido pelo mesmo grupo de colaboradores, publicou o artigo intitulado *Porta Lateral da Igreja de S. Julião em Setúbal* (25).

Entrementes prosseguia ativamente na faina de copiar documentos destinados à *Revista do Instituto Histórico*. Tomando-lhe essas várias ocupações muito tempo, via-se forçado a espaçar a correspondência particular. Ao Cônego Januário queixava-se (carta de 14 de março de 1843) de não ser mais assíduo na correspondência porque todo o seu tempo, desde a manhã até as quatro da tarde, era ocupado com trabalhos na legação, onde servia como secretário (26), e a pesquisa de papéis na Torre do Tombo. Quando a coleta de materiais estivesse terminada e lhe sobrasse o tempo, lançar-se-ia à construção histórica. Não remetia os documentos já copiados porque, para apresentarem algum interesse, mesmo na *Revista*, seria necessário uni-los previamente em um corpo homogêneo (27). Já a esse tempo deveria ter prestado importante serviço ao Visconde de S. Leopoldo, que por carta de 15 de março lho agradeceu (28), serviço esse, como se depreende do contexto, relacionado com a divulgação da sua memória sobre os Gusmões, e a reivindicação para o Brasil, da glória da descoberta da aerostação, na pessoa de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, filho de Santos, tarefa a que pela mesma época se entregava, movido por sentimentos de patriotismo português, Francisco Freire de Carvalho.

Numa carta a Rivára, de 3 de junho desse ano, revela-nos Varnhagen que estivera quase para ir a Nápoles na comitiva encarregada de trazer a Imperatriz D. Teresa Cristina, solicitado pelo Embaixador Especial (Carneiro Leão), que «era seu amigo». O jovem diplomata lamenta a oportunidade perdida por sua própria culpa (fôra ele quem pedira anteriormente para não ser transferido tão cedo de Lisboa) de arranjar uma comenda napolitana e outra brasileira, de ser «não sei quê» da Casa Imperial, e de obter uma promoção na carreira!

(24) *Idem*, n.º 28, págs. 329-332.

(25) Tomo I, n.º V, págs. 43-44. O primeiro número desse periódico, segundo informou-nos o Sr. Tancredo Paiva, saiu em outubro de 1843.

(26) Serviu oficialmente como secretário de abril a setembro de 1843, na vaga de José Maria do Amaral, removido para São Petersburgo (V. *Relatórios dos ministros dos negócios estrangeiros*, entre outros, o de 1866, anexo 2.º, pág. 17). É provável que, de fato já exercesse a função desde algum tempo antes.

(27) Original inédito no arquivo do Instituto Histórico, lata 142, doc. 3.076.

(28) *Réplica Apologética*, pág. 18.

Em outubro, aproveitando uns dias de licença, fêz em companhia de colegas do corpo diplomático acreditado junto a S. M. Fidelíssima um passeio a Tomar, voltando por Abrantes e Santarém. Como era o único que sabia a língua da terra, e por esse motivo servia de intérprete aos colegas, não o deixaram dar uma escapada até Évora, como desejava (29).

Em começos de 1844 dava início à redação da *História Geral*. Sabêmo-lo por um requerimento, que dirigiu ao govêrno por intermédio do seu procurador José Domingues de Ataíde Moncorvo, no qual pleiteara uma condecoração qualquer das ordens brasileiras. Instruindo a petição vem um longo relatório de seus serviços literários ao Instituto Histórico e ao país (30). A recompensa foi a mercê do hábito de Cristo, a 5 de maio (31). Pagos os 160\$000 do título a 31 de julho de 1845, a 12 de agosto seguinte pagava a jóia (20\$000) e prestava juramento pelo mesmo procurador.

Em 1844 constava do ativo literário do requerente, segundo a informação de Cunha Barbosa, além de várias biografias de brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. (32), a monografia intitulada *Primeiras Relações [sic] Diplomáticas sobre o Brasil* (33), escrita à vista de «documentos antiquíssimos e quase ignorados, que êle encontrara na Torre do Tombo e em outros cartórios e arquivos de Lisboa», e uma *Dissertação* para entrar em concurso em tempo oportuno, que nada menos era que a célebre monografia *O Caramuru perante a História*, correspondente entre nós, pelo valor e significação, ao que é, para os portugueses, o

(29) Carta a Rivára recebida a 26 de outubro de 1843. Varnhagen frequentemente se esquecia de datá-las, mas o correspondente, arquivista e bibliotecário de profissão, tinha o cuidado de anotar o dia do recebimento.

(30) Datada de 18 de abril de 1844. O original, assim como todos os documentos que acompanham o processo, com exceção do título da mercê, se encontram na classe *Documentos biográficos*, seção de manuscritos da Biblioteca Nacional: Petição, cotada C-849-45; — Guia de pagamento de jóia, C-1003-33; Procuração a Athayde Moncorvo para prestar juramento em seu nome, C-849-45; Taxa da mercê, recibo, *idem*; — Permissão para o juramento mediante procurador, *idem*.

(31) O Sr. Basílio de Magalhães, com pouca exatidão, escreveu que a ordem então concedida fôra a da Rosa, e no grau de comendador. V. *Francisco Adolpho de Varnhagen*, pág. 52.

(32) Eram, além das citadas anteriormente, no tomo V (1843): as do Brigadeiro Inácio de Andrade Souto Maior Rendon, págs. 227-231; Martim Afonso de Sousa, págs. 232-238; Dr. Francisco de Melo Franco, págs. 345-349; Dr. Gaspar Gonçalves de Araújo, págs. 349-352; e Pero Lopes de Sousa, págs. 352-354.

(33) Publicada nas *Memórias* do Instituto Histórico em 1843. Reeditaram-se as *Memórias* no tomo LXV (1902), págs. 337-526. O trabalho de Varnhagen vai, na 1ª edição, de págs. 119-154; na segunda, de 425-453. Seu título exato é: *Primeiras Negociações Diplomáticas respectivas ao Brasil*.

panfleto *A Batalha d'Ourique e a ciência arábico-acadêmica* de Herculano. Ambas pulverizaram lendas incunabulares da história das respectivas nações, reduzindo às verdadeiras proporções seu conteúdo autêntico, e enfraquecendo-lhes o aspecto maravilhoso de que corriam revestidas. Outro trabalho de Varnhagen publicado na *Revista*, e que viria a dar ocasião a polêmica acre, foi o *Primeiro juízo remetido ao Instituto Histórico à cerca do «Compendio de Historia do Brasil» do Sr. José Inácio de Abreu e Lima* (34).

No *O Panorama* continuou a série de artigos sobre o Rio de Janeiro. No tomo VIII (1844) a 25 de maio, saiu o primeiro, assinado V., págs. 163-166. Seguiram-se os de págs. 218-220 (13 de julho), assinado V.; 295-296 (21 de setembro), sem assinatura; e 311-313 (15 de outubro), sem assinatura. No mesmo volume publicou-se também uma tradução em versos brancos de uma poesia de Heine, feita pelo nosso compatriota, a que já nos referimos no capítulo anterior.

Poucos anos antes, nos confins de São Paulo e do Paraná, Varnhagen perdera subitamente as ilusões românticas quanto ao *bom selvagem*, de que a princípio compartilhara; encontrava agora as provas da vileza da condição social da mulher entre os tupis, nada menos que a «Informação sobre os casamentos dos Índios do Brasil» do Padre José de Anchieta, depoimento de testemunha coeva e imparcial, surgida bem a propósito para desmanchar muitas das românticas e sentimentais conjecturas do Brigadeiro Machado de Oliveira expostas em uma dissertação impressa na *Revista* (35). Na carta escrita ao Cônego Januário a 1 de maio de 1844, em que anuncia a remessa desse documento, e da «Enformação do Brasil e de suas Capitanias», também de Anchieta, assim ajuíza do trabalho do brigadeiro :

«Ao acabar de ler essa excelente dissertação o espírito fica satisfeito à vista de tantos argumentos que lhe falam à razão, à imaginação e até ao sentimento, e quase essa leitura deixa em nós repugnância à só idéia da possibilidade da mínima oposição às belas e consoladoras doutrinas apresentadas. Mas, *uma vez que algum fato positivo se levanta, a história com o seu aspecto sisudo superior a tôdas as simpatias, deve recebê-lo como prova ao julgamento no seu tribunal de justiça, e é ela reta no lavrar da sentença, embora com esta se vá deserdar de belas propriedades com que se enriquecia, e que até aí julgava serem-lhe de direito pertencentes*» (36).

(34) No tomo VI (1844), págs. 60-83.

(35) N.º 14, julho de 1842, t. IV, págs. 168-201.

(36) Inédita. Original no arquivo do Instituto Histórico, lata 142. doc. 3.059.

A 2 de outubro de 1844 comunicava Varnhagen ao amigo de Évora «estar com o pé no estribo» para uma digressão por Coimbra e pelas províncias do norte. A 18 de novembro já estava em Lisboa, de volta dêsse giro, em que foram visitadas Penafiel, Amarante, Lamego, Vila Real, Guimarães, Braga, Ponte de Lima, Viana, Barcelos e Vila do Conde, como nos informa uma carta dessa última data ao mesmo destinatário. A demora na volta, no Pôrto, deu-lhe oportunidades para conhecer bem essa cidade, além de serras, linhas, foz, visitar a biblioteca pública, etc...

Conhecemos, além das cartas a Rivára, mais uma, também inédita, que contém impressões e informes relativos a essa vilegiatura. Foi dirigida do Pôrto, em 1 de novembro, ao Visconde de Sá da Bandeira (37), seu antigo comandante nas lutas liberais, e parente pelo lado materno, grande propugnador da expansão colonial em África. É bastante pormenorizada quanto ao itinerário seguido e às ocupações a que o excursionista se entregou durante o passeio.

Realizara parte, pelo menos, da jornada a cavalo. Saindo de Lisboa fôra a Soure (de onde subscreitou a 12 de outubro uma carta a Rivára) Abelheira, Bucellas, Sobral e demorara-se em Runa, tendo visitado o melhor das linhas de Tórres Vedras, localidade posta em evidência pela campanha constitucionalista. Dirigira-se depois a Peniche por Tórres. Daí às Caldas. Passara de corrida por Alcobça, Pôrto de Mós, Batalha e Leiria; demorara-se alguma coisa em Coimbra, para assistir às formalidades de abertura das aulas, oração de sapiência, etc... De Coimbra passara a Aveiro e ao Pôrto. Estacionara dois dias na foz do Douro, e de lá fizera uma excursão a Penafiel, Amarante, Lamego, Régua, Vila Real, Marão, Guimarães, Braga, Ponte de Lima, Viana, Barcelos e Vila do Conde, donde regressara ao Pôrto. Na biblioteca pública desta cidade o nosso compatriota ocupou-se em coligir

(37) Uma das cartas de Varnhagen a Sá da Bandeira foi impressa pelo Sr. Manuel Múrias no opúsculo *Cabo-Verde* (Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1939, págs. 57-61). Outra fôra já, no ano anterior, transcrita no estudo *Garrett e Sá da Bandeira*, de Henrique de Campos Ferreira Lima, saído na revista *História*, com separata. A carta de Varnhagen, que aí ocupa as págs. 30-31, tem a data de Madrid, 1 de agosto de 1847. Desta última, e de mais quatro, inéditas, possuímos cópia, graças à generosidade do Sr. Coronel Ferreira Lima, diretor do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, onde se conservam. O documento que ora resumimos tem apenas a data de 1 de novembro, sem indicação do ano, mas êste só poderá ser o de 1844, pois o itinerário e circunstâncias nele descritos concordam perfeitamente com o constante das cartas a Rivára, que estão datadas dêsse mês e do anterior, ano de 1844. Aliás, à viagem feita em 1841 não se podem referir, pois que esta estava finda a 30 de agosto; nas mesmas condições quanto à de 1843, que, pôsto se houvesse realizado em outubro, teve itinerário totalmente diverso.

documentos acerca das colônias portuguesas, africanas e asiáticas para gáudio do correspondente, a quem já dedicara a *Corografia Cabo-Verdiana*, escrita em colaboração com Chelmicki.

Foi também, provavelmente, durante as duas semanas em que ficou detido pelo mau tempo da capital do Norte (37a), que Varnhagen viu o exemplar da cópia, única atualmente conhecida, do *Livro da Montaria*, de el-rei D. João I, pertencente então a Thomaz Norton. Foi o nosso compatriota o primeiro a dar notícia, em 1860, desse monumento da literatura medieval portuguesa, que se julgava irremediavelmente perdido (Cf. *A Caça no Brasil*, Rio, 1860, págs. 2 e 20); Gabriel Pereira deu em seus *Estudos Eborenses*, muitos anos mais tarde, uma descrição sumária do livro, já então na Biblioteca Nacional de Lisboa (*As Caçadas*, 1ª parte — Évora, 1892, págs. 6-10) (37b).

Em 1845 (25 de setembro) remetia Varnhagen ao Instituto as biografias de José Basílio da Gama e Frei José de Santa Rita Durão (38), escritas após muitas indagações, para acompanhar os *Épicos Brasileiros*, que nesse mesmo ano deu à publicidade em Lisboa (39).

* * *

A vida na capital portuguesa corria agradavelmente para o adido à legação brasileira. Era seu companheiro de trabalho na

(37a) «Ainda em 2 de novembro, quando V. S. me escrevia julgando-me aqui de volta [em Lisboa], o maldito tempo me tinha prêsno no Pôrto, donde não me deixou sair senão no dia 14 (Carta a Rivára de 18 de novembro, já citada)».

(37b) O Sr. Francisco Maria Esteves Pereira, na *Introdução* à edição (única) do *Livro da Montaria*, que dirigiu (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918) ignorando as referências de Varnhagen, confere a Gama Barros a prioridade em mencionar, isto em 1885, o códice n.º 4.352 da Biblioteca Nacional de Lisboa, anteriormente possuído por Thomaz Norton, pelo qual se fez a impressão.

(38) A biografia de José Basílio não foi incluída na *Revista* por já ter o Instituto publicado outra, anônima, no tomo I, págs. 152-154. A de Santa Rita Durão saiu no tomo VIII (1846), págs. 276-283.

(39) *Épicos Brasileiros* [escudo com as armas do Brasil]. Nova edição. 1845. No verso da fôlha de rosto: *Lisboa. Na Imprensa Nacional*. — In-12.º de 449 páginas e uma fôlha de errata. Vem em primeiro lugar o texto do *Uruguai* seguido pelo do *Caramuru*, e depois as biografias dos épicos setecentistas, um fragmento da tese *O Caramuru perante a História*, e, finalmente, as notas aos poemas, da autoria de Varnhagen, suprimidas as originaes dos poetas. A indicação *Nova edição* do frontespício fez Sacramento Blake conjecturar que tivesse havido outra anterior, que, sem apresentar fundamentos, coloca no ano de 1843, e só com o texto do *Caramuru*! Como então o título de *Épicos* no plural? Ninguém jamais viu essa edição do *Caramuru* de 1843. As palavras *Nova edição* referem-se aos textos dos poemas, já impressos por mais de uma vez independentemente, porém reunidos pela primeira e única vez, somente em 1845, pelo erudito brasileiro.

diplomacia Álvaro Teixeira de Macedo, que, como secretário, servia no mesmo pôsto (1845), jovem e talentoso poeta e dramaturgo, tão cedo roubado às letras, e irmão do também ilustre diplomata Conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo. Compunha então o seu poema herói-cômico *Festa do Baldo*, impresso em 1847, e, a pedido de Varnhagen, segundo informação dêste, foi que se decidiu a dar na parte descritiva côr mais americana à composição. Lamenta, todavia, o nosso biógrafo que êsse pensamento não fôsse melhor desenvolvido quando tratou das frutas brasileiras, que quase se limitou a enumerar (40).

As relações com Garrett, literárias e pessoais, eram as melhores possíveis, apesar da sensível diferença de idade, aplainada pela similitude de gostos. Tinham assentos de assinatura, ao lado um do outro, no teatro São Carlos, e muitas vêzes, em noites de luar, saíam a passear juntos pelo Largo das Chagas, não longe das casas em que moravam: Varnhagen, no próprio largo (41), e Garrett, na Rua do Alecrim (42).

Íntimo amigo de ambos era também o Conde Wilhelm Lückner, fidalgo dinamarquês, por volta de 1846 encarregado de negócios de sua pátria em Lisboa. Por sugestão de Varnhagen resolveu-se a traduzir para o idioma alemão o drama *Frei Luís de Sousa* do grande romântico português, para cuja tradução o próprio diplomata brasileiro escreveu um prefácio, também em alemão, encerrando notas sôbre o autor do original (43).

Sucedida que o Conde de Lückner, protestante, era divorciado há muitos anos de uma senhora alemã, filha de um eleitor de Hesse-Cassel. Esta dama, embora já tivesse filhos do primeiro

(40) *Florilégio da Poesia Brasileira*, (t. I, Introdução, pág. LIII).

(41) Varnhagen residiu em Lisboa, sucessivamente: na Rua das Chagas, n.º 12 (esquina do Largo do mesmo nome?) conforme indica em carta a Rivára, de 3 de julho de 1839; na do Loreto, 39 (carta ao mesmo, de 1 de dezembro de 1842); e na dos Prazeres (à Quintinha), n.º 71 (carta ao mesmo, de 11 de dezembro de 1843). Suas recordações devem, pois, referir-se aos primeiros tempos, se é que, recordando-se, tantos anos depois, dêsses episódios (1872), a memória lhe foi fiel.

(42) *Da Literatura dos livros de cavalarias*, Viena, 1872, págs. 237-238. Varnhagen possuía, da sua posterior correspondência com Garrett, que continuou até a morte dêste, numerosas cartas, infelizmente manchadas de barro, por terem ficado nada menos que ensopadas numa tremenda inundação do ano de 1859, guardadas que estavam numa mala em hotel da Rua dos Inválidos, onde as deixara, vindo à Europa (*op. cit.*, pág. 245). As cartas de Varnhagen a Garrett também parece que se perderam tôdas, com exceção de uma, de que nos deu notícia o Coronel Ferreira Lima.

(43) *Da Literatura dos livros de cavalarias*, pág. 238. A tradução tem o seguinte título por extenso:

Luiz de Sousa, von J. B. de Almeida Garret — Aus dem Portugiesischen in's Deutsche übertragen von W. L. Frankfurt-am-Mein, August Oesterrieth, 1847.

matrimônio, convolara a novas núpcias, ainda muito jovem, com um Barão de Watzdorf, do qual, ao tempo da convivência do primeiro marido com Garrett e Varnhagen, já enviuvara, ficando-lhe três filhos do segundo leito.

A tradução de Lückner fêz furor na Alemanha, e o drama foi logo ensaiado e levado à cena em Dresden. A baronesa viúva de Watzdorf, ex-Condessa de Lückner assistiu à representação em 1847, e o abalo que lhe produziu o auge dramático, no final do 2º ato da peça (cenas XIV e XV), quando o romeiro, recém-chegado da Terra Santa, relatou ter conhecido no cativeiro a D. João de Portugal, primeiro marido de D. Madalena, e apontou para o seu retrato na parede, foi de tal ordem, vista a similitude de sua situação com a da heroína do drama, que logo se dispôs a reconciliar-se com o primeiro marido, tornando-se, pela segunda vez, Condessa de Lückner. A reconciliação do casal, dadas as circunstâncias em que se realizou, teve certa notoriedade, e foi até objeto de artiquetes de chacota em jornais franceses.

Indiferente à celeuma levantada, o feliz casal iniciou nova lua de mel, da qual nasceu uma menina que, segundo Varnhagen, era o vivo retrato da rainha de Portugal D. Maria II. Residiam os Condes de Lückner em uma quinta nas proximidades de Dresden quando o diplomata brasileiro, de passagem pela Alemanha, em 1853, foi fazer-lhes uma visita. Relembrando muitos anos depois os acontecimentos, o diplomata Varnhagen rejubilava-se de haver contribuído, embora sem tal intuito, para o restabelecimento dessa união conjugal, coisa não mais fácil de conseguir do que a paz entre nações desavindas (44).

* * *

Em 1846, de março a novembro, o nosso compatriota esteve na Espanha, aonde foi enviado em missão especial do governo (45) a fim de recolher documentos relativos aos limites do Império, mapas principalmente (46), que pudessem trazer esclarecimentos

(44) *Da literatura dos livros de cavalarias*, págs. 241-243.

(45) V. *Relatório do M. dos Negócios Estrangeiros*, 1866, anexo 2, pág. 17.

(46) Há na Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, cópia do ofício de Varnhagen, n.º 9, de 2 de junho de 1846, dando conta de não lhe ter sido possível encontrar o mapa *in-folio* de Lopez e nem sequer, o de ambas as Américas publicado em Madrid em 1778. A custo conseguiu ver um livro *in-8.º* pequeno publicado em 1758 pelo mesmo Lopez, com vários mapas e o título geral de «Atlas Geográfico de la America Septentrional y Meridional». Por mero acaso veio a conhecer o motivo da raridade. Os mapas aí contidos representavam as possessões espanholas muito deslocadas para oeste, tirando àquela metrópole todo o domínio do País das Amazonas, e por isso o governo espanhol negara ao autor permissão para vender o livro, e provavelmente, ordenara também a apreensão e destruição dos exemplares.

para a solução de pendências seculares. Do zêlo e competência com que se desempenhou dêsse encargo diz bem o despacho ministerial reservado de 17 de fevereiro de 1848 (47), que o louvou sem restrições.

Aproveitando os momentos de folga, viajou por quase tôda a Espanha, voltando em *finis de outubro* a Portugal, segundo escreveu a seu antigo comandante o Visconde de Sá da Bandeira; acrescentando que, ao sair de Lisboa definitivamente, para o novo pôsto na Espanha, vira passar as tropas que iam combatê-lo em Setúbal (48).

Durante a demora na terra de D. Quixote esteve em Granada, de onde datou, a 13 de maio, a *Réplica Apologética* aos insultos do General Abreu e Lima, que se imprimiu com um *Post-Scriptum* ultimado em Madrid (10 de junho). Coincidência singular! Cervantes, maltratado pelos habitantes de uma aldeola na Mancha, escolheu-a para pátria do seu herói satirizado, e fez questão de nunca deixar escapar-lhe o nome. Varnhagen, duramente atacado pelo filho do Padre Roma, o célebre *General das Massas*, timbrou em não honrá-lo gravando-lhe uma vez só que fôsse o apelido na *Réplica* (49). Por êsse tempo ia adiantada a composição da *História Geral* (50).

De regresso a Portugal pouco se demorou, como já dissemos, pois se viu removido a 4 de janeiro de 1847, ainda como adido de 1ª classe, para a nossa legação em Madrid. Antes, porém, em meio à lufa-lufa dos preparativos de viagem, conseguiu publicar em Lisboa a *Narrativa Epistolar* de Fernão Cardim (51) copiada

(47) V. *Relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, de 1849 a 1877.

(48) Carta datada de Madrid, 1 de agôsto de 1847. A memória de Varnhagen traiu-o ligeiramente, pensamos. Não poderia estar de volta a Portugal em fins de outubro de 1846, porque sua comissão durou até novembro, segundo consta dos relatórios oficiais.

(49) *Réplica Apologética de um escritor caluniado e Juízo Final de um plagiário difamador que se intitula general*. Madrid. Viúva de D. P. J. Dominguez, 1846, in-8.º de 24 páginas. Foi escrito em resposta ao seguinte panfleto de Abreu e Lima: *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, ou Análise do «Primeiro Juízo» de Francisco Adolfo de Varnhagen acerca do «Compêndio de História do Brasil»*. Pernambuco, Tip. de M. F. de Faria, 1844, in-8.º de 152 páginas.

(50) *Réplica Apologética*, pág. 3.

(51) *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia. Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente (São Paulo)*, etc., desde o ano de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovam de Gouvea — Escrita em duas cartas ao P. Provincial em Portugal pelo Padre Fernão Cardim, Ministro do Colégio da Companhia em Évora, etc., etc., Lisboa, 1847. No verso: *Imprensa Nacional*. — In-8.º de VI-128 págs. — Foi integralmente reeditado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LXV, parte 1ª, págs. 7-70. Saiu, também com o ti-

de um manuscrito da biblioteca de Évora (52), deixando de enriquecê-la com as notas que tencionava adicionar-lhe, «e que quase lhe duplicariam o volume». Como preito de saudade dedicou-a à memória do seu grande amigo o Cônego Januário da Cunha Barbosa, falecido a 22 de fevereiro de 1846, no mesmo dia que o poeta Dutra e Melo. É também de 1847 a 1ª edição do drama histórico *Amador Bueno* (em quatro quadros e três mutações) num voluminho *in-12º*.

* * *

A 8 de junho de 1847 Varnhagen foi promovido a secretário, servindo como encarregado de negócios de 28 de junho a 11 de agosto dêsse ano. Continuava com a incumbência de pesquisar documentos, agora nos arquivos de Simancas, que auxiliassem a solução das questões de limites do Brasil. Os documentos mandados copiar por êle versam todos sôbre os trabalhos da comissão mista Gomes Freire-Marquês de Valdelirios, pendências com os jesuítas das reduções, e combates com os índios dos Sete Povos, que se opunham à execução do tratado de limites de 1750. Foram recentemente publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*, volumes LII e LIII, sendo o primeiro dêles acompanhado de uma magnífica reprodução em *off-set* do mapa apenso ao tratado. Entre os papéis do arquivo de Varnhagen existentes no Ministério das Relações Exteriores figura o recibo de custo das cópias, em papel timbrado do *Archivo General del Gobierno de Simancas*, assinado por Manuel Garcia Gonzalez, e datado de 29 de abril de 1848. Por êle se vê que até aquela data tinham sido pagos 712 reales (178 pesetas) pelos direitos de ofício, de dois maços de cópias que se entregaram ao diplomata brasileiro. Da quantia entregue ficaria creditado um saldo de 114 reales (28 p. 50) pois o custo dos direitos do material já entregue ascendia apenas a 598 reales. Brevemente seria entregue outro maço contendo 39 cópias e um *fac-simile*, na importância de 480 reales (120 pesetas) para cujo pagamento só teria a desembolsar 366 reales (91 p. 50).

Questões diplomáticas de atualidade não tínhamos com a Espanha, e assim, Varnhagen podia dedicar-se de corpo e alma a seus estudos prediletos, ordenar os apontamentos trazidos de Portugal, coligir outros nos arquivos espanhóis, e continuar a redação da *História Geral*.

tulo de Missão do *Padre Fernão Cardim na Corografia Histórica* de Melo Morais, vol. IV, págs. 417-457, e, ultimamente, nos *Tratados da Terra e Gente do Brasil* de Fernão Cardim, edições: J. Leite (1925), págs. 281-372, e Companhia Editora Nacional (*Brasiliانا*), págs. 249-326.

(52) *Revista do Instituto Histórico*, t. LXV, parte I, pág. 11. Nota marginal de Eduardo Prado.

Foi ainda, em meados de 1847, em excursão de estudos a Paris, levado principalmente pelo desejo de examinar o exemplar do *Roteiro* de Gabriel Soares utilizado por Ferdinand Denis (53). Na capital da França, teve o prazer de encontrar-se com o casal Paulo Barbosa da Silva, em viagem para São Petersburgo, onde o ex-mordomo da Casa Imperial ia chefiar a representação brasileira. No álbum de D. Francisca, espôsa do conselheiro, deixou datadas de meia hora da manhã de 7 de junho, por ocasião da despedida do casal, algumas quadrinhas, que pouco abonam o seu estro poético (54).

A estadia em Paris foi precedida ou seguida no mesmo ano — não podemos dizer com certeza — mas supomos que fôsse precedida, de uma longa excursão pelos países do ocidente e do centro da Europa, pois visitou a França, duas vezes a Inglaterra, a Bélgica e a Alemanha.

Percorreu o vale do Reno e jamais lhe saíram da memória as belas paisagens das margens do rio lendário. Esteve em Colônia, Bonn, Coblença, Neuwied (onde almoçou com o velho Príncipe Maximiliano), Ehrenbreitstein, Mogúncia, Wiesbaden, Frankfurt, Heidelberg, Carlsruhe, Baden-Baden, Strassburg, etc., e Stolzenfels, então linda propriedade particular do rei da Prússia, onde se demorou apenas algumas horas. Encontrou-se em Aquisgrão com o Conde Lückner, e aí se demorou dois dias. Estava

(53) *Rev. do Inst. Hist.*, t. XIV (1851), págs. VI-VII (Dedicatória ao Instituto do *Tratado Descritivo do Brasil* de Gabriel Soares, datada de Madrid, 1851, 1 de março).

(54) Ei-las :

*«Nos minutos a dispor
Para esta despedida,
Desejava a minha dor
Deixar-vos desenvolvida.*

*Mas que? a pena receia,
E nada pode tentar;
Que receia, por que treme,
Bem se pode adivinhar.*

*Treme tôda a humilhar-se
Pela honra que recebe :
E com tanto nome ilustre...
A mente a custo concebe...*

*Ora um mal inda maior
Deves, minha pena, temer :
Que possam gelos do norte
Afeições arrefecer...»*

O álbum de D. Francisca pertence hoje ao Dr. Américo Jacobina Lacombe, que gentilmente nos permitiu copiar os versos.

Varnhagen em Paris quando recebeu d'ele carta de Frankfort, onde se occupava com a impressão do *Fr. Luis de Sousa*, que traduzira para o alemão.

Nã Belgica visitou Liège, Lovaina, Bruxelas, Gand, Bruges e Ostende, de onde passou a Dover, e daí a Londres pela segunda vez. Impressionou-o a rapidez dos transportes. De Ostende à capital inglêsa em 6 e 1/2 horas! Regressou a Paris, onde, assim como na Inglaterra, travou conhecimento com a maioria das grandes notabilidades, principalmente artisticas, visitou o que havia de mais notável, e regressou a Madrid pelo caminho mais curto, fazendo porém um desvio para conhecer várias localidades do sudoeste da França. Foi pelo caminho de ferro a Orleans e Tours, e desceu o Loire até Nantes em barco a vapor. Daí seguiu por mar até Bordeus, onde se demorou dois dias para conhecer a cidade e seus arredores. Da capital da Gironda dirigiu-se aos Baixos Pirineus, extasiando-se com as paisagens da terra de Henrique IV. Esteve em Baiona, foi a Guipúzcoa, na Navarra espanhola, terra dos antepassados do Apóstolo do Brasil; visitou outra vez Cadiz, Sevilha, Córdoba, Granada, Gibraltar, Málaga, as duas Castelas e parte da Galiza. Demorou-se em Toledo, Ávila, Valladolid, Valença, Burgos, Leão, Astorga, Tóro, (célebre pela batalha em que D. Afonso V. de Portugal foi vencido pelo Grão Capitão); Tordesilhas, onde se assinou o tratado de 1494, dividindo o mundo desconhecido entre Portugal e Castela; a douda Salamanca; enfim, tôdas as localidades que lhe falavam à alma de historiador, e amante das tradições. A 1 de agosto, durante o curto periodo em que exerceu interinamente as funções de encarregado de negócios, datou de Madrid a longa carta ao Visconde de Sá da Bandeira, de que extraímos os pormenores acima relatados.

O ano de 1847 assinalou-se ainda, na biografia do illustre paulista, pela conquista de uma medalha de ouro, em que consistia o prêmio oferecido ao Instituto para que galardoasse a melhor memória visando esclarecer as dúvidas sôbre a viagem do Caramuru à França. O trabalho de Varnhagen, que desde abril de 1844, pelo menos, se achava guardado sob sigilo, aguardando o concurso (55), embora não fôsse considerado absolutamente concludente pela comissão julgadora, composta de Domingos José Gonçalves de Magalhães, Ludgero da Rocha Ferreira Lana e Francisco de Paula Meneses, cujo relatório foi lido em sessão de 4 de junho e aprovado unânimemente, mereceu amplos elogios, sendo julgado merecedor do prêmio, «não só para o acoroçoar a

(55) Assim o diz o Cônego Januário na informação dessa data junta ao requerimento em que Varnhagen solicita uma condecoração.

futuras e novas investigações, senão também como merecido galardão de tão bem acabado trabalho» (56).

Procedendo generosamente, o autor da memória premiada não quis guardar a medalha de ouro, no valor de um conto de réis. A 3 de julho lia-se em sessão do Instituto a cédula correspondente ao trabalho de Varnhagen, que, em virtude das condições do concurso, só se abria no caso de ser premiada. Rezava laconicamente: «Agradecendo a distinta honra que eu anelava de que fôsse aberta esta cédula, rogo ao Instituto aceite, com os meus reiterados respeitos, a oferta que faço da medalha dêste prêmio, que a sua benignidade me confere, para a propor, com assunto novo, para o ano próximo futuro. — Francisco Adolfo de Varnhagen» (57).

Mencionamos já a passagem de Varnhagen por Neuwied, onde almoçou com S.A.S. o Príncipe Maximiliano, o sábio naturalista e viajante alemão, que, em tempos de D. João VI, percorreria boa extensão do nosso território, e agora, retirado aos seus pequenos estados renanos, passava os venerandos dias entre os livros de História Natural e as coleções etnográficas feitas na América do Sul. O velho príncipe, que continuava sempre com o mesmo interesse pelos problemas antropológicos do Novo-Continente, era membro honorário do Instituto Histórico e se sentia muito feliz quando um brasileiro o procurava, recebeu de braços abertos o nosso diplomata (58) e mostrou-lhe um exemplar da obra de Gabriel Soares, com que o tinham presenteado por ocasião de sua passagem pela Bahia (59). Foi durante a demora em Londres, que Varnhagen inútilmente tentou encontrar o códice do *Roteiro* de Soares que pertencera a Southey. Procurou também o mesmo livro no British Museum sem o menor resultado (60).

Os documentos e a colaboração para a *Revista*, remetidos durante êsse tempo e publicados no quinquênio de 1844-1848 consistiram nas biografias de *Pero Lopes de Sousa*, aditamento (t. VI, págs. 118-122); *Eusebio de Matos* (t. VIII, págs. 540-543); *Antonio José da Silva* (t. IX, págs. 114-124); *Manoel Botelho de Oliveira* (idem, págs. 124-126); *Vicente Coelho de Seabra* (idem, págs. 261-264); *João de Brito e Lima* (t. X, páginas 116-119); *Frei Manoel de Santa Maria Itaparica* (idem, págs. 240-242); — na *Correspondência sobre os habitantes do Brasil condenados pela Inquisição de Lisboa desde 1711 até 1767*

(56) *Rev. do Inst. Hist.*, t. IX (1847), págs. 275-277.

(57) *Idem*, pág. 410. O original está no arquivo do Instituto, lata 181, doc. n.º 4.481.

(58) *História Geral do Brasil*, II (1857), pág. 345.

(59) *Rev. do Inst. Hist.*, XIV (1851), pág. VII.

(60) *Idem, ibidem*.

(t. VI, págs. 322-325); *Excerptos de várias listas de condenados pela Inquisição de Lisboa desde o ano de 1711 ao de 1767, compreendendo só os brasileiros ou colonos estabelecidos no Brasil* (t. VII, págs. 54-86); carta comunicando haver encontrado o processo de Antônio José (idem, págs. 427-431); e finalmente, *O Caramuru perante a História*, dissertação, que, como vimos acima, foi premiada em concurso (t. X, págs. 129-152).

* * *

Em 1849, governando o gabinete conservador de 22 de setembro de 1848, presidido por Pedro de Araújo Lima, coube a pasta da guerra primeiro a Manuel Felizardo, e depois, a Manuel Vieira Tosta, futuro Barão, Visconde e Marquês de Muritiba, que, como presidente da província de Pernambuco, tão enérgico se mostrara em debelar a Revolução Praieira. O exército passara por uma fase de intensa atividade nos últimos vinte e poucos anos. As revoltas do Rio, do Ceará e de Pernambuco, a Sabinada na Bahia, a Cabanagem no Pará, a Balaiada no Maranhão, a longa guerra dos Farrapos, a revolta dos *liberais* em São Paulo e Minas, e, finalmente, a Revolução Praeira, tinham pôsto em relêvo numerosas falhas e imperfeições da nossa organização militar; cogitava-se, por isso, de remodelação radical em tôdas as armas.

O Segundo Tenente de Engenheiros Francisco Adolfo de Varnhagen, veterano das campanhas da Carta, vivia ainda sob o fardão de diplomata que envergava há sete anos. Ouvindo que se tratava de reformas no Exército, em longo ofício confidencial ao Ministro da Guerra, de 2 de abril de 1849, expôs suas sugestões, que foram tomadas em devida conta no projeto elaborado pela comissão nomeada em janeiro de 1850 para tratar do assunto. Que as idéias de Varnhagen eram as mais acertadas provou-o o feliz resultado das nossas armas nas campanhas contra Oribe e Rosas, em que pouco depois se empenharam vitoriosamente as forças brasileiras, equipadas segundo as indicações do militar-diplomata. Conservado em sigilo até 1852, o ofício do sorocabano foi nesse ano impresso na revista *O Guanabara*, tomo 2º, páginas 49-52, com o título de *Memorial sôbre algumas inovações úteis ao exército imperial em Campanha*.

Vejam as bases das inovações propostas (61):

Começa o futuro Visconde Pôrto Seguro por salientar o fato de que toda a nação sabe, pela história e pelo instinto, qual deverá

(61) Sob o título *Varnhagen Militar* publicou o conhecido historiador brasileiro Dr. Escragnoille Dória, na *Revista da Semana* de 28 de setembro de 1929, um interessante artigo, baseado principalmente nesse ofício de Varnhagen e no parecer da comissão de reforma do Exército. É do trabalho do Dr. Dória que nos servimos nessa exposição.

ser o seu inimigo provável, e, portanto, qual das fronteiras está mais ameaçada e lhe cumpre se especializar em defender. Para o Brasil o inimigo não poderia deixar de lincar pelas raías do sul, como o passado o mostrara e a experiência dos anos subseqüentes viera amplamente demonstrar.

Ora, nos pampas a arma principal era a cavalaria, que permitia rápidos deslocamentos de forças e os ataques de surpresa. Sendo, porém, o inimigo bem dotado de cavalaria, seria necessário dispor de elementos capazes de assegurar vantagens pelos primeiros triunfos: essa superioridade só poderia vir pela artilharia manejada pelo cavalariano: o máximo da eficiência agressora associada ao máximo de mobilidade. E, ilustrando a conveniência do que sugeria, o Segundo Tenente Varnhagen lembrava a vitória de Frederico o Grande em Rosbach sobre os franceses e austríacos aliados, obtida graças à artilharia montada; a opinião do Marechal de Saxe, que atribuía a vitória à rapidez das marchas; e também a série de triunfos fulminantes obtidos por Bonaparte na Itália e outros lugares com a cavalaria.

Para desconcertar o inimigo e desorientar os caudilhos habituados aos *entreveros*, cumpria dotar tóda a nossa cavalaria de lanças, e substituir a artilharia sobre rodas pela transportada em lombo de animais cargueiros.

O soldado deveria aprender, não só o manejo da lança para as cargas, como ainda o do sabre, da clavina e da pistola. No combate contra a cavalaria ligeira desembaraçar-se-ia da lança e faria uso das outras armas. Contava com a superioridade que o esquadrão de lanceiros deveria ter, graças ao cumprimento das lanças e ao choque da maior massa, além do efeito desconcertante produzido sobre a cavalaria inimiga, quando em fuga, pelas fardas vermelhas, e as bandeirolas alvi-rubras agitadas ao vento no calor da refrega.

Quanto ao transporte da artilharia, uma vez que no Brasil do tempo pouquíssimas estradas carroçáveis existiam, cumpria acabar com as baterias montadas a cavalo, isto é, de canhões sobre carretas puxadas por cavalos montados, muito dispendiosas e de eficiência, proporcionalmente pequena. O transporte das bôcas de fogo se deveria fazer em cargueiros, a lomo, como diziam os espanhóis, o que entre nós correspondia à expressão *em lombo de burro*. As peças seriam constituídas por compridos obuzes de cinco polegadas, ou coronadas de câmara cônica fundidas, de pouco metal e bastante leves. Sua munição seria, em vez de balas maciças, pouco eficazes em campanha, granadas esféricas, graduadas, fixas

ao taco e ao cartucho; as cargas diminutas, e a pontaria feita com alça em vez de quadrante. Obter-se-ia assim um alcance de trezentas braças.

Não aceitava sem restrições o sistema levado a Portugal pela divisão do General Concha em 1847, por isso que tinha como preferível, para a condução das bôcas de fogo, substituir os muares pelos cavalos, mais ligeiros e dóceis ao comando. Transportaria cada animal dois cofres com subdivisões, e um artilheiro iria montado entre ambos. No sul, em vez dos cofres, se poderiam empregar bruacas de couro cru, envoltas as granadas em barba de pau sêca ou embiras. Os condutores das munições iriam armados de espada e de bola, arma pampeira tão familiar aos rio-grandenses do sul. Usando-se molas ou substâncias elásticas nos reparos, talvez fôsse possível, em casos de extrema necessidade, disparar à moda chinesa, da própria anca do cavalo. Como os alvos seriam grandes, a incerteza da mira não teria grandes inconvenientes.

Lembrava ainda o autor do officio o uso dos foguetes à Congreve, disparáveis de cima dos cavalos, pois não traziam recuo, desde que se tapassem os olhos e os ouvidos dos animais para que não se assustassem. Os próprios veteranos habituados ao sibilar das balas e ao relampejar das espadas, empalideciam ouvindo o zunido dos foguetes à Congreve. E lembrando-se certamente de episódios da campanha liberal em que tomara parte em 1833 e 34, assegurava que, graças a essa arma, vencera D. Pedro o mano Miguel. Aconselhava, por isso, a compra na Inglaterra de alguns foguetes, com um fogueteiro e uma calha Congreve. Na América do Sul seriam empregados, mais tarde, na guerra da Tríplice Aliança.

Tais, em síntese, as propostas de Varnhagen, compendiadas pelo Dr. Escragnolle Doria no officio existente no Arquivo Nacional e do relatório da comissão encarregada de tratar da reforma, que concluía pela aprovação das sugestões do official diplomata. Teria assim o sorocabano contribuído eficazmente, embora de forma indireta, para as nossas vitórias nas campanhas de 1851-52 e 1864-70. Não se contentava em escrever história, queria fazê-la também.

* * *

Nesse ano de 1849 publicou o nosso biografado dois trabalhos de grande valor: O *Livro das Trovas e Cantares*, coleção de trovas portuguezas do século XIV (que attribuiu erradamente, a princípio, ao Conde de Barcelos), com erudita *Introdução* e

notas (62), e o *Memorial Orgânico* (63), ambos sem nome de autor. Versava o último sobre alguns dos mais importantes problemas nacionais, tais como limites, situação da capital, comunicações interiores, divisão administrativa, defesa interna, povoamento do solo, tráfico de escravos, civilização por tutela dos índios bravos, alguns deles ainda hoje sem solução definitiva. Para resolvê-los o jovem e estudioso patriota propunha alvitre que posteriormente, quando adotados, provaram ser os mais justos e eficientes. Na segunda parte deste livro serão detidamente analisados.

Depois de publicar as *Trovas e Cantares* o editor fez uma excursão pela Galiza, que lhe permitiu confirmar sua opinião, já de há muito assente, de que essa província, não só na língua, como nos trajes, usos e costumes, não era mais do que um prolongamento de Portugal (64).

No ano seguinte, 1850, deu à publicidade, em Lisboa, os dois primeiros volumes de *Florilégio* (65), coleção de poesias escolhidas segundo o critério da brasilidade e da côr local, entre as composições dos poetas nascidos no Brasil desde o século XVII até o XIX. As poesias são precedidas das notícias biográficas dos respectivos autores, muitas delas anteriormente publicadas na *Revista* e nos *Épicos Brasileiros*. Abrindo o livro, traça um *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, que, apesar de resumido, foi, durante muito tempo, a única fonte de que se serviam, sem citá-la, os críticos literários de carreira da nossa terra. Ainda desse ano é a segunda parte do *Memorial Orgânico* (66) e o *Post-Scriptum*

(62) *Trovas e Cantares de um códice do XIV século: ou antes, mais provavelmente o «Livro das Cantigas» do Conde de Barcelos (com dois fac-símiles)*. Madrid. MDCCCXLIX. No verso: Na Imprensa de D. Alexandre Gomez Fuentenebro, rua de las Urosas, n.º 10. — In-8.º de xlij — 339 págs. Datado de Madrid, 10 de julho de 1849.

(63) *Memorial Orgânico que à consideração das assembléias geral e provinciais do Império apresenta Um Brasileiro*. [Epigrafe de Silvio Pellico]. [Escudo das armas do Brasil]. 1849. Dado à luz por um amante do Brasil. In-8.º G. de 50 páginas, com um mapa desdobrável do Brasil.

(64) *Florilégio*, I, pág. X, nota.

(65) *Florilégio da Poesia Brasileira ou Coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos deles, tudo precedido de um Ensaio Histórico sobre as letras no Brasil, Lisboa, na Imprensa Nacional — 1850. 2 vols. in-12.º de LIV-IV-720 págs. de numeração seguida. O 3.º volume só se imprimiu em 1853, em Madrid, com paginação independente. Mais tarde, em 1872, foi publicado um Apêndice ao mesmo Florilégio (Viena), que é extremamente raro.*

(66) *Memorial Orgânico. Segunda parte, em que se insiste sobre a necessidade de medidas da maior transcendência para o Brasil. acerca: 1.º Da abertura de estradas gerais; 2.º De uma nova circunscrição provincial; 3.º Da posição da capital; 4.º Dos escravos africanos; 5.º Da civilização dos Índios por tutela; 6.º Da colonização euronética por grupos, etc.* [Epigrafe de Guizot — Escudo do Império]. Madrid. Na imprensa da viúva de D. R. J. Dominguez, R. de Hortaleza, num. 67. 1850 — In-8.º G. de 16 págs.

ao livro das *Trovas e Cantares*, datado de *Madrid, novembro de 1850*, e assinado.

Por êsse tempo, chamado pelo nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, que necessitava do auxílio que seus sólidos conhecimentos de história geográfica poderiam trazer ao estudo das bases para a fixação das linhas fronteiriças com as Repúblicas hispano-americanas, Varnhagen preparava as malas para a capital do Império.

Era Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai, uma das maiores figuras de estadista da época imperial e do Brasil de todos os tempos.

* * *

A 16 de março de 1851, segundo informa Argeu Guimarães, saiu Varnhagen de Madrid, sobraçando 916 páginas de documentos copiados no arquivo de Simancas, além de mapas, livros e manuscritos adquiridos na Espanha (67). Demorou-se alguns dias em Lisboa, onde viviam sua velha mãe e as irmãs, já casadas com súditos portugueses; tomou parte, pelo menos em uma sessão da Academia das Ciências, a de 9 de abril, em que proferiu algumas palavras de louvor a um trabalho de Ferdinand Denis então apresentado — *Une Fête Brésilienne célébrée à Rouen en 1550* (68), — e a 14, ao anoitecer, deixava o Tejo no vapor francês *Teviot*, com destino ao Brasil. A 17, ao meio dia, entrou no pôrto do Funchal (Ilha da Madeira); às seis da tarde o vapor levantava ferros, e, no dia 19, ao amanhecer, singrava à vista de S. Cruz de Tenerife. Após duas horas de demora no pôrto, retomou a derrota e a 22 ancorava em São Vicente de Cabo-Verde, onde, pela demora no carregamento de carvão, teve de esperar dois dias, só podendo continuar a viagem a 24. Dêste

(67) *Em tôrno do casamento de D. Pedro II, Zelio Valverde editor, Rio de Janeiro*, pág. 171. Na memória sobre limites, inédita, Varnhagen se refere aos maços de documentos de que fôra portador e pessoalmente entregara na Secretaria de Estado, visto serem papéis de grande importância.

(68) Cf a carta de Varnhagen a F. Denis, de 10 de abril de 1851, no opúsculo de A. A. de Melo Franco: *Algumas cartas copiadas no arquivo de Ferdinand Denis*, pág. 14. A cópia foi feita às pressas, e o algarismo 1 final do ano confundido com um 7, saindo na impressão 1857 em vez de 1851. Para perceber-se que houve engano na leitura da data, basta notar que o signatário diz *estar prestes a lançar-se no Atlântico*, sendo que em 1857 o historiador não fêz nem projetou fazer nenhuma viagem transatlântica. Em 1851, porém, veio ao Brasil pela segunda vez, zarpando de Lisboa a 14 de abril, quatro dias, precisamente, depois de escrita a carta para o erudito francês. Na mesma fala-se também, como de publicações recentes, do *Florilégio da Poesia Brasileira* e do opúsculo de Denis, ambos de 1850.

pôrto datou Varnhagen uma longa carta-diário ao velho amigo Visconde de Sá da Bandeira, o fundador da povoação do *Minde*lo, cheia de interessantes informações sôbre a topografia e as produções da ilha, e que fêz chegar às mãos do destinatário por intermédio de um cunhado seu, cujo nome não nos transmitiu, mas que seguramente foi o Tenente de Artilharia Carlos Augusto Pereira de Moraes Beça, que serviu no Regimento de Cabo Verde. Nesta carta revela-se um aspecto pouco conhecido, senão totalmente ignorado, das habilitações do ilustre sorocabano: o de desenhista. Varnhagen juntou à carta um esboço do *Ilhéu dos Pássaros*, feito através da vigia do seu camarote, e um desenho da fôlha da figueira brava ou gameleira, planta indígena da ilha, já descrita por Diogo Gomes na carta a Martinho de Boêmia, em que lhe participava o descobrimento da Ilha de Santiago em companhia de Antônio de Noli, o genovês, em 1460 (69).

* * *

Já a 9 de maio de 1851 temos notícia da presença do historiador no Rio de Janeiro, pois seu nome figura, como recém-chegado da Europa, entre o dos sócios presentes à 226ª sessão do Instituto, primeira do ano que se realizou nesse dia, e como ofertante à biblioteca da sociedade de dois volumes do *Florilégio*. acabados de publicar (70); a 17 requeria a S. M. permissão para aceitar e usar das insignias de Comendador da Ordem Americana de Isabel a Católica, com que fôra agraciado pela soberana da Espanha, permissão que lhe foi concedida por portaria de 22 do mesmo mês (71). A 19 apresentou-se ao comando do Imperial Corpo de Engenheiros, participando achar-se na côrte a serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros (72). Servia há quase nove anos nominalmente no Exército, e ainda conservava o pôsto inicial de segundo tenente. A 23, finalmente, foi eleito 1º secretário do Instituto, cabendo-lhe, entre as atribuições do cargo, a publicação da *Revista*. Foi um mês cheio de ocupações, êste, e não menos, todo o ano de 1851. Serviu assiduamente, e, em função do cargo, organizou o primeiro catálogo, por ordem

(69) A carta a Sá da Bandeira conserva-se entre os papéis do grande estadista português no *Arquivo Histórico Colonial* de Lisboa, e foi publicada por Manuel Múrias em apenso ao opúsculo *Cabo-Verde, memória breve — Agência Geral das Colônias*, 1939, págs. 57-61. A ela se refere o jornalista Arnon de Melo em seu livro *África. Rio de Janeiro*, José Olímpio, editor, 1941, pág. 64.

(70) *Revista do Instituto Histórico*, t. XIV, págs. 462-463.

(71) Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, cota C-848, 45.

(72) Vieira Souto: *Cruz e Espada*, pág. 50.

alfabética, de todos os trabalhos publicados na *Revista* até o volume XIV, o último dos dois que lhe coube ultimar.

No volume XII (1849) tinham sido impressos, de sua lavra, a carta ao secretário da sociedade sob a epígrafe de *Etnografia Indígena, Línguas, Emigrações, Arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores*, págs. 366-376, e a biografia de Thomaz Antonio Gonzaga, págs. 120-136; no XIII (1850) e XIV (1851) saíram: *Aditamento ao juízo sobre o Compendio de Historia do Brasil de Abreu e Lima*, t. XIII, págs. 396-401 (73); explicação relativa à biografia de Bento Teixeira, idem, págs. 402-405; *Adjuamento à biografia de Thomaz Antonio Gonzaga*, idem, pág. 405; biografia de Ignácio José de Alvarenga Peixoto, idem, págs. 513-516; e, finalmente, *O chefe indio Quoniambebe*, mesmo volume, pág. 517, que, embora assinado A Redação, é da lavra do 1º secretário, por quem esta corria, nos termos dos novos estatutos, e que foi quem ultimou a publicação do volume. Aliás, as idéias sobre a ferocidade do índio e o estilo não deixariam subsistir a menor dúvida: Varnhagen foi o seu autor.

No tomo XIV, além da biografia de Domingos Caldas Barbosa, com retrato, págs. 449-460, saiu, ocupando as páginas dos três primeiros trimestres, o *Tratado Descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, com uma dedicatória-prefácio ao Instituto, datada de Madrid, 1 de março de 1851, na qual se declara haverem sido cotejados 21 exemplares do manuscrito de Soares para o preparo do texto ora impresso; e inúmeros *Breves Comentários* à obra, datados do Rio de Janeiro, 15 de setembro, ocupando as páginas 367 a 415.

A 6 de junho desse ano o público ilustrado do Rio de Janeiro teve a primeira impressão do que seria a *História Geral do Brasil*. Algumas folhas do borrão foram lidas pelo autor em sessão do Instituto, honrada com a Augusta Presença de S. M. o Imperador (74). Vários contratempos retardariam por alguns anos a aparição do livro.

A 15 de julho entregava Varnhagen ao Ministro Soares de Sousa o trabalho de que este o incumbira, e que ainda hoje se conserva inédito (75), intitulado *Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes*, a que anexou um

(73) É reimpressão do Apêndice B da *Réplica Apologética*, escrito sob a forma de carta ao secretário perpétuo do Instituto, e datado de 1 de abril de 1846. Januário falecera a 22 de fevereiro desse ano, mas Varnhagen ignorava ainda a morte do grande amigo.

(74) *Revista do Instituto Histórico*, t. XIV, pág. 469.

(75) Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, I-4, 4, 112.

mapa do país extraído de um exemplar da primeira parte do *Memorial Orgânico*, e aquarelado de acôrdo com os limites que julgava deverem ser pleiteados para o Brasil. A monografia consta de três partes: a primeira consiste na enumeração crítica dos mapas geográficos e corográficos dos terrenos fronteiriços; a segunda trata da correspondência havida ao efetuarem-se as demarcações decorrentes dos tratados de 1750 e 1777; a terceira e última, arrola e comenta os trabalhos sôbre a matéria de escritores modernos e de nossos funcionários públicos, terminando com observações várias sôbre a linha que julgava mais conveniente para os limites do Brasil.

Para a elaboração dêsse trabalho o autor vasculhou em poucos dias os arquivos, bibliotecas e mapotecas da capital do Império, nomeadamente os dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Biblioteca Nacional e Pública e do Instituto Histórico. Ao período em que andava nessa faina pertence uma carta sem data e nome do destinatário, mas que, pelo contexto, parece ser o chefe da Secretaria dos Negócios Estrangeiros; a carta foi casualmente descoberta pelo Dr. Rodolfo Garcia entre as páginas de um número do *Almanack Laemmert* existente na Biblioteca Nacional. Nela pede Varnhagen que o destinatário, se aí fôsse naquele dia o Sr. Lagos, também funcionário dêsse Ministério, dissesse-lhe da sua parte que deixasse de fora o mapa grande de Juan de Galvez, remetido de Madrid, e a parte da correspondência dos agentes diplomáticos brasileiros, tanto da Venezuela, como da Bolívia, do Paraguai e de Montevidéu, em que houvesse alguma indicação acêrca de propostas brasileiras ou dos nossos confinantes sôbre linhas divisórias.

Foi em 1851 que o 2º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros Francisco Adolfo de Varnhagen se desligou definitivamente do exército. Nomeado 2º tenente, logo após ser feito adido à legação em Lisboa, e mantendo-se na Europa até 1851, jamais pudera exercer qualquer função no Corpo, e seu pôsto era meramente honorífico por fôrça das circunstâncias. Na posição social, porém, que era a sua, tendo já chefiado interinamente uma missão diplomática, ostentando ao peito mais de uma condecoração em grau elevado de ordens honoríficas, e em vésperas de ser promovido a Encarregado de Negócios efetivo, não se poderia conformar o ilustre diplomata com as honras do mais baixo pôsto do oficialato. A 11 de agôsto dirigia ao Imperador uma petição na qual, historiando sumariamente os precedentes de sua admissão no exército brasileiro, pedia a promoção a 1º tenente, contando antigüidade desde 7 de setembro de 1847, data a partir da qual fôra concedida a contagem de tempo a quatro segundos tenentes mais modernos que o suplicante, promovidos a 27 de agôsto de

1849; ou então, o posto de capitão honorário, como tinham os lentes da Academia Militar. Na hipótese do indeferimento de qualquer destas pretensões, pelo mesmo ato pedia demissão do posto.

O requerimento, mandado a informar, recebeu pareceres de Antero José Ferreira de Brito, comandante das armas da Corte, e Firmino Herculano de Moraes Âncora, comandante do Imperial Corpo de Engenheiro (76). Opinaram ambos por que lhe fôsse concedida a promoção a 1.^o tenente, com a antigüidade contada, porém, de 27 de agosto de 1849, visto que os beneficiados com a contagem de tempo a partir de 7 de setembro de 1847 eram mais antigos que o suplicante, e com serviços próprios de engenharia, que ele *nunca prestara* no Brasil. Se lhe fôsse concedida essa vantagem, cinco primeiros tenentes, com mais tempo que o suplicante no posto de 2.^o tenente, ficariam preteridos em antigüidade. Quanto à graduação de capitão honorário, como não havia lei que a autorizasse, uma vez que o suplicante não era lente civil da Academia, não lhe poderia ser concedida.

Os pareceres de Moraes Âncora e Ferreira de Brito foram datados respectivamente de 30 de agosto e de 2 de setembro de 1851. Junto ao processo existente no Arquivo Militar não se encontra o pedido de demissão de Varnhagen, por se achar ele implicitamente contido no pedido de promoção na hipótese de indeferimento (77). O fato é que de 1851 em diante desaparece o seu nome dos almanaques militares. Não carecia, aliás, de patentes militares quem na diplomacia seguia carreira mais de acordo com seus pendoros. Veio consolá-lo amplamente do despacho desfavorável a promoção a Encarregado de Negócios, com que foi recompensado a 14 de novembro (78).

Varnhagen continuava assíduo nas funções de 1.^o secretário do Instituto. Da ata da sessão de 26 de setembro consta a oferta que fez à biblioteca da associação de várias obras de valor, entre as quais o *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, obra de que teria mais tarde de se ocupar detidamente. Esteve ainda presente à de 5 de dezembro, a última

(76) Todas as peças desse processo foram publicadas por Vieira Souto no livro citado, págs. 39-41, 42-44 e 44-48.

(77) Logo que se soube cidadão brasileiro Varnhagen apresentou, por seu procurador no Rio de Janeiro Manuel Bernardo Pereira, em 26 de maio de 1842, petição para ingressar no nosso exército, no posto de 1.^o tenente de Engenharia, que era a graduação, na arma de Artilharia, de que acabava de demitir-se em Portugal. A nomeação, entretanto, que lhe veio a 6 de junho, foi para 2.^o tenente (Cf. Vieira Souto, *op. cit.*, págs. 54-58).

(78) V. *Relatório do Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1866*, anexo 2.^o, pág. 17.

do ano. Já recebera ordens de seguir para Madrid, onde ia chefiar nossa missão diplomática. Há no arquivo do Instituto um bilhete seu, do dia 12 (79) em que pede ao presidente lhe designe dia e hora para transmitir a seu substituto eventual a comissão que exercia. Sendo êsse um caso omisso dos Estatutos, e estando em férias o Instituto, resolveram-no o Presidente e a mesa administrativa, e a 15 do mesmo mês transpunha a barra o paquete inglês *Tay*, com Southampton como pôrto de destino, levando a seu bordo o Encarregado de Negócios do Brasil junto ao govêrno de S. M. Católica (80).

A bagagem, porém, que não era de uso quotidiano, entre a qual se achavam os apontamentos e capítulos já redigidos da *História Geral*, seguiu pelo barco espanhol *S. Pedro*, saído a 6 do mesmo mês, que teve viagem atribuladíssima, digna de entrar na compilação de Bernardo de Brito, se fôsse anterior a ela (81).

* * *

A 1 de fevereiro de 1852, pelo menos, já Varnhagen estava em Madrid, tendo inutilmente procurado, durante a passagem por Lisboa, adquirir o catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eborense de Rivára, cujos exemplares se guardavam, ainda sem destino resolvido, na Imprensa Nacional (82). Nesta data escrevia ao Imperador uma carta cheia de protestos de fidelidade e cortesia, iniciando uma correspondência que se prolongaria até à morte :

«Eu, que me criei entre papéis e correspondências daqueles séculos de mais lealdade e civismo, em que os súditos escreviam

(79) Lata 180, doc. 4.330.

(80) Carta ao secretário do Instituto, Madrid, 22 de junho de 1852, cujo original existe no respectivo arquivo, lata 179, doc. 4.269. O último representante do Brasil em Madrid, José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, tinha o posto de ministro residente; rebaixada a categoria da nossa representação de 2ª para 3ª classe, iria dirigi-la Varnhagen como Encarregado de Negócios. Importa notar que a qualificação de Encarregado de Negócios, atualmente correspondente ao exercício interino da chefia da missão por um secretário, no impedimento ou ausência do respectivo titular, era no Império um grau na escala de acesso da carreira diplomática. Durante o tempo em que viveu Varnhagen eram êstes os postos, na ordem hierárquica crescente: Adido de 2ª classe, Adido de 1ª (postos atualmente extintos), Secretário (hoje há 2º e 1º), Encarregado de Negócios, Ministro Residente e Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário. Não possuíamos embaixadores.

(81) A *História Trágico-Marítima*, impressa pela 1ª vez em Lisboa (1735-36), em dois volumes. A goleta *S. Pedro*, saída do Rio de Janeiro a 6 de dezembro de 1851, supunha-se perdida, quando, depois de 245 dias de viagem, surgiu em Málaça, a 18 de agosto de 1852. Mais de oito meses em cima d'água e de privações para os tripulantes! (Cf. *História Geral*, I, pág. 477, *Post-Editum*).

(82) *Post-Facio* à 2ª ed. da *História das Lufas*, pág. IV.

aos reis, como Vaz Caminha ao Sr. Dom Manuel, ou como Duarte Coelho ao piedoso D. João III; eu que amo tanto a justiça e a verdade, e que tenho encontrado no mundo poucos tão discretos e superiores às mesquinhezas dêles, como é o Augusto Monarca Brasileiro, aprecio a honra de escrever a Vossa Majestade Imperial como o maior dom de quantos me poderá, em seu vasto domínio, outorgar o punho imperial; e isso tanto mais quanto, não sendo uma honra pública não pode excitar invejas — que às vezes não deixam saborear completamente as próprias recompensas ganhas com o suor do rosto e risco da vida» (83).

Três dias depois nova carta, desta vez ao botânico Freire Alemão, explicava-lhe não poder desincumbir-se pessoalmente das comissões de que êle o encarregara por ter resolvidos não ir a Paris. Ao Figueiredo confiara as cartas para Paulo Barbosa e Ribeiro. Ao cavalheiro de St. Robert, secretário da legação da França em Lisboa, que estava em trânsito para Paris, aonde ia de licença, entregara os embrulhos para M. Richard, assim como os que se destinavam a Martius e St. Hilaire. O que se segue revela bem a personalidade do bibliófilo e amator de vetustas preciosidades sempre alerta em Varnhagen :

«Em Lisboa deixei ao nosso secretário de Legação, o Sr. Ferreira dos Santos, o célebre manuscrito de Baltazar (84). É um grosso 4º encadernado em pergaminho (85) encarnado. Em Lisboa tive quem me oferecesse (patricio nosso) por êle 200\$000 réis, e estou resolvido a dá-lo com a condição de que não há de ir para fora do Brasil; mas declarei que primeiro devia cumprir a minha promessa de lh'o mostrar, e até de o preferir em idênticas circunstâncias. Assim será êle remetido com a possível segurança ao Visconde de Condeixa, cunhado do Sr. Ferreira dos Santos, com quem V. S. se entenderá sôbre o modo de o consultar» (86).

St. Robert, de regresso ao pôsto em Lisboa, onde exercia interinamente as funções de encarregado de negócios, participava a 22 de outubro haver pessoalmente desempenhado a incumbência (87), o que logo Varnhagen comunicou ao botânico brasileiro em carta de 4 de novembro :

(83) Carta existente no arquivo do Castelo d'Eu, citada e transcrita por Heitor Lyra (*História de D. Pedro II*, vol. I, pág. 364).

(84) Balthazar da Silva Lisboa: *Física Vegetal da Comarca dos Ilhéus*, códice manuscrito hoje na biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, col. Varnhagen.

(85) Equívoco de Varnhagen. A encadernação, que examinamos pessoalmente, está reduzida às pastas, e é de carneira ou cabra pintada de vermelho, com dourados a ferro.

(86) Original inédito existente na Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, entre os papéis não classificados de Freire Alemão.

(87) O original nas mesmas condições e lugar que o anterior.

«Meu caro amigo — Apresso-me a transmitir-lhe a carta inclusa como legítima justificação de haverem sido entregues as cartas e papéis. Se há engano na direção, fácil será retificar isso. Com efeito, duvido que o St. Hilaire de que trata a carta seja o nosso».

«Quanto ao Baltazar, já fiz procurar em Lisboa uma fôlha que andava solta, em que vinha a dedicatória, creio que ao Príncipe (O Sr. D. João 6º). O título constava de um pedaço de papel da lombada, que estava a cair e caído ficou, quando comprei o livro aos Bertrands, que, como sabe, são os mais famosos livreiros de Lisboa. A compra efetuei-a depois de escrever as *Reflexões Críticas*, pois, como V. S. pode ver da última página destas quando as publicava ainda o livro pertencia aos Srs. Bertrands que m'o venderam por não sei quantas peças (lembro-me que o preço era em peças, e que em ouro paguei). Estava com V. S. inclinado a não fazer viajar de novo o livro para a Europa, uma vez que êle pode ainda ser útil, e apesar de que sou pobre para fazer presentes do que me custou tanto dinheiro que o dia que queira posso aqui embolsar com vantagem, lá o deixo depositado onde está, até resolver aonde o hei de destinar. Não duvido de que pertencesse à biblioteca real antiga, uma vez que era oferecido ao príncipe, porém neste caso veio para Portugal com os outros manuscritos, e só foi extraviado em Portugal. Entretanto a isso tenho a opor a falta absoluta dos selos da nossa biblioteca, que se houveram pôsto no princípio, no meio e no fim».

«Não ficaria antes em mãos de algum ministro, cuja família o vendesse?» (88).

«Termino felicitando-me de haver salvado êste livro de ir a outras mãos e de haver tido ocasião de o emprestar a V. S., que aproveitará dêle com glória para o nosso país. Creio que o serviço valia um gênero *Varnhaguiano*».

(88) Tais conjecturas provinham de Varnhagen reputar original e único o códice que possuía, e interpretar a dedicatória ao príncipe regente como referente ao exemplar, e não à obra, como realmente é. Tiraram-se várias cópias, tôdas com a mesma dedicatória. Se o exemplar que Varnhagen possuía fôsse o destinado a D. João, teria certamente as armas reais estampadas a ouro nas pastas. O Dr. Afrânio Peixoto, que desconhecia essa circunstância, informou-nos verbalmente achar-se o exemplar que foi de Varnhagen na Biblioteca Pública do Porto, onde o viu. É natural que a *Física Vegetal* exista no Porto, pois no Rio de Janeiro, além do exemplar da coleção Varnhagen, há mais de um com variantes de títulos na Biblioteca Nacional e na do Instituto Histórico mencionados por Velho Sobrinho no seu *Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro*, artigo *Balthazar Lisboa*.

«Se estiver em disposto [sic] a fazer esta comemoração com uma das plantas novas cuja estampa salvei, desde já me ofereço a fazer-lhe presente do livro. Dê-me V. S. suas ordens e creia-me Muito do coração Obrº Gtº Cdº

F. A. de Varnhagen» (89).

Meses antes passara o sorocabano por um dêsses desgostos e amofinações, infelizmente comuns na carreira diplomática, suscitado pela emulação e despeito de algum colega de inferiores méritos, que se julgava preterido com a sua promoção.

Acompanhando ofício com a data de 22 de março dêsse ano ao Conselheiro Paulino, remetia Varnhagen um artigo recortado do *Heraldo de Madrid*, do dia 20, em que se fazia a defesa do diplomata brasileiro contra boatos malêvolamente espalhados em Portugal de que sua nomeação para Madrid, em substituição ao Ministro Cavalcanti e Albuquerque, fôra mal recebida, boatos êsses endossados pelo articulista da *Revolução de Setembro*.

Êste jornal, ocupando-se da passagem por Lisboa do representante do Brasil na Espanha, (Coelho e Albuquerque) aleivosamente fingia interpretar o silêncio dos periódicos a chegada do novo chefe de missão como sinal de frieza, sem mencionar, todavia, que o mutismo da imprensa fôra o único fundamento dessa interpretação, quando a verdade é que o próprio encarregado de negócios do Brasil o pedira aos redatores seus velhos conhecidos, pois «quanto mais lidava, mais se vexava de ler em jornais elogios que pareciam encomendados». Pérfida fôra a insinuação, pois não dizia deduzir a suposta má vontade dos espanhóis do silêncio da imprensa madrilenha, dando a entender com isso que os jornais se tinham ocupado *desfavoravelmente* de sua pessoa, o que não era verdadeiro.

Ao terminar o ofício nosso encarregado de negócios afirmou saber de quem partia essa campanha de descrédito contra êle, alguém que se julgava com direito ao pôsto, e que alardeava *... influência para fazer com que o transferissem de Madrid dentro de poucos meses; e, relembrando as circunstâncias em que se dera sua nomeação não pleiteada, deixava «a S. Ex. o decidir» se a hostilização por meios indecorosos de um representante do Brasil era o melhor modo de recomendar ao govêrno imperial um novo candidato ao seu lugar (90).

(89) Papéis de Freire Allemão, na Biblioteca Nacional. O botânico não satisfaz a ingênua vaidade do sorocabano. Não ficou tentado pela isca, e o gênero *Varnhagênia* ficou no tinteiro. O livro continuou na posse do historiador até sua morte, e hoje pertence à biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, como dissemos acima.

(90) Ofício publicado por Argeu Guimarães (*Em tôrno do casamento de Pedro II*, págs. 172-173).

A 22 de junho reclamava do secretário do Instituto, Dr. Joaquim Manuel de Macedo, a remessa dos números recentes da *Revista*, dos quais até o momento não recebera nenhum. Pedia, além disso, duas novas coleções da 2ª série da mesma (t. VIII, 1º trimestre de 1846 ao 4º de 1850, t. XIII), pois começava a julgar perdidos, com outros livros e papéis (entre os quais os apontamentos e capítulos definitivos da *História Geral*) os exemplares que vinham no barco espanhol *S. Pedro* (91), destinados à Academia de História e das Ciências de Madrid, com as quais, pelo mencionado motivo, ainda não entablara as relações de que o encarregara o Instituto. Recorrera a Drummond, em Lisboa, para que lhe emprestasse os números a partir do 10º da 2ª série em diante, de que carecia, comprometendo-se a restituí-los se o Instituto não lh'os mandasse como nessa ocasião pedia. Remetera já a biografia de Antônio de Morais Silva (92) por intermédio de Manuel Ferreira Lagos, escrita no Rio em outubro do ano anterior, e estava ultimando outras, que iria enviando à medida que pudesse tomar o fôlego de outro trabalho «a que agora quase que exclusivamente dedicava todo o tempo que feria dos seus deveres oficiais» (93).

Recebera duas cartas do venerando patriarca dos viajantes cientistas do Brasil, o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, agora dedicado a estudos sobre os nossos indígenas, nas quais solicitava com ansiedade todos os esclarecimentos possíveis sobre o assunto. A pedido dêlê Varnhagen, Marcos de Araújo, nosso representante em Hamburgo e cidades Hanseáticas, privara-se dos números da *Revista*, que possuía, em benefício do príncipe. Lembrava agora que, sendo o ilustre naturalista sócio honorário do Instituto desde os primeiros tempos, tinha direito a uma coleção de todos os números existentes e *Memórias* impressas. Poder-se-ia remetê-los por intermédio do mesmo Sr. Marcos de Araújo (94).

Entre as novas aquisições feitas considerava de grande importância a de alguns mapas originais do Paraguai e de outros pontos da fronteira, executados pelos comissários de limites, e o manuscrito português da *Relação da Restauração da Bahia em 1625*, por D. Manuel de Meneses, comandante que fôra da divisão naval portuguesa da frota mista de D. Fradique de Toledo

(91) Veja-se acima a nota 81.

(92) Publicada na *Revista do Instituto Histórico*, t. XV (1852, páginas 244-247).

(93) Seguramente a *História Geral do Brasil*.

(94) Marcos Antônio de Araújo, então encarregado de negócios em Hamburgo, fôra o ofertante da medalha de ouro, com que o Instituto premiara a dissertação *O Caramuru perante a História*.



CON. 513

*Óleo de Manuel Madrazo, 1852. Original no Museu de Belas Artes,
Rio de Janeiro*

Osório, da qual se servira Tamayo de Vargas. Possuía o Príncipe Maximiliano, como lhe comunicara, e pretendia publicá-la, acompanhada de notas, a *Viagem pelo Rio de Belmonte* (Jequitinonha) pelo Capitão João da Silva Santos e o escrivão Simplicio da Silveira.

Terminava a carta renovando o pedido do nº 9 da 2ª série, assim como dos que se publicassem desde o 5º da 3ª série em diante, para êle e Drummond, assim como uma coleção desde o nº 10 da 2ª série em diante para retribuir ao ministro do Brasil em Lisboa a coleção de que se privara em seu benefício. Em P.S. rogava que encaminhassem com a possível brevidade a carta inclusa do Príncipe de Neuwied para o naturalista Beske em Nova Friburgo.

Manuel Madrazzo, grande pintor espanhol, diretor do Museu do Prado, fixou a óleo, por êsse tempo (95), os traços do diplomata brasileiro, e ofertou-lhe o retrato com expressiva dedicatória. Varnhagen apressou-se a doá-lo à pinacoteca da Imperial Academia de Belas Artes, hoje Museu de Belas Artes, onde ainda se encontra. Por uma fotografia que dêle mandamos tirar, o hábil artista patricio Osvaldo Silva fêz a xilogravura que ilustra êste trabalho.

Por uma carta de Varnhagen a Macedo de 15 de março de 1853 ficamos sabendo dos passos dados pela Academia de História de Madrid para entrar em relações com o nosso Instituto Histórico, coisa em que o missivista se empenhara quando 1º secretário da associação brasileira. Não lhe tinham sido até então entregues as publicações prometidas para que as remetesse ao Instituto, mas aproveitava a oportunidade da remessa do officio de D. Pedro Sabau, secretário da Academia espanhola, para solicitar para o mesmo o diploma de sócio correspondente, e o de honorário para o presidente D. Antônio Lopez Ballesteros (96).

Depois das intrigas de Lisboa, vinham agora novas da mesma procedência roubar-lhe o sossêgo. Circulavam boatos de que fôra forçado a bater-se em duelo, e, em outra versão, de haver sido espancado. Escrevia agora (confidencialmente, por precaução) cantando a verdade; abria-se assim Varnhagen com o ministro dos negócios estrangeiros. Caira do cavalo que montava, ao regressar, em Aranjuez, na noite de 13 de junho, de um passeio em companhia do ministro da Saxônia e de várias famílias, inclu-

(95) Há na tela a dedicatória *Al señor Varnhagen, Madrazzo, 1852*, segundo nos informou o Sr. Manuel Constantino Gomes Ribeiro, talentoso pintor e conservador do Museu. O Sr. Manuel Constantino é também autor de um retrato a óleo do Visconde de Porto Seguro, que ornamenta a biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, baseado na fotografia do historiador tirada em Viena, 1873.

(96) Original inédito no arquivo do Instituto Histórico, lata 336, doc. 16.450.

sive a da Duquesa de Gor, camareira da rainha (Isabel II). Tivera que regressar a Madrid para sangrar-se e logo alguém (que quase podia indigitar, e S. Ex. conhecia) tratou de exagerar os efeitos e desvirtuar a causa do acidente (97).

Apesar das explicações do nosso guapo diplomata, empenhado em abafar rumores que o desairavam, e das testemunhas apresentadas, que ninguém, aliás, cometeria a indiscrição de interrogar, somos levados a crer que os boatos deviam ter algum fundamento. Bonito, forte, ativo e orgulhoso, como o definiu um contemporâneo que não lhe era simpático (98); ostentando, como nos mostra o quadro de Madrazzo, uma bela cabeleira romântica e barbicha à Delacroix, o Encarregado de Negócios do Brasil não deveria ser fracamente cotado na bolsa das preferências femininas. Apesar de estudar, como dizia, 20 horas por dia (99), nosso representante em Madrid não poderia ser insensível aos encantos das belas espanholas. Sabemos bem como o gôsto pelos livros e papéis velhos se associa facilmente à atração pelas mulheres jovens e bonitas. Nada inverossímil, pois, que as sangrentas ou contundentes conseqüências de uma aventura amorosa, para a qual não lhe faltariam oportunidades na romântica Aranjuez de Isabel II, fôsem responsáveis pelo seu regresso precipitado a Madrid. Se, como diplomata, se empenhava em abafar os boatos escandalosos, muito possivelmente, como homem, teria motivos para orgulhar-se dêles.

Ainda em 1853 fez uma viagem à Holanda, levado pelo desejo de visitar suas famosas bibliotecas, e examinar o material manuscrito aí existente acerca do domínio holandês no Brasil. Em companhia de Joaquim Caetano da Silva, seu colega na carreira e nos estudos históricos, e que por êsse tempo extraía dos arquivos holandeses a série de documentos em seis grossos volumes de cópias, que ofertou ao Instituto, visitou Pieter Marinus Netscher, oficial do exército dos Países-Baixos, que nesse ano publicara

(97) Ofício confidencial a Paulino José Soares de Sousa, datado de Madrid, 6 de julho de 1853, e transcrito por Argeu Guimarães (*Op. cit.*, págs. 173-174).

(98) Em carta a Capistrano de Abreu, que o consultara sobre qual fôra sua opinião pessoal sobre o grande sorocabano (Cf. Rodolfo Garcia, in artigo sobre Varnhagen inserto na *História Geral do Brasil* 3ª ed., II, pág. 451). Hoje sabemos ser êsse contemporâneo José Ricardo Moniz. A existência na Biblioteca Nacional desta carta foi-nos revelada por José Honório Rodrigues na *Explicação* prévia ao livro *Cartas do Amigo Ausente* (José Maria da Silva Paranhos, ed. do Instituto Rio Branco, 1953. (Pág. VII). Nas *Recordações acerca de Varnhagen* relatam-se fatos bastante característicos da vaidade do grande historiador. Mostra-se aí que Varnhagen pretendeu secretariar a missão ao Prata de Honório Hermeto Carneiro Leão, havendo dado passos para isso, escolhendo em seu lugar, como se sabe, o futuro Visconde do Rio Branco).

(99) V. Heitor Lira: *História de D. Pedro II*, 2º vol., pág. 208.



Coronel de Engenharia Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen, pai do historiador. Original no Museu Paulista, presidente de Ipanema

(Xilografia de Oswaldo Silva)

a primeira história do domínio de seus compatriotas no Brasil baseada em autores e documentos dos arquivos de sua pátria (100); e percorreu as ricas lojas de livreiros-antiquários de Amsterdão, entre as quais a de Friederich Müller, com a qual continuou pelo tempo adiante mantendo correspondência comercial (101).

Foi durante esta excursão que teve oportunidade de examinar uma planta inédita, que supôs levantada nos últimos anos da ocupação holandesa, na qual se via a colônia do Siarã, então em poder dos invasores, defendida por um forte, não *quadrado*, como, segundo Barleus, era ao tempo do domínio português, mas de cinco pontas, com o nome de Schoonenborch, nas proximidades de um rio com o nome de Marajaitiba (102), o que provava o empenho deles em conservar a posição. Cartas hidrográficas originais do Brasil, feitas em 1630 pelo cosmógrafo Ruiters, foram também examinadas nessa ocasião em Amsterdão, precisamente no dia 2 de setembro, como dezoito anos depois o historiador se recordava (103).

É no itinerário da vilegiatura à Holanda que pensamos dever-se situar sua segunda passagem por Neuwied, desta vez com a missão de entregar ao soberano do principado a Grã-Cruz da Imperial Ordem de Cristo com que S. M. o Sr. Dom Pedro II entendeu em 1852 manifestar-lhe o aprêço em que eram tidos no Brasil os seus trabalhos de etnógrafo e naturalista. Varnhagen refere-se à condecoração conferida ao príncipe sem indicar de que ordem fôsse e também sem dizer quem desempenhou a missão de entregar as veneras (104). Segundo uma indicação verbal que nos deu o Dr. Rodolfo Garcia, haurida em trabalho de Afrânio do Amaral publicado no *Boletim do Museu Nacional*, é que nos esforçamos inutilmente por obter ou consultar, Varnhagen foi o portador delas. Do trabalho de Artidóro Augusto Xavier Pinheiro (105) consta haverem-se concedido em 1852 duas grã-

(100) *Les Hollandais au Brésil, notice historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVII^e. siècle, par P. M. Netscher, lieutenant de grénadiers dans l'armée royale des Pays-Bas. La Haye, Belinfante Frères, 1853* — In 4^o de XXXII — 210 páginas, com um retrato de Nassau, fac-similes de assinaturas, e uma carta do Brasil Holandês. O livro é dedicado a D. Pedro II. Varnhagen refere-se à visita feita a Netscher na carta de polêmica datada de 23 de agosto de 1873, que publicou em avulso em francês (1874), e, em português, apensa à 2^a edição da *História das Lutas* (págs. I-III *in-fine* págs. 333-334 da 3^a edição).

(101) Há na coleção Varnhagen (M. R. E.) várias cartas dêsse livreiro ao Visconde de Pôrto Seguro, às quais nos referiremos no último capítulo dêsse trabalho.

(102) *História das Lutas*, 1871, pág. 128, nota 4.

(103) *Idem*, pág. 125.

(104) *História Geral*, II (1857), pág. 345.

(105) *Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brasil*, São Paulo, 1884, quadro K.

cruzes apenas, uma de Cristo e outra da Rosa. Como esta última era considerada ordem de categoria inferior, e dada a qualidade de príncipe soberano que tinha Maximiliano de Neuwied, conjecturamos houvesse recebido a de Cristo.

* * *

Abrimos aqui lugar para um parêntesis, a fim de focalizarmos um ponto obscuro da biografia do sorocabano, para cuja elucidação nos faltam elementos. Na *História Geral*, t. I (1854) (*Suplemento*, pág. 485, — respondendo a uma crítica de João Francisco Lisboa à versão de Gabriel Soares, por ele Varnhagen adotada em 1851, segundo a qual houvera duas expedições primitivas ao Maranhão, a dos filhos de João de Barros e a de Aires da Cunha, quando na realidade houve uma só de todos êles, — assevera «não se haver aproveitado da sua autoridade [de Gabriel Soares] devidamente, por falta, não das informações do mesmo, mas do *conhecimento local topográfico* do Maranhão que *então tinha*...»

Conhecimento local topográfico do Maranhão, que lhe faltava em 1851, e já possuía em 1856 (data real do *Suplemento*)? Quando situaremos essa estadia na provincia natal de Gonçalves Dias, anterior à publicação da *História Geral*? Durante a viagem de 1851-52 para a Espanha é impossível, pois que o Maranhão não ficava no caminho e nada consta sobre um desvio no itinerário. Querer-se-ia referir a algum mapa holandês minucioso daquela provincia, examinado em Haya ou Amsterdão em 1853?

* * *

Em princípios de 1854 estive em Sevilha, onde gozou por alguns dias do augusto convívio da familia do príncipe de Joinville, cunhado do nosso imperador, que então ali se encontrava em vilegiatura. Na carta dirigida a D. Pedro II comunicando-lhe o ocorrido (Madrid, 5 de fevereiro), menciona, com desculpável orgulho de brasileiro, a surpresa de SS. AA. em não achá-lo «estrangeirado», como supunham, dado o seu nome aparentemente holandês.

Pouco tempo após regressar à capital espanhola appareceu por lá um improvisado diplomata sul-americano: nada menos nem mais que Francisco Solano Lopez, filho do ditador paraguaio, enviado a tratar do reconhecimento da independência do seu país, ainda não oficialmente levado a efeito pela antiga metrópole. O nosso encarregado de negócios teve oportunidade de trocar palavras com o futuro ditador, e suas observações, expressas em officio confidencial ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, as-

sombram pela justeza e penetração de que o informante deu provas, e servem, pela diagnose do caráter do futuro provocador da maior guerra da América do Sul, para confundir alguns maus brasileiros, que ainda agora, contra a Pátria e contra a evidência dos fatos e dos documentos, tomam as dores do partido agressor do Paraguai na guerra que contra êle o Império do Brasil teve de fazer; indivíduos que, arrastados por cega hostilidade às instituições monárquicas, e pela fidelidade (mal interpretada, aliás), às doutrinas de uma escola filosófica nati-morta, não se pejam de infundada e impatrioticamente atribuir ao Brasil política agressora e imperialista; e, ao Paraguai, a justiça da guerra em legítima defesa, e a nobreza do martírio na luta por sua independência.

Nada significam para os discípulos brasileiros de Augusto Comte os documentos escritos e a evidência dos fatos anteriores e subseqüentes a essa campanha de cinco anos, em que o nosso país, então desarmado, foi provocado e viu invadido seu território por um inimigo que confiava, apesar da pequenez do seu território, na superioridade numérica e técnica de suas forças militares longamente adextradas, nos recursos defensivos do terreno pantanoso em que se desenrolaria a luta, e em certos cálculos políticos, que, para nossa felicidade, e triunfo da causa da justiça e da civilização sôbre a da barbárie, falharam redondamente. O governo imperial continuará para êles sendo o provocador e o agressor. A cronologia, isto é, a notória precedência no rompimento das hostilidades por parte dos paraguaios, e o fato eloqüente de uma pequena nação completamente derrotada haver conservado, *graças exclusivamente à generosidade do vencedor*, sua independência política e integridade territorial, coisas que os positivistas não podem negar, não representam, para êles, o menor valor como elementos comprobatórios da justiça e da generosidade do procedimento brasileiro. Não! A *sublimidade* das doutrinas da Religião da *Humanidade* exige, para o seu prestígio, que os efeitos precedam as causas, e a evidência dos fatos seja calcada aos pés. Só é *positivo* o que tem finalidades altruísticas e tende a aperfeiçoar a Humanidade, dizem êsses estranhos apóstolos, e, portanto, quando a luz da verdade entra em conflito, segundo êles, com tais intuítos e interêsses, deve ser banida como *anti-positiva*; a mentira e a calúnia, como têm o *nobre intuito* de exaltar a bugrada e denegrir um augusto e magnânimo imperante, essas tendem a alçar-se à categoria de virtudes.

A causa do aperfeiçoamento moral e material da Humanidade com *H maiúsculo* quer que o esboço de civilização «semi-teológico» dos guaranis, recém-saída do comunismo tribal das idades neolíticas, tenha precedência sôbre a cultura gótico-romana

que o Império do Brasil encarnava àquêl tempo, e que mostrou ser a mais eficiente; a melhor, portanto. Um povo que vivia sob a *ditadura científica* (onde é que Lopez foi buscar a ciência?) de um mestiço hispano-guaraní, embora analfabeto, na quase totalidade, depauperado pelas endemias, sem oficinas para produções úteis, sem escolas, e sem tribunais para os quais apelar, a gemer debaixo do rebenque de seus caudilhos, está claro, que tem que por força (não se chama *república?*), constituir nação mais digna, mais nobre, mais feliz, e principalmente, mais progressista que a presidida pelo augusto rebento das mais velhas dinastias da Europa, embora esta última tivesse então, e desde muito, vida policiada, e gozasse dos benefícios da instrução, do conforto e da liberdade civil e política, garantidas por instituições representativas, e — o que é mais importante que tudo — por uma magistratura austera e independente de qualquer ditadura, *científica* ou *teológica*, *positiva* ou *metafísica*, *progressista* ou *retrógrada*, pouco importa, porque sempre odiosa.

Sabemos que os piores cegos são os que não querem ver. Sem a menor esperança, pois, de abalar a bemaventurada certeza que os positivistas brasileiros têm da candura e da inocência de Lopez e seus sequazes, e isto porque o ofício de Varnhagen não é texto canônico, nem faz parte das obras recomendadas por Comte, a *arca sagrada de toda a ciência*, transcreve-lo-emos porque nesta peça os *anarquizados mentais do Ocidente*, isto é, todos os que, como nós, têm o mau hábito de pensar, não *positivamente*, e o de tirar por *indução*, em face das provas e dos documentos, as conclusões históricas, não poderão deixar de enxergar, como felicissimamente disse o Sr. Argeu Guimarães, «Francisco Solano Lopez vislumbrado de relance na longa premeditação de seu crime histórico», magistralmente retratado por Varnhagen:

«Madrid, 27 de junho de 1854. (Confidencial).

«O agente do Paraguai, de quem tratei em meu ofício ostensivo nº 18, de 7 do corrente, acaba de deixar Madrid sem haver negociado com este Governo o reconhecimento da independência da sua República. Segundo o mencionado agente, o motivo principal porque não celebrou o tratado foi por não se prestar o governo de S. M. Católica a admitir a cláusula exigida pelo Paraguai, de que seria reconhecido sempre como paraguaio todo indivíduo nascido no território da República. Sei, porém, que os negociadores de parte do Governo espanhol se queixavam da nimia desconfiança do jovem Lopez, que *em tudo via ofensas à sua dignidade de plenipotenciário noviço*, ou *à sua pequena e moderna República*. Assim, ainda nas expressões mais insignificantes encontrava motivos para julgar que o queriam enganar ou

ofender. Tratei de perto êste moço, e tive ocasião de conhecer seu pouco fundo, e sua vaidade, que mal reveste de certo véu misterioso de inculcada circunspecção. É dos que julgam que ser diplomata consiste neste ar de mistério, e tratar de enganar os outros. Disse-me que o princípio das desavenças do Paraguai conosco procedera de os não havermos deixado ir contra Rosas com trinta e dois mil homens que tinham na fronteira. Inculcou-se-me como principal conselheiro de seu pai na fixação dos limites conosco, e assegurou-me que se comprometeria a fazer que o Paraguai admitisse por fronteira a linha (em verdade mais natural que nenhuma outra) das águas vertentes da serra de Maracaju, desde diante do forte Olimpo aos saltos grandes do Paraná, Iguaçu e Uruguai, ficando nós senhores de uma das chaves do Paraguai e das terras do Igatemi, Amambai e Ivinheima. Esta fronteira estava designada em um dos meus mapas (106). Por fim veio despedir-se, dando-me a notícia de como a República Oriental se levantaria contra as nossas tropas, e de como pensava passar a Londres para tratar negócios de importância com Palmerston, e para *agenciar a compra de barcos e canhões*. Com a maior calma simulei não entender a alusão: felicitei-o pela intenção de sua República de ir a ter alguma marinha, e acrescentei que o Brasil seguia tanto no propósito de aumentar a sua, que acabava de comprar quatro corvetas de vapor. Quanto às revoluções no Estado Oriental, disse-lhe que o *Brasil não as temia: que naturalmente não se incomodaria muito com elas*; que se limitaria a ocupar com tropas os pontos importantes, e que os *revoltosos se cansariam primeiro de devastar a campanha e o seu próprio país, que o Brasil de cumprir o prometido*; que, finalmente, o melhor modo de se guerrear, com muita vantagem, nos estados da América, era, não o de embrenhar-se, mas sim, o de ocupar

(106) Acha-se em apenso à *Memória sobre os trabalhos que se podem consultar sobre os limites*, etc... já mencionado. Varnhagen supunha que a confluência do Apa no Paraguai fôsse fronteira ao Fecho dos Morros, isto é, em latitude mais septentrional do que realmente é. Essa foi a fronteira consagrada no tratado de 1872. Não sabemos onde é que os *filósofos* foram descobrir que o Brasil se aproveitou da vitória para extorquir, por um tratado de limites leonino, largas porções do território paraguaio. A boa fé dos positivistas corre parelhas com a sua competência em história e geografia pátrias. Não é de admirar, pois que não é em autores franceses, na *Anatomia Geral* de Bichat ou no *Discurso sobre o Método* de Descartes que se encontra a solução para as dúvidas nascidas das questões diplomáticas do Brasil ou de outras nações, e sim nos protocolos diplomáticos, correspondência dos negociadores, texto dos tratados cotejados, e obras de história baseadas nestes elementos. A cultura geral, por mais *filosófica e positiva* que pretenda ser, não supre a ignorância dos *factos*, assim como nas ciências da natureza não podemos dispensar a experiência e a observação, contentando-nos com os silogismos escolásticos.

algumas paragens importantes e deixar que os do país se cansassem. Acrescentei ainda que, quanto ao mais, *guerra hoje em dia significava dinheiro*, e que *melhor guerreava quem tinha mais rendas*. Pareceu-me que não lhe agradou esta última proposição, que eu proferi com ar tão inofensivo quanto me foi possível, mudando logo de conversação» (107).

* * *

Em 1854, finalmente, Varnhagen imprimiu, mas não pôde logo publicar no Brasil, para onde remeteu quase toda a edição, em vista de contratempos que mais tarde explicou (108), o tomo I da *História Geral do Brasil*. Era a primeira história global da nossa terra que aparecia, digna dêsse nome, escrita de acôrdo com a lição dos documentos originais e os bons cânones da heurística e da crítica. Além do mais, assinava-a um escritor brasileiro já fartamente conhecido por seus meritórios trabalhos originais de pesquisa em vários campos da erudição. O público ilustrado, as maiores sumidades de ambos os continentes, acolheram-na com entusiasmo, consagrando definitivamente, como pai da história brasileira, êsse estudioso no vigor da idade, que no frontespício de sua obra, intitulando-se *Um sócio do Instituto Histórico do Brasil natural de Sorocaba* (109), prestava de início homenagem aos dois títulos de que mais se orgulhava.

O grande Humboldt, o autor de *Kosmos*, em carta dirigida de Potsdam ao autor (8 de agôsto de 1855) assim se expressava:

«Les premières feuilles que j'avais reçues de votre importante et belle entreprise d'une Histoire générale du Brésil avaient déjà fixé vivement mon attention, et celles des personnes capables de

(107) Argeu Guimarães, *Op. cit.*, pág. 173-176. O grifo é nosso.

(108) «O meu primeiro tomo estava de todo impresso em setembro de 1854; porém tive de esperar a chegada de Paris das gravuras, e do papel que havia mandado vir para as capas, e que, por tardar muito, foi substituído por outro bastante mau» (*Os Índios Bravos*, pág. 4, nota).

«Este fato (a distribuição do 1º vol. em janeiro de 1856, na capital do Império), que foi verdadeiro, em virtude da circunstância de haverem ficado muitos meses em Cadiz, e depois na ilha de Tenerife, os caixões em que iam os exemplares para o Rio, em consequência de haver então, por causa de guerra da Criméia, cessado repentinamente a navegação dos vapores franceses e italianos do Mediterrâneo...» (*Idem*, págs. 6-7).

(109) *História Geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento dêsse Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda, por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba*. [Epigrafe do Visconde de Cairu]. Tomo Primeiro (Com estampas). Madrid, 1854. Imprensa da V. de Dominguez; *R. Hortaliza*, número 67. In 8º de XVI-498, págs. e 15 ilustrações extra-texto.

sentir la grandeur des destinées qui, sous l'influence de sages et libres institutions, doivent s'ouvrir pour ce vaste empire. J'ai d'ailleurs des motifs particuliers et très récents, pour m'attacher d'avantage au pays dont la prospérité est l'object de vos nobres investigations.

...Je profite de l'amitié d'un homme célèbre, et universellement admiré par ses talents et l'élévation de son caractère, votre parent, M. Varnhagen von Ense, pour vous transmettre le témoignage de ma gratitude. Votre Histoire se fonde sur des pénibles et sérieuses recherches dans les archives, et offre de plus rare avantage d'être inspiré par l'impression individuelle de la physionomie du pays. Même les ornements artistiques ne lui manquent pas. Je serais hereux de le posséder en entier et de le voir répandu dans nos bibliothèques» (110).

Recebeu ainda o autor muitas outras manifestações, na Europa, de louvor e encorajamento. Martius e Ferdinand Dénis escreveram-lhe em termos semelhantes aos de Humboldt, e a Academia das Ciências de Múnich admitiu-o entre os seus sócios com a declaração: «*Praeclaram rerum et hominum insignium cognitionem in Historia Brasiliae illustranda et judicanda exhibuisti*» (111). O plenipotenciário de S.M. o Rei dos Belgas em Madrid, Conde de van de Stratten Ponthoz, oferecendo a sua obra *Budbet du Brésil* a Varnhagen, acompanhou-a das seguintes expressões: «Je ne crains pas d'offrir au Chev. de Varnhagen un ouvrage dont l'auteur a été accusé d'injustice envers le Brésil. En l'acceptant il me permettra d'espérer que ces volumes resteront en ses mains commun souvenir de nos amicales relations. C'est un sincère hommage que je rends à l'impartialité et à l'élévation de ses sentiments de patriotisme, c'est le faible tribut de mon admiration sympathique apporté aux talents de l'historien du Brésil» (112).

Na América do Sul, igualmente, a *História Geral* conquistou louvores. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata, recentemente fundado, remetendo-lhe o diploma de sócio honorário, que por aclamação lhe foi conferido a 8 de junho de 1856, assim se manifestou por intermédio de D. Pedro de Angelis, o erudito conhecedor da história platina, e cuja magnífica coleção de manuscritos constitui um dos tesouros da nossa Biblioteca Nacional: «L'Institut Historique et Géographique du Rio de la Plata, nouvellement fondé, a rendu un hommage à votre mérite et au zèle que vous anime pour tout ce qui peut contribuer à éclaircir l'his-

(110) *História Geral*, t. II (1857), P. S., pág. [485].

(111) *Idem, ibidem*.

(112) *Idem*, pág. [486].

toire ancienne de votre pays, en vous nommant, sur ma demande, son associé honoraire. J'ai l'honneur de vous en remettre le diplôme. Il y a longtemp qu'occupé des mêmes recherches, j'avais le désir d'entrer en correspondance avec vous, etc.» (113).

Joaquim Caetano da Silva e Manuel de Araujo Porto Alegre, seus colegas na diplomacia e nas letras, embora discordando das idéias do autor em alguns pontos, se expressaram em termos ainda mais eloqüentes que os estrangeiros. Disse o primeiro em carta de 3 de setembro de 1855:

«Li as suas páginas com o mesmo escrúpulo que se fôsem minhas, e fiquei contentíssimo com elas. Parabens ao Brasil, que possui finalmente, da mão de um seu filho, uma história que há de ser traduzida em todos os idiomas (114), e louvada por aclamações unânimes... Logo ao entrar em matéria mostra o meu amigo o seu espírito encantador e pensador com aquela grande referência a Lullio, e vai ostentando sem interrupção êste duplo caráter. É muito engenhosa a sua etimologia do nome de Brasileiros, e não se poderá louvar bastante a arte com que, na melindrosa questão dos primeiros descobrimentos do nosso litoral, soube combinar a conveniência com a verdade, pondo em primeiro plano a figura de Cabral, etc... Como primoroso artista que é, assentou... a sua estátua em pedestal condigno... As notas são pasmosas de ciência sua própria» (115).

Porto Alegre, então diretor da Academia de Belas Artes, e que Varnhagen, com manifesto exagêro originado da amizade e da gratidão, considerava «um dos mais vastos gênios poéticos que Deus tem mandado ao mundo», lavrou um eloqüente conceito no que lhe escreveu a 14 de março de 1856:

«O seu retrato acaba de adquirir um direito incontestável a figurar na Pinapoteca, não como pintura do insigne Madrazzo, mas como a imagem do historiador que acaba de revelar tão nobremente uma grande parte do nosso passado. O retrato vai estar em boa companhia e é esta a maior prova que lhe posso dar da minha admiração e respeito» (116).

(113) *Idem*, pág. [485].

(114) O tomo I, pelo menos, foi traduzido para o francês, por um tal Sr. H. H., mas não pudemos averiguar se a tradução chegou a ser publicada. Nas bibliotecas do Rio não existe. (Cf. *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, pág. 8). De uma carta do autor a D. Pedro II (Madrid, 5 de fevereiro de 1854) consta haver-se o sábio naturalista bávaro Martius oferecido para traduzir o livro para o alemão, o que não nos consta houvesse levado a efeito.

(115) *História Geral*, tomo II (1857), págs. [485-486].

(116) *Idem*, pág. [486].

Depois do Extremo-Sul, o Extremo-Norte; em seguida à voz dos pampas, a do Maranhão: Gonçalves Dias romântico e indianófilo impenitente, embora divergisse do sorocabano na maneira por que êste encarava a questão dos aborígenes brasileiros nas relações com os colonos, faz-lhe plena justiça aos méritos de historador na carta que lhe escreveu, e que, por não ser muito longa, transcrevemos na íntegra:

«Amigo Sr. Varnhagen.

«Vi o bellissimo volume de sua *História do Brasil* e comecei a lê-lo, mas o exemplar pertencia ao nosso amigo Joaquim Caetano, que estava de partida para a Haya, de modo que me foi preciso andar às carreiras, e não consegui mais do que ler uma terça parte do volume».

«Achei o estilo ótimo, e a história como quem a lê de cadeira. Sôbre o modo de considerar os *Índios* e mais algumas particularidades dos seus costumes, nisso divergimos um pouco, mas reconheço também que muitos lhe darão razão. O Timon, por exemplo, pende muito para o seu lado».

«Como quer que seja, tive essas magnificas estréias de ano bom com a leitura do seu livro».

«E o segundo — para quando?»

«E até que época pretende chegar com a sua História?»

«Muitas outras perguntas me acodem ao bico da pena, mas seria isso como que afogar os sinceros parabens que lhe dirijo por êsse benemérito trabalho».

«Lucros, creio que V. os não espera; mas — a moeda dos bons engenhos — louvores, e merecidos — êsses, confio que lhe não faltarão».

«Um abraço, pois, do seu amigo

Gonçalves Dias.

«Rio, 7 de janeiro de 1856» (117).

Timon, isto é, o publicista maranhense João Francisco Lisboa, que, segundo Gonçalves Dias e êle próprio declararam, pendia para o lado de Varnhagen na questão dos índios, e depois, mudando de campo, veio a ser o seu maior impugnador, lavrou no seu *Jornal*, ns. 11 e 12 (1858) a seguinte sentença tardia:

(117) Original inédito no arquivo Varnhagen (M. R. E.). O historiador alude a êste documento e dêle transcreve uma frase na *História Geral*, II, pág. [486].

«Na *História Geral do Brasil* renovaram-se e purificaram-se as fontes, e dilataram-se os horizontes (118). Plano vasto e bem disposto; feliz distribuição das matérias; investigação imensa, laboriosa e conscienciosa, tudo isto está muito acima da simples resenha e indicação».

«Poder-se-á criticar êste trabalho, discrepar aqui e acolá dos juízos e apreciações que êle contem, desejá-lo retocado e ampliado num e noutro ponto, expurgado finalmente d'umas tantas imperfeições ou incorreções de forma, porventura impossíveis de evitar neste primeiro molde, e no meio da tarefa afanosa e insana da coleção e escolha dos materiais».

«Mas empreender outro igual, completamente renovado, e sobretudo levá-lo ao cabo, é o que provavelmente se não há de ver outra vez em nossos dias; porquanto, além de talento, consciência, paciência, dedicação, e saber vasto e variado, para conseguí-lo seria também necessário haver madrugado no intento, e alcançar uma posição independente e azada para o pôr por obra durante a melhor e mais vigorosa quadra de uma existência igual e tranqüila. Ora, nem a todos os mortais se apraz o destino a sortear com êsse raro conjunto de felizes circunstâncias» (119).

O último período constitui já, de certo modo, um amesquinamento do valor do livro, a insinuação de que, nas magníficas circunstâncias em que Varnhagen se achava, poderia fazer melhor, e êle Timon *com certeza realizaria esta obra* se as condições de sua vida fôsem tão propícias como as do autor da *História Geral*. Apesar de tudo, sempre foi um grito de justa admiração arrancado à má vontade.

A imprensa periódica, tanto brasileira como estrangeira, também não se mostrou indiferente à obra e ao autor. O *Correio Mercantil* de 17 de fevereiro de 1856 anunciou a publicação, que, segundo um juiz competente em cujo parecer se louvava o articulista, fôra «fruto do trabalho paciente de muitos anos de pesquisas em arquivos». — Outro jornal disse: «As belezas do livro são tantas, os estudos conscienciosos do autor dão-lhe lugar tão distinto entre os bons cultores das letras pátrias, a sua individualidade, como historiador, firma-se por uma maneira tão inde-

(118) Extraordinária a semelhança dessas expressões com as de Ferdinand Denis a propósito do mesmo livro! Em sua carta a Varnhagen, de 8 de janeiro de 1856, que Timon leu com certeza, há esta passagem: «Vous avez fait, chose si rare, un livre que renouvelle les sources et qui agrandit l'horizon. Nul n'a mieux spécifié que vous quelle fut la marche de la colonisation et quels furent ses résultats dans les premières années» (*Historia Geral*, II, pág. 486).

(119) Cf. João Francisco Lisboa: *Obras*, Lisboa, 1901, vol. II, pág. 230.

lével, que contentar-me-ei em repetir com o país que o Brasil já possui uma bela história nacional». O correspondente do *Jornal do Comércio*, em 4 de agosto do mesmo ano, louvou o seu «consciencioso trabalho». Em Portugal teve Varnhagen oportunidade de se ver encomiasticamente apresentado pelo ilustre Rebello da Silva, que, aliás, o auxiliara com alguns subsídios para o 2º volume da obra. Na França Rosilly de Lorgues citou-o de modo honroso no tomo II do seu livro sôbre Colombo, ao tratar do exame feito pelo historiador brasileiro ao exemplar da *Imago Mundi* de Pedro d'Ailly anotado pelo genovês; e, na Espanha, Ferrer del Rio dedicou-lhe dois artigos na *Gaceta de Madrid* de 9 e 10 de setembro de 1855, depois reproduzido na *Revista dos dois Mundos*» (120).

* * *

Como homenagem ao torrão natal, e sob o influxo dos sentimentos e concepções que o nortearam na fatura da *História Geral*, Varnhagen em 1855 dá à publicidade a lenda americana *Sumé* (121), cujo epílogo se desenrola em terras de S. João do Ipanema. É toda a narrativa um hino à civilização trazida pelos conquistadores portugueses, e encerra brilhante profissão de fé monárquica, e dos ideais aristocráticos desse grande patriota.

Em carta a D. Pedro II datada de Madrid, 20 de junho de 1855, Varnhagen solicita permissão para dar um pulo a Lisboa, e sugere, para que lhe fôsse facilitado o empenho, sua designação para adido à comissão que ia representar o Império na cerimônia da aclamação de D. Pedro V. Precisava dar uma vista d'olhos a documentos da Biblioteca Pública e da da Ajuda, necessária para que o 2º vol. da *História Geral* (em vias de impressão) saísse *menos imperfeito*. Obteve a licença lá para o fim do ano, e a 12 de novembro escrevia a seu soberano agradecendo a mercê. Naquela carta há uma frase em que o historiador como que respondia com antecipação de 17 anos à deselegante alusão à sua pessoa do despeitado José de Alencar, ao referir-se a indivíduos *avezados*

(120) *História Geral do Brasil*, II, pág. 487.

(121) *Sumé, lenda mito-religiosa americana, recolhida em outras eras por um índio moranduçara. Agora traduzida e dada à luz com algumas notas por um paulista de Sorocaba*. Madrid, MDCCCLV. No verso: *Imprensa da V. de Dom'nguez; Hortaleza*, 67. — In-8.º de 39 páginas. Foi também publicada no *O Panorama*, de 3 de novembro do mesmo ano (t. XII, págs. 347-351), assinada F. A. V., e no periódico *A Abelha* do Rio de Janeiro, nº 9 (1856).

a passear pela Europa a pretexto de representar o país (121a) : «com o trabalho que ora apresento (1º vol. da *História Geral*) creio que provo que me ocupo deveras do nosso país, e que não peço licenças para passeios».

Conversando com El-Rei D. Fernando, que o interrogou sôbre particularidades relativas a negócios do reino vizinho, teve o diplomata brasileiro a nitida percepção de que o rei viúvo não se deixava embair pelas esperanças que lhe poderiam incutir os utopistas castelhanos partidários da união ibérica.

«Estou certo de que com elas (as informações que lhe transmitira sôbre os referidos negócios obtidos de pessoas que auscultara na Espanha) El-Rei D. Fernando corroboraria as opiniões que já terá do pouco que há que dar ouvidos a certos planos de alguns utopistas castelhanos» (Carta de Lisboa, 12 de novembro de 1855).

Em julho de 1856 dá à publicidade o *Projeto de uma lei adicional à das terras públicas* (122), complemento da de nº 601, de 18 de setembro de 1850, em que sugere a criação do impôsto territorial, indica os meios de se conseguir organizar um cadastro imobiliário rural, e aconselha várias providências tendentes a favorecer a colonização estrangeira e o aproveitamento das terras. Esse opúsculo constituia um complemento natural do *Memorial Orgânico*. Por uma carta que João Francisco Lisboa lhe dirigiu de Paris a 22 de agosto dêsse ano ficamos sabendo que nosso encarregado de negócios esteve em risco de ser baleado nos tumultos políticos que houve em Madrid no mês anterior (123). Os estudos absorventes a que se entregava, e a ultimação da *História Geral* não o impediam de, por meio de ativa correspon-

(121a) Eis a passagem do romancista cearense, que faz parte do prólogo (*Cavaco*) do romance *O Garatuja*, cuja primeira edição é de 1872, ano em que, por ocasião de uma rápida viagem a Lisboa, Varnhagen encontrou na Biblioteca Pública daquela cidade um exemplar da *Prosopopéia* de Bento Teixeira: «A minha preciosidade literária não custou nem mesmo o trabalho de andar cascavilhando papéis velhos em armários de secretarias; ou a canceira de trocar as pernas pela Europa, cozido em fardão agalado, a pretexto de representar o Brasil nas côrtes estrangeiras. Que formidável *prosopopéia*!»

(122) *Projeto de uma lei adicional à das terras públicas, com a imposição do censo por maior e favores aos que promovam a colonização agrícola no Brasil*. [Epigrafe de D. Pedro II] por Francisco Adolpho de Varnhagen. Madrid: Na Imprensa da viúva de D. R. J. Dominguez; r. Hortaleza, num. 67 — 1856. — In-4.º de 8 páginas. Possuímos um exemplar dêsse raríssimo opúsculo ofertado pelo Sr. F. Marques dos Santos. Foi reeditado no *Livro das Terras ou Coleção de regulamentos e ordens expedidas a respeito desta matéria até o presente*, . . . 2ª edição por J. M. P. de Vasconcellos. Rio de Janeiro. E. e H. Laemmert, 1860, págs. 355-370.

(123) *Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa, Timon* 3º, pág. 71.

dência, guiar os passos incertos de João Francisco Lisboa na comissão em que substituiu Gonçalves Dias, de mandar copiar dos arquivos portugueses os documentos de interesse para a história nacional.

Em 1857 publicava o 2º volume da *História Geral* (124), precedendo-o da dissertação: *Os Índios perante a nacionalidade brasileira*, anteriormente lida em duas sessões da Academia de História de Madrid (125). Nesse trabalho faz solene profissão de fé contrária à teoria do patriotismo caboclo, e, discutindo várias proposições atinentes ao tema, termina por concluir que «os Índios não eram donos do Brasil, nem lhes era aplicável, como selvagens, o nome de *Brasileiros*; não podiam civilizar-se sem a presença da força, da qual não se abusou tanto como se assoalha; e finalmente de modo algum podiam eles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representações da nacionalidade».

Estas conclusões, tão sensatas em si mesmas, e tão moderadas na forma por que foram expostas, provocaram, não obstante, tremenda campanha por parte dos defensores intransigentes dos índios, de que foi campeão o néo-convertido Timon, e ainda hoje têm contestadores exaltados entre os admiradores incondicionais dos jesuítas (cuja obra e pensamento diretor, aliás, ignoram) e aquêles que fazem do *Humanitarismo* meio de vida e promoção.

(124) *História Geral do Brasil, isto é, do seu desenvolvimento, colonização, etc. ... dedicada a Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II* (Epigrafe de Cairu) Tomo Segundo (Com estampas). MCCCCLVII — In 3.º de XXVIII-h-484, e mais seis páginas inumeradas de P. S. São essas páginas que diversas vèzes citamos acima com a numeração entre colchetes. Nelas o autor menciona e transcreve os elogios recebidos por ocasião de publicar-se o 1.º tomo, recorda os estímulos com que o sustentaram em seu empenho de levar a cabo a *História Geral* o Patriarca D. Francisco de S. Luis (Cardeal Saraiva), o Cônego Januário e Athayde Moncorvo, Sá da Bandeira e Visconde de Sapucaí, (págs. [485-486] e agradece os auxílios prestado pelos brasileiros Viscondes do Uruguai e de Sapucaí, Francisco Xavier Pais Barreto, Menezes de Drummond, João Francisco Lisboa, Manuel Ferreira Lagos, J. J. Ferreira dos Santos, Cândido Mendes de Almeida e Antonio José da Serra Gomes; e pelos portugueses Visconde de Sá da Bandeira, Rivára, Figanière, João Nogueira Gandra, Aureliano Basto e Rebello da Silva.

(125) Foi impresso também no *O Panorama*, com o sub-título *Páginas de um livro inédito*, no tomo XIV (1857), págs. 265-268 (22 de agosto) e 276-279 (29 de agosto).

Tanto no tomo I da *História Geral* (pág. 484), como no II (pág. XV) dá o autor êsse trabalho como o desenvolvimento de outro que em 1852 offercera ao imperador com o titulo *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil*?

Era a chamada *lusofilia* e falta de *espírito plástico e simpático* de Varnhagen, como a definiu Capistrano de Abreu e que oportunamente analisaremos.

O historiador brasileiro, que em 1857 passou pelo grande desgosto de perder sua progenitora, fez uma viagem no fim do ano, como lenitivo, por várias províncias da Espanha. Foi também a Londres, onde, no Museu Britânico, entregou-se a algumas verificações a pedido de Odorico Mendes no exemplar lá existente do *Amadis de Gaula* na 1ª edição em espanhol; — e, em missão especial do Governo, a Paris (126), onde teve ocasião de ler, em princípios de 1858, na Sociedade de Geografia, sua comunicação sobre a primeira viagem de Vespucci (127) e a resposta à crítica de d'Avezac a alguns pontos da sua *História Geral* (128).

(126) Cf. *Os Índios Bravos*, pág. 12. — «Estou com o pé no estribo para partir para Paris e entender-me com o Dr. Silva acerca das respostas que ambos vamos dar a certo individuo que se apresenta como campeão officioso da questão do Oyapoc contra o Brasil [D'Avezac] (Carta ao Conselheiro Paulo Barbosa, datada de Madrid, 21 de novembro de 1857). O original pertence ao Dr. Américo Jacobina Lacombe, que gentilmente nos ofereceu cópia.

Na sessão da Société de Géographie de 7 de agosto desse ano, por proposta de d'Avezac e do Almirante Mathieu, Varnhagen fôra eleito membro da sociedade. O secretário Jomard comunicara-lhe o fato a 31 do mesmo mês. Recebida a carta d'este em outubro e em novembro o tomo do *Bulletin* contendo a crítica de d'Avezac o nosso ministro apressa-se a escrever a Manuel de Araújo Porto Alegre, então secretário do Instituto, pedindo-lhe proponha em seu nome a M. d'Avezac para sócio correspondente. Na longa carta ao futuro Barão de Santo Angelo, datada de 20 de novembro, e conservada no arquivo do Museu Imperial, Varnhagen apresenta um resumo da resposta que tencionava dar ao sábio francês, e que efetivou no ano seguinte.

Nosso encarregado de negócios já estava informado desde junho da opposição do geógrafo francês a algumas de suas afirmações, pois que de 20 desse mês é um officio seu, confidencial, ao Visconde de Maranguape ministro dos negócios estrangeiros do Império (arquivo no Museu Imperial) em que salienta a necessidade de pronta resposta (para a qual acaso conviria ir até Paris a entender-se com os nossos representantes na capital francesa e em Haia), a fim de que não nos fôsem «à surdina invadindo a nossa indisputável justiça» no caso do Oyapoc, ponto principal que tivera em vista o geógrafo francês, alto funcionário do Ministério das Colônias. O governo brasileiro deveria custear a impressão do folheto com a sua réplica, a ser tirada em grande número de exemplares, e em francês, para ser largamente distribuída naquele país. A eleição do historiador diplomata para membro da Société de Géographie veio dar-lhe, porém, melhor oportunidade para realizar o seu intento.

(127) *Vespuce et son premier voyage, ou notice d'une découverte et exploration primitive du golfe du Mexique et des côtes des Etats-Unis en 1497 et 1498. Avec le texte de trois notes importantes de la main de Colomb, par F. A. de Varnhagen, membre de la Société de Géographie. (Janvier et Février 1858). Paris, Imprimerie de L. Martinet, rue Mignon, 2 — 1858. — In-8º de 31 páginas de texto e 2 de fac-similes.*

(128) *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil, comprenant des éclaircissements nouveaux sur le second voyage de Vespuce,*

A sempre pendente questão do Oiapoque constituia um espinho nas relações franco-brasileiras. Era principalmente focalizada no trabalho crítico de d'Avezac, e para rebater suas insinuações o governo imperial julgou, com justiça, que ninguém estaria em melhores condições que Varnhagen, fortíssimo em história geográfica, associado no mesmo empenho a Joaquim Caetano da Silva, que, para isso, viera especialmente de Haya a Paris (129). Aproveitando a demora na capital da França, o filho do Coronel Varnhagen mandou gravar por Caquet uma medalha de cobre em homenagem ao seu progenitor, comemorativa da primeira corrida de ferro fundido dos altos fornos de Ipanema a 1 de novembro de 1818 (130), da qual se apressou a remeter exemplares a D. Pedro II, e por seu intermédio, ao Instituto Histórico (131).

sur les explorations des côtes septentrionales du Brésil par Hojeda et par Pinzon, sur l'ouvrage de Navarrete, sur la véritable ligne de démarcation de Tordesillas, sur l'Oyapoc ou Vincent Pinzon, sur le véritable point de vue où doit se placer tout historien du Brésil, etc. ... ou Analyse critique du rapport de M. d'Avezac sur la récente «Histoire Générale du Brésil» par M. F. A. de Varnhagen, membre de l'Institut Historique du Brésil et de la Société de Géographie de Paris, des Academies Royales de Sciences de Lisbonne et de Munich, de celle d'Histoire de Madrid, de l'Institut Historique de Buenos-Aires, etc. Paris, Imprimerie de L. Martinet, rue Mignon, 2. — 1858. — In-8.º de 70 páginas — I f em branco — 1 mapa-mundi. — É resposta ao seguinte trabalho de d'Avezac :

Considerations géographiques sur l'Histoire du Brésil — Examen critique d'une nouvelle «Histoire du Brésil», récemment publiée en portugais à Madrid par M. François — Adolphe de Varnhagen, chargé d'affaires du Brésil en Espagne. — Rapport fait à la Société de Géographie de Paris, dans les séances des 1er. Mai, 15 Mai et 5 Juin 1857. — Par M. d'Avezac. Paris, L. Martinet, 1857. — In-8º de 271 páginas, com 2 esboços geográficos.

(129) V. acima, nota 126. Comparando-se os opúsculos de Varnhagen publicados nessa ocasião com a obra de Joaquim Caetano da Silva (*L'Oyapoc et l'Amazone*), impressa em 1861, vê-se que há, não só identidade de idéias e objetivos nos trabalhos de ambos, o que é natural, como também grandes semelhanças na maneira de expor a matéria e até no estilo dos escritores. Qual o que teria influido no outro?

(130) Cf. *História Geral do Brasil*, 2ª ed., pág. 1.169, nota. — Carta a José Carlos Rodrigues, datada de Viena, 1 de março de 1873, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, vol. XIII, pág. 102. A medalha vem reproduzida no Catálogo da coleção da Viscondessa de Cavalcanti. Pelo exemplar pertencente ao Sr. Francisco Marques dos Santos o hábil xilógrafo Sr. Oswaldo Silva abriu a estampa que enriquece este livro.

(131) Sessão de 4 de maio de 1856. Cf. *Revista do Instituto Histórico*, t. XXI (1858), pág. 471. Há no Arquivo do Museu Imperial (antigo arquivo d'Eu) uma carta de Varnhagen a D. Pedro II (Paris, 16 de março de 1858), em que afirma haver mandado gravar apenas 40 exemplares dessa medalha. Além do imperador e do Instituto foram aquinhoados na mesma ocasião a Fábrica de Ferro do Ipanema, o Museu Público e a Escola de Belas Artes. «Ficava, entretanto, ao arbitrio de S.M.I. o não distribuir por ora nenhuma [medalha] se assim o tivesse por mais conveniente».

Os estudos das navegações de Vespúcio preocupava-o sempre, e reviveu com a oportunidade de fazer verificações pessoais a respeito. Entre a leitura de seus dois trabalhos na Sociedade de Geografia, em março e começos de abril fêz ainda uma excursão a Florença e a Roma. Foi à primeira destas cidades a fim de verificar, pelo exame direto dos originais conservados nas bibliotecas Riccardiana e Stroziana, se eram autênticas as cartas atribuídas a Vespucci, e publicadas por Bandini (1745), Bartolozzi (1789), e Baldelli (1827), recebendo nessa ocasião, ofertado pelo Marquês Gino Capponi, uma cópia da edição original florentina, de 1506, da *Lettera* de Vespucci a Soderini sobre suas quatro viagens (132). Concluiu pela apocrifia das cartas. A Roma levou-o a curiosidade de cotejar, na Biblioteca Vaticana, com o cancioneiro medieval português ali existente, a cópia que em Madrid extraíra de outro em poder de um grande de Espanha seu amigo (133).

De retôrno a seu pôsto, editou, em Valença, a *Primeira Epistola del Almirante D. Cristóbal Colon a D. Gabriel Sanchez* (134) e, pela segunda vez, o drama de sua autoria *Amador Bueno* (135).

(132) *Amerigo Vespucci, son caractère, ses écrits, etc.* ... 1865, págs. 67 e 31. — *Os Índios Bravos*, pág. 12.

(133) Cf. *Os Índios Bravos*, pág. 12. — *Cancioneirinho de Trovas Antigas, etc.* ... Viena, MDCCCLXX, pág. 4.

(134) *Primeira epistola del Almirante Don Cristóbal Calón dando cuenta de su gran descubrimiento a D. Gabriel Sanchez, Tesorero de Aragon. Acompaña al texto original castellano el de la traduccion latina de Leandro de Cosco, según la primera edición de Roma de 1493, y precede la noticia de una nueva copia del original manuscrito, y de las antiguas ediciones del texto en latin, hecha por el editor D. Genaro H. de Volafan. Valencia, Imprenta de D. José Mateu Garin. 1858. — In-8.º de X — 25 páginas.* D. Genaro H. de Volafan é anagrama de *Adolfo de Varnhagen*. Desconhecia-se o motivo pelo qual o historiador brasileiro resolvera esconder-se sob anagrama, e J. C. Rodrigues, que no Catálogo da sua Biblioteca Brasileira (n.º 680, pág. 168) faz um largo estudo bibliográfico sobre ambas as edições da carta de Colombo pelo sorocabano, conclui que o editor tinha razão no 1.º opúsculo, em que considerava autêntica a cópia de que se servira, o chamado manuscrito de Cuenca, e não na edição de 1869, onde opina ser o referido mss. um arranjo da carta a Sant'Angel feito por alguém que já conhecia a *Vida de Colombo* por seu filho Fernando e a 1.ª Década de Herrera. A leitura de uma das cartas de Varnhagen a D. Pedro II, a datada de Viena a 22 de abril de 1870 revelou-nos o motivo do disfarce anagramático. O historiador temera-se de que, publicando o opúsculo com o seu nome, d'Avezac, com quem nesse ano entretivera viva polêmica, atacasse o trabalho levado tão somente pelo seu ardor combativo.

(135) *Amador Bueno ou A Coroa do Brasil em 1641, drama épico-histórico-americano, pelo autor de «Sumé» e outras composições literárias. A ação se passa em S. Paulo, no Brasil. — In-4.º de 4-16 páginas, impressas em duas colunas.*



Medalha gravada por Caquet em 1858. Homenagem do historiador à memória paterna

A 9 de dezembro de 1858 um decreto do govêrno imperial promovia Varnhagen a Ministro Residente e designava-lhe o posto de Assunção. O diplomata, porém, não teve conhecimento da promoção na Europa, porque partira para o Brasil no gôzo de uma licença especial antes que a notícia dela pudesse chegar a Madrid. Encerrava-se, assim, a segunda fase de sua vida, e a primeira da carreira de serviços oficiais ao Brasil. Na Europa nossas questões internacionais eram praticamente nulas, pois as únicas negociações em andamento, que versavam sôbre prêsas de navios espanhóis e de outras nações feitas pela nossa esquadra durante o bloqueio do Rio da Prata na campanha contra Oribe e Rosas, arrastavam-se lentamente, afetas a uma comissão especial. Por isso podia o nosso representante dedicar quase todo o seu tempo aos estudos de história pátria (136), e das questões políticas e econômicas de interêsse vital para o Império americano. Na América espanhola, de escassos recursos culturais, e cuja turbulenta política de caudilhismo e *pronunciamento* não nos poderia deixar indiferentes, pois diretamente afetava os interêsses pacíficos do Brasil, a personalidade do diplomata teria inevitavelmente que se avantajár à do historiador (137), e foi o que succedeu.

3º CAPÍTULO

Na América — (1859-1868)

O nosso ex-encarregado de negócios na Espanha chegou ao Rio de Janeiro pelo paquete inglês *Avon*, procedente de Southampton, no dia 3 de janeiro de 1859. Na capital do Império soube logo de sua remoção para o Paraguai, e sem se demorar reembarcou

(136) Na carta que escreveu a D. Pedro II ofertando-lhe o 2º volume da *História Geral* (Madrid, 14 de julho) gaba-se de haver trabalhado, às vêzes, até 20 horas por dia, concentrando desde os tempos da juventude até o momento, tôdas as suas atenções e esforços para levar a cabo essa obra. (Cf. Heitor Lyra: *História de Dom Pedro II*, 2º vol. pág. 208).

(137) Além das obras já mencionadas Varnhagen publicou, segundo Sacramento Blake, o folheto *O tráfico dos africanos e a escravidão*, Madrid, 1850, que baldadamente procuramos ver. Deve resultar esta menção de um folheto que estamos certos de não existir, da errada interpretação feita por Blake, dos dizeres iniciais do capítulo relativo ao tráfico negreiro, inserto na 2ª parte do *Memorial Orgânico*, impresso nesse ano, pág. 8-10. Aí alude Varnhagen ao folheto anterior, no qual tratara da escravatura; ora, êsse folheto anterior era a 1ª parte do *Memorial Orgânico*, impresso em 1849, no qual também trata da matéria.

Na Revista do Instituto, t. XXI, foi reeditada a carta sôbre *Etnografia Indígena, línguas, etc.* (páginas 431-441).

no mesmo vapor de regresso a Espanha, a fim de tomar as disposições necessárias para deixar definitivamente o pôsto em Madrid, segundo informa a *Gazetilha do Jornal do Comércio*, de 10 do mesmo mês. Foi durante a sua curta estada na cõrte que entregou a um jornal desta cidade os originaes do opúsculo sôbre a caça no Brasil, destinado à publicação em folhetins, mas que sômente no ano seguinte viu a luz da publicidade em um pequeno citavo saído dos prelos de Laemmert (1); e durante a ausência correspondente à viagem de ida e volta à Espanha, que as cartas de Garrett a êle dirigidas e outros papéis de importância deixados numa mala, no porão de um hotel à Rua dos Inválidos, onde se hospedara, foram vítimas dos aguaceiros dêsse verão, conforme assinalamos na nota 42ª do capítulo anterior.

A 20 de maio já estava de volta, pois seu nome figura entre os presentes à sessão do Instituto Histórico realizada nesse dia, a primeira do ano. Compareceu também à terceira (17 de junho). A 22 já estava em trânsito para o novo pôsto, na cidade do Destêro, de onde escreveu um bilhete ao Cônego Fernandes Pinheiro, 2º secretário do Instituto, pedindo-lhe que não o propusesse para sócio honorário, porque tinha, para não querer sê-lo, particulares razões que mantinha em segredo (2). Quer porque não chegasse a tempo o pedido, quer porque resolvessem não fazer-lhe a vontade, o fato é que, a 1 de julho foi apresentada à mesa uma proposta assinada por todos os membros presentes para elevar «à categoria de sócio honorário o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen, ministro residente do Brasil no Paraguai, em reconhecimento de sua illustração e dos valiosos serviços prestados ao Instituto», proposta que foi aprovada com um aditivo do Conselheiro Azambuja, estendendo a distinção aos Senhores Domingos José Gonçalves de Magalhães e Joaquim Caetano da Silva, «visto concorrerem nesses senhores as mesmas condições». Realmente, eram ambos diplomatas como Varnhagen, e grandemente distintos nas letras históricas, principalmente o último.

A 30 de julho, de Montevidéu, escrevia a D. Pedro II (arquivo do Museu Imperial): «Penso partir hoje para o meu destino, e nada menos que no vapor *Araguahy* (que é o que me destinaram)

(1) *A Caça no Brasil ou Manual do Caçador em tôda a América Tropical, acompanhado de um glossário dos têrmos usuais de caça por Um Brasileiro devoto de São Humberto*. Rio de Janeiro. Em casa de E. e H. Laemmert. Rua da Quitanda n.º 77, 1860. In-8.º de VIII — 138 páginas, com uma estampa extra-texto e algumas vinhetas. Cf. *Prólogo*, pág. VII.

(2) Inédito. Está na Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, cota I 36, 5, 46.

e que adquiriu fama de pouco pacífico». A demora na capital do Uruguai fôra longa. Carta de 16 dêsse mês ao mesmo augusto destinatário já o dava como há muitos dias estagiante na capital da República Oriental, à espera de um barco de guerra imperial para conduzi-lo a Assunção. O grande brasileiro aproveitou bem o tempo observando os homens e os costumes daqueles gaúchos e a principal conclusão que tirou das conversas que ouvira, foi a de que «tanto *Blancos* como *Colorados* eram inimigos nossos», e que «quanto menos com êsses países contratássemos e interviêssemos, tanto melhor».

* * *

A 14 de agôsto, no mesmo dia em que desembarcou em Assunção (2a), remetendo cópia figurada de sua carta credencial (3) a D. Nicolas Vasquez, ministro e secretário de estado

(2a) Cf. Carta a D. Pedro II datada de 18 de agôsto (arquivo do Museu Imperial).

Escrita já depois de se haver avistado com o Presidente Lopez em audiência prévia, contém um interessante retrato psicológico do ditador, além do relato da viagem desde Montevideú, e estende-se sôbre particularidades da política platina, assim como a respeito das normas de ação, que no seu parecer deveria adotar o Império em relação aos nossos nesse tempo turbulentos vizinhos.

Viajou «pelas águas da Colônia, Martim Garcia e Paraná arriba... com o roteiro de Pero Lopes na mão». Viu o famoso *Tonelero*, fundeu em Rosario, passou por Paraná, «cidade insignificante, e que nunca será boa capital», onde foi apresentado ao Presidente Urquiza, que «achou de figura mais paisana do que esperava». Mais seis dias e chegava a Corrientes, «cidade bonita, mas capital de uma província que tem sofrido muito». Duas horas depois passava pelas Três-bôcas, entrando no rio Paraguai prôpriamente. «Só então tivera a impressão de ter deixado o mar para começar a subir um grande rio». Por Humaitá passou às 2 horas da tarde do dia 12, chegando a Assunção às 14 pela manhã.

O ministro brasileiro desde os primeiros momentos não gostou da capital paraguaia. A vida lá, além de pouco divertida, era ainda por cima caríssima. Só a casa «abarracada [isto é: térrea], como geralmente tôdas», lhe custaria de aluguel quase um têrço dos vencimentos. Quanto ao Presidente Carlos Antonio Lopez, as primeiras impressões, colhidas em conversa de 55 minutos, não foram más:

«É, na verdade, homem atirado e mui sagaz. Já não se mete a dar auxílios à Confederação. Nem uma agulha. Agora propõe a suspensão de tudo quanto se protocolizara, oferecendo em lugar disso a *mediação*, mas não armada. — Disse que nunca se uniria à *Confederação*, nem a Buenos Aires, porque lá se faz política *demagógica*, quando no Paraguai é essencial que ela seja *selvagem*. Mostrou-se muito propenso a unir-se muito conosco, e quando me despedi deu-me a mão, demonstração de que é mui avaro, segundo me dizia aí o Sr. Uruguai».

(3) Como os têrmos de uma carta credencial dos tempos do Brasil-Império não sejam familiares a grande parte dos leitores, julgamos interessante

das relações exteriores da república paraguaia, pedia Varnhagen ao referido senhor recebesse as ordens do excelentíssimo senhor presidente àcêra do dia e hora em que s. ex^a estaria disposto a recebê-lo para a apresentação do original da mesma carta.

A 19 obtinha resposta de que o presidente, no momento enfêrmo, o receberia no dia seguinte às 10 horas, no salão de sua residência particular.

Varnhagen pouco se demorou no Paraguai. A 31 de outubro dirigia ao mesmo Nicolas Vasquez a nota seguinte:

Senhor Ministro.

«Vejo-me obrigado, pelo estado precário de minha saúde, a ausentar-me desta Capital no uso de uma licença recebida do meu Governo, vou pedir a V. Ex^a. se digne mandar-me o passaporte para eu seguir até Buenos Aires. Aproveito esta ocasião para renovar a V. Ex^a. a segurança da minha distinta consideração».

«Declaro que levo um criado».

(ass.) *Francisco Adolpho de Varnhagen.*

No dia imediato chegou-lhe uma carta do ministro das relações exteriores acompanhada do passaporte, e a 3 de novembro o nosso representante apresentava suas despedidas do governo e povo

inserir aqui a que acreditou Francisco Adolpho de Varnhagen como ministro residente do imperador junto ao governo de Carlos Antonio Lopez:

«Dom Pedro Segundo, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, etc...»

«Envia muito saudar ao Grande e Bom Amigo o Ilustre Presidente da República do Paraguai, que muito estima e presa. Tendo nomeado o Comendador Francisco Adolpho de Varnhagen para servir na qualidade de Meu Ministro Residente junto à Vossa Pessoa, apresso-me a fazer-vos esta comunicação, e espero que a recebereis como um testemunho da particular consideração que vos consagro e dos Meus sinceros desejos de estreitar cada vez mais as relações de amizade e boa inteligência que felizmente subsistem entre o Império e a República do Paraguai. O merecimento dêste Meu Ministro e a maneira por que tem êle desempenhado outras missões que lhe tenho confiado, são um penhor seguro de que saberá grangear no exercício de suas honrosas funções a Vossa completa benevolência, como tanto lhe recomendo. Dignai-vos pois, acolher benignamente o Comendador Varnhagen e dar-lhe todo o crédito ao que êle vos expuser em Meu Nome, muito especialmente quando Vos reiterar os protestos dos invariáveis sentimentos de amizade e estima que Vos tributo. Ilustre Presidente da República do Paraguai, Nosso Senhor haja a Vossa Pessoa em sua Santa Guarda. Escrita no Palácio do Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1859.

Imperador (com guarda).

José Maria da Silva Paranhos.

Esta carta credencial existe no original na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, num maço com a cota de catálogo I-29, 25, 22. Procede, visivelmente do arquivo de Lopez, que caiu em poder das nossas forças em operações no Paraguai.

hispano-guarani por intermédio de uma nota a ser entregue a chancelaria da república por Carlos Hopley Taylor, adido servindo como secretário, a esse tempo ausente da capital em missão de que fôra incumbido pelo seu chefe de serviço:

«Senhor Ministro.

«A presente nota será a V. Ex.^a entregue pelo Sr. Carlos Hopley Taylor, adido servindo de secretário desta Legação Imperial, que, depois de regressar da comissão em que se acha, ficará nesta cidade durante a minha ausência ou até receber ordens do Governo Imperial, encarregado de receber a correspondência que vier dirigida à Legação, e de tomar conta dos arquivos e sêlo dela, que deixo completamente selados até o seu regresso».

«Aproveito, etc.

Francisco Adolpho de Varnhagen.

Nosso representante não recebera, como afirmara na primeira das notas transcritas, nenhuma autorização do seu governo para regressar ao Brasil em tratamento da saúde, o que lhe valeu, ao que consta, ter sido sua conduta estranhada pelo ministro dos negócios estrangeiros. João Lins Vieira Cansação de Sinimbú (4). Despedia-se por iniciativa própria, mediante esse recurso diplomático e cortês, dos domínios do primeiro Lopez, arriscando-se a perder a carreira se o Governo Imperial não relevasse sua conduta, tendo em vista os notabilíssimos serviços que já prestara ao país; e isso porque sua estada em terras paraguaias se lhe tornara insuportável, como pela primeira vez muito bem salientou José Carlos Rodrigues em 1873 (5). O pedido de passaporte era assim o epílogo das relações iniciadas com o governo de D. Carlos Antonio Lopez pouco mais de dois meses antes, e que não tardaram a tomar feição pouco amistosa.

Nesse curto lapso de tempo tivera Varnhagen nada menos de dois incidentes diplomáticos a resolver, os quais, embora de pequena importância em qualquer outro meio e ocasião, bastaram para provocar irritação nos sentimentos nacionalistas dos nossos vizinhos do sul numa época em que suas suscetibilidades se achavam tão exaltadas como sucedia na década de 1850, produ-

(4) «Abafando na atmosfera de sangue e de pavor, qual a produzida pelo despotismo do primeiro Lopez» — são expressões de Oliveira Lima — «abandonou certo dia o pôsto...» (Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo, XIII, pág. 78).

«O Governo ouviu a sua exposição dos negócios paraguaios com certas dúvidas vagas» (J. C. Rodrigues: Biografia de Varnhagen. Cf. Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo, XIII, pág. 99).

(5) Cf. Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo, XIII, 99.

zindo reação correspondente em nosso representante. Acrescenta-se a isso o abalo produzido no diplomata brasileiro pela brusca mudança do clima temperado europeu, propício ao seu soma germânico, para a atmosfera quente e úmida do Paraguai; mais ainda o contraste entre o ambiente cultural daquela república e o dos países em que até então vivera, e o gesto do grande historiador se nos apresentará perfeitamente compreensível. A atitude de Varnhagen era tanto menos estranhável porquanto, pouco depois de sua chegada a Assunção, se retirava o cônsul da Inglaterra, também por motivos de desentendimento com o governo de Dom Carlos Lopez (6), que não primava pela consideração para com as outras nações.

A primeira ocorrência em que teve de intervir foi produzida pela prisão do súdito brasileiro Miguel Paes de Barros, acusado de haver proferido em público palavras injuriosas ao comandante do forte Olimpo e ao Presidente da República. Depois de breve troca de notas (7), ficou encerrado o incidente com a libertação do brasileiro, não sem uma impertinente solicitação do ministro paraguaio ao representante do imperador para que tivesse a bondade de «recomendar a sus conciudadanos, y mui especialmente al apresado Miguel Paes Barros el respeto y consideración que se debe guardar al Supremo Gobierno y a todas las autoridades del país».

O segundo desaguiçado foi motivado pela passagem de uma ponta de gado através do rio Paraguai, nas imediações do Pão de Açúcar, do território brasileiro para a zona do Chaco. Como este incidente envolve considerações àcerca do *statu-quo* das nossas

(6) Há na Biblioteca Nacional, na série de documentos históricos inéditos, cotados I-29, 25, 22, uma nota de Varnhagen a Nicolas Vasquez, datada de 20 de setembro, acusando a recepção da do governo paraguaio, em que fazia um resumido relato dos fatos que precederam a retirada de Assunção do cônsul de S. M. Britânica. Varnhagen termina sua resposta dizendo «fazer os mais ardentes votos para que, em todo o caso, a paz da República não viesse a ser alterada pela dita ocorrência», o que prova não haver sido coisa de pequena importância.

(7) Documentos já citados, da série I-29, 25, 22: Nota de N. Vasquez a Varnhagen, de 22 de setembro, respondendo à dêste, da ante-véspera; e outra de 3 de outubro, também do ministro paraguaio. Esta última nota tem escrito à margem: Borrador de uma nota al Ministro brasileiro cujo original así como el otro de 22 de setiembre, que se halla adjunto, fueran retirados y rotos á pedido de dito Ministro á quien se le devolvió su nota de 20 de setiembre». Deduz-se dessa apostila que a coleção de notas supra, assim como os demais documentos da série, provêm de arquivos paraguaios de que se apoderaram nossas forças. José Carlos Rodrigues possuía, aliás, vários objetos que tinham pertencido a F. Solano Lopez, e a coleção Ottoni, como é sabido, compõe-se dos livros e mss. reunidos por aquele conhecido bibliófilo e colecionador.

fronteiras com o Paraguai àquêl tempo, carece, para poder ser bem compreendido, de uma explicação prévia sobre os tratados e convenções vigentes ao tempo em que Varnhagen assumiu a chefia de nossa representação naquela república.

Até o tempo de sua chegada e ainda por muitos anos depois, devido a constantes adiamentos e tergiversações do governo paraguaio, não fôra assinado entre o Brasil e a república nenhum tratado de limites definindo expressamente a linha divisória entre ambos os países, mas, pelo artigo XXXV do *Tratado de Aliança, Comércio e Limites* de 7 de outubro de 1844, não ratificado pelo Brasil em consequência de ocorrências políticas posteriores à sua assinatura, «as altas partes contratantes se comprometiam a nomear comissários para examinarem e resolverem os limites indicados pelo tratado de Santo Ildefonso, de 1 de outubro de 1777», que reconheciam como *base para as negociações*. Ora, o referido tratado, por sua vez moldado no de 13 de janeiro de 1750, que adotara para a solução da propriedade dos terrenos litigiosos o principio do *uti-possidetis*, estabelecia nos artigos VIII e IX para divisória entre os domínios de SS. MM. Fidelíssima e Católica, no trecho que interessava ao Paraguai, a linha representada pelo alveo do rio Paraná, desde a confluência do Igureí na margem ocidental, seguindo depois pelo leito dêste último rio até sua nascente principal, e daí, «pelo mais alto do terreno com atenção ao apontado no artigo 6º, até achar a cabeceira ou vertente principal do rio mais vizinho à dita linha, e que desagüe no Paraguai pela sua margem oriental, que talvez será o que chamam Correntes (Corrientes), e então baixará a raia pelas águas dêste rio até a sua entrada no Paraguai (8), desde cuja boca subirá pelo canal principal que deixa êste rio em tempo sêco, e seguirá pelas suas águas até encontrar os pântanos que formam o rio chamado a lagoa dos Xarayes» (9). O último estabelecimento da margem paraguaia era em 1859 o forte Olimpo; ao norte estendiam-se, na mesma margem, territórios pantanosos de posse contestada entre o Paraguai e a Bolívia (10) até a Bahia Negra, onde o rio, dobrando para leste, passava a correr entre terras brasileiras de um e outro lado. No ângulo formado pela defecção, à margem direita, olhando o Chaco contestado, o forte de Nova Coimbra, atalaia de nossos domínios, erguia seus baluartes quase seculares...

(8) Por outras palavras: a linha formada pela crista de vertentes das serras de Maracaju e Amambai, o curso do rio Apa e o rio Paraguai acima, desde a confluência daquele.

(9) Pântanos entre os territórios do Paraguai e da Bolívia.

(10) Está ainda na memória de todos o recente conflito paraguaio-boliviano originado nessas dúvidas.

Enquanto não se estipulassem definitivamente os limites, ambas as nações confinantes se comprometiam a não fundarem nem permitirem a erecção de estabelecimentos novos quaisquer nas margens do dito rio, segundo a intelligência pacífica do disposto no artigo II da Convenção de 6 de abril de 1856 (11), assinada no Rio de Janeiro pelos plenipotenciários José Maria da Silva Paranhos e D. José Berges, e ratificada pelo Brasil e pelo Paraguai a 8 de abril e 9 de junho do mesmo ano, respectivamente.

O convênio fôra sempre religiosamente respeitado pelo Brasil; isso não impedia, contudo, que, dada a extrema dificuldade de policiamento em zonas tão desertas, houvesse freqüentes violações dessas fronteiras provisórias, e contrabandos entre os índios do Chaco e os de Miranda na província de Mato-Grosso, levando os criadores de gado, também, suas rezes a pastar em campos pertencentes à nação vizinha. Tais infrações tinham lugar de parte a parte, sem que jamais visse o Império nas incursões dos lindeiros algo mais que ocorrências vulgares de fronteira, desprovidas de qualquer significação e alcance, uma vez que praticadas sem intuios agressivos e de ocupação permanente dos terrenos percorridos. Já o mesmo não sucedia com os filhos da república hispano guarani. Educados pela tirania esquizofrênica de Frância no ódio implacável ao estrangeiro, e suggestionados pelos seus dirigentes, para verem nos menores gestos dos brasileiros intuios de conquista, uma simples passagem de algumas cabeças de gado através do rio Paraguai, conduzidas por tropeiros analfabetos e ignorantes dos convênios diplomáticos, tomava logo o caráter de uma flagrante violação de fronteiras com tôdas as graves consequências que comporta na ordem internacional.

Verificara o Sr. José Maria Martinez, comandante do vapor paraguaio *Tejuí*, a 1 de outubro, quando em viagem para o forte Olimpo, que grande número de cabeças de gado pertencentes a súditos brasileiros, estavam pastando na margem direita do rio (paraguaia) e que, nas proximidades do Pão de Açúcar, elevação

(11) Art. II: — «Fica entendido que, enquanto não se celebrar o acôrdo definitivo de que trata o artigo antecedente, as duas altas partes contratantes respeitarão, e farão respeitar, reciprocamente, o seu *uti-possidetis* atual».

Sôbre a interpretação dêste artigo os governos paraguaio e brasileiro trocaram notas reversais, datadas respectivamente de 17 de junho de 1856 e 20 de setembro do mesmo ano, pelas quais ficou claramente estipulado que, enquanto não se ajustassem definitivamente os limites, nem o Império, nem a República estabeleceriam, nem consentiriam que seus súditos fizessem qualquer coisa qualificável como estabelecimento, ocupação ou posse do terreno litigioso, tanto na margem esquerda como na direita do Paraguai (Para pormenores consulte-se Pereira Pinto: *Apontamentos para o Direito Internacional*, t. III, págs. 492-493).

da margem esquerda (território brasileiro, portanto) havia um curral (manga) com cêrca de vinte cabeças prolongando-se até o rio. Observou mais o comandante do *Tejuí* duas canoas amarradas nas imediações, assim como alguns indivíduos dispersos, entre êles uns poucos em vias de forçar as rezes ainda em território brasileiro a atravessarem o curso d'água. Apressou-se a comunicar êsses fatos a Venâncio Lopez, Coronel Mayor de Plaza, êste último fêz o mesmo a D. Nicolas Vasquez, que, por sua vez, dirigiu a 14 de outubro uma nota ao ministro brasileiro, juntando-lhe cópia do officio de Martinez, e comunicando-lhe o intento do seu govêrno de «ordenar el arribo de un vapor de guerra con alguna fuerza de desembarco para destruir cualesquiera población que se encuentre en el Pan de Azucar, ó sus alrededores, en inteligencia de que el Brasil, en conformidad á su Tratado vigente con el Paraguai (12) no debe tolerar ningún gênero de población en el Pan de Azucar, ni permitir correspondencia de los salvajes de Miranda con los del Chaco, ni consentirles el denunciado passage de ganado, y como puede esperarse alguna resistencia de cualquier clase de gente que se halle en el Pan de Azucar, tendo á bien comunicarlo a V. E.»

A 18 respondeu Varnhagen que, «tendo o Brasil tanto interêsse com a República, ou ainda mais, em que o ponto se esclarecesse devidamente», desejava que, na falta de um vapor da Marinha Imperial, que êle seria o primeiro a propor fôsse verificar o sucedido, seguisse também junto com a expedição paraguaia um representante do Brasil, no caráter de observador, incumbência para a qual indicava o Sr. Carlos Hopley Taylor, adido servindo como secretário da nossa legação. Terminava a nota assegurando as melhores intenções do Império, que «proibira o comércio entre os índios e suas passagens de gados», comércio, aliás, «difícil de evitar nos terrenos contestados», e — melhor poderia dizer — desertos.

À resposta do representante do Brasil retorquiu Vasquez em nota de 20, pela qual concordava com o embarque do representante do Império no vapor *Rio Apa*, a seguir no próximo dia 24 em comissão ao Pão de Açúcar, onde à sua guarnição competiria «destruir la manga y corral que según consta del propio informe han hecho para bajar del Cerro y asegurar los ganados, y también para destruir cualesquiera poblaciones que existan en la falda del Pan de Azucar ó sus alrededores, con la prevención de que si la expedición hallare resistencia en esas operaciones usará de sus armas».

(12) Convenção de limites de 6 de abril de 1856, a que acima nos referimos.

Como se vê, a boa vontade do ministro brasileiro, demonstrada quando aquiesceu na diligência, fazia crescer a audácia do paraguaio, que já falava em recorrer às armas...

As notas já extratadas, e as que se seguiram trocando entre Varnhagen e o ministro das relações exteriores do Paraguai a respeito do incidente do Chaco, até a despedida do primeiro, existem em originais e cópias autênticas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, coleção Rodrigues-Ottoni, constituindo 18 documentos (13).

Embora incompleta a coleção, como se verifica das referências de algumas notas a outras não existentes na série, a leitura destas peças permite perceber, através do véu impôsto pela cortesia das fórmulas diplomáticas, uma tal ou qual irritação crescente do nosso ministro para com os zêlos patrióticos de D. Nicolas Vasquez — excessivos e descabidos no caso, uma vez não havia por parte do governo brasileiro o propósito de ferir direitos do Paraguai — e também o seu meticuloso cuidado em tomar tôdas as providências necessárias para acautelar os interêsses do Império, a cujo Ministro dos Estrangeiros remetia cópia das notas trocadas, dando parte do ocorrido. Parece, — e dizemos assim porque a correspondência, incompleta como está, não nos permite afirmá-lo com certeza — que o nosso representante sentiu nas providências tomadas pelo governo paraguaio para garantir sua soberania sôbre o Chaco, a suspeita dêste de que o Império quisesse expandir sua ocupação efetiva do solo além dos limites provisórios pactuados, pois que, em nota de 29 de outubro, à qual se seguiu o pedido de passaportes do ministro brasileiro, êste dizia esperar que o paraguaio lhe fizesse «la justizia de creer que... no podria haber jamás ligado a las expresiones de que se servira, una inteligencia completamente agena al espíritu del Tratado y de las discusiones que le precedieron, en virtud de los cuales el *uti-possidetis* para esta República se considera terminar á la margen izquiera del Apa».

E no entanto, apesar do governo do Paraguai assim considerar o território da república como terminando nessa margem, Francisco Solano Lopez, antes das hostilidades traiçoeiramente iniciadas em 1864, tinha já clandestinamente ocupado com fazendas e currais em seu nome pessoal, terras na margem direita do Apa, estabelecimentos êstes destruidos pela desgraçada expedição do Coronel Camizão em 1867 (14) !

(13) É a série I-29, 25, 22, já tantas vêzes citada.

(14) A chamada fazenda da Machorra. (Cf. Visconde de Taunay : *A Retirada da Laguna*, trad. de Afonso de E. Taunay, ed. Cia. Melhoramentos de São Paulo, págs. 43-44). Como documento comprobatório está anexado à *Retirada da Laguna* um artigo do número 690 (13 de julho de 1867) do *Semanário de Assunção*, único periódico do Paraguai nesse tempo, relatando

Só pela leitura das notas trocadas entre Nicolas Vasquez e Varnhagen é impossível, evidentemente, deduzir o motivo imediato da despedida repentina do segundo. Tampouco existe o menor esclarecimento a respeito no texto das cartas escritas de Viena a José Carlos Rodrigues, que lhe construiu a biografia com informações ministradas pelo próprio. É possível que, *confidencialmente*, o Visconde de Pôrto Seguro houvesse pôsto a par do ocorrido o redator do *O Novo-Mundo*, pelo que êste, na biografia do historiador publicada no seu periódico, a 23 de abril de 1873, se limitou a dizer que, «reinando então Lopez, o Primeiro, que fêz pasmar o representante brasileiro por suas crueldades e pela miséria que infligia a seu país», o Sr. Varnhagen ficou tão exasperado, que preferiu sujeitar-se a uma demissão vindo ao Rio de Janeiro sem licença, a continuar a viver em Assunção».

E não se pode em absoluto dizer que o sorocabano alimentasse prevenções contra o Paraguai, ou fôsse partidário de uma politica de imperialismo, mediante a qual sua pátria avocasse a hegemonia no continente, com atitudes de sobrançeria nas relações com os vizinhos mais fracos. Está aí para provar o contrário tôda a sua carreira diplomática em terras americanas. Para com o Paraguai, em particular, é manifesta a generosidade de suas vistas. Na memória sôbre limites escrita em 1851, e apresentada ao Ministro Soares de Sousa, faz as seguintes sugestões:

«Aos Paraguaioes poderíamos provar com a grande carta assinada pelos antigos comissários [carta adquirida pelo próprio Varnhagen na Europa para o Ministério], e que naturalmente serviu para a redação do Tratado de 1777, que o *Corrientes* não era o *Apa*, de que se apoderaram os *Espanhóis* com tal pretexto; mas, concordes na politica de dar importância à nova República, não nos convém privá-la de uma porção de território por que já se tem estendido (§ 44)». Era, porém, antes que tudo, brasileiro, bom funcionário e homem de brio: não possuía a passividade dos guaranis e não podia suportar sem reacção ultrages à honra e aos legítimos interêsses da nação que representava, e sabia defender

no meio de impropérios e baldões de tôda a espécie ao nome brasileiro, as gloriosas e, ao mesmo tempo, fáceis vitórias obtidas pelos soldados de Lopez sôbre os da Expedição do Norte (o valor paraguaio permite-se essas associações paradoxais, esquecido de que *on triomphe sans gloire lorsqu'on vainc sans peril*).

Pois bem, dêste documento absolutamente insuspeito, como não poderá deixar de ser, aos olhos dos paraguaioes e dos positivistas brasileiros seus aliados na campanha de difamação do Brasil, vê-se que a república de Lopez não levava suas pretensões territoriais além do Apa, pois que o seu órgão official acusa o Império de «pretender estabelecer a linha divisória pelo Ypané, ou, quicá, o Jejuí», apoderando-se da vila de Concepción, situada ao sul do Apa, tendo para isto «invadido o seu território, passando êste rio pelo passo de Bela Vista a 28 de abril» (*Op. cit.*, pág. 166).

com galhardia, não obstante jamais abandonar os termos da mais apurada cortesia ao redigir suas notas diplomáticas. Por outro lado, os quotidianos atos de crueldade e selvajaria que observava, praticados pelos agentes do ditador contra seus indefesos e inocentes súditos, deveriam encher de horror seu espírito de homem civilizado, e educado dentro do ambiente da cultura européia e da brandura de costumes do meio brasileiro, menos requintado, talvez, que os do Velho Mundo, mas que recebera de sua formação portuguesa o culto instintivo da ordem jurídica e da escala de valores morais inerentes às sociedades policiadas.

Apesar de tantas atribulações, o investigador, relegado para segundo plano pelo diplomata (14a), não ficara ocioso durante êsses escassos meses. Já em julho, ao subir o Rio da Prata em viagem para Assunção, ao passar à vista das ilhas de São Gabriel, Martim Garcia e Dos Hermanos, e ao observar, afinal, as bôcas do Paraná penetrando pela do Guazu, se convencera de que «Pero Lopes, deixando esta à esquerda, subira pelo Uruguai e penetrara pelo Rio Negro acima até Mercedes». Ficou-lhe o pezar de não

(14a) Aludimos acima, sumariamente, às observações de caráter político e diplomático feitas por Varnhagen durante sua permanência forçada em Montevideu à espera de condução para o pôsto que ia assumir, as quais constam de uma longa carta remetida a D. Pedro II com a data de 16 de julho de 1859.

A República Oriental tinha uma população orçada em escaças 100.000 almas, das quais um quinto apenas se compunha de uruguaios natos. Mais do que isso havia de brasileiros, principalmente rio-grandenses, estabelecidos do Rio Negro ao Uruguai, e continuavam ainda emigrando às centenas por ano para aquela república e para Entre-Rios. «Os orientais puros», observa o diplomata, quer *blancos*, quer *colorados*, são nossos inimigos do Brasil, e todos nos chamam *Macacos*. Se por um lado blazonam de que a respeito dêles, longe de termos tido política de iniciativa, não temos feito mais do que satisfazer os planos do Sr. Lamas, por outro pregam que devem hostilizar qualquer medida pelo mero fato de êle a desejar. Assim desaprovam a última convenção, que tanto nos prende os braços, e a tal ponto que, para evitar algum dezar, nos convenha retirá-la já. E creio que com êstes países quanto menos contratarmos e quanto menos interviermos tanto melhor».

O diplomata estende-se bastante em indicações de caráter reservado sobre disposições militares e estratégicas a tomar, dá notícias do sucedido com os vapores brasileiros *Pinto* e *Araguay*, que levava a seu bordo o Senhor José Maria do Amaral, e exprime suas dúvidas sobre as vantagens a resultarem da nova lei bancária, que no parlamento brasileiro passara em primeira discussão, dado que o país ainda não estava, a seu ver, bastante esclarecido acerca dos proventos que ela lhe traria. Talvez conviesse, por isso, deixá-la amadurecer um pouco. «O certo é que a questão», conclui, «se torna mais grave pela circunstância de estar a capital numa tão grande praça comercial. E digo isto independentemente da minha idéia fixa de suplicar sempre a Ds. que dêe o Império com uma capital não marítima».

Juntamente com a carta remetia o itinerante presente régio para S. M.: um exemplar encontrado em Montevideu da *Restauración de la Ciudad del Salvador* de Thomás Tamaio de Vargas, ed. de Madrid, 1628.

haver podido acompanhar o navegante português pelo Uruguai acima, com seu roteiro na mão, a ver se identificava o *esteiro dos Carandins* (15). Na sede da missão que chefiou efêmeramente procurou aperfeiçoar, pela observação, os conhecimentos de etnografia e linguística americanas. Anos depois rememorava como, em conversa com o Presidente Carlos Antonio Lopez, aprendera a pronúncia exata do vocábulo *Ayy* (água), e pudera verificar que o pregão dos antigos aguadeiros do Rio de Janeiro, surdo e gutural, nada mais era que êsse vocábulo do idioma tupi-guarani (16).

* * *

Chegando ao Rio a 23 de dezembro, procedente de Montevideu, no paquete a vapor brasileiro *Princesa de Joinville*, com cinco dias de vinte horas de viagem, como informa o *Jornal do Comércio* do dia imediato, viu-se obrigado Varnhagen, pelo rigor da canícula, a procurar refúgio em Petrópolis, onde veraneava a população abastada da capital do Império, e para onde não tardariam a subir os imperadores, regressantes da excursão às províncias do Norte.

O biênio de 1859-60 foi período que não destoou dos demais quanto à atividade desenvolvida pelo ilustre historiador. Antes de seguir para o posto em Assunção entregara ao prelo o *Manual do Caçador*, e, ainda em 1859, terminara a redação do magnífico trabalho crítico sobre as cartas de Vespucci, que só veio a imprimir em Lima seis anos depois (17).

Em 1860 visitou a biblioteca e o arquivo particulares da família Veiga, e lá recolheu muitas centenas de panfletos brasileiros, produtos da nossa incipiente arte tipográfica, e concernentes a pessoas e episódios da era joanina e dos primeiros tempos do Brasil emancipado, contribuição de inestimável valor para a *História da Independência* que estava escrevendo; fez oferta de alguns ao amigo Inocencio para que os contemplasse no seu *Dicionário Bibliográfico Português* (18).

(15) *Rev. do Inst. Histórico*, t. XXIV, pág. 7.

(16) *Idem*, t. XXX, parte 2ª, págs. 421-422.

(17) Cf. *Amerigo Vespucci, son caractere, sa vie, ses écrits, etc...* Lima, 1865, pág. 6.

(18) Cf. *Cartas Chilenas, ... editadas por Luiz Francisco da Veiga*, Rio, 1863, pág. 6. — *Carta ao Sr. Luiz Francisco da Veiga acerca do autor das «Cartas Chilenas»*, Rio de Janeiro, 1867, pág. IV. — *História da Independência do Brasil*, Imprensa Nacional, 1917, págs. 9 e 10.

No 2.º volume da *História Geral* (1857) já manifestara o autor o intuito de escrever, se possível, uma *Crônica de D. Pedro I*, para a qual já reunira subsídios (pág. 442); e, numa passagem da polêmica com d'Avezac esta tenção foi confirmada (Cf. *Examen de quelques points de l'histoire geogra-*

As atividades literárias não o impediam, contudo, como genuíno descendente que era dos guerreiros de Armínio e Varo, de dedicar-se aos exercícios cinegéticos, que, no seu conceito, eram os mais adequados para dar «tréguas aos cuidados e trabalhos do espírito, robustecendo o corpo, e, geralmente, o coração» (19).

A Varnhagen devemos a mais antiga narração circunstanciada de uma caçada de antas que conhecemos, tal como hoje só se fazem nos remotos sertões do país, e que, lá pelos meados do século passado, nos bons tempos em que S. M. o Senhor D. Pedro II «felizmente imperava» eram possíveis nos arredores de Petrópolis, ainda não estragados pela crescente urbanização que os avassala ultimamente, urbanização inimiga das matas e afugentadora da fauna. A caçada teve lugar no dia 13 de abril de 1860, no arrabalde hoje chamado Fazenda Inglesa. Demos a palavra ao próprio Varnhagen:

«Depois de escrito este livro (20) teve o autor ocasião de assistir perto de Petrópolis, no dia 13 de abril (1860), (no arroio da cidade, pouco adiante da fazenda chamada do Inglês) a uma caçada de antas, a que foi convidado por seu amigo o Dr. J., grande afeiçoado da caça, e mui desejoso de que ela se nobilitasse entre nós no conceito público mais do que está».

«A existência de duas antas no local era conhecida; mas de véspera foi verificar o seu rasto um grande caçador, monteiro prático do local, que igualmente dispôs para a manhã seguinte a sua matilha de excelentes veadeiros, e um escravo seu, batedor e mateiro de lei».

«Éramos cinco os companheiros da caçada, e montamos a cavalo às 6 1/2 da manhã. O Dr. J. se encarregara de brindar-nos com um excelente almôço, que foi servido em um pouso perto do córrego na paragem em que se planizara a caçada».

phique du Brésil, etc., pág. 9). Parte do material recolhido no acervo dos Veigas foi remetido a Inocencio Francisco da Silva para ser contemplado no *Dicionário Bibliográfico Português* (Carta sobre a autoria das «*Cartas Chilenas*», pág. IV). O nosso ilustre compatriota foi, aliás, grande colaborador do *Dicionário Bibliográfico*. Existe na coleção Varnhagen do Ministério das Relações Exteriores, datado de 4 de junho de 1855, o autógrafo de uma carta do erudito português agradecendo os subsídios fornecidos. No «*Arquivo Pitoresco*» em 1859 (vol. II, págs. 356-357) publicou Inocência a primeira biografia que se conhece do historiador brasileiro, ilustrando-a com uma xilogravura inspirada no quadro de Madrazzo.

(19) *A Caça no Brasil*, pág. 9.

(20) Os originais foram confiados aos editores Laemmert em abril de 1860, segundo se lê em uma nota marginal do livro, à pág. 116; referindo-se a um folhetim do *Diário do Rio de Janeiro*, de 15 de abril de 1860, acrescenta: «Esta notícia nos chegou à mão justamente quando entrava no prelo este livrinho» (*Op. cit.*, págs. VII-VIII e 116).

«Chegados a êsse pouso, separou-se de nós a pé o nosso mateiro, com o seu escravo e outro batedor do mato, levando os cães para os soltar no rasto da anta, ficando de nos dar aviso por meio de um ou dois tiros se ela se havia encaminhado para o lado do córrego, se para o vale oposto; pois só no primeiro caso haveria para nós a caçada cômoda, que se dá quando a anta corrida pelos cães se refugia no córrego a um poço a que está avezada».

«Entretanto fomos almoçando, e de tal modo que caçador houve que declarou que já não dava por mal empregada a jornada, ainda quando não aparecesse anta».

«Por fim se ouviram pouco distintamente os tiros desejados. O nosso monteiro havia desatrelado os cães na bocaina de uma pequena serra vizinha, no rasto de um casal de antas. Acossados pelos cães separou-se uma da outra, cada qual para seu vale ou canhada, e os batedores preferiram encaminhar os cães contra a que devia ir parar no poço. Era a fêmea. Apenas a tiveram empoçada, começaram a dar os tiros».

«Montamos a cavalo e nos lançamos a correr para o sítio onde se nos chamava: — seguramente obra de meia légua daquele em que havíamos almoçado. Não tardou muito que, pelo forte ladrar dos cachorros, conhecêssemos que a anta se achava na água cercada por êles, e desde então a nossa curiosidade se aumentou, e não paramos de galopar».

«Chegamos perto do poço; mas não era fácil descer a cavalo junto dêle. Apeamo-nos, atamos os animais a umas árvores, e começamos a descer a ribanceira, rompendo mato com o auxílio de nossos facões».

«Chegamos primeiro três à margem do poço em que se achava o animal nadando n'água. Era uma anta das grandes, mas figurava ser muito maior, como sempre sucede quando estão n'água. Os cabelos pareciam retesados e eriçados. A fera, ao ver-nos com as nossas espingardas, fixou os olhos sôbre nós, como que se horrorizou: franziu a tromba, mostrou os dentes e resfolegou. Nem que visse em algum de nós três o que dentro de dois minutos havia de ser o seu fero carrasco. — A impressão que me fêz esta cena me ficará para sempre presente; e lamentei muito que a não tivessem presenciado os outros dois companheiros, um dos quais, amigo de fazer o contrário do que vê fazer aos outros, tem pago mais de uma vez caro êste instinto inovador».

«Com a nossa chegada calaram um pouco os cães, e como que se afastaram dela, para que lhe atirássemos. Insistiu o Dr. J. para que tocassem ao autor as honras do primeiro tiro, o que não admitiu, quando a caçada se fizera por gente da terra para

obsequiá-lo, e o autor só ali se achava por favor dêle Dr. J. Do tempo que levaram êstes cumprimentos e do afastamento dos cães se aproveitou a anta para seguir pelo córrego acima, a procurar outro poço».

«Vimo-la seguir: e os cães começaram a ladrar de novo um pouco; mas de repente cessaram. Confesso que cheguei a julgar que a anta se nos havia ido, e já cá por dentro maldizia as cerimônias que eram disso causa. Subimos pela margem com dificuldade e rompendo mato, e em ânsias, porque já não ouvíamos mais o latido dos cães».

«Afinal alcançamos a margem do poço superior. Havia um grande fundão e os cães estavam parados em redor dêle olhando para a água. Era a anta que aí estava mergulhada».

«Pulamos de contentes, e adquirimos então muita confiança no nosso monteiro prático, que no meio do nosso desacoroçoamento nunca deixou de assegurar-nos que ela não se nos havia fugido. Entretanto o susto que havíamos passado de a haver perdido fêz pôr de parte as cerimônias. O Dr. J. apenas viu a anta com a cabeça de fora d'água, e que se achava perfeitamente colocado sôbre um rochedo junto, descarregou nela os dois canos de sua espingarda, dando a carga do primeiro tiro de raspão na cabeça, e entrando tôda a do segundo, feito à queima-roupa com bala e chumbo, dois dedos por detrás da orelha, com que a rez curvou a cabeça, e se foi morrendo na praia, sangrando muito, e exalando uma catinga enjoativa.

Logo se começou a operação do esfolamento. Cortaram-se as quatro patas ou mocotós, que se distribuíram pelos caçadores como troféus de caçada. As patas dianteiras são preferidas por terem quatro unhas, quando as trazeiras só têm três. Contentou-se o autor com um filhinho que se encontrou no ventre já perfeitamente formado, e o guarda em espírito de vinho. — Os cachorros tiveram, porém, o melhor quinhão, pois comeram tôdas as forçuras e lamberam não pouco sangue quente da vítima, que ainda a lugares se via morrer pelas contrações musculares».

«O cacho, cuja gordura dizem mui própria para fomentações, em dores reumáticas, e o lombo, cuja carne é menos áspera, seriam talvez aproveitados pelos latadores: e provavelmente tôda a carne seria também comida, depois de haver estado de mólho no córrego vinte e quatro horas, com o que dizem que fica branca e sem catinga e não dá lepra a quem a come. Que proveito lhes fizesse» (21).

(21) *A Caça no Brasil*, págs. 90-95. Na reedição feita em São Paulo, em 1914, na revista *Chácaras e Quintais*, com *separata*, foram suprimidas várias passagens do livro entre as quais esta descrição de caçada.

Não se trata aqui, evidentemente, da lepra verdadeira ou doença de Hansen, e sim de algumas reacções alérgicas características da acidez humoral, provocada pela ingestão de certos alimentos chamados pelos antigos *quentes*, nos nossos sertões conhecidos pelo nome de *reimados*. Então neste caso as carnes de anta, capivara, lagarto, certos peixes chamados *de pele*, e também as castanhas de caju, os glicos do amendoim, a castanha do Pará, etc... É evidente também que a sensibilidade ou alergia a estes alimentos varia de individuo a individuo, havendo-os até totalmente refratários a qualquer reacção.

Graças a uma feliz casualidade pudemos identificar o Dr. J., ao qual se refere o historiador c'negeta. Muito palaciano, áulico, como naqueles tempos se chamava às pessoas de temperamento semelhante ao seu, mantinha Varnhagen intensa correspondência com o imperador, que muito o apreciava, hoje arquivada no Castelo d'Eu, e relações de amizade com o mordomo da Casa Imperial, Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, e o filho adotivo d'este, o Dr. Antonio de Araújo Ferreira Jacobina, conhecido educador. Solicitando a alguns amigos detentores atuais dos arquivos de seus antepassados, figuras de relêvo do 2º reinado, cópia das cartas a êles porventura escritas por Varnhagen, gentilmente ofereceu-nos algumas o Dr. Americo Jacobina Lacombe, neto do Dr. Antonio Jacobina, que também nos disse ter sido seu avô materno grande amigo da caça e companheiro, nesse exercício, do Duque de Saxe, genro de D. Pedro II. Numa dessas cartas, escrita a Jacobina do Recife, e datada de 18 de abril de 1861, quando em trânsito para a Europa, — de onde seguiria para a Venezuela no exercício de suas funções diplomáticas — assim se exprimia o futuro Visconde de Pôrto Seguro:

«Cá me tenho lembrado muitas vêzes do meu amigo e da Excelentíssima Senhora Dona Francisca e Sr. Conselheiro, e, por mais que tenho visto, mais houvera estimado *ter passado êstes dois meses em Petrópolis, como o ano passado*. Não tenho assistido a nenhuma caçada; mas outro dia comprei uma magnífica paca por quatro patacas, que pesava mais de uma arroba. Estava excelente, pois a prepararam magnificamente; mas se não estivesse tão longe houvera-a saboreado muito mais agradavelmente na Rua de Paulo Barbosa, em Petrópolis...»

A alusão aos meses de março e abril de 1860 (*êstes dois meses, ... no ano passado*) transcorridos agradavelmente em Petrópolis, na convivência do casal Paulo Barbosa e do Dr. Jacobina, as referências a matéria cinegética, indicando serem os correspondentes afeiçoados ao mais nobre dos desportos, e habituados, naturalmente, a saborearem juntos peças de caça, são circuns-

tâncias que não nos deixam subsistir no espírito a menor dúvida: — o Dr. J., de *A Caça no Brasil* é o Dr. Antonio de Araujo Ferreira Jacobina, primo e filho adotivo do Conselheiro Paulo Barbosa.

* * *

Petrópolis e Paulo Barbosa da Silva estão ainda ligados à vida de Varnhagen por um empreendimento literário que, se as circunstâncias houvessem permitido fôsse levado a cabo, marcaria época na vida da cidade serrana, ligando-a de modo inesquecível às grandes datas da bibliografia portuguesa, pois, nesse caso, as composições dos antigos trovadores portugueses «viriam, do meio dos matos virgens da outr'ora colônia... a ser, com o auxilio da Imprensa, propagadas nas cidades onde em mil saraus se haveriam cantado há cinco ou seis séculos».

Trouxera o nosso ex-encarregado de negócios da Espanha para o Brasil o manuscrito preparado do Cancioneiro de Antigos Trovadores Portugueses, copiado de um códice pertencente a um Grande da pátria do Cid (21a), cotejado com o exemplar existente na Biblioteca do Vaticano. Mostrando-o a D. Pedro II, o Imperador, entusiasmado, propôs-se a mandar imprimir a sua custa o precioso inédito, em tiragem de luxo. Deveria ser feita a edição em Petrópolis, na tipografia do *Mercantil*, para o que já estavam escolhidos os tipos, e mandados subir tanto êstes como algumas resmas de papel, quando o projeto ficou suspenso por ter Varnhagen recebido ordem de partir para o pôsto, que lhe designaram a 19 de janeiro de 1861 (22), de nosso ministro residente na Venezuela, Colômbia e Equador. A autorização para imprimir o livro à custa de S. M. fôra assinada pelo mordomo da Casa Imperial, e era do teor seguinte:

«Sua Majestade O Imperador Houve por bem aprovar a proposta que V. Ex. fêz relativamente à impressão do inédito Cancioneiro, e determina que V. Ex. se encarregue de mandar imprimir esta obra na tipografia do *Mercantil* de Petrópolis, na

(21a) Supomos fôsse êsse fidalgo espanhol até hoje não identificado, o Duque de Ribas ou Rivas, que em certa ocasião ofereceu a D. Pedro II livros de poesias de sua lavra por intermédio do nosso encarregado de negócios. Há referências ao duque tanto nas cartas conservadas no arquivo do Museu Imperial como nas hoje pertencentes ao Dr. Americo Jacobina Lacombe e dirigidas ao Conselheiro Paulo Barbosa da Silva.

(22) *Relatório do Ministro dos Negócios Estrangeiros*, 1866, anexo 2.º, pág. 17.

conformidade do orçamento apresentado, e com os tipos do modelo incluso (23).

* * *

Ainda em princípios de 1861, antes de deixar o país, Varnhagen endereçou ao ministro da Agricultura, pasta recentemente criada, um relatório que Sinimbu lhe encomendara, sobre a imigração de *coolies* chineses, destinados a substituir, nos trabalhos agrícolas, o braço escravo, já escasseante com a supressão do tráfico, e ameaçado de extinguir-se pela tendência à abolição progressiva, de que êle próprio fora um dos propugnadores no *Memorial Orgânico*.

Não conseguimos encontrar esta memória, que não está incluída nos relatórios de 1861 e 1862, em qualquer de seus numerosos anexos, mas sabemos que suas conclusões eram em absoluto contra a conveniência desta imigração, por que o próprio autor do relatório deu a compreender em outro opúsculo (24).

* * *

Varnhagen teria de seguir para o seu pôsto na Venezuela via Europa, pois não tínhamos então, como ainda hoje, comunicações diretas com aquela república. Ao passar pela Bahia dirigiu suas vistas para as culturas de tabaco e cana de açúcar nessa província, tomando nota dos processos antiquados ainda em uso para a cura das fôlhas, e para o preparo da sacarose, a fim de depois estudar e propor as melhorias a introduzir. Isso levou-o a efeito posteriormente à visita feita, em 1863, ao distrito de *Vuelta de Abajo*, em Cuba, célebre pelos seus charutos. As inspeções, no Brasil, tiveram lugar durante a excursão que realizou, «com o Gabriel Soares na mão», a Caxoeira, e daí, por terra, a Santo Amaro e São Francisco, donde regressou à capital da província (24a).

Em fins de março já estava em Pernambuco, pois a 28 dêsse mês visitava, em companhia de Antonio de Sá e Albuquerque, filho do 1º Barão dos Guararapes, depois senador do Império, a capela de N. S. dos Prazeres, mandada erguer no local das

(23) *Cancioneirinho de Trovas Antigas*, Viena, MDCCCLXX, págs. 6-8.

(24) *Carta ao Ministro da Agricultura acerca de vários melhoramentos nos engenhos de açúcar das Antilhas aplicáveis ao Brasil*, impresso em separado (Caracas, V. Espinal, 1863) e no «Auxiliador da Indústria Nacional», número de setembro de 1863. Cf. pág. 332.

(24a) Carta a D. Pedro II (inédita) datada de Recife, 18 de abril de 1861. O original procedente do arquivo do castelo d'Eu está atualmente no Museu Imperial, em Petrópolis. Há cópia no Instituto Histórico do Rio de Janeiro.

duas memoráveis vitórias dêsse nome pelo General Francisco Barreto, que confiou sua manutenção aos beneditinos. Estes em 1782 transformaram a modesta capela numa imponente igreja. O excursionista aproveitou a oportunidade para copiar a inscrição da lápide, do comprimento de onze palmos, e largura de quatro, aí posta em 1656 para assinalar a fundação e comemorar os feitos d'armas de 19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro do ano seguinte (25).

Varnhagen empregou o tempo de sua demora em Pernambuco em percorrer várias outras localidades, que foram teatros de importantes encontros dos nossos com os holandeses, além do da batalha das Tabocas e do de ambos os Guararapes, assinalado pela capela erguida pela devoção de Francisco Barreto. «Fui ao Cabo e à Escada, e fiz outra excursão para os lados de Jaboatão e Vitória; se pôder ainda hei de ir a Igarau e Goiana», escreveu êle na carta já citada ao Dr. Jacobina; e no *Prefácio à História das Lutas*: «se bem que havíamos curiosamente estudado os arredores de Recife até Itamaracá e Igarau, de um lado; e até os Guararapes e o monte das Tabocas, de outro...» (26).

Apontava-se para embarcar num paquete francês para a Europa, mas êste chegou a Recife completamente lotado. O nosso diplomata aproveitou, por isso, a passagem do vapor brasileiro *Cruzeiro*, que seguia em cabotagem para o Pará, e seguiu nêle, esperando encontrar em Belém condução para os Estados Unidos. Não o conseguiu, mas graças a essa excursão extraordinária que durou apenas quinze dias, pôde conhecer na ida e na volta as províncias de Paraíba, Rio Grande, Ceará, Maranhão e Pará, além de grande parte da costa, adquirindo conhecimentos que lhe proporcionaram grandes melhorias para a 2ª edição da *História Geral* (26a).

Foi por ocasião dessa viagem pela costa Leste-Oeste que o historiador-geógrafo pôde observar no litoral cearense a ponta de Jererécoara, «ainda hoje notada, entre os práticos da costa, pela sua formosura», e que lhe appareceu «da banda de sueste... como um vermelho bico de cisne mergulhando-se no oceano». Inclinou-se logo a identificá-la com o *Rostro Hermoso* de Vicente Pinzon, avistado após a descoberta do *S. Maria de la Consolación*, que o nosso historiador opinava, com bons fundamentos, ser a ponta de Mocuripe, no Ceará, e não o cabo de S. Agostinho em Pernambuco (27), como geralmente se supunha.

(25) *História das Lutas*, 1871, pág. 248.

(26) *Idem*, págs. V-VI.

(26a) Carta a D. Pedro II acima citada.

(27) Cf. *História Geral*, 3ª ed., t. I (4ª ed.), págs. 79-80.

Da demora em Pernambuco é uma comunicação sua ao Instituto Histórico, ainda inédita e datada de 30 de abril (28), dando conta do achado de um fragmento de lápide, com inscrição latina truncada, da qual se inferia ter André Valad de Negreiros reedificado algo a que ela se reportava. Imbutida que fôra a lápide no antigo palácio dos governadores da capitania, então já Faculdade de Direito, êsse seria o edificio reerguido, do qual a tinham retirado para dar lugar a outro, comemorativo da viagem do prédio pelo presidente da provincia, Sr. Chichorro da Gama! Na mesma carta comunicava ainda a leitura que fizera de uma inscrição em flamengo, existente na Rua da Cruz, por traz da Igreja do Corpo Santo (29). Perambulhe a mesma a descoberta da casa residencial de Jacob Strickover, o protetor de João Fernandes Vieira, a quem escolheu para procurador de seus bens ao se ausentar para a Europa, e que veio a se apoderar dêles: fato acorde com a tradição que apontava o referido prédio como tendo pertencido ao *Castrioto Lusitano*.

* * *

A 8 de agôsto o diplomata encontrava-se em Londres, já «com o pé no estribo», segundo suas próprias expressões, «para seguir para as Antilhas, e de lá para a Venezuela» (30). Já estivera na França, para onde viajara provavelmente pelo paquete *Extremadure*, partido do Recife depois de 30 de abril (31), e em Portugal, levado pelo desejo de rever as irmãs. Em Londres examinou no British Museum as coleções de manuscritos sôbre Portugal e Brasil, tomando nota dos que não foram contemplados no inventário de Jorge Cezar de Figanière (por terem entrado posteriormente à publicação do seu catálogo), a fim de imprimir a relação dêles, como o fêz em Havana, dois anos depois (32).

(28) Arquivo do Instituto, lata 23, documento n.º 499. Dá noticia desta carta a ata da sessão de 17 de maio de 1861.

(29) Sôbre esta mesma inscrição há uma carta escrita a S. M. o Imperador por Joaquim Francisco de Sousa Navarro, impressa na *Revista do Instituto* (t. XXIII, págs. 399-400).

(30) Carta desta data dirigida ao Dr. Antonio de Araujo Ferreira Jacobina, cujo autógrafo pertence ao Dr. Americo Jacobina Lacombe.

(31) Na carta a Jacobina, escrita de Recife, a 18 de abril, e que já citamos, diz Varnhagen ter a tenção de continuar com seus passeios pela bela terra pernambucana «enquanto não chegava o *Extremadure*, pelo qual pensava partir». Ficou em Pernambuco até o dia 30 pelo menos, pois esta é a data do officio ao Instituto Histórico que atrás citamos, dando conta das inscrições lapidarias achadas em Olinda.

(32) *Sucinta indicação de alguns manuscritos importantes relativos ao Brasil e a Portugal, existentes no Museu Britânico em Londres, e não compreendidos no catálogo Figanière, publicado em Lisboa em 1853, ou simples*

Assumiu o pôsto em Caracas antes de 16 de outubro, pois nesta data dirigiu uma nota a D. Hilarion Nadal comunicando-lhe, por ordem do seu govêrno, que, pelo Decreto nº 2.647, de 19 de setembro de 1860, tinham sido criados no Império entrepostos públicos e particulares, que pelo § 3.º do art. 231 da referida lei, visando favorecer os estados limítrofes, que, como Venezuela, tinham convenções fluviais com o Brasil, ficara determinado que nesses entrepostos poderiam depositar-se os seus produtos, desde que transportados em embarcações brasileiras ou dos países de origem, pelos rios e águas interiores das províncias do Amazonas e do Pará, com destino ao entreposto da capital desta última, provada a procedência por documento autenticado por agente consular do Império ou qualquer autoridade local.

Adiantava mais que, não obstante o tratado de 5 de maio de 1859 não haver incluído estipulação nenhuma acerca dos direitos de importação sobre os produtos da Venezuela introduzidos para consumo do Brasil, pelo § 27 do art. 512 do supramencionado decreto, que reformara as tarifas do Império, fôra concedida isenção de direitos aos gêneros introduzidos pelo interior da província brasileira do Amazonas, de qualquer ponto do território venezuelano lindeiro com o Brasil, quando produzidos no próprio território da República.

Dando conhecimento das providências tomadas pelo seu govêrno, o representante de S. M. o Imperador declarava esperar que o da República vizinha visse como o seu govêrno se empenhava, da sua parte, em fazer tudo quanto pudesse a fim de facilitar e ampliar as relações com a Venezuela e as mais nações do continente, a que se achava ligado por tratados de amizade e navegação fluvial. Como tais facilidades só se poderiam operar num regime de amplas franquias ao comércio, maximé em se tratando de populações atrasadas e de poucos recursos, como eram as fronteiriças, seria necessário libertá-las dos abusos e arbitrios dos agentes fiscais subalternos, tão fáceis de se perpetrarem em regiões de

aditamento ao dito catálogo. Habana, Imprenta «La Antilha», 1863, — In-8.º de 15 páginas.

A maioria dos escritos arrolados, segundo declara a *Introdução* assinada F. A. V., e datada de Quito, fevereiro de 1862, tinham provido de compras efetuadas no leilão da biblioteca de lord Stuart de Rothesay, em maio a junho de 1855. Alguns livros dessa célebre biblioteca do diplomata que tanto influiu para o reconhecimento da nossa independência, foram adquiridos pelo ministro brasileiro em Londres, Rebello da Fontoura, passaram depois à propriedade de Salvador de Mendonça, dêste para a de sua filha D. Valentina, e, finalmente, por compra, às do Sr. Djalma Pinto Ribeiro de Lessa. Entre esses livros há vários códices manuscritos de obras do Padre Antonio Vieira, em letra de começos do século XVIII, encerrando alguns escritos inéditos do grande jesuita, e cópia das peças do seu processo na Inquisição de Lisboa.

escasso povoamento e quase nenhuma cultura. Esperava, pois, procedimento equivalente por parte do governo da Venezuela. Terminava lembrando que, não poucas vezes, relações comerciais inauguradas por meio de liberalidades e isenções com objetivos civilizadores imediatos, dentro de poucos anos contribuíam para o país com um novo ramo de rendas, amplamente indenizador de qualquer pequeno sacrifício inicial. As providências que nesse sentido tomasse o governo venezuelano, em reciprocidade das iniciadas pelo Governo Imperial, viriam assim contribuir para êsse resultado e para a maior prosperidade de ambos os países (33).

A resposta, de Nadal, com data de 19 de outubro, foi de que a comunicação fôra transmitida à secretaria de fazenda, e que seria dada a S. Ex.^a resposta definitiva à proposta do governo imperial logo que lhe fôsem comunicadas informações por aquêlê departamento (34). Debalde procuramos conhecer os resultados dessa diligência, que não se encontram referidos nos relatórios subseqüentes do ministério dos negócios estrangeiros do Brasil. É provável que tenha sido concedida a reciprocidade nas vantagens oferecidas à República Venezuelana.

* * *

Em nota de 17, ao mesmo secretário de estado, o ministro do Brasil participava-lhe estar autorizado pelo Governo Imperial a entender-se desde já com o da República a respeito da demarcação de limites entre ambas as nações conforme o tratado de 5 de maio de 1859, não instando, porém, pela urgência, pois que reconhecia as dificuldades internas que no momento assoberbavam o governo venezuelano, a braços com a debelação de um surto revolucionário (35).

A resposta, de 29 do mesmo mês, dizia que o governo da República, logo que estivesse restabelecida a normalidade, consideraria como um dos seus primeiros cuidados providenciar sôbre a demarcação, de acôrdo com o Brasil (36). O tratado, a que essa troca de notas se reportava, fôra assinado no Rio de Janeiro na data acima e ratificado pelo congresso venezuelano a 9 de julho de 1860. A demarcação, porém, só em 1872-82 se iniciaria

(33) *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assemblêia Geral Legislativa na segunda sessão da décima-quinta legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Conselheiro Benevenuto Augusto de Magalhães Taques. Rio de Janeiro ... 1862 — Documentos Officiais, Anexo n.º 1, págs. 74-75.*

(34) *Idem, idem, págs. 75-76.*

(35) *Idem, idem, págs. 72.*

(36) *Idem, idem, págs. 72-73.*

por uma comissão mista dos dois países; de 1882 em diante os trabalhos prosseguiriam executados unicamente pelos técnicos brasileiros, chefiados pelo Tenente-Coronel de Engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araujo, depois Barão de Parima (37). Para tão dilatada protelação concorreram não só a instabilidade política interna da Venezuela, como as reclamações da Colômbia, que se julgava prejudicada pelas estipulações contidas no art. 2.º do tratado, o qual atribuía à república vizinha os terrenos entre as nascentes do Memachi e o Rio Negro (38), que o laudo arbitral da rainha Christina, regente da Espanha (1891) decidiu pertencerem à república colombiana.

* * *

Nada podendo resolver de definitivo quanto a demarcações de limites, Varnhagen deu parte ao ministro de estrangeiros de suas diligências (39), e tratou de obter a extradição de alguns criminosos brasileiros refugiados em território da Venezuela, o que já fôra, no ano anterior, objeto das diligências de seu predecessor Felipe José Pereira Leal. Procurava, não só resolver o caso em questão como obter por parte do país vizinho e reconhecimento das normas pelas quais em idênticos casos se regiam as nações modernas, firmando-se as praxes a seguir no futuro em situações semelhantes.

Alguns soldados da fortaleza de Marabitanas tinham assassinado, com requintes de crueldade, o comandante da mesma, Capitão Veríssimo José dos Santos Lima, e, desertando, haviam-se refugiado nas imediações de São Fernando de Atabapo e de São Carlos, território venezuelano. Pereira Leal, oferecendo por parte do governo imperial reciprocidade de procedimento em casos análogos, e invocando os princípios universais de justiça em jogo, pedira, por nota de 28 de julho de 1860, dirigida ao então ministro das relações exteriores da República, Pedro de las Casas, a entrega dos indigitados assassinos às autoridades brasileiras. Obteve como resposta (nota de 2 de agosto) que o governo venezuelano não teria dificuldades a opor à entrega, desde que se apresentassem provas suficientes que justificassem a prisão e punição, como réus de delitos atrozes, das pessoas cuja extradição se pedia, condi-

(37) Cf. J. S. da Fonseca Hermes e Murillo de Miranda Basto: *Limites do Brasil, descrição geográfica da linha divisória*. Rio de Janeiro, 1940, pág. 102.

(38) *Ibidem*.

(39). *Relatório* de 1862, Anexo 1.º, págs. 73-74.

cionando, porém, a entrega, ao compromisso de, em nenhum caso, se aplicar aos ditos réus a pena capital (40).

Coube a Varnhagen apresentar, acompanhando sua carta de 22 de outubro de 1861, os documentos estabelecendo a culpabilidade de Manoel José Francisco, Manoel Ganhão da Silva Azevedo e Ponciano Gonçalves, julgados autores do assassinato aleivoso do Capitão Santos Lima, que sucumbira vítima de dois tiros e dezessete golpes de baioneta, com circunstâncias agravantes de premeditação e roubo. Manifestava na dita nota esperanças de que o governo venezuelano desse as ordens necessárias para, quanto antes, se proceder à captura e entrega dos criminosos, que em Venezuela não seriam julgados menos merecedores de prisão e castigo, e oferecia da parte do Governo Imperial — pois para isso estava plenamente autorizado — reciprocidade na extradição de criminosos, não só de assassinio aleivoso, como de moeda falsa e quebra fraudulenta; entendendo-se que as reclamações deveriam ser feitas de governo a governo pelo representante do país em que se cometesse o delito, mediante a apresentação de provas que autorizassem sua prisão e castigo no Estado onde se houvessem refugiado (41).

A 2 de novembro Varnhagen recebia uma nota diplomática em que se lhe comunicava haver o Chefe Supremo da República julgado convincentes as provas apresentadas, e em consequência, haver expedido ordens ao governador da província de Guiana para que fôssem presos os indigitados indivíduos, e, mediante requisição das autoridades brasileiras, enviados à fronteira com a necessária escolta, feitas as despesas por conta do Império. Manifestava ainda a nota de D. Hilarion Nadal a confiança do governo da Venezuela de que por parte do Império fôsse assegurada à república reciprocidade de serviços em casos semelhantes, e que o governo de S. M. o Imperador, atendendo ao longo tempo decorrido desde a perpetração do crime, e ao fato de seus autores não terem continuado na carreira da maldade, lhes dispensaria sua clemência não lhes aplicando a pena de morte (42).

A resposta de Varnhagen tem a data de 4 de novembro: transmitiria ao seu governo cópia de sua atenciosa nota, e não hesitava em assegurar que este último encontraria na dita resolução do da república decidida prova dos seus desejos de cultivar com o do Brasil as mais amigáveis relações; tão certo era, que «tanto entre as nações como entre os indivíduos, os favores recíprocos são sempre prendas que contribuem a fomentar e a fortalecer as

(40) *Idem, idem*, págs. 76-77.

(41) *Idem, idem*, pág. 78.

(42) *Idem, idem*, págs. 78-79.

amizades». Fundando-se nos mesmos principios podia já atrever-se a assegurar ao Exmo. Sr. Dr. Hilarion Nadal que o Sr. Dom Pedro II, «cujo magnânimo coração estava sempre propenso a atos de clemência», acolheria benêvolamente a interposição dos bons officios do Exmo. Sr. Chefe Supremo da República em favor dos criminosos em cuja extradição conviera; pelo que transmitiria ao presidente da provincia brasileira do Amazonas a resolução do govêrno da república, prevenindo-o de que, qualquer que fôsse a pena a que a sentença houvesse condenado os delinquentes deveria suspendê-la até receber ordens da Côrte donde deveria baixar a decisão última (43).

Nosso illustre compatriota deixando resolvido o caso das extradições, e bem encaminhados os ajustes aduaneiros relativos ao comércio e navegação fluvial, pouco se demorou em Caracas, não sem haver remetido ao Ministro da Agricultura, Conselheiro Manoel Felizardo, o resultado de suas observações sôbre a cultura do café, muitos anos depois publicado (44).

Em 1862 estava no Equador, de onde passou a Lima, no Peru, a fim de fiscalizar a impressão de um folheto em defesa dos direitos do Brasil para negociar com o Peru nos têrmos do Tratado de Comércio, Navegação e Limites assinado em Lima a 23 de outubro de 1851, ratificado por parte do Brasil a 18 de março de 1852, e pelo govêrno do Peru a 1 de dezembro do ano anterior (45).

A êsse tempo tinha impresso, também em Lima, mas não publicado, o que só faria em 1867, o folheto *Os Índios Bravos* (46).

* * *

Em fevereiro de 1863 pisava Varnhagen terras cubanas, tendo lá chegado de passagem pelos Estados Unidos, e após percorrer

(43) *Idem, idem*, pág. 80.

(44) Officio datado de 2 de novembro de 1861, publicado em janeiro de 1871 na *Revista Agricola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, págs. 48-50.

(45) Cf. *Officio-Protesto*, págs. 13-14. O folheto tem por título: *Aún las cuestiones de limites del Ecuador, o sea Pedro Moncayo y su nuevo folleto, sus absurdos y su mala fe* — Panfleto escrito ás veces en su estilo, incluyendo curiosos asertos y acompañado de Importantes Documentos veridicos, que por si solos aclaran todas las cuestiones, por E. P. Lima. *Tipografía de Aurélio Alfaro*. Calle de la Union, cuadra 6ª — 180. 1862. In-4.º de 58 — XVIII páginas. É datado de setembro de 1862.

(46) *Os Índios Bravos* e o Sr. Lisboa, *Timon* 3.º, pelo autor da «História Geral do Brasil». — Apostila e nota G aos números 11 e 12 do «Jornal de Timon», contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto «Diatribes contra a Timonize», etc. (Em parte agora de novo reimpresso). Em Lima; na *Imprensa Liberal*, rua de S. Marcelo, 55 — 1867. In-8.º de IV — 124 páginas. Cf. pág. III e também *Officio-Protesto*, Viena, 1874, pág. 13.

grande parte da cadeia andina. Vin, perto de Quito, «os nevados Cayambe, Antisana, Pichincha e Cotopaxi (vulcão ativíssimo), e donde, perto do rio Bamba, os também nevados perpétuos Chimborazo, Caranairazo, Tunguragua, Altar ou Capac-urecu (Rei das Montanhas) e Cutilino, até os chilenos Tupingaro e Aconcagua, cujos píncaros culminantes, no estado atual da ciência, disputam ao do Chimborazo a primazia de altura na América». No Equador passara o dia e a noite de 2 de dezembro de 1862 (aniversário de S. M.), na cordilheira do Puyal, «dormindo todo molhado, ao relento, e com o pobre animal ao seu lado, sem ter o que comer...» (46a).

Na antiga Isabela, percorrendo-lhe a costa setentrional, pôde descobrir o ponto da primeira arribada de Colombo, o pôrto de Gibára (47), e logrou, como bibliógrafo, a maior, quiçá, de tôdas as emoções de sua vida: conseguiu adquirir em Havana um exemplar da *editio-princeps* da *Lettera* a Soderini por Vespucci (Florença, 1506) (48), precioso incunábulo do qual já possuía uma cópia mss. ofertada pelo Marquês Gino Capponi (49).

O objetivo principal da visita de Varnhagen a Cuba foi o de visitar as plantações de tabaco e de cana, e seus engenhos na zona central da ilha, estudar os processos industriais aí adotados na fabricação dos charutos e do açúcar, e indicar quais os melhoramentos a introduzir nas mesmas culturas e indústrias no Brasil (50). O resultado de suas observações foram expostos num ofício ao Ministro da Agricultura, enviado quando novamente em Caracas, a 26 de março (51), e no opúsculo *O Tabaco na Bahia* (52), em

(46a) Carta a D. Pedro II, datada da Ilha de S. Thomás, 26 de janeiro de 1863 (Original no arquivo do Museu Imperial).

(47) Cf. *La Verdadera Guanahani de Colón*, no tomo XXIV dos *Anales de la Universidad de Chile*, 1.º semestre, 1864, pág. X.

(48) Cf. *Amerigo Vespucci, son caractere, etc.* Lima, 1865, pág. 29.

(49) *Idem*, pág. 31.

(50) Cf. a biografia de Varnhagen por José Carlos Rodrigues publicada no *O Novo-Mundo*, de 23 de abril de 1873 (vol. III, pág. 110, col. 2ª).

(51) Saiu na revista *O Auxiliador da Indústria Nacional* como dissemos à nota 24, e em separado com o título *Carta ao excelentíssimo Ministro da Agricultura a respeito de vários melhoramentos nos engenhos de açúcar das Antilhas, applicáveis ao Brasil — Segunda tiragem*. Caracas, V. Espinal, 1863, — In-8.º de 15 páginas. A 1ª edição foi também de Caracas, em avulso de 4 páginas. Há um exemplar em apenso a uma carta do diplomata a D. Pedro II (A. M. I.).

(52) *O tabaco na Bahia — De que forma se há de melhorar, assim o cultivo da planta, como especialmente a cura da folha para charutos, a fim de poderem êstes rivalizar com os havanos*. Caracas, Eliodoro Lopez, 1863, publicado com as iniciais F. A. V.

Foi reproduzido em apêndice, no opúsculo de Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui intitulado *Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco*. ... Rio de Janeiro, Tip. Indústria Nacional de Cotrim & Campos, 1865, págs. 95-110.

que relata o que viu fazer no distrito de *Vuelta de Abajo*, a fim de se obterem, pela cura sêca, as fôlhas da Nicotina próprias à confecção dêsses charutos de renome mundial.

Foi ainda durante a estada na capital de Cuba que imprimiu o aditamento ao catálogo de Figanière, a que já nos referimos, e por ocasião de curta demora em Caracas (1863) editou os dois opúsculos sôbre os engenhos de açúcar nas Antilhas e o tabaco na Bahia acima citados.

Durante o estágio na Venezuela o espírito do sorocabano, como sucedia em qualquer lugar em que se encontrasse, estava sempre atento à observação de tudo de onde pudesse tirar proveito para o seu país. Era entusiasta dos vinhos feitos de frutas brasileiras, e não compreendia como o Brasil, possuindo tantas espécies de frutos indígenas aquosos e bem sacarificados, importasse enorme quantidade de vinhos europeus, e consumisse igualmente tantos ingredientes falsificados com êsse nome; ou então, se obstinasse em tentar o cultivo da vinha, tão pouco rendoso em nossas terras. Por isso folgou de ver como um francês, que conhecera na Venezuela, auferia grandes lucros exportando para a sua pátria vinho espumante de ananás, produzido numa fábrica que instalara em Cumaná, e de que os vinhateiros franceses se serviam para aromatizar outros champanhes. Essa indústria poderia também prosperar no Brasil (53).

* * *

Em meados de 1863 passou Varnhagen à Colômbia, onde casualmente conseguiu informar-se da vida que ali levava, ao tempo das lutas pela Independência da Nova-Granada, o refugiado político brasileiro José Ignacio de Abreu e Lima, com quem entretivera violenta polêmica em 1844-46. Abreu e Lima, filho do sacerdote do mesmo nome, alcunhado *Padre Roma*, fuzilado por ordem do Conde dos Arcos em 1817, intitulava-se «General» da Grã-Colômbia, por mercê de Simon Bolívar, e, no entanto, jamais passara de coronel, conforme apurou o ministro brasileiro, e comunicou a Dom Pedro II em carta datada de Bogotá, 20 de julho: «Aqui vim casualmente a recolher curiosas notícias para a biografia do meu amigo Abreu e Lima. Nunca foi general, e de ofício se pudera provar, se o govêrno imperial desejasse que se pedissem de Bogotá as provas. Entrou de capitão, serviu sempre

(53) Cf. *O Fabrico dos Vinhos do Brasil*, artigo impresso na *Revista Industrial* (Nova-York, Janeiro de 1878), pág. 4.

no quartel da saúde, e chegou a coronel, quando o expulsaram de Cartagena em 1831 pelo decreto de Luque de 28 de abril» (54).

Por êsse tempo é que lhe deveria ter chegado a noticia de sua remoção, lavrada a 30 de maio, para o Chile, como ministro residente junto ao govêrno dessa república e das do Peru e Equador (55).

* * *

Em fins do ano já se achava em Santiago do Chile. Depois de alguns anos de perambulações por países de *generales* e *supremos gobiernos*, con *la libertad* em permanente estado de tumultuosa gestação, vinha encontrar uma nação culta, polida, consciente dos seus deveres e responsabilidades, tanto como dos seus direitos, regida pelo sistema parlamentar: nação onde os homens de govêrno saiam das universidades e não das tarimbas; nação felizmente desprovida de *salvadores*, e, por isso mesmo, próspera, com finanças regularizadas e crédito no exterior; verdadeiro oasis de cultura e civilização no meio do grande deserto caudilhesco da América espanhola (55a).

Em janeiro de 1864 leu uma comunicação à Faculdade de Humanidades da Universidade de Santiago sôbre a verdadeira Guanahani de Colombo (56), segundo a convicção a que chegara

(54) *Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d'Eu*, separata dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, n.º 6.516, maço CXXXII (vol. II, págs. 80-81).

(55) *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1866, anexo 2.º, pág. 17.

(55a) Antes de ser acreditado junto ao govêrno de Santiago já o futuro Visconde de Pôrto Seguro nutria fortes simpatias e fundada admiração pelo grande povo chileno. Da carta que escreveu a D. Pedro II, da ilha de S. Thomaz, a 26 de janeiro de 1863 faz parte êste período:

«Chile [dentre as repúblicas da América espanhola] é a que dá mais garantias de prosperidade. — Rico por suas minas de cobre e prata, não esbanja: o orçamento é uma realidade e gasta em obras produtivas. A capital, Santiago, é uma cidade de grandes palácios, e todos do outro dia. Ao passo que a antiga maravilhosa Lima cai de velha, sem nada ter melhorado desde a independência, fora da sua Penitenciária modelo, e que a Quito espera-lhe a sorte de Mendoza e a Caracas a morte por inanição...»

O conhecimento mais direto do pais em nada modificou-lhe as convicções. Assim se exprimia em 1865 escrevendo a propósito do incidente com Pareja:

«O tempo também dirá se Pareja, em vez de vir reclamar o que seu Govêrno lhe recomendara, veio de intento provocar a guerra com fins menos nobres à filha de Espanha melhor organizada e mais bem lograda e governada» (Ofício a Francisco Otaviano, ministro dos negócios estrangeiros, datado de Santiago, 10 de dezembro de 1865).

(56) Publicada nos *Anales de la Universidad de Chile*, t. XXIV, 1º sem. de 1864, sob o título de *La verdadera Guanahani de Colón encontrada en sus mismos escritos. Comunicación a la Facultad de Humanidades por Don Francisco Ad. de Varnhagen*, págs. III-X, mais 120 páginas contendo o *Diário*

mediante a leitura do *Diário* do genovês. A tese defendida era a de que a referida ilha se identificava com a *Mayaguana*, uma das Bahamas, e não a depois denominada São Salvador, ou com a *Watling* (Guanima) de Muñoz, Peschel e Becher, a *Catt* de Washington Irving e Humboldt, ou, finalmente, a *Turcos* de Navarrette.

Publicada nos *Anales de la Universidad de Chile*, saiu no mesmo ano que a dissertação de Varnhagen, o juízo crítico sobre a mesma, escrito pelo conhecido historiador chileno D. Diego de Barros Araña (57), autor de uma monumental *História* de sua pátria e de extenso estudo sobre Fernão de Magalhães. Adotava integralmente as conclusões do historiador brasileiro: «Su explicación es tan lógica que no vacilamos en preferirla a las de sus ilustrados antecesores».

O ministro do Brasil não tardou a grangear vasto círculo de amizades na melhor sociedade chilena, onde encontrava ambiente capaz de satisfazer aos espíritos mais exigentes em requintes de sociabilidade e cultura.

A 28 de abril desposava D. Carmen Ovalle y Vicuña (58), jovem pertencente a uma das mais aristocráticas famílias do país, e «teve assim o Outono coberto de rosas nupciais», na frase feliz de Celso Vieira (59). Contava então 48 anos feitos.

* * *

Ainda em 1864 passou Varnhagen ao Peru, aonde o esperava difícil missão diplomática: obter que o govêrno daquela república tornasse efetivas as garantias individuais de cuja falta se queixavam os súditos do Império residentes nos territórios fronteiriços, e que lhes dificultavam as relações comerciais, não obstante as franquias estabelecidas pelo tratado de limites e navegação fluvial de 22 de outubro de 1858, grandemente beneficiadoras do Peru, deverem ter aplainado os obstáculos. Algumas dessas reclamações procediam das incertezas sobre os limites entre ambos os países, ainda não definitivamente fixados, apesar do que dispunha o art. 17 da

de *Colón*, segundo Las Casas, e outros documentos. Fêz-se também uma tiragem em separado, no mesmo lugar, em XIX páginas, contendo a memória de Varnhagen, os trechos do *Diário* de Colombo comprobatórios da tese e os documentos finais. Foi mais tarde vertida pelo autor para o alemão, e impressa em Viena em 1869, num folheto in-8º de 30 páginas.

(57) Págs. 321-325 do mesmo volume.

(58) Carta de Varnhagen a Sá da Bandeira, datada de Lima, 28 de abril de 1865. — V. também Basílio de Magalhães: *Francisco Adolpho de Varnhagen*, pág. 53.

(59) *Varnhagen (O Homem e a Obra)*, Alvaro Pinto Editor, Rio de Janeiro, 1923, pág. 34.

referida convenção, e dos esforços constantes que para isso desde 1860 envidava o nosso governo.

A 27 de outubro, 4 e 24 de novembro de 1864 trocaram-se notas entre o diplomata brasileiro e o ministro peruano das relações exteriores, delas resultando que o governo da república tornava apenas dependentes de averiguações as diligências recomendadas ao prefeito de Loreto, departamento da fronteira com o Brasil, a fim de satisfazer as reclamações do nosso representante (60).

As dificuldades com o governo do Peru, às quais estava ligada a missão de Varnhagen, tinham tido início em outubro de 1862, quatro anos exatamente após o convênio que abria às embarcações da república a navegação do Amazonas, navegação essa dependente ainda de regulamentação não elaborada, e que teria de ser resolvida de comum acôrdo entre ambas as nações interessadas. Fôra o incidente que lhes dera origem provocado pelos comandantes de dois vapores da marinha de guerra daquela nação, o *Morona* e o *Pastaza*, os quais, querendo valer-se da qualidade de navios de guerra das embarcações sob suas ordens, não obstante transportarem mercadorias de súditos peruanos, pretenderam subir o Amazonas, sem permissão do presidente da província do Pará, e sem sujeitarem-se às formalidades aduaneiras e policiais em vigor, desobedecendo às intimações das embarcações brasileiras mandadas no seu encalço, e do forte de Óbidos, que teve de utilizar seus canhões em defesa da soberania do Império desrespeitada.

Levando a efeito a determinação de Manuel José Ferreyros, seu comandante, o vapor *Morona* largou do pôrto de Belém a 23 de outubro de 1862, e, depois de empenhar-se em hostilidades com o forte de Óbidos, e haver conseguido passar o estreito, acabou encalhando adiante, nos baixos do Pararéquara, dos quais foi mais tarde salvo por navios da armada imperial enviados em seu socôrro. O *Pastaza*, que logo lhe seguiu na esteira, com idêntico propósito de seu comandante, Guilherme L. Pareja, de desconhecer a soberania brasileira, viu-se obrigado, pela falta de reabastecimento de combustível em Breves, a regressar ao pôrto da capital paraense.

Após a troca de notas diplomáticas e lavratura de protocolos entre o Sr. Buenaventura Seoane, representante do Peru, e o nosso ministro dos negócios estrangeiros, Marquês de Abrantes, ficou definitivamente encerrado o incidente mediante a troca de salvas de cortesia entre o vapor *Morona* e a fortaleza de Óbidos, e a adoção de um complemento à convenção fluvial de 23 de outubro de 1858, pelo qual «nenhum embaraço se oporia ao trânsito dos

(60) *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado ... pelo Ministro João Pedro Dias Vieira, Rio de Janeiro, 1865, págs. 35 e seq.*

navios de guerra peruanos pelo Amazonas brasileiro, em reciprocidade de igual franquia por parte da república, aos navios de guerra brasileiros, que houvessem de navegar pelo Amazonas peruano», reservando-se, porém, ambos os governos o direito de limitar o número das embarcações da potência vizinha a gozar dessa franquia.

No caso, porém, em que também transportassem mercadorias, não se poderiam prevalecer de tais imunidades, ficando então sujeitos às formalidades fiscais e policiais comumente aplicadas aos navios mercantes (61).

* * *

Em Lima recebeu Varnhagen uma nota de D. Andrés Bello, célebre juriconsulto venezuelano refugiado no Chile, onde foi o organizador da Universidade de Santiago, datada de 25 de outubro, felicitando-o pelo seu casamento e tratando de várias questões de terminologia diplomática. Referia-se também à próxima publicação do *Amerigo Vespucci* (62), cujo plano louvava, e à difícil missão diplomática de que o destinatário estava incumbido, desejando-lhe feliz êxito; esta e mais duas cartas do mesmo, datadas respectivamente de 22 de março e 9 de julho de 1865, conservam-se na coleção Varnhagen do Ministério das Relações Exteriores. Na de 22 de março agradecia-lhe a remessa do trabalho sobre o navegador florentino, e afirmava haver encontrado em autores italianos a grafia Amérigo usada pelo brasileiro, mas parecia-lhe estranho o *r* dobrado. Na de 9 de julho, em resposta à de Varnhagen de 20 do mês anterior, felicitava-o e à consorte pelo parto feliz desta (63) e seu restabelecimento; agradecia a

(61) Vejam-se os *Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros* de 1863 e 1864.

(62) Publicados efetivamente nesse ano, segundo o texto pronto, salvo pequenas interpolações, desde 1859. Eis o título completo:

Amerigo Vespucci, son caractere, ses écrits (même les moins authentiques) sa vie et ses navigations, avec une carte indiquant les routes par F. A. de Varnhagen, ministre du Brésil au Pérou, Chili et Equador, etc. Lima — Imprimerie du «Mercurio», rue de la Rifa, n.º 58. 1865. In-4º gr. de IV — 120 páginas com um mapa. O prefácio foi datado de Lima, outubro de 1864.

(63) Nascimento do primogênito do casal Varnhagen, de nome Xavier (em espanhol Javier) de Pôrto Seguro, morto na idade de 29 anos, deixando um livro de poesias e umas *Memórias* redigidas em francês e publicadas póstumamente em Paris (1896) por sua mãe, a Viscondessa de Pôrto Seguro. Era dotado de temperamento simpático e comunicativo, e de talento para as letras, que a morte precoce não deu tempo a desenvolver. Nasceu a 5 de março, pois assim o diz o pai em carta ao Visconde de Sá da Bandeira, de 28 de abril, onde diz que o filho a 5 do mês seguinte completaria dois meses. Nas *Memórias* Xavier só menciona o ano do seu nascimento, e a circunstância desvanecedora de haver sido batizado pelo bispo de Lima (*op. cit.*, pág. 10).

oferta do exemplar do *Palmeirim de Inglaterra*, e pedia que lhe indicasse um dicionário português destinado a resolver as dúvidas que lhe suscitava a leitura desse livro. Quanto à interpretação do fac-simile da assinatura de Vespucci, que lhe fôra pedida, não via nela o duplo *rr*, não obstante Alexandre de Humboldt justificá-lo pela assimilação de *l* de Amalric em um dos *rr*. Perguntava-lhe mais: por que motivo o acento grave de *Amerigo* teria gerado o exdrúxulo de *América*? Não vira esta acentuação nos versificadores latinos contemporâneos do florentino, e sim *América*, como resultava do seguinte verso:

«Et quidquid subtilis America expandit arenis.»

Mostrava-se inquieto quanto aos tropeços que encontrava o acôrdo entre o govêrno chileno e Tavira ministro da Espanha, e temia do novo plenipotenciário espanhol esperado novos embaraços, perspectivas que afinal se concretizaram em realidades. Esta passagem da carta de Andrés Bello requer uma explanação.

Em 1864, após incidentes ocorridos na província peruana de Talambo, que motivaram a ida de uma missão especial espanhola à república, a do Sr. Salazar y Mazarredo, uma esquadra de S.M. Católica ocupara as ilhas de Chinha no litoral do Peru, dando seu comandante, como pretexto desse ato, que elas pertenciam ao seu país, que ainda não reconhecera oficialmente a independência da República. Protestara o govêrno peruano, encontrando logo solidariedade no do Chile, expedindo ambos notas diplomáticas em que encareciam o perigo que, para a independência das nações americanas, representava a aceitação dessa doutrina. Respondendo ao apêlo do govêrno chileno, o de S. M. o Imperador do Brasil, mantendo estrita neutralidade, e sem indagar de que lado estava a razão, acedeu a oferecer seus bons ofícios para que a pendência fôsse resolvida com honra para ambas as partes e sem sacrifícios dos legítimos interesses dos estados americanos.

Tudo parecia felizmente serenado. O govêrno de S. M. Católica estranhara o procedimento de seus agentes, julgando improcedentes as razões alegadas para a ocupação das ilhas de Chinha, e chegara diretamente a um acôrdo amigável com o govêrno peruano, pelo qual seriam evacuadas as ditas ilhas pelas forças espanholas e o Peru pagaria à Espanha três milhões de pesos fortes como indenização pelas despesas feitas em consequência da *rejeição, por parte da república*, dos bons ofícios dum agente de outro govêrno amigo de ambas as nações, e que era o do Brasil. Restabelecer-se-iam as relações diplomáticas e assinar-se-ia um tratado de amizade, comércio e navegação em têrmos

semelhantes aos do que já vigorava entre o reino europeu e a república de Chile (64).

Os acontecimentos do Peru tinham, no entanto, provocado naquele país vizinho manifestações de desagrado em relação à Espanha, de que foram vítimas alguns súditos dessa monarquia lá residentes. A questão estava nesses termos quando Andrés Bello dirigiu a carta a Varnhagen, que deu lugar às presentes explanações. Vejamos o seu seguimento. O Almirante José Manuel Pareja, novo Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de S. M. Católica em substituição ao Sr. Tavira, que se retirara lavrando protesto contra os insultos feitos aos seus compatriotas, apresentou-se com sua esquadra em Valparaizo no dia 16 de setembro de 1865, animado de propósitos pouco conciliadores, como receiava Andrés Bello, e, sem fazer uso das instruções que levava, e que lhe aconselhavam procurar primeiramente uma solução pacífica e amigável, enviou, logo no dia 17, uma nota ao governo chileno, em que exigia reparações imediatas.

Os diplomatas acreditados em Santiago, aos quais o governo chileno comunicara o teor das notas trocadas entre êle e Pareja, reuniram-se sob a presidência do seu decano, o ministro dos Estados Unidos, a 22, e considerando estar iminente uma ruptura de relações entre a Espanha e o Chile, e isto sem que se tivesse antes procurado chegar a uma solução amigável, como, aliás, aconselhavam as instruções dadas a Pareja, resolveram reservar-se o direito de tomarem, em nome das nações que representavam, providências no sentido de acautelarem os interesses dos respectivos súditos residentes em território chileno. Da resolução lavrou-se uma ata assinada por Thomaz H. Nelson pelos Estados Unidos; Antonio Ferro, pela Colômbia; Hermógenes de Irisarri, por Guatemala; Guilherme Taylor Thompson, pela Inglaterra; Leverhagen pela Prússia; e Flory pela França; tirada em três exemplares, um dos quais foi remetido a Pareja; outro ao ministro das relações exteriores do Chile; e o último depositado na legação dos Estados Unidos (65). Acompanhando as cópias endereçadas ao almirante espanhol e ao governo chileno ia uma nota coletiva do corpo diplomático com o oferecimento de seus bons ofícios para uma solução honrosa do litígio.

(64) *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1865, páginas 37-40.

(65) *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, apresentado pelo Ministro José Antonio Saraiva, Rio, 1866, anexo 1º, págs. 113-114.

A resposta do comandante da esquadra espanhola veio no dia imediato, datada da capitânia *Villa de Madrid*. Agradecia os bons intuitos do corpo diplomático, mas recusava a mediação oferecida, visto que, em seu entender, tratava-se de uma questão de honra, caso em que só o agravado (no caso a Espanha) poderia ser juiz. Comunicava haver mandado na véspera um *ultimatum* exigindo reparações, e, caso não chegasse resposta favorável até as 6 horas da manhã seguinte (24 de setembro), iniciaria as hostilidades (66).

A 24 de setembro foi expedida segunda nota coletiva do corpo diplomático, recusando as razões que Pareja apresentara para não procurar solução pacífica antes de apelar para as armas. Nela se censurava a intransigência de sua atitude, e se insistia por uma solução conciliadora. Esse documento punha em relevo o fato de que a de Pareja, de 17 do mesmo mês, em que citava e apoiava a do seu predecessor Távira ao ministro do Chile Covarrúbias, de 13 de maio, nem sequer dava tempo ao governo chileno para responder convenientemente. Nesse caso viam-se os signatários na necessidade de manter as reservas e o protesto exarados na nota do dia 22 (67). Igual resposta teve segunda comunicação, esta do dia 26, de Pareja ao corpo diplomático, relatando o recurso extremo de que lançara mão, — o bloqueio do porto de Valparaíso e a captura de embarcações chilenas. O corpo diplomático mantinha a atitude expressa nas notas de 22 e 24 do mesmo mês (68).

Por esse tempo residia Varnhagen em Lima, mais despreocupado, depois de solucionada a questão diplomática que lá o levava, e feliz no seio da família (que desde 5 de março fôra acrescida com o nascimento do primogênito Javier) e das amizades que grangeara. Na carta a Sá da Bandeira, de 28 de abril, já uma vez citada, dizia-se «tão afeito a estes países, que pouco ambicionava passar a servir na Europa». Tencionava, porém, dar por lá uma volta com a mulher no ano seguinte. Aproveitava, entretanto, como sempre, as folgas para estudar os problemas locais e fazer observações de interesse para a solução de análogos em sua pátria, entre elles o da imigração de coolies chineses. Pôde assistir no Callao de Lima à chegada de várias centenas dêles, vindos em um único navio, sendo que mais de 10 % da leva morrera a bordo durante a travessia (69). Não nos deixou dito, porém, se a observação *in-loco* do trabalho dêsses colonos fôra de molde a encorajá-lo em propor a imigração chinesa como

(66) *Idem*, págs. 114-115.

(67) *Idem*, págs. 116-117.

(68) *Idem*, págs. 117-118.

(69) Cf. *Le premier voyage de Vespuce définitivement expliqué, etc.*, Vienne, 1869, pág. 28, nota.

remédio à falta de braços com que lutava a lavoura brasileira. É provável que as conclusões fôsssem desfavoráveis, pois não temos notícia de nenhuma proposta em tal sentido feita por Varnhagen a partir dêsse tempo.

Ouvindo rumores a respeito do conflito iminente entre a Espanha e o Chile, apressou-se o nosso ministro a passar da residência de Lima para a de Santiago, ao tempo em que já tinham começado as hostilidades, e se começava a sentir os efeitos do bloqueio sôbre os interesses comerciais das nações neutras. À sua chegada comunicou-lhe o decano T. H. Nelson (7 de outubro) os passos tomados pelo corpo diplomático estrangeiro, enviando-lhe cópia dos officios trocados entre êle, o Almirante Pareja e o ministro das relações exteriores do Chile (70). Convencido da justiça da causa da república transandina, e, pesando-lhe mais no ânimo as considerações de ordem jurídica do que as normas da prudência diplomática, esquecendo-se de que representava um país que timbrara em manter na questão estrita neutralidade, não hesitou em associar-se ao protesto de seus colegas, fazendo-o em têrmos corteses, porém enérgicos e desassombrados, que importavam visivelmente em apoio da causa chilena, não sendo impossível que para êsse gesto contribuissem também razões de ordem sentimental. Tratava-se da terra natal de *su querida Carmen*.

Eis a carta que a 9 de outubro de 1865 enviou ao ministro norte-americano:

«Sr. Ministro. Tive a honra de receber o officio de V. Ex. enviando-me, na sua qualidade de decano do corpo diplomático nesta República, cópias das três notas coletivas de 22, 24 e 28 de setembro próximo passado, dirigidas pelo mesmo corpo em minha ausência ao comandante da esquadra de Sua Majestade Católica em Valparaíso».

«Com os mais expressivos agradecimentos por essa atenta remessa, devo em resposta manifestar-lhe que, se aqui me achasse, houvera eu tido a maior satisfação em associar a minha firma à de meus nobres colegas nas ditas três notas. E aproveito esta ocasião para acrescentar que, havendo resolvido passar da residência do Peru à desta República apenas me constou, por certas conversações havidas em Lima e nas águas de Callão, que chegaram ao meu conhecimento, que as questões entre o Chile e a Espanha iam provavelmente a complicar-se, jamais concebi a possibilidade de uma rutura em tão poucos dias. Pelo contrário, nunca pensei que semelhante rutura teria lugar antes de se haver o comandante de esquadra de S. M. C. feito acreditar devida-

(70) *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros* de 1866, anexo 1º, págs. 112-113.

mente como plenipotenciário, por meio da apresentação da carta credencial autógrafa de Sua Augusta Soberana, nem antes de proceder de novo a discutir as antigas queixas, já que um decreto e uma real ordem haviam ante o mundo pôsto em dúvida o bom critério do Ministro público que as havia suscitado [Tavira] formulando reclamações exageradas até contra os meninos dos colégios e isto no momento em que todo o Chile se alarmava com razão ao ver proclamados no território vizinho direitos de reivindicação; proclamação que envolvia uma verdadeira ameaça de agressão, não motivada, à sua independência nacional, e que o Governo de S. M. C. não tardou em desaprovar».

«Se, porém, cheguei tarde para me associar aos meus colegas no seu nobre empenho em favor da paz e em defesa dos direitos da civilização moderna, resta-me a esperança de que os nossos bons ofícios, com os dos nossos respectivos governos, quer coletivos, quer parciais, poderão ainda ser aproveitados logo que o governo de S. M. C. seja melhor informado por juizes imparciais e desprevenidos, de tudo quanto ocorreu, e chegue a reconhecer que esta guerra, que por ora neste país mais prejudicial está sendo ao comércio e súditos estrangeiros que aos próprios chilenos decididos, segundo vejo, a sustentar a todo o transe a sua honra e os seus direitos, poderá vir a causar notáveis perdas e danos à considerável marinha mercante espanhola, não no Pacífico, mas nas costas da Europa e nos mares das Antilhas».

«Assim o passo a informar mais minuciosamente ao meu Governo, que aliás conhece bem os meus sentimentos a respeito da mesma Espanha, onde residi onze anos, durante sete dos quais fui seu representante em Madrid, dando sempre patentes provas de intentos conciliadores e benévolos e do mais sagrado respeito pela verdade e pela justiça (71).

A 17 de outubro fez o corpo diplomático em Santiago nova tentativa de pacificação, proposto aos beligerantes armistício e a submissão a arbitramento, dos agravos que deram origem ao conflito (72). Aceito pelo Chile, sob a condição de se retirar Pareja com a sua esquadra e devolver as prêsas feitas, foi, no entanto, rejeitada pelo almirante espanhol, sob a alegação de já haver o governo de sua pátria recusado anteriormente oferta idêntica de um país amigo, mas declarando estar pronto a tratar desde que o Chile lhe desse previamente tôdas as satisfações exigidas no *ultimatum* de 22 de setembro, do qual remetia cópia ao corpo diplomático (73).

(71) *Idem*, págs. 118-119.

(72) *Idem*, pág. 121.

(73) *Idem*, págs. 122-125.

Não podendo o Governo chileno, sem quebra da dignidade nacional, aceitar um arbitramento consecutivo a reparações arrancadas sob a coação dos morrões acesos, a guerra continuou, com sucessos não desfavoráveis ao Chile, pois a 27 de novembro, em officio reservado ao Conselheiro José Antonio Saraiva, ministro dos negócios estrangeiros, escrito numa das estações da via férrea, no trajeto de Santiago a Valparaíso, comunicava o nosso representante ter havido no pôrto de Papudo (meio grau de latitude ao norte de Valparaíso) um combate naval entre a corveta chilena *Esmeralda* e o vaso espanhol *Covadonga*. O barco chileno apenas sofrera o rombo de uma bala, e os tripulantes do *Esmeralda*, agindo de surpresa, conseguiram fazer mais de cem prisioneiros: a seguirem à noite, e em trem extraordinário, para Santiago, a fim de escaparem ao furor popular. Concluía o officio observando o quanto êsse feito alentara os ânimos chilenos, e que as conseqüências do combate seriam ainda mais importantes se o Almirante Pareja, para vingar a afronta, procurasse capturar o *Esmeralda*, o que só poderia fazer levantando o bloqueio (74).

A attitude de Varnhagen, que a carta a Nelson e o officio a Saraiva acima resumido revelam haver sido de franca simpatia pela causa chilena, foi imediatamente censurada pelo governo imperial, coerente com a posição desde o princípio assumida, de rigorosa neutralidade no conflito hispano-chileno, pelo que o ministro dos estrangeiros Saraiva pôde consignar, no seu relatório de 1866, que «esta espontânea desaprovação fôra recebida pelo governo de S. M. Católica como prova de não equívoca imparcialidade» (75). As paixões exclusivistas dos povos empenhados em guerra levam-nos, todavia, a considerar sempre a neutralidade das outras nações, principalmente quando vizinhas, como parcialidade pelos seus adversários. Durante os anos de 1865 e 66 o Brasil, já empenhado a contra-gôsto em guerra com o governo do Paraguai, e, por isso mesmo, desejoso de conservar-se em estrita paz com as demais nações, recebeu reclamações e protestos contra supostas quebras de neutralidade por parte de súditos de ambos os beligerantes, o que prova bem o quanto soube escrupulosamente manter-se na posição assumida. Para o espírito americanista intransigente, no entanto, não pode uma nação dêste Continente deixar de ser incondicionalmente solidária com outra qualquer empenhada em guerra, uma vez que a justiça de sua causa tenha por si êsse *irrespondível* argumento geográfico. Não seguiremos expondo os sucessos da guerra hispano-chilena, que culmi-

(74) Inédito. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 272, documento n.º 14.472.

(75) *Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros*, 1866, págs. 11-12.

naram no bombardeio de Valparaíso pelo Almirante Mendez Nuñez a 31 de março de 1866, por alheios ao objeto dêste trabalho. Chamaríamos apenas a atenção do leitor para o fato de que a neutralidade do Brasil, associada ao *crime imperdoável* de nos regermos então por instituições políticas diferentes das das demais nações da América, contribuíram para que a maneira de agir do antigo regime fôsse acusada pelas nações hispano-americanas de imperialistas, e de obedecer, na guerra em que fomos obrigados a nos empenhar contra o ditador do Paraguai, em desafronta de nossos brios e para repelir a invasão do território nacional, a intuições inconfessados de expansão territorial e hegemonia política (75a).

O governo do Peru, logo que se iniciaram as hostilidades, ofereceu sua mediação, que o Brasil não aceitou, e quando se conheceu haver-se assinado a 1 de maio de 1865 o tratado da Triplíce Aliança entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o governo de Lopez, protestou contra êle, ou melhor, interpelou insolentemente os aliados (agosto de 1866), porém com particularidade o Brasil, sobre os seus objetivos últimos, que supunha consistirem no propósito de conquistar territórios paraguaios, mudar sua forma de governo à revelia do povo dessa nação e reduzi-lo, pelo desarmamento, a uma situação de protetorado. Ao mesmo tempo em que assim faltava aos mais comezinhos preceitos da cortesia seguida entre nações que se respeitam, e mostrava manifestamente parcialidade em favor do agressor Lopez, teve a chancelaria peruana o desplante de *oferecer sua mediação* para chegar-se ao fim do conflito.

Os vãos terrores, reais ou fingidos, do Peru, a que se uniram a Colômbia, a Bolívia, e, mais discretamente, o Chile, vinham desde os tempos coloniais, e procuravam seu fundamento nas arremetidas expansionistas das entradas e bandeiras. Essa prevenção apesar de tôda a lisura e generosidade do Brasil Império nas relações com as repúblicas vizinhas, não se dissipara ainda, ganhando, pelo contrário, novas forças com o espetáculo das intervenções que, muito a contragosto, para atender às exigências

(75a) Varnhagen, da sua parte, fez sempre todo o possível para modificar as prevenções dos povos hispano-americanos em relação ao Brasil imperial. Sua atitude no conflito do Pacífico, de condenação à atitude agressiva do Almirante Parry, é uma prova disso. Em seus ofícios diplomáticos não se esquecia de instar pela necessidade de uma ação constante nesse sentido, como se vê do seguinte trecho do ofício a Francisco Otaviano de 10 de dezembro de 1865:

«O tempo dirá se não nos convinha ir (como eu tenho feito) com boas palavras e provas de interesse, desvanecendo certos ódios e a crença geral de que estamos associados à Europa para monarquizar tudo...»

Essa crença pensava ter a êsse tempo encontrado um apoio no reconhecimento do trono de Maximiliano I do México, pelo governo do Brasil.

da opinião pública brasileira, alarmada com os maus tratos e expoliações de que eram vítimas compatriotas nossos nos países platinos, em estado de revolução permanente, tivera o governo imperial de realizar em 1851-52 no Uruguai e Buenos Aires, e, em 1864, no Uruguai. Tanto eram infundados êsses receios que, vitorioso o Brasil em 1870, e reduzido o Paraguai à completa impotência, o governo imperial não fez a menor exigência de território à nação vencida, nem tampouco recebeu ou fez esforços para cobrar a indenização de guerra, e apenas levou a efeito o dismantelo da fortaleza de Humaitá, como garantia de que a livre navegação do Paraguai, estabelecida por tratados anteriores à guerra, mas sempre sofismados, e indispensável nesse tempo às nossas comunicações com a província de Mato Grosso, não ficaria mais sujeita ao arbítrio de qualquer tiranete que se lembrasse de nos criar novas dificuldades, renovando o procedimento de Francia e dos Lopez (76).

O Brasil, como nação soberana, não estava obrigado a comparecer à barra do pretório para dar contas da significação de um ato internacional perfeitamente enquadrado dentro das atribuições dos estados livres, ato cujo sentido e alcance se deduzia clarissimamente da letra do tratado, e que absolutamente nada encerrava de atentatório ao direito das gentes. Entendia que, na sua questão com o Paraguai, não era admissível a intervenção de outro estado, e rejeitou os bons ofícios oferecidos pelo Peru, que não tendiam a mais que a obter a permanência de Lopez no poder, solução que de modo nenhum poderia aceitar, sendo a *êle* e não à nação paraguaia que guerreava.

* * *

Estavam as nossas relações com o Peru nesse estado de tensão, quando Varnhagen recebeu uma nota do Senhor D. Toríbio Pacheco, ministro das relações exteriores da república, datada de 12 de janeiro de 1867, pela qual se convidava o Brasil para tomar parte no congresso americano a reunir-se em Lima no mês de abril seguinte, reunião essa em que se discutiriam «questões de grande interesse para as Américas. Respondeu logo (dia 14) que transmitiria a proposta a seu governo; mas, aproveitando a oportunidade para fazer algumas considerações, adiantava que, quando três anos antes o gabinete do Rio de Janeiro fôra convidado para o anterior congresso, manifestara boas disposições de nêle tomar parte, *dadas certas circunstâncias*, segundo constava da

(76) Veja-se, entre outras, a obra de Antonio Pereira Pinto: *Apontamentos para o Direito Internacional*, etc. . . ., t. III (Rio de Janeiro, 1866), na parte que respeita à negociação de nossos tratados com o Paraguai.

nota então dirigida ao Senhor Seoane pelo Senhor Dias Vieira, ministro dos negócios estrangeiros do Império. Na ocasião, porém, em que toda a sua atenção e atividade se concentravam na guerra ao invasor paraguaio, pensava *não ser aquêlê o momento mais oportuno para o seu govêrno ocupar-se do mesmo congresso*, tanto mais que «não podia lisongear-se com a esperança de nêle recair a escolha de S. M. Imperial não só por conhecer a sua insuficiência, como por motivos de delicadeza que se abstinha de particularizar».

O tino do nosso ministro advertia-o de que o verdadeiro intuito do govêrno de Lima era o de agitar perante o Congresso a questão da guerra feita pela Tríplice Aliança ao ditador do Paraguai, convertendo a assemblêia em côrte internacional de justiça perante o qual sua Pátria compareceria no papel de réu. Com habilidade e energia aprou o golpe, indo além do que lhe fôra perguntado, isto é, respondendo ao pensamento e intenções do govêrno peruano, dissimulados sob a aparência duma inocente cortesia diplomática, que o *Império do Brasil não reconhecia em outras nações o direito de se constituirem em juizes das atitudes que assumira, como potência soberana, em defesa da honra nacional ultrajada e do seu solo invadido*, atitudes de cuja justiça só a própria nação brasileira poderia conhecer. A resposta do Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque foi exatamente a prevista pelo nosso residente em Lima, e fundamentada nos motivos que acabamos de expor e outros: O Brasil não tomaria parte no Congresso, além do mais, porque para isso teria de consultar as repúblicas suas aliadas, não havendo tempo suficiente para tal diligência; motivo pelo qual teria que ordenar ao representante brasileiro se abstivesse de tomar parte em discussões ou deliberações de qualquer natureza, que tivessem como objeto intervir nos nossos negócios; semelhante reserva não poderia deixar de ser «desagradável aos demais países representados no Congresso», embaraçando o andamento de seus trabalhos. O officio de Sá e Albuquerque tem a data de 17 de abril de 1867 (77). Antes disso, porém, deu-se em Lima um incidente diplomático que teve como consequência a retirada de Varnhagen e a rutura de relações entre o Brasil e o Peru.

* * *

Perante o Congresso Constituinte reunido, o chefe do govêrno, Coronel Prado, a 15 de fevereiro, lera a mensagem historiando os atos de sua gestão no interregno constitucional, men-

(77) As peças relativas ao expediente dessa questão foram insertas no *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1867, anexo 1.º*, páginas 98-101.

sagem da qual constava o seguinte período, altamente ofensivo ao Brasil e a seus aliados:

«Os cuidados da guerra [com a Espanha] não têm feito o Peru esquecer o que deve às *repúblicas do continente suas irmãs*. À do Paraguai sustenta contra o Império do Brasil e seus aliados uma luta em que a *justiça da causa rivaliza com o heroísmo da defesa*. A bem dos beligerantes e por honra e conveniência da América *protestamos contra tal escândalo*, oferecendo ao mesmo tempo a nossa amigável interposição» [o grifo é nosso] (78).

Varnhagen que, como convidado, assistia à abertura do congresso, juntamente com os demais membros do corpo diplomático, não se conteve, e no dia seguinte passou a seguinte nota de protesto ao Sr. D. Toribio Pacheco, ministro das relações exteriores:

«Senhor Ministro. — É do meu dever significar a Vossa Excelência com o mais profundo sentimento ouvi ontem da própria boca do chefe supremo desta República e leio hoje nos jornais o período da mensagem pronunciada na abertura do congresso constituinte, no qual Sua Excelência se refere à guerra que o Brasil e seus aliados sustentam contra o Paraguai».

«Devo supor que Vossa Excelência não tinha conhecimento dessa parte da mensagem, quando, por sua nota n.º 5, de 13 do corrente, se dignou convidar-me para assistir ao ato em que ela devia ser pronunciada, pois não me é dado conceber que fôsse jamais de seus intentos proporcionar-me em público e em tão solene ocasião um grande desgosto, em correspondência aos sinceros esforços que tenho constantemente feito por manter com Vossa Excelência, tanto oficial como particularmente, até agora com reciprocidade, as mais amigáveis e cordeais relações».

«Estou certo que o meu governo experimentará, semelhantemente, uma dolorosa impressão, ao ler a mencionada mensagem; e a êle caberá decidir se, não mediando outras explicações, há ou não uma violação das leis da neutralidade no período a que me refiro, em que o chefe desta República parece animar com as suas simpatias oficiais ao Paraguai, desde que proclama solenemente à face do universo, contra o Brasil, que a justiça está do lado daquele beligerante, hoje na defensiva, considera como escândalo a guerra, sob todos os conceitos justa, em que a minha pátria se acha empenhada, em desafronta da honra nacional ultrajada, e deixa entrever que só por atenção à República paraguaia, como irmã da peruana, ofereceu a sua interposição amigável, que,

(78) Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1868, anexo 1.º, pág. 9.

à vista de suas próprias palavras, não levava o caráter da conveniente imparcialidade».

«Pela minha parte, Excelentíssimo Senhor, interpretando da única maneira que alcança a minha compreensão e o meu limitado conhecimento da lingua espanhola, as frases a que tenho a honra de aludir, só me é dado, até por próprio decôro e por consideração com esta República, junto à qual me acho acreditado como ministro residente de S. M. o Imperador do Brasil, protestar desde já, como pela presente nota protesto, contra as mesmas frases, como em desacôrdo completo, pelo menos, com a história da ruzura das hostilidades, justificada até a evidência por documentos autênticos que provam como o chefe paraguaio, valendo-se de um poderoso exército que desde há muito, mais ou menos clandestinamente preparava, agrediu sob pretextos frívolos, no seio da mais completa paz, primeiro o Brasil, e logo depois a República Argentina, cujos governos, confiados na fé dos tratados, não se achavam prevenidos para a guerra com que foram ambos aleivosamente surpreendidos e na qual, em meu entender, não têm dado menos mostras de heroismo do que o seu inimigo, cuja obstinada defesa, segundo é mui sabido, não procede sômente do seu valor, como também do seu clima, dos seus pântanos e de mil outros obstáculos naturais que têm arrostado e continuam arrostando as armas do Brasil e seus aliados».

«Aproveito esta ocasião para repetir a Vossa Excelência que, com os sentimentos de tôda a consideração, tenho a honra de ser de Vossa Excelência mui atento servidor

Francisco Adolpho de Varnhagen» (79).

Nesse meio tempo Toribio Pacheco renunciara o pôsto de ministro das relações exteriores, não sem no relatório, que também leu perante o congresso constituinte, ter abundado nas mesmas considerações que o Coronel Prado, detendo-se na análise do tratado da Tríplice Aliança, ao qual atribuiu o intuito de «fazer desaparecer a nacionalidade paraguaia, pois em tanto», segundo êle, «importava o compromisso solenemente contraído pelas nações signatárias, de não deporem as armas enquanto não conseguissem derrocar o atual govêrno do Paraguai, de demolirem tôdas as fortalezas, recolhendo o armamento existente no território paraguaio, de garantirem, unicamente entre si, a existência dessa república por cinco anos; e a de a circunscreverem aos limites precisos que assinava o tratado, sem que nessa demarcação, se desse parte ao govêrno do Paraguai» (80).

(79) *Idem*, pág. 10.

(80) *Idem*, págs. 11-12.

Que pândego era e que ingenuidade afetava o Sr. Dom Toribio Pacheco! As nações aliadas faziam a guerra ao Paraguai, porém, para que ela fôsse aceitável para Sua Excelência, seria necessário antes *pedir licença* ao ditador paraguaio e ao seu colega peruano para guerreá-lo; tendo sofrido agravos, que levaram os signatários do tratado à guerra (pois no caso contrário muito ruenos teria sombra de justiça para o Sr. Pacheco), deviam no entanto, *manter o govêrno agressor no poder, ainda mesmo depois de vencido*, em guerra feita *unicamente* para depô-lo e tão sòmente por não se achar outra solução capaz de consolidar a paz; para garantirem, *entre si* evidentemente, as fronteiras do Paraguai, nas bases reconhecidas antes da guerra, providência sábia, prudente e generosa do tratado, inserida com o único objetivo de acautelar o patrimônio territorial do país vencido contra reclamações de um ou outro dos aliados vencedores, seria necessário fazê-lo com audiência da nação vencida (!). Agora perguntamos nós: Com que espécie de govêrno paraguaio queria o Sr. Pacheco que os aliados tratassem êsses outros limites? No khanato de Lopez não havia dualidade de governos, nem a causa da guerra fôra dissensões internas da república, com a conseqüente falta de garantias para os cidadãos brasileiros, e sim a apreensão violenta, sem declaração de guerra, do nosso navio *Marquês de Olinda*, o aprisionamento dos passageiros e guarnição do mesmo, e a invasão de Mato Grosso pelas forças sob o comando de Barrios. Os paraguaios, em geral, contra os quais, como irresponsáveis que eram, nenhuma queixa tínhamos, estavam todos solidários com Lopez, prestando-se com uma passividade de fanatizados orientais a serem os instrumentos dóceis e cegos de seus planos megalomaniacos. Éramos forçados a combatê-los sem, com isso, hostilizarmos a nacionalidade. Quanto à forma de govêrno a se estabelecer ulteriormente na República, é evidente que só se fôssem completamente imbecis, ou guerreassem para satisfazerem o bel-prazer do Coronel Prado e sua camarilha, é que os signatários do tratado não assentariam prêviamente as providências a tomar quando vitoriosos, com o fito de impedirem futuramente o nascimento de novas tiranias xenófobas no solo tão propício a isso das antigas reduções jesuíticas, tiranias que pusessem em perigo a paz e a segurança dos seus países e da América do Sul em geral. Não havia em tais precauções o menor intento de oprimir a nação paraguaia, e sim o empenho de civilizá-la, e fazê-la apreciar as vantagens da ordem jurídica e constitucional que não conhecia ainda. Entre nações cultas e respeitadoras dos pactos internacionais, dotadas de polícia interna suficiente, de magistratura autônoma e capaz de garantir os direitos civis dos estrangeiros domiciliados nos respectivos territórios, qualquer que seja

a situação política no momento vigente, tais providências poderiam julgar-se supérfluas e humilhantes. Não era êsse, porém, o caso do Paraguai, e uma longa experiência o havia demonstrado. O território das antigas reduções era gerido à maneira de uma grande fazenda lavrada pelos braços de escravos, que outra qualificação não mereciam os súditos de Lopez. A punição corrente era a das chibatadas, aplicadas pelo mais fútil motivo, e não eram raros os casos de mortes. As prisões públicas só encontravam similares nos lóbregos cárceres da Idade Média, e, não contentes com isso, os verdugos do povo paraguaio prendiam por meio de correntes os prisioneiros às paredes. A qualquer pessoa que ousasse encerrar, por mera curiosidade que fôsse, a pessoa do ditador, o mínimo que lhe poderia acontecer era ser chicoteada. O confisco de bens particulares, sem côr ou forma de processo, era freqüente, e a magistratura togada jamais tomava conhecimento dêsses fatos cíveis ou criminais, todos resolvidos administrativamente e *manu-militari*. Havia, pois, no Paraguai dos Lopez, uma situação de *fato* em que se justificaria a intervenção armada de outras potências em nome da civilização, e com o direito de reservarem até, para seus súditos, privilégios de extra-territorialidade naquela *soi-disant* democracia, como é de uso em relação às nações bárbaras; e, no entanto, o Brasil durante anos não se moveu, e só agiu quando, diretamente atacado na sua honra e no seu território, lhe foi impossível continuar a contemporizar! Se alguma censura merece o governo imperial é só a de ter, por um respeito excessivo à independência do país vizinho, respeito êsse inerente às nações civilizadas, feito tão tarde essa intervenção.

Os povos bárbaros, porém, não compreendem tais escrúpulos, de que são incapazes. A longanimidade do governo brasileiro foi interpretada como covardia, fraqueza, ou falta de segurança interna das instituições, e por isso Lopez — não dizia êle que o Império era um colosso com os pés de barro, e não estava crente na defeção dos riograndenses, que *eram republicanos*? — supôs que poderia zombar de nós e atacar-nos impunemente. Saiu-lhe o trunfo às avessas, e na desgraça, seus partidários paraguaios e seus cúmplices os traidores positivistas, nem ao menos têm a nobreza de suportar com estoicismo as conseqüências da derrota, e vivem a lamuriar-se e a atribuírem ao Brasil, como faz, entre outros, o Sr. Ó Leary, a irremediável decadência de seu país, cuja única causa reside na incapacidade orgânica das populações paraguaias para a vida civilizada, e para o trabalho metódico e regular com que se constroem as grandes nações. A coragem guerreira e a sobriedade não bastam para isso. São necessárias outras qualidades que faltam em absoluto à raça tupi-guarani, e que explicam sua decadência e desapareição em todos os lugares

onde teve de entrar em concorrência com raças superiormente dotadas pela natureza.

O fato de Lopez ter querido *buscar lâ e haver saído tosquiado*, fêz com que seus exaltados partidários o guindassem à categoria de mártir da independência do seu país, e herói nacional, colocando seus despojos num Panteon, como se a derrota e a morte em combate pudessem, só por si mesmas, canonizar alguém, fazer do bandido um santo! Se usássemos, para a escolha dos heróis, o critério seletivo dos lopistas, poderíamos colocar o Lampeão num templo cívico. Fêz grandes correrias, zombou por muito tempo dos esforços de várias policias estaduais, escondendo-se sempre que elas apareciam; cometeu muitas mortes, roubos e estupros, sempre que podia agir sem receio de represálias; e por fim morreu *valentemente* (por não ter outro remédio) acuado como um porco montês pela polícia alagoana. Era um herói nordestino, mestiço de sangue português e tupi, tipo racialmente muito parecido com o do hispano-guarani dono do Paraguai. Não admira que tivesse as mesmas tendências. Possuía todos os requisitos necessários, até o da raça, para ser um herói e mártir à paraguaia, menos o de haver governado uma nação e tê-la arrastado sem necessidade a uma guerra de que saiu aniquilada; e no entanto, nós no Brasil o consideramos um simples bandido, merecedor antigamente da fôrça, e, nos nossos dias, de 30 anos de encarceramento, se fôsse apanhado vivo. Cruel destino o teu, *Cap'tão Virgolino*, vulgo *Lampeão*! Nascestes numa terra incapaz de apreciar teus subidos méritos! No antigo Paraguai serias herói nacional! Talvez mesmo no Brasil não estejas longe disso. Há ainda muitos positivistas na nossa terra, e não é impossível que algum venha a inaugurar uma *ditadura científica* capaz de glorificar-te e colocar-te o nome numa das semanas vagas do calendário de Augusto Comte, e a figura moldada em bronze, acompanhada de muita gente e muitos dísticos, num pedestal giratório! Por muito menos entrou Francia para o calendário, apadrinhado por Carlyle, que certamente devia conhecê-lo muito melhor do que nós, e ser juiz irrecusável na matéria, pois era da Europa *ocidental*, nasceu numa terra que tem muitas máquinas, *pouca metafísica*, e fabrica a melhor casimira do mundo!

Voltemos, porém, ao ponto em que deixamos a nossa questão.

* * *

J. A. Barrenechea, interinamente na pasta das relações exteriores, foi quem, a 18 de fevereiro, respondeu ao ministro brasileiro, assegurando-lhe que «o Coronel Prado, ao pronunciar as palavras *que chamaram a atenção de Sua Excelência*, não tivera em abso-

luto a idéia de ofender ao Império do Brasil, cujas boas relações muito apreciava, nem de lhe causar o menor desagrado» (81).

Esta resposta, assim como a nota de 16 que a provocara, foram remetidas por cópia ao governo imperial, e publicadas também no periódico oficial *El Peruano*, em virtude de resolução expressa do presidente provisório da República (82).

Tendo renunciado o poder no congresso constituinte, depois, já se vê, de se garantir a eleição para presidente provisório, o Coronel Prado reconstituiu seu gabinete colocando na chefia do ministério das relações exteriores Simon Gregorio Paredes, que em carta circular de 7 de março ao corpo diplomático, participou sua investidura.

Agradecendo a comunicação, Varnhagen, em nota do mesmo dia, chamava a atenção do ministro peruano para outra em separado, que com a mesma lhe remetia, do teor seguinte:

«Senhor Ministro. — Em conformidade do que prometi na minha nota de 27 de fevereiro último, respondendo à dêsse ministério nº 6, de 18 do mesmo mês, cumpre-me desde êste momento em que recebo a participação oficial da nomeação de Vossa Excelência para o cargo de ministro de estado das relações exteriores, e no interesse da conservação das boas relações entre o governo de S. M. o Imperador do Brasil e o desta República, invocar a sua valiosa atenção sôbre quanto passo a expor».

«Na «Memória» ou relatório que o Senhor Secretário de estado D. Toribio Pacheco apresentou ao congresso constituinte, tratando da aliança entre o Brasil e as Repúblicas do Prata, celebrada no intuito de repelir as ale'vosas agressões do chefe paraguaio, obrigando-o a restituir a soberania à sua própria nação, que conserva escrava, e cuja independência os ditos aliados se comprometeram a respeitar, o Sr. Pacheco, mais por sua própria autoridade, que pela força das razões que alega, avança o contrário, quando diz que a dita aliança se formara «com o propósito del'berado de fazer desaparecer a nacionalidade paraguaia», e quando logo repete que a obra de semelhante desaparecimento era o «fim verdadeiro do tratado constitutivo da tríplice aliança».

«Há mais: Outorgando gratuitamente o Sr. Pacheco aos aliados pretensões de conquistar para si o Paraguai, e comprazendo-se em invocar catedraticamente contra essa imaginada conquista «os princípios imutáveis do direito e da moral» e a carência de motivos supremos que fizessem calar a voz da justiça «para que soasse unicamente a do interesse» (dos aliados) prossegue:

(81) *Idem*, págs. 12-13.

(82) *Idem*, pág. 13.

«Os mesmos aliados reconheceram sem dúvida que o pacto por eles celebrado não se ajustava perfeitamente aos *preceitos da justiça e do direito*, e que a obra que cometiam não merecia a *aprovação das demais nações da América*».

«Nem se explica de outro modo o empenho com que se manteve secreto o tratado, etc.».

«Desta maneira o mencionado predecessor de V. Ex. se abalçou a denunciar oficialmente o meu govêrno nada menos que de haver subscrito a cláusulas que têm propósitos clandestinos de conseguir fins opostos aos que inculca; e julgou poder apoiar essa denúncia na circunstância de que o pacto se manteve secreto; como se os pactos secretos não fôsem reconhecidos mui lícitos pelo direito internacional, e como se tantas vêzes não houvessem devido a eles, mantidos fielmente com empenho, a sua salvação causas mui justas e sagradas, tanto na Europa como neste continente; — onde, segundo a nova doutrina do Sr. Pacheco, não seria mais possível manter secreto qualquer tratado, senão admitindo que as nações negociadoras dêle *reconheciam* «que a obra que cometiam não mereceria a aprovação das demais nações da América (tão sômente)».

«Ainda que não posso crer que da parte do Sr. ex-secretário de Estado houvesse nenhum *propósito deliberado* de ofender o meu govêrno, quando, por outro lado, dispunha a conservação das boas relações com êle, vejo-me obrigado a protestar contra as mencionadas frases e a pedir a V. Ex. acêrca delas as explicações que tenha por convenientes, e sem as quais não desejaria levar a «Memória» à presença do meu govêrno».

«Aproveito esta ocasião para oferecer a V. Ex. a segurança, etc. ...

Francisco Adolpho de Varnhagen» (83).

Esta nota ficou sem resposta. Outra, datada de Chorrilhos, 23 de março, insistindo por uma resposta que chegasse a tempo de acompanhar a «Memória» do Sr. Pacheco, que êle não desejava remeter à chancelaria imperial sem acompanhá-la das explicações do govêrno peruano, o que faria impreterivelmente a 27 do corrente, cruzou-se com a da mesma data (23) do govêrno peruano, respondendo à de Varnhagen do dia 7, em moldes idênticos à da que foi dada à primeira nota de protesto: «O Sr. Pacheco no referido relatório não tivera intenção de ofender ao govêrno do Império do Brasil» (84).

(83) *Idem*, págs. 13-15.

(84) *Idem*, págs. 16-17.

Em suma: Atribuía-se ao govêrno brasileiro intuitos aleivosos de conquista do Paraguai; dizia-se que, pelo fato de reconhecerem imorais os objetivos do tratado, tinham-no os aliados mantido em segredo; e tais declarações não eram injuriosas nem caluniosas ao Brasil?! Afirmava-se não ter havido intenção de nos ofender, mas não se retiravam as expressões injuriosas nem ao menos se as explicavam convenientemente. O Brasil que se contentasse com isso! Eis em que consistia a diplomacia e o tato peruano dêsse tempo!

Está claro que resposta tão ingênua e evasiva, resposta de quem não queria apresentar desculpas, mas, ao mesmo tempo, não possuía a coragem de sustentar impavidamente sua atitude, não poderia ser aceita por um diplomata de brio e pundonor como soiam ser os que formavam a nossa representação exterior nos áureos tempos do Império, tradição que felizmente se manteve, com raras exceções, ininterrupta até hoje: a 28 de março, ainda em Chorri-llhos, lavrava Varnhagen uma nota enérgica de protesto contra as evasivas e dilações das notas peruanas e exigia explicações claras e terminantes. Dela destacaremos os seguintes períodos:

«... Não me resta mais recurso que declarar categoricamente a V. Ex. que, contendo o capítulo da *Memoria* de relações exteriores no que se refere à questão paraguaia (não tratando das da mensagem já submetidas ao govêrno imperial) proposições falsas e ofensivas ao meu govêrno, a conservação e aceitação tácita delas pelo de V. Ex., com o seu silêncio poderia contribuir a abalar as relações de amizade e boa inteligência entre ambos que aliás as desejam estreitar e manter».

«Quando um govêrno, Exmo. Senhor, por um descuido perante um público ao qual principalmente se dirigia, deixou involuntariamente maltratado, com expressões que envolvem ou parecem envolver uma injúria ou vitupério, outro govêrno amigo, que o respeita como respeita a si próprio, o mais natural, se acaso faz dessa amizade o devido aprêço, é reconhecer logo a gravidade do seu descuido, e apressar-se a retirar ou a explicar convenientemente essas tais expressões. Porquanto ainda não tivessem elas o propósito deliberado de irrogar ofensa ao govêrno amigo, se não são logo retiradas ou explicadas devidamente, poderão sempre causar-lhe prejuízos, não só no que respeita à justa apreciação dos fatos narrados, como principalmente à consideração e estima dos povos amigos, que todo o govêrno aprecia, quando a soube merecer» (85).

Dois dias depois de expedida esta nota teve lugar uma conferência entre o Ministro do Brasil, o Presidente do Peru e o

(85) *Idem*, págs. 17-18.

Ministro das Relações Exteriores, patrocinada pelo representante do Chile, a fim de acomodar-se a desinteligência. Propôs Varnhagen que o governo peruano retirasse a nota de protesto contra o tratado entregue por Vigil, assim como o protesto de Pacheco. Não foi aceito este recurso, convidando o Sr. Paredes a Varnhagen para juntos discutirem outro meio conciliatório. Logo depois caiu o Ministério, assumindo a pasta das Relações Exteriores Felipe Osório, com quem, depois da troca de cumprimentos protocolares, o Ministro do Brasil teve uma conferência na secretaria de Estado a 15 de julho de 1867. Manteve-se intransigente o governo peruano em negar as explicações pedidas, e isto porque «havendo protestado o Peru contra o tratado da Tríplice Aliança, em virtude do qual se fazia a guerra ao Paraguai, e tendo pôsto em conhecimento dos signatários do tratado êsse protesto, — o governo do Peru aguardava a resposta devida; *que as frases da mensagem e do relatório, contra as quais havia reclamado o Sr. Ministro do Brasil não eram mais que a confirmação e ratificação do dito protesto; e que o governo do Peru, enquanto não recebesse aquela resposta, não julgava achar-se em situação de decidir se podia dar outras explicações*».

Varnhagen declarou então, que em vista dessa resposta categórica do ministro, comunicar-lhe-ia por escrito uma resolução de que tinha retardado o mais possível a publicidade (86), e com efeito, por nota de 16 de julho pedia os passaportes (em separado) para si e para a família, que por vários motivos não poderia seguir com êle no mesmo próximo paquete para o Equador (87).

É necessário lembrar aqui, que, por atos do Governo Imperial de 26 de dezembro de 1866 e 12 de março de 1867, tinham sido separadas da nossa representação no Peru, respectivamente, as no Chile e no Equador. Varnhagen podia, pois, sem sacrifício do expediente das demais legações, deixar seu pôsto em Lima.

Ficavam dêsse modo suspensas as relações diplomáticas do Brasil com o Peru, só reatadas pelo sucessor de Prado, que decretando sem efeito os atos do governo dêste, deu ao Brasil satisfações completas. O encarregado de negócios do Peru no Rio de Janeiro, Sr. Benigno Vigil, ainda obteve, antes do rompimento formal, uma conferência com o Ministro Sá e Albuquerque, que se realizou a 31 de outubro, tendo sido antes ouvido Varnhagen,

(86) *Idem*, págs. 18-22.

(87) *Idem*, pág. 22.

já de regresso ao Rio (88). O Sr. Vigil, de cujo tato diplomático podemos fazer idéia pela nota que a 29 de dezembro do ano anterior dirigira de Montevidéu ao Ministro Sá e Albuquerque «perguntando-lhe se tinham fundamento os boatos que corriam a respeito de uma *aliança secreta entre o Brasil e a Espanha contra as repúblicas do Pacífico*» (!?) (89), inquiriu nessa ocasião se o pedido de passaportes feito pelo Ministro Varnhagen fôra determinado ou aprovado pelo Governo Imperial. Obtida resposta afirmativa, apresentou no mesmo dia um *memorandum* em que recapitulava os precedentes da questão brasilo-peruana, mantendo o parecer do seu governo, sem deslocar-se uma linha do ponto em que êle colocara a questão (90). Tornou-se assim efetiva a rutura de relações até a queda do governo do Coronel Prado.

* * *

A 22 de julho partia Varnhagen por mar para o Equador. Sua espôsa, o filho Xavier, então com dois anos de idade, e a ama-sêca dêste, seguiram-no pouco depois. De Guaiaquil, a 26 de agosto, escreveu ao governo peruano, alegando ter, *por motivos urgentes de família*, que seguir para além do istmo. Deixava o Sr. Antônio de Sousa Ferreira, cônsul geral do Império na República do Equador, encarregado de zelar pelos interesses e direitos dos súditos brasileiros residentes no Peru (91). Um dêsses casos seria o do brasileiro Manoel J. A. Nogueira, bárbaramente espancado, a 23 de novembro do ano anterior, na povoação de Nauta, Distrito de Loreto, por um oficial às ordens do prefeito Sr. Benito Araña. O motivo do espancamento fôra o referido súdito brasileiro haver-se negado a ir gratuitamente buscar índios ao Ucaiali para o serviço daquela autoridade. Os

(88) Na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, (vol. X, março de 1903, pág. 270) publicou-se uma carta de D. Pedro II, de 29 de outubro de 1867, ao ministro dos negócios estrangeiros, Sá e Albuquerque, em que lhe perguntava «se já conversara com o Vigil», e aconselhava-o a «ouvi-lo antes de conferenciar com o Vigil».

(89) Despacho confidencial de Sá de Albuquerque a Varnhagen, datado de 18 de janeiro de 1867.

(90) Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, de 1868, anexo 1º, págs. 24-27.

(91) Idem, pág. 23. Foi, provavelmente, durante essa rápida passagem que Varnhagen fez a observação etnográfica consignada por escrito em 1869: «Não há ainda muito tempo que no Equador nossa atenção foi atraída por uma das povoações mais notáveis no gênero [habitações sobre estacas em terrenos alagados], a de Bodegas, sobre um afluente do Guayas, capital de um departamento a algumas léguas de Guayaquil (*Le premier voyage de Vespuce définitivement expliqué*, pág. 13)».

ofícios do nosso cônsul em Loreto, Wilkens de Matos, pedindo informações sobre o caso, e reclamando providências, ficaram sem resposta e solução.

De Panamá o nosso ex-residente no Peru viajou em setembro para Nova York (92), e aproveitou a oportunidade para percorrer as Antilhas e a grande república do hemisfério setentrional, e visitar as célebres cataratas do Niagara. Durante esse passeio passou pelo susto de, por um triz, não perder o filhinho, precipitado nas águas da catarata.

A ama-sêca de Xavier era uma índia chilena, de nome Mauricia, apática e distraída como em geral as criaturas de sua raça: deixou a criança aproximar-se sôzinha da borda do precipício. D. Carmen Ovalle, vendo o perigo que o menino corria, precipitou-se sobre êle, arrebatando-o nos braços e censurando acrememente a ama pelo descuido. Com a impassividade própria dos índios respondeu a criada estranhar que sua ama não soubesse que o Diabo protegia as crianças! A índia era, conforme êste episódio o demonstra, e refere o próprio Xavier nas suas *Memórias*, uma natureza rústica e supersticiosa; acreditava em fantasmas e almas penadas. Pertencia à categoria dessas criaturas capazes de cantar, dansar e beber em tórno do jazigo de uma criança, dizendo: «Por que chorar êste anjinho que está agora tão feliz lá no Céu?» (93).

* * *

No trajeto de Nova-York para o Rio de Janeiro a família Varnhagen visitou as capitais das províncias de Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia, nas quais o historiador procurou conhecer *de visu* os cenários das lutas com os holandeses, cuja história escrevia por êsse tempo (94).

(92) *Sull'Importanza dun manoscritto inédito, etc. ... Vienna, 1869*, pág. 407. Ai demonstra Varnhagen como teve oportunidade de costear a Mayaguana, admirar sua vegetação luxuriante, informar-se da boa qualidade de suas águas, observar-lhe a configuração e ver a leste o montículo branco de areia que às duas da madrugada de 12 de outubro de 1492 foi visto pela primeira vez por João Rodriguez Bermejo, segundo a declaração de Francisco Garcia Vallejo, confirmando todos êsses fatos a sua convicção de ser a Mayaguana, também chamada Mariguana, a Guanahani de Colombo. O opúsculo citado consta de 12 páginas e um mapa, que constituem *separata* das páginas 405-416 do t. LX, 2.º caderno, do Boletim da Academia das Ciências de Viena, classe filosófico-histórico.

(93) *Memoires de Y. de Pôrto Seguro*, Paris, 1896, págs. 10-11.

(94) *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, Viena, 1871, pag. V.

No Maranhão foi o *Pai da História do Brasil* visitado pelo seu consócio do Instituto Histórico e grande admirador, Dr. César Augusto Marques, de quem teremos que nos ocupar mais detidamente quando tratarmos da polêmica entre o nosso biografado de um lado, e João Francisco Lisboa e Antônio Henriques Leal do outro. Retribuiu a cortesia indo vê-lo à sua casa no bairro do Ribeirão (95). Na Bahia teve oportunidade de examinar o livro das vereações da câmara da cidade do Salvador em 1624-25, quando se reunia fora da cidade, no arraial dos portugueses, durante a ocupação daquela pelos holandeses, observando o quanto a letra bastante apagada estava requerendo uma cópia nova (96).

No dia 20 de outubro desembarcava a família Varnhagen na capital do Império do vapor americano *Guiding Star*, segundo informação do *Jornal do Comércio* de 21, ao término de uma viagem de 27 dias. Um dos cuidados do historiador, durante os primeiros tempos dessa demora no Rio de Janeiro, foi o de escrever ao Dr. Luiz Francisco da Veiga a carta acêrca do autor das «*Cartas Chilenas*» (30 de novembro de 1867), logo impressa no mesmo formato da edição desse poema satírico, feita em 1863 pelo destinatário (97).

Sua demora na capital do Império e em Petrópolis, onde passou o verão, não foi de descanso, embora muito o merecesse depois dos trabalhos e aborrecimentos por que passara em suas missões diplomáticas. Consultou muitos documentos inéditos relativos à estada dos holandeses no Brasil, constantes dos seis grossos volumes de cópias mandadas fazer nos Países-Baixos pelo Ministro Joaquim Caetano da Silva (98), ultimando a redação da *História das Lutas*, escrita, segundo êle o declarou no *Prefácio*, para «acoroçar os que já se queixavam de uma guerra de mais de dois anos, o avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de forma conveniente, o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda então insignificante colônia, havia lutado durante vinte e quatro anos, sem descanso, e por fim vencido, contra uma das nações naquele tempo mais guerreiras da Europa» (99).

(95) Carta de Cezar Augusto Marques ao Barão de Pôrto Seguro, datada de São Luís do Maranhão, 1 de dezembro de 1872. Existe o original inédito na coleção Varnhagen do Ministério das Relações Exteriores.

(96) *História das Lutas*, 3ª ed., 1943, pág. 62, nota 5.

(97) *Cartas Chilenas (Treze) em que o poeta Critillo conta a Dorotheo os fatos de Fanfarrão Minezio, Governador do Chile* Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1863, — In-8º de 220 páginas e duas fôlhas de índice e erratas. O opúsculo de Varnhagen, no mesmo formato, papel e tipo, consta de um caderno de XVI páginas, das quais a última em branco.

(98) *Les Hollandais au Brésil — Un mot de réponse à M. Netscher*, Vienne, 1874, pág. 10.

(99) *História das Lutas*, 1871, pág. VI.

O livro, terminado justamente quando chegava a notícia da passagem de Humaitá e da tomada do forte Establecimiento — «depois de cujos feitos ninguém mais duvidou de que estava próximo o fim da guerra, e já não se careciam nem de exemplos, nem de estímulos que servissem a aumentar a fé dos tíbios, que estavam longe do teatro da guerra» — teve a impressão adiada, para três anos mais tarde fazer-se em Viena, por carecer o autor de fazer antes alguns exames locais que lhe permitissem «transmitir com mais vigor a própria verdade» (100).

* * *

No decorrer do presente capítulo assinalamos nos lugares competentes vários trabalhos elaborados ou publicados pelo nosso biografado enquanto chefiava em alguns países da América as missões diplomáticas do Brasil. Versavam, em geral, matérias de interesse econômico e diplomático, com exceção de um único de polêmica, da edição das cartas de Vespucci feita em Lima, com materiais coletados na Europa, e do catálogo de manuscritos do Museu Britânico, impresso em Havana dois anos antes dêsse trabalho. Há a acrescentar os seguintes :

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*:

Cópia anotada, em espanhol, de um extrato sôbre a preparação do anil, t. XXIII (1860), págs. 489-490; — *Carta escrita à redação acêrca da impressão do «Diário de Pero Lopes» e que lhe servirá de prólogo*, t. XXIV (1861), págs. 3-8. Nessa carta queixava-se de haver sido impresso em 1847, sem a menor consideração para com a sua pessoa, o *Diário*, reproduzindo-se servilmente o texto de 1839, quando êle Varnhagen era de parecer de que se devia em uma nova edição preferir a lição do da Biblioteca da Ajuda, e nesse sentido formulara um apêlo na *Advertência Preliminar*, reproduzida *ipsis litteris* pelo editor de 1847 (Brigadeiro Machado de Oliveira) como atestado de sua falta de atenção; — *Biografia de Jerônimo de Albuquerque Maranhão*, t. XXV (1862), págs. 353-361; — *Naturalidade de D. Antônio Filipe Camarão*, t. XXX (1867), parte 1ª, págs. 501-508; parte 2ª, págs. 419-424, — *Carta sôbre Vespucci*, escrita de Lima, 1 de junho de 1867, idem, parte 2ª, págs. 451-452. Nesta carta, em que se refere à remessa ao Instituto, por intermédio do Sr. Lastarria, de um exemplar do *Amérigo Vespucci*, dizia ter, depois de efetuada essa

(100) O livro foi publicado, mesmo sem êsses exames locais complementares, pelo receio do autor de não ter vida para ultimar a impressão da segunda edição da *História Geral (História das Lutas*, 1871, páginas VII-VIII).

publicação, encontrado novos argumentos confirmando a arribada do florentino às Bermudas em 1498 (1ª viagem) e à Geórgia Austral em 1502 (3ª viagem). Cria igualmente que Vespucci chegara a costear, em direção ao ocidente, as costas do Uruguai na margem setentrional do Rio da Prata. Crente que eram aí os confins do continente austral, não levara por diante a exploração, e, tomando o rumo de sueste, fôra levado ao descobrimento da Geórgia Austral. Propendia a crer que o chefe dessa viagem fôra D. Nuno Manuel, que por havê-la tão mal conduzido, tivera de abandonar a direção da frota ao mesmo Vespucci, não sendo D. Nuno lembrado para outra; — Biografia de *Thomaz Antônio Gonzaga*, 2º aditamento, idem, págs. 425-426; — Biografia de *Inácio José de Alvarenga Peixoto* (retoques à impressão no t. XIII, págs. 513 e seg.), idem, págs. 427-428;

Na *Lysia Poética* :

«*Cinco de Maio*», ode de Manzoni, traduzida para o português por F. A. de Varnhagen, 2ª série, 1858-59, págs. XCIX-CII;

Na *Revista Brasileira* :

Metrologia — Antigo sistema métrico de extensão — Nova teoria acêrca de sua naturalidade e da origem dos passos de dois pés e meio e cinco pés, vol. II (1859), págs. 293-302.

Na *Revista Popular* :

A cultura do trigo no Brasil — comparada com as da mandioca, milho e arroz (ano II, t. V, janeiro e março de 1860), páginas 94-96.

Em avulso :

O Caramuru — Romance histórico brasileiro, Rio de Janeiro Tip. de Pinto de Sousa. Rua dos Ciganos, nº 43-45 (1859). Reproduzido do *Florilégio*, vol. III (1853) págs. 227-240 e ilustrado com duas estampas, num folheto minúsculo de 32 páginas de papel-cartão amarelo; — *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa, Quarta edição, acompanhada de vários documentos e notas: e Livro da Viagem da nau Bretôa ao Cabo-Frio (em 1511), por Duarte Fernandes (nova edição) — Tudo anotado e precedido de um noticioso prólogo, escrito pelo seu editor F. A. de Varnhagen. Rio de Janeiro, Tip. de D.L. dos Santos, 1867, in-4º de 11-II páginas. É reprodução fiel do texto da 3ª ed. (Revista do Instituto Histórico) acrescida dos documentos mencionados; — *Marília de Dirceu*, de Gonzaga, editado com notícia crítica do autor e do livro por F. A. de Varnhagen. Só se imprimiram as primei-*

ras páginas, segundo informação de Tancredo Paiva a Basílio de Magalhães.

* * *

Durante sua rápida estada no Brasil, foi a família Varnhagen acrescida com o nascimento de uma menina, Maria Teresa, que viria a sucumbir à escarlatina em Viena, com três anos de idade. Indescritível o contentamento dos pais, e — *julgue-o quem não pode experimentá-lo* — o regalo para a vaidade do futuro Visconde de Pôrto Seguro quando soube que os imperadores faziam questão de levar a menina à pia batismal em S. Cristóvão. Ter como compadres a D. Pedro II e D. Teresa Cristina (101) era uma honra que Varnhagen saberia apreciar no mais alto grau, e que só poderia aumentar, se possível, o zelo que desenvolvia ao serviço da Pátria e do soberano, que, aos olhos do seu espírito imbuído da velha fidelidade, a encarnava plenamente.

A 22 de fevereiro de 1868 um decreto imperial removia Varnhagen do posto de ministro residente no Peru para igual função no Império da Áustria-Hungria, dando-lhe oportunidade de viver em ambiente do seu agrado. A escolha do posto parece ter sido do próprio beneficiado, que ao mesmo tempo pleiteou que fôsse elevada a categoria da nossa representação junto àquele império. Julgava de justiça o acesso ao posto de plenipotenciário, como recompensa das agruras passadas nas Américas, e de conveniência para o Brasil elevar-se a classe do seu representante junto ao governo de um monarca amigo e aparentado com o nosso soberano.

«Já beije a Augusta Mão de S. M. I.», dizia êle em carta de 29 de fevereiro ao Ministro João Lustosa da Cunha Paranaguá, futuro marquês dêsse nome, que era titular da guerra, e estava interinamente com a pasta dos negócios estrangeiros, «e dei também agradecimentos a V. Ex. por esta minha remoção na presente conjuntura, em que eu era o primeiro a reconhecer-me como o menos a propósito para seguir cultivando as boas relações com as repúblicas vizinhas, em várias das quais, aliás, procurei servir com o maior zelo durante perto de dez anos».

«Tanto a S. M. I. como a V. Ex. expus desde logo verbalmente as minhas convicções a respeito da categoria da Legação, assim com relação ao serviço público, como ao que julgo de meu direito».

«Deixando de tratar agora dêste último, visto que penso acêrca dêle representar de novo submissamente a Sua Majestade o Imperador, creio do meu dever, como funcionário sincero, repetir aqui o que já, com mais desenvolvimento de argumentos, expus a V. Ex.

(101) *Mémoires de Xavier de Pôrto-Seguro*, pág. 11.

— que da elevação da categoria da Legação (sem aumento nos vencimentos) só poderiam resultar vantagens para a mesma Legação, e, por conseguinte, para o serviço e para o país, e que essa elevação seria mais prestigiosa acompanhando desde logo a minha apresentação, do que vindo depois» (102).

A 3 de março seguinte voltou a insistir nas mesmas pretensões. Depois de felicitar o ministro pelos triunfos de 19 do mês anterior (passagem de Humaitá pela esquadra sob o comando de Inhaúma) preparados pelo gabinete de que êle fazia parte como ministro da guerra, acrescentava: «sempre incansável em fazer valer o meu modesto direito, e sempre convencido de que quem pôde fazer o mais poderá fazer o menos, aproveito esta ocasião para rogar a V. Ex. se digne correr os olhos pelo ofício junto . . . Desde que o Governo Imperial se ocupou de atender-me, Exmo. Sr., depois de tantas amarguras passadas nas repúblicas (103), não vejo por que, por pouco mais, não me há de deixar completamente satisfeito, em vez de meio desconsolado, quando creio não pedir senão o que é justo para mim e vantajoso para o país. Assim o expressei ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho ao deixar-lhe, quando ia pedir-lhe o seu voto, o memorial que V. Ex. teve a bondade de ouvir ler» (104).

Encerrava-se a década de serviços na América. O grande brasileiro partiria para seu novo e derradeiro pôsto sem o prazer e ufania de poder apresentar a S.M.I. e R. Apostólica as credenciais de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de S. M. o Imperador do Brasil, tendo que conformar-se com as honras mais modestas de ministro residente. A promoção chegar-lhe-ia *in-loco* três anos depois, e sem aumento nos vencimentos, condição que impusera como prova do seu nobre desdém pelos proventos materiais da carreira.

4º CAPÍTULO

ÚLTIMOS TEMPOS — (1868-1878)

Temos como provável que Varnhagen embarcasse para a Europa cêrca de um mês após a carta dirigida a 3 de março ao Ministro Paranaguá, pois que uma outra, endereçada ao mesmo de Lisboa, 12 de maio, comunicava ter saído da lazareto da cidade no princípio do mês, após o período de quarentena regulamentar.

(102) Carta inédita do arquivo do Marquês de Paranaguá, gentilmente comunicada por cópia ao autor pelo seu neto o Dr. Pedro Paranaguá.

(103) A êsse tempo *repúblicas* só as havia na América, com a exceção única da Confederação Helvética, e as litiputianas de Andorra e S. Marino na Europa, onde obviamente não tínhamos representação diplomática.

(104) Carta inédita também comunicada pelo Dr. Pedro Paranaguá.

Fôra ainda obrigado a dar sua roupa branca a lavar no próprio lazareto, e, como esta demorasse a ficar pronta, só no dia seguinte, ou no imediato, talvez, pudesse continuar a viagem. Apesar dessa dilação preferiria perder ainda algumas horas aguardando o paquete do Rio de Janeiro com as últimas notícias a respeito da guerra, que esperava favoráveis (1), a seguir imediatamente.

Durante o tempo em que se deteve em Lisboa o diplomata brasileiro não ficou inativo. Outro qualquer limitar-se-ia a matar as saudades da família e dos amigos, a palestrar agradavelmente com o velho consócio do Instituto e futuro compadre, Manoel de Araújo Porto Alegre, que seria padrinho do seu filho Luís e a esse tempo exercia na capital portugêsa as funções de Cônsul Geral do Império. Varnhagen visitou as obras de restauração do mosteiro de Belém, levadas a efeito sob a direção do arquiteto Joaquim Possidônio Narciso da Silva, e fêz a respeito observações com que não concordou *in-totum* o artista português, mas que não julgou de somenos importância, visto que se dignou contestá-las em longa carta datada de 15 de outubro de 1868, dirigida ao diplomata brasileiro, já então em Viena, em resposta à que este lhe endereçara a 26 de setembro (2). Não nos devemos esquecer que o nosso compatriota tinha feito sérios estudos de arquitetura, publicara na mocidade mais de um trabalho sobre antigos monumentos de Portugal, e se preocupava com a conservação de sua integridade arqueológica. O Mosteiro de Belém, ou dos Jerônimos, como também é conhecido, podia considerar-se, nesse campo das preocupações de Varnhagen, a sua menina dos olhos.

O nosso historiador tomou, também, durante êsses poucos dias, conhecimento da obra de Richard Henry Major sobre o Infante D. Henrique o Navegador, de cuja tradução para o nosso idioma se tratava no momento, e escreveu-lhe uma carta em que manifestava discordância da opinião dêste, segundo a qual a *Vila do Infante*, fundada por D. Henrique, estava situada no próprio promontório de Sagres, quando de um documento contemporâneo, a carta de doação, em 19 de setembro de 1460, do domínio temporal ao rei, e à Ordem de Cristo, do espiritual da mesma vila, se deduzia claramente haver sido sua localização na ponta chamada *Terça Nabal*, mais ao poente dêsse cabo. Na mesma carta lastimava que o historiador inglês não tratasse nem de leve das concessões feitas pelos reis D. Afonso V e D. João II aos descobridores de novas

(1) Carta ao Sr. João Lustosa da Cunha Paranaguá acima citada, também oferecida ao autor pelo Dr. Pedro Paranaguá.

(2) Possuímos cópia desta carta, graças ao Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, que no-la remeteu de Lisboa.

terras, nem também se referisse à ligação que com essa política tinha a carta endereçada por Paulo Toscanelli, de Florença, ao Cônego Fernão Martins em 1747, documentos já publicados por êle no opúsculo sôbre a Verdadeira Guanahani.

O *Jornal do Comércio* de Lisboa, nº 4.381, de 4 de junho, inseriu um tópico aludindo ao conteúdo dessa carta, ao qual Major revidou com um artigo, em que reproduzia uma outra, endereçada por êle ao editor do *Athenaeum*, procurando rebater essas críticas. Seguiu-se uma polêmica, felizmente curta e sem importância, entre o historiador brasileiro e o inglês (3), que teve o resultado habitual dessas discussões científicas: sair cada qual dos contendores com a respectiva opinião inicial mais arraigada no espírito.

De passagem por Paris, teve Varnhagen ocasião de ver o mapa do Brasil feito por Gaspar Viegas em 1534, existente na Biblioteca Imperial, que lhe mostrou Ferdinand Denis, diretor da de Santa Genoveva, e revelador da sua existência ao público erudito. Não julgava o nosso compatriota fôsse Gaspar Viegas o autor dêsse mapa, e sim simples copista dêle, assim como de outra carta marítima conservada na mesma pasta. Duas mais importantes, a seu ver, do que elas, encontravam-se junto: uma representando o norte da costa do Brasil desde um pouco ao oeste do Maranhão até o rio Real; a segunda abarcando a bahia do Rio de Janeiro e o norte do litoral até o Cabo-Frio; *le vrai portrait de Geneure et du cap de prie*, ambas feitas em Dieppe por Jacques de Vaux de la Claye em 1579 (4).

* * *

Viena enfim, Viena com sua côrte a um tempo protocolar e sentimental, seus militares em brilhantes uniformes, e seus cafés e bares com orquestras de tziganos ao ar livre; a Viena das valsas de Strauss e dos beijos alucinantes sob o teto dos caramanchões floridos; a Viena do Imperador Francisco José, do Danúbio azul, das frivolidades e dos dramas passionais de arquidukes românticos!...

O professor Escragnolle Dória, há anos, pela *Revista da Semana* evocou magistralmente a estada de Varnhagen em Viena

(3) A polêmica desenrolou-se pelo *Jornal do Comércio* em quatro números, sob a forma de cartas dirigidas ao redator: a 1ª, sob o título *Ao editor do Jornal do Comércio*, de R. H. Major, saiu no de 19 de setembro de 1868; a réplica de Varnhagen, com o título *Vila do Infante*, no de 7 de outubro seguinte; a tréplica de Major sob a mesma epígrafe, a 20 de novembro e finalmente, o encerramento da discussão por parte do nosso compatriota, a 24 de novembro do mesmo ano.

(4) Carta Enviada de Viena, a 20 de junho de 1868, ao secretário do Instituto Histórico. Foi impressa na *Revista*, t. XXXI, p. 2ª, págs. 346-347.

dando-nos uma minuciosa descrição de como deveria ter sido a cerimônia da entrega de credenciais do ministro do Brasil a S. M. I. e R. Apostólica, de acôrdo com o protocolo seguido anteriormente com o Ministro Araújo Gondim, que o nosso biografado substituiu nesse posto (5). O rigor da pragmática austríaca devia emocionar viva e agradavelmente a um homem de gostos tão aristocráticos como o futuro Visconde de Pôrto Seguro, e que desde 1852, quando apresentara credenciais a S. M. Católica, jamais se vira em situação semelhante. Estamos daqui a vê-lo diante do espelho, a dar a última vista d'olhos e derradeiros puxões ao fardão verde, bordado a ouro; a verificar a correta colocação das veneras que lhe esmaltavam o peito, a certificar-se se o espadim de punho dourado lhe caía bem, e se a plumagem do bicórneo não sofrera muito com os solavancos durante a última viagem...

Estamos à porta da legação, no dia 4 de julho de 1868 (6), onde pára uma berlinda da côrte, puxada a três parelhas, da qual salta um camarista, que se dirige ao salão nobre da legação, onde o espera o ministro de S. M. o Imperador do Brasil, e aí cobrem ambos ao mesmo tempo as cabeças, símbolos vivos que são de duas soberanias que se defrontam. O camarista convida ao diplomata a tomar lugar no côche, onde lhe dá o assento à direita. Precedendo a carruagem em que vai o ministro, roda a do adido de 1ª classe, servindo de secretário José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar. Ao passar pelas sentinelas no pátio de Hofburg, estas, em continência, apresentam armas ao ministro. Por fim chegam as carruagens ao palácio imperial. A do adido estaca debaixo da sala das cerimônias, e seu ocupante apeia-se, sendo guiado até a escada dos embaixadores. Ao primeiro degrau da mesma vai ter a berlinda do ministro, entrando pelo lado oposto o Schweitzerhof (Pátio dos Suíços).

No alto da escala é recebido Varnhagen pelo introdutor diplomático. Atravessa várias salas entre alas de soldados perfilados. Na sala do Conselho Secreto está à sua espera o camarista-mor, que se adianta, a passos medidos, até o meio do aposento. Após as saudações do estilo, o cortezão entra na Sala das Audiências e anuncia a S. M. a chegada do ministro. Escancara-se a porta da sala e o diplomata entra, ladeado pelo secretário, passando entre guardas de espada nua. De pé, em meio do aposento, espera-o,

(5) *Varnhagen em Viena*, número de 28 de julho de 1934, pág. 18, da revista citada. Ativemo-nos fielmente à narrativa do ilustre historiógrafo na descrição dessa solenidade.

(6) Carta ao Conselheiro José Carlos de Almeida Arêas, de 5 de julho de 1868, noticiando sua recepção no dia anterior. Documento inédito gentilmente comunicado ao autor pelo Sr. Carlos Martins Ribeiro, proprietário do original.

sorrindo acolhedoramente, Francisco José, em uniforme de gala e ostentando o colar do Tosão de Ouro. O ministro e seu secretário dobram-se reverentemente três vezes. Varnhagen adianta-se, entrega a carta credencial (cujo teor fora anteriormente comunicado por cópia à chancelaria da corte) e retira-se com o seu acólito, caminhando ambos de costas até a Sala do Conselho, de onde voltam pelo mesmo trajeto até as berlindas, que os conduzem de regresso à legação do Brasil. A apresentação das credenciais fêz-se, como habitualmente, ao meio dia. À noite, com menos rigido cerimonial, era de praxe apresentarem-se os chefes de missão nos aposentos da imperatriz, em companhia de suas espôsas. Não faltaria o Comendador Varnhagen aos termos dêsse protocolo, apresentado D. Carmen Ovalle y Vicuña à linda Elizabeth de Wittelsbach, pouco apreciadora de cerimoniais e etiquetas, mas que cumpria, com ânimo sacrificado, os deveres que oficialmente lhe competiam, de ornamentar o trono da monarquia dual.

Apesar da vida mundana oferecer-lhe na capital do Danúbio grandes atractivos, e ter que compartilhá-la por força do cargo que exercia, não parece que Varnhagen tenha sido dos seus mais fervorosos devotos. Entre os papéis do diplomata existentes no arquivo do Palácio Itamarati pouquíssimos se referem a relações puramente sociais. Além de documentos atinentes às atividades do cargo, encontram-se cartas recebidas e minutas de outras expedidas, com caráter de correspondência literária e erudita, mas apenas um ou outro cartão de collocação em banquetes ou convite para recepções da corte. Bem sabemos que essa escassez não constitui prova absoluta. O diplomata poderia, ao seleccionar seus papéis, ter-se desfeito de todos os de menor significação, conservando apenas aquêles aos quais pudesse carecer mais tarde de recorrer para elucidar dúvidas em matéria de responsabilidade, mas não é menos verdade que, se intenso fôsse o seu convívio mundano com os grandes aristocratas, que, em virtude de suas funções diplomáticas, tinha de tratar amiúde, não deixaria de guardar — sua vaidade o exigia — os testemunhos dessas relações, de que tanto se orgulhava. Eram, não obstante, numerosas as recepções na sede da representação brasileira, em que tomava parte um grupo de pessoas mais íntimas, entre as quais se contavam o Príncipe de Coburgo-Gotha, pai do Duque de Saxe, genro do Imperador do Brasil, Salvini, o músico Eduardo Strauss, o arqueólogo Rossi, o Conde de Robilant, ministro da Itália, o Conde de S. Miguel, diplomata português e sua espôsa, e os Barões de Thinnen, do Brünswick.

A cidade capital dos Habsburgos dispunha de amplos recursos para satisfazer os mais exigentes apetites intellectuais e artísticos, e, por outro lado, estava em fácil comunicação com os primeiros

centros de cultura da Europa. Teria êxito qualquer trabalho empreendido com ânimo, e o diplomata historiador soube aproveitar as oportunidades desde os primeiros tempos de sua estada na Áustria vêmo-lo escrevendo e publicando intensivamente.

A mudança para ambiente intelectual e socialmente tão superior ao que acabava de deixar nas Américas não deixou, todavia, de acarretar-lhe certos embaraços, principalmente de caráter econômico, de que bastante se ressentiu nos primeiros tempos. Em consequência disso, tornou-se melancólico, nervoso, perdendo até o gôsto para os trabalhos de investigação histórica:

«Ah! Senhor! Se V. M. soubesse quanto necessita de estímulos o meu pobre espírito que decai! Sinto-me nervoso, doença que nunca sofri, e tôda a aplicação me cansa e me causa tédio, inclusivamente a dos estudos históricos, cujos trabalhos aturados eram antes para mim um encanto em que passava o tempo sem o notar! Se sigo neste andar, com semelhante relação do espírito por outro ano mais, creio que me despedirei das letras, e começarei nelas a duvidar de mim mesmo... (6a).

Felizmente êsse estado de espírito não durou muito, e Varnhagen pôde continuar a trabalhar e produzir obras de valor.

De 1868, ano em que chegou ao novo posto, são as *Novas Páginas de notas às Trovas e Cantares* (7). Do imediato, no qual lhe nasceu o segundo e último filho varão, Luis (8), apadrinhado por Manoel de Araújo Pôrto Alegre, é a versão alemã da tese sobre a Verdadeira Guanahani *Das wahre Guanahani des Columbus* (9), a segunda edição da carta do descobridor da América a D. Gabriel Sanchez (10), a monografia intitulada *Le premier*

(6a) Carta a D. Pedro II datada de Viena, 20 de outubro de 1869 (arquivo do Museu Imperial).

(7) *Novas páginas de notas às «Trovas e Cantares»*, isto é, à edição de Madrid do *Cancioneiro de Lisboa*, atribuído ao Conde de Barcellos. In-fine: Viena, 1868: Na Imp. de C. Gerold Filho. — 8º peq. numerado de págs. 371-399, em seguimento ao livro das *Trovas*.

(8) Cf. *Memoires de Xavier de Pôrto Seguro*, Paris, 1896, pág. 11. Luis Varnhagen de Pôrto Seguro chamou-se êle. Adotou a nacionalidade materna, como o irmão mais velho nascido no Peru.

(9) *Das wahre Guanahani des Columbus*, von F. A. de Varnhagen, mitgliedder K. Akademie zu München, Lissabon und Madrid, der Columbária zu Florenz und mehreren anderen historisch-geographischen Gesellschaften — Übersetzung von ** (mit einer Karte). Wien. Aus der K. K. Hof- und Staatsdruckerei, in Commission bei Karl Gerold's Sohn, Buchändler der Kais. Akademie der Wissenschaften, 1869. — 8.º de 30 páginas e 1 mapa.

(10) — Carta de Cristobal Colón enbiada de Lisboa a Barcelona en Marzo de 1493 — Nueva edición crítica, conteniendo las variantes de los diferentes textos, juicio sobre estos, reflexiones tendentes a mostrar a quien la carta fué escrita, y várias otras noticias. Por el Seudónimo de Valencia. — Viena. Tip. I y R. del Estado y de la Côte, 1869. — In-12º de XXXV —

voyage de Vespuce définitivement expliqué (11), e a comunicação em italiano intitulada *Sull'Importanza dun manoscritto inédito della Biblioteca Imperial y Reale di Vienna per scoprire quale fu la prima isola scoperta dal Colombo* (12), em que apresentou novos argumentos para identificar a Guanahani com a Mayaguana, tirados do *Isolário* de Alonso de Santa Cruz, de cuja existência e importância foi o revelador ao mundo sábio e onde também encontrou a prova de como fôra feliz sua conjectura de haver sido na latitude sul de 23° (Cabo Frio) o sítio da fundação da feitoria Vespucci em sua quarta viagem. De 1870 são o *Cancioneirinho de Trovas Antigas* (13) e *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur Florentin* (14), memória publicada após uma viagem a Veneza, onde examinou documentos sobre o navegante na Biblioteca de S. Marcos (15).

O ano de 1870 trouxe um grande desgosto ao casal Varnhagen. Em dia compreendido entre 20 de junho e 21 de outubro, segundo se colige da carta desta última data endereçada a D. Pedro II,

51 págs. Supõe B. de Magalhães a existência de uma outra tiragem em Paris (Librairie Tross, 1870). Não houve tal: o autor cedeu àquela livraria alguns exemplares, e ela mandou imprimir seu endereço nesses exemplares, como propaganda comercial. Encontram-se também exemplares do *Florilégio* com a indicação de *Livraria Laemmert* no rodapé da folha de rosto, por ter esta ficado depositária da obra impressa em Lisboa e Madrid. A edição da *Carta de Colombo* foi de cem exemplares apenas.

(11) *Le premier voyage de Amerigo Vespucci définitivement expliqué dans ses détails* par F. A. de Varnhagen [Epigrafe de Canovai] — No verso: *Vienne: Chez le Fils de Carl Gerold — 1869. — 4º de VI-50 páginas.*

(12) *Sull' Importanza d'un manoscritto inédito della Biblioteca Imperiale di Vienna per verificare quale fu la prima isola scoperta dal Colombo ed anche altri punti della storia della América. Discorso di F. A. de Varnhagen (con una carta geográfica).* Vienna. Dall' I. R. Tipografia di Corte e di Stato in commissione presso il figlio di Carlo Gerold, librajo dell' I. R. Accademia delle Scienze. 1869 — In-8º de 2 (inms.) — 12 — 2 (e.b.) páginas e uma carta geográfica.

Constitui separata do *Boletim* da Imperial Academia das Ciências de Viena, vol. LX, págs. 405-413.

(13) *Cancioneirinho de Trovas Antigas, coligidas de um grande Cancioneiro da Biblioteca do Vaticano, precedido de uma notícia critica do mesmo grande Cancioneiro, com a lista de todos os trovadores que compreende, pela maior parte portugueses e galegos.* Viena. Tipografia I. e R. do E. e da Corte. MDCCCLXX. — In-8º de 47-170 páginas. Até a página CXXXVIII em algarismos romanos. Daí em diante em arábicos.

(14) *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin, et le reste des documents et éclaircissements sur lui. Avec les textes dans les mêmes langues qu'ils ont été écrits* — par F. A. de Varnhagen [Epigrafe de Canovai]. No verso: *Imprimerie et édition de Charles Gerold fils à Vienne. No fim: Vienne, Janvier 1870. — In-4º de 2-58 páginas e um mapa.*

(15) Cf. *Nouvelles recherches, etc.*, pág. 12.

faleceu a filhinha única do diplomata vitimada pela escarlatina ao cabo de dois dias de doença! (15a).

1871 foi ano de grandes prazeres e desgostos para o nosso representante na Áustria-Hungria. A 15 de abril foi promovido a Plenipotenciário, atingindo o mais alto pôsto da hierarquia diplomática do Brasil no seu tempo, e recebeu a visita dos Condes d'Eu em vilegiatura pela Europa; mas também teve de tomar parte nas exéquias da princesa D. Leopoldina, duquesa de Saxe, precocemente roubada à vida em Ebenthal (16).

De 1871 é também a primeira edição da *História das Lutas* (17). A êsse tempo trabalhava intensivamente no preparo da segunda da *História Geral*, e na reedição dos *Coloquios* de Garcia d'Orta (18), que levou a efeito em 1872 em Lisboa. Estudava também a literatura portugêsa dos livros de Cavalarias. Pelos meados de 1870 mudou de casa, forçado a isso pelo alto aluguel que pagava pela primeira, o que o levava a «exceder-se muito nos gastos sôbre o que lhe davam», isto é, cêrca de 7.000 florins a mais, como escrevia ao compadre Pôrto Alegre; agora estava muito bem, instalado à Riemerstrasse 8, onde pagava menos e não gozava de menor confôrto. No dia 2 de dezembro, aniversário de D. Pedro II, dera um jantar a que foram convidadas as categorias da côrte, do ministério e as altas graduações das ordens brasileiras, entre as quais Rechberg. Agora, ao menos, os gastos luziriam mais, por ser plenipotenciário. D. Pedro II era esperado no dia seguinte

(15a) Cf. *Mémoires de Xavier de Pôrto Seguro, Paris, 1896*, pág. 11.

(16) Em carta ao Imperador, datada de Viena, 15 de fevereiro de 1871, Varnhagen relata pormenores da doença e agonia de D. Leopoldina, falecida num dos primeiros dias de fevereiro, e louva a fortaleza d'animo da augusta herdeira do trono, demonstrada ao assistir ao passamento de sua irmã, que no delírio não chegou a reconhecê-la! D. Izabel e o Conde d'Eu estavam de passeio na Europa, e providencialmente chegaram a tempo de assistir aos últimos momentos da Duquesa de Saxe.

(17) *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* [Epigrafe de D. Francisco Manoel de Melo], pelo Autor da «*História Geral do Brasil*» (Com uma estampa). Viena d'Áustria, 1871. — In-8º de XXIX — 2 (e.b.), 265, I f. de errata.

Na carta que acompanhava o exemplar da recém-impressa *História das Lutas* oferecido a D. Pedro II (Viena, 17 de julho de 1871) o autor, num rasgo de cortesia «pede-lhe permissão para pô-la a correr depois de revista» por tão exímio crítico.

(18) Diz na dedicatória à Academia Imperial de Medicina da Côrte, que teve a idéia de editar o livro de Orta quando pôde ler um exemplar da 1ª edição (de 1563, Gôa) emprestado pela direção da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. Provavelmente em 1867-68, quando aqui se demorou alguns meses.



*Casa à Riemerstrasse, 8 (aub. Riemerstrasse) em Viena,
sede da legação do Brasil, onde faleceu Varnhagen a
29 de junho de 1878*

em Turim (19), febricitante sempre em ver e percorrer cidades, e visitar museus, sábios, bibliotecas, academias, fábricas e arsenais. A 11 de dezembro escrevia Vegezzi-Ruscalla dessa cidade a Varnhagen, dando-lhe pormenorizado depoimento sobre o encontro que tivera com o Imperador do Brasil, que o encantara. S. M. estava desejoso de ouvi-lo numa aula sobre a língua moldo-valaca (rumeno), que foi dada na Escola de Filosofia da Universidade, às 7 e 1/2 da tarde do dia seguinte ao da chegada (dia 9), depois de ter ido ao Museu Egípcio, à Pinacoteca, à Biblioteca da Universidade, e à Academia das Ciências, onde dera provas de extraordinária erudição, e deixara encantados a todos com a democrática simplicidade que o caracterizava. Deixara o edificio a 1 e 1/2 da madrugada de 10, depois de assistir a aulas de russo e de francês, seguindo no mesmo dia, pela manhã, para Paris. Por ocasião do embarque oferecera-lhe suas traduções portuguesas (20). Ruscalla era um filólogo italiano muito ligado aos meios literários de Portugal, e traduzira para a sua língua a *Marília de Dirceu* de Gonzaga e o drama *Fr. Luiz de Sousa* de Garrett. Foram esses, provavelmente, os livros ofertados a D. Pedro II. Ruscalla nessa carta, escrita em francês numa letrinha miúda e trêmula, difícil de decifrar, ajuntou à sua assinatura o epíteto de que se orgulhava: *Vegezzi-Ruscalla, lusitanophile*.

* * *

Em junho de 1872, com licença do Ministério dos Estrangeiros, Varnhagen ausentou-se do posto, numa rápida excursão a Lisboa. Rápida mas frutuosa, como tôdas as do nosso compatriota. No dia 18, precisamente, descobria na Biblioteca Nacional um exemplar da *Prosopopéia* de Bento Teixeira, da qual até então não se conhecia exemplar, resolvendo de vez a intricada questão

(19) Carta a Manoel de Araújo Porto Alegre, inédita, de 7 de dezembro de 1871, cujo original pertence ao Sr. Francisco Marques dos Santos, que generosamente m'o comunicou.

A confiança respeitosa que D. Pedro II concedia aos súditos do valor de Varnhagen permitia-lhes expandirem-se com o soberano em pormenores de sua vida quotidiana. Em carta datada de Viena, 20 de junho de 1870 o diplomata brasileiro trata das instalações da nova residência:

«Há mais de um mês que me acho metido nos trabalhos dos arranjos ocasionados pela mudança de casa, o que, para quem tem tantos livros e papéis, é assunto sério, e faz palpar a verdade do adágio, de que três mudanças equivalem a um incêndio. Por este motivo, apesar de ser a outra casa demasiado grande, não a teria eu deixado se não fôsse obrigado pelo proprietário que a vai habitar. Esta, que por um contrato acabo de tomar por ano e meio, não podendo por menos, não me custará, é verdade, metade dos meus vencimentos, mas tão pouco me deixará fôlego para brilhaturas».

(20) A carta de Vegezzi-Ruscalla a Varnhagen encontra-se na coleção Varnhagen, Ministério das Relações Exteriores.

da autoria desse livro, e da sua confusão com o *Naufrágio da Nau Santo Antonio*, obra distinta, em prosa, e versando matéria diferente, devida à pena do piloto Afonso Luiz, e que apenas tinha de comum com a *Prosopopéia* o serem compostas para a glorificação de Jorge de Albuquerque Coelho, e terem sido impressas juntas em 1601 no mesmo corpo de livro. Daí as confusões dos historiôgrafos das literaturas portuguesa e brasileira, que ora identificavam uma obra com a outra, ora supunham-nas distintas, porém do mesmo autor, levados unicamente pela autoridade de Diogo Barbosa Machado, baseado, por sua vez, em Bernardo Gomes de Brito, que na sua coletânea de narrativas de desastres marítimos (21) publicara um texto incorreto da *Relação do Naufrágio*, atribuindo-o a Bento Teixeira Pinto, que se encontrara no dito naufrágio, o que era absolutamente falso.

Durante a mesma demora na capital portuguesa, pôde ver igualmente, na biblioteca pública, o exemplar raríssimo, único talvez, da edição *princeps* de 1618, do *Catecismo da Língua Brasileira* do Padre Antonio de Araujo (22) e entregou aos impressores Castro Irmão o texto da *História das Lutas*, preparado para a 2.^a edição, cujas provas tipográficas lhe deveriam ser remetidas para Viena (23) e à Imprensa Nacional o dos *Colóquios* de Garcia d'Orta, precedidos de uma dedicatória à Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro e de um erudito *Prólogo* bibliográfico e crítico sobre a obra do botânico quinhentista, ao qual adicionou mais tarde um *Post-Editum* datado de Viena (24). Assistiu aos primórdios da reação crítica e naturalística sobre o

(21) *História Trágico-Marítima, em que se descrevem cronologicamente os Naufrágios que tiveram as naus de Portugal, depois que se pôs em exercício a navegação da Índia. Lisboa Ocidental. Na Oficina da Congregação do Oratório, 1735-36. — 2 vols. in-4º.*

(22) Cf. *História da Paixão de Christo, etc., de Nicolas Yapuguai, Viena, 1876, pag. X.*

(23) Há na Coleção Varnhagen (arq. do Min. Rel. Ext.) uma carta do impressor, escrita em Lisboa, 18 de dezembro de 1873, comunicando não haver ainda recebido as provas que enviara a 7 do mesmo mês. Por aí se vê como a 2.^a ed. da *História das Lutas*, embora datada de 1872, só se ultimou em 1874; percebe-se, aliás, que só poderia ter sido assim, uma vez que nesse livro se incluem a carta de réplica a Netscher, que tem a data de 23 de agosto de 1873 e o *Post-Facio* de 7 de maio de 1874.

O título da 2.^a ed. é o seguinte, por extenso:

História das Lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654 [Epigrafe de D. Francisco Manoel de Melo], pelo autor da *História Geral do Brasil*, Barão de Porto Seguro. Nova edição melhorada e acrescentada. 1872. Tipografia de Castro Irmão — Rua da Cruz de Pau, 31, Lisboa — In-8.^o q. de XXXI-XV-401-XIII-2 fls. (inms.) páginas.

(24) *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia, e assim de algumas frutas achadas nela (várias cultivadas hoje no Brasil) conhecidos pelo Doutor Garcia de Orta, físico d'El Rei D. João 3.^o, 2.^a edição, feita próximamente página por página pela primeira, impressa em Goa por João de*

romantismo decadente, chefiada por Teófilo Braga e Adolfo Coelho contra Castilho, Garrett e seus contemporâneos. Como tôdas as reações literárias, foi esta cheia de acrimoniosas invectivas e de injustiças ao mérito dos partidários da moda de ontem (25), aos quais Varnhagen se sentia ligado pelos laços da amizade pessoal e da camaradagem literária. O sorocabano também teve que se chocar com os novos do tempo numa polêmica provocada pelas críticas descorteses de Teófilo Braga às suas edições dos Cancioneiros portugueses antigos e do livro sobre os romances de Cavalaria (26).

* * *

De regresso ao pôsto, encontrou o aviso ministerial de 12 de junho, comissionando-o nas funções de representante do Brasil no Congresso Estatístico de S. Petersburgo. Em ofício de 2 de agosto agradecia esta honra e assegurava estar prestes a partir para o seu destino, onde trataria de não deixar mal o Império americano. Acabava de voltar naquele dia mesmo. O *cholera-morbus* grassava, tanto em S. Petersburgo como em várias paragens da estrada até lá. Seguiria, contudo, dois dias depois (4), a fim de poder estar na capital do império moscovita a 7, uma vez que o Congresso se abria, não a vinte, mas a 8, segundo o cômputo russo (27).

* * *

Enquanto esperava a abertura do Congresso, que só teria lugar a 22, o nosso delegado especial, aproveitou as duas semanas

Endem, no ano de 1563. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1872 — In-8º de XXXVI-230 fls. — 28 (231 a 258) páginas. O *Post-Editum* é datado de Viena, novembro de 1872.

(25) «Desculpe-me se tomo a liberdade de lhe recomendar que esteja prevenido contra os juízos de Adolpho Coelho e Teophilo Braga contra Castilho e outros seus amigos. São todos apaixonados e só pensam fazer mal. Eu estive em Portugal no ano passado, e conheci tôdas essas misérias...» (Carta do B. Pôrto Seguro a J. C. Rodrigues, datada de Viena, 1 de março de 1873, publ. na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, vol. XIII, pag. 103).

(26) Teophilo Braga no livro *Trovadores Galecio-Portugueses, Pôrto, 1871* e em outros trabalhos criticou, às vezes com injustiça e falta de civilidade, as obras de Varnhagen. Este revidou ao primeiro pelo opúsculo *Teophilo Braga e os antigos romanceiros de Trovadores: Provarás para se junterem ao processo*. No fim: Viena, 2 de fevereiro de 1872. Na *Imprensa do Filho de Carlos Gerold. Edição por conta do autor.* — 8º de 24 páginas. A ataques saídos no livro *Bernardim Ribeiro e os Bucolistas, Pôrto, 1872*, respondeu com um artigo no *Diário Popular* de Lisboa, de 24 de junho de 1872; e à dupla Teophilo Braga — Adolpho Coelho em carta à redação do *O Novo-Mundo* (Viena, 17 de fevereiro de 1874), ass. *Varnhagen, barão de Pôrto Seguro*, impressa no n. de 23 de maio desse ano, vol. IV, pag. 143.

(27) Minuta no arq. Varnhagen, Min. das Relações Exteriores. Varnhagen equivocava-se sobre as datas no sentido inverso daquele em que se dava a diferença entre o calendário ocidental e o russo. Não era o dia 20

de espera em fazer uma excursão a Moscou e a Nijni-Novgorod, às margens do Volga. Em S. Petersburgo encontrou ruas larguíssimas, e chamaram-lhe particularmente a atenção numerosas igrejas em estilo bisantino, com uma grande cúpula no transepto e quatro menores nos ângulos do edificio, servindo, ora uma só, ora tôdas, para sustentáculo de sinos com muita liga de prata. Essas cúpulas, geralmente forradas de latão simples ou dourado, afetavam exteriormente a forma de mitras ou balões invertidos, «assemelhando-se no perfil à coroa imperial (brasileira)». Riquíssimos palácios imperiais e grão-ducaes contava a capital de Pedro o

na Rússia o correspondente ao nosso 8, e sim o nosso 20 que correspondia ao 8 russo. O dia 20 de agosto no império de Pedro o Grande, seria o mesmo que o nosso 1 de setembro. O calendário vigorante na terra dos Tzares era a esse tempo o Juliano, então atrasado de 12 dias em relação ao Gregoriano, e atualmente 13, se ainda fôr o adotado. Essa divergência requer uma explicação.

Sosígenes, encarregado por Júlio Cezar de reformar o calendário em uso, para evitar complicações nos cálculos de dias, arredondou para 365 dias e 6 horas, a duração do ano solar, que, segundo Hiparco, era de 365 dias, 5 horas, 48 minutos e 47,5 segundos, fazendo-o, portanto, 11 minutos e 12,5 segundos maior do que realmente é. Para isso dispôs que, a 3 anos comuns de 365 dias, se seguisse um de 366, chamado bissexto, pela intercalação do dia suplementar em seguida ao 6.º das Kalendas de março, isto é, o dia 24 de fevereiro. A diferença entre o ano astronômico e o ano civil foi, porém, acumulando-se com o tempo, e, no século XVI, atingia já a 10 dias. O ano civil, mais longo, se atrasara na folhinha desse lapso em relação ao astronômico. O Papa Gregório XIII, empenhado em manter a regularidade nas datas das festividades religiosas, dependentes de conjunções siderais, empreendeu em 1582 a reforma do calendário chamado Juliano (em homenagem a Julio Cezar que o fez adotar), reforma que ficou conhecida pelo nome do pontífice, suprimindo esses dez dias no mês de outubro, pois fez seguir ao dia 4 o dia 15 do mesmo mês. Não bastava, porém, realizar a coincidência do ano civil com o solar; fazia-se mister evitar novos atrasos para o futuro. Com insignificante diferença, num período de 400 anos, os 11 minutos e 12,5 segundos a mais do ano civil sobre o astronômico, inteiram 3 dias. Este cálculo facilitou a reforma. Sendo bissextos no calendário juliano todos os anos seculares, dispôs o Sumo Pontífice que, daí em diante, só o seriam aqueles cujos algarismos indicadores de centenas fôsem divisíveis por 4, e anos comuns os demais. Facilmente de aplicar a reforma: a cada 3 anos comuns seguir-se-ia um bissexto; a cada 3 anos seculares comuns, um secular bissexto. A Rússia ortodoxa, porém, achou que não deveria subordinar-se à astronomia de Roma, assim como não se sujeitava ao seu primado religioso; continuou com o calendário Juliano. O ano secular de 1600 foi bissexto em ambos os calendários, conservando-se, pois, apenas a diferença de 10 dias entre eles, mas os de 1700 e 1800 não o foram no gregoriano, de modo que quando Varnhagen escrevia, em 1872, o cômputo dos dias vigorantes na Rússia estava já atrasado de 12 dias em relação ao usado no Ocidente. No presente século foi de 13 dias o atraso. Quando o governo russo porém comunicou às nações ocidentais a data de abertura do congresso, fez já a conversão para o calendário gregoriano, Varnhagen, que ignorava essa circunstância, chegou com grande antecedência a S. Petersburgo, e aproveitou o tempo fazendo uma excursão pelo país.

Grande; o Imperial, o de Mármore, e, nos subúrbios, os de Peterhof e Tsars-koe-Selo, com salas de todos os tipos, uma das quais de âmbar e outra de lapis-lazuli, e seu grande salão onde se realizou um grande banquete oferecido aos congressistas. Entre os monumentos chamava principalmente a atenção o de Pedro o Grande, estendendo sobre a cidade o braço criador. A igreja de Isaac impressionou-o fortemente com suas colunas monolíticas de granito vermelho e capitéis de bronze, e mais dez ou doze de malaquita, e duas de lapis-lazuli, e seu grande sino com forte proporção de prata. Visitou também o museu da Hermitage, criação da grande Catarina, único quanto a antiguidades do Ponto, a Biblioteca Pública, riquíssima em antigos manuscritos orientais, a Escola de Minas, com sua variadíssima coleção de produtos mineralógicos da Sibéria e da Rússia, e o Museu de História Natural, célebre pelos exemplares de mastodontes da sua coleção paleontológica, entre os quais um, único no mundo, encontrado sob os gelos da Sibéria, ainda com fragmentos de pele e pelos, conservados desde o início da era quaternária nesse frigorífico natural.

O povo russo deixou no nosso compatriota a impressão de ser o mais devoto e supersticioso da Europa. Qualquer pessoa benzia-se três vezes ao passar diante de alguma imagem, que quase todas as casas comerciais possuíam, ao lado do Stchó com que faziam as contas (28) e do jogo de damas, entretenimento das horas de ócio, por traz de uma lâmpada de azeite vegetal pereneamente acesa. Os pombos, símbolo do Espírito Santo, eram felicíssimos na Rússia: objeto do respeito e da proteção gerais, ninguém ousava matá-los, sequer para comê-los, e todos os alimentavam. Quanto aos trajos nacionais, notou que iam desaparecendo entre as mulheres, mas que outro tanto não sucedia com o dos homens. Conservavam as botas altas e os *cafetam* dos tártaros, espécie de dolman que vinha até a cintura, onde se ajustava mediante uma faixa de carmezim, às vezes entremeada de outras côres. Os condutores de dronskys, carros cobertos com dois lugares apenas além do do cocheiro, usavam, além desse traje, de um chapéu preto baixo, de copa larga cingido por uma fita preta afivelada na

(28) Cf. *Em viagem ao Norte da Europa*, pág. 11. Esse aparelho de cálculo foi importado da China, e ainda hoje se usa na Rússia soviética, segundo nos informou o Sr. Gondin da Fonseca, que por lá andou há tempos. É muito semelhante aos quadros de contas usados para marcação das caramboladas no jogo de bilhar. A 1ª ordem representa unidades, a 2ª dezenas, e assim por diante. Fazem-se as adições e subtrações deslocando-se respectivamente da direita para a esquerda e vice-versa, o número de contas das várias ordens necessário para exprimir a importância.

frente. Aquêles que estavam a serviço dos membros do corpo diplomático acrescentavam, sôbre essa fivela, o tope com as côres das respectivas nações.

Foi durante a estada em S. Petersburgo que Varnhagen reimprimiu em tiragem limitada, de 40 exemplares apenas, com data de 20 de agôsto, a carta de João Schöner a respeito do seu globo geográfico, escrita a Reymer de Streitberg em 1523 (29).

Passando a Moscou, — que na sua opinião levava vantagem a S. Petersburgo pelo cunho mais nacional da cidade, maior salubridade, e importância comercial, ligada como estava por estradas de ferro ao Volga, a Odessa, S. Petersburgo e Varsóvia, os pontos cardeais do país, e em comunicação com a Europa ocidental, sem dependência da capital de Pedro o Grande (30) —, pôde admirar o gigantesco recinto do Kremlin, com suas belas igrejas, palácio, e o grande sino quebrado, pesando mais de 46 mil quintais, e que nunca pôde ser içado para o campanário ao qual estava destinado, e apenas podia ser abraçado por umas 15 ou 16 pessoas de braços abertos dando-se as mãos; a cidade chinesa, com o Gastinai-dvor, espécie de imenso caravansarai, em que se infileiravam separadamente ourives, capelistas, comerciantes de quinquilharias, etc. . . . e as igrejas, algumas das quais forradas no interior com chapas de ouro e de prata lavradas, com pequenas aberturas por onde saíam as mãos e caras dos santos. A igreja do beato basílio, com a fachada voltada para a porta sagrada do Kremlin, tinha tantas cúpulas e tão variadas, que não podia deixar de considerá-las, apesar da riqueza, verdadeiras extravagâncias arquitetônicas.

Ir a Moscou ao tempo da feira, isto é, em agôsto, e não dar uma chegada a Nijni-Novgorod, a cidade do Volga, meio europêia, meio asiática, ponto de encontro do Ocidente com o Levante, verdadeira babilônia de povos de tôdas as raças orientais, tártaros, armênios, bucares, turcos e chineses; — seria o mesmo que ir a Roma e não ver o Papa. Varnhagen deslocou-se até lá. Tártaros eram, na maioria, os trabalhadores, que se distinguiam pelo cabelo raspado. A êsse colossal entreposto vinham ter, em tempo de feira, ferro, pedras preciosas e outros produtos da Sibéria; tapetes do Cáucaso e do Turkestan; frutas secas, lãs e muito algodão em rama, da Pérsia; e muitas pilhas de caixas de chá, bebida obrigatória na Rússia. Nem todo êle, porém, procedia da China; parte era proveniente de portos do norte da Alemanha, despachado atra-

(29) *Réimpression fidèle d'une lettre de Jean Schöner à propos de son globe, écrite en 1523, St. Petersbourg. Imprimerie de Röttgen & Schneider. 1872.* — 12 páginas in-4º, sem numeração.

(30) Cf. *Em viagem ao Norte da Europa*, págs. 12 e 13.

vês de Moscou já acondicionado em caixas forradas de couro para se parecer com o transportado pelas caravanas, em incríveis viagens desde o remoto Celeste Império até as margens do Volga, no limiar da Europa (31).

Em Nijni-Novgorod Varnhagen adquiriu uma enorme safira bruta, que encantava a quantos a viam (32), e tencionava conservar até a morte como lembrança dessa viagem. Não pôde visitar, como desejava, a cidade santa de Kiew e a antiga Novgorod. Chamavam-no deveres do ofício a S. Petersburgo, de onde, antes do que esperava, teve de regressar a Viena, pela necessidade de resolver o caso de Carlos Glasl (33). Esperavam-no também aí os trabalhos preliminares da representação do Brasil na Exposição Universal de 1873, a realizar-se no ano seguinte.

* * *

Digamos, porém, algumas palavras a respeito dos trabalhos do congresso estatístico, que motivaram o pronto regresso do nosso compatriota de Nijni-Novgorod a S. Petersburgo.

A 22 de agosto teve lugar a sessão de abertura, e o representante do Brasil na mesma data participou o fato ao ministro do Império, fazendo notar a circunstância de ter sido a abertura nesse dia e não a 8 ou 20 conforme se participara ao nosso governo. Diz que em uma correspondência dirigida ao Jornal Oficial (Diário Oficial) daria conta dos pormenores da solenidade e mais tarde enviaria ao Ministro dos Negócios Estrangeiros todos os trabalhos importantes apresentados ao Congresso, tanto pela comissão organizadora, como pelos delegados oficiais da Itália, Rússia, Hungria, Suécia, Filândia, Cáucaso e Rumânia. Ao mesmo tempo escreveria às demais legações do Brasil pedindo os respectivos chefes solici-tassem e remetessem, para serem colecionados no arquivo da Dire-toria Geral de Estatística, os trabalhos apresentados nos sete congressos anteriores. Prometia para breve um relatório geral de tudo o que ocorrera naquele em que representava o Brasil (34).

(31) *Idem*, pág. 14 — e *L'Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes*. Vienne, 1876, pág. 146.

(32) Cf. *Em viagem ao Norte da Europa*, pág. 14. Varnhagen ofereceu dêsse opúsculo dois exemplares a Ferdinand Denis, e êste os agradeceria por carta de 9 de outubro de 1874, felicitando-o pela aquisição da safira. A carta de Denis conserva-se no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, coleção Varnhagen.

(33) Trataremos dêsse caso na 2ª parte desta obra, capítulo 3.º.

(34) Minuta na coleção Varnhagen (Ministério das Relações Exteriores).

o que fez efetivamente a 25 de setembro (35), quando já de volta a Viena, a fim de que chegasse a tempo de ser impresso ainda nesse ano, para o que trabalhara como um mouro. No ofício com que encaminhava o relatório, conferia autorização aos revisores para fazerem quaisquer cortes e retoques na redação, e pedia que lhe remetessem uns vinte ou trinta exemplares para presentear a amigos antes da publicação dos *Compte-rendus* gerais, ou atas do Congresso.

O relatório de Varnhagen, já Barão de Pôrto Seguro por decreto de 14 de agosto de 1872. (35a) foi publicado ainda nesse ano, e anexado ao do Ministro do Império Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, feito em aditamento ao de 8 de maio. Passaremos a dar algumas indicações sobre as matérias de que se ocupou.

A sessão de abertura, que teve lugar, como já foi dito, a 22 de agosto, foi honrada com a presença de S.A.I. o Grão-Duque Constantino, Presidente Honorário do Congresso, que pronunciou um discurso acerca das vantagens e progressos da Estatística.

Nos dias 23, 24, 26, 28, 29 e 30 trabalharam as seções e suas correspondentes comissões diretoras, cujos trabalhos e projetos

(35) Ofício desta data ao Ministro do Império, remetendo o Relatório (Minuta no arq. Varnhagen, M.R.E.). No *Relatório do Ministro do Império* de 1872 saiu como Anexo D o de Varnhagen, datado, por engano d'ele, ou do tipógrafo, de Viena, 25 de agosto, quando é evidente que o não poderia ter terminado nesse dia, pois relata fatos sucedidos posteriormente àquela data e a esse tempo não regressara ainda à capital da Áustria. Foi impresso com o título: *Relatório acerca dos trabalhos do Congresso Estatístico de S. Petersburgo em agosto de 1872 apresentado ao Governo Imperial pelo delegado oficial do Brasil, Barão de Pôrto Seguro*. — 12 páginas in-fólio.

(35a) O agraciado agradeceu o título nobiliárquico em carta ao augusto outorgante datada de S. Petersburgo, 25 de agosto (Doc. n. 7.515 do arquivo do Museu Imperial):

«Ainda que muitas vezes me incomodei vendo-me considerado aos olhos da Europa, — e especialmente da Alemanha, em virtude do meu apelido, como menos brasileiro (motivo por que o Sr. Magalhães era de voto que V. M. I m'o devia mudar) não pensava já agora separar-me, sem saudades nem estranheza, dêsse nome que durante perto de quarenta anos procurei ilustrar e honrar, ilustrando-me e honrando-me; e confesso a V. M. I. que já não tinha esperança, nem aspiração, de o ver trocado por outro... Porém o mágico nome de Pôrto Seguro, tão querido para quem tinha levado êsses quarenta anos sempre ocupado da região de Cabral, operou o prodígio, e até me obrigou a mais, na minha 2ª edição da *História Geral*».

É de pasmar como em 11 dias apenas, em época anterior à inauguração do cabo telegráfico transatlântico, lhe teria podido chegar a notícia a tão grande distância. A única explicação que encontramos para o fato é de que a data de 14 de agosto foi a da publicação do decreto, mas que ele já estava lavrado algum tempo antes, e o seu teor foi imediatamente comunicado ao interessado por algum amigo oficioso. Auxilia esta presunção a circunstância da carta de agradecimento não aludir à data do decreto, como seria natural se dela houvesse chegado ao conhecimento do subscritor.

foram apresentados à Assembléia Geral no dia 30, em que também teve lugar o encerramento daquele grande conclave internacional. Êsses projetos já haviam sido bem estudados anteriormente pela comissão russa organizadora da oitava reunião, e constavam de um livro de mais de 500 páginas in-4º grande. Acompanhando êsse volume vinha outro contendo a súmula das resoluções tomadas nas sete reuniões precedentes: Bruxelas, 1853, Paris, 1855; Viena, 1857; Londres, 1860; Berlin, 1863; Florença, 1867; e Haya, 1869. O primeiro volume era obra principalmente dos técnicos russos, a quem o Sr. Meitzen, delegado oficial da Alemanha fizera plena justiça ao declarar na sessão de encerramento: «Assevera-se que a Alemanha é a terra-mãe da Estatística; eu direi que em nenhuma parte como na Rússia acha a Estatística terreno tão propício — A Estatística é cultivada neste país por grande número de homens de Estado que viemos aqui conhecer e apreciar». Entre êsses cultores da nova disciplina contavam-se Andreef, Weshniakhof, Terekhof, Poggenpohl, Thcerner e Semenov, de cuja correspondência e boa camaradagem com o Barão de Pôrto Seguro há vestígios nos arquivos do Itamarati.

As discussões tiveram lugar principalmente em francês, preferindo, porém, os delegados ingleses e norte-americanos falar em sua língua materna, e alguns alemães, suíços e austríacos em alemão. Essa preferência fez com que fôsem dêsses delegados os principais discursos pronunciados; como porém, os russos serviam-se perfeitamente dessas três línguas, levaram a palma aos demais, não só devido a essa circunstância, como ao fato de estarem melhor enfronhados nas matérias discutidas, cujo programa fôra por êles próprios elaborados, e conhecerem bem as resoluções tomadas pelos congressos anteriores. Dentre as propostas feitas, sobre duas chamou-se particularmente a atenção do congresso :

1ª — a criação de uma comissão permanente a se reunir algumas vêzes durante o intervalo entre duas convocações consecutivas do Congresso;

2ª — dar-se novo impulso à resolução tomada em Haya, em 1869, de se publicar uma estatística internacional comparada, cujos trabalhos, por motivo da última guerra (a franco-prussiana), pouco haviam progredido.

Para a elaboração dessa estatística internacional tinham sido encarregadas, por especialidades, várias nações: assim, coubera à Bélgica as tábuas de mortalidade e movimento da população; à Baviera, a estatística dos seguros contra incêndios e a da propriedade edificada; à França, a da propriedade não edificada, e também a da agricultura, pecuária, seguros agrícolas, e justiça civil e criminal; etc. ...

Essas tarefas foram distribuídas no congresso de Haya, no qual o Brasil não se representara, e, por conseguinte, não lhe coubera nenhuma parcela de trabalho. Como a Hungria fôra encarregada da estatística da viticultura, lembrara ao nosso representante que, se se propusessem também as de outras culturas, tais como a do tabaco, do café e da cana do açúcar, de maior importância que a da uva para nações não vinhateiras, entre as quais se achava o Brasil, seria aceita a lembrança e o trabalho incumbido ao Império americano. Achara, porém, mais conveniente esperar pelas instruções do Governo Imperial, uma vez que a Diretoria Geral de Estatística se estava ainda organizando. A todo o tempo o Brasil poderia oferecer-se para tomar a si a estatística da produção do café, deixando, por exemplo, à Espanha a do açúcar e do tabaco, tanto mais que, tendo-lhe sido assegurado um lugar na comissão permanente, não quereria seu ocupante deixar de compartilhar dos trabalhos dos colegas.

O programa para a reunião de S. Petersburgo dividira o campo de seus trabalhos em cinco seções:

- 1ª — Recenseamento — Metodologia da Estatística — Estatística somatológica e sanitária;
- 2ª — Registos da população e seu movimento;
- 3ª — Estatística da Indústria e das Minas;
- 4ª — Estatística do Comércio e das relações postais;
- 5ª — Estatística Criminal.

No relatório do Barão de Porto Seguro só se encontram referências à sua participação nas discussões relativas a matérias da primeira seção. Tendo aprovado o Congresso a resolução de que os recenseamentos se fizessem decenalmente, preferivelmente em anos decimais (1880, 1890, etc...), e fôsse para isso escolhido o mês de dezembro, porque, pela força do inverno, estava nesse tempo a população mais aglomerada, pediu a palavra o delegado do Brasil para lembrar que a comissão respectiva só havia pensado no hemisfério boreal, sem atender a que, no austral, estavam invertidas as estações, pelo que, baseando-se nos princípios assentados pela mesma, preferira o Brasil o dia 1 de agosto. Como a discussão se fazia a 24 do mesmo mês, aproveitou-se o nosso representante para referir-se ao recenseamento que, pouco antes, se devera haver realizado no Império. Sua sugestão foi devidamente apreciada, e votou-se que cada país escolhesse a época do ano que julgasse mais favorável, pelas condições locais, à realização dos seus recenseamentos.

O Barão de Pôrto Seguro recebeu em S. Petersburgo honrarias que bastante o desvaneceram: foi eleito um dos vice-presidentes honorários, homenagem que atribuiu antes ao Império que representava, que à sua pessoa, e recebeu a Grã-Cruz da Ordem Imperial Russa de S. Estanisláu da 1ª classe. Teve também o inolvidável prazer de tomar parte em um jantar de gala oferecido pelo Czar a perto de trezentos convivas no salão maior do palácio de Tzars-koeselo, sendo para lá conduzidos os convidados em carruagens imperiais (36). Passou, porém, infelizmente, por alguns vexames, embora não por culpa sua. Não pôde apresentar o que, como se decidira em congressos anteriores, seria obrigação dos delegados oficiais dos países representados nesses certames, isto é, o relatório a respeito de trabalhos dos brasileiros sôbre as matérias do congresso, tendo que desculpar-se com a alegação de não lhe terem chegado a tempo alguns documentos a respeito, cuja remessa lhe fôra anunciada pelo ministro do Império, e isso para «não deixar aparecer o Brasil ante o Congresso como muito menos cuidadoso da Estatística do que todos os outros países que aí apresentavam seus trabalhos». A fim de não deixar de oferecer qualquer coisa, teve de privar-se do seu exemplar do *Atlas* de Cândido Mendes, e de um exemplar do *Relatório* do mesmo Ministro João Alfredo do ano anterior, que ambos ofereceu para o arquivo da Comissão Estatística da capital russa. Até 3 de dezembro de 1872 ainda não lhe tinham chegado às mãos os documentos prometidos pelo aviso de 11 de outubro, pois em officio daquela data perguntava de Viena por que via se tinham despachado, e onde os poderia reclamar (37). Além do *Relatório* já extratado Varnhagen ainda redigiu um suplemento sôbre alguns trabalhos que julgava pudessem ser publicados nos *Compte-rendus* do Congresso, pelo que a princípio se obstinara de considerá-lo, mas que, em vista da demora na

(36) Cf. *Em viagem ao Norte da Europa*, pág. 12.

(37) Officio de 3 de dezembro ao Ministro do Império. Minuta no arq. Varnhagen (M.R.E.).

(38) Outro officio da mesma data ao mesmo destinatário, do qual também existe a minuta no arquivo Varnhagen.

Como documentos de certo modo ligados às atividades de Varnhagen em S. Petersburgo encontram-se, na referida coleção, a minuta de uma carta do diplomata a Joseph Közon, da comissão russa, datada de Viena, 1 de Dezembro de 1872, uma do Barão de Arinos, escrita de Bruxelas, 16 de julho, e quatro de L. Quetelet, o famoso belga autor das tábuas de mortalidade segundo a idade dos individuos, universalmente conhecidas, e em que basearam os cálculos atuariaes para as apólices e prêmios de seguro de vida, cartas essas datadas de 16, 27 e 28 de julho, e 29 de agosto de 1873. Na endereçada a Közon comunica o delegado do Brasil haver expedido as cartas dele para a Diretoria de Estatística do Rio de Janeiro. Como porém, o pessoal era pequeno, insuficiente até, para os trabalhos ordinários da repartição, não

publicação destes, lhe foram enviados ainda a tempo de serem contemplados no seu trabalho (38).

* * *

Em Viena publicara Varnhagen, antes da viagem a Portugal e da missão à Rússia, um estudo sobre os trabalhos dos geógrafos João Schöner e Pedro Bienewitz (Apianus) e sua influência na adoção do nome de América para o Novo Continente (39), e remetera três relatórios ao ministro dos negócios estrangeiros Manoel Francisco Correia, sobre a instrução pública e as escolas primárias, secundárias e superiores na Áustria-Hungria, datados respectivamente de 23 de janeiro, 2 de abril e 5 de maio de 1872 (40). Imprimira também o estudo sobre os livros de Cavalaria (41), que motivou violenta polémica com Teófilo Braga e Adolfo Coelho, e um folheto de resposta às críticas feitas pelo primeiro às suas edições de Cancioneiros (42). Ao regressar, deu ao prelo a *Informa-*

poderia o recém-criado departamento incumbir-se de tarefas adicionais. Punha, no entanto, à disposição do correspondente os cadernos do arquivo de sua Legação com os dados estatísticos do último recenseamento feito no Brasil, relativos ao Rio de Janeiro e à Bahia, que já estavam apurados. A carta do Barão de Arinos participava-lhe a remessa de um livro oferecido por Quetelet, diretor do Observatório Astronômico de Bruxelas, e que também seria um dos congressistas. Referia-se a outras obras do sábio belga e comunicava-lhe sua resolução de ir a Viena em fins de agosto, pedindo-lhe que providenciasse sobre alojamentos para elle. As de Quetelet são tôdas muito afetuosas e cheias de consideração pelo nosso compatriota. Relembra o convívio de ambos com Semenof, e na última lamenta-se de, pela sua idade muito avançada não poder desfrutar do prazer de encontrar-se com elle em Viena. A esse tempo estava aberta a Exposição Universal. Quetelet faleceu em 1874.

(39) Jo. Schöner e P. Apianus (Benewitz): *Influência de um e outro e de vários de seus contemporâneos na adoção do nome América: primeiros globos e primeiros mapas-mundi com este nome: globo de Waldseemüller, e plaquette acerca do de Schöner*. Viena. Tipografia I. e R. do Estado e da Corte, 1872 — In-8º de 61 páginas. Reimpresso na Rev. do Inst. Histórico, t. XXXV, parte 2ª, págs. 171-202.

(40) Sairam impressos oficialmente na publicação intitulada: *Informações dos agentes diplomáticos e consulares do império, publicadas em execução do decreto n.º 4.258 de 30 de setembro de 1868. Tomo Segundo. — Europa — Anos de 1868-1873*. Rio de Janeiro. Tipografia Universal de Laemmert. Rua dos Inválidos, 71 — 1874, págs. 918-931; e também em três folhetos avulsos, muito raros, todos da Tipografia Nacional do Rio de Janeiro, 1872, tendo respectivamente 9 5 e 8 páginas, descritos sob números 110-112 no trabalho do Sr. Armando Ortega Fontes: *Bibliografia de Varnhagen*, pag. 36.

É possível que tenham sido publicados também no *Diário Oficial*, mas não pesquisamos esse ponto.

(41) *Da Literatura dos Livros de Cavalarias; estudo breve e consciencioso: com algumas novidades acerca dos originaes portuguezes e de várias questões correlativas, tanto bibliográficas e linguísticas como históricas e biográficas, e um fã-simile*. Viena. Na Imprensa do Filho de Carlos Gerold. 1872. In-8º de 178-250 páginas. Datada a dedicatória do livro A***, de 2 de janeiro de 1872.

(42) V. nota 26.

mação sobre a Capitania do Maranhão de Bernardo José da Gama (43), um aditamento ao estudo sobre livros de Cavalarias com o título de *O Memorial das proezas da Segunda Távola Redonda* e a edição *trunfos de Sagamor* (44), e a 2ª edição, mais correta, do *Cancioneirinho de Trovas Antigas*. Ainda nesse ano se ultimou a impressão dos *Colóquios de Garcia d'Orta*.

* * *

Os trabalhos para a representação do Brasil na Exposição Universal de 1873 já se tinham iniciado antes da partida de Varnhagen para a Rússia. Realizara-se no Rio de Janeiro, em 1873, de 1 de janeiro a 3 de fevereiro, uma exibição prévia dos produtos nacionais que tomariam lugar nos mostruários da capital austriaca, e o governo imperial lograra com bastante antecedência, assegurar para isso o indispensável espaço (45). A comissão do Império americano no certame de Viena ficara assim constituída: — Presidente: S. A. R. o Duque de Saxe, almirante efetivo e presidente do conselho naval do Brasil, grã-cruz de tôdas as ordens brasileiras; — Vice-Presidente: o Barão de Pôrto Seguro, do Conselho de S. M. o Imperador, cavalheiro da Ordem de Cristo, comendador da da Rosa, grã-cruz da imperial ordem austriaca da Coroa de Ferro, comendador de número da Americana Real Ordem Espanhola de Isabel a Católica, e de número extraordinário da Real e Distinta Ordem Espanhola de Carlos III, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Áustria-Hungria; — Secretário: Manuel de Araújo Pôrto Alegre, grande dignatário da ordem da Rosa, cavalheiro da de Cristo, lente Jubilado da Escola Central e da Academia de Belas-Artes, Cônsul

(43) *Informação sobre a Capitania do Maranhão em 1813 ao chanceler Antônio Rodrigues Velozo por Bernardo José da Gama, pouco antes Juiz de Fora e Ouvidor interino na mesma captañia, e ao depois Visconde de Goiana, diretor da Academia Juridica de Olinda, etc. Viena d'Austria. Imprensa do Filho de Carlos Gerold, 1872.* — In-12.º de 28 páginas. O original dessa informação foi adquirido pelo editor no Rio de Janeiro (provavelmente em 1868) em um belchior da rua Senhor dos Passos, juntamente com alguns livros e papéis que supunha deverem ter pertencido ao ilustre paulista Antônio Rodrigues Velozo.

(44) *O Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda e a edição «Trunfos de Sagamor».* Pelo autor do estudo *«Da Literatura dos Livros de Cavalaria»*. Viena. Na imprensa do Filho de Carlos Gerold. 1872 — 8.º de 30 páginas e 1 de erratas. O exemplar que possuímos desse opúsculo nos foi apresentado pelo Sr. José Atico Leite; anteriormente pertencente ao Dr. Francisco Simões Correia, cuja biblioteca foi vendida em leilão, sendo arrematado o folheto acima pelo conhecido livreiro desta cidade.

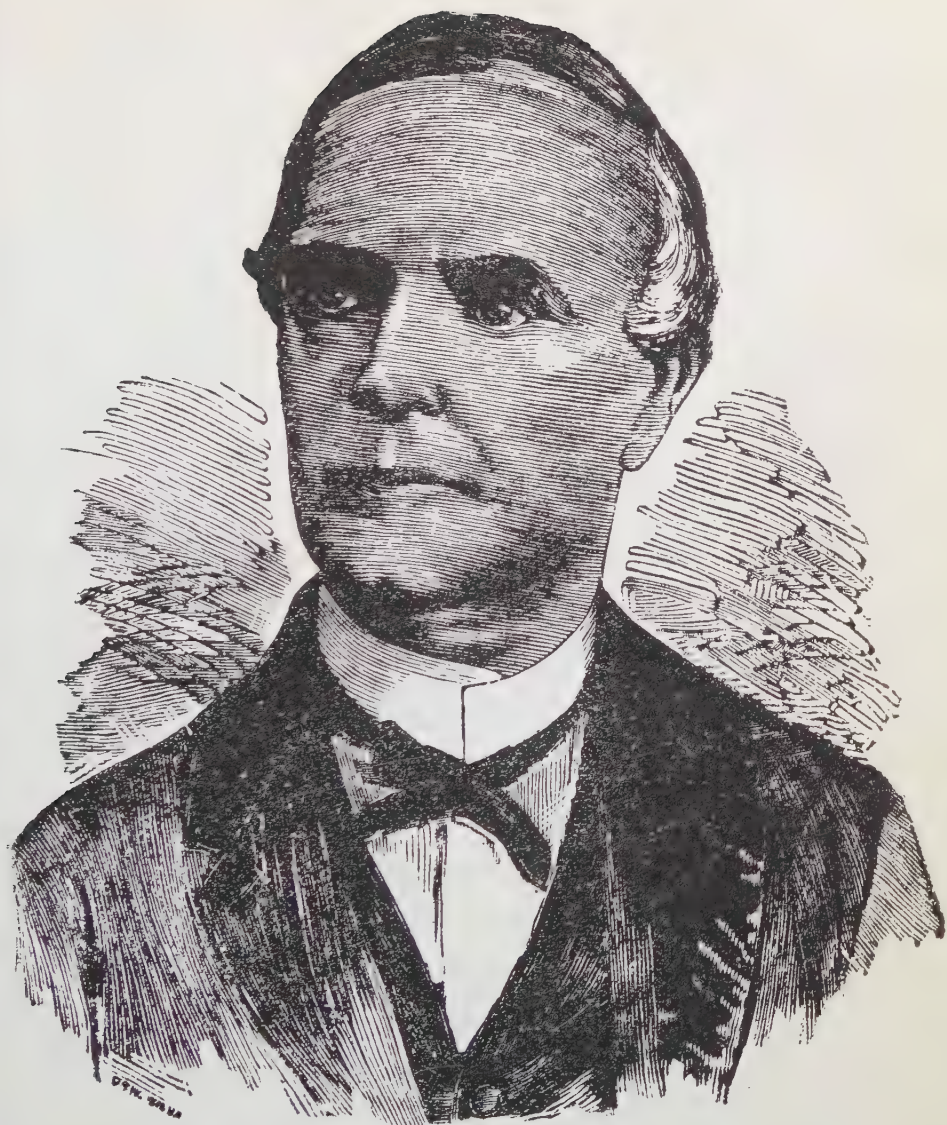
(45) Ofício de Varnhagen ao Ministro da Agricultura (3 de agosto de 1872) agradecendo a comunicação que este lhe fizera, de ter sido concedido ao Brasil o espaço solicitado para exibição dos seus produtos. Minuira no arq. Varnhagen, M. R. E.

Geral do Brasil em Lisboa; — membros : — o Barão de Carapebus, Grande do Império, Veador de Sua Majestade a Imperatriz, official da ordem da Rosa, comendador da de Cristo e da de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa de Portugal; e o Barão de Nioac, Veador de S. M. a Imperatriz, cavalheiro das ordens de Cristo e da Rosa. Estes trabalhariam na Europa. Na lista de coadjuvadores figuravam : — José Saldanha da Gama, reputado botânico, lente da Escola Central; Joaquim José da Fonseca Jr.: Guilherme Schuch de Capanema, depois barão dêsse nome, Diretor Geral dos Telégrafos; Benjamim Franklin Ramiz Galvão, futuro Barão de Ramiz, diretor da Biblioteca Nacional e Pública; João Joaquim Pizarro, doutor em Medicina; Joaquim Monteiro Caminhoá, lente da Faculdade de Medicina da Corte; Luís Alvares dos Santos, lente da Faculdade de Medicina da Bahia; Rufino Augusto de Almeida, bacharel em ciências jurídicas e sociais, comendador da ordem da Rosa; Luís Filipe Saldanha da Gama, então capitão-tenente da nossa gloriosa armada, cavalheiro das ordens de Cristo e da Rosa; e mais nove outros.

A 29 de novembro iam bastante adiantados os preparativos. Em carta ao Comendador Joaquim Antônio de Azevedo, membro da comissão organizadora da Exposição Nacional da Capital do Império, o Barão de Pôrto Seguro informava que havia obtido do Barão de Schwartz, diretor geral da Exposição, o espaço complementar requerido pela comissão do Rio para a exhibição dos nossos produtos, bem assim como a superficie de 90 metros quadrados a serem occupados por quadros históricos, em local bem iluminado por focos colocados por cima dêles. Para as telas pequenas as luzes seriam laterais.

O espaço concedido para os objetos a expor não seria porém todo num só local. Parte seria colocada na galeria das indústrias, e outra na grande rotunda para peças vistosas, tais como bonitas madeiras, ricos minérios, armas de índios, etc., tal como se procederia com as demais nações.

Pôrto Seguro era de parecer que só em último caso, quando não nos fôsse possível dispensá-lo deveríamos construir um pavilhão privativo brasileiro, no terreno para êsse fim espontâneamente cedido pelo Barão de Schwartz, maximé quando não o poderíamos apresentar de arquitetura original nossa, que não possuíamos, como era o caso da Turquia ou do Egito. Na hipótese, porém, de termos de levantá-lo, aconselhava que fôsse trazido já feito, todo de madeira, pronto para ser armado no local. Aguardava, finalmente, a chegada de algum comissário brasileiro para, à vista do local, e com o conhecimento dos produtos que se preparavam, informar devidamente a comissão organizadora antes que os produtos partissem do Rio de Janeiro; e dava a grata informação de que, para



Xilografia de Oswaldo Silva, segundo a fotografia tirada em Viena (1873) e que serviu de base ao trabalho de Langridge

os objetos destinados à Exposição, os fretes nas estradas de ferro tinham sido reduzidos de 50% (46).

A 4 de abril estava a caminho de Viena a contribuição brasileira, que só poderia chegar lá para o fim do mês. Assim mesmo a demora não fôra tão grande como seria de esperar, visto como os objetos tinham tido que figurar nos mostruários do Rio, que só fecharam as portas a 3 de fevereiro, como atrás dissemos (47). As demoras na embalagem e acondicionamento foram, aliás, um auxílio da Providência, pois, graças a essa circunstância, deixaram as amostras de seguir no vapor *Gambie*, que naufragou. A 12 de meio chegavam ao destino. «à última hora», escrevia o Barão de Pôrto Seguro ao amigo José Carlos Rodrigues (48). Estava assolebrado pelos trabalhos e azáfama decorrentes da sua qualidade de vice-presidente da comissão brasileira, quando lhe chegou às mãos o exemplar do *O Novo-Mundo* de 23 de abril, acompanhado de uma atenciosa carta do jornalista brasileiro, datada de 25. Continha o referido número a sua biografia escrita com bastante exatidão pelo depois proprietário do *Jornal do Comércio*, e um magnífico retrato xilografado por J. L. Langridge segundo a fotografia enviada de Viena pelo interessado, à qual se referira na carta de 1 de março dêsse ano. O retrato foi julgado ótimo e incontinentemente reconhecido pelo filho mais jovem do plenipotenciário brasileiro, então com quatro anos de idade apenas (49). Sômente havia a observar pequenas inexatidões sem maior importância. Achara magnífico o trabalho, em que «pela primeira vez se abarcara em resumo os seus disseminados trabalhos». Quanto ao escudo d'armas representado na curva inferior do medalhão, «preferiria que tivesse sido reformado, em conformidade das regras heráldicas, depois do título que lhe deram». Efetivamente, nêle ainda figurava com timbre o *vôo de prata* de quando era apenas o cavalheiro Varnha-

(46) Arquivo Varnhagen (M.R.E.) No mesmo existe uma carta em francês, também de 29 de novembro, do Sr. Adolf Plason, funcionário austriaco, dando conta de haver encaminhado ao Barão de Schwartz o pedido do diplomata brasileiro.

(47) Ofício de 4 de abril ao Barão de Schwartz-Sennboin, diretor geral da Exposição. Minuta no arq. Varnhagen (M.R.E.).

(48) Carta desta data publicada na *Revista do Instituto Histórico de S. Paulo*, t. XII (1911), pág. 103.

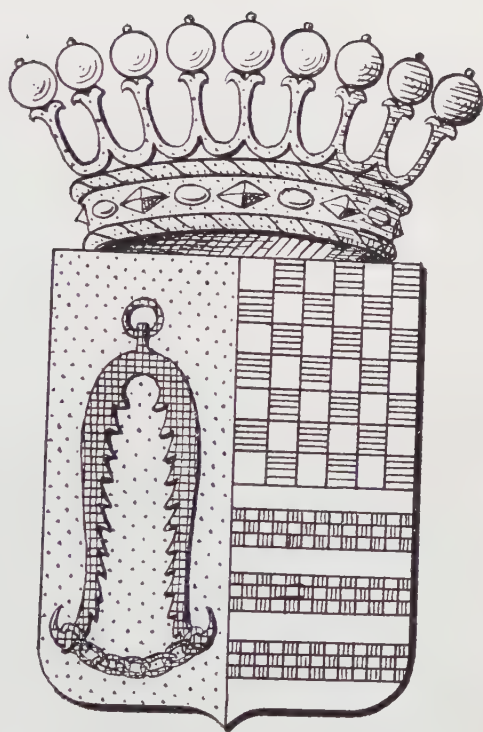
(49) Carta a J. C. Rodrigues já citada. Cezar Augusto Marques, escritor maranhense, a êsse tempo em intensa correspondência com o Barão de Pôrto Seguro, não achou o retrato parecido: «peço-lhe o favor de enviar-me o seu retrato. aquêle que lá está não é próprio, segundo minhas recordações quando o visitei aqui (carta de 24 de maio de 1873, existente no arquivo Varnhagen). Por uma fotografia, de que existem positivos no Instituto Histórico e na Biblioteca Nacional (secção de Iconografia), e que serviu de base ao trabalho de Langridge para *O Novo-Mundo*, mandamos executar pelo artista Sr. Osvaldo Silva a xilogravura que ilustra êste livro.

gen, em vez da coroa de barão, que prontamente teria de ser substituída pela de conde, a que tinham direito os viscondes *com grandeza*, como o sorocabano em breve o seria. Desconhecemos, com exceção do referido retrato, a existência de qualquer peça armoriada pertencente ao Visconde do Pôrto Seguro (50). No Museu Histórico Nacional há, na coleção de cerâmica brazonada, um prato de faiança inglesa, timbrado com a coroa de conde e um *PS* em monograma, que a Sta. Jenny Dreyfus pensa haver pertencido ao grande historiador, atribuição de que discordamos. Possuimos uma colher de prata adquirida a um antiquário, em que estão gravadas no cabo, face inferior, as iniciais *F.A.V.*; o artista parece haver querido imitar o talho de letra do sorocabano. *Ex-Libris* não usava, o que é muito para admirar da parte de um bibliófilo de gostos tão requintados. Sua biblioteca, hoje encorporada à do Ministério das Relações Exteriores, tem para assinalá-la uma etiqueta tipográfica azul, retangular, em espanhol, com os dizeres *Biblioteca Varnhagen*, etiqueta visivelmente póstuma, aplicada aos livros do historiador pelos seus herdeiros chilenos, quando organizaram o catálogo tendo em vista desfazerem-se do acervo, felizmente adquirido pelo governo brasileiro. Torna-se, assim, impossível apresentarmos um escudo d'armas original usado pelo Visconde de Pôrto Seguro. Graças, porém, à suma gentileza do Dr. Orlando Guerreiro de Castro, mestre da ciência heráldica entre nós, é-nos possível brindar os leitores com as armas corretamente compostas do historiador-diplomata.

A abertura da Exposição (51) concorreram muitos brasileiros então na Europa, por força dos cargos de representação diplomática ou consular que exerciam, ou no gozo de excursões de recreio. Entre os primeiros incluía-se Manuel de Araújo Pôrto Alegre, cônsul geral em Lisboa e compadre do Barão de Pôrto Seguro, então ocupado com a composição do seu *eruditíssimo* poema épico *Colombo*, em 40 cantos e um *Prólogo* de decassílabos brancos, do qual declamava enfaticamente largos trechos em roda de amigos à

(50) O artigo *Pôrto Seguro* do *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro* de Smith de Vasconcelos não é ilustrado com bração.

(51) A 10 de maio Pôrto Seguro participava a Odorico José da Costa, delegado do Tesouro Brasileiro em Londres, haver sacado contra essa delegacia, por intermédio do Banco da Baixa Áustria, a quantia de 1.000 £, quantia abonada pelo Governo Imperial para as despesas com a Exposição, e da qual em breve a comissão organizadora teria de dispor, para o mesmo fim, de novas somas, pelo que pedia que o informasse da abertura de créditos pelo Governo Brasileiro, logo que a comunicação lhe chegasse às mãos. A 29 de janeiro de 1874 o delegado do Tesouro escrevia-lhe aceitando os saques que o ministro tivesse de fazer para custear as despesas com a Exposição Universal, encerrada já há vários meses (Arq. Varnhagen, M. R. E.).



Brazão d'armas do Visconde de Porto Seguro. A coroa de conde era usada também pelos viscondes com grandeza. À direita armas dos Varnhagen; à esquerda, um chefe, Sás; em pontos Mugalhães

Riemerstrasse, 8, sede da nossa legação, muito lisongeados com os aplausos que lhe prodigalizavam os ouvintes (52).

A despeito do interesse despertado no público europeu pelos mostruários brasileiros, instalados no Palácio da Indústria, e franqueados aos visitantes desde o dia de Corpus-Cristi, 12 de junho (53), poucos documentos encontramos no arquivo de Varnhagen, que compulsamos cuidadosamente. São eles uma carta do conservador do Museu Comercial e Industrial da Casa de Mel'e, datada de 23 de abril de 1873, em que pedia autorização para examinar de perto e em companhia de qualquer membro da delegação brasileira, os produtos expostos na nossa seção, e a minuta de outra, escrita pelo Visconde de Pôrto Seguro ao Sr. Karl Diachsler a 31 de março de 1876, dizendo não poder a legação ocupar-se do seu pedido por ser a matéria sobre a qual versava inteiramente desconhecida. *Tudo o que dizia respeito à Exposição de 1873 já se considerava liquidado.* Somente com o Sr. Oliveira (?) é que o destinatário poderia tratar dos seus interesses e reclamar aquilo

(52) *Memórias de X. de Pôrto Seguro*, pág. 15. — Pôrto Alegre deve ter-se demorado bastante em Viena, pois no dia 7 de setembro, aniversário da Independência, recitou na Legação do Brasil uma oblação bombástica em versos brancos de sua lavra, dedicada ao amigo e compadre, e que foi impressa na Tipografia Imperial e Real no mesmo ano, num folheto de 13 páginas, certamente à custa do homenageado:

«Ao dia septe (sic) de setembro de 1873. Saudosa oblação recitada na legação brasileira e oferecida ao Exmo. Senhor Barão de Pôrto Seguro, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de S. M. o Imperador do Brasil, etc... Viena, Imperial e Real Tipografia, 1873».

(53) O *Diário Oficial* de 22 de julho de 1873, publicou uma *Correspondência* de Viena, datada de 19 de junho, em que se noticia a abertura da seção brasileira do palácio da indústria, se faz uma sumária descrição dos nossos mostruários, todos muito bem arranjados, e que produziram no público a impressão de serem os mais bonitos de toda a América, incluindo os Estados-Unidos, que, apesar de ocuparem espaço três vezes maior, não interessavam tanto, por constarem quase que exclusivamente de peças de maquinaria, setor em que a Inglaterra levava grandes vantagens à república do hemisfério septentrional. No fim da correspondência, visivelmente inspirada, senão redigida pelo próprio Pôrto Seguro, vem a notícia de que este fôra eleito 2.º vice-presidente do júri internacional supremo, composto de todos os presidentes dos grupos cuja maioria não é austro-húngara, e sim composta de estrangeiros. Termina com essa notícia auspiciosa, que trai o dedo do interessado: «Sendo presidente o septuagenário Príncipe de Schwartzemberg e o 1.º Vice-Presidente o Barão de Heckren, enviado da Holanda, e decano aqui do Corpo Diplomático, não será estranho que alguma das sessões do júri supremo internacional venha a ser presidida pelo ministro do Brasil nesta corte, que já no Congresso Estatístico de S. Petersburgo no ano passado foi aclamado no número de vice-presidentes».

Há no arquivo Varnhagen (M. R. E.) uma carta de Cezar Augusto Marques a Pôrto Seguro (10 de março de 1874) em que o felicita pelo fato de haver sido escolhido para Vice-Presidente do Tribunal do Júri na Exposição.

que lhe confiara. Só muito tardiamente, aliás, ficara pronto para a distribuição o catálogo geral do certame, pois tem a data de 3 de novembro de 1875 um ofício do ministro brasileiro ao Conselheiro Thomaz Coelho de Almeida, ministro da Agricultura, participando-lhe haver remetido, via Hamburgo, em obediência ao ofício dêste último, de 9 de setembro, cinquenta exemplares daquela publicação, assim como dez de um livro da autoria de pessoa cujo nome não conseguimos decifrar. Completava a remessa uma caixa contendo diplomas conferidos aos membros da comissão brasileira que serviram no júri, de cujo Supremo Tribunal fôra o nosso plenipotenciário nomeado vice-presidente, e folhetos tratando das florestas russas e de seus produtos (54).

* * *

O ano de 1873 não foi muito fértil em trabalhos literários de importância. Sua exigüidade contrasta com a abundância do de 1872, justificando o prolóquio popular de que «dia de muito é véspera de pouco»: Na *Revista do Instituto* saíram as biografias dos Drs. Francisco José de Lacerda e Almeida e Antônio Pires da Silva Pontes Leme (55) e *primeiras explorações na costa brasileira*, páginas da 2ª edição da *História Geral* em preparo (56); no *Diário Oficial* de 5 de março imprimiu-se sua carta dirigida ao Conselheiro Manoel Francisco Correia, ministro dos negócios estrangeiros, a 23 de dezembro do ano anterior, acompanhada de um Juízo Crítico sobre o «Peregrino da América» de Nuno Marques Pereira e outros assuntos, depois reproduzida no *Diário de Pernambuco* de 9 e 10 de abril do mesmo ano. Escritos também em 1873, porém impressos no ano imediato, foram o *Ofício-Protesto dirigido ao Instituto Histórico do Brasil pelo seu antigo 1º secretário...* (57) e *Les Hollan-*

(54) Com essa remessa gastou Pôrto Seguro a importância de 28 florins, correspondente, pelo câmbio do dia, a £ 2-8s.-10p., de que foi reembolsado por um saque contra a Delegacia em Londres, autorizado pelo aviso ministerial de 25 de janeiro de 1876. A remessa foi paga diretamente pelo diplomata, por não quererem as companhias de vapores de Hamburgo fazer adiantamentos de fretes ao governo brasileiro em vista das dificuldades burocráticas para receberem a importância dos mesmos. Varnhagen expôs essas particularidades em ofício a Thomaz Coelho de Almeida (23 de novembro de 1875). As minutas dêsses documentos se encontram no arquivo Varnhagen, M. R. E.

(55) Tomo XXXVI, parte 1ª, págs. 177-184 e págs. 184-187 respectivamente.

(56) Tomo XXXVI, parte 2ª, págs. 53-63.

(57) *Ofício-Protesto dirigido ao Instituto Histórico do Brasil pelo seu antigo 1.º secretário F. Ad. de V., Barão de Pôrto Seguro, contra várias asserções injustas, insólitas e infundadas do Dr. Antônio Henriques Leal, em certa pequena nota de uns seus Apontamentos, etc., etc.. Publicado com algumas notas aditivas e um prefácio também protesto. Viena d'Austria. Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1874 — In-12.º de 23 páginas.*

dais au Brésil — Un mot de réponse à M. Netscher (58), datados respectivamente de 12 de fevereiro e 23 de agosto. De 3 de fevereiro é uma carta sua, que supomos ainda inédita, dirigida ao Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, a esse tempo diretor da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, e arrolada no *Catálogo dos Cimelios* daqueles estabelecimentos (59). Trata de vários assuntos: da próxima edição brasileira da *Prosopopéia* de Bento Teixeira, feita pelo exemplar aqui descoberto entre os folhetos da coleção Barbosa Machado; do método a seguir na reimpressão das *Memórias Diárias* de Duarte de Albuquerque Coelho, que também aconselha em vista da grande raridade da obra; e, o que é melhor, nela sugere que se destinasse uma sala da Biblioteca exclusivamente para obras impressas no Brasil ou acerca do nosso país, tão completa quanto fôsse possível, principalmente quanto a folhetos, «que é o que mais se extravia». E, com orgulho de bibliófilo bem compreensível e desculpável, acrescenta: «tenho folhetos que paguei por várias libras esterlinas» (60).

O preparo da 2ª edição da *História Geral* prosseguia ativamente. Em sua carta de 1 de março a José Carlos Rodrigues, enviando-lhe papéis e o retrato para ilustrar a biografia a sair no *O Novo Mundo* lembrava-lhe os serviços do pai e juntava as páginas a êle dedicadas do 2º volume da *História Geral* preparadas para a nova edição, com o pedido de que «lhe fôssem devolvidas». A medalha comemorativa da primeira corrida de ferro fundido nos fornos de Ipanema, e que mandara cunhar por Caquet em Paris, também foi recordada. Aludia, por fim, às misérias observadas em Portugal quando lá esteve em 1872, de que eram autores Adolpho Coelho e Theophilo Braga, e vítimas Castilho e seus companheiros do grupo romântico. Que ficasse prevenido contra êsses sujeitos! (61).

(58) *Les Hollandais au Brésil, un mot de réponse à M. Netscher par le Baron de Porto Seguro, auteur de l'ouvrage intitulé «Historia das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654»*. Vienne. Édition de l'Auteur. Imprimerie de Charles Gerold fils à Vienne. — In-8.º de 11 páginas.

(59) *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XI. Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1885, pág. 545 (n.63). Todo o volume é ocupado pelo *Catálogo dos Cimelios*.

(60) A carta de Porto Seguro a Ramiz Galvão está cotada I-27G., 36, n. 32. na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Entre os folhetos pagos por várias libras esterlinas contava-se certamente da *editio-princeps* da Lettera de Vespucci a Soderini, adquirida em Havana em 1863, e o *Isagoge* de P. Apianus, comprado em 1872 a Fr. Müller, de Amsterdam, por 24 florins.

(61) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, t. XIII, págs. 102-103.

A 12 de maio escrevia ao mesmo lamentando-se de não ter tempo, no momento, para providenciar sobre o pagamento da assinatura do *O Novo-Mundo*. Não poderia fazê-lo em Hamburgo?, pergunta. Se nessa ocasião chegou a ir ao antigo empório da Hamsa não pudemos verificar, mas quase podemos dizer com certeza que lá esteve quando da viagem aos países do Norte, que empreendeu no ano seguinte, no caráter de membro da Comissão Internacional Permanente de Estatística, a fim de tomar parte na reunião de Stocolmo.

Antes de seguir despachou, para ser publicado no periódico dirigido por José Carlos Rodrigues, um artigo em que se defendia galhardamente dos injustos e descorteses ataques que recebera de Teófilo Braga, e apontando erros crassos em que incidira o ilustrado, mas leviano e inexactíssimo historiador da literatura portuguesa (62), e que veio a ser o primeiro presidente de sua terra no regime calamitoso inaugurado em 1910. Há incompatibilidade completa de idéias entre os espíritos aristocráticos, monarquistas e reverentes, como era o do nosso historiador-diplomata, e os dos republicanos e jacobinos mais ou menos positivistas, do tipo Teófilo Braga *et cetera*. Pôrto Seguro, durante a movimentada carreira literária que constituiu sua existência, teve ocasião de tomar parte em muitas polêmicas, que quase tôdas se desenvolveram em tom elevado e cortês. Aquelas em que o azedume e a irritação dos revides, correspondendo ao pé da letra aos ataques, atingiram ao auge, foram justamente as que entreteve com adversários de tendências republicanas, muito embora a matéria sobre que versavam fôsse absolutamente alheia a questões de forma de governo e instituições políticas, a saber: com Abreu e Lima, João Francisco Lisboa, Antônio Henriques Leal e Teófilo Braga. O instinto como que adverte aos polemistas da profunda incompatibilidade psicológica que os separa, e torna impossível o mútuo entendimento. Há no conjunto das idéias de cada um de nós tão estreita interdependência, que é perfeitamente possível, por exemplo, interrogando-se uma pessoa sobre regime escolar, conhecer-se, pela resposta, a opinião dela sobre o divórcio a vínculo e a questão dos latifúndios... Têmo-lo pessoalmente verificado muitas vêzes.

(62) A carta-artigo de 17 de fevereiro de 1874 veio acompanhada de outra dirigida particularmente a José Carlos Rodrigues, escrita a 9 de abril seguinte. Esses documentos existem nos originaes, assim como outras cartas (não tôdas) de Pôrto Seguro ao mesmo destinatário, na Biblioteca Nacional, seção de Manuscritos. Foi impresso o protesto do diplomata sob o título:

«O Sr. Varnhagen e alguns críticos portugueses» no *O Novo-Mundo* de 23 de maio de 1874, vol. IV, n.º 44, pág. 143, com um introito redigido pelo interessado, mas que saiu em nome da redação. Esta particularidade nos é revelada pela dita carta de 9 de abril (*Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, t. XIII, págs. 103-104).

A 7 de maio de 1874 terminava Pôrto Seguro o *Post-Facio à História das Lutas*, posta à venda nesse ano, e em que vitoriosamente responde a alguns reparos de crítica serenos e cortesões do Senador Cândido Mendes (63); e, por decreto do dia 16 do mesmo mês via-se elevado a visconde (com grandeza) do mesmo nome (64). Esta última distinção, satisfazendo-lhe plenamente a vaidade inata, veio, como justa recompensa, premiar uma existência dedicada à Pátria e às letras; (64a) recompensou-o, como sabem apreciar e preferem as almas nobres, com as honras, e não com os proventos materiais de comissões gordamente remuneradas, ou pensões pagas pelo Tesouro Público, pelas quais geralmente optam os ridicularizadores dos títulos nobiliárquicos.

Trabalhos aparecidos nesse ano foram, além dos de polêmica com Teófilo Braga, Netscher, Antônio Henriques Leal e Cândido Mendes já referidos, a edição da *Descrição do Estado do Maranhão*, etc... de Maurício de Heriarte (65), o folheto *Ainda*

(63) Os reparos de Cândido Mendes saíram no prefácio *Ao Leitor*, do 2.º volume das *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*, cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas, coligidas e anotadas por... Rio de Janeiro, 1874, págs. XIII-LXII.

(64) Veja-se a *Dedicatória a sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II* no tomo I da 2ª ed. da *História Geral*. A data, a que também alude a dedicatória, de 14 de agosto de 1872, foi, como já dissemos acima, a do decreto que o agraciou com o baronato.

(64a) O Visconde de Pôrto Seguro agradeceu a elevação do título em carta de Viena, 26 de junho de 1874 (Doc. n. 7.735 do arquivo do Museu Imperial). Ei-la na íntegra:

«Senhor! Cheio de reconhecimento vou aos Pés de V. M. Imperial testemunhar por mim, por minha mulher e meus dois filhos o mais profundo reconhecimento pela nova graça que todos devemos a Vossa Majestade. Os trabalhos, desassossegos e desgostos que nos deu a tal Exposição que Deus haja, ficam todos esquecidos; lembrando-me só de que todos os meus desvelos para sairmos honrosamente do empenho contraído, foram por V. M. I. e pelo seu Govêrno favoravelmente julgados.

Escrevendo a V. M. I. no próprio dia em que chega aqui uma prova da inauguração do telégrafo elétrico não posso deixar de congratular-me com V. M. I. por mais êste progresso adquirido pelo Brasil no seu Reinado. Deus o siga prolongando, protegendo em tudo a V. M. I. cujos patrióticos desvelos a Europa admira. De V. M. Imperial o mais submisso e fiel súdito Visconde de Pôrto Seguro».

(65) *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*, feita por Maurício de Heriarte, ouvidor-geral, provedor-mor e auditor, que foi, pelo governador D. Pedro de Melo, no ano de 1662. Por mandado do Governador-geral Diogo Vaz de Sequeira. Dada à luz por 1ª vez. Viena d'Austria. Imprensa do filho de Carlos Gerold. 1874. No verso, em baixo: «Esta publicação fará parte (entrando no competente lugar por ordem alfabética) do Arquivo Diplomático Brasiliense Antigo, do editor B. de Pôrto Seguro. Edição por conta do Editor». — In-12.º de 84 páginas. Foi reimpresso em nota à 3ª ed. da *História Geral* (ed. Capistrano-Garcia), t. III, págs. 211-236.

Amérigo Vespucci — Novos estudos e achegas, etc. (66), e a breve, mas interessantíssima narrativa da viagem aos países do norte da Europa, impressa na capital da Suécia (67).

Este último opúsculo, cujo fatura resultou da comissão que teve de desempenhar em agosto de 1874 na capital dos reinos escandinavos, como membro da comissão permanente dos Congressos Estatísticos, a qual se deveria reunir anualmente, constituiu uma manifestação eloqüentíssima da extraordinária capacidade de observação do diplomata brasileiro, qualidade essa que não lhe poderia provir da formação cartesiana de seu espirito nos bancos escolares, e sim de um dom inato.

Varnhagen saiu, por assim dizer, dos moldes em que habitualmente escrevia, formalísticos e algo descoloridos, para brindar-nos com uma jóia literária, na qual o estilo leve e agradável em que a vasou, serve de veículo a descrições interessantíssimas e a observações etnográficas e de geografia humana que ainda hoje conservam a integridade do seu valor. Ferdinand Denis, o sábio diretor da Biblioteca de Santa Genoveva e amigo constante do Brasil, foi dos primeiros a lerem o opúsculo, e assim se manifestou:

«...Votre opuscule est à mon gré un vrai bijou — je ne lui vois qu'un défaut, c'est d'être trop court; vous seul y pourrez porter remède, et je vous engage à le faire pour vos lecteurs» (68).

Pôrto Seguro nessa excursão, feita embora por força de suas obrigações oficiais e não por mero prazer, deve ter modificado o itinerário mais curto que poderia seguir, a fim de passar por Hamburgo e pela Holanda, onde já estivera pelo menos uma vez em 1853; além de relembra-la na narrativa da viagem, é evidente que desta vêz visitou a biblioteca de Leyde, onde encontrou um apógrafo antigo dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de que fez extrair cópia, fato comunicado por ocasião do regresso, ao Instituto Histórico, numa carta datada de 23 de setembro. Aí chamava a atenção para as inscrições rupestres da Serra da Ca-

(66) Ainda *Amérigo Vespucci: Novos estudos e achegas, especialmente em favor da interpretação dada à sua 1ª viagem, em 1497-98, às costas do Yucatan e golfo Mexicano, por F. A. de Varnhagen, Barão de Pôrto Seguro, etc. Viena d'Austria, Imprensa do filho de Carlos Gerold. — Edição por conta do A. 1874 — In-4.º G.*, com frontispício de 8 páginas de texto, 1 folha em branco no fim e 1 folha extra-texto contendo parte do mapa de Ruysch.

(67) *Em Serviço ao Norte da Europa. (Páginas não oficiais) pelo Visconde de Pôrto Seguro, delegado oficial do Brasil no Congresso Estatístico de S. Petersburgo em 1872, e membro da comissão permanente do mesmo nas sessões de 1873 em Viena e 1874 em Stockolmo. 1874. P. A. Nordsted & Söner.* — In-fine: «Stockolmo, 28 de Ag. de 1874». In-8º de 14 páginas.

(68) Carta a Varnhagen datada de Paris, 9 de outubro de 1874, existente no arquivo Varnhagen (M.R.E.).

paoba (hoje *da Raiz*) na província da Paraíba, as primeiras do Brasil, que foram descritas (69). O autor dos *Diálogos* identificado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia como o cristão-novo Ambrosio Fernandes Brandão (70), descreveu êsses lito-glifos, aos quais posteriormente se referiu Elias Herkmans, como existentes nas paredes internas de um monumento megalítico formado por dois grandes rochedos paralelos, cobertos por um outro achatado à maneira de tábua sôbre cavaletes, bastante análogo, pois, aos *dolmens* da Bretanha.

A descrição versa mais particularmente sôbre o que viu na Dinamarca, na Suécia (então unida dinásticamente à Noruega) e na Rússia, onde estivera dois anos antes. Esta última parte já foi por nós extratada no lugar que a ordem cronológica dos acontecimentos impõe aos escritos biográficos; ocupar-nos-emos agora com o que nos reinos escandinavos mais particularmente feriu a atenção do diplomata itinerante.

* * *

O Barão de Pôrto Seguro encontrou na Dinamarca uma nação rica, culta, ordeira e progressista, graças à fertilidade de suas terras, e à índole industriosa e pacífica dos habitantes. Copenhagen, sua capital, cidade ainda de pouco movimento, começava a expandir-se extra-muros pela derrubada das fortificações medievais e o atêrro dos fossos, prometendo muito incremento na população e no comércio. As fortalezas ilhadas, que a defendiam pelo lado do mar, comparava-as Pôrto Seguro à do nosso ilheu da Lage, na entrada do pôrto do Rio de Janeiro, notando, porém, que as dinamarquesas eram produto da arte humana desde os fundamentos. Deliciou-se com o passeio a Lange Linie, que margina o Báltico, cujas brisas os habitantes de Copenhagen tanto apreciam aspirar; visitou o castelo de Rosemborg, antiga residência de recreio dos reis, cheio de preciosidades evocativas da vida íntima e da suntuária dos monarcas donos, que hoje conhecemos tão bem através das páginas de Argeu Guimarães (71), êmulo de Varnhagen na carreira e nas tendências do espírito, historiador, erudito e crítico de arte, animado de nobre e insaciável

(69) *Rev. do Inst. Histórico*, t. XXXVII (1874), parte 2ª, págs. 438-440.

(70) Varnhagen atribui a autoria a Bento Teixeira, o autor da *Prosopopéia*, no *Post-Fácio* aos *Diálogos*, datado de Recife, 30 de setembro de 1877. A opinião de Capistrano em favor de Antônio Fernandes Brandão está definitivamente estabelecida, depois que foi reforçada por uma nota de Rodolfo Garcia à tiragem desse livro pela Academia Brasileira (Rio, 1930, págs. 21-22). A dúvida que recentemente se procurou lançar sôbre a autoria do livro baseia-se em conjecturas absolutamente inconsistentes.

(71) Cf. *A Sereia Escandinava*, *Livraria Lelo, Limitada*. Rua dos Carmelitas, 144. Pôrto. Antiga Chardron (1932), págs. 214-216.

curiosidade, esteve no Museu das Antigüidades do Norte, inesgotável arquivo de relíquias da idade da pedra, do bronze e do ferro dos antigos Vikings, assim como dos tempos históricos medievais; percorreu as coleções do Museu Etnográfico, que contém elementos e amostras da vida de todos os povos do mundo, principalmente dos Escandinavos e dos Esquimaus da Groenlândia: extasiou-se no Museu Thorwaldsen, em que se reuniram tôdas as obras do Canova do Norte, nos originais ou em cópias em gesso, assim como a coleção numismática, a pinacoteca e a biblioteca pelo mesmo reunidas; entrou na igreja metropolitana (Fruekirke), da invocação de Nossa Senhora de Copenhagen, com um Cristo colossal e os doze apóstolos, magníficos originais do mesmo Thorwaldsen. Não deixou de observar nas coleções etnográficas dinamarquesas os quadros a óleo de A. Eckhout, do séquito do Conde Maurício de Nassau, que, com surpreendente realismo, fixou tipos de índios, negros e mestiços do Brasil, êstes últimos, no dizer do historiador itinerante, de «mais natural carnadura que os que representavam os Índios». Parece-nos ter sido Varnhagen quem, pela primeira vez, chamou a atenção dos brasileiros para êsses quadros. D. Pedro II mandou-os copiar, quando da sua viagem três anos depois pela Dinamarca, e ofereceu as cópias ao Instituto Histórico, onde ainda se encontram. Argeu Guimarães, em *Sereia Escandinava* seguiu as pegadas do sorocabano, descrevendo, porém, êsses quadros mais minuciosamente, e historiando sua odisséia até a guardida final no museu de Copenhagen.

Tendo percorrido também as salas e galerias do palácio de Christiansburgo, o parque de diversões do Tivoli, e subido à Torre Redonda pela sua rampa «suave» de ladrilhos postos em cutelo, o Visconde de Porto Seguro atravessou o Sund rumo à Suécia, cujo litoral provavelmente avistara já do alto do campanário da *Fresels-Kirk* da capital dinamarquesa.

Stocolmo está situada no fundo de um «fjord», isto é, de um dêsses golfos profundos e estreitos, de contornos formados por costas escarpadas, característicos do litoral da península escandinava, da Noruega principalmente. As águas quase doces do Báltico comunicam-se, no fundo do fjord, com as doces do lago Mälär. A capital do reino sueco, cujo nome significa literalmente *Ilha do Estreito*, teve seus começos na maior das ilhas do canal, estendendo-se depois a outras e ao continente de ambos os lados, ligando-se entre si e com a terra firme por meio de grandiosas pontes, «algumas das quais tão admiráveis que faziam crer muito provável no futuro a reunião por meio de alguma altíssima delas, do morro de S. Bento à ilha das Cobras, cujo aspecto tanto faz recordar a parte menos povoada de Stocolmo desde Skimarviken à Langholmen». E acrescentava, justificando sua profética suges-

tão, que se viria a concretizar na ponte pênsil Alexandrino de Alencar: «Tal ponte não será considerada nenhum milagre para os que tiverem atravessado a da estrada de ferro sôbre o braço de mar junto a Rotterdam, ou houverem visto os pilares da outra maior em projeto, também em Rotterdam».

Varnhagen tinha a nítida visão dos largos horizontes abertos à engenharia pela então recente técnica das construções com vigamento de ferro entre cujos monumentos se destacam, no Velho Mundo, a Torre Eiffel, e no Novo a ponte pênsil sôbre as cataratas do Niagara, e a que liga Nova-York a Brooklyn sôbre o rio Hudson. Aqui mesmo no Brasil, não obstante a escassez de nossos recursos não permitir facilmente empreendimentos tão dispendiosos, temos desde 1885, como marcos de abertura da nova era, os viadutos da estrada de ferro de Paranaguá a Curitiba. Trabalhos posteriores de maior vulto foram a ponte Alexandrino de Alencar (já demolida e substituída por outra mais baixa em concreto armado) ligando o antigo Arsenal de Marinha à ilha das Cobras; a ponte pênsil de Santos, entre o continente e a ilha Porchat; e, em Santa Catarina, ligando a capital do estado ao continente, a ponte Hercílio Luz, sôbre o canal que faz comunicar os dois ancoradouros (do Norte e do Sul), a qual mede precisamente 853 metros de vão, quase um quilômetro.

Viu o nosso compatriota em Stocolmo, assim como em Copenhagen, uma cidade de museus e de cultura, animadíssima, porém, extremamente pitoresca no aspecto geral, e dispondo da vantagem de poderem seus habitantes regalar-se com peixes frescos, tanto do mar como de água doce. Gottemburgo, porto de mar, e, pela importância, a segunda cidade do reino, também situada ao fundo de um fjord, não possuía como Stocolmo a vantagem de águas sempre renovadas, o que as fazia mais escuras e doentias, na opinião do nosso compatriota, pelos detritos acumulados. As de Stocolmo, porém, eram tão transparentes, que das pontes se podiam ver facilmente os peixes fazendo suas evoluções nas águas profundas. Numerosos botes, à maneira das gôndolas em Veneza, serviam de condução de um ponto para outro da cidade, havendo carreiras dêles funcionando ao modo das linhas de ônibus dos grandes centros urbanos.

A capital da Suécia orgulhava-se de um Museu Nacional, em estilo Renascimento, terminado em 1865, e que continha valiosa coleção de quadros de tôdas as escolas, inclusive vários Rembrandts e Rubens. No mesmo edificio se exibiam as coleções do museu histórico e arqueológico, com seus monumentos já classificados segundo as várias idades (pedra, bronze e ferro), em que a Escandinávia, em particular, se achava fartamente representada. As salas doutro andar do mesmo edificio continham

coleções de estampas, esculturas originais, modelos de outras em gesso, majólicas, armas de várias épocas, e trajes históricos dos reis, destacando-se entre êles, principalmente, os de Gustavo Adolfo e Carlos XII.

O Museu Geológico possuía apenas espécimes da Suécia, o que não impedia que fôsse riquíssimo. Abundavam as amostras de minérios de cobre, de ferro, pórfiro, granitos e mármore. O Etnográfico se compunha todo de doações particulares de objetos do país, com manequins representando ao natural os habitantes das várias províncias com seus traços regionais e utensílios, inclusive alguns antigos. Na Biblioteca Pública o bibliófilo se extasiou diante da *Bíblia do Diabo*, o gigante dos livros, manuscrito de trezentas peles de pergaminho, de quatro palmos de altura, e que era um troféu da guerra dos Trinta Anos, trazido pelos suecos, que o encontraram num dos conventos de Praga quando, em 1648, se apoderaram da capital da Boêmia.

Visitou também o grande palácio real e várias igrejas, muito mais suntuosas no interior do que sua aparência arquitetônica deixava supor: admirou as estátuas de bronze de Carlos João Bernardotte, fundador da dinastia reinante, do químico Berzelius e de Carlos XII (72), e percorreu também as dependências do Palácio dos Cavalheiros, da Academia de Agricultura, com seu campo de experimentação, o Museu de História Natural, a Escola das Artes e Ofícios...

Os membros da Comissão Permanente de Estatística foram convidados pelo rei Oscar para um jantar em seu palácio de campo numa ilha do lago Mälär. O representante do império americano ouviu nessa ocasião dos lábios do soberano da Suécia-Noruega palavras altamente desvanecedoras relativamente a D. Pedro II, a quem convidou, por intermédio do nosso diplomata, para uma

(72) Varnhagen tinha a preocupação de que as estátuas deviam ser colocadas sobre pedestais bastante altos para que pudessem dominar a paisagem. Ao escrever de Madrid à comissão encarregada de receber as contribuições para o monumento a D. Pedro I (31 de março de 1855) emitiu a sugestão de que «êle não ficasse asfixiado entre as 4 paredes de qualquer das praças da capital, e sim em alguns dos grandes pedestais graníticos com que a natureza brindou a Sebastianópolis: Corcovado, Pão de Açúcar, etc... (Cf. *História Geral*, II, pág. 484)». Esta lembrança felizmente não foi aceita e a estátua equestre do Fundador do Império veio a erquer-se em 1863 no largo do Rocio, onde pode ser admirada de perto. Segundo a opinião do sorocabano estavam colocadas sobre plintos um pouco baixos as estátuas de Berzelius e de Carlos XII, na capital da Suécia. A respeito do monumento ereto em Berlim às glórias da Prússia faz a seguinte reflexão depreciativa: «A vitória ficou pouco elevada, para não dizer baixa e rasteira, nem que o plano fôsse dado por algum arquiteto dos inimigos, ressentidos da pouca generosidade com que foram tratados pelos vencedores» (*Em viagem ao Norte da Europa*, pág. 9)».

visita ao seu reino, «que receberia como grande honra e favor, propondo-se a facilitá-la em tudo» ao monarca brasileiro (72a).

Finalmente, um pulo a Upsala, o grande foco universitário do Norte, permitiu ao diplomata brasileiro contemplar as reliquias do trabalho e dos ensinamentos do grande Linneu, assim como admirar cheio de unção, a um tempo religiosa, monarquista e histórica, a vetusta catedral gótica, onde se coroaram tantos reis, ostentando orgulhosamente no côro do seu órgão medieval...

* * *

Já estavam terminados os trabalhos da comissão de estatística em Stocolmo, e o Visconde de Pôrto Seguro de regresso a Viena, quando a 23 de dezembro noticiou ao Instituto Histórico achar-se de posse de uma cópia dos «Diálogos das Grandezas do Brasil» (73). Apressou-se a oferecer ao amigo Ferdinand Denis o folheto contendo as impressões da viagem e recebeu em resposta, — não só os encorajamentos a que desse maior desenvolvimento à narrativa, que já transcrevemos, e que o deixaram indiferente; — como a notícia das grandes descobertas de Ramiz Galvão na Biblioteca do Rio. Centenas de estampas de Dürer, Cranach, Mantegna, etc. . . tinham sido desencantadas, em magnífico estado, dos depósitos da seção de iconografia ainda não classificados, e delas se estava preparando o catálogo. A propósito da magnífica safira bruta adquirida por Varnhagen na feira de Nijni-Novgorod dois anos antes, e da qual só então tivera notícia o diretor da Biblioteca Santa Genoveva aconselhava ao amigo evitasse, no caso de momentâneo extravio da pedra, seguir o exemplo dado pelo pobre Lépine, famoso re'ojoeiro e joalheiro da Praça das Vitórias, que era depositário de um maravilhoso rubí avaliado em três milhões de francos; esqueceu-o certa vez na secretária; supondo-o perdido, o abalo foi tão grande que sucumbiu a um ataque de apoplexia. Pôrto Seguro, porém, possuía melhor cabeça, e no seu cérebro guardava tesouros maiores que o amor das pedras preciosas...

Um resfriado que o acometeu à entrada do inverno reteve Pôrto Seguro no leito, deixando que se acumulasse a correspondência sem resposta. A 18 de novembro pegou da pena para responder ao amigo francês; agradecer-lhe as corrigendas à pena nos exemplares da resposta a Netscher; pedir-lhe que guardasse para êle um dos dois exemplares em papel de luxo (das três monografias sobre Vespucci, provavelmente) e o outro oferecesse

(72a) Carta a D. Pedro II, datada de Viena, 10 de setembro de 1874 (arquivo do Museu Imperial).

(73) Veja-se o texto a que se refere a nota 69.

de sua parte, ao *seu amigo* d'Avezac. Contava matar as saudades em março do ano vindouro, por ocasião do Congresso de Geografia de Paris, para o qual se achava nomeado delegado oficial do Brasil, juntamente com o seu correspondente (74). O relatório sôbre os trabalhos de Stocolmo ainda não fôra remetido ao Brasil por vários motivos, que expôs ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Senador Manoel Francisco Correia, e que êste aprovou por ofício de 22 de janeiro de 1875 (75).

O ano de 1875 foi dos menos brilhantes; pelo menos, não conhecemos documentos de sua atividade tanto diplomática como literária durante o seu decurso. Tomou provavelmente parte no Congresso de Geografia de Paris; ignoramos, porém, qual a sua contribuição. Se dia de muito é véspera de pouco, a recíproca também é, às vêzes, verdadeira. Passou todo êsse tempo a preparar o texto da 2ª edição da *História Geral*, a polir a retocar a *História da Independência*, que só tardiamente, quarenta anos depois de morto o autor, viria à luz, e ainda assim, truncada e incompleta; a ultimar a revisão dos textos de Montoya e da sua monografia original, em francês, atribuindo aos tupis-caribes do Brasil origem cario-egípcia, trabalho que sairia impresso em 1876, e para cuja elaboração teve de enfronhar-se no estudo dos idiomas orientais.

A respeito das reedições das obras de Montoya (*Arte, Catecismo e Tesouro*), assim como do Catecismo de Yapuguai e tábuas dos parentescos em tupi, temos prova de como foi ajudado no trabalho de revisão tipográfica pelo amigo francês Denis, que dispunha, para o cotejo, de exemplares das edições antigas na

(74) Melo Franco: *Algumas cartas copiadas no arquivo de Ferdinand Denis*. Coimbra Editora, Limitada, 1943, págs. 10 e 15.

Varnhagen não chegou a tomar parte nesse congresso, ao qual contava comparecer após uma passagem pela capital da Itália, aonde pedia permissão para ir, acedendo ao convite da Sociedade de Geografia daquele país, que lhe conferia o título de sócio honorário:

«A sociedade geográfica italiana me nomeou seu sócio honorário, e me dá o encargo de presidir a uma edição completa de Amérigo Vespucci. Poderia a isso dedicar êste inverno se o Sr. Caravellas me autorizasse, conforme lhe pedi, a ausentar-[me] daqui temporariamente quando comecem os bailes e festas, que trazem grande aumento de gastos com *toilettes* etc. com os quais não pode quem ainda está com os vencimentos de ministro residente em uma côrte tão cara e tão exigente, e acaba de despender por sua conta com esta excursão ao norte. Reduz-se, pois, o meu pedido a ausentar-me para Roma e passar logo diretamente de lá a Paris a assistir ao Congresso Geográfico (Carta a D. Pedro II, de 10 de setembro de 1874).

Desistiu dessa comissão em vista de se achar ao tempo entregue de corpo e alma à elaboração da *História da Independência*, do que tivemos conhecimento pela carta do Imperador de 16 de junho de 1875:

«Para me não distrair e cortar a veia em que me acho fiz o sacrifício de ped'r dispensa de ir a Paris ao Congresso Geográfico, no que aliás teria tido o maior prazer».

(75) Arquivo do Min. Rel. Exteriores col. Varnhagen.

Biblioteca Santa Genoveva. Um tal Sr. Pilinsky, visivelmente polaco pelo nome, copiava por um processo privativo seu os títulos e a estampa da Virgem, que ilustrava os textos primitivos do *Vocabulário* e do *Tesoro*, e enviava-os a Varnhagen pelo correio para que dêles se servisse na impressão que levava a efeito (76), o que não se verificou por motivos que ignoramos.

Logo em princípios de 1876 saiu dos prelos dos herdeiros de Carlos Gerold, seu constante impressor, *L'Origine des Américains Tupis-Caribes* (77), e pouco depois vieram as obras de Montoya em duas tiragens, a primeira contendo a *Arte de la lengua, etc. . .*, ultimada antes de 10 de março (78), e a segunda o *Tesoro*, antes de 18 de julho do mesmo ano (79). Guiou-se o editor pelo texto das edições *princeps* de Madrid, 1639-40, cuja impressão fôra acompanhada pelo próprio Padre Antônio Ruiz de Montoya, ao tempo na capital da Espanha, aonde fora implorar proteção para os índios seus catecúmenos contra as incursões dos paulistas, que em 1636 tinham atacado as reduções dos Tapes. Êstes livros, assim como o *Catecismo* em língua guaraní e a *Conquista Espiritual*, foram ultimados às pressas, pois o autor estava ansioso para regressar às missões, e por tal motivo saíram cheias de erros. Além do mais o papel era mau e os tipos empregados para as palavras indígenas idênticos aos das definições em espanhol, o que dificultava as pesquisas. Quase um século mais tarde, em 1722 e 1724, na missão ou *pueblo* de *Santa Maria la Mayor* o Padre Pablo Restivo reeditou respectivamente o *Vocabulário* e a *Arte*, fazendo-lhes tantos acréscimos e modificações, que praticamente transformou em outras obras êsses livros. Como o *Tesoro* não teve nova edição, por dever de coerência julgou o Visconde de Pôrto Seguro convir cingir-se aos textos originais de Montoya, embora as edições de Restivo fôssem, didaticamente falando, muito superiores às originais do jesuíta peruano. Ao mesmo tempo

(76) V. Melo Franco: *op. cit.*, págs. 15-16.

(77) *L'Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des Anciens Egyptiens, indiquée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration en Amérique, invasion du Brésil par les Tupis, etc. . .* Vienne. Librairie I. e R. de Faesy & Frick, 27 Graben. 1876 — In-8.º de XVII — 158 páginas. O prefácio tem a data de janeiro, mas só entre 5 e 23 de fevereiro saiu do prelo, como se pode verificar confrontando o teor das cartas destas últimas datas dirigidas a F. Denis, e publicadas por A. A. de Melo Franco. A idéia de escrever êsse trabalho vinha de longe, desde 1854, pelo menos, quando se imprimiu o 1.º volume da *História Geral* (Cf. pág. 137). Não tem o menor fundamento a suspeita de se ter tirado uma edição em 1867 da *Origine Touranienne*, suspeita levantada por um erro tipográfico (troca das posições respectivas dos algarismos 6 e 7) do catálogo da biblioteca de Mitre.

(78) Melo Franco: *op. cit.*, págs. 18-19.

(79) *Idem*, págs. 19-20.

que o nosso compatriota assim vulgarizava as obras de Montoya, o erudito Julius Platzmann, em Leipzig dava à publicidade uma edição imitativa em superior papel, e limitada a 300 exemplares, dos mesmos livros. Tanto da *Advertência* final do *Tesoro*, como do contexto de várias cartas dirigidas a Ferdinand Denis pelo diplomata-historiador, vê-se que tencionava também reeditar em volume separado (80) o *Catecismo* e a *Conquista Espiritual*, que não sabemos por que motivos não vieram à luz pública. Imprimiu, entretanto, em edição limitada, a *História da Paixão de Cristo e tábuas dos parentescos em língua tupi* por Nicolas Yapuguai (81), servindo-se para isso de um exemplar emprestado por F. Denis (82). Na carta de 18 de julho de 1876, em que agradecia ao prestimoso amigo o serviço, refere-se em P.S. a um forte tremor de terra havido na véspera à uma e meia hora da tarde, como jamais sentira desde a volta do Pacífico. Seu filho Xavier, então em companhia da viscondessa e do irmão Luís, passava as férias no castelo de Stiebar, propriedade da Baronesa de Knorr, perto de Gresten, e estavam todos à mesa quando o abalo se verificou. O terror foi tremendo, diz Xavier; parecia que um leão da África se escapara do deserto para assolar os campos da ultra-civilizada Áustria... (83).

Foi ainda em 1876 que D. Pedro II e D. Tereza Cristina, em viagem pelo Velho Continente, passaram por Viena, lá ficando a imperatriz enquanto D. Pedro partia para sua excursão à Baviera (atraído a Bayreuth pelos *leit-motivs* de Wagner), e aos países escandinavos, à Finlândia e à Rússia. Numa carta a Ferdinand Denis, Pôrto Seguro refere-se ao encontro que teve com S. M. em Salzburg, e à promessa dêste de assistir, em abril do ano vindouro, a uma sessão da Sociedade Filológica de que o amigo fazia parte (84). Coube ao casal Pôrto Seguro fazer as honras da casa aos augustos compadres, acompanhando-os a tôda parte, e servindo-lhes de cicerones, principalmente à imperatriz, durante a ausência de D. Pedro. Por essa ocasião, julho, agôsto ou setembro, reuniram-se os congressos estatístico e arqueológico de Pesth, aos quais teve de comparecer, como delegado oficial do

(80) *Idem*, págs. 18-19.

(81) *História da Paixão de Cristo e tábuas dos parentescos em língua tupi* por Nicolas Yapuguai, com uma resenha dos impressos acêrca da dita língua. Viena. Imp. I. e R. do Estado. 1876. — In-8.º de XV-43 páginas. — Edição particular numerada de 100 exemplares apenas.

(82) Carta de Varnhagen a Ferdinand Denis, de 18 de julho de 1876. V. Melo Franco, *op. cit.*, pág. 20; e *História da Paixão*, Introdução, pág. V.

(83) Cf. Melo Franco, *op. cit.*, pág. 20; — X. de Pôrto Seguro, *Memotres*, págs. 20-21.

(84) Cf. Melo Franco, *op. cit.*, pág. 20

Império, o Visconde de Pôrto Seguro. Como contribuição sua aos trabalhos, ainda em 1876, saiu dos prelos de Gerold Filhos o opúsculo intitulado *Quelques renseignements statistiques sur le Brésil* (85). Em Pesth travou conhecimento com o Sr. Ufjalvy e sua esposa. Já conhecia êsse erudito através da correspondência com Ferdinand Denis; o casal, antes de partir para Varsóvia, jantou com os Pôrto Seguro à Riemerstrasse (19 de setembro), acompanhado de um irmão do Sr. Ufjalvy, oficial das guardas húngaras. Mal regressara à capital da monarquia austro-húngara quando teve de voltar a Pesth, acompanhando até lá D. Thereza Christina, que se ia reunir a D. Pedro em Constantinopla. Relatando ao amigo êsses pormenores, o bibliófilo, sempre alerta, não se esquecia de lembrar a devolução das fôlhas da *Arte de Montoya* (ed. Platzmann, provavelmente) que Ufjalvy lhe afirmara haver deixado em mãos de Denis. Necessitava delas para mandar encadernar junta tôda a obra, não lhe sendo possível adquirir isoladamente o primeiro volume. Esperava terminar ainda, antes de findo o ano, a segunda edição da *História Geral*, levada até 1820. A da *Independência* (até o reconhecimento pela antiga metrópole), terminada, embora, formaria um volume à parte, e não seria por enquanto publicada... (86).

Os trabalhos de historiador, e as obrigações de natureza diplomática e mundana, que as teve muitas por êsse tempo, não faziam esquecer, porém, ao nosso ministro, certos estudos que eram do seu agrado e ao mesmo tempo, conquanto não obrigatórios, de certa forma inerentes ao cargo que com tanta eficiência exercia. O pendor que sempre teve pelas questões de economia aplicada, em que constantemente foi norteado pelo empenho de encontrar elementos e conclusões adequados ao fomento da prosperidade do Brasil, jamais o abandonou. Escrevendo a José Carlos Rodrigues (31 de outubro) — depois de tocar em vários assuntos de interêsse particular, e de transmitir a notícia da recepção triunfal de D. Pedro II na Rússia, onde o aguardara entusiasmo popular em nada inferior ao manifestado pelos cidadãos norte-americanos, com arcos triunfais e *hurrahs ao rei cidadão*, tolerados pela Okraina com grande surpresa do diplomata — diz que a mesma ia acompanhada de dois artigos para *O Novo-Mundo*.

(85) *Quelques renseignements statistiques sur le Brésil, tirés de sources officielles par le délégué au Congrès de Buda-Pesth, vicomte de Porto-Seguro*. Vienne. Impr. de la Cour et Royale, 1876 — In-4.º de 23 páginas.

(86) Cf. Melo Franco, *op. cit.* pág. 22. A *História da Independência* só veio a publicar-se postumamente, em 1917, no tomo LXXIX (com separata) da *Revista do Instituto Histórico*, com anotações de Rio Branco e Basílio de Magalhães. Foi reeditada pela mesma *Revista* em 1940, no vol. 173 (correspondente a 1938).

um deles aconselhando o cultivo da vinha nos sertões do norte, que pela escassez de chuva e de orvalho julgava convenientes a essa lavoura, e o segundo relativo ao *segredo* da sementeira da erva-mate (87). Porto Seguro trabalhou muito, também, durante o ano em curso, a fim de incrementar a exportação da erva-mate brasileira para a Europa, diligências essas a que nos referimos mais por miúdo na segunda parte dêste trabalho, ao nos ocuparmos com as atividades diplomáticas do nosso compatriota. Não conseguimos, porém, apesar dos maiores esforços e pesquisas, verificar se o êxito correspondeu, pelo menos efêmeramente, à expectativa otimista com que o plenipotenciário brasileiro encetou o trabalho, e ao esforço despendido na propaganda. É quase certo, infelizmente, que os resultados foram nulos, pois que das estatísticas publicadas no livro do Sr. Romário Martins *O Mate* não constam exportações para a Europa dêsse nosso produto.

Em março de 1877 os monarcas brasileiros passaram novamente pela Áustria, e os Viscondes de Pôrto Seguro retomaram as funções de acólitos de SS. MM. II. Desembarcaram os augustos viajantes a 17 na estação de Innspruck, onde os esperava o plenipotenciário brasileiro à frente da nossa representação diplomática. A 31 do mesmo mês a Legação abria seu salões para um sarau de gala em honra dos soberanos, oferecido ao corpo diplomático e à alta sociedade vienense (88). Bem podemos imaginar quanto o casal Pôrto Seguro se desdobraria em zelo e dispenderia de atividade e esforços para que êsse acontecimento social se revestisse do requinte de luxo e distinção que exibiu, a ponto de se fazer notar na côrte talvez mais elegante e rigorosa da Europa!

Os convidados constituíam a fina flor da aristocracia da monarquia dual, os vestidos decotados das damas eram riquíssimos, e havia para servi-los uma famulagem numerosa, discreta e eficiente, de que constituía figura primacial o porteiro da legação. Nessas ocasiões solenes usava, além da libré habitual, chapéu bicórneo e um bastão, encimado como os do tambores-mores, por uma esfera dourada (89). Era êle quem indicava aos convidados

(87) São êles: *A Vinha — Quais são no Brasil os distritos mais favoráveis para produzir bem a vinha?* e — *Sementeira da Herva Mate*, publicados respectivamente nos números 73 (janeiro de 1877, vol. VII, pág. 19), e 74 (fevereiro de 1877, *Idem*, pág. 42-43), do *O Novo-Mundo*. Informou-me o Sr. Tancredo Paiva ter sido publicado na *Revista Industrial* de Nova-York, Jan. de 1878, págs. 3-4, um artigo de Pôrto Seguro intitulado *O Fabrico dos vinhos no Brasil*, de onde extraímos uma observação autobiográfica adiante aproveitada.

(88) Informação gentilmente cedida pelo Sr. Francisco Marques dos Santos.

(89) X. de Pôrto Seguro, *op. cit.*, pág. 16.

o caminho dos salões. Aí os recebiam amáveis e sorridentes os Viscondes de Pôrto Seguro, ao som das melodias de Strauss (90). a atraírem os pares ao rodopio romântico das valsas e à marcha ritmada das quadrilhas...

* * *

Durante o seu longo tirocinio diplomático o Visconde de Pôrto Seguro tivera ocasião de estagiar ou conhecer de passagem quase todos os países da Europa e de ambas as Américas. Era-lhe também familiar pelo menos o extenso litoral do Brasil, desde o Pará até Santa Catarina, assim como algumas das localidades do interior das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Pernambuco, mas não pudera ainda conhecer de perto as regiões centrais, o coração de sua terra natal, onde julgava que se deveria edificar, pela facilidade das comunicações a estabelecer, e pela segurança quanto às agressões externas, a capital do império americano.

Sonhava-a há muito, desde os tempos da mocidade, quando iniciava sua fecunda atividade literária, erguendo seus edifícios num ponto central do país, em local alto e salubre, tanto quanto possível equidistante das localidades extremas do território pátrio, as quais poderia, graças a essa circunstância, fazer chegar, mais ou menos por igual, sua solicitude; ligada por comunicações fáceis fluviais ou ferroviárias, aos mais movimentados portos do litoral, e, ao mesmo tempo, bastante protegida pela distância, como o exigiam a honra e pundonor nacionais a que presidia, contra os bombardeios e *ultimatuns* humilhantes com que poderiam agredí-la poderosas esquadras estrangeiras, de canhões carregados e mórões acesos; ultrajes que infelizmente — a história brasileira o atestava — o Rio de Janeiro e anteriormente a Bahia não tinham podido evitar, devido ao fato de serem ambas essas cidades... magníficos portos de mar.

Para isso, porém, seria preciso, em primeiro lugar, encontrar um local que reunisse condições capazes de, para o futuro, permitirem o desenvolvimento, por assim dizer, ilimitado, em tôdas as direções, da nova cidade: regularidade do terreno, abrigado, sêco e com escoamento para as águas pluviais e de despejo, abundância de água potável, temperatura amena, e ares puros e salubres, requisitos próprios para atrair e fixar o colono agrícola europeu, ativo e industrioso, uma vez que pouco auspiciosos os resultados até então obtidos com as tentativas de localizá-los nas

(90) Strauss (Eduardo), assim como Salvini e Rossi, era comensal freqüente da Legação do Brasil (Cf. *Memoires de X. de P. S.*, pág. 16). Não se pode, aliás, compreender sarau dansante em Viena sem as valsas do inspirado compositor do *Danúbio Azul*.

zonas mais acessíveis, porém quentes e insalubres, dos trechos baixos litorâneos.

Só então, depois de fixadas algumas centenas de famílias de imigrantes, arroteadas as terras, e garantida pela abundância de produtos do solo, da pecuária, e das indústrias rudimentares, a subsistência da futura capital poder-se-ia pensar em erguer os primeiros edificios destinados às repartições públicas e à moradia dos funcionários, núcleo inicial da população urbana.

Esse local a natureza o indicava com precisão quase geométrica: dever-se-ia procurá-lo na área de um triângulo cujos vértices fôsem constituídos pelas coordenadas geográficas dos pontos navegáveis mais recuados águas acima, e aproximados entre si, das bacias do S. Francisco, do Prata e do Amazonas, isto é, no Planalto Central, na província de Goiás.

Na 2ª edição da *História Geral*, terminada em 1876 (91), mas que só foi publicada (sem data, aliás) em princípios de 1877, o autor, depois de narrar os vexames sofridos pelo Rio de Janeiro com a ocupação de Duguay-Trouin, acrescenta :

«Valha-nos ao menos tamanha lição e tamanha vergonha para o futuro, se algum dia nos encontrarmos em situação análoga, o que Deus não permita. E a primeira lição que devemos colhê-la é a de, já em tempos de paz, atendermos mais aos meios de resistência que deve oferecer este importante porto, do qual permita Deus que seja quanto antes retirada a capital do império, tão vulnerável aí na *fronteira* (Varnhagen considerava, com muita justeza, as cidades marítimas como fronteiriças de tôdas as nações fortes do mar), e tão exposta a ser ameaçada de um bombardeio e a sofrê-lo com grande prejuízo dos seus proprietários, por qualquer inimigo superior no mar, que se proponha a arrancar do governo, pela ameaça, concessões em que não poderia pensar, se o mesmo governo aí se não achasse. E isto quando a própria Providência concedeu ao Brasil uma paragem mais central, mais segura, mais sã e própria a ligar entre si os três grandes vales do Amazonas, do Prata e do S. Francisco, nos elevados chapadões, de ares puros, de boas águas, e até, de abundantes mármore, vizinhos ao triângulo formado pelas três lagoas, Formosa, Feia e Mestre d'Armas, das quais manam águas para o Amazonas, para o S. Francisco, e para o Prata!»

(91) Na carta a Ferdinand Denis de 20 de setembro de 1876, o Visconde de Porto Seguro dizia esperar terminar ainda nesse ano a reimpressão da *História Geral*, que iria até 1820 apenas. A da *Independência* constituiria um grosso volume à parte que por enquanto não daria à publicidade. Cf. Melo Franco, *op. cit.*, pág. 22.

«Publicadas essas linhas», diz o historiador em um opúsculo sobre a matéria (92), «o próprio acento de convicção que elas inspiram fez estremecer a nossa consciência timorata, em presença da responsabilidade tomada, em tal obra, ante a posteridade. Figurou-se-nos que não ficaríamos tranquilos enquanto, por nossos próprios olhos, nos não desenganássemos de todo, e à mesma posteridade, se tínhamos ou não razão em todos os nossos planos e propostas engenhadas *sobre o papel*, no silêncio do gabinete. E isto com tanta maior razão quando, pouco antes, havíamos vacilado em favor de duas outras localidades vizinhas: — os chapadões de Santa-Maria e de Urucuia».

Pôrto Seguro resolveu, por conseguinte, pedir ao Governo licença para ausentar-se do posto que ocupava, e empreender à própria custa, levando os competentes instrumentos (entre os quais nada menos de três barômetros), uma dificultosa viagem a cavalo até a província de Goiás. Queria observar diretamente as paragens escolhidas e verificar se aquilo, que a contemplação e o estudo dos melhores mapas lhe revelara, realmente correspondia às condições topográficas e climatéricas idealizadas para a futura capital, ou se cumpria a tempo rejeitá-la e buscar outra mais conveniente em alguns dos dois mencionados chapadões.

Na satisfação dêsse empenho muito o ajudou o Visconde de Bom Retiro, que então acompanhava o imperador na viagem pela Europa, e que espontâneamente intercedeu em seu favor junto ao Barão de Cotegipe, ministro dos negócios estrangeiros. Possuímos, por generosa oferta do Dr. José Wanderley de Araújo Pinho, neto dêsse ilustre estadista do antigo regime, cópia da carta a êle endereçada por Bom Retiro, datada de S. Petersburgo, 9 de setembro de 1876, em que proclama reconhecer o seu dever, como presidente do Instituto Histórico, de «por muitas considerações, acoroçoar o nobre empenho que, de há muito tempo, tem o Sr. Visconde de Pôrto Seguro, de ir, à custa de enormes sacrifícios, e com o risco, pelo menos, *de sua saúde* (93), explorar umas lagoas no Brasil, e preparar elementos de retificação sobre pontos importantes no nosso sistema orográfico».

Após assegurar que o fazia espontâneamente, sem a menor solicitação do interessado, a quem aconselhara que se dirigisse ao titular da pasta, requerendo a licença, e de expressar que sentiria dores na consciência se «depois de tê-lo animado nesse projeto,

(92) *A Questão da Capital, marítima ou no interior?*, pág. 12. Na reimpressão do Arquivo Nacional, pág. 24.

(93) A sombria hipótese de Bom Retiro veio a confirmar-se. Pôrto Seguro faleceu em consequência de uma enfermidade «dos pulmões» contrada nessa excursão aos sertões do planalto central: — uma tuberculose galopante, que se complicou no fim com um derrame pleural.

como presidente do Instituto, deixasse de pedir a S. Ex. que lhe não pusesse embaraço», conclui:

«É um serviço importante que o Sr. Pôrto Seguro pretende juntar aos muitos que já tem prestado à história e letras pátrias. E quando não temos quase ninguém (e talvez com razão) que os queira prestar deste gênero, melhor do que qualquer outro, o meu amigo compreende, que não devemos embaraçar os que se propõem a fazê-lo com sacrifícios reais, mas por própria e desinteressada espontaneidade».

Os projetos do historiador incluíam também o estudo de uma estrada de ferro de Ilhéus a Carinhanha, passando por Vitória, S. Antônio da Barra, Almas, Rio Verde, etc., e que fizesse assim a ligação do litoral bahiano à margem direita do S. Francisco na divisa da província de Minas Gerais com a da Bahia (94). Essa estrada fazia parte do plano geral de comunicações a ligarem a futura capital aos pontos extremos do país. Tais estudos fa-los-ia certamente na volta da excursão, se é que não desistiu dêles, pois pretendia ir por S. Paulo a Goiás, e de lá diretamente a Ilhéus e Pôrto Seguro, e embarcar na Bahia para a Europa, se Deus o protegesse e seu govêrno o consentisse (95).

* * *

Enquanto aguardava ansioso a permissão para a viagem, que lhe não foi negada, Varnhagen pôde ter a satisfação de ler os seus artigos no *O Novo-Mundo* de janeiro e fevereiro de 1877, sôbre o cultivo da vinha e o sêgrêdo desvendado da sementeira da erva-mate, e arreliar-se com o conteúdo de uma «Breve memória» do Dr. Aprígio Justiniano da Silva Guimarães publicada no número de março do mesmo periódico, em que tratava da atuação de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira na guerra contra os holandeses, criticando a opinião que êle Varnhagen na *História das Lutas* externara de ter tido o primeiro dêsses cabos superioridade sôbre o segundo, não só na gênese do movimento insurreccional, como no tocante à significação moral dos motivos que a um e outro impeliram. O Dr. Aprígio acusara Varnhagen de injusta preferência pelo paraibano no cotejo de méritos com o madeirense, e, de mais a mais, de incoerência, estribado em um

(94) Êste projeto está consignado em várias cartas assinadas por Marcolino Moura e datadas tôdas do Rio de Janeiro, 1877, recomendando o Visconde de Pôrto Seguro a hospitalidade de pessoas influentes do interior. Os originaes dessas cartas, certamente ditadas pelo interessado, existem na coleção Varnhagen do Ministério das Relações Exteriores. Não chegaram, portanto, a ser entregues aos destinatários.

(95) Cf. a carta já citada, de Varnhagen a F. Denis (20 de set. de 1876) em Melo Franco, *op. cit.*, pág. 22.

artigo publicado no *O Panorama* em 1839, 37 anos antes, e isso depois que o historiador, à custa de trabalhos, estudos e investigações, tivera oportunidade de fazer tantas e tão importantes reificações a pareceres e julgamentos históricos errôneos, seus e alheios!

Para mostrar a improcedência das críticas do ilustrado professor pernambucano o Visconde de Pôrto Seguro escreveu uma carta a José Carlos Rodrigues, destinada às colunas da revista que êste dirigia, mas não chegou a remetê-la. Pensando melhor, preferiu abster-se e fez bem. A verdade histórica em nada ganharia com isso. A consciência do próprio valor de suas conclusões e da imperecibilidade dos monumentos que erguera era completa, e lhe impunha a renúncia à discussão. Só se defende o que é vulnerável, e a sua obra nesse particular, — pelo menos êle assim o julgava — não estava nesse caso. Na 2ª parte dêste trabalho teremos ocasião de transcrever a carta de Varnhagen, que até agora se conservou inédita, e que nos dispensará de entrar em pormenores a respeito dessa polêmica, visto que do seu próprio conteúdo se deduzem.

* * *

Em fins de abril ou em maio, preparadas as malas com os aviamentos especiais para a tarefa que ia empreender, e deixando a família em Viena (96), Pôrto Seguro zarpou para o Rio de Janeiro, aonde desembarcou, a 31 dêste último mês, do paquete inglês *Elbe*, procedente de Southampton. Vimos no arquivo do Ministério das Relações Exteriores várias cartas em que se recomendava o visconde a pessoas influentes do interior, assinada por um Sr. Marcolino Moura, tôdas com data de 5 de junho de 1877, da capital do Império, que não chegaram a ser entregues por mudança do itinerário ou outro motivo qualquer. Pôrto Seguro não careceria para viajar pelo interior do país, naqueles bons tempos de patriarcalismo e hospitalidade franca, de tantos empenhos; mas, por precaução, não negligenciou munir-se de muitas cartas, tanto de conhecidos do Rio, como de pessoas residentes nas etapas do trajeto, que hoje prestam ao cronista de sua vida o serviço de permitir-lhe balizar cronologicamente a rota do diplomata bandeirante (97).

(96) *Idem*.

(97) Dessas cartas existe grande número entre os papéis de Varnhagen (M.R.E.), que, por qualquer motivo, para algumas o de modificação no itinerário, não chegaram a ser entregues às pessoas a quem eram dirigidas. Citaremos nos lugares competentes aquelas que nos forneceram indicações úteis.

A 14 de junho ainda se achava na capital do Império, onde nessa data recebeu aviso com instruções do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com quem dias antes conferenciara. A 20, porém, já deixara para traz o rincão natal do Ipanema (98), onde se afogou em recordações da infância longínqua, percorrendo as dependências da fábrica de ferro restaurada por seu pai, e, por ocasião dessa viagem, numa de suas fases de atividade intermitente, entregue à esclarecida chefia do Major Joaquim de Sousa Mursa; o casarão em que nasceu, e a capela em que foi batizado, construídas também ambas pelo velho Frederico Luís Guilherme de Varnhagen. Conseguiu obter, graças ao auxílio de Mursa, um guia para a viagem, na pessoa de um tal Francisco Soares; a 21 passava pela capital da província (99), e, a 23 já datava, de Mogimirim, uma longa e interessante carta para o Visconde do Rio Branco, em que lhe dava conta do que observara no estabelecimento fabril de Ipanema. Julgamos dever reproduzi-la na íntegra, como documento valioso que é para a história do desenvolvimento da indústria siderúrgica no nosso país. É a opinião de um homem de grande cultura, engenheiro militar, e, pelos seus conhecimentos de ciências físicas e naturais, quase um técnico na matéria, sobre o trabalho de um diretor ativo e competente, e que chefiava operários especializados contratados na Suécia e na Áustria, sendo que neste último país graças à ajuda prestada pelo próprio ministro do Brasil, que para tal fim mandou colocar anúncios em Innsbruck, Gratz e Leoban (100).

(98) Dessa data é uma carta do diretor da Fábrica de Ferro, Joaquim de Sousa Mursa, apresentando ao Visconde de Porto Seguro um guia para a viagem. O original existe no M. R. E., coleção Varnhagen.

(99) Há no Min. das Rel. Exteriores uma carta do Barão de Três Rios, datada de S. Paulo, 21 de junho, recomendando o visconde a Bernardo José de Figueiredo.

(100) Mursa fôra à Suécia em 1873 a fim de contratar operários fundidores para o estabelecimento que dirigia. Estudara em Freyberg, o que já era um título de recomendação, e para facilidade maior de sua incumbência, levava uma carta do imperador apresentando-o ao Conde de Gobineau, ministro da França junto à corte de Stocolmo, e amigo pessoal de D. Pedro II. Graças à codjuvação do diplomata francês conseguiu não sem dificuldades, contratar quatro operários especializados. V. o livro de Georges Raeders: *D. Pedro II e o Conde de Gobineau, Correspondência inédita*. Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1938, págs 125, 137, 138, 139, 141, 147, 156 e 153.

Da carta de Varnhagen a D. Pedro II, datada de Viena, 28 de outubro de 1873, consta que Mursa vira baldados seus esforços para conseguir gente habilitada na Suécia, mas a carta de Gobineau referente aos quatro operários é posterior (28 de fevereiro de 1874) à saída de Mursa daquele país, e à sua passagem pela Áustria. Da carta de Porto Seguro consta que a cópia a óleo do retrato do Coronel Varnhagen que Mursa desejava levar para a fábrica de Ipanema constituiu um presente do diplomata. Trata-se sem dúvida do quadro que através da xilogravura de Osvaldo Silva, ilustra este trabalho.

«Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde do Rio Branco.

«Antes de meter-me ao sertão tratarei de cumprir a promessa que fiz a V. Ex., de lhe dizer quanto sinto a respeito do importantíssimo estabelecimento do Ipanema».

«Achei nos trabalhos a maior ordem, solidez e disciplina; mas há que notar que, das obras novas que têm ocasionado gastos, a maior parte não são produtivas e tendentes a fornecer ferro. Tais são um grande número de edifícios e moradas para os mestres e fundidores, que já não existiam, e que foi necessário fazer de novo. Só a casa do diretor, feita ainda por meu pai, é a mesma, e nenhum gaeto com ela se fez, embora já o necessite».

«Com os capitais empregados impossível seria exigir mais, até porque há várias obras já em meio que o diretor Mursa sustou por falta de verba. Tais são dois novos fornos e um Tramway para conduzir das minas o material».

«Mursa está não só desgostoso como esmorecido. Ele diz com razão que os grandes estabelecimentos dêste gênero na Europa se limitam a fornecer um certo número de artigos para o que se preparam com precedência, e que aqui pensam que ele pode fornecer tudo com encomendas feitas de pé para a mão (101). Que com uns mil contos mais de capital empregado o Ipanema poderá ser mais prestável, mas que, mesmo tal como está, pode custear-se a si próprio, e dar lucro, contanto que lhe assegurem saída para o produto, encomendando-se-lhe, com precedência, só certos artigos: v. gr., arames para os telégrafos, rodas e eixos para vagões, certas balas das modernas, para que se previna com fôrmas que são muito custosas para servirem uma só vez. &c».

(101) Durante a administração de Mursa as oficinas de Ipanema realizaram alguns trabalhos notáveis, principalmente no ramo das armas de fogo, tudo, porém, em quantidades diminutas. A respeito comunicou-nos o Sr. Francisco Marques dos Santos, profundo conhecedor de tudo quanto se relaciona com o Brasil-Império, o seguinte tópico do *Jornal do Comércio* de 13 de novembro de 1875, extraído do seu arquivo de apontamentos:

«Fábrica de Ferro Ipanema. — Lê-se no *Diário de S. Paulo*: Vimos um revólver de seis tiros, feito na fábrica de ferro do Ipanema, sendo observados em seu fabrico os mais aperfeiçoados melhoramentos. É um trabalho perfeito no gênero, e em nada fica aquém dos melhores que nos chegam das fábricas estrangeiras. Basta confrontar essa arma com o estado precário daquela fábrica, onde apenas abunda a inteligência e atividade do seu digno diretor para compreender-se que fonte de real riqueza existiria para a indústria nacional, desde que fôssem convenientemente aproveitados os recursos naturais da fábrica do Ipanema, bem como os conhecimentos profissionais dos seus operários.

Segundo nos consta, foram remetidos ao governo imperial um revólver e uma espingarda igualmente ali feitos».

«Ressalta, pois que, se o govêrno quer que o estabelecimento sirva para muito mais, tem que habilitá-lo, gastando nêle muito mais, ou alugando-o, por determinado número de anos, a alguma companhia que se comprometa a fazê-lo, publicando-se anúncios, não só no Brasil, como na Europa e nos Estados Unidos».

«Concluo dizendo a V. Ex., apenas se fechem as câmaras, empreenda em pessoa uma visita ao Ipanema. A viagem hoje é fácil e divertida, e não necessita mais de uns cinco dias. Do próprio Mursa receberia a mais franca hospedagem, como me deu a mim que não valho tanto».

«V. Ex. sabe com quanta estima e consideração sou de V. Ex.

Amigo obrigado e fiel criado

Visconde de Pôrto Seguro (102)».

O historiador demorou-se em Mogimirim, pelo menos, até o dia 26 (103). A 3 de julho seguinte achava-se em Franca (104). Daí em diante não possuímos elementos para pormenorizar o itinerário. Internou-se pelo território do triângulo mineiro, rumo a Goiás, viajando a cavalo, acompanhado de burros cargueiros com suas bruacas de couro cheias da indispensável matalotagem, e de animais de sela de reserva. Do modo pelo qual viajava deixou-nos informações minuciosas, e que mostram quão pouco haviam progredido no interior os recursos de locomoção desde o começo do século, época dos Mawe, Martius, Neuwieds e Saint-Hilaires. Carecia-se para essas jornadas de pessoal de habilitações variadas: um arrieiro ferrador para tratar dos muares e tocá-los, um pagem para o serviço pessoal do viajante (preparo das refeições e lavagem da roupa); e às vêzes, também, um guia ou camarada prático no caminho para ajudá-los, e que convinha substituir de vez em quando, para que servissem bem. Além dêsses regosijava-se Pôrto Seguro de ter levado consigo um homem de tôda a confiança, para capataz de sua gente, a quem encarregava das compras, e que, para melhorar-lhes o cardápio forçosamente pouco variado, caçava perdizes e codornas, auxiliado por um cão que

(102) Ofereceu-nos cópia desta carta o Dr. Wanderley de Pinto, que possui em suas coleções o original.

(103) Dêste dia são datadas as cartas de Antônio Joaquim de Freitas Leitão, de Mogimirim, aos Srs. Coronel Antônio Barbosa Lima e José Garcia Duarte, ambos de Franca, recomendando o ilustre viajante (Arq. Varnhagen, M. R. E.).

(104) Desta data é a carta de recomendação subscrita por Nuno Alberto Guimer Pereira Alvares, de Franca, endereçada a Manoel Pereira Cassiano, natural da mesma cidade, de que foi portador o Visconde de Pôrto Seguro. (Arq. Varnhagen, M. R. E.).

trouxera. Seria provavelmente esse *fac-totum* dos sertões o tal Francisco Soares, recomendado pelo Major Mursa.

Quanto aos trajes usava-os de côr clara, não só como precaução higiênica contra a intensidade do sol, como para permitir melhor a visibilidade dos carrapatos, abundantes em certas regiões. Constavam de dois casacos de linho claro, com numerosas algibeiras para o transporte de instrumentos e utensílios diversos, cada qual conservado no seu lugar marcado, sempre o mesmo; calças de linho, lavadas com freqüência, e, por cima de tudo, um guardapô ou talma de linho claro, também com algibeiras. Para os pés: botas das antigas mineiras, brancas, preferivelmente de botins e canos separados (perneiras), era o que recomendava. À cabeça chapéu de palha, com a competente capa impermeável amovível, para as ocasiões de chuva, quando também se protegia com um capote impermeável de goma elástica e competentes polainas (capa de borracha e galochas). Como abrigo para os dias mais frios ou de cerração um poncho gaúcho prestava-lhe os melhores serviços (105). À cintura o infalível revólver, de uso obrigatório nos sertões, e sem o qual ninguém se impunha ao respeito, completava a indumentária do nosso itinerante. Pôrto Seguro aconselhava igualmente usar como estribos, nos arreios da cavalgada, as caçambas de madeira ou de sola. Os fechados de metal não isolavam os pés da temperatura ambiente: queimavam-nos com o rigor do sol e enregelavam-nos com o frio, logo que caia a tarde. Atenda-se a que Varnhagen viajou pelo planalto central durante o inverno, quando são grandes as oscilações de temperatura durante as 24 horas.

O trem de viagem, acomodado nas canastras dos burros, constava de cama de vento, para êle preferível à rêde a que não estava habituado, da barraca, de instrumentos para ferrar os animais, e dos mantimentos correntes: carne sêca, feijão, arroz, farinha, sal, café e açúcar. Preferia usar da barraca desmontável, que também transportava, a abrigar-se nos ranchos e nas choças dos sertanejos (o autor dêste trabalho dá-lhe razão por experiência própria), nem sempre nos lugares de melhores pastos, sem que êsse inconveniente se compensasse com o acréscimo de segurança

(105) Sorocaba foi célebre pelas suas feiras anuais de gado, tängido de longe, desde os pampas do Rio Grande, e que atraíam compradores das províncias próximas. Essa circunstância, e a presença freqüente dos gaúchos condutores de boiadas, davam à indumentária e aos costumes dessa zona paulista uma nota pitoresca de semelhança com o ambiente do extremo-sul. Pôrto Seguro, nascido nesse município, onde passou a primeira infância, estava naturalmente familiarizado com os ponchos e o uso do chimarrão, donde sua preferência por semelhante abrigo e pela bebida dos gaúchos, cuja exportação para a Europa, esforçou-se por criar, como veremos noutro capítulo dêste trabalho.

quanto à dispersão dos animais, um dos grandes, senão o maior dos contratempos de semelhantes viagens, pela demora em reuni-los que acarreta.

O regime alimentar do excursionista era o mais sóbrio possível, e com isso se deu ôtimamente. Suprimiu completamente o uso de bebidas alcoólicas, permitindo à sua gente o uso de café à vontade. O próprio Pôrto Seguro, que pequeno consumo fazia dessa bebida, passou a ingeri-la abundantemente, aos copos, porém fraca, e feita em água de rapadura, como se usa no interior. Para corrigir os defeitos das águas estagnadas — é Varnhagen quem fala — a que às vêzes era necessário recorrer, bastava adicionar-lhes um pouco de vinagre ou sumo de laranja, que sempre trazia consigo. O sorocabano deixou-nos também a receita de um manjar muito usado no Chile e ao qual recorria com freqüência para obter caldo no momento em que lhe apetecia: o *valdiviano*. Consistia em carne sêca assada, despojada da gordura e reduzida a pó. Esse pó, transportado numa caixa de fôlha de Flandres ou bexiga de boi, aromatizada mediante cebola picada ou extrato inglês de aipo, permitia obter com água a ferver um magnifico caldo, comparável ao feito de extrato de carne, e que bebia acompanhado de biscoitos (106).

A 28 de julho, terminados os estudos e observações, que incluíam também a escolha de locais nas províncias de S. Paulo, Minas Geraes e Goiás, próprios para a localização de colônias agrícolas européias, incumbência que patriôticamente propusera ao ministro da agricultura tomar a seu encargo, datava o viajante de Vila Formosa da Imperatriz um longo officio ao referido ministro, Conselheiro Thomás José Coelho de Almeida (107).

(106) Tôdas as informações relativas ao trem de viagem e à maneira como se houve nela foram extraídas do artigo de Pôrto Seguro com o título de *Aos que se proponham viajar no sertão*, que saiu no *Vulgarizador* de 1 de setembro de 1877, págs. 37-38. Não podemos encerrar esta nota sem transcrevermos uma inteligente observação do Visconde de Pôrto Seguro sobre a índole altiva dos nossos sertanejos aí exarada:

«Quanto à modéstia lembre-se cada viajante que todo o sertanejo, qualquer que seja, é muito independente e senhor de si, e consciente de sua dignidade e igualdade de direitos com os demais; e é geralmente humilde para os que o são com êles, mas soberbo e altivo contra os orgulhosos».

«Não duvide, pois, dar a mão a todos e ser o primeiro a cumprimentá-los; na certeza de que, em todo o caso, mais poderá depender dêles, ainda que não seja senão para fazer-lhe alguma simples pergunta a respeito do caminho».

(107) Este officio foi incluído na integra no folheto *A Questão da Capital: Marítima ou no Interior?* Viena, 1877, págs. 13-17. — Também saiu, inexplicavelmente truncado, o que passou despercebido aos bibliógrafos, na *Rev. do Inst. Histórico*, t. LVI (1893), parte 1ª, págs. 163-164, sob o título de *Planalto de Formosa e Colonização*. É possível que também tivesse sido publicado, pouco depois de recebido pelo Ministro, no *Diário Oficial*, e reproduzido em anexo ao Relatório do Ministro da Agricultura de 1878. Não verificamos êsses pontos.

Nesse notável escrito advogava uma política colonizadora inspirada pelos mais sãos e inteligentes princípios, e tendo unicamente em vista o objetivo das conveniências nacionais, procurando proporcionar a outras províncias além das do extremo-sul, para as quais já afluía espontaneamente a imigração européia, os benefícios da atividade do braço branco estrangeiro; e indicava também, de modo concreto e minucioso, em obediência às instruções do ofício ministerial de 14 de junho, os meios de comunicação e transporte a serem utilizados pelos colonos.

A estrada de ferro de S. Paulo não tardaria a chegar a Casa Branca, ao noroeste da província. Daí em diante as levias colonizadoras poderiam continuar a viagem em carroças de quatro rodas, cobertas de toldos, como as da *Companhia União e Indústria* de Juiz de Fora, puxadas por juntas de bois, baratíssimas na região, através dos chapadões de Uberaba (Triângulo Mineiro), ricos em pastos magníficos e gratuitos. Em Goiás a alimentação era fácil e barata: uma vaca de açougue valia apenas de 16 a 18 mil réis, as frutas eram comuns, a caça não faltava, e o peixe vivia em abundância nas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas, delimitadoras do triângulo em que encontrara o terreno ideal. Para lá conviria fazer convergir desde logo tôdas as comunicações, levando-se a estrada de Pedro II de preferência pelo Paraopeba, Rio de S. Francisco e Urucuia, cujas cabeceiras se acham muito próximas da vila donde escrevia. Também a linha de Casa Branca (atual Mogiana) poderia ser dirigida para aquelas paragens, seguindo algumas vertentes, a procurar, pelo caminho mais fácil, a foz do Corumbá no Parnaíba, e subindo depois aquêlê rio e o S. Bartolomeu até as cabeceiras dêste último (108).

Durante essa longa excursão teve Pôrto Seguro oportunidade de observar os progressos, verdadeiramente notáveis, feitos pela indústria do vinho nas províncias de S. Paulo e Minas Gerais, depois da Exposição de Viena em 1873, onde as amostras do produto brasileiro, em consequência de «se haverem transformado em vinagre, ou coisa pior», não puderam ser premiadas (109).

* * *

Concluída a missão que se propusera, o Visconde de Pôrto Seguro não voltou ao Rio de Janeiro: seguiu, provavelmente, cortando, no sentido Oeste-Leste, os sertões baianos, para a antiga capital do Brasil-Colônia. Há no Ministério das Relações Exte-

(108) Cf. *A Questão da Capital*, 2ª ed., págs. 30-31.

(109) Cf. *O Fabrico dos Vinhos no Brasil*, na *Revista Industrial*, Nova-York, 1878, pág. 3.

riores, coleção Varnhagen, um documento aparentemente sem valor, que o comprova. É um exemplar da carta-circular impressa, datada de 31 de agosto, em que o presidente da província da Bahia, o Sr. Henrique Pereira de Lucena, futuro barão dêsse nome, convida o destinatário a assistir ao provável desembarque de SS. MM. II, no Arsenal de Marinha, esperadas da Europa pelo paquete *Orenoque*, a recepção em Palácio, o que demonstra que nessa data aí se achava o Visconde de Pôrto Seguro. Este não faltaria à recepção. D. Pedro II e D. Thereza Christina, porém, só a 25 de setembro tocariam na Bahia, em viagem de regresso, e, por motivo dessa demora, Varnhagen deve ter-se embarcado em qualquer paquete, provavelmente o próprio *Orenoque*, com destino ao Rio de Janeiro, pois que, já no dia 11 de setembro, estava de regresso à Bahia, e desta vez num vaso de guerra, a corveta a vapor *Paraense*. No dia 1 de setembro publicou-se no *Vulgarizador*, periódico da capital do Império, o artigo do Visconde de Pôrto Seguro sob o título *Aos que se proponham viajar pelo sertão*, de que largamente acima nos aproveitamos, e cuja existência nos foi comunicada pelo Sr. Tancredo de Barros Paiva, conhecido bibliógrafo. Despachou de Goiás para o Rio os originaes, enquanto seguia viagem através dos sertões da Bahia, ou remeteu-os a tempo, de S. Salvador? Neste caso lá deveria ter chegado alguns dias, pelo menos, antes de 31 de agosto, pois a viagem dessa cidade para o Rio consumia pelo menos três dias. O que não padece dúvida é que a 11 de setembro, por concessão especial do Ministro da Marinha, solicitada pelo do Império, o nosso biografado pisava o convés da corveta *Paraense*, e zarpava para a Bahia, fazendo escalas em Vitória, Pôrto Seguro e Ilhéus. Varnhagen desejava há muito visitar as duas últimas localidades, vilas capitais das primitivas capitanias de seus nomes, cuja colonização não progrediu em consequência dos ataques dos Aimorés, e, a êsse tempo, como ainda hoje, em franco estado de decadência e marasmo; e revolver seus arquivos municipais à cata de preciosidades documentais dos primeiros anos da fundação, principalmente os livros das vereanças e de registos das decisões régias. Trazia também a missão de remeter para o arquivo público do Império os mais antigos e interessantes, dignos de serem conservados com especial cuidado. A Pôrto Seguro levava-o, além dêsses intuitos, a curiosidade de conhecer de perto a terra de que era titular, de nome ligado ao marco inicial da civilização do país, e reconhecer o pôrto do desembarque de Cabral. Com a marcha muito diminuída pelos ventos contrários, o navio se viu obrigado, ao cabo de mais de três dias, a arribar a Vitória para tomar carvão. No dia 17 deixou este pôrto, e a 19 fundeava ao largo da costa de Pôrto

Seguro. O visconde dirigiu-se logo à terra, não obstante o estado amedrontador de agitação do mar, que impedira até a canoa de praticagem de sair do recife que formava o pôrto, semelhante, nesse ponto, ao de Pernambuco. Foi recebido pelos membros da municipalidade reunidos, e por êles conduzidos à Casa da Câmara, no alto de um morro, junto à Matriz, para cujas obras deixou uma valiosa espórtula (110); e ao cartório do mais antigo ofício de notas, cujo serventuário foi logo para isso avisado, de modo que pôde em breve tempo ultimar as buscas e regressar a bordo na mesma tarde, ainda debaixo de temporal.

Na manhã do dia seguinte, 20, já com bom tempo, desembarcou em Ilhéus, onde o Juiz de Direito, Dr. Virgílio..., informado telegraficamente da sua chegada, o recebeu e facilitou-lhe, em poucas horas, os exames arquivais.

Pela rapidez com que deu por encerradas essas diligências já se pode facilmente concluir qual o resultado: pouco menos que nulo quanto à quantidade, e absolutamente nulo quanto à qualidade dos elementos encontrados.

Os livros de registo mais antigos, em ambas as vilas, quase ilegíveis pelos estragos da humidade e do cupim, apenas remontavam a segunda metade do século XVIII, época do Marquês de Pombal, e se resumiam a cópias de leis e avisos, na maior parte impressos ou já conhecidos. Anteriores já não existiam, e se dessa verificação não resultavam conhecimentos novos para a história, pelo menos se adquiria a certeza da não existência de antigas fontes documentais, cujo desconhecimento pudesse deixar com escrúpulos o investigador consciencioso. Nessa viagem chegou também o Visconde de Pôrto Seguro à conclusão, muito combatida, de ter sido no própria pôrto da vila dêsse nome, e não na enseada de Santa Cruz, ou Bahia Cabrália, como a denominou Casal, o primeiro desembarque de Pedro Alvares, e de se haver celebrado no mesmo recife ilhado que forma o Pôrto Seguro, e não no ilhéu da Coroa Vermelha, mais ao norte, a primeira missa dita em terras brasileiras.

A 25, da cidade do Salvador, subscrevia o ofício ao Ministro do Império, Conselheiro Antônio da Costa Pinto Silva, relatando a diligência (111). Contava seguir no dia 27 para a Europa,

(110) Fato revelado pelo ilustre historiador Dr. Escragnolle Dória num artigo publicado na *Revista da Semana* de 5 de junho de 1943, intitulado *Folheando o Passado*, pág. 20. Por um lapso tipográfico o episódio foi referido como tendo sucedido em 1874, ano em que Pôrto Seguro não saiu da Europa, em vez de 1877, quando esteve, pela primeira e única vez, na vila de que era titular.

(111) Publicado no *Diário Oficial* de 10 de outubro de 1877, pág. 3.

a bordo do vapor inglês *Elba* (111a) e, do seu posto, enviar ao Instituto Histórico, como efetivamente o fez, uma dissertação em defesa de suas conclusões de geografia histórica (112). A 30 de setembro estava em Recife, de onde datou o *Post-Facio* aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, publicados depois na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, parceladamente, de janeiro de 1883 a agosto de 1887 (113). Deve ter reassumido o posto em outubro, apressando-se a publicar, ainda em 1877, o opúsculo que intitulou *A Questão da Capital* (114). Tanto neste folheto como no artigo inserto no *Vulgarizador* se lê que escrevera um diário de viagem, cheio de observações científicas sobre as regiões percorridas do interior, que pretendia publicar oportunamente. Não chegou a levar a cabo o intento, e ignoramos onde pára, se é que ainda existe, esse manuscrito. Daqui lançamos um apêlo à boa vontade de quem quer que nos possa fornecer uma pista para a descoberta desse trabalho.

* * *

Varnhagen julgava ter lucrado quanto à saúde com a excursão pelo Brasil Central (115), mas essa esperança em breve se desva-

(111a) Seguiu efetivamente. No momento do embarque ainda dirigiu ao imperador uma carta, felicitando-o pela chegada à capital do país e expressando sua satisfação por haver podido apresentar-lhe suas homenagens na cidade do Salvador quando SS.MM. lá escalaram ao regressarem da Europa. «Durante os cinco dias que permaneci nesta cidade», escreve com satisfação, «não deixei de aproveitar o tempo nos arquivos, especialmente no da Câmara Municipal e no da antiga Provedoria».

(112) Recebeu o título: *Nota acêrca de como não foi na Coroa Vermelha, na enseada de Santa Cruz, que Cabral primeiro desembarcou, e em que fez dizer a primeira missa*; e saiu na *Revista do Instituto*, t. XL (1877), parte 2ª, págs. 5-12, seguida da carta de Pero Vaz de Caminha, anexada como documento abonador de suas conclusões.

(113) Pôrto Seguro aí atribui a obra a Bento Teixeira modificando a opinião em que estava quando publicou as *Reflexões Críticas* à obra de Gabriel Soares (1839), de ser o seu autor um Fuão Brandão, de acôrdo, aliás, com o adicionador do catálogo de Pinelo (*Op. cit.*, pág. 99), e isto por haver na cópia dessa obra existente na Biblioteca Pública de Lisboa uma declaração nesse sentido. Errava depois de haver acertado e tido uma polémica, por isso, com Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Hoje a questão está definitivamente liquidada a favor de Ambrosio Fernandes Brandão, como já deixamos dito.

(114) *A Questão da Capital: Marítima ou no Interior? pelo Visconde de Pôrto Seguro. Viena d'Áustria. Imp. do Filho de Carlos Gerold. — Edição por conta do Autor. 1877. — In-8.º de 17 páginas.*

Foi reimpresso no *O Cruzeiro* de 7 e 12 de janeiro de 1878, e no tomo XXXII das *Publicações do Arquivo Nacional*, com *separata*.

(115) *A Questão da Capital*, ed. do Arquivo, pág. 25.

neceu. E não é para estranhar que lhe tivesse sido fatal. Quando a empreendeu entrava no último quartel de uma existência normal, e achava-se portanto com a resistência orgânica já um tanto combatida; habituara-se, de há muito, a todos os confortos e comodidades que podiam proporcionar a pessoas da sua condição social as grandes capitais por onde passara nos últimos anos: maravilha seria se pudesse resistir incólume às privações e vicissitudes de uma excursão prolongada pelos remotos sertões do Brasil (onde ainda nos nossos dias faltam, em geral, os mais comeseinhos requisitos de conforto), realizada em pleno inverno do hemisfério sul, através de regiões salubres, é verdade, mas de atmosfera rarefeita pela altitude elevada, e onde era obrigado a dormir sobre a terra socada, mal separado de suas úmidas emanações pela altura de um leito de campanha, e mal protegido do sereno por uma barraca de lona. Voltou seriamente afetado dos pulmões (116). Os médicos, desesperançados de curá-lo, aconselharam-lhe, por desengano de consciência, uma viagem à Itália. Acompanhado da esposa e do filho mais velho, Xavier, partiu o diplomata para Gorizia, onde se demorou uma quinzena, na qual se incluíram os três dias do Carnaval de 1878 (117), muito animados com mascaradas e torneios florais, que deliciaram Xavier, incapaz ainda, pela idade, de perceber o estado grave do pai. Foram em seguida a Trieste, onde o cônsul geral do Brasil na Monarquia austro-húngara, o Barão de Morpurgo, e sua esposa, prodigalizaram tôdas as atenções ao ilustre enfermo e sua família. A Baronesa de Morpurgo levou a Viscondessa de Pôrto Seguro e seu filho ao Castelo de Miramar, que pertencera ao generoso e infeliz Arquiduque Maximiliano, Imperador do México, nobre vítima da bárbara e estúpida truculência do índio Juarez, êsse primário tão exaltado pelos da sua iguala, instrumento inconsciente de seus complexos de inferioridade e do imperialismo norte-americano, ao qual vendeu, pelo prato de lentilhas em que consistia a sua mística da palavra *democracia*, a verdadeira independência e a grandeza material e moral da sua Pátria, que as instituições monárquicas lhe assegurariam. De Trieste a Veneza vai-se num pulo através do Adriático estreitado. Na cidade dos doges e das gôndolas, o enfermo saía do Hotel Daniel para passear com a família pela Praça de S. Marcos, entrava numa gôndola, a deslizar silenciosamente sob a Ponte dos Suspiros... Veio depois Bolonha, cidade universitária da Idade-Média, célebre pela sua Faculdade de Direito, cheia de intermi-

(116) Cf. X. de Pôrto Seguro, *Mémoires*, pág. 21. Para não multiplicar as notas marginais declaramos de início que os pormenores relativos à enfermidade e à morte do Visconde de Pôrto Seguro foram hauridos nesse opúsculo.

(117) Cairam nos dias 3, 4 e 5 de março.

náveis arcadas sombrias; vieram Rímini e Ravena, célebre pelo túmulo do rei dos Ostrogodos, Theodorico; por ter assistido aos últimos momentos de Dante Alighieri, e pelos seus monumentos bisantinos; Ancôna, porto do Adriático, cujo contôrno tem o desenho de uma ferradura. O grande historiador arrastou ainda seus sofrimentos por Florença, Pisa e Luca, na Toscana. Três dias passou na pátria de Maquiavel, Dante e Leão X, com a saúde cada vez mais periclitante. Uma noite, no teatro, onde assistia à representação da *Dama das Camélias*, chorou comovido no último ato.

A piora do seu estado fêz com que voltassem todos para Viena. Diagnosticaram-lhe uma anemia progressiva, complicada com outras doenças, mas continuava trabalhando até o último alento. Aproveitando uma das tréguas do sofrimento soltou o seu canto do cisne, o breve estudo sôbre os dois Velozos, botânicos brasileiros (118), e escreveu uma carta a Ramiz Galvão sôbre questões de história pátria, sôbre pontos obscuros a esclarecer, sôbre manuscritos cuja existência desejava conhecer (119). Aconselharam-no ainda a experimentar os banhos sulfurosos de Baden-Baden, cidade próxima da capital da Áustria. Tomou-os e obteve ligeiras melhoras, mas pouco duradouras, que lhe permitiram dormir sossegado. Pouco tempo depois falecia, em seguida a uma operação cirúrgica dolorosa e completamente inútil. Seu filho, a quem devemos todos êsses pormenores, não nos diz qual fôsse. Supomos que uma costectomia e punção pleural, requeridas por um pleurís com derrame, complicação freqüente nas afecções pulmonares.

Foi em Viena, no dia 29 de junho de 1878! Enquanto estouravam os foguetes em honra ao Príncipe dos Apóstolos, a História do Brasil chorava sua orfandade! Uma grande eça foi armada na Catedral de S. Estevam, com pompa imperial. Assistiram às exéquias o núncio apostólico e todo o corpo diplomático. Inumados em Viena os despojos mortais do plenipotenciário brasileiro, seus ossos foram depois transportados para o Chile pela viscondessa viúva, natural dessa república. *

Varnhagen deixou disposto em seu testamento que a viscondessa não contraísse novo matrimônio, e também, que fôsse erigido

(118) *Os dois Velozos, botânicos brasileiros*. No fim: *Viena, abril de 1878*. Uma fôlha de texto (4 páginas) sem frontespício. Foi reproduzido na *Gazeta Médica da Bahia* (1880-1881).

(119) Informação de Capistrano de Abreu no Necrológio publicado no *Jornal do Comércio* de 16 de dezembro de 1878; reproduzido em *Apenso à História Geral do Brasil*, 3ª edição integral, t. I, pág. 505, e nas obras de Capistrano editadas pela Sociedade no seu nome, volume de *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*. 1ª série, 1931, pág. 133.

em S. João do Ipanema, um monumento à sua memória, disposições ambas fielmente cumpridas.

O monumento foi inaugurado em 1882, em terras da fábrica de ferro. Sobre uma coluna quadrangular de alvenaria, ao centro de uma plataforma de dois degraus, uma cruz de ferro estende os braços. Numa das faces do sóco um escudo apresenta os seguintes dizeres: *À memória de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, nascido na terra fecunda descoberta por Colombo, iniciado por seu pai nas coisas grandes e úteis. Estremeceu sua Pátria e escreveu-lhe a História. Sua alma imortal reúne aqui todas as suas recordações*».

* * *

No Instituto Histórico foram tributadas sentidas homenagens àquêle que tão alto e por tão longínquas terras honrara e erguera os créditos da instituição, usando com orgulho e desvanecimento o nome de *Um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba*. A sessão de 5 de julho de 1878, a primeira realizada após a fúnebre data, foi encerrada em sua homenagem, a pedido do secretário Joaquim Manoel de Macedo, ficando o Conselheiro Lopes Neto encarregado de apresentar os pêsames à viúva em nome da instituição. A ata da sessão de 2 de agosto consignou a proposta do mesmo Conselheiro Lopes Neto para que o Instituto adquirisse os documentos e manuscritos numerosos, que deviam existir na livraria do finado Visconde de Porto Seguro. Sua Majestade o Imperador, presente, como sempre, às sessões, dignou-se declarar «que já falara ao Sr. Barão de Aguiar de Andrada sobre o assunto».

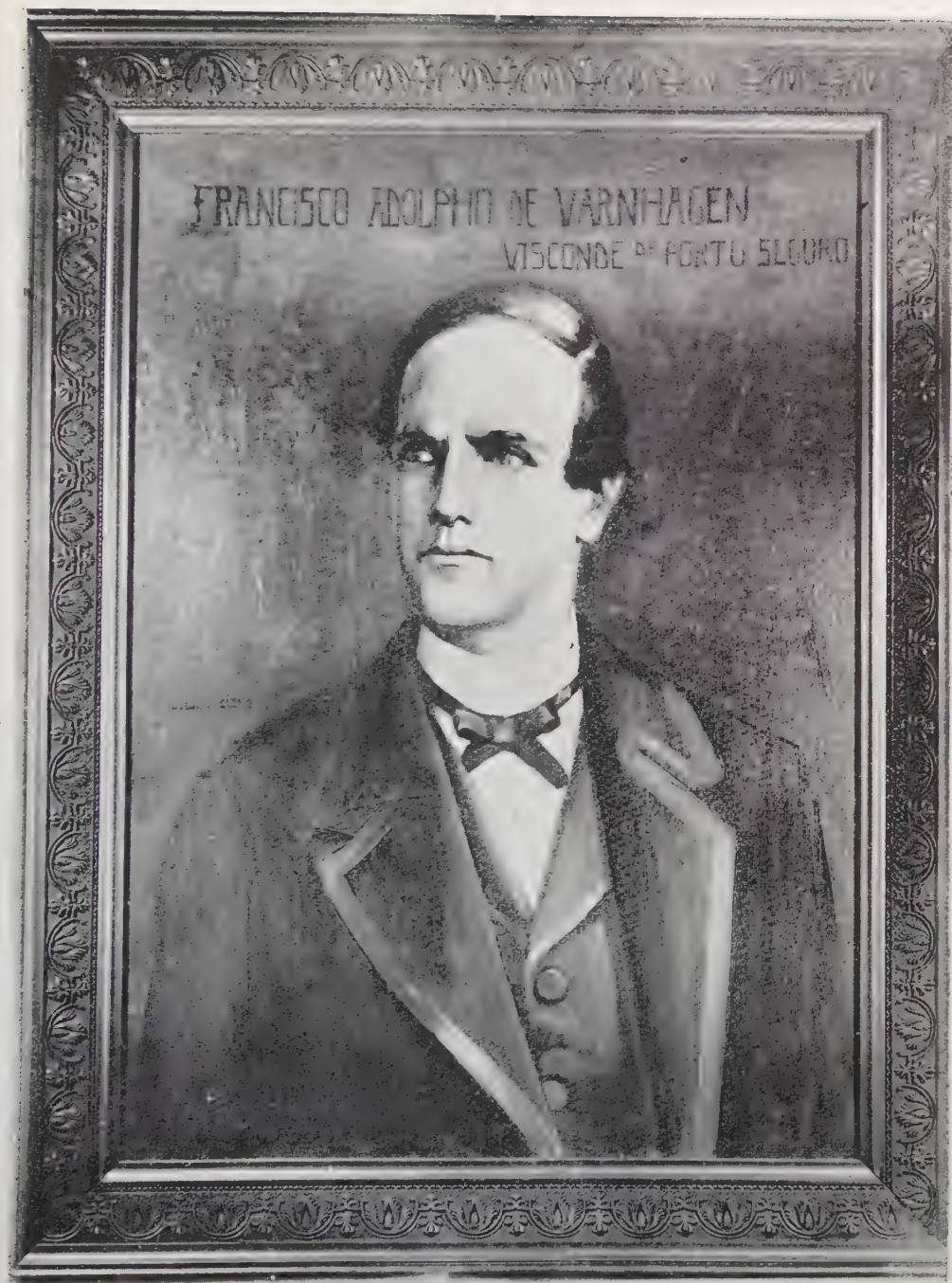
Capistrano de Abreu consagrou ao pai da historiografia brasileira dois artigos necrológicos no *Jornal do Comércio* de 16 e 20 de dezembro de 1878, e três outros, de apreciação crítica de sua obra, em 1882, por ocasião de ser erigido o monumento do Ipanema, na *Gazeta de Notícias* de 21, 22 e 23 de novembro.

O necrológio feito pelo orador do Instituto, Joaquim Manoel de Macedo, na sessão magna aniversária, a 15 de dezembro de 1878, é geralmente conceituado de pouco expressivo e reservado nos encômios ao ilustre historiador. Como que se quer ver nessa peça oratória o reflexo do resfriamento das relações entre o grande sorocabano e a instituição de que tanto se prezava de ser parte conspícua, motivado pelo fato de haver a comissão de redação da *Revista* dado acolhida à nota insultante de Antônio Henriques Leal, e negado guarida ao ofício-protesto do ofendido. Nada mais infundado. Muito embora o discurso de Macedo não per-

tença à categoria dêsses continuados panegíricos totalmente desprovidos de senso crítico e da escala dos valores, como as peças acadêmicas do século XVIII; apesar de considerar mediocres os méritos do defunto na poesia, no drama e no romance, no que não raiou pela injustiça, e de achar que êle, às vêzes, «não ostentava perfeito gôsto literário», por lhe faltarem a naturalidade da expressão, o conhecimento da cena, e sobretudo, «a imaginação, que é a musa do romance», o autor da «Moreninha» prestou-lhe justas homenagens a seu valor de pesquisador original e rigoroso exegeta dos textos históricos. Atacou, é verdade, o que denominou a sua intolerância nas discussões com outros escritores de merecimento, provocadas pela estranheza de algumas de suas opiniões, e o dogmatismo de mestre infalível com que as externava. Reconhecia, contudo, que se cada homem tem suas fraquezas, e a de Pôrto Seguro era o orgulho, ninguém teve no seu tempo, na seara imensa que cultivou, mais excusas para êsse pecado. «Que outros mais pequem assim, e a história da pátria fulgurará esplêndida», foi a sentença que lavrou depois de fazer o balanço dos pros e dos contras, na avaliação da figura intelectual e moral do sorocabano. «Varnhagen foi o escrupuloso iluminador da História do Brasil». Não se poderia dizer mais nem melhor. A nossa história já existia, mas cheia de dúvidas e obscuridades. Varnhagen iluminou-a, resolvendo definitivamente muitos pontos duvidosos, e lançando luz sobre outros ignorados.

Uma das salas do Instituto recebeu o nome de «Sala Varnhagen», com o seu retrato executado a lápis por Rodolpho Amoêdo. Na das sessões públicas ergue-se, encostado à mesa da presidência, o marco inicial da colonização do país, deixado por Martim Afonso de Sousa em Cananéia, examinado pelo jovem Varnhagen em 1841, recolhido ao Museu do Instituto em 1866, e posto no local em que presentemente se acha por sugestão do Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, em sessão de 6-8-1930 (V. tomo 107, vol. 161, pág. 728 da *Revista*).

A biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, que guarda hoje o espólio livresco, e grande parte do literário e documental do historiador, teve inaugurado em 1929, em suas novas instalações, o retrato do mais ilustre, quicá, dos funcionários da casa, feito a óleo, segundo seus traços em 1873, pelo pincel laureado de Manoel Constantino. Carlos Oswald, outra das glórias da pintura brasileira, executou, segundo o mesmo documento iconográfico, o retrato que faz parte da galeria de historiadores inaugurada a 8 de setembro de 1944 no Arquivo Nacional pelo seu atual diretor Dr. Eugênio Vilhena de Moraes.



Quadro a óleo de Carlos Oswald, existente na galeria de historiadores brasileiros do Arquivo Nacional

Na Academia Brasileira de Letras, Manoel de Oliveira Lima, ao ser recebido em 1903, escolheu para patrono da cadeira que ia ocupar, a 39^a, o Visconde de Pôrto Seguro, e, numa notável peça oratória, e mais ainda de erudição e crítica, fez a avaliação da figura e da obra do ilustre sorocabano.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 17 de fevereiro de 1916, por ocasião do centenário do nascimento de Varnhagen, ouviu de Pedro Lessa, a quem confiara êsse encargo, outra não menos magistral peça de análise de suas qualidades, e nesse mesmo ano, em S. Paulo, Remigio de Bellido publicou uma alentada bibliografia do sorocabano. Precisamente sete anos depois, 17 de fevereiro de 1923, funda-se no Rio de Janeiro o Instituto Varnhagen, de duração efêmera, pronunciando o discurso inaugural, na sessão de Instalação, o Professor Rocha Pombo, presidente-perpétuo da recém-fundada sociedade, e produzindo na mesma data uma memorável conferência, no Gabinete Português de Leitura, o acadêmico Sr. Celso Vieira.

A 29 de junho de 1928, data cinquentenária da morte do sorocabano, falou no Instituto Histórico o Professor Basílio de Magalhães; o Sr. Rodolfo Garcia, o maior dos varnhagenianistas do nosso tempo, atual detentor da cadeira nº 39 da Academia Brasileira, publicou um memorável artigo no *Jornal do Brasil*, em que se incluía a mais completa resenha bibliográfica até então aparecida; em Lisboa, segundo nos informou o Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, a Academia das Ciências em sessão solene, com a presença do embaixador do Brasil, pela voz do seu presidente, Sr. Júlio Dantas, e pela do Professor Manoel de Sousa Pinto, catedrático da cadeira de estudos brasileiros da Universidade de Coimbra, prestou significativa homenagem «ao homem, cuja alta figura intelectual pertence às duas pátrias, e cujo prodigioso labor no domínio da história, da literatura, da arqueologia, da etnografia, da filologia e da crítica, enriqueceu o patrimônio de glória das duas nações em que se fala a língua portuguesa».

No dia 21 de outubro de 1938, data centenária de sua fundação, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil mandou levantar no Jardim da Glória, de nome tão significativo, a herma em bronze do primeiro historiador desta terra, obra de Oswaldo Corréa Lima, sôbre um pedestal de granito, em cuja base a musa Clío lhe presta vassalagem.

No Instituto de Geografia e História Militar, fundado em 1941, o então Capitão De Paranhos Antunes pronunciou o elogio de Varnhagen ao ser recebido e tomar posse da cadeira que tem o nome do grande sorocabano. Há também, na capital do Brasil,

um logradouro público denominado Praça Varnhagen. Em *Formosa da Imperatriz*, sede do município Goiano dêsse nome, há uma rua Visconde de Pôrto Seguro. Lá se conserva, como todo o carinho, um barômetro de Fortin, deixado pelo historiador, como recordação de sua passagem.

Estas são as principais homenagens tributadas póstumamente aos historiador, de que temos conhecimento. Passamos naturalmente por alto a imensa profusão de artigos de jornal, reproduções fotográficas de seus traços, e notícias de menor tomo com que de vez em quando a personalidade do grande brasileiro é recordada aos filhos da terra que êle sobretudo amou e serviu com inexcedível dedicação.

* * *

O Visconde de Pôrto Seguro deixou viúva e dois filhos, Xavier e Luís, ainda de tenra idade (13 e 9 anos, respectivamente), nascidos, o primeiro em Lima, e o último em Viena, os quais, embora filhos de diplomata brasileiro, criaram-se no Chile sob a direção da Viscondessa D. Carmen Ovalle, e de um tio materno, Ruperto, adotando em consequência a nacionalidade materna.

Xavier era de gênio alegre e esprituoso, tinha propensão para as letras, e escrevia corretamente em várias línguas. Publicou em Viena um livro de poesias em espanhol, *Primeiros Verses* (1890) de que há um exemplar na biblioteca do Ministério das Relações Exteriores; as suas *Memórias* em francês (Paris, 1896), das quais aproveitamos muitas informações interessantes, que só aí se encontram, principalmente as passagens relativas aos últimos tempos da vida do historiador, totalmente desconhecidas aos seus biógrafos, foram editadas póstumamente por sua mãe, para distribuir os exemplares, como recordação do finado, pelos seus amigos. Xavier faleceu solteiro, em 1894.

O Sr. D. Luís Varnhagen de Pôrto Seguro seguiu a carreira do seu progenitor, esteve no Brasil em 1928, por ocasião do cinquentenário da morte paterna, oferecendo por essa ocasião ao Instituto Histórico e à Biblioteca Nacional exemplares da fotografia do pai tirada em Viena, assim como do monumento inaugurado em 1882. O último posto que ocupava, quando o aposentaram, era o de plenipotenciário em Berlim. Retirou-se para o Brasil, vindo a falecer repentinamente, em 1939, no Rio de Janeiro. Seu corpo foi transportado para Santiago do Chile, onde, ao baixar à campa, fêz o elogio do finado o então Encarregado de Negócios do Brasil, Sr. Djalma Pinto Ribeiro de Lessa, que relembrou os méritos de seu progenitor. Não deixou descendentes, assim como Xavier, que morreu solteiro, extinguindo-se na sua pessoa um dos nomes mais ilustres ligados à vida do Brasil e de

Portugal. Usavam os filhos de Pôrto Seguro como apelido o nome do título paterno para satisfazerem um pedido de D. Pedro II à viscondessa viúva. Do sangue do velho Frederico Luís Guilherme de Varnhagen é possível que ainda existam em Portugal representantes, descendentes de irmãs de Francisco Adolfo. A descendência por varonia, esta, acha-se seguramente extinta, como já dissemos, pois o Visconde de Pôrto Seguro foi o único dentre os filhos varões do restaurador do Ipanema que atingiu à maturidade, que deixou filhos, e logrou escapar, pelo valor de sua obra admirável, à ferrugem do tempo, que tudo destrói.

Fim da 1ª parte

A CIVILIZAÇÃO, A GUERRA E OS CHEFES MILITARES (*)

Pelo Cel. J. B. MAGALHÃES

«Não somos dos que consideram a guerra concebida como a efusão sangrenta, na luta entre vontades contrárias, uma contingência eterna da condição humana. Cremos firmemente que será, essa forma de resolver as questões internacionais, eliminada dos costumes, tal como já sucedeu nas relações entre os homens considerados individualmente. Mas isso, que decorrerá do progresso da civilização, exige, a nosso ver, duas condições gerais, ainda não realizadas: primeiro, um governo ou direção, ao menos espiritual, universalmente aceito para reger a vida internacional; depois, um policiamento eficiente e capaz de conter ou corrigir os recalcitrantes».

(*A compreensão da guerra* — 1942-43 — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — O Autor).

INTRODUÇÃO

CONCEITO DA HUMANIDADE

A bem dizer a humanidade só começou a tomar conhecimento de si mesma, a sentir sua existência eterna, depois que Heródoto criou a história escrita e sistematizada. Isto foi no V século antes de nossa era. Até aí dominavam as lendas e tradições orais transmitidas de geração em geração. Estas mesmas, só depois da invenção da escrita pelos gregos, aperfeiçoando a dos fenícios pela representação dos sons vogais, puderam adquirir uma expressão mais viva e completa e ser fielmente transmitidas. Heródoto

(*) A *Revista* começa a publicação da obra do seu ilustre sócio, continuando-a nos próximos números.

completa Homero. Homero é um homem? É ele mesmo uma lenda?

Alguns lexicógrafos dão para significação da palavra Homero a de *reunir e ajustar*, concluindo daí que seus célebres poemas nada mais são que uma espécie de antologia da poética grega transmitida primitivamente pela tradição oral e, somente mais tarde, registada por escrito. Outros admitem a existência individual de Homero e afirmam que esse nome significa o *cego* ou o *refém*, explicando que o autor, tendo perdido a faculdade de ver, na sua velhice, andava perambulando, de cidade em cidade, para angariar a subsistência, com os recursos adquiridos por meio da recitação de seus poemas.

Daí se explica que, uma vez proclamada sua celebridade, quando, em vez de mero mendigo, era um *nababo da glória*, sete cidades disputassem a honra de o ter visto nascer. A idéia de ter sido ele refém é uma conclusão dos costumes gregos de oferecer garantias aos acordos feitos entre as cidades pela entrega condicional de seus mais eminentes cidadãos.

Tudo isso, porém, são hipóteses. Obra de imaginação, trabalhando sobre indícios e sinais. O fato que mais importa é a existência dos poemas e o conhecimento das verdades que encerra do ponto de vista histórico, as quais, como registaremos adiante, foram confirmadas pela ciência moderna, de modo suficientemente positivo. Esses poemas, dadas as diversidades de estilo ou de tom, podem ter sido muito bem obra de um só homem em diversas idades ou situações, dizem alguns autores, ou de vários homens, coligidos por alguém em determinada época, versão também admitida por estudiosos da matéria. Mas que importa isso para seu valor histórico documental depois que a ciência encontra verdades nas lendas, que registam?

Do ponto de vista que nos interessa, os poemas homéricos não têm somente valor de obra literária ou histórica. São a bem dizer-se a primeira *arte da guerra* escrita, uma das razões talvez, para que Alexandre, como veremos adiante, lhes desse o máximo apreço.

Herodoto surge uns quatro ou cinco séculos mais tarde e cria a *história*, sistemática e escrita. Nascido na época da batalha de *Salamina*, vive em luta constante contra a sociedade grega, para que lhe fôsem dados os direitos de *cidadão grego*, símbolo da dignidade humana. Viaja todo mundo mediterrâneo que estuda minuciosamente. Em Atenas, de regresso de suas viagens, passa vários anos, faz-se membro da *União Ateniense*. Não consegue, porém, os direitos de cidadão. Emigra para Itália, com os fundadores da colônia grega de *Thurium*, onde escreve sua história e finda sua vida.

Que mundo era êsse que Homero e Heródoto nos dão a conhecer?

* * *

Mais tarde, já em plena era moderna, o homem adquire a prodigiosa faculdade de ver o passado através de milênios, com a criação da paleontologia, que resultava da aliança por êle estabelecida entre a geologia e a história.

No século XIX, as pesquisas arqueológicas, que começaram a ser sistematicamente organizadas, confirmam e explicam os conhecimentos da antiquíssima vida da humanidade e revelam mesmo a existência de civilizações insuspeitadas e muitíssimo mais avançadas do que se poderia imaginar.

O estudo da geologia vai explicando a geografia e esta a história que a seu turno contribui também para seu melhor conhecimento. O estudo da geografia é indispensável para o da história, mas o desta contribui para o seu justo entender.

A arqueologia e as pesquisas de ordem puramente histórica, a interpretação dos monumentos antigos, foram permitindo reconstituir a vida da humanidade em épocas passadas, conhecer as religiões primitivas, em seus dogmas, em seu culto e em seu sacerdócio.

O conhecimento da escrita e sua evolução, desde sua primitiva forma petrográfica, constituída de desenhos de coisas e de cenas ou atos, tal como é fundamentalmente a escrita chinesa e tal como ainda hoje se observa, assinala H. G. Wells, no balizamento das estradas, até a alfabética dos gregos, derivada da dos fenícios, que é já um grande progresso sôbre a hieroglífica ou enigmática dos egípcios, deu grande impulso à explicação do passado.

Conheceu-se por êsses meios muito das formas das civilizações antigas, mas pouco se adiantava quanto aos relativos à formação dos grupamentos humanos. Êsses fatos começam a ser esclarecidos já no século XVIII depois que os ingleses penetraram na Índia e se apoderaram de documentos antigos. Descobrem o sanscrito, língua indu, que deixou de ser vulgar no IV século A.A., mas se conservava viva entre os *bramanes*. Era, como o latim, uma língua clássica e sagrada. Percebeu-se então, que o grego e o latim derivavam dêle e, mais tarde, que também o eslavo, o gótico, o velho alemão, mostram íntima filiação com êsse mesmo tronco. Eram tôdas línguas aparentadas. Estabelece a filologia comparada a comunidade de origem, não só do grego e do latim, mas também das línguas *zenda*, célticas germânicas, lituano-eslavas.

Foi fácil, então, concluir que tôda essa imensa multidão de povos diversos, gregos, romanos, bárbaros, celtas, germânicos e

eslavos descendiam de um só tronco que a ciência designou com o nome de *Aria*, cuja significação sanscrita quer dizer *nobre*, *fiel*, *excelente*, *senhor* ou, segundo uns, cultivador *da terra* em oposição a *tura*, que quer dizer nômade e lembra a velocidade do cavaleiro. O fato é que, conforme documentos antigos já agora perfeitamente legíveis, os *arias* que sabiam tecer e cozinhar, eram povos agricultores, supondo certos filólogos que têm o mesmo radical de *arare*. Há traços dessa designação desde a Índia à Europa, através da Pérsia, onde no tempo de Dario I, *aria* designa um título honorífico em seu império.

De dedução em dedução, comprovando-se as conclusões com descobertas novas, chegou-se a determinar que êsses povos *arianos* parece terem surgido às margens do Indus e daí terem emigrado nas quatro direções cardiais para povoarem a Índia, o Iran, a Ásia Ocidental e a Europa.

O estudo das línguas, das religiões e mitos, dos costumes diversos denunciam uma origem comum para os habitantes da Europa, da Ásia e da África, origem que assinala Heródoto e que é confirmada pelos trabalhos arqueológicos modernos e os de interpretação das inscrições.

Mas, enquanto êsses povos se desenvolvem do outro lado do Himalaia, crescem os chineses...

É que a civilização brotava por tôda parte onde o meio a favorecia e hoje pode-se dizer que os conhecimentos comprovados da história mostram que começara a frutificar, conforme assinala J. F. Horrabin, nos quatro grandes vales onde a vida do homem encontrava facilidades: o Nilo, o Tigre e Eufrates, o Indo-Ganges e o rio Amarelo.

Mas não se espande igualmente, porque as facilidades ou condições geográficas não ofereciam a isso iguais probabilidades. Os rios da Ásia desembocam no oceano que de Pacífico só tem o nome, enquanto que os da Ásia Menor e do Norte da África, levam a mares interiores onde a navegação é fácil, com suas águas resguardadas em numerosos recortes e por numerosas ilhas, que permitem, ao pequeno navegante dos primitivos barcos a remo ou vela, lançar-se a aventura sem nunca perder a terra de vista, indo de pôrto a pôrto fácil de alcançar. Podiam fundear em qualquer momento e em qualquer parte.

Desenvolve-se, portanto, mais rápida e amplamente a civilização mediterrânea, tomando por base o domínio do mar.

* * *

Parece legítimo, e mesmo lógico, admitir, em presença dos progressos feitos pela ciência moderna, notadamente a geogenia e a arqueologia, que o homem surgiu, espontaneamente, em diver-

sos pontos da terra, como um produto do meio ambiente, e foi evoluindo conforme as reações sôbre êle exercidas pelas modificações dêsse meio. O homem diz J. F. Horrabin (*), é um produto da superfície da terra, mas suas relações com o meio exterior são infinitamente mais numerosas e complexas, que as dos vegetais e dos outros animais, o que, equivale dizer, exerce ações modificadoras do meio, tanto mais amplas e intensas quanto mais êle mesmo se desenvolve.

Sua vida primitiva, como ainda hoje, era essencialmente condicionada pelos interêsses de sua própria subsistência : água, alimentos, materiais de construção para suas habitações. o que representa já um grau de evolução avançado.

Ora, como nem em tôda a terra tais coisas existem igualmente em tôdas as épocas do ano, o fato natural é que os elementos surgidos, nos lugares de clima áspero, nos de inverno intenso, ou de sêcas prolongadas, se deslocassem a procura de condições mais amenas ou menos hostis. Mas em outros, surgidos onde o clima era ameno, a alimentação abundante e permanente e os materiais de construção fáceis, foi êle se fixando e, por sua própria atividade natural, criando o que se chama uma civilização. Mesmo admitindo como certa a hipótese do Velho Testamento — registro sem dúvida de fatos tradicionalmente gravados no espirito do homem em consequência de certos conhecimentos do passado —, de que a raça humana deriva de uma só semente, a semente bíblica — Adão e Eva —, plantada por Deus, no paraíso, não pode haver dúvida de que os brotos reproduzidos dessa semente se foram modificando com o tempo. Através das idades vem reagindo às condições peculiares aos diversos lugares da Terra que vão habitando. A espécie se foi, assim, naturalmente diferenciando, por adaptação ao meio, faculdade característica de todo organismo vivo. Formaram-se diversas raças. Essa diferenciação, porém, não era necessária e logicamente definitiva, fixa, ou permanente. Continuava através dos tempos... Continuará sempre...

A quêles que habitavam lugares de condições de vida mais ôficeis, que se deslocavam e se instalavam em pontos favoráveis, aí se multiplicavam e, aumentando muito de número, acabavam por ter de procurar outras zonas mais ricas e amplas.

Nesse movimento, muitos iam ter onde havia fartura. Então eram felizes e despreocupados de terem de satisfazer urgentemente necessidades primárias, criavam uma civilização, se desenvolviam mais rapidamente. Mas por isso mesmo a capacidade guerreira dêsses homens não se desenvolvia e chegou mesmo a atrofiar-se.

(*) *Manual de Geografia Econômica.*

Então chegavam os que, acossados pelas necessidades, os dominavam, destruíam, apropriando-se de seus benefícios.

Houve, portanto, é fato hoje bem conhecido, grandes e numerosos movimentos migratórios, processados em vários sentidos, donde resultou uma grande mistura de raças, constantemente em tôdas as épocas.

Não obstante, ainda hoje, tendendo a uma fusão cada vez maior, à medida que os processos da civilização evoluem e que as comunicações entre as diversas partes da Terra se fazem mais freqüentes e rápidas, notam-se ainda raças perfeitamente diferenciadas : a branca, a amarela e a negra, que comportm numerosos tipos intermediários. Não se pode, porém, argüir nenhuma *pureza* em cada uma delas, notadamente na branca e na amarela, as mais evoluídas e ativas.

Conforme assinala H. G. Wells (*), no começo não havia nômades nem sedentários. O homem não tinha residência fixa. Errava constantemente a busca de alimentos. Depois, alguns começaram a se fixar, enquanto que outros se conservavam nômades. Os primeiros, os sedentários, começaram a se alimentar cada vez mais com os produtos da agricultura que foram criando e desenvolvendo; os segundos, os nômades, a fazer uso do leite e a considerá-lo sua alimentação fundamental.

Êsses povos tinham por fôrça que se chocar e nesse choque vencem os nômades, desde que a fôrça dos sedentários, residente principalmente em sua grande superioridade numérica, já não é bastante para fazer face a maior capacidade combativa dos primeiros.

Dêsse fenômeno, não resulta só a fusão das raças como assinalamos, mas surge espontâneamente a formação de classes sociais : os conquistadores, tornam-se senhores, e continuam naturalmente práticas derivadas de seus hábitos de vida : a caça, os jogos desportivos, a guerra — os conquistados, trabalhavam para êles, eram os servos ou escravos.

Mas isto é já um grau avançado de civilização, pois que na luta entre os povos nômades, como ainda em nossa época, entre os selvagens, não se faziam escravos, coisa inútil para êles, e os vencidos eram sacrificados e não raro comidos pelos vencedores.

Seja como fôr, é fato, que mesmo entre êsses povos selvagens, surge a constituição de classes sociais, ainda que reduzida à fórmula simples do sacerdócio, ou poder espiritual e a sociedade humana esboça sua organização, condição essencial à vida coletiva ou em comum.

(*) *História Universal*.

O MUNDO OCIDENTAL

Conforme uma hipótese muito estimulante, no dizer de H. G. Wells, a bacia do Mediterrâneo há mais de dez mil anos constituia-se de dois grandes lagos, onde vinham desaguar o Nilo, um rio da bacia do atual Adriático, outro correspondente à bacia do mar Egeu e possivelmente um correspondente ao mar Vermelho. Êsses dois lagos se comunicavam por um estreito canal e, por intermédio do ocidental, com o oceano.

Nas terras paradisíacas dessa imensa bacia, começava a desenvolver-se uma civilização humana quando a invasão violenta das águas do Oceano, enormemente acrescidas pelo degelo do término da era glacial, foi invadindo todo enorme recôncavo em que se abrigava essa humanidade nascente. Toda bacia é invadida pelas águas crescentes que vão cobrindo sem cessar colinas e montes, destruindo habitações e submergindo tudo que aí existe. Os homens perecem em grande parte, mas alguns conseguem escapar para as terras marginais ou para as partes mais altas das que hoje são as numerosas ilhas do Mediterrâneo. «E foi essa imensa catástrofe, ocorrida muito antes da aurora da história, que lançou, talvez para sempre, um veu d'água sobre as mais fascinantes cenas primitivas do drama da associação humana» (*).

Mas essa civilização é já o produto da evolução do homem, surgido em eras geológicas mais antigas, do homem neolítico mais velho cerca de 8 ou 10.000.

Êsse homem deve ter possuído uma *linguagem* qualquer, de representação onomatopaica, de sinais, sucedida a mais antiga donde vão surgir as línguas arianas a que nos referimos, e ainda outras com raízes e gramáticas diferentes, tais como o hebraico, o árabe, o abexim, o antigo assírio, derivados do *semítico*; afora, as chinesas e muitas mais, faladas pelos diversos povos que habitam desde eras ignotas as diversas regiões da Terra, como assinalam diversos autores.

Certas das civilizações surgidas nas diversas regiões da Terra atingiam elevado grau de desenvolvimento, enquanto outras permaneciam mais ou menos paralisadas.

De todas elas a *chinesa* e as que desenvolveram no mundo Mediterrâneo foram as que mais alto grau atingiram, mas estas, sabe-se hoje, foram sendo submergidas não só pelas catástrofes geológicas, mas também pelas avalanches humanas, precipitadas sucessivamente sobre os povos da bacia de clima ameno e condições gerais paradisíacas.

(*) H. G. Wells — Tradução de Anísio Teixeira — Ed. Nac. — São Paulo.

Os povos transbordantes por seu crescimento, ou lançados a procura de melhores condições de vida, foram se deslocando e formando sucessivas ondas migratórias. Destas, a dos *arianos*, cujas origens se colocam na região das planícies urálicas, formam duas grandes correntes uma que se encaminha para a Ásia indo povoar a Índia e outra para a Europa, formando destarte as raças indo-européias.

Embora originárias de um mesmo tronco, adquiriram no decorrer de sua evolução, naturalmente influenciadas pelos fatores geográficos e pelos povos que submergiram, tendências civilizadoras diferentes e graus de cultura diversos. Em dado momento da história essas duas correntes se chocam na região da Grécia — Ásia Menor. Uma, é formada pela civilização ocidental nascente. Outra vem marcada de características asiáticas e se desenvolveu às margens sul do Mar Negro e nas altas terras da Pérsia. Antes porém, já as de origem puramente asiática, a nascida do Eufrates-Tigre, que originaria os fenícios e invadiria o Egito, estendera seus domínios pela margem sul do Mediterrâneo enquanto que a que se estabelecia em terras da Grécia, substituindo a dos povos primitivos que aí floresciam, estendiam-se para as bordas do mar Egeu, da própria Ásia e o Mar Negro, avançando para o Ocidente pelo Norte do Mediterrâneo. Essas duas civilizações se encontram de novo na região da Itália, na Sicília e no Sul da França. Prevalece a helênica. Mas êsse fenômeno continua através dos séculos, e permanece até hoje, sob formas diversas, muito embora haja ainda manifestações do mesmo espírito e das mesmas causas fundamentais, senão exatamente, ao menos, de ordem fundamentalmente a mesma.

As modificações de forma parecem resultar, de um lado, do aumento da população e diminuição dos espaços ocupados do globo; de outro, dos recursos mais amplos da civilização ou das novas condições da existência de cada povo, de todos os povos.

É o fato que apenas nos contentamos de assinalar. A nós interessa focalizar a idéia de que todo êsse movimento resulta ou importa *em guerra* e que esta se apresenta de modo diferente em cada fase ou época da vida da humanidade.

CIÊNCIA, INDÚSTRIA E GUERRA

Os meios que o homem cria para aumentar seu bem estar, notadamente os que lhe dão mais força ou segurança, são naturalmente aquêles que êle vai utilizar para se fazer mais forte na guerra, a fim de dominar ou tentar dominar os outros.

A corrente asiática é vencida. A Grécia barra-lhe a passagem. Mais tarde, no ocidente, os romanos destroem os seus últimos elementos de força remanescentes e ressurgentes em Cartago.

Mais tarde Roma transborda do Mediterrâneo e leva sua civilização às costas do Atlântico e do Mar do Norte. Nessa expansão choca-se com novas correntes vindas de Leste e do Norte que se acumulam sobre suas bordas no Reno e no Danúbio, as quais acabam por invadi-la, transbordando-a.

Decompõe-se, e de mistura com as influências novas, dá origem ao surto de uma nova civilização, civilização que vai se estender ainda mais para Oeste nos séculos XV e XVI e que tende ansiosa por voltar ao Oriente, desde que Marco Polo, narra e divulga as maravilhas com que aí deparou, despertando o interesse pela cultura e sobretudo a cobiça dos ocidentais.

Essa é uma etapa da vida da humanidade, ou melhor da parte da humanidade, a que pertencemos, em que assentam os fundamentos do que chamamos a civilização ocidental a qual dura há cerca de 3.000.

Nessa fase, a *guerra* foi o elemento decisivo da evolução e nela três homens assumem, como homens de guerra ou chefes de estado papel proeminente — *Alexandre, Anibal e César*.

A *guerra* foi, nessa fase da história da humanidade, de fato, processo civilizador. Serviu de estímulo aos progressos, faculdade que conservou através dos séculos em relação aos aspectos materiais e à indústria. Também foi útil aos progressos intelectuais e morais de então. Hoje, porém, a êsse respeito, tornou-se inoperante e é mesmo incontestavelmente prejudicial, por isso que requer como base o cultivo do ódio e exige práticas que não exaltam os mais elevados sentimentos humanos.

Seja, porém, como fôr o que nos interessa constatar aqui é que ela é em si, mesmo naquelas épocas de antanho, mera função reflexa da vida e não uma função característica dessa mesma vida dos homens e das sociedades.

Em tais condições revela, por sua morfologia, por seus processos, por suas finalidades e por suas conseqüências, o processo da civilização operante e se transforma através dos séculos, conforme as próprias realizações práticas.

As transformações que sofre através das idades, nunca lhe modificam a essência e hoje, como nos tempos homéricos, podem se reconhecer na sua morfologia os mesmos princípios ou elementos essenciais ou diretores. Verificar-se-á, porém, uma amplificação incessante dos meios que emprega e processos de os aplicar ou, equivale dizer, nos recursos para aumentar o potencial intrínseco da força, nos meios suscetíveis de proporcionar a êsse potencial o maior rendimento.

Em regra, as realizações, concernentes ao primeiro aspecto não cabem aos homens de guerra propriamente ditos, mas aos sábios e aos industriais ou práticos. A eles correspondem, porém, os progressos em relação aos últimos elementos formadores da maior força guerreira.

Não é difícil deduzir daí que as transformações da guerra, no início dos tempos conhecidos, se processem com uma lentidão muito maior que nos tempos mais modernos, pois isso depende das realizações industriais, elas mesmas resultantes dos conhecimentos científicos.

Entre os períodos relativos às descobertas e aplicações práticas dos novos conhecimentos que modificam largamente a estrutura aparente dos exércitos e de todo mecanismo das guerras, há por certo modificações correlatas aos aperfeiçoamentos das armas e dos métodos de as empregar com suas reações sobre a maneira de as combinar no quadro de uma organização.

Assim, é extremamente lenta a evolução da guerra nos tempos gregos. Somente a partir do século V a.c., após a invenção do aço, que permitiu fabricar armas mais consistentes e armaduras mais sólidas e mais leves, é que as forças bélicas começam, a bem dizer, a se diferenciar em armas com aptidões diversas para o combate. Até aí, porém, o conhecimento do bronze e do ferro havia já proporcionado notável acréscimo de força aos combatentes.

Os guerreiros gregos se formam ou organizam para a luta em massas compactas, mais ou menos profundas e largas. Seus exércitos compreendem essencialmente *hoplitas*, que é o elemento de força e *peltastes*, que é o de manobra, menos pesadamente armados. Com Felipe, possuem uma cavalaria organizada.

Nessa época, porém, já a guerra se beneficiava dos progressos da ciência e da indústria, notadamente dos trabalhos de Tales, que viveu no século VII a.c., fazendo avançar os conhecimentos da matemática e da astronomia e inaugurando o ensino no mundo grego. Beneficiava-se também sem dúvida, da teoria dos números de Pitágoras, que viveu no século VI, de sua aritmética e da sua geometria. Não lhe fôra estranho ou inútil a fundação da medicina por Hipócrates, no século V.

Quando Felipe da Macedônia dá nova feição às forças militares e Alexandre as aplica, com genialidade, no século III a.c. já eram conhecidos os trabalhos de Euclides na geometria.

Mas é notadamente Arquimedes, ainda nos fins desse século III, com suas descobertas e aplicações da alavanca, da hidrostática, dos espelhos, do parafuso sem fim, etc., que nos dá o primeiro exemplo da correlação estreita que existe entre a guerra, a ciência e as indústrias, na luta entre Siracusa, sua terra natal, e

Roma. Siracusa resiste dois anos em virtude da genialidade de Arquimedes aplicada em sua defesa.

Mas desde Tales e Pitágoras, e ainda muitos outros que foram construindo o pensamento grego, nota-se a incorporação de conhecimentos de idades mais retardadas e de origem oriental. Êles mesmos eram gregos, filhos da Ásia e em regra viajados pelo mundo onde ainda existiam as velhas civilizações do Eufrates e do Nilo, cujo saber assimilavam.

É notável, digno de atenção, a universalidade do espírito grego, seu enciclopedismo que, ao par da filosofia, da arte, das ciências, entre as quais a medicina, não excluía a arte militar. O sábio grego, o intelectual grego, não desdenhava os conhecimentos relativos à guerra. Esta era por êles conhecida e estudada, como todos os outros fenômenos. Xenofonte dá bom exemplo a êsse respeito, exemplo que muito nos daria a lucrar hoje se fôsse seguido pelos intelectuais hodiernos. Êstes desdenham a guerra, condenam-na em sua grande maioria. Não se preocupam com ela. Desconhecem-na. Que valor tem o combate que lhe movem? Quem sabe não está nesse fato uma das causas porque a *paz*, que êles liricamente exaltam e tanto afetam desejar, não se impôs ainda?

Mas continuemos. Seja como fôr, *depois da descoberta do aço*, o elemento novo que mais vem influir na fisionomia da guerra, modificar a técnica das batalhas, o qual se não é uma criação do espírito inventivo do homem, mostra sua capacidade de utilização dos elementos da natureza para o desenvolvimento de sua força militar, é a utilização do *cavalo como arma de guerra*.

É no século III a. c. com os orientais, os macedônios e os cartagineses que a cavalaria — diz o Coronel Menu — *entra a galope na história*.

No entanto, nessa época já, há mais de século, Xenofonte havia escrito suas obras, entre as quais, a *equitação* e o *comandante de cavalaria*, a *anabase* e a *ciropedia*, que em seu conjunto formam uma verdadeira arte militar. A equitação e o comandante de cavalaria, ainda hoje, são obras perfeitamente utilizáveis e delas, como das outras, devem ter-se servido Felipe e Alexandre.

A utilização do cavalo cria uma arma nova — cuja essência reside na utilização da mobilidade, da facilidade e rapidez dos deslocamentos. Daí em diante a mobilidade passa a adquirir na *técnica da guerra* uma importância cada vez maior e o engenho humano não descança de preocupar-se com os meios de a desenvolver.

É a essa *mobilidade* que Alexandre e Anibal vão dever seus êxitos estupendos. A cavalaria é para êles uma arma de ataque,

que permite ferir o inimigo rapidamente, em seus pontos fracos : os flancos e as retaguardas. Os guerreiros germânicos, que mais tarde se vão chocar com as hostes romanas nas terras gaulesas, têm nela sua força principal.

Desde que surge, porém, nos teatros de guerra essa nova arma ofensiva, provoca e estimula a pesquisa dos meios de defesa, de a neutralizar. Crescem em consequência as armas de jato. Nos exércitos de César, as formações de arqueiros e fundeiros, chegam às vezes a se constituir de elementos mais numerosos que os das legiões.

O princípio, porém, do emprêgo das armas de jato nada mais é que a aplicação do mesmo princípio da luta que vem consignado nos cantos de Homero : o *enfraquecimento prévio do adversário*, como regista o General Boucher em sua *L'art de Vaincre*. É o mesmo que dita a *gritaria* dos guerreiros antigos e dos selvagens para abater, diminuir as forças do adversário antes da abordagem. É o mesmo resultado que hoje se procura obter pelas lutas da propaganda, pelos efeitos do fogo à distância, pelos bombardeios aéreos das posições ocupadas pelo inimigo, de suas instalações da retaguarda do campo de batalha e do interior.

A essência da guerra é sempre a mesma...

A êsses efeitos dissolventes da força adversa opõem-se contra medidas...

Logo a cavalaria, para se proteger contra as flechas e outros projéteis, cobre-se de *courças* e *cotas de malha*...

Embora, porém, constituindo um *elemento novo*, sua mobilidade é ainda muito restrita e a cavalaria tem suas aplicações limitadas. Os cavaleiros não podem evoluir com facilidade e somente podem utilizar certas armas como a lança com que se vão chocar com as massas da infantaria adversa.

No século III de nossa era — aparecem as *selas* e os *estribos* — consequência dos progressos das ciências e das indústrias. O domínio do homem sobre o cavalo torna-se a bem dizer completo. Pode manejá-lo com facilidade e utilizar outras armas além da lança. A mobilidade da cavalaria aumenta. Torna-se mais *flexível* e pode *evoluir*. Defende-se melhor das armas de jato porque evolui no terreno e ataca melhor porque *manobra* procurando os pontos fracos da infantaria para ferí-la.

No século V a infantaria já não é a principal arma dos exércitos. Trocara de lugar com a cavalaria. Esta, em vez de ser meramente uma arma auxiliar passa a ser principal e auxiliada por aquela. A ação da infantaria se restringe a resistir para desagregar os ataques da cavalaria inimiga, facilitando dest'arte o contra ataque de sua própria cavalaria donde resulta a decisão da batalha. Nove séculos dura esta situação na guerra.

SURGE A ARMA DE FOGO

No século XII, porém, o engenho humano criara um elemento novo — a pólvora — e no seguinte a indústria utilizando-o cria as armas de fogo. Aparecem então nos campos de batalha, canhões, bombardas, etc., lançando a distância, impetuosamente, pedras lavradas e pequenas balas de chumbo.

O efeito não é muito grande, mas impõe a necessidade de maior proteção dos homens. Desenvolvem-se as couraças. Os exércitos tornam-se pesados e parecem fortalezas ambulantes.

Em consequência, a cavalaria, atingida de longe, perde a primasia nos campos de batalha e restitui à infantaria seu cetro de rainha das batalhas, que ela *nunca mais vai perder*...

É o século XIV. A cavalaria, para conciliar a *mobilidade* com a maior necessidade de proteção, diferencia-se em *pesada*, *couraçada*, e *leve*.

Não é chegada ainda a era da artilharia, muito embora esta possua canhões que pesem mais de três toneladas e lancem projéteis com duzentos quilos.

A construção dessas armas é difícil e seu manejo e transporte muito precário.

No século XV, porém, já a ciência e o desenvolvimento da indústria permitem a instalação das fundições de Luís XI e a fabricação de outros tipos de canhões mais poderosos e mais portáteis. Surge toda uma gama de armas de calibres diferentes. No século XVI aqui está como Rabelais registra o efeito produzido por essa nova arma.

«Car, plus horrible, plus espouvantable, plus diabolique, et plus de gens meurtict, casse, rompt et tue, plus estoune les sens des humains, plus murailles demolist un coup de basilié, que ne faraient cents coups de foudre...

... Imprimerie inventée par inspiration divine, come, à contrefil, l'artillerie par suggestion diabolique...»

E aí está o resultado dos progressos da indústria :

- balas de ferro, em vez de pedra;
- peças de bronze;
- munhões de peças que as adaptam aos reparos, de modo a permitir seu fácil transporte sobre êles e a pontaria mais rápida após um disparo apesar do recuo.

A *arma de fogo portátil* — cujo desenvolvimento é a princípio mais lento do que o da artilharia é outro elemento que vem contribuir para as transformações da guerra. Processa-se lentamente, mas já no século XVI permite a infantaria, desde que se

forme em seis a quatro fileiras, fazer no combate — um *fogo continuo*.

Esse *fogo continuo*, o fato novo da guerra, que resulta da judiciosa aplicação que os chefes militares fazem dos progressos da ciência e das aplicações das indústrias — transforma mais profundamente a fisionomia das batalhas que a própria artilharia de então.

Os franceses, holandeses e suecos, no início, e, mais tarde, os prussianos, com Frederico II — tiram dêsse fato o maior partido.

O efeito dêsse *fogo continuo* é tal que a lança desaparece das mãos do infante no século XVII, notadamente depois que se tornou possível fazer um *tiro* mais rápido e com isso reduzir a profundidade das massas da infantaria. No tempo de Frederico a infantaria não forma mais de três fileiras.

O resultado das batalhas é *conseguido ainda* pela luta corpo a corpo, pelo ataque a *baioneta*, outra invenção dêsse século XVIII. — que permitiu pôr de lado definitivamente a lança da infantaria, simplificando a organização desta, mas, diz Frederico em 1758:

«attaquer l'ennemi sans s'être procuré l'avantage d'un feu superieur ou au moins égal, c'est se vouloir battre contre une troupe armée, avec des hommes qui n'ont que des bâtons blancs; et cela est impossible».

E dez anos mais tarde, 1768 :

«*Les batailles se gagnent par la superiorité du feu*».

Êstes efeitos, produzidos na guerra, pelos consideráveis progressos da ciência cada vez mais amplos e acelerados a partir do século XVII e notadamente acentuados no século XVIII, vão continuar a promover transformações radicais de sua morfologia, cada vez mais amplas, generalizadas em todos os seus aspectos, quando os progressos dos conhecimentos científicos somam-se aos da filosofia e promovem modificações profundas nas concepções humanas da natureza, nos fundamentos da vida social e nos elementos básicos da própria estrutura social. Ao estado de compreensão da sociedade por interpretações positivas dos fenômenos sócio-morais, possíveis em virtude mesmo do melhor conhecimento dos fenômenos matemáticos, astronômicos, físicos, químicos e biológicos, juntam-se a conquista de novos meios e de instrumentos promovidos por uma indústria de capacidade de produção crescente. Desde que os conhecimentos teóricos tomam vulto, logo, se lhes segue o desenvolvimento da ação prática correspondente. Modificam-se o sistema da vida do homem e a estrutura das so-

ciedades, conforme suas novas concepções do meio em que vive e suas maiores possibilidades de reação.

A morfologia da guerra acompanha necessariamente esse desenvolvimento e vai aproveitando das possibilidades novas da ciência e das indústrias.

No século XVIII e XIX — é caracterizada de modo definitivo pela *importância da potência do fogo* — tornada incontestável ou indiscutível. Mas num e noutro — a *mobilidade* não diminuiu de importância. Assim como o fato novo que é o *fogo*, reagiu sobre a *organização* também a *mobilidade*, que em grande parte depende desta, promove nela reações consideráveis.

Os exércitos precisam vencer pela combinação do *fogo* e do *movimento*, combinação que é a base dos êxitos de Frederico, e a qual, levada ao mais alto grau, vai fundamentar todo o sistema de guerra de Napoleão. Mas essas modificações da guerra não se limitam ao aspecto ofensivo. Com o acréscimo da potência das armas, também se desenvolvem os meios de proteção contra seus efeitos, entre os quais toma vulto o que se chamou a arte da fortificação que no século XVIII, atinge seu mais alto grau com o iminente *Vauban*. É a eterna luta do canhão e da couraça, mas luta que a história nos mostra ser verdadeiramente eterna, muito anterior ao momento em que tal fato foi denunciado pela fórmula citada.

No século XVIII havia se dado uma profunda modificação na vida da humanidade, que Mme. de Staël regista, assim: «L'établissement des troupes de ligne et l'invention de l'artillerie changèrent tout à fait l'ordre social; il s'introduit une espèce de force abstraite qu'on nomme état ou nation; mais les individus perdirent graduellement tout leur importance» (*).

A partir desse século — com a *preponderância do fogo nos combates* — isto é, do poder de destruição a distância e a maior importância da *mobilidade* — tomara foros de elemento distinto na composição da força militar a *técnica* do conhecimento militar profissional.

A precisão e rapidez do tiro da infantaria prussiana e sua excepcional capacidade de marchar e evoluir, produtos de uma instrução profissional apurada, foram o instrumento que permitiu a Frederico realizar suas campanhas e manobras excepcionais. Todavia, essa técnica militar, que constitui, por certo, um dos títulos de recomendação da capacidade desse grande capitão, não atingiu desenvolvimento ainda correspondente à sua genialidade e se mostra aquém de suas concepções *hardis*.

O próprio sistema de guerra de Frederico é falho. Contém lacunas, tais como as concernentes ao emprêgo da cavalaria que

(*) De d'Allemagne.

somente vão desaparecer com Napoleão, que emprega ainda uma *arma nova*, o homem da *Revolução*, o espírito nacional.

SURGE A INDÚSTRIA MAQUINOFATORA

No decorrer do século XIX — as descobertas realizadas no anterior — ampliadas em sua aplicação por processos práticos de acentuado rendimento, acrescidas de novas, inúmeras outras, notadamente os relacionados com a máquina a vapor, modificam a estrutura das sociedades e do mundo. O elemento básico da economia, deixa de ser agrícola para ser industrial. Surge a produção em série. As empresas, mesmo se científicas se vão tornando, mais e mais, coletivas.

A guerra a seu turno mais uma vez se modifica, empregando tudo que serve para crescer a *potência de fogo e a mobilidade*.

Mas esses acréscimos se fazem para a primeira, com o aumento dos alcances, do poder destruidor, da continuidade do fogo em largura, em profundidade e em duração; para a segunda, com a *obtenção* de velocidades de deslocamento crescentes, maior *raio de ação* dos diversos elementos e possibilidade de *utilização de maiores efetivos*.

A máquina a vapor, o telégrafo, as armas raiadas, as pólvoras químicas, o motor a explosão, o telégrafo sem fio, a indústria do frio e das conservas, os novos métodos de produção, o cimento armado etc., etc., são recursos que permitem aumentar a *potência e a mobilidade* ampliando, em todos os sentidos o quadro da guerra. Estas ampliações do quadro da guerra vão exigindo o aperfeiçoamento das técnicas militares para por meio da organização e da instrução obter os maiores rendimentos. O indivíduo só vale pela qualidade do grupo a que pertence.

Há uma rápida e constante modificação dos processos táticos ou de ação, fato que Napoleão assinalava, dar-se por decênios, sem que no entanto lhe fôsse possível imaginar, há século e meio passados os aspectos atuais do mundo, em virtude das criações da *técnica industrial*.

Essa *técnica industrial*, porém, não se limitou a exercer efeitos reflexos sobre a tática, como constata o grande cabo de guerra, com o progresso, passou a figurar como *arma*, se não das forças combatentes ao menos dos generais em chefe. A *estratégia* que havia já sofrido tôdas as reações resultantes da criação da via férrea, passou a ser influenciada diretamente pelas novas necessidades a satisfazer para a obtenção das da força necessária. Esse fato, a influência preponderante das condições técnicas da guerra no resultado das lutas, impondo objetivos e manobras estratégicas

é o que assinala Ludendorff, conforme a citação do Coronel Menu (*).

«A dieta de petróleo ameaçava levar os Impérios Centrais à derrota completa. O solo da Rumânia continha petróleo. Era preciso conquistá-la custasse o que custasse».

No decorrer de tôdas estas transformações, enquanto a guerra vai se beneficiando dos progressos da indústria, vai paralelamente sentindo necessidades daí decorrentes e por isso pedindo novas realizações. Promove pesquisas científicas e invenções que aumentem a potência da destruição, a velocidade dos deslocamentos, as possibilidades em suma de dominar o adversário, a capacidade de atuar sobre o moral coletivo e individual. A luta entre o *poder do ataque* e a possibilidade de a êle resistir, é incessante e exige novos meios. Quem se retardar um pouco, corre risco de ser destruído irremediavelmente.

Resulta daí a impressão de que ela ainda é útil a humanidade como o foi outrora. Não se pode negar que estimula os progressos materiais, do que nenhum exemplo é mais eloqüente que o desenvolvimento, por exemplo, das construções navais e notadamente de tudo que diz respeito as comunicações aéreas depois de 1918 e notadamente depois de 1940, por efeito das duas grandes guerras mundiais. Mas, a rapidez com que se processam as novas invenções e descobertas, sem dar tempo à sociedade para se acomodar, exerce ação revolucionária e, portanto, perturbadora. Ademais, o desenvolvimento da *moralidade humana*, como a normalidade dos progressos sociais, é evidentemente prejudicado por ela, na era atual. Não mais os estimula como outrora. Retarda-os. Sua condenação, por isso, parece necessária e sua eliminação irremediável. Mas até lá há, por certo, muito ainda que progredir, embora a crença geral de sua desnecessidade aumente dia a dia e sua condenação se faça cada vez mais evidente.

UTILIDADE ATUAL DO ESTUDO DA GUERRA

Parece-nos que o estudo da guerra em seus elementos essenciais e notadamente o de suas transformações no quadro geral da civilização, através das diversas idades, pondo-se em evidência a correlação entre sua morfologia e as conquistas realizadas pelos progressos dos conhecimentos científicos e da capacidade industrial do homem virá contribuir para um melhor conhecimento da realidade da situação atual.

Uma tal correlação, procuraremos estabelecer num *quadro geral* que resume os fatos principais das indústrias e das guerras

(*) Cours d'Applications de l'Industrie à la Guerre — E. S. de Guerre — Paris — 1930.

e os aspectos desta nas diversas épocas, discernindo-os em torno da atuação dos chefes militares iminentes. Destarte, supomos contribuir para divulgar entre nós aspectos de cultura, de que jamais cogitamos atentamente no Brasil e dos quais, dado que a *guerra atual*, mais do que antes produz efeitos gerais, a ninguém é lícito ignorar, notadamente se exerce função cultural ou política.

Através das modificações operadas no decorrer dos tempos, havemos de notar quanto ela — a guerra — permanece imutável, sempre regida pelas mesmas leis gerais. Dos tempos homéricos, em que os deuses, para suprirem deficiências sentidas pelos homens, desciam do Olimpo e se vinham imiscuir nas suas querelas, aos de hoje, em que êsses deuses são a ciência e a indústria, que diferenças há?

O aperfeiçoamento dos processos de lutar, utilizando novos recursos não modifica a essência do problema. Condiciona-o diversamente apenas.

Se reduzirmos aos seus elementos essenciais o que se passa nas nossas atuais guerras mundiais reconhecemos sua perfeita identidade com os das outras guerras tôdas.

Há, porém, uma enorme diferença. O fenômeno em si tornou-se muitíssimo mais complexo de modo que se torna muitíssimo mais difícil discernir êsses elementos essenciais contemplando o quadro de uma guerra moderna que o de tempos mais antigos, muito mais simples, reduzida a êsses mesmos elementos essenciais ou quase.

Parece que nenhum outro melhor recurso se oferece ao espírito para compreender-se isso que o exame das transformações da guerra em presença das razões dessas transformações. É o que vamos tentar realizar.

Não fazemos aqui obra de historiador, nem obra de sociólogo. Divulgaremos uma idéia que, valha o que valer, nos parece legítima por honesta.

Reuniremos apenas, numa exposição por certo deficiente, conhecimentos diversos, mais ou menos assinalados, que surgem de uma contemplação conjunta da guerra e da civilização.

Adotaremos como critério a consideração moderna de que a guerra é *instrumento da política*, e a de que sua fisionomia, porém, se transforma através dos tempos conforme a evolução da civilização. Consideraremos também que uma e outra se caracterizam por um contínuo desdobramento de órgãos diversos, conforme uma necessária diferenciação de funções.

Enquanto a política e a guerra se confundem, ou melhor, enquanto esta é o fato predominante da política, o chefe militar é necessariamente chefe político. Depois ambas as funções tendem

a se diferenciar com as exigências do progresso, separando-se cada vez mais nitidamente as do político das do militar. Nas nações em crise, ou naquelas em que a evolução se retarda volta a crescer a importância política dos chefes militares.

A maneira por que êstes se comportarem em face das condições próprias à sua época, não pode ser estranha na apreciação das qualidades máximas que lhes são próprias.

«Se pudermos vê-los bem — parodiamos Carlyle ao falar dos seus heróis — vislumbraremos alguns traços de luz sôbre a medula mesma da história da guerra».

A tarefa que nos propusemos será levada a efeito em duas grandes etapas :

— uma, em que passaremos em revista a guerra antiga, desde os tempos da Grécia antiga até o fim do século XVIII;

— outra, quando em virtude, da maquinofatura, a civilização toma uma fisionomia inteiramente nova.

1ª PARTE

A GUERRA ANTES DA PÓLVORA

(Alexandre, Anibal, Cesar)

GRÉCIA

PREÂMBULOS

Grécia e Roma, formam as origens de nossa civilização e dominaram-na até há pouco por completo, não obstante as interferências de outros povos de formação diversa no decorrer da fase de decomposição do império romano, de que surgiu a Idade Média (*). Nossas instituições, há menos de um século, eram ainda tôdas caracteristicamente romanas e de fundamento espiritual grego.

Sòmente, depois que se operam as recentes transformações, em virtude do enorme desenvolvimento dos conhecimentos científicos, foi que surgiu uma estrutura nova para a sociedade humana aliás ainda inacabada. Todavia, do ponto de vista intelectual, filosófico ou artístico, nenhuma revolta se estabelece contra a sabedoria herdada da Grécia. Há evolução.

A arte moderna parece, porém, interessada em incorporar às suas heranças gregas, tradições ainda mais antigas, quer da civilização mediterrânea quer das asiáticas, e, a par disso, desesperada por não poder pre-estabelecer com segurança sua forma definitiva para o futuro.

Nos séculos a partir do XVI com o maior conhecimento dos povos asiáticos adquiridos depois das viagens de Marco Polo, das grandes navegações, notadamente depois das missões jesuíticas, e depois que se deu a redescoberta dos livros mestres da intelectualidade indu, constatarem-se coincidências mentais notáveis com as próprias aquisições da civilização ocidental. O ocidente verificou a existência de idéias desenvolvidas fora da ecologia me-

(*) *Les Origines* — Funch Brentano.

diterrânea, dando soluções fundamentais da mesma natureza para os problemas sociais e visando o mesmo objetivo da felicidade humana. É como que a constatação da unidade intrínseca da humanidade, amarrada as mesmas origens cósmicas e aos mesmos destinos.

Todavia, até há pouco, as civilizações asiáticas pareciam estáticas, como que estagnadas, e aquêles povos como que incapazes de evolução. Faltava-lhes a propulsão dos conhecimentos científicos que levou o Ocidente às realizações industriais. Por que êsse fenômeno? Por que, enquanto sob certos pontos de vista sociais e morais, a evolução atinge resultados análogos e até mesmo mais completos no oriente, não alcança no tocante a cultura científica resultados comparáveis aos do Ocidente? E isso, não obstante, não se poder negar grande capacidade intelectual aos elementos exponenciais daqueles povos? Não nos cabe responder a tais questões. Escapa à nossa alçada. Podemos, no entanto, dizer que a resposta está no meio físico.

Interessa-nos, porém, constatar que, no tocante ao desenvolvimento das instituições guerreiras dá-se fenômeno idêntico. Os princípios fundamentais das instituições militares e dos métodos de ação na guerra, são fundamentalmente os mesmos, tanto no Oriente como no Ocidente, há milênios passados. As diferenças que se estabeleceram no decorrer dos tempos são análogas às dos respectivos estados de civilização. A guerra evoluiu no Ocidente e ficou paralisada no Oriente até que a civilização Ocidental levou para lá os seus recursos e costumes e os foi impondo. Os resultados de uma tal ação, embora só recentemente comecem a se manifestar, denunciam serem tais povos capazes de progressos industriais análogos aos dos ocidentais e mesmo de aperfeiçoamento. Com isso também evidenciam análoga capacidade militar.

Do nosso ponto de vista porém, o que mais interessa é a civilização ocidental e a guerra no Ocidente, porque mais amplamente evoluídas.

AS ORIGENS E A EVOLUÇÃO DA GRÉCIA

A ALMA HELÊNICA

Os poemas de Homero, a *Iliada* e a *Odisseia*, revelam-nos a existência de Troia e aspectos das lutas com a *Ásia*. Ambas, porém, têm mais valor como repositório das modalidades da vida da *Helade*, desde que submersa a civilização cretense, surge uma nova vida nos amenos recôncavos do mar *Egeu*.

Sabe-se assim que na época que Homero canta : «o patriarca tornara-se sacerdote e rei de sua tribo, chefe nos conselhos e na guerra, origem e distribuidor da justiça».

Esse patriarca vive na casa herdada de seus antepassados e cuida de seus rebanhos e domínios. A arte e o comércio são quase exclusivamente de origem estrangeira, devidos aos fenícios. A literatura é desconhecida. A moral reduz-se à admiração pela bravura guerreira, pela habilidade dos conselheiros, à liberalidade e respeito pela hospedagem, à fidelidade na amizade, a constância da espôsa; a par da reprovação da covardia, da malidicência, da traição, da cupidez e da arrogância. Não é, porém, divulgada por princípios ou regras de conduta, mas por fatos postos em evidência. É divulgada, sem codificação.

A teologia estabelece os laços que ligam esse passado e o presente à posteridade. Mas representa, em comparação, com estados mais antigos da civilização de existência hoje verificada, uma nova fase no progredir do espírito humano. Os antigos deuses fetiches, são substituídos por elementos mais abstratos. Os homens já não admiram, temem e respeitam o sol, a terra, o mar etc.; mas Júpiter, Apolo, Afrodite, Hereu etc., divindades de representação humana, perfeita, ideal, homens sublimizados, mas de funções ou aptidões especializadas na vida da sociedade e existindo conforme uma hierarquia bem determinada. São homens dotados de qualidades excepcionais, de gênio e dos poderes que este é capaz de dar, perfeitos em face do que a sociedade helênica considera essencial na vida : a beleza, a força e a sabedoria. Intervêm miraculosamente nos fatos da vida humana. Homero, ao fazer menção dessas manifestações dos deuses conforme as simpatias que têm ou os partidos que tomam nas disputas dos mortais, não raro se combatendo uns aos outros, não deforma a essência lógica dos referidos acontecimentos, o que dá aos seus poemas um alto valor histórico. E esse valor resulta mais do papel representado pelas criações do espírito de Homero para a formação da unidade grega que do conhecimento que nos dá do longínquo passado. Homero viveu um milênio antes de nossa era, mas seus poemas foram talvez o mais forte laço de união entre os gregos, mais que Salamina e Maratona. É a carta de unidade grega, diz um comentador de Homero, pois todos o sabiam de cor e seu ideal religioso ou moral dominou todos os povos da Helade. E mais ainda dominam por completo a mentalidade do mundo antigo até Roma e estendem sua influência até a idade moderna, através de Virgílio.

O CORPO DA GRÉCIA

A Europa se termina ao sul por três grandes penínsulas, a Balcânica, a Itália e a Ibérica, tôdas teatro principal de acontecimentos de suma importância. Essas penínsulas marcam etapas bem determinadas no desenvolvimento da civilização mediterrânea em sua marcha para o Ocidente. São os teatros principais dos choques entre a civilização européia e a asiática, nas diversas épocas da história. É através dos Bálcans que avançam os gregos, mas é por êles que após a decomposição do império romano os turcos invadem a Europa. É na Itália que se chocam os gregos e depois os romanos com os fenícios ou cartagineses. É pela Espanha que os árabes veem se chocar com os povos cristãos herdeiros da civilização romana, após cêrca de um milênio a penetração de Aníbal.

A parte sul da província balcânica, a Grécia pròpriamente dita, era habitada por uma raça de homens fortes e progressistas, quando as grandes migrações do Norte, seguindo a linha dos Alpes Dináricos ou transpondo o Danúbio, aí penetraram. Eram populações *arianas* que se encontravam com populações de origem asiática. Elas se amalgamam com o correr do tempo. Os invasores são povos que falam uma mesma língua geral com certas variações ou dialetos particulares. Não se apresentam em massas conquistadoras. Veem em vagas sucessivas. Os últimos que chegam são os macedônios e os frigios. Ficam instalados na parte norte da península ou se estendem mais a leste.

Desde que se instalam na Grécia vão dominando os seus primitivos habitantes e como que os substituindo. Não mostram a fúria destruidora dos invasores de território ocupado por inimigos.

Os que atingem as partes sul da península, os jônicos, os dáricos e os eólicos entrando em contato com o mar, não tardam em conquistar tôdas as terras do mar Egeu onde encontram a florescente civilização Cretense. Os outros, os últimos chegados, se instalam ao N., na Macedônia, longe do mar. Não logram desde logo o mesmo desenvolvimento que os que os precederam.

Todo mar Egeu é dominado por êsses povos. Em Creta e e nas costas da Ásia, fundam numerosas colônias e cidades. Penetram também pelo Bósforo no Mar Negro e vão instalar-se nas suas margens, ao sul da Rússia. Não tardam também em lançar-se depois para o O. indo encontrar-se de novo com povos asiáticos, os de origem fenícia, na Sicília, ao Sul da Itália e até da França onde fundam colônias (Marselha, outrora colônia fenícia).

A EVOLUÇÃO DA GRÉCIA

Essa expansão rápida pelo mar não é uma condição racial. É uma tendência criada pela geografia (*). Resultou das facilidades à navegação que o mar Egeu oferecia, do riquíssimo recorte das costas, da enorme quantidade de ilhas de variados tamanhos que se ofereciam espontaneamente como uma promessa de vida fácil a populações que se comprimiam nos vales cavados, profundos e encaixados, da montanhosa península helênica.

E aí está uma outra condição geográfica que vai influir de modo preponderante no evoluir do conjunto da Grécia. As populações que se formaram nesses vales, separadas umas das outras por elevadas montanhas de difícil acesso, crescem ciosas de sua autonomia, orgulhosas de suas próprias realizações, vaidosas de sua liberdade. Embora oriundos de uma só raça, tendo uma língua comum, êsses povos vivem separados uns dos outros e em freqüentes lutas que os impedem de formar uma unidade política.

No entanto, as formas bem desenhadas e as arestas vivas das montanhas, a regularidade dos grandes picos sempre iluminados pelo sol, um céu sempre azul e profundo, inspiram nêles idéias e sentimentos que constituíram as linhas características de sua literatura e de sua arte, definidoras de seu espírito, de seu amor e admiração do belo. Não podia por certo deixar de influir nisso o clima ameno, aquecido por um sol brilhante e caracterizado por «um ar tão puro e tão transparente que parece suficiente estender o braço para tocar as montanhas mais longinquas. Transmite tão facilmente todos os sons que se houve o sisneiro das tropas que passam a uma meia légua de distância e o grito das grandes águias que se perdem na imensidade do céu» (**).

Mas se essas influências se exerciam sôbre todos os povos da Grécia, a proximidade do mar, o contato com as povoações incorporadas e com outros povos, determinava tendências e graus de desenvolvimento diferentes, a êsses povos que se guerreavam uns aos outros e evoluíam separadamente. Guerreavam-se e evoluíam separadamente mas, a sua origem comum, as tradições gloriosas dos cantos homéricos de que todos se orgulhavam e a ameaça que sôbre todos pesava, manifestada várias vêzes, vindas do lado da Ásia, levava-os a se entenderem e a se unirem de

(*) Buckle, *História da Civilização na Inglaterra*; J. Pires do Rio, *O Combustível na Civilização Universal*.

(**) *La Grece contemporaine* — Edmond Abbou, citado por G. Decoudray em sua *História do Oriente e da Grécia*.

certo modo, nos últimos t ermos de sua evolução, para a defesa dos interesses gerais.

Possuiam características comuns. A estrutura social de todos  eles resultava da incorporação dos antigos habitantes da Helade, sem abandono dos seus tradicionais hábitos arianos. Viviam formados em duas classes: nobres e não nobres, acrescida esta dos povos incorporados, que eram os trabalhadores rurais, os artífices, trabalhadores braçais, os servos ou escravos.

Fora das cidades ou estados que se criaram nos diversos compartimentos geográficos, formaram-se diversas comunidades constituídas com *refugiados* que se instalaram onde não havia populações aborígenes, em lugares afastados. Então, nessa sociedade grega, os nobres dedicavam-se ao comércio, ou eram proprietários de fazendas; os homens livres que não eram ricos, trabalhavam mediante paga e até se alugavam como remadores nas galeras. Seus costumes individuais e domésticos, suas práticas religiosas eram, porém, as mesmas.

Do contato com os asiáticos adotaram a instituição do templo que não possuiam como arianos. Mas o sacerdócio que guardava o templo, não tinha a mesma função que nas mais velhas sociedades teocráticas e era constituído pelos anc os que em sua mocidade haviam sido soldados. Serviam t b m de oráculos, aconselhando os que os consultavam sôbre a conduta a ter nos casos duvidosos ou em vista do futuro, mas acima d eles nessa função estavam os mortos sagrados para quem se apelava quando o homem velho da tribo não sabia ou não podia solucionar a questão que se lhe propunha.

Al ra o templo, nada havia entre os gregos que correspondesse aos sistemas teocr ticos orientais, nem a estrutura monárquica, nem a organização religiosa com profetas e sacerdotes representantes de um poder supremo.

Evoluiram como estados independentes, como sistemas de governos diferentes. Formaram repúblicas aristocráticas, oligarquias, democracias ou tiranias.

As populações eram pequenas e raras cidades ou estados, diz H. G. Wells, tiveram cinquenta mil habitantes. Essas proporções reduzidas dos diversos estados gregos e a separação em que viviam, apesar de suas características comuns, exaltava-lhes o sentimento patriótico, a tal ponto que adquiria a fôrça de uma paixão religiosa.

S mente as necessidades da defesa comum das cidades levava-os a se aliar sob a hegemonia de uma delas, hegemonia que foi passando de Atenas, a Sparta e a Tebas e Macedônia, no decorrer da história.

AS LUTAS COM A PÉRSIA

O ramo da raça indo-européia que prosperara engalanado com os floreios do luxo asiático representava para a civilização grega perigo de destruição, por sua força e tendência a expansão para o Ocidente.

A Pérsia empunhava o facho dessa civilização e havia atingido elevado grau de prosperidade e de força sob a direção de Dario I. Depois que venceram os medas, os domínios persas se estenderam de um lado até o Nilo e de outro até o Indus. Mas Dario sentia, além da natural tendência à expansão, certa inquietação por parte dos *Citas*, povos do sul da Rússia, que acoados pelos frios de sua terra tendiam a invadir seus domínios. Levado por essas necessidades de segurança, empreende expedições punitivas contra eles e lança-se pela península Balcânica até o Danúbio, seguindo a linha costeira do mar Negro. Mas é mal sucedido e assusta os gregos do continente europeu. Tanto mais quanto já havia incorporado ao seu império as cidades que estes haviam construído na Ásia. Infeliz nessa expedição, hostilizado embora não abertamente pelos gregos, sente que é inútil tentar empresas da natureza da que empreendera, sem tomar pé previamente na Grécia. Por isso, ao regressar à Ásia, deixa forças na Trácia, à guisa do que chamamos hoje uma cabeça de ponte, boa base de partida numa ação contra os gregos e contra os citas.

Dario, porém, parecia hesitar ou, ao menos, considerar a luta demasiado árdua e incerta. A Grécia é um terreno difícil defendido por bons soldados. Refere Decoudray :

«É como que uma armadilha de três fundos. Pode-se nela entrar e ficar prêso na Macedônia, depois na Tessalia, ou entre as Termópilas e o Istmo de Corinto. E ainda faltava conquistar a Acrópole, a cidade montanhosa do Peloponeso».

A BATALHA DE MARATONA

Na côrte, porém, de Dario viviam gregos emigrados, despeitados contra suas pátrias e que almejavam vingar-se fazendo-se seus *tiranos* com a ajuda do grande rei.

Evidentemente por influência destes, que serviram provavelmente para orientar a expedição, Dario decide-se a mandar executá-la.

A empresa parecia proveitosa. Tratava-se de conquistar primeiro Atenas e Dario levava a grande vantagem de dispor da força enorme de seu vasto e unificado império. Não era, porém,

fácil, apesar do pavor que os gregos pareciam ter dos medas, com quem não haviam ainda medido forças em recontros de importância.

O ataque foi organizado sob a forma de uma expedição marítima, talvez com a assistência do grego Hipias, filho de Pisistrato, que já havia sido *tirano* e que almejava a seu turno também fazer-se *tirano* de sua pátria. Bem preparada e conduzida, dispunha até de transportes para a cavalaria, arma com que os gregos não eram familiarizados.

O desembarque realizou-se em Maratona, pôrto próximo de Atenas. Os expedicionários, porém, não conseguem penetrar no território. Os atenienses fizeram-lhe face corajosamente. «Em marcha acelerada, conta Heródoto, foram os primeiros que suportaram de frente os trajes dos medas e os homens que os usavam, quando até êsse tempo só o nome dos medas era para os helenos um motivo de terror».

A batalha se decidiu em favor dos atenienses mais pela energia e audácia com que procederam que por sua superioridade tática, pois das narrativas que a descrevem decorre *que se travou um pouco tumultuariamente* e o seu resultado feliz, ao que parece, foi devido ao fato de haverem colhido os adversários em má situação, e porque os persas *foram surpreendidos pela coragem dos atenienses*. Não esperavam, pelas informações de seus conselheiros, os traidores gregos, que em vez de pavor pânico aos povos da Helade, lhes houvessem excitado a coragem.

O efeito, porém, mais considerável dessa tentativa asiática contra o mundo grego, foi avivar a noção do perigo comum.

Sparta, que a êsse tempo gozava de foros de maior capacidade militar, desde que teve conhecimento do perigo que ameaçava Atenas, prepara-se para correr em sua ajuda, esquecida de sua rivalidade. Chegara, tardiamente ao campo de batalha, quando a batalha estava terminada, muito embora fizessem marcha forçada, porque perdera dois dias praticando suas superstições religiosas. Quiseram, porém, os spartanos ver os cadáveres dos medas... Retiraram-se depois gabando o feito dos atenienses... Diz Herodoto: «Dos lacedemônios vieram dois mil a Atenas, depois da lua cheia, apressando-se de tal modo para chegar a tempo, que no terceiro dia depois de deixar Sparta, atingiam a Ática, e embora houvessem chegado tarde para a batalha, desejaram ainda observar os medas; e assim foram até Maratona e olharam para os corpos dos mortos, depois, então, voltaram para casa, exaltando os atenienses e o trabalho que haviam feito».

Atenas, começa a preponderar...

OS ATENIENSES SALVAM DE NOVO A GRÉCIA

A morte de Dario I, pouco após a batalha de Maratona, não importava na eliminação do perigo asiático. Continuava êste com Xerxes, seu filho, herdeiro do grande império, bem organizado, bem administrado e provido de estradas empedradas, dispondo de um sistema de correios reais (feito por estafetas a cavalo, que dispunham de postos de muda de modo a poderem, pelo revezamento deslocar-se velozmente) e de outros melhoramentos notadamente de ordem militar. Terminada a conquista do Egito e tendo certamente em conta a experiência de Maratona, prepara a fundo a sua campanha, contra a Grécia.

«Que nação da Ásia», diz Heródoto, «não atirou Xerxes contra a Helade? Que rio, a não serem os maiores, não se esgotou sorvido por suas hostes?» Algumas nações forneceram navios de guerra, transporte e construção de pontes; outras, exércitos de terra ou cavalaria.

Realizou, portanto, Xerxes o que hoje chamaríamos uma mobilização geral, no quadro da organização que Dario I dera ao Império, pela qual as províncias incorporadas não perdiam totalmente sua autonomia mas eram administradas por um *Satrapa* e ficavam obrigadas a certas contribuições, inclusive para as obras públicas e a guerra.

Atravessa o Helesponto em pontes que havia construído e servindo-se também dos transportes marítimos, invade a Grécia pela Trácia. A sua esquadra dava-lhe completo domínio do mar, por sua enorme superioridade sobre a ateniense, que a sabedoria de Temístocles soubera fazer organizar.

A massa enorme de suas forças vai levando tudo de vencida. Vai devastando os países que atravessa mais para satisfazer às necessidades de seu reabastecimento que por barbarismo ou vindicta. Tal é o impulso e o poder de suas numerosas forças que se faz inútil o sacrifício dos Spartanos. Leônidas não consegue detê-las no desfiladeiro das Termópolas, considerados inexpugnáveis.

Depois, a invasão atinge Atenas. A população foge. À esquadra acolhem-se os homens válidos para lutar. Os outros, as mulheres e as crianças, abrigam-se em Salamina. Atenas é destruída e os persas chegam à Salamina, em marcha para a Arcadia e as terras mais ocidentais da Grécia. Os gregos desesperançados de vencê-los aí, preparam-se em procurar um terreno mais favorável. Querem retirar-se para o istmo de Corinto onde juntando a ação das forças de terra e mar pensam poder resistir. Temístocles, porém, é ateniense e não se conforma com o argumento de ter sido já destruída Atenas de que lançam mão os

seus aliados, para a abandonar e mais recuar. Opõe-se. Toma a decisão de lutar, muito embora a esquadra grega, ou melhor, ateniense, seja numericamente inferior, três ou quatro vezes, a dos persas. Ajudado por Aristides, seu adversário político e que, apesar de banido, correrá a defender Atenas, bate por sua superioridade técnica naval e pela ardileza de suas combinações, o poder dos persas destruindo e afugentando sua esquadra.

Isso deixava as numerosas tropas de Xerxes em dificuldades sérias de reabastecimento e mesmo em risco de ter suas comunicações cortadas com a Ásia, pela destruição das pontes do Helesponto. Com suas forças já reduzidas pelos mortíferos combates que travara e dizimadas pelas moléstias, e a bem dizer, famintas, sem nada poder mais encontrar nos países devastados, Xerxes decide regressar à Ásia.

Não desiste, porém, definitivamente da empresa e deixa guarnições na Tessália, hostilizando ainda os gregos cerca de um ano.

Os sucessos, porém, dos atenienses animam os helênicos da Ásia. Abrem lutas por sua libertação contra o poder de Xerxes, na região de Mileto. Vencem novamente os gregos nas memoráveis batalhas de Platéia em território europeu e de Micalé em terras da Ásia.

Estava livre o mundo ocidental do perigo *asiático*. Não, porém, seguro. De uma vez por todas.

A Grécia só encontraria essa segurança se efetuasse sua unidade militar, Felipe da Macedônia realiza-a. Alexandre utiliza-a.

TRIUNFO E QUEDA DE ATENAS, SPARTA E TEBAS

Após Micalé e Platéia a Grécia usufrui longo período de paz eterna e próspera enormemente sob a hegemonia de Atenas, dirigida por Péricles, homem que realiza imensa obra civilizadora. De tal esplendor que o século em que viveu recebe na História o seu nome — *Século de Péricles*!

Tudo nela se renova. Adota um novo método de escrita que permite o desenvolvimento rápido de uma literatura rica, com um brilhantismo jamais atingido. As ciências, as artes plásticas e a filosofia, esta última notadamente, modelam-se definitivamente, tomando as formas que até hoje servem de exemplo e base de nossas atividades intelectuais.

Não consegue, porém, ainda constituir-se como *unidade política*. Há ciúmes e lutas entre cidades ou estados gregos. A democracia que domina em Atenas, debate-se com a oligarquia e a organização essencialmente militar de Sparta. E entre esses dois extremos formam-se numerosos partidos. Tudo consequência de

uma evolução espontânea no quadro de particulares e quase estanques compartimentos geográficos. Além da comunidade de origem, de uma língua geral, de glórias comuns, a unidade espiritual grega prevalecia apenas porque era sustentada ainda por costumes domésticos idênticos e pela admirável criação dos jogos públicos das olimpíadas. A influência exercida por esta admirável instituição, não se limita ao desenvolvimento da beleza plástica dos gregos, de sua força física, e de sua capacidade militar. Toma caráter religioso. Por sua generalidade e pelo aprêço em que é tida por todos os povos gregos, serve para fomentar a idéia e o sentimento da unidade de toda Helade.

A democracia de Atenas, porém, não tarda em entrar em luta com a oligarquia de Sparta, agrupando-se em torno de uma e outra dessas cidades rivais, mais ou menos ostensivamente os outros povos da Helade.

São as guerras do Peloponeso em que Sparta triunfa afinal, dando a conhecer ao mundo grego quanto mais suave era o predomínio do espirito ateniense, sobre o militar de Sparta com sua mão de ferro.

Dessas guerras resulta um fato de suma importância para o nosso estudo. É o surto de uma classe nova na Grécia, a dos soldados *profissionais*, os mercenários, gregos ávidos de lucros e de riquezas (caráter geral dos povos helênicos) que prestavam serviços militares mediante paga previamente combinada. Surgiam assim, da Sicília, das costas da Ásia Menor, massas de soldados hábeis e aguerridos, a procura de um chefe que os levasse a campanhas rendosas.

Após a morte de outro Dario, o segundo que reinava então na Pérsia, ascende ao trono Artaxerxes. A seu irmão Ciro, o jovem, coube governar os países da Ásia Menor. Mas Ciro considera-se usurpado e decide disputar o trono a seu irmão. Reune sob o pretexto de afastar a ameaça de países vizinhos de suas províncias, um exército de cem mil asiáticos. Contrata o serviço militar de treze mil mercenários gregos, os que vão dar lugar, depois de sua morte em combate, à epopéia da retirada dos dez mil.

A Anabase de Xenofonte narra a história da expedição e a retirada dos gregos após a morte de Ciro. Mostra o grau de adiantamento atingido pela arte militar na Grécia, que lhe assegurava enorme superioridade sobre todos os outros povos. Já não eram as multidões de combatentes que se lançavam confusamente sobre o inimigo, dos tempos Homéricos, de Maratona e Salamina.

Ao vigor físico do soldado, o heroísmo exaltado, a destreza, a habilidade nos combates individuais, bem cultivados pelos cantos homéricos, pelos jogos olímpicos, e pelos grandes progressos rea-

lizados pelo espírito no conhecimento das ciências e das artes, juntavam-se as forças de uma disciplina, de uma organização e das regras ou princípios lógicos da ação em comum conforme as circunstâncias.

A Anabase, como a *Iliada*, é um compêndio de arte militar. Mas revela a êsse respeito, enorme progresso. Vê-se nas suas páginas como vive e luta a força militar dos gregos, com sua organização, costumes e regras de vida. O sistema da organização, para a marcha e a batalha, a vida e a ordem nos estacionamentos; a ação do comando, seus poderes, sua hierarquia e a maneira por que se constitui; a disciplina, tudo, em fim, que forma a força dos exércitos aí aparece com tôda a clareza.

No pequeno exército de Xenofonte está a Grécia militar. Nêle se reproduzem os usos e costumes da pátria, amoldadas às características e às necessidades das lutas armadas.

Esse exército, porém, ainda é principalmente Sparta. E esta, embora sem desprezar o perigo asiático, que persiste, mais se preocupa com o dominar completamente a Grécia. Quer sujeitar todos os povos helênicos ao seu poder despótico e isso tanto mais quanto agora tem como refôrço de suas forças militares, os detritos aguerridos do exército grego da expedição de *Ciro* e *Xenofonte*.

Opõe-se-lhe, porém, Tebas. Ainda que cidade obscura, e desprezada, porque favorecera os inimigos da Grécia nas guerras medas, reage. Tinha a governá-la *Pelópidas* e a servi-la a capacidade militar de *Epaminondas*. Aquêles, sabendo quanto era detestada dos outros gregos a opressão de Sparta, não hesita em adotar medidas audaciosas. Associado a *Epaminondas*, individualidade exponencial da cultura helênica, filósofo e artista, mas soldado exemplar, enfrenta com reduzidas forças o poderio de Sparta. Formam uma tropa de elite, um batalhão de trezentos homens sob o comando de *Epaminondas* e lançam-no ao encontro dos spartanos que, duas vêzes mais numerosos, haviam penetrado nos seus domínios.

Vencem os tebanos. Então, com o apoio de Atenas, constitui-se uma liga contra Sparta. Sessenta mil homens das diversas nações gregas marcham contra ela. *Agésilas*, o chefe spartano, não perde porém, o sangue frio, e retrai-se prudentemente fugindo à batalha em rasa campanha. Encerra-se no recinto fortificado da cidade. Os atacantes sitiavam-no, mas julgavam-se impotentes para tomá-lo de assalto. O inverno sobrevindo, cria-lhes dificuldades. Retiram-se.

Tebas firmara sua preponderância?

Não. Seus sucessos haviam despertado desconfiança e seus procedimentos descontentam os aliados. De resto, sua momen-

tânea grandeza resultava apenas de Pelópidas e Epaminondas. Retomada a luta por Sparta, os tebanos vencem ainda na batalha de Mantinéia, mas Epaminondas tomba. (363 A.C.). Tebas prepondera mas vai perecer, cairá porque caiu Epaminondas. *Não tem em si outro elemento de força.*

FELIPE DA MACEDÔNIA

Ao Norte, os povos que habitavam a Macedônia tinham ficado um pouco apartados dos acontecimentos da vida helênica. Afastados do mar, não haviam evoluído, como os do sul da península balcânica. Embora gregos, da mesma origem ariana que os demais, eram tidos por gente inferior quase bárbara. Viviam como pastores e montanhese. Eram, porém, rijos e aguerridos em lutas constantes com os citas, da outra margem do Danúbio e mesmo com os outros gregos que os desprezavam. Premidos pelas circunstâncias entendem-se entre si e caminham para a realização de sua unidade política. Alçam-na antes dos outros gregos, quando lhes assume a direção o grande rei Felipe.

Em consequência de lutas com os gregos, e das relações de sua nação com Tebas, Felipe, ainda em vida de seu irmão e rei, passa longo tempo em Tebas, como refém e hóspede de Epaminondas. Dotado de rara inteligência, ilustra-se em tão distinguida companhia. Estuda e observa a fundo a situação da Grécia. Entra em relações com os espíritos mais cultos de toda Helade. Aristóteles foi seu iminente amigo e diz-se ter Felipe servido de modelo ao «Príncipe» dêsse magno filósofo da antiguidade. No exílio compreendeu em que consistia o grande problema da Grécia: — unir-se, para poder resistir ou dominar a Ásia, evitando que se perdesse a civilização que havia criado. Conheceu os anseios dos espíritos mais cultos a êsse respeito, mas anseios a que alguns, como Demóstenes, se opunham viessem a ser satisfeitos por um macedônio, gente que nem servia para escravo!

Morto seu irmão, Felipe foge da casa de Epaminondas. Assume a tutela de seu sobrinho, o herdeiro do trono, e não tarda em fazer-se coroar rei. Senhor da Macedônia, trata desde logo de reformá-la profundamente.

Transforma o seu sistema político de aristocrático em monárquico, de modo que todo poder ficasse em suas mãos de rei em vez de ser repartido por vários famílias. Faz de seus montanhese magníficos soldados, organizando-os em exército à moda grega, tendo por unidade fundamental, a *falange tebana*, mas organizada e armada de modo a tornar-se mais sólida, mais flexível, e de maior poder agressivo.

Com essa força, dilata as fronteiras de seu pequeno estado, pela incorporação dos povos vizinhos, para adquirir um pôrto de mar. Visa a luta com a Ásia, e por isso trata também de promover a unificação de tôda a Grécia.

Sua carreira rápida e clara intenção de fazer-se chefe da Helade levantam as iras de Demóstenes que o ataca em suas célebres *filípicas*. Ele conta, porém, com o apoio de amigos entre os quais Equino e Isocrates, e sabe tirar partido das divisões internas dos estados gregos, intervindo em suas querelas.

Conhecedor profundo da Helade, não se impõe como rei, mas faz aceitar sua chefia militar.

Projeta então e prepara um plano de invasão da Ásia. Chega mesmo a iniciar as operações preparatórias de tão vasta empresa.

No entanto, é assassinado por Pausanias, um nobre a quem não soubera fazer justiça por ofensas grosseiras, que sofrera de um potestado seu protegido, e que a isso fôra excitado por sua primeira mulher Olímpia, profundamente despeitada desde que conforme os costumes da época, Felipe desposara outra, uma jovem e bela Cleópatra.

É Alexandre seu filho mais velho, que tivera do consórcio com Olímpia e que fizera educar primorosamente, quem vai executar seus projetos e a quem vai caber a glória de livrar a civilização ocidental nascente de ser submergida pela onda asiática.

Felipe, diz H. G. Wells, «surge-nos como um dos maiores monarcas da história; homem da mais alta inteligência, com um raio de idéias alcançando muito mais longe que a mentalidade de seu tempo». Não admira, portanto, que entre as grandes obras que realizou, apareça em primeiro plano, a preparação intelectual, moral e prática que soube dar a seu filho Alexandre. Apesar das interferências nefastas de Olímpia, êste «encetou sua carreira com um equipamento de idéias, e um preparo sem precedentes, e só quando desprezou a sabedoria acumulada pela educação é que entrou a conduzir-se mal — às vêzes — com temerária loucura», diz o mesmo autor. É justo um tal julgamento?

Afigura-se-nos, pelo menos incompleto. Antes, porém, de coligirmos os elementos para nos decidirmos sôbre êste assunto, vejamos como se apresentavam os costumes da antiga Grécia e um pouco mais claramente o que era a sua força militar.

OS COSTUMES NA ANTIGA GRÉCIA

Quem contempla as iminências a que atingiu o espirito grego, é naturalmente levado a supor, mesmo sem o sentir, um grau de cultura e de refinamento de costumes muito mais elevado que

a realidade, vistas as coisas em face da nossa atualidade, notadamente para o conjunto da população.

As duas Grécias, a dos homens cultos e a da massa, que de fato existiam, eram enormemente distanciadas pelo espírito, e mesmo pelos costumes e práticas morais. Não tanto, porém, quanto se possa imaginar ao considerar essa época com vistas pouco atentas. Surpreende mesmo às vezes encontrar em Platão, Sócrates e outros grandes homens argumentações e procedimentos chocantes para nossa época, que apesar de todos os pesares, de tôdas as suas corrupções e depravações, já os baniu da normalidade dos costumes e os condena sem hipocrisia.

Seja como fôr, desde os tempos que Homero canta já as sociedades gregas e, quiçá, as das nações mais evoluídas da Ásia, apresentam-se organizadas e hierarquizadas. Não há nelas múltiplas diferenciações no mecanismo dos Estados, mas possuem tôdas seus chefes e regem-se por tradições, costumes e leis, próprias de uma cultura sistematizada.

Na Grécia, a família é já a célula social e a mulher aí tem um lugar de honra. Não é coisa que se adquira como um objeto ou animal qualquer para uso pessoal. Exerce influência e é respeitada, muito embora o marido exerça um poder absoluto e, às vezes, quando homem de vastas posses, se dê ao luxo de lhe ajuntar companheiras ou rivais.

Não havia, sem dúvida, os refinamentos e complexidades da nossa vida atual, mas a sociedade, se não praticava na generalidade os *bons costumes*, sabia em que consistiam e usufruia dos benefícios da vida em cidades organizadas, apresentando mesmo tipos austeros que eram respeitados e admirados.

Dominava uma moral, vinda de tempos imemoriais a qual, ainda não convenientemente codificada, era fundamentada em manifestações de culto ao belo, ao heroísmo, à abnegação, à fidelidade, ao amor da pátria e no respeito a entidades perfeitas, aos deuses, superiores aos homens.

A hospitalidade é tradicionalmente um ponto de honra. O hóspede é considerado um enviado dos deuses, talvez mesmo um dêles, disfarçado em homem. Os laços de amizade e o respeito mútuo que daí decorrem, adquirem tal força que não raro nos combates fazem parar o braço prestes a descarregar o gládio.

A escravidão do vencido fornecia o instrumento principal do trabalho para a produção e, para adquirí-lo, o meio era a guerra, ou a pirataria, que tinha também a estimulá-la os grandes lucros comerciais que proporcionava. Esta, a pirataria, era uma instituição. Exercida tanto no mar como em terra, todos os gregos, durante muito tempo, conservaram o hábito de se manterem ar-

mados, mesmo no trabalho. Tais costumes só se abrandaram depois que Atenas começou a evoluir sob a égide gloriosa da legislação de Solon.

Mesmo, porém, após os enormes progressos do século de Péricles, a ânsia pelas riquezas, o prazer, o amor ao vinho e até a sodomia, eram coisas correntes.

«O grego, diz Will Durant, talvez admitisse ser a honestidade a melhor política, mas tentava tudo antes de ser honesto».

A prostituição encontrava, embora contrária às leis, grande voga. As prostitutas de alta classe, as *hetairas*, chegavam a ter situação privilegiada e de grande influência na sociedade helênica, mesmo nos meios evoluídos da arte e da filosofia. Disto ainda há reminiscências...

Nada porém, de mais chocante para a nossa época que os hábitos corrompidos da sodomia. «Mais estranha que êsse estranho acôrdo entre a prostituição e a filosofia, diz Will Durant, era a placidez com que os gregos, implantados talvez pela necessidade de evitar o crescimento demasiado das populações e excitados pela exaltação do cultivo da beleza do corpo, praticavam o homossexualismo».

Homens como Leônidas eram conhecidos e respeitados por sua austeridade, mas homens como Alcebiades que viveu no tempo de Péricles, ufanavam-se de serem disputados por outros homens...

O acidente de Pausanias, o assassino de Felipe é característico. Soldado bravo, mais homem belo, era desejado por um general de Felipe, que o atrai a um banquete, embriaga-o e mesmo a vista e auxiliado por seus convivas, o ultraja.

Êste voltado a si, procura Felipe e queixa-se de que fôra violentado, pedindo para ser vingado. Mas o rei talvez movido por seus interêsses politicos não procede contra o sádico agressor e antes até o distingue com uma situação melhor. Foi então que «Pausanias, diz Plutarco, que por instigação de Cleópatra e de Atalo, recebeu o mais sangrento ultraje, não tendo podido obter justiça, assassinou Felipe».

E aqui está um outro exemplo da placidez com que os gregos consideravam a inversão sexual. Xenofonte, em sua *Anabase*, narra o seguinte:

«Havia no exército um certo Epistênio, de Ilintia, que era pederasta. Êste homem, vendo um jovem e belo rapaz, com um *pelta* na mão e condenado a morte, corre a Xenofonte e o conjura a interceder por êle. Xenofonte vai a Seutés e pede-lhe que poupe a vida ao condenado, dizendo-lhe, ao mesmo tempo os gostos de Epistênio, chefe de um grupo que constituira sômente

com rapazelhos bonitos. Mas combatiam, êle e seus meninos bravamente.

Seutês, o interroga: — queres tu Epistênio, morrer por êle?

Responde-lhe êste que sim, apresentando o pescoço para ser decapitado.

Seutês pergunta em seguida ao condenado se aceita que Epistênio morra em seu lugar. Êste, então, implora-lhe que poupe a vida de ambos. Ouvindo isto Epistênio entusiasma-se e exclama para Seutês: «Que venham agora, Seutês, combater contra mim, se o quiserem ter. Não o deixarei mais!»

Seutês, pondo-se a rir, passa a tratar doutros assuntos».

Evidentemente, nessa época a moral apenas ensaiava seus primeiros passos...

Mas...

«A história externa e política da Grécia, diz Gilbert Murray conforme a citação de H. G. Wells, «é, com efeito como a de tôdas as outras nações, uma história de guerras e diplomacias, de crueldades e decepções. É a história interna, a do pensamento, do sentimento e do caráter que é grande. Lutavam ainda com algumas dificuldades afastadas hoje de certo modo de nossos caminhos. Não tinham praticamente nenhuma experiência; faziam tudo pela primeira vez; eram extremamente pobres de recursos materiais; e suas emoções, seus desejos e medos e raivas eram provavelmente, mais bravios e ferozes do que os nossos. Entretanto, produziram a Atenas de Péricles e de Platão».

Compreende-se, que em tal sociedade a guerra seja uma força civilizadora por excelência.

O SOLDADO, OS EXÉRCITOS E A ARTE MILITAR NA GRÉCIA

Pode dizer-se sem êrro, que o fundador da Arte Militar foi Homero. As noções que seus cantos nos dão a conhecer sôbre a infância da *arte militar*, quando a luta se trava ainda sob a forma tumultuosa e de combates individuais simultâneos, mais ou menos isolados, mostram-nos principios fundamentais, que se vão desenvolvendo e completando com a experiência dos séculos.

A Grécia dá um grande desenvolvimento à arte de fazer Guerra. Cria distinções nítidas entre os seus diversos elementos componentes; organização, instrução, tática, estratégia e logística. Fenômeno que reflete naturalmente o desenvolvimento de sua cultura e dos seus progressos práticos.

Sem tais instituições militares não obteria, por certo a vitória na luta contra a Ásia, sob certos respeitos mais adiantada talvez

que a Helade com suas dissensões internas. A Grécia porém, é animada pela força *de seu espírito*, que lhe dá consciência da superioridade de sua civilização, e a energia nacional imanente de suas instituições. Os exércitos helênicos, como se verifica de tôda sua história, são um reflexo ou uma reprodução da própria sociedade e de seus costumes.

Tais exércitos surgem simultâneamente nos centros principais da Grécia, Sparta e Atenas, sob a inspiração direta das leis de Licurgo e de Solon, com os fundamentos das respectivas organizações nacionais. Desenvolvem-se mais tarde conforme a evolução da mentalidade que os filósofos e homens eminentes vão criando. Evoluem com a Grécia e como a Grécia.

Nêles tudo se passa como na vida civil, onde os costumes das massas não correspondiam às conquistas da cultura.

Os exércitos eram democráticos. Os chefes resultavam da eleição dos soldados e as grandes decisões sôbre as operações a empreender eram tomadas nas assembléias que êles constituíam. A disciplina existia, porque o espírito dos gregos a reconhecia necessária. O chefe tinha autoridade, que alguns exerciam até com severidade, mas prestava conta de seus atos à própria tropa que podia interpellá-lo, julgá-lo e puni-lo. Sua autoridade era fiscalizada. Nada obtinha, se não soubesse interessar o exército nos empreendimentos que intentava realizar, se não soubesse conciliar com a sua, a vontade e a inteligência de seus subordinados. Tinha que ser hábil e principalmente capaz de justificar seus atos e decisões. Mas êsse exército era forte. Tinha um moral de guerra elevado e animado pelo orgulho de sua superioridade e do espírito nacional. Mesmo quando era mercenário e ao serviço do estrangeiro, o soldado grego era dominado pela idéia de que tinha de prestar contas de sua conduta aos seus compatriotas. Importava-lhe, sôbre tôdas as coisas da vida, a fama de herói que lhe dessem os seus. Supunha-se, em virtude dêsse culto do heroismo e da educação física, dotado, como diz Xenofonte, de um corpo mais capaz de sofrer o frio, a moléstia, a fadiga e de uma alma mais viril, que seus adversários, os bárbaros asiáticos.

Julgavam-se os soldados gregos capazes de lutar com bom êxito contra inimigos muitíssimo mais numerosos, pois além do estímulo de sua preparação física e moral, tinham ao serviço de sua destreza bem cultivada para o combate, armas aperfeiçoadas, produtos de uma indústria mais avançada; a espada, o capacete, o escudo, a couraça e as perneiras, que os tornavam quase invulnerável. O aço, descoberto por êles no V século A.C., dera-lhes possibilidades novas que bem souberam aproveitar.

No período da primeira guerra médica, quando Sparta já era a nação mais respeitada da Grécia, e Atenas começava a dispu-

tar-lhe a primazia, a arte militar tinha ainda um forma muito primitiva. Basta ver a descrição que Heródoto faz da batalha de *Maratona*.

Diz êle: «Tinha se formado um exército de dez mil atenienses e mil de Platéia, os únicos que a êles se juntaram no dia do perigo, para fazer face aos persas, conduzidos certamente por grêgos traidores, desembarcados em Maratona, onde o terreno se prestava melhor ao emprêgo de sua cavalaria. O comando no exército ateniense era exercido por um conselho de dez estrâtegos e a direção suprema por um dêles, conforme determinada escala. Êste conselho decidiu que havia urgência em atacar e confiou a direção a Miltiades, que antes havia já hostilizado as fôrças de Dario, em sua expedição contra os Citas. Miltiades aguarda o dia em que lhe cabia o comando (12 de setembro de 490 A.C.) para desencadear a ação. Trava-se a batalha: «As tribus dispõem-se conforme a situação que desfrutam no Estado e sem deixar intervalo entre si. Os de Platéia ficaram na extrema esquerda. A frente era igual a dos persas, sendo o centro, fraco, formado de poucas fileiras, enquanto que as alas eram numerosas e fortes. Formada a ordem de batalha tomaram-se os augúrios e as vítimas mostraram que êstes eram favoráveis. Um intervalo de oito estadios (*) separa os dois exércitos. Ao primeiro sinal, os atenienses o transpõem correndo. Os persas julgam-nos loucos que correm para uma morte certa, sem cavalaria e em tão pequeno número. Êles, porém, ao os alcançarem cerram suas fileiras e fazem coisas memoráveis». Parece que haviam surpreendido os persas reembarcando para irem atacar diretamente Atenas, pelo menos com parte de suas fôrças, por julgarem-na desguarnecida. Seja como fôr, o fato é que esta foi salva, pois depois de destruídos os terríveis medas em terra, o exército de Melcíades em marcha forçada e rápida, chega a tempo de fazer sua defesa. Os persas não ousam atacá-la e retiram-se para a Ásia.

Nessa época os gregos se formam para a batalha em falanges, cujo elemento básico é a fila. Sparta dá à falange o papel de *infantaria pesada*, constituindo-a de hoplitas. Tornara-a irresistível, bem servida por homens de 20 a 60 anos, exercitados na coragem, na disciplina e na perícia da ação em combate, coordenado.

Criara assim uma *fôrça* capaz de servir aos gregos de instrumento de conquista.

Os atenienses, com Ificrates. Cónon, Timóteo, já haviam criado tropas aligeiradas formando uma infantaria mista, a dos

(*) Medida grega correspondente a 180 m.

peltates; e fundaram o *serviço em campanha* com um bem concebido sistema de postos avançados e outros melhoramentos tais como a adoção de dispositivos lógicos para a marcha.

Os tebanos, sob a direção de Epaminondas, aperfeiçoam a falange e melhoram notadamente os métodos do seu emprêgo no combate. Os seus métodos de manobra empregando pela primeira vez a ordem oblíqua nas batalhas de Leutra, e, em seguida, na de Mantinéia (*), onde é humilhado o poder de Sparta.

É assim que surge, a *força organizada*, hábil no combate e apta ao movimento, que dá aos helênicos capacidade de conquista.

Não possuem ainda os gregos a bem dizer cavalaria. Servem-se, entanto, de alguns cavaleiros para sua segurança, informação e ligações.

Felipe *melhora a falange tebana*. Dá-lhe mais solidez pelo alongamento dos piques, isto é, a adoção da *sarrissa* que permitia às fileiras mais recuadas atacar ao mesmo tempo que as que lhes ficavam dianteiras.

Mas, se assim a *falange macedônica* apresentava mais solidez que a tebana, nada adquiria como facilidade de manobra e continuava a ser uma rígida e compacta massa, muito vulnerável ao ataque pelo flanco e pela retaguarda. Felipe procura remover tal inconveniente *organizando* melhor e ampliando a cavalaria, para que sirva de *arma util na batalha*. Mais do que isso, regula seu emprêgo em cooperação ou combinadamente com o da infantaria. Ademais, seus exércitos, não se formam para a batalha ou as campanhas, como outrora. São tropas permanentes e pagas. Têm uma organização e uma instrução, conseqüentes de um estudo atento da guerra com os asiáticos, cuja grande superioridade numérica, sempre para êstes fácil de obter, era preciso saber compensar pela *superioridade técnica*.

Além disso, faz também progredir a arte da fortificação, utilizando a capacidade técnica de seu engenheiro Enéas, cujo sistema Filon de Bizancio vai desenvolver *criando fortes* destacados para a proteção da fortaleza principal.

É todo êste maravilhoso aparelhamento para a luta que deixa ao ser assassinado a seu filho e herdeiro, Alexandre. É mecanismo de guerra perfeito. Além dos planos de campanha, deixa-lhe uma preparação cuidada, tudo até convenientemente ensaiado ou experimentado, em campanhas preliminares ou preparatórias. Testemunha dessa imensa elaboração, Alexandre, muitas vêzes se desespera, pois teme seu pai nada lhe deixe para fazer.

(*) Christovam Ayres — *Teoria da história da civilização militar*.

No entanto, êle mesmo vai aperfeiçoar ainda tôda essa construção militar fazendo progredir a *poliorcética*, criando uma *artilharia*, a *catapulta* capaz de lançar grandes pedras contra as muralhas das fortalezas para derrubá-las ou arrombá-las, e organizando a bem dizer-se os *serviços auxiliares do exército*, notadamente o de *saúde*.

ALEXANDRE

SUA FORMAÇÃO

«Afirma-se — diz Plutarco — que Felipe, estando em Samotracia, ainda mocinho ali foi iniciado nos *mistérios* com Olímpia, que, então, era menina e órfã de pai e mãe. Enamorou-se dela, conseguiu que Armindo, irmão da moça, aprovasse o seu propósito, e a obteve em casamento».

Foi um casamento por amor, mas êsse amor parece haver durado pouco. As superstições da época o fizeram arrefecer desde a concepção do primeiro filho, que se chamou Alexandre.

Quer a tradição, calcada nos sonhos extraordinários que então tiveram Olímpia e o próprio Felipe, não seja Alexandre propriamente filho carnal de Felipe e sim de um deus que sob a forma de dragão, êle mesmo vira acasalar-se com a espôsa. Isto causou-lhe ciúmes e fê-lo repudiá-la. Dizem mesmo que cegou de um olho quando, espiando pela fresta da porta, deu com a cena que o desgostou. Essa lenda prende-se às narrativas que nos informam sobre as superstições e cultos de magia a que se dedicava Olímpia, ac que parece em tôda a sua existência. Entre outros, atribui-se-lhe o costume de arrastar, «nos coros das danças, serpentes domésticas, que, deslizando fora da hera e das joias místicas, se enrolavam em torno dos torsos dessas mulheres e entrelaçavam-se em suas coroas, provocando o espanto da assistência».

Olímpia e Felipe, que se acreditavam descendentes de Aquiles e de Zeus, consultam um oráculo para interpretar o sonho que tiveram e êste lhes predissera não só a gravidez de Olímpia, mas também que o filho a nascer teria a coragem de um leão.

Não foi, porém, somente isso que formou a atmosfera envolvente do nascimento de Alexandre. Nesse momento Felipe estava radiante pelos êxitos que alcançara nas Olimpíadas, onde foram vencedores os carros que o representavam, e nas ações militares em curso contra povos selvagens vizinhos.

A educação de Alexandre é talvez a obra prima de Felipe. Desde o berço cerca-o dos maiores cuidados. Sua ama e primeira preceptora foi uma dama macedônica, Helanice, conhecida por suas virtudes, sadia e de bom temperamento. Sua cultura física

foi feita conforme todos os primores da Grécia e um médico acompanhou desveladamente seu desenvolvimento.

Desde que a idade o permitiu foram-lhe dados por preceptores — Leônidas, parente de Olímpia e o lisonjeiro Lisímaco que o chamava de pequeno Aquiles. Aristóteles, mais tarde, foi incumbido de sua instrução literária e científica.

Alexandre faz-se assim um jovem dextro e forte, e adquire, com sua extraordinária inteligência, em pouco tempo, a mais avançada cultura de seu tempo, literária, científica, moral e mesmo artística. A música e o canto, a que se dedica com ardor, é que mais o seduzem.

A influência de Aristóteles parece ter sido dominante em seu espírito, tanto mais quanto merecia as atenções e respeitos de Felipe de quem era amigo, e que reconstruiu Stagira, em homenagem ao filósofo, dando-lhe a incumbência de organizar o código de leis que a deviam reger. Marca-se, porém, a influência do filósofo, principalmente, por ter feito Alexandre compreender e amar a *Iliada*, poema que se tornou a sua bíblia e livro de cabeceira. Trazia-o sempre consigo. Jamais o abandonara. Por isso é lógico admitir ter sido o filósofo grego, seu preceptor na cultura militar teórica. Mas nesse particular seu grande mestre foi sem dúvida o próprio Felipe. Certamente também, a influência de Aristóteles foi decisiva para a sua compreensão das necessidades políticas e dos progressos da civilização.

Do valor de sua cultura e qualidades físicas, atestam os formidáveis feitos pessoais nas campanhas e batalhas que dirigiu e executou.

O acidente da domaçaõ de Bucéfalo mostra um quadro bem significativo de suas qualidades físicas, morais e intelectuais. Assim o narra Plutarco: «Filônico — o Tessálio — levou um dia a Felipe um cavalo chamado Bucéfalo que queria vender por 13 talentos. Desceram à planície, para o experimentar, mas o acharam difícil de montar e completamente rebelde: não deixava ninguém cavalgá-lo, empinando-se contra todos que dele se aproximavam. Felipe, vendo isso, recusa comprá-lo. Mas Alexandre, que estava presente, lastima: «Que cavalo estão perdendo! É por inexperiência e timidez que não conseguem nada!» Felipe, por que Alexandre repetira isso várias vezes, repreende-o: «Tu criticas pessoas mais velhas como se fosses mais hábil que elas e como se fosses capaz de domá-lo». Sem dúvida — replica-lhe o filho — conseguiria resultado melhor que eles».

Ouvindo isto, Felipe permitiu que Alexandre demonstrasse a capacidade que apregoava, ficando combinado que o castigo seria pagar o preço do cavalo se ele não realizasse o que dizia e que,

em caso contrário, quem pagaria seria Felipe. Alexandre aproxima-se do cavalo, e volta-o de modo a que não se assuste com sua sombra. Acaricia-o com a mão e a voz. Depois, num rápido salto o cavalga, segurando as rédeas de modo a manter-lhe a cabeça alta. Quando este parece acalmado, baixa um pouco a mão e deixa-o correr pela planície afora; fala-lhe com certa energia e bate-lhe nos flancos com os calcanhares. Bucéfalo lança-se em vertiginosa carreira. A assistência fica de respiração suspensa e em profundo silêncio. Mas Alexandre, já ao longe, volta a cabeça do cavalo e mantendo-a alta, o reconduz ao ponto de partida.

Vencera o jovem mancebo e o pai, que derrama lágrimas de alegria, diz-lhe: «Filho! procura um reino digno de ti! A Macedônia é demasiado pequena!».

Alexandre vai pôr em prática êsse conselho além de toda expectativa.

ALEXANDRE, REI DA MACEDÔNIA E GENERAL DE TÔDA HELEDE

A vida doméstica de Felipe com Olímpia não deu bom resultado, tendo-se tornado de completa discórdia, desde que Felipe tomara outra espôsa mais jovem — Cleópatra — filha de um senhor de pequeno país vizinho. Olímpia, mulher de sentimentos maus, empreende verdadeira guerra doméstica e procura lançar a desavença entre pai e filho, intrigando-os. Consegue seus desígnios a princípio, chegando mesmo a tal ponto que ela e Alexandre tiveram de abandonar a corte. Depois Felipe e Alexandre se reconciliam, Olímpia trama então, ao que parece, a intriga que levou ao assassinio de Felipe.

Ascende Alexandre ao trono. Aos 21 anos de idade recebe a considerável herança de seu pai, cujos feitos chegaram a fazê-lo temer nada lhe fôsse deixado de grande a realizar...

Felipe fizera dêle um homem forte e dextro, hábil no manejo das armas. Fortificara-lhe a vontade. Aristóteles formara seu espírito, em sua residência especial de Ninfem, perto de Miezio, onde as alamedas cobertas para o passeio à sombra e «os bancos de Aristóteles» adrede construídos, faziam parte do mecanismo pedagógico.

Aí Alexandre estudou a *moral* e a *política* e também a *medicina* e até as *ciências secretas*, cuja publicação pelo mestre desgostou o discípulo. «Não aprovo a publicação de todos os teus tratados — escreve Alexandre — a Aristóteles». «Em que seríamos superiores aos outros homens, inquire, se a ciência que nos ensinaste se tornasse comum a todos? Gostaria mais de ser superior aos outros pelo saber que pelo poder!».

Não poderia ficar melhor selada a influência do mestre no espírito do discípulo.

Entre as marcas aristotélicas do espírito de Alexandre, porém, figuram três elementos de primeira grandeza : a paixão pelo estudo da medicina que chegou mesmo a praticar; o conhecimento profundo das obras de Homero, de cuja *Iliada* possuía um exemplar corrigido pelo próprio Aristóteles e do qual, como de sua espada, mesmo a dormir, jamais se separava; e o gosto pelo estudo que o fazem mandar ter aos recôncavos da Ásia durante sua expedição obras de Filistes, Eurípedes, Sofocles, Esquilo, etc....

Alexandre chegou a considerar seu mestre um segundo pai. Dizendo que a Felipe devia a vida mas a Aristóteles a possibilidade de uma vida superior. Depois, essa amizade arrefeceu e a Ásia chegou mesmo a minorar nêle a influência aristotélica. Manteve sempre, porém, respeito e acatamento, pelo grande homem.

«Mais tarde, porém, diz Plutarco, passou a suspeitar do filósofo, e embora não lhe fizesse mal algum, deixou de manifestar os mesmos sinais de vivo afeto que lhe prodigalizara antes; era prova evidente do afastamento que se foi produzindo entre êle e o mestre. Essa mudança de humor, porém, não excluiu de sua alma o gosto, ou melhor a paixão ardente pela filosofia», manifestada aliás pela prodigalidade e honras com que brindara os filósofos de seu tempo.

A educação e a instrução fizeram dêle um homem de *bons costumes*, sóbrio para o seu tempo e nada devasso. Tinha uma moralidade digna de admiração, a qual lhe inspira o tratamento que soube dar à família de Dario, quando caiu em seu poder. Mas a Ásia, a pouco e pouco, foi depois injetando nêle o anor de luxo, a luxúria e a intemperança.

Quando assumiu o poder, Alexandre havia já militarmente se distinguido na batalha de Cheronea onde Felipe destruíra o poder de Tebas. Demonstrara aí haver perfeitamente assimilado as lições de Homero, ensinadas por Aristóteles, que se substanciavam na exaltação da coragem. Diz-se que foi o primeiro a atacar o batalhão sagrado dos Tebanos. Não desconhecia já que, como refere o General A. Boucher (*), «o principal dever de um chefe, é saber exaltar ao máximo a coragem de seus subordinados».

Mas antes ainda um rapaz de apenas 16 anos de idade revelara ter sido dotado pela natureza para governar. É o que assinala Plutarco, quando se refere aos tempos em que Felipe ultimava a preparação da preponderância macedônica na península.

(*) L'Art de vaincre.

«Durante a guerra de Felipe contra os Bisantinos, Alexandre, com 16 anos de idade, ficara na Macedônia encarregado sozinho do governo e depositário do sinete real. Subjugou os Nedaras, que se haviam revoltado, ocupou duas cidades, e, no lugar dos habitantes por ele expulsos, formou nova população, com a contribuição de povos diferentes, dando à cidade mesma o nome de Alexandrópolis».

Desde que ascende ao trono, faz castigar exemplarmente os responsáveis pela morte de seu pai — sem tocar em Olímpia — sua mãe. Domina facilmente as rebeliões que explodem entre os povos submetidos, entre os quais os tebanos, que, não o conhecendo ainda bem, viram na morte de Felipe uma oportunidade para reconquistarem a liberdade. Age com decisão e energia. Arraza Tebas. Impõe-se destarte ao próprio exército e faz-se respeitar pelos outros gregos. Não prossegue, porém, com ações violentas. Imita seu pai. Prefere fazer com que aceitem voluntariamente sua autoridade, apresentando-se-lhes como um tipo de herói homérico, e fazendo com que sejam forçados a admirá-lo.

Para realizar seus desígnios políticos, — o problema máximo de seu tempo, a eliminação do perigo asiático —, precisa obter a *unidade militar* de toda Helade. Não se faz reconhecer como seu soberano, por ser a idéia incompatível com o espírito de Atenas e de Sparta, e os outros povos de toda península, mas obtém com que o reconheçam como o seu *general*, como se dera com Felipe.

Esse resultado conseguido, trata de pôr em prática o plano de guerra contra o poder persa preparado e iniciado por seu pai e que ele tratou logo de completar.

A EXPEDIÇÃO DE ALEXANDRE

Não se lança Alexandre evidentemente numa empresa puramente militar. A própria organização que dá ao seu corpo expedicionário mostra encará-la largamente, e que não desconhece toda a importância da obra que vai tentar realizar. Não leva consigo apenas generais e tropas, mas também uma plêiade de historiadores, geógrafos e homens de ciência, artistas e técnicos.

A preparação do exército é feita a fundo. Uma vez ultimada, regulada a situação interna da península, deixa no governo de Macedônia e no comando das tropas do *interior*, como denominaríamos hoje, Antipater e parte de Pelas, sua capital, para o porto de Anfípolis. Vai efetuar, sem interrupção, um dos maiores empreendimentos da história levados a cabo por um só homem.

Vai combater cavalgando Bucéfalo. Chega aos estreitos que separam a Ásia da Europa e sem hesitar os transpõe. Com certa prudência, mas principalmente com arrojo toma pé na Ásia.

Segue à frente de trinta e sete mil homens apenas, mas guerreiros de superior valor formando um exército de capacidade militar jamais antes atingida. Inigualado na época, por sua organização, por seus recursos técnicos e seu treinamento e instrução. Possui uma *artilharia de catapultas*, que seus adversários desconhecem. Sua esquadra, porém, é formada somente de cento e sessenta trirremos, fornecidos pelos seus aliados do Mar Egeu. Apenas serve de apóio, pois é numericamente muito inferior a do adversário, que conta com os recursos marítimos de Tiro, da importante nação marítima dos fenícios.

Estamos em 334 A.C. O exército segue a costa setentrional da Trácia em busca dos estreitos, atingindo em breve prazo os Dardanelos, em Sextos. A esquadra também para aí se dirige, costeando.

Leva um *plano de guerra*. Os persas sabem de longa data que os gregos têm idéia de invadir seus domínios, mas fiados em que por suas divisões intestinas nunca chegariam a efetuá-lo não tomam as necessárias cautelas (*).

Alexandre por certo rejubila-se com essa circunstância. Sabe que a força de Dario consiste principalmente na enormidade dos efetivos que pode reunir e planeja batê-lo por partes. Age rapidamente, sem dar tempo a que utilize normalmente tôdas as forças que seu enorme império pode fornecer. Não ignora, que essa imensidade mesma é um ponto fraco, pois implica na necessidade de muito tempo para a mobilização e a concentração das forças. A verdadeira superioridade de Dario está no mar. Alexandre reflete então que se de um lado, seu êxito depende da rapidez de sua ação; de outro lado, não poderá avançar, embrenhar-se pelo interior da Ásia, sem adquirir primeiro o domínio do mar. Terá, portanto, como não possui superioridade de forças navais, de atacar por terra as bases marítimas de Dario e conquistá-las. Terá que se apoderar de tôdas as províncias marítimas, do Mar Egeu e da costa Mediterrânea mais próxima, para assegurar suas comunicações com a península balcânica, livres de sérios riscos.

Inicialmente foram estas as linhas gerais de seu plano. Depois este naturalmente se desenvolveria num programa geral de conquista do império persa e de submissão dos povos asiáticos. Até onde levaria suas forças? Tudo dependerá das circunstâncias ocorrentes na execução desse plano. De como reagirá o adversário.

(*) Esse modo de proceder em política e na guerra, calcando a ação, não que se atribui ao inimigo e não na análise do que ele pode fazer é êrro freqüentemente reproduzido na história. Até hoje... Muito particularmente pelos alemães, por estranho que isso pareça...

O importante era bater previamente as forças de Dario. Destrui-las. Quando se daria o encontro com suas forças principais? Nunca antes de dois a três meses. Durante o prazo necessário para a conquista das províncias marítimas? Preferiria êle Dario travar a batalha mais para o interior da Ásia?

Dadas as condições do Império notadamente as vias naturais de comunicação e os contingentes que poderiam fornecer as diversas províncias, a concentração das forças de Dario deveria realisar-se na zona de Babilônia, circunstância que por certo não escapou a Alexandre. E assim sendo, êle só teria de haver-se inicialmente com elementos destacados. Mas a partir de que momento poderia chocar-se com efetivos realmente importantes? Com o próprio Dario?

Outra circunstância que Alexandre certamente não deixou de levar em conta foi a presença de *chefes e tropas gregas mercenárias* ao serviço do seu adversário. Eram o elemento mais combativo, sua força de escol. Conheci-as e sabia não serem muito numerosas. Tinham valor técnico, mas seu moral era, sem dúvida, inferior ao de seus comandados que não se batiam somente pelo amor da paga. Não resistiriam aos seus ataques.

A PRIMEIRA FASE DA CAMPANHA

Alexandre, chegado as bordas do fôssco que separa a Ásia da Europa, tinha como primeiro problema a resolver transpô-lo, levar seu exército a outra margem a despeito do perigo que a esquadra adversa representava. Felizmente para êle esta esteve ausente. Em seguida, teria que agir *rapidamente* e de *surprêsa*, dominando as fracas guarnições das províncias costeiras, sem perda de tempo. Ganharia em *fama*, mostraria desde logo o valor de seu exército e exaltaria o seu próprio ânimo crescendo sua confiança na vitória.

Antes de iniciar as operações ativas dá a conhecer aos seus as linhas gerais do plano de ação que concebera e adotara :

«Bravos companheiros, em três meses dominaremos toda Ásia Menor. Podeis anunciá-lo às tropas em alto som».

Começa a execução. O exército, sob a direção de Parmeneão, o seu general de confiança, uma das boas heranças que seu pai lhe legara, transpõe o Helesponto, no estreito de *Alida*, e vai acampar em *Arizba*. Alexandre atravessa-o em outro lugar e vai primeiro para a região de Troia render homenagem a tradição de Aquiles visitando-lhe o túmulo. Só depois disto reúne-se pessoalmente ao exército. Dizem que, antes de desembarcar, lançou seu dardo contra a terra da Ásia para assinalar que tomava posse do seu novo império.

Reune-se, em seguida, ao Exército e joga sua cavalaria leve, sob o comando de Amintas, para a frente em busca do contato e de informações do inimigo. Segue no seu rastro.

A BATALHA DE GRANICO

Não tarda a cavalaria de Amintas em assinalar a presença de forças adversárias importantes na região de Zélia. Levemente, porém, superiores em número, e apesar de disporem de grande superioridade em cavalaria, não ousam chocar-se com Alexandre em rasa campanha. Decide o comando inimigo esperá-lo atrás do Granico, ribeira de pouca importância, mas correntosa e de margens escarpadas. Parece disposto a defendê-la.

Alexandre, informado, aproxima-se decidido a travar sua primeira batalha. Compreende a importância e a enorme repercussão que haverá desse primeiro choque. Desde logo determina ao exército que tome um dispositivo preparatório para o encontro que almeja. Qual é esse dispositivo?

São cautelas de uma aproximação, que lhe permitem de pronto passar à ordem de combate :

— *uma vanguarda*, sob o comando de Hegaloco, formada por cavalaria e infantaria leve, mas apoiada por uma força de cerca de 500 homens de infantaria mista e cavalaria pesada, com a missão de cobrir o grosso. A cavalaria leve vai a frente, a procura e em busca de informações sobre a situação do adversário.

— *um grosso*, a infantaria em coluna dupla de falanges, a cavalaria nas alas;

— *uma retaguarda* com a *impedimenta* (não combatentes e comboios) atrás do centro e a certa distância.

Durante a marcha, a cavalaria, ou melhor, a vanguarda informa que o inimigo está todo na margem oposta do Granico. Alexandre, sem hesitar, aproxima-se para reconhecê-lo, disposto a travar a batalha. Desde logo dá ordem à tropa que se prepare para o combate.

Parmeneão é de parecer que o desdobramento, o dispositivo para a batalha, seja tomado antes de tentar a transposição, com o que espera atemorizar o adversário. Estima que este, à vista da superioridade em infantaria de Alexandre, retirar-se-ia sem aceitar o combate.

Alexandre, porém discorda. Quer desde logo enfrentar os maiores perigos. Julga ser isso necessário à preparação moral de suas tropas e útil para desmoralização do inimigo. De fato, se conseguisse bom êxito, sua fama se espalharia por toda parte, naturalmente com ampliação dos fatos. Seria uma nova força e das mais valiosas em seu favor. Reflete também provavelmente,

como decorre dos próprios fatos, que o desencadeamento imediato do ataque surpreenderia o adversário. Êste, fiado na fôrça natural de sua posição, certamente, não *esperaria* ser atacado tão cedo e vigorosamente. Tendo o fôssô de Granico a frente ocupa com infantaria, quase tôda constituída por mercenários gregos, as alturas dominantes do rio, mas um pouco distante de suas margens. Com cêrca de vinte mil homens guarda o terreno entre essa posição e as margens do rio, pronto a atacar a partir do momento que o adversário tente alcançar a margem em que se encontra. É isso que Alexandre vê.

Seu exército aborda o rio já num *dispositivo normal de combate* :

— a infantaria, composta de 16 falanges, com sua profundidade normal de 16 fileiras, ocupa o centro numa frente de cêrca de 2 km;

— a cavalaria e as tropas leves ocupam as alas, das quais a esquerda é comandada por Parmeneão e a direita pelo próprio Alexandre.

O COMANDO DA BATALHA

Alexandre determina a cavalaria leve de Amintas que tente efetuar a passagem, para cobri-lo. Êle e seu corpo de escol, apoiá-la-ão, mas tentarão alcançar a outra margem do rio, atravessando-o obliquamente, de modo a poderem, uma vez alcançada a outra margem, atacar de flanco o inimigo que se opuser a Amintas.

Os persas, vendo a cavalaria de Amintas lançar-se nágua, atacam-na a flechas e se dispõem a carregar contra ela no momento em que atinja a margem sem dar tempo a que se ordene. Exultam ao perceberem que muito inferior em número, luta com sérias dificuldades. Enquanto isso se passa, porém, Alexandre lança-se a água, na extrema direita, impetuosamente ao som das trombetas e com enorme gritaria. Galga a margem oposta facilmente e desde logo ataca a cavalaria inimiga de flanco. Esta, surpreendida, vacila. Amintas com os restos de sua tropa atravessa o rio e vai juntar-se a Alexandre. A luta torna-se feroz e desigual para os macedônios, mas o resto da cavalaria também transpõe o rio e muito melhor armada que a dos persas lança-se contra ela pondo-a em fuga. Não é perseguida. Alexandre, então, ordena às falanges que transponham o rio e ataquem a infantaria inimiga de frente enquanto que êle com a cavalaria a tomará pelos flancos.

Exceto os restos da cavalaria inimiga que conseguiram escapar-se e dois mil infantes que ficaram prisioneiros, todo exército persa é aniquilado. Os macedônios perderam ao todo *cento e quinze homens*, conforme narram os historiadores antigos, desproporção de perdas entre o vencido e o vencedor que se observa sempre nas *batalhas a arma branca* travadas corpo a corpo. O que cede está perdido, não tem a distância nem as cobertas do terreno para o protegerem. Sua salvação possível está apenas na velocidade da fuga.

Os resultados da batalha, ou combate, do Granico foram consideráveis e tal como estimara Alexandre de enorme repercussão em toda Ásia Menor e na Grécia. É aos gregos, e não a si, a quem, em suas mensagens à Pátria, atribui todas as glórias desse primeiro encontro.

A BATALHA DE ISSUS

Mas Alexandre não perde tempo. Após Granico, fiel a seu plano, continua a avançar rapidamente pela estrada que segue a costa marítima através das *Portas da Cilícia*. Passa por *Tarso*, *Issus* e *Miandra*. Segue rapidamente sem encontrar resistências. Apodera-se de Tarso por surpresa. Mas aí, em consequência de um resfriado que apanhara ao atravessar o Granico a nado, adocece. Precisa de um mês para restabelecer-se. Depois prossegue a marcha. Atravessa os desfiladeiros chamados *Portas da Síria* e chega a dois dias de marcha de *Miandra*.

Recebe, então, informações sobre Dario. Este tirara partido da demora produzida por sua doença. Atingira a planície de *Sochus*, distante dois dias dos desfiladeiros dos *Amanus*, à frente de um exército de seiscentos mil homens e crente de que Alexandre ainda está detido em *Tarso*, avança. Alexandre porém, ao saber disso, interrompe sua marcha e lança um destacamento em reconhecimento sobre *Sochus*. Sem demora chega-lhe a informação de que Dario abandona a planície e se dirige para a costa, através dos desfiladeiros do *Amanus*, podendo atingir a retaguarda do seu exército. Seria uma manobra de certo modo lógica, mas cuja execução é desastrosa. Dario avança com todo seu exército, através dos desfiladeiros, perdendo assim a enorme superioridade de seus efetivos, cerca de 15 vezes maiores que os de Alexandre, pois deixa as planícies onde poderia desdobrá-los amplamente para se meter na região de Issus, apertada entre o mar e a montanha onde não teria liberdade de manobra, nem terreno próprio para tirar partido de sua cavalaria. Que teria influído no ânimo de Dario para levá-lo a uma tal decisão? Uma idéia falsa. Supoz que a demora de Alexandre, durante um mês

em Tarso, era motivada pelo receio de se bater contra êle. Na guerra o desprezo pelo adversário, as conclusões gratuitas, as intenções que se lhe atribuem, quaisquer leviandades, conduzem sempre ao desastre...

Dario mete-se pelos desfiladeiros do maciço do Amanus, cujos colso são pouco numerosos e entre os quais apenas um era mais facilmente praticável. Forma uma longuíssima coluna em direção a Issus, que a vanguarda atinge enquanto a cauda não havia ainda deixado o ponto de partida. Alexandre, ao saber disso, exulta. Trata desde logo de fazer face a retaguarda, invertendo a ordem em que estava seu exército. Não se descuida de lançar para diante sua cavalaria a fim de apoderar-se dos desfiladeiros, as portas da Síria, que deixara a retaguarda. Reúne os chefes e lhes explica a situação e a nova manobra a realizar. «Foi êle (o deus que o protege e de quem descende) que levou Dario, diz aos seus comandados, a deixar vastas planícies para meter-se num terreno estreito onde nossa falange pode facilmente desenvolver sua ação e os grandes efetivos são inúteis».

E aí está nitidamente a compreensão do momento favorável que se lhe apresenta. Depois prossegue, explicando o valor das forças em presença, para fortificar o moral de suas tropas e incutir nelas a confiança na vitória. «Vós macedônios, aguerridos e endurecidos pelas fadigas dos combates ides lutar contra persas cujas energias estão amortecidas por longo tempo de repouso e pelo abuso dos prazeres, homens livres combatareis escravos. Os gregos que servem a Dario batem-se por um soldo miserável, os nossos lutam pela Grécia de ânimo voluntário. Nossos auxiliares, os tarsos, os peonos, os agrianos são belicosos povos da Europa e vão enfrentar asiáticos enervados e efeminados. Ainda, é Alexandre contra Dario».

Mas, continua, agora são efetivos numerosos a enfrentar e não as reduzidas forças postas em fuga ou aniquiladas no Granico».

O plano de Alexandre é simples — aproveitar a oportunidade, avançar rapidamente de modo a não dar tempo a que as defesas de Dario se consolidem ou que este, apercebido de seu erro, lhe escape, furtando-se à batalha.

Ocupados os desfiladeiros das Portas da Síria — inicia a marcha sem perda de tempo. Distribui uma ração forte à tropa e inicia o movimento à entrada da noite. Aproxima-se dos desfiladeiros. Instala seu serviço de segurança e dá repouso ao exército no resto da noite.

Ao romper do dia retoma a marcha para transpor as *Portas da Síria*, formando longa coluna. Mas à proporção que o terreno se amplia, transforma o dispositivo de marcha em dispositivo de combate, alargando a frente até que as falanges se desdobram

completamente. Desde que atinge a planície faz alto e toma sua formação de batalha, conforme a topografia do terreno lhe indica. A infantaria das falanges ocupa o centro e se dispõe em trinta e seis filas de profundidade, de acôrdo com o espaço disponível. A cavalaria pesada e a maior parte da leve que cobriam o exército e vinham repelindo os elementos avançados persas colocam-se na ala direita, pois à esquerda é o mar. Alexandre, que deixara à sua retaguarda e à direita os desfiladeiros das Portas da Síria e dos colos do Manús, trata também de guardá-los e defendê-los com alguns esquadrões. Desde que bastante próximo do corte do Pinaro, ao sul de Issus, ocupado por Dario, o restante da cavalaria e a infantaria leve, que faziam a vanguarda, desembaraçam a frente e vem se colocar à retaguarda.

QUE FÔRÇAS FAZEM FACE A ALEXANDRE ?

Dario, dirigira-se para Issus, porque soubera da passagem de Alexandre e aí encontrou os doentes e estropiados por êste deixados. Vinha com a sua vanguarda, de cêrca de sessenta mil homens de suas melhores tropas, entre as quais a infantaria de mercenários gregos e a cavalaria *armada de lança* (para combater de perto, diz Arrieno), mais capazes de lutar contra os macedônios. Traz consigo sua família, seus haveres e seus tesouros. É um rei asiático.

Ao chegar a Issus tem provavelmente informações de que seu adversário decidiu fazer meia-volta. Instala-se para aguardá-lo sôbre o Pinaro, mas fica a cavaleiro do rio. A infantaria ocupa a margem N. e a cavalaria ao S. cobre-a. Um destacamento de tropas leves, armadas a arco e flecha, ocupa as alturas a Leste da planície, já na subida da montanha.

A BATALHA

Alexandre que, por enquanto, é ainda mais um general helênico que rei da Macedônia, ao contrário de Dario tem uma indumentária simples. Seus costumes são moderados e austeros. Seus hábitos, os de um sóbrio e rústico soldado.

Avança com suas tropas. Tôdas em mão. Prontas para a batalha. A cavalaria de Dario retrai-se a esquerda e a direita, para o lado do mar, onde fica a maior parte, desmascarando a frente do Pinaro defendida pela infantaria.

O macedônio leva suas falanges, em massa compacta até a distância do assalto. Não cessa de exaltar o moral dos seus comandados. Chama a uns e outros pelo nome. Recorda os feitos de bravura, as glórias de cada qual.

Em dado momento faz alto. Examina a posição e o dispositivo do adversário. Vê a sólida posição de sua infantaria atrás do Pinaro onde se protege aqui e ali com paliçadas. Nota a massa de cavalaria persa à sua ala esquerda, do lado do mar. Reflete e estima que naquelas condições do terreno, a sua é suficiente para fazer-lhe frente. Vê a árdua tarefa que caberá às suas falanges no ataque de frente. Nota a fraqueza das forças do flanco esquerdo de Dario, do lado das montanhas.

Formula, então, seu plano de ataque. Manterá a esquerda, na defensiva e atacará de frente com as falanges, enquanto que a direita com a maior parte de sua cavalaria, apoiada por infantaria leve, e a sua guarda, diretamente sob o seu comando, fará o esbôço principal, desbordando o dispositivo do inimigo. Atacá-lo-á de flanco e jogá-lo-á contra o mar. Alcançará o mais cedo possível sua retaguarda.

A decisão tomada, manda avançar lentamente, em silêncio e vai colocar-se à direita. Desde que a distância se encurta e permite o lançamento dos dardos, determina o assalto. Ao grito de guerra, *heleleu! heleleu!* todos se precipitam enérgica e decididamente para a frente.

A cavalaria de Dario, colocada à direita lança-se simultaneamente contra a esquerda de Alexandre e, muito superior em número, consegue recalcar os cavaleiros macedônicos. Esse êxito, porém, não pode ser explorado em consequência dos sucessos que se desenrolam no outro extremo da frente.

No centro a infantaria macedônica ataca, mas as falanges da esquerda encontram o obstáculo das paliçadas e se atrasam em relação às da direita. Uma brecha se abre nos dispositivos de Alexandre. Os mercenários gregos que servem a Dário, percebem-na e lançam-se por ela em violento contra ataque. A situação torna-se crítica.

No entanto, tudo vai mudar de súbito. À direita dos helênicos, as forças de Alexandre começavam a progredir, recalcando os arqueiros que Dario mantinha nas alturas à sua esquerda. Isto feito, Alexandre com sua tropa de escol, a sua guarda, e seguido de perto pelas falanges da direita, desemboca das alturas contra a esquerda da infantaria persa, enquanto que sua cavalaria trata de ampliar esse movimento procurando alcançar a retaguarda do dispositivo do inimigo. Toda esquerda de Dario é forçada a recuar. O contra-ataque dos gregos mercenários é ameaçado pela retaguarda. Recuam. Arrastam nesse movimento todo centro do exército de Dario. A ala direita, embora vitoriosa contra a esquerda de Alexandre, vê-se forçada a abandonar o campo de batalha para não ficar isolada, do outro lado do Pinaro e comprimida contra o mar.

Nessas batalhas, recuar é perecer. Não tardam as forças de Dario em procurar salvar-se como fôr possível precipitando-se em doida carreira, pelos desfiladeiros das montanhas. São perseguidas e massacradas. Dario, levado por elas de roldão consegue escapar, mas deixa tudo que é seu em poder de Alexandre : família, harem, tesouros.

As perdas foram totais, cêrca de cem mil mortos diz Arrieno, o historiador da expedição de Alexandre, naturalmente incluindo os últimos elementos chegados ao campo de batalha e os que foram massacrados no decorrer da perseguição.

Esta não foi além dos desfiladeirões. Alexandre não queria desde logo embrenhar-se pela Ásia. Vai retomar sua marcha para o sul, fiel a seu plano de aniquilamento prêvio do poder marítimo dos persas.

Parmeneão é encarregado de recolher os destroços do exército de Dario, particularmente seu tesouro. Uma preciosa caixeta é-lhe trazida. Reserva-a para encerrar nela a Iliada. Admira-se diante das riquezas, do conforto e do luxo das instalações de campanha de seu adversário.

A Ásia começa a deslumbrá-lo !...

Ao conhecer o aprisionamento da família de Dario, cuja mulher e cujas filhas são de rara beleza, cerca-as de todo respeito e conforto e consola-as afirmando-lhes que Dario não estava morto como temiam.

Nessa batalha, Alexandre foi ferido na coxa, mas sem maiores conseqüências.

A TOMADA DE TIRO

Liquidada a situação em Issus, Alexandre mal refeito seu exército, prossegue seu plano de submissão das províncias marítimas. Destas, do ponto de vista dos interesses de sua campanha, a mais importante é a Fenícia, que está próxima. É contra ela que se dirige agora. Tem que se apoderar de Tiro. Tem que pôr a mão na esquadra fenícia, atacar depois o Egito e dominá-lo, para então penetrar na Babilônia, na Mesopotamia dos lendários Eufrates e Tigre.

Sabe que Dario pode reconstituir um novo e considerável exército com os fartos recursos de seu vasto Império, não ignora, porém, que isso demandará muito tempo. Recusa, não obstante, as propostas de paz e aliança que êste lhe manda fazer. Declara-se pronto a receber sua submissão e disposto a tratá-lo com distinção, mas como senhor da Ásia, que se considera desde que o bateu em Issus, nega-lhe o direito de tratá-lo como igual. Não

aquiesce em negociar enquanto Dario se julgar rei. É esta a resposta que lhe dá.

Não se detem portanto. Prossegue. Alcança em breve prazo Tiro, a fortaleza fenícia. Decide atacá-la. A cidade construída numa ilha, de terras altas, é uma posição formidável. Demandará por certo um grande esforço do exército e a cooperação da frota, cuja missão será dificultada por sua inferioridade numérica. Reflete, também que talvez houvesse no exército alguém que preferisse empreender desde logo a perseguição a Dario. Fiel a seus hábitos e consciente das necessidades decorrentes do espírito da Grécia, sabendo a importância da *preparação moral*, explica as razões de sua deliberação. Estima que assim procedendo o exército empenhar-se-á interessadamente na execução de suas decisões de chefe. Incorporá-las-á à própria vontade. «Não poderemos diz êle, perseguir Dario se não formos senhores absolutos do mar. E para isso precisamos ocupar Tiro e dominar o Egito. Se não procedermos assim e marcharmos contra a Babilônia, o inimigo dispondo de uma frota formidável poderá ir atacar a Grécia enquanto nos achamos longe. A perda de Tiro, e de toda Fenícia, privá-lo-á dessa possibilidade. Com a esquadra grega reunida a dos fenícios, atacaremos depois o Egito com êxito. Vencedores, a Grécia e nossas comunicações com ela ficarão ao abrigo de ameaças e poderemos então avançar para a Babilônia, sem outras preocupações».

A posição de Tiro era realmente muito forte, para os meios de ataque da época. Situada numa ilha, distante da terra firme cerca de 700 m, era difícil abordá-la. Alta, contornada por uma muralha que chegava a ter 50 m de altura, construída com várias camadas de grandes pedras superpostas, era de difícil escalada. Os tirenses contavam, além disso, com o recurso de sua esquadra e esperavam reforços vindos de Cartago, bem como o apoio do exército persa.

Mas Alexandre havia dado a poliorcética um grau de desenvolvimento considerável e empregava recursos ainda não conhecidos dos seus contemporâneos. *Criou uma artilharia* — a primeira da história. Apesar da dificuldade, decide atacar. Formula o respectivo plano e inicia imediatamente a sua execução. No local em que as forças estavam acampadas — a antiga Tiro — havia pedras em abundância, e próximo, o Libano oferecia madeira. Aproveita-se de tais facilidades. Manda construir uma passagem para transpor o canal e para proteger os trabalhadores contra os golpes dos atacantes, flechadas, pedradas e ataques a croques de ferro, cobre-os com um certo número de navios reunidos de um lado e outro da construção.

Embora forçado a executar os trabalhos sob as vistas dos defensores da praça, procurou proceder de modo a surpreendê-los quanto possível. Hábeis em tais trabalhos, os soldados gregos lançaram primeiro as *bases*, uma estacada submersa, mas têm o cuidado de não deixar emergir as estacas que iam fincando para não denunciar o progresso da construção. Desde que ela surgiu aos olhos dos defensores da praça, pareceu ameaçadora. Então estes reagem com energia. Atacam os trabalhadores com suas armas de jato violentamente. Fazem incursões nas praias para atacar os carregadores de material.

Não obstante, os trabalhos progredem e desde que alcançam extensão bastante Alexandre faz construir tôrres de madeira no extremo da obra e cortinas de couro laterais para proteção dos trabalhadores. O inimigo reage cada vez mais enèrgicamente. Faz-se audaz e engenhoso. Lança barcos carregados de betume e enxofre contra a obra dos macedônios, e depois de os abandonar, atea-lhes fogo. Dêsse modo consegue incendiar as tôrres.

Mas Alexandre não desanima. Modifica o plano da construção, ampliando-o até sob os ataques incessantes dos tirenses. Entrementes, a esquadra de Dario decompõe-se. Certos aliados seus fazem defeccão e aderem ou aceitam submeter-se a Alexandre. Muda assim subitamente a face das coisas. A esquadra grega, reforçada com êsses elementos, permitia agora pensar em atacar a praça por mar. Alexandre passa a encarar os trabalhos que fizera para atacar por terra apenas como um ponto de apoio. A investida se fará principalmente pelo lado do mar.

O sítio que durava já sete meses vai terminar. Alexandre bloqueia os dois portos de que se servia Tiro, um do lado da Fenícia, outro que olha para o Egito. Depois monta as catapultas sôbre barcos ligados dois a dois e ataca as muralhas. Abre brechas, mas os tirenses as defendem enèrgicamente e não cessam de melhorar suas fortificações. Várias tentativas de assalto são repelidas. Por fim, Alexandre em pessoa toma a frente dos assaltantes e consegue penetrar na fortaleza. A luta é árdua. É preciso conquistar, a bem dizer, casa por casa. Afinal os tirenses cedem.

Os que não foram mortos por se haverem refugiado nos templos, são escravizados. Tudo é arrasado. No aceso da luta, chegam novas propostas de Dario, tão vantajosas que Parmeneão insta por sua aceitação. Alexandre recusa. Já é o único rei, senhor da Ásia. Não quer se contentar com a soberania sôbre as províncias marítimas, que lhe é oferecida. Não se trata mais para êle de cobrir a Grécia. Trata-se de dominar o mundo. Mundo ainda desconhecido...

NO EGITO

Destruída Tiro, Alexandre prossegue sua marcha para o Sul e se apodera sem resistência de Gaza, considerada a porta oriental de entrada para o Egito. A conquista foi fácil.

Não se detem. Avança pelo caminho da costa e atinge o vale do Nilo na região de Pelusa, na sua foz, onde a esquadra vem se lhe reunir. Depois sobe o vale e vai até *Menfis* a cidade sagrada que também não lhe oferece resistência. Alexandre como um igual ou superior aos faraós penetra no templo, onde só êstes podem entrar, mas faz os gestos do ritual faraônico conforme as indicações dos sacerdotes... Apresenta-se aos olhos dêles como um dos seus. Conquista, mas aceita o oráculo que consulta. Habilmente êste lhe diz, adivinhando seus desejos, estar êle destinado a dominar o mundo, *êle o filho de um deus*. Com isso começa a Grécia a ceder, no espírito de Alexandre... As civilizações mais antigas vindas da Ásia impõem-se... O discípulo de Aristóteles é agora um complexo macedônico egípcio... De sua comitiva passam a fazer parte adivinhos do velho Egito...

Depois Alexandre desce de novo o Nilo. Organiza o governo com os próprios naturais do país tendo, porém, a cautela de instalar gente sua nas proximidades. Funda a cidade de Alexandria que se vai mais tarde tornar célebre por sua grande contribuição para a cultura da humanidade na era dos Ptolomeus a que a morte de Alexandre dá início...

Depois retoma de novo o caminho de Tiro...

«A passagem de Alexandre pelo Egito, diz Raymond Bourgard, tornou-se memorável. Ligou êsse país cada vez mais à civilização helênica e assim tornou êle a ser um foco de civilização tal como havia sido já durante milênios».

Durante sua viagem ao Egito chegam-lhe notícias alvissadeiras da Grécia. O resto das forças marítimas dos persas não existia mais. A outra fase de seu plano de campanha pode agora ser realizada. Que seguimento tomará? Evidentemente antes de mais nada é preciso ir ao encontro de Dario e batê-lo definitivamente. Não mais deixar-lhe a possibilidade de refazer suas forças.

A SEGUNDA FASE DA CAMPANHA

A BATALHA DE ARBELAS

Na primavera de 331 A.C., Alexandre está de novo em Tiro, onde se demora algumas semanas, para dar repouso ao exército, receber reforços e regular questões concernentes à administração das províncias asiáticas, já submetidas, e à própria Grécia.

Isto feito, embrenha-se pelo interior da Ásia. Segue direito rumo do Eufrates em busca de Babilônia.

As únicas dificuldades que vai encontrando são as hostilidades do terreno e um certo mal estar que se começa a manifestar no exército. Os soldados gregos já não compreendem a razão de ser da nova campanha e não mostram entusiasmo em seguir cegamente seu jovem chefe. Há augúrios desfavoráveis, o eclipse da lua, cuja interpretação requer tôda habilidade dos sacerdotes egípcios, que agora acompanham Alexandre, para ser tido como desfavorável aos persas e não a Alexandre. Descobre-se uma trama de Dario para, pelo suborno, promover o assassinio do macedônio.

Seja como fôr, Alexandre não esmorece. Atinge o Eufrates, e o atravessa em duas pontes que faz construir. Não é molestado pela cavalaria persa, cuja missão é apenas vigiá-lo e devastar o país diante dêle. Repousa dois dias. Depois, por informações de prisioneiros, feitos entre os cavalarianos de Dario, sabe que êste reunira um novo e considerável exército, postado às margens do Tigre para barrar-lhe o acesso à Babilônia.

Que importa? Alexandre avança para o Tigre, difícil de transpor e facilmente defensável. Encontra-o, porém, livre de inimigos. Transpõe-no e acampa. Lança sua cavalaria para frente. Esta assinala-lhe a presença de Dario na região do planalto de Kermelis, próximo ao antigo Niniva. Está à frente de cerca de cem mil infantes, de uns quarenta mil cavaleiros e duzentos carros de combate. Entrementes a mulher de Dario, sucumbira aos desgostos e cansaços das penosas jornadas que fôra forçada a sofrer nesta guerra. Alexandre visita a tenda funerária, onde é ela velada pela mãe do persa e demonstra o mais sentido pesar.

Ruma depois diretamente ao adversário, abandonando a estrada da Babilônia. Dario cuja cavalaria também o informa sôbre a progressão de Alexandre, escolhera cuidadosamente seu campo de batalha. É agora bastante amplo para poder tirar todo partido da superioridade de seus efetivos e notadamente da sua numerosa cavalaria. Fizera mesmo prepará-lo, limpando-o em grande extensão para que esta não encontrasse de início tropêço algum.

Desde que os seus elementos assinalam a proximidade do exército inimigo, Alexandre toma medidas de precaução. Determina ao seu avançar lentamente. Vai, com um esquadrão de sua tropa de elite e um apoio de infantaria leve, adiante reconhecer pessoalmente a situação.

Vê então a enormidade da empresa que tem de realizar. A luta será desigual. Seus quarenta mil infantes e sete mil cavaleiros terão de bater-se contra o milhão de homens de Dario, com seus duzentos carros e quarenta mil cavaleiros!...

Não se atemoriza, porém. Não desanima. À vista dos trabalhos que Dario mandara fazer no campo de batalha, conclui que este não aguardará talvez que ele o ataque. É o que aliás prefere... Veremos porque.

Não se apressa e trata de preparar, como costuma, seu exército para a luta. Organiza-se metódicamente para a batalha. Quer que seja a última, decisiva.

Seu exército está ainda afastado cêrca de 10 km do de Dario. Resolve deixar que repouse aí, em segurança. Manda organizar e fortificar o campo. Esse campo, defendido depois por uma fraca parcela de suas tropas, servirá para guardar tôda sua impedimenta, enquanto que o exército livre e desembaraçado, lançar-se-á na batalha. Quando e como será travada esta? Tudo depende da situação no momento oportuno, isto é, terminados os trabalhos do campo e suficientemente alimentados e repousados os homens.

Na noite do quarto dia o Exército de Alexandre põe-se novamente em marcha, bem disposto, e confiante. A guarda do campo fica a cargo de parte de sua infantaria formada pelos trácios.

Aproxima o seu dispositivo, que, ao terminar a marcha, coloca-se atrás das últimas dobras do terreno que o separam do inimigo e assim se apresenta :

— *uma ala direita*, comandada por Pelotas, filho de Parmeneão, formada pela maior parte da cavalaria e do esquadrão real;

— *um centro*, sob o comando de Nicanor, formado pelo que há de melhor na infantaria macedônica, inclusive a Guarda;

— *uma ala esquerda*, sob o comando de Parmeneão constituída por uma falange, a cavalaria da Tessalia e a dos aliados.

— *a retaguarda*, de um lado e outro do centro, apoiando as alas está uma segunda linha de tropas de reserva. Sua missão é parar as ameaças ou tentativas de ação contra os flancos e a retaguarda por parte do inimigo ou, eventualmente, reforçar o centro.

A cavalaria e infantaria leves cobrem o Exército.

Não ataca desde logo. Observa atentamente. O inimigo há duas noites consecutivas passa de armas na mão, temeroso de uma surpresa. Cansa-se. Alexandre consulta seus generais. Convém atacá-lo imediatamente ou não? Convém aguardar até ser reconhecido minuciosamente o terreno? A maioria quer atacar imediatamente. Parmeneão sempre prudente prefere outro alvitre. Alexandre o adota e decide passar assim tôda a jornada seguinte a sua chegada ao campo de batalha. O dia é empregado em conhecimentos do terreno e do inimigo.

Em fins da jornada, provavelmente, Parmeneão propõe a Alexandre que o ataque seja desencadeado de surpresa e a noite. Alexandre repele a proposta, mas aproveita o acidente para atuar sobre o ânimo dos seus, incutindo em todos a convicção da vitória. Embora Parmeneão o tenha procurado e falado a sós em segredo na sua tenda, é em voz alta que Alexandre rebate a idéia, falando de modo a poder ser ouvido pelos que se acham perto. Não quer que a glória dos gregos seja atribuída à noite e não ao seu incomparável valor...

Estudada a situação, concebe seu plano. Vira o exército adversário disposto em duas alas e um centro, tendo à guisa de reserva, a retaguarda todo exército de Babilônia. Vai atacar o centro, onde está Dario com as tropas mais sólidas. Não pode, porém, atacá-lo de frente sem risco de ser envolvido se esse centro resistir. Tudo depende da surpresa e da energia da execução, mas é preciso obter logo um resultado estonteante. Resolve então atacar primeiro impetuosamente as tropas, muito menos sólidas, que se acham imediatamente à esquerda do centro. Abrirá assim uma brecha e depois atacará o próprio flanco desse centro e sua retaguarda. Esse ataque dirigirá pessoalmente, e será executado por uma falange da melhor infantaria e por sua guarda. Mas, e os seus flancos? Cobrir-se-á à direita com a cavalaria e à esquerda pelo escalonamento para trás das cinco outras falanges de primeiro escalão. *Ataque em ordem oblíqua, tal como Frederico o fará dois mil anos depois!*

À frente de todo exército, a infantaria leve incumbir-se-á de atacar os carros, se estes intervierem antecipadamente no combate.

A EXECUÇÃO DO ATAQUE

Antes de iniciar a ação, Alexandre dirige-se aos seus generais: «Meus bravos companheiros, não preciso animar-vos com discursos. Ides somente dizer aos vossos comandados que não mais se trata agora da conquista da Síria, da Fenícia ou do Egito e que a jornada que vamos iniciar decidirá da sorte do Império da Ásia. A vós, cujo valor conheço, recomendo apenas que cada qual mantenha rigorosamente seu lugar na ordem de batalha e observe silêncio até o momento oportuno, que ninguém solte o grito de guerra antes do momento decisivo; que cada qual fique atento às minhas ordens e pronto para executá-las. Todos devem estar persuadidos do papel que lhes cabe no sucesso e de que o exército pode ser sacrificado pela mínima negligência».

Mas, Dario toma a iniciativa do combate, antes que Alexandre inicie o ataque. Este, porém, não se perturba. Observa e

aguarda o desenrolar das primeiras ações. Os carros atacam de frente tal como Alexandre imaginara e são repelidos pelas frechadas da infantaria leve que atingem os seus condutores e os cavalos. Ao mesmo tempo a cavalaria da esquerda de Dario ataca a ala direita dos gregos. Também é repelida.

Alexandre tira partido imediatamente da situação. Livre seu flanco direito, momentaneamente, da possibilidade de um desbordamento, afastado o perigo dos carros, Dario naturalmente chocado por êsses primeiros revezes, é a oportunidade que se lhe apresenta. Não a deixa fugir. Antes que o persa lance novo assalto, inicia o ataque. Manda todo exército soltar o grito de guerra e avançar.

Vai êle mesmo à frente com sua tropa de elite em cunha. Incide violentamente sôbre o ponto visado. As fracas tropas da esquerda do centro de Dario cedem. Entram logo em fuga. Alexandre, com a cavalaria pesada que faz parte de sua *cunha*, manobra. Vai atacar o centro pelo seu flanco que ficara descoberto, ao mesmo tempo que as falanges começam também a atacar, entrando sucessivamente em linha.

As tropas de Dario não resistem ao ímpeto dos gregos. Ficam atônitas. Foram surpreendidas. Êle mesmo perde o controle e procura pôr-se em lugar seguro. Ê então a fuga desordenada. Uma torrente de homens aloucados procura abrir caminho para a retaguarda, através da segunda linha, o exército da Babilônia. Leva-o de roldão, submerge-o. A perseguição vai fazendo por tôda parte verdadeira chacina...

No entanto a cavalaria persa e indiana que Dario tinha a sua direita, tendo percebido uma brecha que se abria no dispositivo de Alexandre, lançara-se por ela em direção ao campo fortificado, à retaguarda. Penetra no seu interior. As reservas de Alexandre, colocadas à esquerda, correm em defesa do campo e deixam o flanco comandado por Parmeneão a descoberto. Alexandre é informado do que se passa, deixa a infantaria prosseguir a perseguição e corre com a cavalaria macedônica, em socorro de sua esquerda. Mas nesse momento, já a situação no interior do campo tinha sido restabelecida. Alexandre cai então sôbre os cavaleiros persas e indianos repelidos e os destrói por completo.

A vitória fôra total — trezentos mil mortos do inimigo contra apenas cem dos seus. Cêrca de trezentos mil prisioneiros!

Aí está uma vitória da organização, da técnica, da instrução contra o número, mas é vitória do valor do chefe que sabe preparar e comandar seu exército.

Evidentemente é em Arbela que Alexandre põe em evidência todo o seu gênio militar e mostra sua mestria na batalha. Com cêrca de cinqüenta mil homens ataca um milhão de Dario e o faz

sob uma forma nova, concebida à vista do exame da situação difícil que se apresenta. Que fez de fato Alexandre para obter tão completo e retumbante êxito? Dario e seus generais, conforme documentos achados em suas bagagens, tinham formulado um plano lógico — observa um analista moderno dessa batalha — e eleito um apropriado campo de batalha. A zona de Arbelas, que escolheu para chocar-se com Alexandre era central, servida por várias estradas que facilitavam a reunião do exército e seus reabastecimentos. O terreno plano e limpo apropriado à manobra dos grandes efetivos e à ação da cavalaria. Dario age com prudência. Fortifica-se, mas prepara o terreno ao mesmo tempo para ofensiva, desembaraçando-o de obstáculos. Seu dispositivo para a batalha ofensiva, embora emassado, ultrapassa largamente as duas alas do exército de Alexandre. Seus carros são empregados como força de ruptura.

Seu plano prevê o início do ataque, como de fato se deu, pela ação da cavalaria sobre o flanco e retaguarda de Alexandre e a dos carros sobre a frente. Desde que os primeiros êxitos fôssem obtidos, toda infantaria, aproveitando o desequilíbrio do dispositivo do adversário, se lançaria para diante, para esmagá-lo. Dario, porém, não prevê variantes; não leva em conta que o adversário é Alexandre... Supõe que tudo se vai passar como imaginou... E se não fôr assim, que fará? Isto êle não previu.

Alexandre entra na batalha com suas tropas frescas, bem repousadas, confiantes. Dario faz as suas passarem duas noites consecutivas em estado de alerta.

Dario assiste apenas o início do combate. Alexandre comanda pessoalmente a operação mais difícil. É quem inicia o ataque.

Não se deixa surpreender. Surpreende. Sabe escolher o ponto fraco do dispositivo para atacar. Enquanto que Dario fica atônito diante do inesperado, Alexandre explora a fundo a situação e o êxito que obtem sem perda de um só instante! Atacado, não perde a calma. Aguarda atento a primeira oportunidade para agir e quando esta aparece age vitoriosa e impetuosamente. Era a Grécia contra a Ásia... A ciência nascente contra a superstição predominante...

A TERCEIRA PARTE DA CAMPANHA

Destroçado seu exército, Dario desaparece. Escapa mais uma vez e se interna nos recônditos de seu vacilante Império. Já impotente, não, porém, ao que parece, inteiramente desesperançado, trata de promover a organização de novas forças. Consegue pouco. Alexandre, de resto, não lhe deixa o lazer necessário para

isto, e o vai acuando para os longínquos recessos do país em que dominava, até que lá para bandas do Cáucaso, cuja região buscava, Dario tomba assassinado por miserável traição. Alexandre não guardava ressentimentos da trama desse gênero, que lhe armara Dario e de que quase fôra vítima, e lastima sinceramente o ocorrido. Honra-lhe o cadáver. Presta-lhe homenagens fúnebres conforme os cerimoniais asiáticos e dá-lhe sepultura real. Não perdoa os miseráveis traidores, que persegue sem lhes dar quartel.

O seu comportamento nessa emergência põe mais uma vez em foco sua grandeza d'alma e quanto êle se elevava na senda do aperfeiçoamento humano em sua era. Não obstante, por ser já então uma personalidade complexa — a um tempo grego e asiático — querem muitos historiadores que êsses seus nobilitantes gestos, as homenagens que prestara ao adversário tombado, cobrindo-lhe o cadáver com sua própria túnica e lhe prestando honrarias de *grande rei*, reflitam apenas seu amor à Ásia. Sejam manifestações de seu *novo espírito*. Talvez tenham razão, mas em nada se diminui com isso a nobreza do seu comportamento.

Destruído Dario, continua a campanha até submeter todo o país. Vai mesmo até além das fronteiras do Império. Desce ao oceano, sobe e transpõe montanhas julgadas inacessíveis. Sêde de glória, ambição de poder, dizem muitos. E por que não interessasse científico? Que fazem os sábios em seu séquito?

A OCUPAÇÃO DE BABILÔNIA E SUSÁ

Após Arbela, Alexandre avança para Babilônia. Apesar de vitorioso, de seu enorme prestígio, de sua real invencibilidade, ao aproximar-se da velha capital da Assíria, procede cautelosamente.

Defende-a longa muralha de 30 m de altura a 6 de espessura e mais de 100 km de extensão (*). Evita abordá-la de frente. Atravessa a planície de Cunasca (onde começou a retirada dos dez mil de Xenofonte) e por aí alcança a mais velha capital do mundo. É recebido festivamente. Dá repouso, longo repouso ao seu exército. Êle, porém, trabalha.

Ultima seu projeto de conquista e exploração, põe em ordem seus negócios asiáticos e mais ainda seu espírito se impregna das tradições dessas civilizações vindas de longe, cuja grandeza o comove e admira. Sacrifica aos deuses locais com os ritos que lhe

(*) Conforme Raymond Bugard.

ditam os sacerdotes. Tal como fizera no Egito, conserva na administração os chefe nacionais mas ao lado dêles, no comando militar e na administração dos impostos, coloca gente da Grécia. . .

Tudo regulado, sua hábil política tendo apaziguado os espíritos e promovido melhoramentos locais que deixam largas promessas para o futuro, recebidos contingentes de reforço da Macedônia, parte de novo em demanda de Susa, a capital da Pérsia. Vai em busca de Dario?

De Arbela havia antes lançado diretamente para Susa um contingente sob o comando de Filoxeno e dêste já recebera informações. Sabe que não haverá luta para se apoderar de Susa. Vai tomar posse solene de seu império. Recolhe o tesouro, enorme quantidade de ouro e prata. Senta-se no alto trono de Dario, e, para repousar os pés, faz trazer a pequena mesa que êste utilizava em seus repastos. Mas a êsse gesto que humilha a Pérsia, junta logo outro que há de cativá-la. Restitui à mãe de Dario e aos do seu séquito suas antigas moradas. E como quer helenizar a Pérsia, pelo menos tanto quanto êle mesmo ia se fazendo asiático, dá ao pequeno filho de Dario um preceptor grego.

O AVANÇO PELAS MONTANHAS

A chegada a Persópolis, para onde se dirigira depois de Susa, e sua ocupação, não foram incruentas. Para atingí-la teve que atravessar montanhas escarpadas e habitadas por povos hostis, que cobravam impôsto de trânsito por seu território, situação que os próprios reis da Pérsia aceitavam para evitar as dificuldades de uma muito árdua luta. A via real da Pérsia, que Alexandre tomara, atravessava essas montanhas cujos desfiladeiros estavam barrados. Atravessa o primeiro sem resistência e submete e castiga o povo que teve a ousadia de querer fazer-lhe imposições. A passagem seguinte é mais difficil. Está ocupada, bem defendida, são os chamados «Desfiladeiros da Pérsia». A êles havia acesso pela estrada real e por um atalho. Manda Parmeneão com o grosso do exército pela estrada e toma pelo atalho com os seus macedônios escolhidos e a sua melhor cavalaria. Em cinco dias de marchas forçadas atinge as gargantas famosas. Esbarra numa imensa fortificação, que fecha a passagem, defendida por cêrca de quarenta mil homens. Tenta o assalto mas é repellido. Deixa a maior parte dos seus fazendo frente a essa resistência e, guiado por um vaqueano, toma com tropas de escol, por sendeiros pouco conhecidos e difíceis. A marcha é penosa, dada a natureza de

terreno e ainda mais porque essas alturas já estão tomadas pela neve. Após uma noite de angústia, em plena montanha gelada, chega a um ponto donde dominava, pelo flanco e a retaguarda, a posição adversa. Vê-a praticamente desguarnecida. Os defensores para se abrigarem do frio, deixando apenas alguns guardas nas fortificações, haviam se recolhido, quase todos, às suas tendas aquecidas. Cai de súbito sobre eles com enorme alarido. Cratera, que ficara no comando dos que deixara face aos defensores, ouvindo o fragor do combate, lança-se ao assalto. A muralha, mal defendida, é transposta.

Estão abertas, por mais uma hábil e audaciosa manobra, as portas da Alta Pérsia. Mas Alexandre, sempre equilibrado, não se interna logo pelo país. É audacioso e intrépido, não é leviano e afoito.

Aguarda que a êle se reúna o grosso conduzido por Parmeneão.

Depois continua. Penetra mais ainda através das altas e escarpadas montanhas, onde por certo Dario se abrigara. Vence tôdas as dificuldades e chega a Persópolis, onde, para vingar antigos ultrajes feitos à Grécia, determina o saque da cidade. Faz grande massacre, incendeia o palácio de Xerxes, obra famosa por sua imponente majestade. Apodera-se de imensos tesouros. Costumes bárbaros...

O incêndio do palácio de Xerxes agrada particularmente aos soldados helênicos. Vêem eles nisso um sinal de próximo regresso à Pátria, o fim de campanha. Estão fartos da Ásia e começam a desgostar-se de Alexandre pelos hábitos, costumes e espírito asiáticos que vai adquirindo, e tanto que quer mesmo até que os aceitem, o que lhes causa repulsa. Têm manifestado seus desgostos por vários modos e em diversas oportunidades. Seu asiatismo em Persópolis desgosta os gregos. É para assistir a isso que tanto labutamos, indagam êstes?

Mas Alexandre sonha, almeja e tenta a fusão dos dois espíritos que se processa em si mesmo. Não vê mais dois mundos, o helênico e o asiático, antagônicos. Há apenas todo um vasto império, que êle resume e sintetiza.

Não esmorece. Quer levar sua empresa por diante, até o fim. Repele com violência e castigos de severidade extrema todos os que ousam contraditar-lhe abertamente os desígnios. Os que perdem sua confiança, tais como os filhos de Parmeneão e até este velho general que o acompanha desde o início de sua carreira e que desfrutara antes a confiança de seu pai, chegam a ser passados pelas armas. Era assim na época...

Evita, porém, à custa de prodigalidades, o mais que pode, manifestem desgostos. Trata a par da severidade quando a julga necessária — de hãbilmente ir fazendo vibrar as cordas sensíveis do espirito e do coração de seus comandados, de ir vencendo as crises sérias que surgem de vez em quando.

Chega assim até as portas do Caucaso. Prossegue ainda mais para o N. Depois retrocede para o Sul, varando montanhas, ou áridas planícies e atinge o vale do Hindus. Desce-o até o mar.

De passagem em Pasargada, onde se erige o túmulo monumental de Ciro, rende homenagens ao fundador do imenso império. Considera-se seu sucessor, faz-se mais ainda asiático, para despêro dos gregos.

«Il faut, diz Raymond Burgard, reprocher ce geste de celui qu'il avait accompli au tombeau d'Achille. Au moment où se préparait à recueillir la succession impériale, ne voyait il pas en Cyrus le fondateur de la puissance que ses armes conquéraient? Cyrus ne devenait-il pas, déjà, à ses yeux, une sorte de grand ancêtre?»

Prossegue à cata de Dario, nas províncias médias da região Caucásica nos confins do Império Pérsico, que só se podia alcançar por uma velha pista.

Os gregos, o próprio Parmeneão, mais uma vez manifestam seu desgosto...

ANTES DA DESCIDA PARA O MAR DESCONHECIDO

Depois ainda da morte de Dario, Alexandre dá repouso às suas tropas fartas de Ásia... Até onde nos levará Alexandre, pensam eles? Por que prosseguir, se Dario já não existe? É tempo de usufruir os resultados e lucros da fatigante campanha. É o mesmo fenômeno de fadiga que se vai manifestar mais tarde, dois milênios decorridos, nas hostes napoleônicas. Apenas, aqui, não está terminada a missão, a descoberta do mundo...

Alexandre tem a sensação de que vai ser abandonado pelos seus e, então, mostra todo valor de seu caráter, tôda pujança de seu espírito, quanto mede a importância de seus atos e quanto conhece os gregos.

Fala-lhes: «Se julgasse segura a posse das terras que conquistamos, seria eu o primeiro a querer regressar à Pátria, ao seio dos meus compatriotas, para usufruir a glória e os resultados de nossas vitórias... Mas os bárbaros só não reagem porque sentem o nosso jugo. Guardam ainda seus ressentimentos e hão de manter-se por muito tempo selvagens e ferozes. Julgais que êstes povos de línguas e costumes estranhos, que obedeceram longamente a seus soberanos, ficaram dominados assim de um

dia para outro? São como animais ferozes enjaulados. Retomariam depressa sua liberdade e ferocidade, se os deixássemos de fustigar». Explica-lhes claramente a situação, o que era possível acontecer. É o quanto basta para vencer a crise.

E só assim consegue levar o exército até ao país das amazonas, cuja rainha veio submissa ter com êle um idílio, conforme reza a lenda...

Seduzido, encantado pelo esplendor e esquisitez da Ásia, com desespero cada vez maior dos gregos, Alexandre chega a vestir-se com a indumentária própria dos países conquistados. Deixa, porém, essas vestes esquisitas e retoma subitamente uma atitude macedônica, mal sabe que as províncias de Leste da Pérsia se rebelam. Age célere. Lança-se enérgicamente em nova campanha. Campanha a cuja forma não estão aliás habituados suas admiráveis e inigualáveis tropas. Acostumadas a lutar com massa têm agora que se dividir em destacamentos numerosos, embrenhar-se num país de montanha, recoberto de matas, bater guerrilhas.

A rapidez com que Alexandre concebe, adota e dirige êsse novo sistema de guerra, mostra mais uma vez a pujança de seu gênio militar. Não hesita. Age com segurança, propriedade e energia. Outra vez vence decisivamente. Bate os provincianos ingênuos que não percebem sua força, toda extensão de seus enormes e insondáveis recursos...

Há nessa parte de suas campanhas dois episódios dignos de registo.

Um, é a galgada do rochedo em que assentava o forte de Choriena, onde se refugiara toda população da satrápia rebelde que acumulara víveres para dois anos. As tentativas de Alexandre para negociar recebem orgulhosa resposta. Um desafio: «se os soldados de Alexandre possuem asas que nos venham desalojar», é a réplica. Mas é o que basta. Alexandre decide realizar o assalto. Escolhe entre os seus os que tinham hábitos de montanheses. Fala-lhes e lhes promete fartas recompensas. Parte, equipamento aligeirado, com víveres para dois dias e *recursos alpinistas*. Passa uma noite em bivaque. No dia seguinte atinge a posição. Nem há combate, para penetrar na cidade. No entanto o forte resiste. Ataca-o com torres de assalto construídas com pinheiros derrubados na floresta. Tudo é facilmente dominado.

Vence, portanto, mas no outro incidente a que nos referimos, é vencido...

Roxana, a bela filha de um dos chefes submetidos domina-o...

Casa-se com ela, segundo os ritos e costumes do país. Faz-se ainda mais asiático, mas parece que em todo êsse procedimento,

há um cálculo de ordem eminentemente política. Teria esquecido os ensinamentos de Aristóteles?...

De novo os gregos se rebelam e êle se irrita. Tem acessos de fúria. Mata Klito, a quem era reconhecido por havê-lo salvo em Granico. Por que o fizera? Klito negara tivesse êle qualidades divinas, tal como o afirmaram primeiro os sacerdotes egípcios e depois os da Ásia... Dissera-lhe que só era realmente grande por causa dos macedônios... Quando cai em si, Alexandre arrepende-se...

Calistenes, sobrinho de Aristóteles e que o acompanhava como historiador, também cai no seu desagrado. Fingira esquecer o cerimonial asiático. Não se prosternara diante do rei da Ásia... Um discípulo seu tornara-se até insolente. São mortos.

Os exércitos de Alexandre, exceto a guarda macedônica, passam a ser asiáticos, mas instruídos e armados à grega...

NO VALE DO HINDUS

Atingido o vale do Hindus, Alexandre organiza sua retaguarda e prepara-se para descê-lo. Crateras já iniciara mesmo a construção de uma esquadra. Terminada esta, começa a descida para o mar, depois de cumpridos os adequados ritos religiosos.

Inicialmente há apenas os riscos e os perigos das corredeiras, o exército, porém, sofre algumas perdas e o próprio Alexandre quase é acidentado. Depois surgem resistências e hostilidades. Em certa ocasião Alexandre que se adiantara é ferido e quase perece. O Exército chega a inquietar-se. Em certas regiões é bem recebido. Noutras sabe que há preparativos contra êle. Age vigorosamente. Por fim, sua fama, que o precede, vai por si só vencendo tôdas as veleidades de oposição.

Aproveitando-se de breves pausas e dos recursos locais, melhora a esquadra que chega a dispor de dois mil navios. Funda cidades ao longo de seu longo itinerário, tôdas com denominações que recordam seu nome. Serão guarnições de segurança, centros de comércio e de cultura grega. Atinge Petala no delta do Hindus. Estava próximo ao Oceano. Conhece então as monções e o fenômeno das fortes e rápidas marés. Sua gente, a gente das montanhas ou do mediterrâneo, ao constatar os efeitos das altas marés, por vir encontrar em terreno sêco os barcos que deixara pouco antes completamente submersos, fica aterrada. Depois, familiariza-se. Alexandre deixa parte dos seus a espera de que tornem as águas e prossegue. Quer ver o misterioso *grande mar*.

Depois acampa na praia, procede a sacrificios de touros e libações. Repousa e concilia os deuses...

FIM DA CAMPANHA

O REGRESSO DE ALEXANDRE

Parece que nesse ponto Alexandre toca o fim de seu programa, mas ainda insatisfeito e ansioso por desvendar os mistérios que se necerram na imensa vastidão de terras e águas desconhecidas que demoram além dos horizontes.

Nenhuma indecisão, porém, é-lhe permitida. O pai de Roxana que vem de longe, à sua procura, avisa-o de haver rebeliões no interior. É preciso a todo custo evitar que se espraíem.

Ultima, então, o plano de regresso. Nearca, o seu almirante, seguiria com a esquadra a costa em exploração marítima. Êle, Alexandre o acompanharia de perto para apoiá-lo e preparar os reabastecimentos nos pontos de escala. Cratera, com boa parte do exército, tomaria itinerário mais ao Norte, e iria se lhes reunir em Carmasia, depois de haver transposto de novo a região montanhosa da Gédrosia. Terá percurso mais longo e partirá dois meses antes.

Essa marcha de Alexandre é a parte mais árdua de sua campanha. Há dificuldades sérias e desconhecidas a vencer; à agressividade dos países percorridos, selvagens e pobres, somam-se as hostilidades dos povos rústicos que os habitam. São tais que chegam até a *desanimá-lo pela primeira vez*.

Quando o exército atingiu *Pura* tinha um aspecto lastimável. Não obstante, após breve repouso, refeito em parte, avança ainda para aguardar a chegada de Crateras e Nearca no ponto combinado.

Cratera, preenchida galhardamente sua missão, chega primeiro e com suas tropas em bom estado. Alexandre recebe-o efusivamente.

Nearca demora-se mais um pouco descobrindo sua rota marítima, durante a qual os gregos veem pela primeira vez uma baleia, vem tocando portos e ilhas mal conhecidas, mesmo desconhecidas completamente. Afinal, atinge com seus numerosos navios e guarnições um pôrto afastado cêrca de cinco dias de marcha do ponto onde se acha o chefe.

O encontro de ambos foi comovente. Estavam todos os homens de Nearca irreconhecíveis, como estiveram os de Alexandre.

Passado os momentos de júbilo e praticados os ritos religiosos costumeiros, o exército, agora todo reunido, reinicia a marcha, pela velha estrada da Pérsia em direção a Susa, onde havia estado havia seis anos passados! A esquadra de Nearca, em cujo comando fôra êste confirmado em recompensa aos ser-

viços prestados, dirige-se aos mares da Arábia apoiada em terra por um destacamento sob o comando de Nefestião, que a segue ao longo da costa.

Em Susa reúne-se de novo todo Exército. Estava orgulhoso de seus heroicos feitos e da imensa obra realizada.

Abrem-se as expansões e os regosijos. Sucedem-se as festas. Mas Alexandre trabalha.

Por seu casamento com Roxana enfrentara a opinião de seus compatriotas helênicos. Agora procura meios de acentuar bem que não mais se considera mero representante do helenismo. Era uma personagem oriunda da Grécia, mas sucessor do Grande Rei, herdeiro das energias civilizadoras nascidas dos povos asiáticos cujos domínios conquistara. Queria a fusão das duas civilizações. Criar sob seu reinado um só povo. Aproveitando o pretexto de não ter vingado o filho que tivera com Roxana, resolve fazer bôdas com a bela filha de Dario e promove as núpcias simultaneamente de dez mil gregos com outras tantas jovens persas. Obtem o que almeja prodigalizando dádivas e fazendo largas promessas.

Prossegue sua idéia de fusão concedendo a trinta mil jovens persas do exército, já educados à macedônia, direitos de helênicos, inclusive o de pertencerem a sua guarda. Isso mais uma vez desgosta os gregos...

Escolhe para sede de seu novo Império a velha Babilônia, após haver feito uma excursão de estudo até o golfo e remontado pelo Tigre. Ao chegar perto de Babilônia, em Otis, quer licenciar suas tropas gregas, recompensando-as com a volta à pátria. Estas entendem que êle apenas quer se livrar delas e manifestam sua indignação. Ironizam-no: «Deixa-nos partir dizem êles, e continua tuas guerras, se podes, com teu pai Amon». Essa alusão ao seu asiatismo, deixa-o furioso. Manda punir alguns dêles, mas, em seguida, torna-se calmo, compreende e então fala-lhes como um grego.

Êle e o exército se reconciliam. Os helênicos partem satisfeitos. Mas, em seguida, mais ainda se afirma o asiatismo de seu ex-chefe.

A MORTE DE ALEXANDRE

Depois de licenciar os soldados gregos, vai repousar em Ebatana, aproximando-se mais de Babilônia, em relação a qual projeta grandes obras e até a construção de um pôrto. Êle mesmo procede aos reconhecimentos para a escolha do local, durante os quais apanha o impaludismo. Enfraquecido pelas fadigas de sua longa campanha e ainda mais pelas orgias a que se deram êle

e seus companheiros, durante a estada em Otis, vem a falecer no mês correspondente a fins de maio e comêço de junho de 323, pouco depois de haver prestado homenagens e feito funerais de herói a seu general, Hefastião, cêrca de um mês antes.

O processo de sua sucessão foi difícil de regular pelo conselho dos seus generais. Afinal Roxana dera a luz a um outro filho póstumo de Alexandre e tudo parecia ter ficado solucionado.

Parecia apenas. Os generais entram em luta uns contra os outros e nessas lutas tôda família de Alexandre, sua mãe, sua espôsa Roxana, que fizera eliminar a filha de Dario e seu filho, tudo é sacrificado.

CONCLUSÃO

Alexandre morre aos 32 anos de idade tendo realizado uma obra considerável, de enorme repercussão na sociedade de seu tempo e de grande influência para a marcha da civilização.

Accionando o admirável instrumento militar que seu pai soubera construir, realizara o plano que êste evidentemente concebera e êle, inspirado pelos grandes filósofos, entre os quais por certo Aristóteles, completara. Salva a Grécia de uma possível invasão da Pérsia procurando helenizá-la. Introduz nela o poder da teocracia. E êsse resultado, de conseqüências políticas prolongadas até muitos séculos depois de sua morte, junto à sua genialidade militar, à extraordinária atividade que desenvolveu, e mesmo a certas virtudes que demonstra, justifica que se lhe dê o título de Magno.

Acusam-no alguns de ambicioso, de excessivo amor à glória, da extensão que dá ao seu poder. Acusam-no de ter querido levar, até os longínquos recônditos da Ásia, as fronteiras de seus domínios por não se ter contentado, para pôr a Grécia a salvo, com o aniquilamento do poder persa, tal como se menifestam os helenos que o acompanham, restringindo sua empresa aos limites que seu pai evidentemente traçara. Alexandre, porém, poderia justificar sua conduta no tribunal da história, citando as invasões caídas sôbre a Europa vindas da Ásia e do Norte.

A organização da expedição, os resultados científicos, os conhecimentos geográficos que daí resultaram, parecem mostrar que o não excitava a execução dessas coisas extraordinárias, apenas um desejo mórbido de domínio do mundo...

Seja como fôr, além da segurança adquirida com a destruição do poderio persa, resulta de tôda sua ação uma imensa obra civilizadora.

A fundação e reconstrução de cêrca de 70 cidades, o melhor conhecimento da geografia, da zoologia e da botânica; a extensão

e difusão das artes, das ciências e da filosofia grega; a helenização de grande parte da Ásia e do Norte da África são fatores positivos que devem ser levados em seu favor. O papel desempenhado por Alexandria, para o desenvolvimento da cultura ocidental, é também saldo em sua conta de militar e político. Há ainda a somar para se medir o resultante da sua ação, a unificação da nação grega, de que resulta a fusão dos dialetos. A adoção de uma língua comum facilitou a difusão do espírito grego, notadamente no mundo mediterrâneo.

Mas, a Ásia reage naturalmente sobre êle e a Grécia. Sua altivez, suas tradições teocráticas, penetram a seu turno no ocidente. Os deuses gregos, os cultos, os sistemas de governo, recebem um influxo evidentemente asiático. A idéia dos *Imperadores* divinos que mais tarde toma vigor na Roma dos Augustos é de origem asiática. Alexandre que simboliza a vitória das liberdades helênicas, torna-se a seu turno, na história, sucessor dos déspotas orientais.

No momento de sua morte preparava a continuação de novas empresas agora, porém, no sentido do Ocidente. Não há dúvida de que olhava para Cártago, Roma e a Itália...

A integridade, porém, de seu império não subsiste após êle. Sem seu gênio e prestígio, esfacela-se em vários reinos. A Macedônia, a Síria e o Egito ficam com os macedônios até serem subjugados pelos romanos. O Egito, sob a dinastia de Ptolomeu, que fôra um dos seus generais mais cultos e prestigiosos, adquire no desenvolvimento da civilização posição das mais eminentes.

Não analisamos os costumes domésticos, a moralidade pessoal de Alexandre, que por certos procedimentos do fim de sua carreira não permitem apresentá-lo como modelo. Mas se considerarmos os depravados costumes de sua época, a influência luxuriosa da Ásia, os efeitos perniciosos dos bajuladores do poder, que o envolviam e mantinham sua vida numa atmosfera intoxicante, somos forçados a admitir que a boa educação que recebera encontrara bom campo para proliferar. Era naturalmente liberal e bom. Tinha explosões de fúria, mas era rápido em arrepender-se. O respeito com que cerca a família de Dario, cuja mulher e filhas tinham fama de serem modelos de beleza; a indignação que lhe causavam certos oferecimentos de venda ou dádivas de jovens rapazes para os prazeres de vícios correntes na Grécia atestam que sua moralidade era destacada...

As orgias que realizou de que muitos o acusam não podem ser julgadas, com o critério de nossa época, ultra evoluída. Hoje, são defeitos de grave inferioridade. Na época de Alexandre tinham até algo de religioso...

ROMA

«De tous les peuples du monde, le plus hardi, mais tout ensemble le plus constant dans ses maximes, le plus avisé, le plus laborieux, et enfin, le plus patient, a été le peuple romain.

De tout cela s'est formée la meilleure milice, et la politique la plus prévoyant, la plus ferme et la plus suivie qui fut jamais».

Bossuet — Discours sur l'Histoire Universelle.

«Enquanto durara o estado de guerra, as virtudes romanas foram alimentadas pela necessidade de fazer face a uma situação sempre ameaçadora. Então, o cidadão romano subordinava entusiasticamente, e consciente, sua existência individual à da coletividade.

Desde que se terminou, porém, a fase das conquistas, ou melhor dominados os povos que podiam ameaçar Roma, seus ardores cívicos se abrandaram. Sua moralidade decaiu, diluiu-se e afoga-se nas riquezas que essas mesmas conquistas lhe proporcionavam. O cidadão romano degenera. Corrompe-se. Os vícios o corroem. Sua inteligência e atividade natural são empregadas em refinar prazeres.

Sem dúvida há exceções. Essas, porém, não bastam para fazer esquecer, a quem aprecia a época em que se inicia a decadência romana, o estado de degradação caracterizado pelo decreto imperial que proibia a inscrição, no registo das prostitutas das mais ilustres matronas. Nenhuma lei poderia corrigir uma sociedade corrompida e degradada a tal ponto.

Eles, porém, sentindo e fazendo sentir a necessidade de uma nova lei moral, abrem as portas ao surto do catolicismo».

(Extraído de *Les Grands Types de l'Humanité*
— de Pierre Laffit).

ROMA

I

AS ORIGENS

Os povos arianos dos Alpes desceram para a Itália ao mesmo tempo, ou talvez antes, de atingirem o mar Egeu. Foram absorvendo, destruindo ou recalando os habitantes primitivos, cuja civilização florescia sob sua forma mediterrânea ou asiática.

Os *etruscos* repelidos de seu país vieram instalar-se na Itália, ao N. do Tibre, dominando as tribos arianas que aí encontraram. Ao contrário do que se passava na Grécia, aqui o povo governante não eram os arianos. Os *etruscos* eram representantes de

uma civilização superior, a mais avançada que então existia na península. Não dominaram, porém, todo território. O sul do Tibre continuou a ser habitado pelos latinos, bárbaros ainda. Viviam agrupados em tribos, ligadas entre si apenas por laços religiosos sem nenhuma dependência administrativa. Era a Liga Latina, cuja reunião se dava no Monte Albano onde ergueram um templo a Júpiter, o deus que reverenciavam, nos dias festivos.

Entre *etruscos*, já senhores de uma certa indústria, e latinos, apenas rurais, estabeleceu-se comércio através do Tibre, localizando-se naturalmente onde o rio dava passagem a vau. Foi aí que nasceu Roma, e não certamente do ventre de uma loba, como reza a lenda. Nessa lenda, porém, Rômulo e Remo, talvez nada mais representem que os dois primitivos povos, etruscos e latinos, reunidos pelo comércio nesse ponto do Tibre (*).

Nesse contato entre os dois povos, dominam os etruscos por cerca do VI século A.C. Surge o Estado romano, sob a égide dos reis e fundamentado na fusão de etruscos e latinos e na formação de duas grandes classes sociais, *patrícios* e *plebeus*. Os primeiros eram os proprietários de terra, os ricos ou aristocratas. Eram a classe dirigente. Os segundos eram os *proletários*.

Cabia aos patrícios exclusivamente o exercício das funções públicas e só eles podiam fazer parte do Senado, que era o órgão central diretor do Estado. Daí lhes resultavam grandes vantagens.

Os *plebeus* eram homens livres, mas sem direitos políticos, os quais, só mais tarde, foram a pouco e pouco conquistando. Constituíam o proletariado e não podiam jamais sair dessa condição, pois era-lhes até vedado ingressar na casta dos nobres pelo casamento. Os filhos que daí resultassem permaneciam plebeus. Tais casamentos consideravam-se *morganáticos*.

Era natural, portanto, que os plebeus procurassem se agregar a um *patrício*, constituindo-se seus *clientes*. Era o único meio de que dispunham para defender seus interesses perante os tribunais, interesses relativos principalmente às questões com o fisco ou a ofensas pessoais. O nobre de que eram clientes pugnava por eles. Além disso, podiam, como clientes, participar dos cultos públicos ou privados no âmbito da família patricia. Deviam, porém, a seus patronos deveres de serviço militar em caso de guerra e o de concorrer com seus próprios bens para sua libertação no caso de cair ele em poder de inimigos. Aparece assim o povo romano constituindo-se de patrícios, clientes e plebeus.

(*) *História Universal* — H. G. Weills.

A primitiva comunidade de bens, ou o sistema de clans, cedia também lugar a um regime de propriedade individual da terra ao mesmo tempo que as atribuições jurídicas, religiosas e econômicas passavam ao chefe da família (*pater família*).

Nos tempos mais antigos, o povo formava, em virtude dos consórcios entre as famílias, *curias* diversas, obrigadas a fornecer para a guerra ou defesa comum companhias de cem guerreiros de pé e dez cavaleiros. Sòmente êstes tinham o dever de estar sempre prontos para servir o rei em tempo de paz. Mais tarde, com a incorporação de outras tribos, o número de *curias* cresceu. As deliberações supremas, tais como a eleição dos reis, declaração de guerra, promulgação de novas leis, e sentenças de morte, eram tomadas pelas *curias* reunidas em assembléia (*comitium*). Era também nesta assembléia que se decidiam certos assuntos privados, tais como ordenações testamentárias e admissões ao patriciado, cujo número fez-se necessário crescer a partir de certo momento pelas razões que mencionaremos adiante.

No fim da Monarquia, o território nacional encontrava-se repartido em quatro grandes distritos ou *tribos*, constituídas pelos proprietários grupados em *centúrias*.

Começa então a processar-se a reação contra os abusos do poder real, que leva à abolição dos reis e à instalação da República.

Os três últimos reis tinham procurado apoio nas classes inferiores do povo, a *plebe*, tratada como uma espécie de clientela real.

A plebe assim favorecida, aumenta e tende cada vez mais a crescer pelas conquistas que Roma vai realizando.

Os patrícios sentem-se ameaçados em seus privilégios e reagem, depondo Tarquínio, o último rei. Implantam a República. Inaugura-se, porém, destarte uma luta de classes que vai caracterizar tôda a evolução das instituições políticas e sociais de Roma.

O govêrno passou a ser diretamente exercido pelos patrícios tendo como órgão executivo o *consulado*. O Senado, assembléia dos *pater família*, ampliou-se, dilatou seus poderes.

A admissão do ingresso de plebeus na classe patricia, que, então ficou compreendendo os *antigos cavaleiros* (equites) e os *novos*, era uma consequência lógica do crescimento do Estado e das novas incorporações que aumentavam consideravelmente a plebe.

Isto quebra o orgulhoso tradicionalismo dos antigos patrícios, que é sua força moral. Mas é uma necessidade, que a inteligência prática dos romanos logo compreende. Se assim não ocorresse, o número de patrícios seria em breve insuficiente para as funções do Estado e o comando lhes escaparia. De resto, a possibilidade dos plebeus se tornarem patrícios enfraquece-os-ia...

Desde que não houve mais o contrôlo ou equilíbrio do poder real, os patrícios tratam de tirar partido da situação. Nada querem conceder à plebe, nem mesmo as pequenas vantagens já adquiridas. São usurpadores e usurários. Reduzem, conforme as leis romanas, a escravos, os devedores insolvéis.

A *plebe*, que nem as terras do Estado, usurpadas pelos patrícios, lhes podem ser úteis, sente os perigos que a ameaçam. Consciente que começa a ser de sua força, reage. Abre-se o conflito cuja solução é difícil porque não há lei escrita. É então que se estabelece a lei das doze tábuas, fundamento do chamado direito romano.

Que são essas leis? Reprimem os abusos cometidos pelos patrícios no exercício das funções públicas e condenam a usura. A plebe se fortalece e surge no Estado romano um órgão novo — as assembleias mistas de patrícios e plebeus.

Melhora consideravelmente para ela a situação...

Assim vão os plebeus conquistando a pouco e pouco novas vantagens, até obterem a paridade com os patrícios. Eliminam as diferenças de classe, na repartição das terras, no tratamento por dividas, no exercício das funções públicas. Conquistam até mesmo o direito de exercerem a dignidade consular. Chegadas as coisas a esse ponto, estava triunfante a plebe.

No entanto, a classe dos *patrícios* continuava opressora pela riqueza e pela criação de novos cargos só a estes acessíveis. Surgiram assim os *edis curules* cujo exercício lhes ficava privativo. Cede mas defende-se. Quando não pode negar o acesso dos plebeus aos mais altos cargos existentes, concorda, mas cria outros dos quais só os seus membros possam usufruir. Não querem deixar de ser privilegiados, mas principalmente perder fontes de riqueza...

Por fim estabelece-se uma situação de equilíbrio: todos os cargos, até os de augures e pontífices foram repartidos igualmente por patrícios e plebeus.

Que ocorre com sua força militar durante tôdas essas lutas da evolução republicana?

Quando adveio a República, a hierarquia social romana culminava na *dignidade senatorial*.

Classificavam-se os patrícios conforme a antiguidade de suas famílias e a importância de suas rendas ou a extensão de suas terras. Os mais ricos, ou de mais velha tradição, eram os cavaleiros ou *equites*, famílias *senatoriais*. Vinham depois os artífices, os músicos e os pequenos proprietários. Deduz-se daí a importância do censo já naqueles tempos e a da função pública dos censores. E isso tanto mais quanto era daí que surgia a organi-

zação do exército. Cada classe devia formar um certo número de *centúrias*, com os homens de 17 a 45 anos, os *juniores*, e 45 a 60, os *seniores*.

Durante a guerra os indivíduos de maior idade constituíam uma *reserva* ou o *exército territorial*.

Nesse quadro militar os oficiais superiores eram os *tribunos* e os inferiores os *centuriões*, cargos acessíveis a todos os cidadãos.

As *centurias* formavam, portanto, o exército e era a elas que competia se manifestar em questões relacionadas com a guerra, mas nas outras questões continuavam a vigorar as *cúrias*.

II

A EXPANSÃO DE ROMA

Enquanto o estado romano se formava, os gregos que atingiam pelo mar o Sul da Itália e se firmavam na Sicília, iam encontrar-se de um lado, com o poder de Cártago, a herdeira de Tiro, e de outro com a nova potência que crescia ao Norte, às margens do Tibre.

No momento em que a República Romana havia crescido já a ponto de formar uma comunidade numerosa, a Grécia, após a morte de Alexandre, continuava a viver sem unidade. O patriotismo estreito de seus habitantes não permitia a formação de um estado ou nação forte. Havia eterna rivalidade e ciúmes entre suas diversas cidades.

Ao contrário, a República Romana, adotava um sistema político diferente, estabelecia guarnições e colônias suas nos territórios conquistados, mas os direitos de cidadania iam sendo concedidos aos povos vencidos com prudência, mas sem hesitação. Os povos ainda não completamente assimilados usufruíam uma espécie de meia cidadania: — o direito de comerciar e de casar em Roma. Surgia destarte um *interêsse comum* entre a metrópole e todos os que dela dependiam, o que, diz H. G. Wells, constituía *uma cousa absolutamente nova na história da humanidade* a força e a grandeza de um estado que não era obra de nenhum homem mas de todo um povo.

Esta força nova choca-se com a da antiga Grécia, mais brilhante, porém menos coesa, e depois com a de Cártago, mais antiga, mais tradicional, mais individualista, porém menos brilhante e também menos coesa por causa de seu espírito essencialmente mercantil.

A enorme potencialidade política de Roma acaba vencedora. Fica senhora de todo Mediterrâneo e incorpora em si a própria Grécia.

AS GUERRAS DE PIRRO

Já no III século A.C. a potência romana era considerável e o contraste entre seu regime político e social e o que dominava nas colônias gregas do sul da Itália, a chamada magna Grécia, era evidente. As tribos dominadas pelos gregos rebelam-se e pedem o apoio de Roma. Esta os auxilia mas os incorpora. Outras cidades gregas se alarmam e pedem o auxílio de Pirro, então rei do Épiro, aparentado com Alexandre, chefe de estado e militar de acentuada capacidade. Pirro sonha certamente com grandezas. Vê nisto uma oportunidade de dominar Roma e, assim, de fazer-se o senhor mais forte e árbitro do Mediterrâneo. Conhece as fraquezas do sistema romano, mas ignora sua força, a que reside na sua organização político-social. Transpõe o Adriático e invade o sul da Itália, a Magna Grécia. Vence os exércitos menos hábeis que Roma lhe opõe, mas em tais condições que ao ser felicitado por sua vitória dá a célebre resposta: *mais uma vitória como esta, e estarei arruinado*. Os emissários que manda ao Senado Romano negociar a paz voltam decepcionados. Apio Cláudio, cego e agonizante, faz-se transportar numa liteira para protestar contra a assinatura da paz com um exército estrangeiro que ocupa território romano!

As negociações são interrompidas. Continua a guerra. Pirro vence mais uma vez em condições porém idênticas às anteriores, à custa de grandes perdas...

Reconhece não poder facilmente dominar Roma e resolve dirigir-se a Sicília e a Cártago. Comete com isso outro erro. Após três anos de luta a abandona. Não podia lutar com os cartagineses e romanos simultaneamente. Fazendo guerra a Roma, fêz-se o seu mestre. É batido por seu bom discípulo em Benevenuto, primeira vitória da *legião*, mais leve e capaz de manobrar, contra a *falange*. Mas, homem inteligente e culto, Pirro, decepcionado, compreende... recolhe-se à Grécia. Antes de abandonar a Sicília, prevê a fatalidade da nova luta: «que excelente campo de batalha deixo aqui para Cártago e Roma!»

Oito anos mais tarde realizava-se o primeiro ato desta profecia e longa tragédia.

AS GUERRAS PÚNICAS

Quando os gregos estabeleceram sua primeira colônia no Mediterrâneo Ocidental, justamente na costa ao N. de Nápoles, já os cartagineses aí dominavam sem contestação.

Um século mais tarde, várias cidades e colônias helênicas floresciam nesta parte do mundo antigo e faziam concorrência

aos comerciantes fenícios de Cártago. Esta, bem colocada para servir de base à dominação do Meriterrâneo Ocidental, não o era menos para ponto inicial dos comboios do comércio com o interior da África. Legítima continuadora das tradições de Tiro, cujos habitantes aí se refugiaram quando sua cidade caiu em mãos de Nabucodonosor, era governada por homens de negócios, *temorosos de um poder militar interno*. Isso os levava a atender interesses militares com exércitos mercenários, contratados especialmente para uma campanha. Finda esta, eram as forças logo dissolvidas. Nada de militarismo. Sua força estava principalmente no mar. Quando os persas dominavam na Ásia Menor, eram eles senhores únicos de todo Ocidente.

Gregos e cartagineses, lutam longamente. Mas êstes, ajudados por fim pelo poder nascente de Roma, conseguem alijar seus rivais da zona norte do Mediterrâneo. Aquêles, porém, se firmam no sul da Itália, donde só são expulsos depois da guerra de Pirro, e na Sicília, onde fundaram Siracusa, que se faz um estado forte, grego, mas autônomo.

Siracusa, Cártago e Roma eram naturalmente concorrentes.

Cártago procura, visando combater a pirataria, instalar uma guarnição em Messina. Os piratas reagem e pedem a proteção de Roma, que decide intervir em seu favor. Siracusa alia-se a êles para dar combate aos cartagineses tal como êstes fizeram antes para dar combate a outros gregos, na esperança talvez de se libertarem de sua incômoda vizinhança na Sicília, o que prova quanto era ainda *incompreendido o fenômeno romano*. . . A empresa não era fácil, pois os cartagineses têm o domínio do mar e podem facilmente reabastecer-se e receber reforços. Isso, porém, não é impecilho para Roma. Constrói ela sua primeira esquadra e a garante, por não ter ainda prática do mar, como pode, valendo-se da experiência marítima de povos seus tributários e da de sua aliada, Siracusa.

Homens eminentemente práticos conseguem surpreender os cartagineses com um novo processo de tática naval. Não eram hábeis na *manobra* e por isso trataram de suprir suas deficiências por um processo novo de ataque. Dotaram seus navios de uma ponte levadiça, com ganchos que lançavam contra o navio inimigo. Não procuravam metê-lo a pique pelo choque de prôa como então era usual, mas alcançá-lo e lançar-lhe a ponte. Agarrá-lo com os ganchos — o *corvus*. Depois, os soldados, especialmente transportados em cada navio para isso, transpunham a ponte e invadiam a nave contrária, liquidando sua guarnição.

Foram vencedores no primeiro encontro sério. Exceto Siracusa, que não tardará, porém, a ser absorvida, tôda a Sicília

passou a ser «propriedade do povo Romano». Cártago perdera ainda a Sardenha e a Córsega, ficando seus domínios na Europa reduzidos à Espanha, ao sul do Ebro. E o que é pior, vira destruído seu poder naval. Sentira achar-se em presença de um *fato novo* que não compreendia... Não percebera, também, que a luta só fôra longa porque Amilcar comandara na Siciila. Sem isso teria sido muito mais rápida a vitória dos romanos.

«Amilcar era um destes homens que aparecem quando é necessário». Sentira a guerra e conhecedor profundo da arte militar de seu tempo soubera organizar um exército tècnicamente superior ao romano. Seria vencedor se não tivesse visto cortadas suas comunicações pela destruição do poder marítimo. Preparou um sólido exército mercenário mas a êle dedicado e bem instruído. Utilizara todos os aperfeiçoamentos introduzidos pelos macedônios — o emprêgo combinado das armas — os processos de ação tática de Pirro, fundados na escolha judiciosa do campo de batalha.

Após seis anos de campanha mostrava que êsse exército de mercenários, instruído, treinado, bem tratado e leal, podia medir-se com os romanos.

No entanto, isso mesmo põe em evidência que a vitória final na guerra não reside apenas numa específica superioridade militar.

Resulta de outros fatores com que não contava Cártago. Incapaz de compreender a força imanente do sistema romano, que não advinha da ação de um homem superior, mas da evolução de um novo sistema político, e que permitia o aproveitamento das melhores energias de todo seu povo, não soube tirar partido de sua superioridade técnica militar.

Amilcar não se dá por batido. Pensa em continuar a luta. Votara ódio eterno a Roma e fizera jurá-lo também a seu filho Anibal, apenas com 11 anos de idade.

Êste aproveita bem suas qualidades excepcionais de chefe militar e as lições de mestre e educador que fôra seu pai. Estuda a fundo as obras militares da época. Medita as campanhas de Alexandre realizadas não havia ainda um século. Sabe as de Pirro, presentes na memória de todos.

III

ANIBAL

Anibal fôra criado no seio da tropa. Conhecia os seus homens. Com êles brincara de soldado. Na *coorte cartaginesa*, fizera sua escola de oficial. Nada desconhecia da profissão das armas. Manejava a espada curta e bem temperada dos infantes iberos;

fizera carga com os esquadrões númeras; tomara parte em expedições de emboscada contra os bárbaros. Nessas labutas, adquirira fortaleza física, capacidade de resistência, sangue frio; ganhara a afeição dos homens da tropa e a estima dos oficiais subalternos. Ouvindo Amilcar e Asdrubal, aprendera como combatiam os romanos e a teoria da grande guerra de sua época.

A SEGUNDA GUERRA PÚNICA

«O obstáculo que barraria o caminho à hegemonia cartaginesa no Mediterrâneo era mais o poder político de Roma que o militar...»

«Roma constituía um fato novo, desconhecido que surpreendeu os cartagineses. Só o perceberam muito tarde» (*).

Sem mais o domínio do mar, aferrada a seu tradicional sistema de governo e de organização do Estado, Cártaço desistiria talvez de competir com Roma, se Amilcar não houvesse entendido a criação de um novo Estado poderoso na Espanha. Que o levou a isso? A incompreensão dos cartagineses da situação nova do mundo que não lhe permitia introduzir em sua pátria as reformas necessárias? Mero despeito, por não haver podido predominar em sua pátria? A idéia firme de combater Roma?

Havia, sem dúvida, um pouco de tôdas estas razões, mas fôra principalmente a incompreensão de Cártaço que o levara certamente a decidir-se.

O pavor que os poderosos comerciantes da herdeira de Tiro tinham de ver surgir entre elles o ascendente de uma classe militar, e a sua usura, fizeram com que dissolvessem as forças de Amilcar e isto sem satisfazer seus compromissos com os mercenários. Não lhes deram as recompensas que Amilcar prometera. As tropas ludibriadas se rebelam contra a *má fé púnica*. Amilcar intervém e consegue dominar a guerra civil daí resultante. Não consegue, porém, introduzir no Estado as reformas que julga necessárias. Êste é ingrato porque o teme e não compreende a *era nova*.

Vai, então, para a Espanha. Funda um novo Estado, cujas ligações e dependência com Cártaço são ainda hoje obscuras. Cria uma espécie de monarquia e organiza um *exército* seu não mais composto de mercenários. A destruição do poder marítimo de Cártaço induzia-o a atacar Roma por terra.

O novo Estado prospera rapidamente e com isso reanima Cártaço. Esta começa a reerguer-se e de novo a progredir.

Roma se inquieta. Também tinha sido esgotada pela guerra, e havia sofrido grandes desordens e perturbações interiores. Vê

(*) *Anibal* — G. P. Baker.

além disso, sua situação agravada pelas tentativas ou ameaças de invasão dos gauleses no Norte da Itália.

Não obstante, o Senado Romano pressente o perigo que se avizinha com a ação de Amilcar. Catão opõe seu ódio ao de Amilcar e clama no Senado pela necessidade da destruição de Cártago.

Anibal, sucedendo a seu cunhado Asdrubal, que ascendera à direção da Espanha por morte de Amilcar, é agora o chefe. Tem então vinte e seis anos.

Questões surgidas na fronteira do Ebro, isto é, o fato de Anibal se haver aproveitado da oportunidade de achar-se Roma empenhada em campanha contra a Ilíria, para apoderar-se de *Sagonta*, sua protegida, faz com que esta intervenha. O Senado Romano envia-lhe embaixadores que lhe lançam *ultimatum*: — Guerra ou paz? — a moda do tempo —, mostrando com o dedo as dobras do manto quando chegam a presença de Anibal. Este não cede. Prefere a guerra. Os romanos se retiram. Anibal não perde tempo. Ultima seus preparativos e organiza minuciosamente sua expedição. Todos os pormenores foram cuidadosamente tratados.

A dificuldade maior era evitar as hostilidades das tribos gaulesas durante a sua marcha para a Itália. Para removê-la, sabendo das rivalidades que havia entre elas, resolve aliar-se a um chefe gaulês, dando-lhe apoio e obtendo que este se encarregue de sua segurança até alcançar os Alpes. Obtém também, por seu intermédio, bons guias, conhecedores do terreno e dos segredos das montanhas e consegue que lhe arranje recursos para o reabastecimento de suas tropas durante a marcha.

Transpõe os Pirineus e sem demora alcança os Alpes, que também transpõe, com um exército de apenas vinte e seis mil homens!

Esperava com tão fraco efetivo bater os romanos que sabia poderem dispor até de setecentos e cinquenta mil homens?

Parece certo que não. Provavelmente esperava conseguí-lo promovendo a desagregação do sistema romano, cujos males e pontos fracos não desconhecia. Contava com a aliança dos gauleses e do rei da Macedônia...

Não encontrara, porém, inspiração no estudo das campanhas de Alexandre? Este com um minúsculo exército não batera, por sua superioridade técnica, as multidões armadas que Dario levantara contra ele? Não fôra através de altas montanhas levar suas armas até as afastadas regiões da Índia? Sim. Mas Alexandre era o progresso contra a rotina. E Anibal tinha a vencer uma nova forma de civilização em surgimento...

Seja como fôr, atingira as planícies do N. da Itália. Realizara o que parecia impossível.

Que ocorre em Roma ao chegarem as notícias dêsse acontecimento ?

Entra em ebolição. Considera o perigo e trata de preparar-se para a luta. Inicia a mobilização de suas legiões.

No Senado prevalece a opinião de que nenhuma batalha a fundo devia ser travada antes que os preparativos para a guerra estivessem terminados. Não obstante, enquanto êstes se realizavam, e a agitação de Roma tomava vulto, P. Cornélio Cipião organiza uma expedição e vai tentar interceptar a marcha de Aníbal. Chega, porém, tarde de mais a Marselha. Aníbal já havia ganho três etapas de avanço. Escapara. Cipião decide, por isto, não mais o atacar diretamente. Temia-o ? Temia os gauleses ? Judiciosamente lança-se contra a Espanha, as bases do poder do inimigo.

Enquanto isto ocorre, Aníbal prossegue sua campanha no norte da Itália. Vencera as guarnições romanas do Norte da Itália. em Trebia, e encontrava agora o primeiro exército lançado contra êle diretamente de Roma. O primeiro exército consular que enfrentava. Atingira o Orfanto (o antigo *Acefídis*), na região de Canas, a cêrca de quarenta quilômetros das costas do Adriático.

A BATALHA DE CANAS

A mobilização romana começava a tomar vulto após seis meses de enorme agitação e de uma luta travada entre o espírito popular e o Senado. Na conjuntura do difícil momento, conhecedor do enorme perigo, mostrava-se êste prudente. Mesmo tímido.

No entanto, os cônsules, a quem cabia comandar as fôrças, que em virtude da estratégia adotada pelo Senado, tinham ordem de não se empenharem na luta a fundo, reclamam não lhes ser possível obedecer vendo Aníbal internar-se pela Itália e se apoderar de Canas, centro importante do Norte e boa base de reabastecimentos. Cortejavam o espírito da plebe. Faziam política. O Senado, no entanto, mantém sua decisão. É a estratégia aconselhada por Fábio.

Os dois cônsules eleitos, *Paulo Emílio* e *Varrão*, que comandavam o Exército enviado contra Aníbal, têm opiniões diversas: Paulo Emílio é de acôrdo com o Senado, prudente; Varrão segue o espírito da plebe — é audacioso.

Não pareciam considerar que se teriam de medir com um *general profissional* e de alto valor como *Aníbal*, nem que suas

tropas recrutadas as pressas teriam de chocar-se com as treinadas formações militares do cartaginês, cuja cavalaria era indiscutivelmente superior em número e qualidade.

Seja como fôr, aproxima-se o exército romano, comandado, como de costume, alternativamente por Emílio e Varrão. Ora sua atitude é prudente ora mais afoita. É hesitante, portanto, em presença de um adversário do estofo do grande púnico...

Aborda o exército de Aníbal sob o comando de Emílio e se mantém cautelosamente à distância. Depois entra em contacto. Paulo Emílio estuda a situação e sente a necessidade de escolher um terreno favorável à batalha, capaz de neutralizar a superioridade da cavalaria adversária. É o conselho que dá a Varrão quando lhe passa o turno do comando.

Este, porém, não o ouve. Leva o exército para a frente, recalcando através de pequenos recontros os elementos avançados com que Aníbal se cobria.

Paulo Emílio, ao retomar o comando, sente-se numa situação embaraçosa. O exército romano havia avançado demais. Não tinha facilidades para recuar rompendo o contacto, nem o terreno era-lhe favorável para a batalha.

Aníbal vê tudo isto satisfeito. A situação ê-lhe favorável. Percebe que poderá bater facilmente as forças romanas de efetivos cêrca de duas vêzes superiores aos seus. Fâ-lo notar na proclamação a seus soldados.

A PREPARAÇÃO PARA A BATALHA

Paulo Emílio, quando reassume o comando, tenta melhorar a situação comprometida pelo afoitamento de Varrão. Lança parte de suas tropas para a outra margem do rio a fim de ameaçar e perturbar os reabastecimentos de Aníbal. Este responde empregando sua cavalaria contra os destacamentos romanos e força-os a se acolherem a seu campo entrincheirado. Depois os dois exércitos transpõem o rio e ocupam posições face a face. Deixam na outra margem seus campos fortes e guarnições de segurança. São oitenta e sete mil romanos contra cinqüenta mil de Aníbal. Os chefes cartagineses mostram-se meio apreensivos à vista da grande superioridade numérica dos adversários, mas o prestígio de Aníbal lhes inspira confiança. Paulo Emílio, prudente, não ataca, observa. Mas Varrão reassume o comando das legiões romanas. Fiado na força da massa, tenta avançar brutalmente contra o inimigo certo de que o esmagaria.

Este, porém, sabe manobrar; e é talvez por perceber isso que Paulo Emílio evitara empenhar-se numa batalha que Aníbal parece tanto desejar.

Os romanos dispõem como habitualmente, a infantaria de suas legiões, com fileiras, porém, mais cerradas, e que corresponde à idéia de Varrão de agir pela *força bruta da massa*. Vira e achara delgadas as linhas da infantaria contrária. Pensa que as romperá facilmente. A cavalaria de Varrão ocupa as alas do dispositivo. A menor parte à direita, entre as legiões e o rio, sem espaço bastante para manobrar, fica sob as ordens de Paulo Emílio. A maior parte à esquerda, onde o terreno é mais livre, fica sob o comando do próprio Varrão.

Aníbal, que ocupa a parte mais alta do terreno, adota um dispositivo análogo:

— a cavalaria gaulesa e a espanhola, à esquerda, enfrentam a de Paulo Emílio;

— a cavalaria númida, à direita, opõe-se à de Varrão;

— no centro, a infantaria.

No dispositivo desta está a chave da vitória. A frente, ocupando a maior largura no centro do campo de batalha, em linha delgada e pouco profunda dispõe-se a infantaria da Líbia, mas nos flancos, aparecem colunas profundas de infantes gauleses e espanhóis de um lado, libianos de outro.

O centro não forma uma linha contínua, cerrada e reta como o dos romanos. Escalona-se para a retaguarda e a direita e a esquerda. *Está em ordem oblíqua.*

A BATALHA

As tropas leves de Varrão iniciam as hostilidades e depois desembaraçam a frente. Aníbal toma logo após a iniciativa. Sua cavalaria da esquerda carrega a fundo contra a de Paulo Emílio. Esta luta como pode, mas é arrastada pela impetuosa corrente dos cavaleiros inimigos, que se lançam contra ela. Recua e reflui sobre a própria infantaria.

A infantaria de Aníbal também avançara apresentando seu centro avançado, com a ala direita escalonada, a qual não se engaja, porém, contra a cavalaria de Varrão. Limita-se a ameaçá-la. Desde que os romanos percebem o movimento da delgada infantaria de Aníbal com seu centro avançado, lançam contra ela a massa de suas legiões.

O centro de Aníbal recua seguido de perto pelos romanos. Não se rompe, porém. Cede, formando um arco bem amarrado nas alas. É a primeira fase da batalha.

Isto feito, as colunas de infantaria que formam as alas escalonadas à direita e à esquerda do centro, convergem contra a infantaria romana atacando-a por ambos os flancos.

Ao mesmo tempo a cavalaria núnida carrega sôbre a de Varrão e a infantaria romana procura fazer face as dificuldades da situação, modificando como pode seu dispositivo para combater na frente e nos flancos.

A cavalaria de Anibal, que atacara a de Paulo Emilio, isto é, a romana, tornada livre pelo desbarato de sua adversária, retorna ao campo de batalha e ataca a de Varrão pela retaguarda. A maior parte, então, dos cavaleiros de Anibal atira-se contra a retaguarda das legiões.

Estava finda a segunda fase. Os romanos procuram escapar. Fogem em desordem. Segue-se a perseguição e a chacina se expande terrível. Poucos conseguem pôr-se a salvo.

APÓS A BATALHA

As notícias da batalha chegadas a Roma causam grande desolação e graves apreensões. Nada há de sólido para opôr a Anibal que tem praticamente abertas as portas e estradas que conduzem para o Sul. Marchará êle diretamente contra a própria Roma?

Se a desolação é grande, maiores são as apreensões. Varrão que havia escapado, bem como uma parte mínima de seu exército, dá conta da completa derrota que sofrera, inclusive da morte heroica e trágica de Paulo Emilio. Soube-se que êste, depois de haver sido batido na ala direita, acolhera-se com alguns cavaleiros às legiões, cuja resistência procurara animar até a última extremidade. Foi por fim massacrado pelo ataque da cavalaria de Anibal, depois que esta batera a de Varrão e se lançara contra a retaguarda das legiões. Apenas alguns dos cavaleiros que o acompanhavam, e que puderam retomar seus cavalos, conseguiram escapar. Roma ficou sabendo também que Varrão só pôde escapar porque sua posição na ala esquerda permitira à sua cavalaria, dispondo de espaço livre, dispersar-se e fugir. Assim puderam salvar-se êle e alguns cavalheiros.

A batalha durara tôda a jornada e ainda na entrada da noite vários grupos dispersos combatiam. O campo romano só caíra no dia seguinte, deixando em mãos do adversário sômente seis mil prisioneiros, pois parte importante da guarnição, cêrca de quatro mil homens, escapara valendo-se da noite.

O encontro de Canas era desastroso para Roma: 1 cônsul morto herôicamente e 1 que abandonara seu exército depois de o haver sacrificado por inépcia; 2 questores; 29 tribunos; vários pretores; 80 personagens senatoriais, todos mortos. A totalidade dos que haviam perecido era calculada entre cinqüenta e setenta

mil. Só escaparam cinco mil e quinhentos! Ao todo foram feitos dezesete mil prisioneiros pelo inimigo.

A vitória de Aníbal fôra grande, completa, mas sua tropa mostrava-se fatigada. Tivera também algumas baixas. E aí está talvez a razão por que a perseguição dos romanos não fôra levada mais a fundo para tirar o máximo partido da vitória. De resto, parece que Aníbal não havia previsto êxito tão rápido e completo e por isso não ousaria lançar-se para diante antes de ter bem meditado sôbre o novo aspecto com que a situação se lhe apresentava. Isto vale-lhe a repreensão de seu lugar tenente, o fogoso Maharbal, que insistiu para que sem perda de tempo fôsse iniciada a marcha contra Roma: «Diz-lhe, ressentido: Aníbal, os deuses não dão tôdas as virtudes a um só homem, por isso sabes ganhar batalhas, mas não sabes explorar teus sucessos».

Aníbal hesita? Não. Como prosseguir, seguramente, com seus pequenos efetivos, contra os romanos, cujas possibilidades por certo conhecia? Seria correr riscos em que se poderia perder definitiva e irremediavelmente.

Prefere aguardar a chegada de reforços que pedira aos senhores de Cartago e também que a aliança realizada com Felipe V da Macedônia começasse a dar frutos, com a invasão combinada do Norte da Itália. Os reforços não chegam e Felipe V não consegue levar a efeito seus projetos, pois encontra séria oposição dos gregos. Êstes, em maioria, consideravam que a Grécia apenas tinha a perder, fôsse qual fôsse o vencedor.

No entanto, apesar da posição difícil em que se encontraram, os romanos, após Canas, nem sequer pensam em abater as armas. Preparam-se para reagir. Aos aliados que lhe pedem socorro, aconselham a que se defendam com os próprios meios. Preferem perder sua amizade, a espalhar suas forças por toda parte e assim se enfraquecerem.

O PROSSEGUIMENTO DA CAMPANHA

Depois de formular seus novos planos, Aníbal não fica inerte a espera dos aliados e dos reforços. Prossegue sua marcha para o Sul. Não quer mostrar que se sente fraco. As cidades e províncias romanas não lhe oferecendo resistência, antes o recebendo festivamente, chega com facilidade às portas de Roma. Sonda-a. Não a ataca, porém. Julga por certo sua força insuficiente para tal empreza. Prefere continuar a marcha para o Sul, indo apoiar-se de Cápuia, a segunda cidade em importância da Itália de então. Insiste com o Senado de Cartago para que lhe mande reforços.

Quando êstes chegam afinal trazidos da Espanha por seu irmão Asdrúbal, era já um pouco tarde. Roma refazia-se rapidamente de seus sustos. Batera os reforços mandados por Cartago e trazidos de Espanha por Asdrúbal, em meio do caminho. Não deu tempo sequer pudessem aproximar-se de Aníbal, que só veio a conhecer êsse desastre, quando os romanos lhe jogaram no campo a cabeça decepada de Asdrúbal.

Roma criara novas fôrças. Era vitoriosa na Espanha, que Cipião invadira, e montava sítio à Capua e a Siracusa.

Não obstante Fábio, feito ditador para a emergência, continua a se opor a tôda empresa audaciosa. Quer vencer Aníbal pela fadiga. É contrário à remessa de quaisquer fôrças para fora da Itália, enquanto Aníbal ameaçar Roma de perto.

Outro Cipião, porém, filho do que atacara na Espanha, consegue vencer a opinião de Fábio. Organiza uma expedição para ir atacar diretamente Cartago, na própria África. Fábio resigna-se a custo e opõe-lhe resistência passiva e indireta. Alarma Roma. Dificulta-lhe não apenas o recrutamento, mas os recursos de que a expedição necessita. Desanima os romanos, atemoriza-os.

No entanto, Cipião arrisca-se. Leva sua empresa por diante com os poucos meios de que pôde dispor. Desembarca e vai atacar Cartago, com o auxílio dos númidas com que fizera aliança. Aníbal é chamado as pressas.

O encontro entre ambos dá-se na batalha de Zama. Cartago é batida.

A paz que então se seguiu foi severíssima e suas condições bem traduzem o medo por que passara Roma.

A TERCEIRA GUERRA PÚNICA

Com a segunda guerra perdera Cartago tôda expressão de grande potência.

Não mais poderia ter esquadra e nem declarar guerra sem o consentimento de Roma! Esta vê-se senhora incontestada de todo Mediterrâneo!

Não obstante, Cartago retoma, como pode, suas atividades comerciais e não tarda a dar sinais de prosperidade.

Os senadores romanos, o próprio povo romano, que agora vivia mais das rendas e proventos de suas conquistas que de seu trabalho, não vêem êsses progressos com bons olhos, pois não podiam admitir qualquer concorrente no mundo que dominavam.

Roma, com as províncias, onde prosperava uma civilização de origem asiática e, sob certo ponto mais sólida que a sua, não adotava a sua política de assimilação. Sujeitava-as como colônias.

Nem sequer pensara em incorporar Cartago. Queria apenas destruí-la. E o consegue com a terceira guerra, não obstante o que pensa outro *Cipião* que aconselhava, ao contrário de Catão, fôsse poupada.

O pretexto para esta nova guerra foi coisa fácil. Os agentes romanos para neutralizá-la ou fazerem-na desaparecer haviam promovido uma infiltração lenta, porém contínua, de númidas para o interior de Cartago. Os cartagineses, alarmados, reagem. Roma, então, acusa-os de desrespeito ao tratado de paz, de fazerem guerra aos númidas sem o seu consentimento. Cartago sente que não pode reagir e cede. Mas Roma, que os quer destruir, leva-os ao desespero. Impe-lhes que abandonem sua cidade e se retirem para o interior — visa arruinar seu comércio marítimo, que é para ela o ponto importante da questão. Quer também que lhe entreguem *Aníbal, sua força*. Levada ao desespero Cartago decide-se a lutar. Consegue infligir alguns reveses aos romanos mas por fim é sitiada e batida, após uma luta desesperada nas próprias ruas da cidade.

Tudo é destruído e arrabado...

Aníbal, porém, escapa e vai procurar asilo na Grécia, no Egito, na Ásia. Procura de fato meios para continuar a luta.

Tenta formar uma coligação contra Roma... Seus planos não são adotados... Aquêles povos da Ásia não se apercebiam do valor de seus conhecimentos da situação romana... nem podiam compreender Roma... Viam quando muito a Grécia... E mal.

Roma, porém, não abandona Aníbal. Conhece-o tão bem quanto êle a ela. Vigia-o. O Senado faz questão de capturá-lo. Nada deve restar de Cartago e muito menos Aníbal. Que importa que haja envelhecido? Por isso sua diplomacia não descança e nenhuma negociação faz com as ainda poderosas potências asiáticas, que não vise a captura do *mágico de Cartago*. *Mágico da guerra*...

Jamais, porém, consegue o impenitente Senado pôr-lhe a mão.

Muito tempo os senhores de Roma desconheceram o seu paradeiro recolhido que estava, no termo final de sua carreira, à côrte de Prúsias, rei da Bithynia, onde servia de conselheiro militar.

Quando o descobrem, intimam Prúsias a que o entregue-n. Êste vê-se sèriamente embaraçado. Não pode lutar nem quer desgostar Roma como não quer desrespeitar a lei da hospitalidade. Diz êle. Dá então uma resposta escapatória: «Si Roma quer se apoderar de Aníbal cabe a ela capturá-lo!».

Isso, porém, jamais acontece. Quando Aníbal percebe que o refúgio em que se abrigara estava cercado, com tôdas as saídas

tomadas, pelos romanos, bebeu veneno que sempre trazia consigo, no seu anel, conforme o hábito dos homens destacados daqueles tempos...

G. P. Backer assim se refere ao caso :

«Isto, diz êle, bebendo, evitará aos romanos o trabalho de esperar a morte do velho inimigo que odeiam».

Foi assim, diz Backer, que Aníbal deixou o mundo dos vivos, tão simplesmente como se houvesse aberto uma porta para a eternidade...

AS LUTAS COM A GRÉCIA

Quando Roma surgiu no cenário político do Mediterrâneo — já o dissemos — neste dominavam, Cartago no ocidente e a Grécia no Oriente. A expansão de Roma, colocada no centro, fatalmente chocava a um e a outro desses poderes e influências. Ou os destruiria ou seria por um deles dominada.

A luta com Cartago durara cêrca de um século, interrompendo a que se iniciara com a Grécia, no tempo de Pirro. Destruída Cartago, era a vez da Grécia. Havia, de resto, bom pretexto na atitude tomada pela Macedônia com sua aliança com Aníbal, embora houvesse ficado inoperante.

Tudo vai, porém, processar-se naturalmente. Muito diferente e com menos violência que no caso de Cartago. A Grécia não era uma nação, mesmo uma confederação e seus estados ou cidades autônomas viviam ainda em lutas e disputas. Roma seria solicitada a intervir.

Depois de liquidadas as guerras púnicas, os gregos em disputa aberta com Felipe V da Macedônia apelam para ela. Socorrem-se e bate em luta tremendamente feroz o rei da Macedônia. Não o destrona, porém, nem se apodera de suas terras. Antes até o apoia de certo modo com despeito dos outros gregos a que se aliara para batê-lo. O espírito romano era essencialmente prático e objetivo.

Não é a bondade que dita sua conduta. É ainda o interesse. A Macedônia é-lhe útil para servir de barreira aos povos bárbaros da margem N. do Danúbio. De que serviria destruí-la? Mesmo enfraquecê-la demasiadamente?

Os gregos passam, então, a temê-la. Supõem que seus soldados jamais se retirarão de suas cidades. Meio arrependidos e decepcionados por haverem pedido seu concurso, começam a externar sua inquietação. Mas Flaminio, o general em chefe romano, aproveitando as festas de Corinto, faz proclamar por um arauto à elite dos povos gregos reunidos : «O Senado de Roma e Tito Quincio, o preconsul, tendo vencido o rei Felipe e o exér-

cito macedônico, deixam em liberdade, sem guarnições, podendo governar-se por suas próprias leis, os seguinte povos : corintios, fóssios, tessálios, etc.», isto é, todos os gregos continentais.

No mesmo dia suas tropas começaram a marcha de regresso à pátria...

Mas traziam consigo muitas riquezas. No triunfo de Flamínio, cujo desfile durou três dias, percorreram as ruas de Roma os despojos trazidos da campanha : armas, estátuas de mármore e bronze, oito mil quilos de prata, mil e seiscentos de ouro, cem mil moedas, etc.

A partir desse momento se estavam os romanos intrometidos na vida da Grécia, a cultura grega, porém, penetrava em Roma...

Não tardaram a surgir desordens e reações e nova guerra com a Macedônia, transforma toda a Grécia em tributária de Roma. Depois as desordens e as reações contra ela continuaram e Roma se decide a incorporar a Grécia, como província sua.

Os que se não submetem, são massacrados ou escravizados. Era a conquista definitiva. Mas também o espírito grego, o helenismo invadia Roma, tal como o espírito da Ásia e do Egito penetraram na Grécia, com as conquistas de Alexandre.

Mais tarde, o mesmo acontece com os bárbaros conquistadores de Roma... *A cultura mais avançada predomina...*

IV

AS TRANSFORMAÇÕES DE ROMA

A rápida expansão de Roma e notadamente a destruição de Cartago e a conquista da Grécia produziram reações profundas, em todo o seu sistema político-social, mentalidade, instituições e costumes. A sua com enorme expansão a enfraquecia. Seu organismo vital adquire lesões, fica viciado pela riqueza resultante de sua expansão e do próprio desenvolvimento do seu poder.

Os males oriundos da luta entre a *plebe* e os *patrícios*, surgida da instituição do poder real, agravada constantemente pela cupidez dos ricos, mais ainda se acentua à proporção que a plebe cresce pelas incorporações dos povos que a República foi depois efetuando. A população empobrecida ia afluindo para Roma, cujo tesouro tinha de sustentá-la e o conseguia a custa dos povos conquistados. Era uma força bruta explorada e cortejada pelos políticos, tal como hoje eles exploram o proletariado.

As famílias romanas, cuja fortuna permitia efetuar os gastos correspondentes ao exercício das funções públicas, que se tornavam depois fontes de renda, tratavam de unir-se, formando destarte uma *nobreza*, sem consideração de origem, plebéia ou patrícia.

Era um novo partido que se denominava a si mesmo dos *bons cidadãos*, conseqüente de uma necessidade resultante do desenvolvimento do Estado, tal como referimos anteriormente, pois os nobres de origem, numericamente diminutos, não podiam satisfazer o provimento de todos os empregos públicos. Daí, porém, resultou a importância e a influência preponderante da riqueza, não importa como fôsse adquirida. O *dinheiro* tornou-se o principal elemento de força na política romana e com isso acentuou-se consideravelmente a corrupção de todo organismo. O *censo dos cavaleiros* passou a significar a classificação dos ricos, que dominaram toda a administração pública, seriamente prejudicada por sua insaciável cupidez. O gênio de César nada teria podido fazer se não contasse para sua ascensão ao poder com o dinheiro de seu aliado Crasso.

O acúmulo das riquezas nas mãos de alguns, a formação e o desenvolvimento dos latifúndios, as dívidas insolúveis, consequência lógica desses latifúndios, contribuíram para a corrupção da República.

A plebe acumulada nas cidades, corrida dos campos por dívidas e perda de suas pequenas propriedades, sem meios próprios de vida, agravava a situação do Estado e aumentava seus encargos para poder *sustentá-la e divertí-la*.

Tornada multidão incontrolável, atacou por intermédio de seus *tribunos* a autoridade oficial e a plutocracia; conseguindo sempre novas vantagens e direitos, entre os quais assumiram grande importância o reconhecimento de serem obrigatórias para todos as decisões da assembleia popular e o *voto secreto* nessas *assembleias*, crescendo o poder das massas.

Não obstante as riquezas conseguidas com as conquistas que Roma ia efetuando, a contribuição de impostos arrancados aos povos sujeitos como províncias e colônias, a situação interna não chegava jamais a normalizar-se. A massa, cada vez mais consciente de sua força, agitava-se insatisfeita.

Roma entra numa situação francamente revolucionária. Tumultuosa e instável. As reformas tentadas para solucionar o problema político, pecavam todas por deixar de lado as questões fundamentais, que eram de ordem social e essencialmente econômica. As que atendiam a êsse aspecto como a dos Gracos, eram a pouco e pouco neutralizadas ou anuladas pelas manobras dos políticos conservadores, tendentes à defesa dos antigos privilégios dos nobres e ricos. Outros, valendo-se da animosidade que tais reações levantavam na massa insatisfeita, procuravam apoiar-se nela para ascenderem ao poder e satisfazerem a seu turno as suas ambições. *Eram revolucionários*.

Alguns, porém, eram sinceros. Raros visavam o bem geral. Mais raros ainda sabiam o que fazer para solucionar o problema.

A situação agravava-se assim dia a dia, a partir das guerras púnicas. Guerras longas e em teatros longínquos, tornavam necessário manter numerosos cidadãos alistados no exército durante longo tempo, sem que fôsem substituídos periodicamente, na forma dos antigos costumes, criando também a necessidade de se os recompensar. Desorganizavam assim o trabalho dos campos e dava-se nascimento a uma nova classe, a do *militar profissional*.

O trabalho passava a ser feito principalmente por escravos, trazidos das terras conquistadas e os lucros daí decorrentes iam aumentar a riqueza de alguns. A escravidão corrompia Roma. Os romanos passavam a ter vida meramente parasitária.

MÁRIO

Os Gracos compreendendo as causas fundamentais do enfraquecimento que se mostrava estar processando em Roma, tentam reformar as leis que regulavam a distribuição de terras, as *leis agrárias*. O Senado, porém, opõe-se, pois as novas leis tocavam na riqueza dos nobres, tanto mais tabu quanto menos sua legitimidade fôsse demonstrável. Roma entra em situação francamente revolucionária, mas vence provisoriamente a contra-revolução dirigida pelo Senado. É então que surge Mário...

Roma está em luta com o Rei Jugurta da Numídia, mas luta em que Jugurta, sem usar das armas, vai levando a melhor. Conhece a fundo os romanos... e sabe comprá-los... O procedimento desses cidadãos corrompidos causa escândalo, provoca uma rebelião, da qual Mário assume a direção. Bom soldado profissional, é eleito cônsul e intervém na política sem sutilezas. Não tenta reformar a sociedade à moda dos Gracos. Adota, como um cirurgião político, pois que é soldado, medidas drásticas, de efeito rápido. Mantém-se no consulado vários anos sem se importar com os aspectos legais da questão, sustentado pelo prestígio que tem no exército, prestígio que cresce com as vitórias obtidas contra a primeira invasão germânica em terras da Gália...

No entanto, ou melhor, por causa mesmo da ação de Mário, aumenta a cupidez do Senado, donde ressurgue e cresce ameaçadora a onda revolucionária, que só amortece quando Mário decreta a abolição de três quartas partes de todas as dívidas...

Enquanto isto se passa em Roma, Sila, cônsul, que está em luta no Oriente, contra povos partas, vendo-se aliás em sérias

dificuldades, apressa-se em voltar, embora tenha de assinar uma paz ignominiosa.

Chega e toma o partido do Senado. Bate Mário. Faz-se ditador. Nesse momento grave, tenta solucionar o problema do restabelecimento da ordem no Estado. Mas as reformas que efetua limitam-se aos aspectos puramente políticos do problema. Têm caráter conservador. Não correspondem, portanto, às urgentes necessidades e características da situação.

SURGE O CESARISMO

Recordamos o bastante para sentirmos como a evolução de Roma marchou de reação em reação, desde que se constituiu um Estado, pendendo sempre para o ascendente das massas, que era, no fundo, onde residia toda a sua força.

Após a morte de Sila, cujas reformas fracassaram, pois não era mais possível fazer restaurar a supremacia incontestável do Senado, ficou evidente a necessidade de uma nova forma de governo. A política estava definitivamente envilecida. As instituições desmoralizadas. A sociedade corrompida. O apêlo à ditadura tornava-se freqüente para que a ordem pudesse ser mantida. Era uma volta de fato ao poder de um rei soberano, idéia que repugnava aos romanos, tanto aos patrícios como aos líderes da plebe. Não podiam, porém, repudiar, nem evitar o fato, pois só a ditadura, freqüente, sustentava o poder periclitante dos governos.

Execravam o título... Nada de reis... Não podiam negar o fato... Davam poderes ditatoriais...

Surge então, César, que se apoia na massa para alcançar o poder, mas utiliza a força do exército, a que dá um feitiço novo e pessoal, para dominar. Este será o instrumento principal da reforma. Cria espontaneamente, sem plano resultante de uma doutrina de governo, mas em consequência de uma nítida percepção das realidades romanas, que conhece bem, e de uma perfeita compreensão de seu papel no quadro do mundo ocidental, uma nova forma de governo, derivada das precedentes. Surge impregnada de aspectos asiáticos e idéias gregas. Chamam-na o *cesarismo*. É o Império.

No momento em que César emerge, a situação é assim definida por H. G. Wells: «Nenhuma força interior (religião, cidadania), quer dizer, nenhuma força real de unidade subsistia. Cada homem e todos os homens, rotos os vínculos morais que os prendiam à comunidade, tendiam mais e mais a fazer o que lhes parecia direito aos seus próprios olhos.

Sob tais condições, a alternativa era entre o caos e a volta à monarquia, impunha-se a necessidade de um indivíduo escolhido para suprir a vontade unificadora do Estado».

Mas a *força* que *permitira* a criação do Império acabará por corrompê-lo, a seu turno. Então, Roma se desagregará. Já estava, porém, cumprida sua missão, pois o catolicismo tinha podido surgir e *criar a idéia de uma humanidade superior aos homens e aos povos*.

Fôra atingida a finalidade de sua evolução. Criara-se a idéia de *unidade do Mundo Ocidental*, com o surto do monoteísmo cristão, voto magnífico para despertar os sentimentos da existência de uma humanidade, ainda hoje em formação... A humildade do homem em face do universo que surgirá daí, desenvolverá nêle o sentimento de fraternidade, a pouco e pouco... Quando fôr suficientemente forte e generalizada, porá fim aos horrores de sua vida que êle mesmo cria e forja...

V

O EXÉRCITO ROMANO

O exército de César, o admirável instrumento com que Roma ultimou suas conquistas e impôs *sua ordem* a todo mundo ocidental, diferia profundamente do que fôra em sua origem, da sua *força primitiva* e daquela que nem os gregos nem cartagineses puderam vencer.

Conservou-se estruturalmente o mesmo até que o afastamento dos campos de batalha e dos teatros de operações, a duração das campanhas, o aumento crescente dos efetivos, e a própria aprendizagem técnica impuseram-lhe transformações.

Originariamente, os *cidadãos romanos* constituíam *milícia nacional*. O direito de voto só era dado aos que estavam sujeitos ao serviço militar. Quando não podia o cidadão, por qualquer motivo, prestá-lo perdia o direito de voto.

A obrigação de prestar *serviço militar* era comum a todos os *cidadãos livres* dos 17 aos 60 anos, os quais formavam dois agrupamentos distintos: *juniores* até os 44 anos, *seniores* os mais velhos, de 45 a 60, que constituíam, respectivamente, duas espécies de tropas: a de *choque* e a *reserva* ou *guarda territorial*. Na cavalaria só serviam os nobres ou os mais ricos.

Os *juniores* prestavam obrigatoriamente serviços efetivo dos 17 aos 30 anos, mas êsse podia ser prolongado por mais 14 anos.

Os jovens da infantaria eram obrigados a tomar parte em 16 expedições, os da cavalaria em 10.

As legiões formavam, grupadas por duas, os *exércitos consulares*, os quais, normalmente, se revejavam na execução das campanhas todos os anos.

Em caso de necessidade, o número de legiões podia ser aumentado bem como o regime de serviço.

Iniciadas as guerras púnicas, Roma pôe em armas, por processos normais, um exército de cerca de dezoito mil homens dos quais um décimo, ou sejam mil e oitocentos eram cavaleiros. Repartiam-se, por quatro legiões de cerca de quatro mil e duzentos homens — constituindo a infantaria. A cavalaria era considerada à parte.

Essas guerras, porém, apresentam condições inteiramente novas. O revesamento em campanha não pôde ser feito. O número de legiões em operações chegou a ser de 28, simultaneamente. Na segunda guerra púnica, Roma precisou mobilizar, empregando linguagem moderna, cerca de trezentos mil infantes e vinte e seis mil cavaleiros e contou com cerca de trezentos e oitenta mil infantes e cinquenta mil cavaleiros aliados.

A organização das legiões e a repartição dos homens em suas fileiras sofre também várias transformações no decorrer dos tempos, notadamente depois das lutas de Pirro.

Inicialmente, o critério adotado resultava da própria forma e da constituição da sociedade. O exército, a força para sua defesa era constituída pelos que tinham maior interêsse nessa defesa. Cada qual tomava posição na força militar, ou tinha aí seu lugar marcado pelos resultados da *censura*, isto é, do recenseamento, que classificava os cidadãos livres, não por seus títulos de nobreza, mas pela extensão de suas propriedades e o valor de suas rendas. Este era o elemento principal de poder no Estado, e também marcante do maior interêsse na defesa do mesmo. Cada classe fornecia um certo número de *centúrias* e estas grupadas por duas, formavam *manípulos*, conservando as *legiões* ainda uma formação tipo *falange*.

A força militar romana era composta e organizada como se vê do quadro anexo. Cada *centúria* era constituída por *seniores* ou *juniors*, e se formavam tantas centúrias de uns como de outros.

A FÓRÇA MILITAR (*)

Classes	Centúrias	Fortuna	Situação na legião	Armamento
I Antigos patrícios e ricos proprietários	80	100.000 ases	1ª e 4ª fileiras	Grande escudo, couraça, capacete, perneiras, lança e espada.
II Compreendia duas centúrias de artífices	20	75.000 ases	5ª fileira	Não tinham couraça e o escudo era menor.
III	20	50.000	6ª fileira	Não tinham perneiras.
IV Compreendia duas centúrias de músicos	20	25.000	Fora das fileiras	Não tinham armas defensivas e somente lanças e dardos.
V	36	11.000	Fora das fileiras	Fundas.

(*) Ver Instituciones Romanas. Dr. Leo Bloch — Editorial Labor S.A.

Este quadro mostra quanto, no início, a composição do exército se subordinava a do próprio Estado e era organizado à imagem da sociedade.

Roma não possuía ainda uma técnica militar própria, lacuna que vai corrigir com o correr dos tempos, com o seu evoluir, em virtude das próprias necessidades da guerra.

A estrutura da legião, mais tarde se transforma tornando-a mais flexível para poder melhor operar em regiões montanhosas. Os soldados continuam a ser classificados por idades, mas agora formam três grupos : *hastati*, *principe* e *triarii*. Cada classe, ou idade forma também *velites*.

O armamento passar a ser o mesmo para as três categorias de idade, sendo seus elementos principais uma espada curta, o escudo quadrangular e o dardo. Todos usavam o *elmo* e os *hastati* a lança.

A infantaria leve tinha um escudo menor e redondo, capacete de couro, espada e dardos leves.

Em regra, a legião passou a se constituir de duas *manipulas* de duas *centúrias*. As *manipulas* eram a *unidade base*, formadas por elementos de cada classe e dispunham de uma insígnia, que consistia em figuras de animais ao cabo de uma haste. As *centúrias* formavam-se de cerca de sessenta *hastati*, ou *principes* ou trinta *triarii* e mais vinte *velitas*.

Ao todo havia, em cada legião :

Mil e duzentos *hastati*, mil e duzentos *principes*, mil e duzentos *velites* e seiscentos *triarii* isto é, quatro mil e duzentos homens. Às vezes, porém, chegava a dispor de seis mil e mesmo mais. A cavalaria que entrava em sua composição também se formava conforme a idade dos soldados.

Para o combate não se reunia mais em *falange* (1). Dispunham-se as *manipulas* lado a lado por classe de soldados, umas atrás das outras, formando cada *manipula* 20 filas de seis homens (três para os *triarii*). Cada classe guardava uma distância da que a precedia correspondente a frente de uma *manipula*.

A êsse respeito diz Machiavel (2) :

«Na ordem de batalha, os *hastati* formavam a primeira fileira e exatamente atrás dêles se colocavam os *principes*. Numa terceira linha ficavam os *hastati*, no mesmo alinhamento das filas correspondentes das classes anteriores. A cavalaria colocava-se em relação ao conjunto dêsses três escalões, à direita ou sua esquerda.

(1) Recorda-se que a *falange* significava também a formação em massa das tropas para o combate.

(2) Discurso sobre a Primeira Década de Tito Lívio — Livro Segundo — Obras completas — Garnier Frère — Paris — 1867.

Eram as *alas*, nome derivado seja do aspecto da formatura que adotavam os esquadrões, seja do fato de se colocarem como se fossem asas ligadas ao corpo da legião. Os *hastati*, que treinavam o inimigo, marchavam extremamente cerrados para poderem levá-lo do roldao (3) ou suportar seus ataques. Os *principes* que eram destinados a apoiá-los, no caso em que fossem batidos ou repelidos conservavam, ao contrário, intervalos entre suas fileiras, a fim de nêles poderem acolhê-los sem mudarem sua formação. Os *triarii* guardavam entre suas filas intervalos ainda maiores, para poderem receber, caso necessário, sem desordem, tanto *hastati* como *principes*.

Com êsse dispositivo a legião empenhava-se no combate. Se os *hastati* eram repelidos ou vencidos, retiravam para os intervalos da formação dos *principes* e então reunidos retomavam o ataque. Se de novo o inimigo mostrava-se mais forte e os obrigava a recuar, os *triarii* os recebiam, e, então, todos reunidos recomeçavam o combate. Em caso de insucesso, desta vez, a batalha estava perdida».

Os *velites*, que cobriam inicialmente os flancos, avançavam para inquietar o inimigo, lançando contra êle seus dardos. Depois retrocediam, vindo colocar-se atrás de suas centúrias e entravam também, se fôsse o caso, na luta corpo a corpo.

O combate dos legionários começava pelo lançamento dos dardos seguido sem perda de tempo, para aproveitar a perturbação obtida, do ataque à espada ou lança.

Mário, após as lutas contra Jugurta, reformou a legião. Mais do que isso, deu uma nova fisionomia ao exército. Criou o instrumento de que César vai se utilizar.

Os *velites* deixaram de fazer dela parte integrante, para constituírem uma formação à parte. Todas as classes de soldados passaram a ter o mesmo armamento, mas conservaram os antigos nomes. A legião passou a ser formada de dez *coortes* cada uma de três manípulas: uma de *hastati*, outra de *principes* e uma de *triarii*. Seu efetivo normal passou a ser de seis mil homens.

No combate, a *coorte* formava-se por manípulas, com uma profundidade de dez homens em vez de seis. As dez *coortes* de cada legião dispunham-se no terreno em *quincôncio*, em dois ou três escalões. As que eram forçadas a se retrair, acolhiam-se aos intervalos guardados entre as mais recuadas.

As legiões passaram a ser numeradas e cada qual recebeu, como estandarte, uma águia de prata. As antigas insignias das manípulas passaram para as *coortes*.

(3) Conservavam a tradição de combate da falange.

A cavalaria também foi reorganizada. Cada legião passou a dispor em média de cerca de trezentos cavaleiros, grupados em pelotões (turmae) de trinta homens. Para o ataque formavam-se esquadrões de dez pelotões (decúria) dispondo-se os cavaleiros em três fileiras. Operavam assim os pelotões em massa compacta mas podiam também dispersar-se em grupos de cavaleiros. Quando atuavam por grupos, os pelotões eram apoiados por infantês leves, que levavam montados na garupa.

O armamento da cavalaria consistia numa couraça de bronze, perneiras de couro, escudo circular, lança e espada, esta maior que a da infantaria.

Não mais tinha, porém, a *qualidade dos primeiros* tempos em que era a *força de escol* da República, nem a disciplina e as qualidades combativas da infantaria. Decaíra tal como decaíra a nobreza de que se formavam suas fileiras. Encontrava sério rival nos infantês leves e na sólida constituição das legiões.

Era a arma mais fraca no tempo de Cesar e tanto que este chegou de uma feita a fazer montar sua fiel 10ª legião por ocasião da entrevista que teve com Ariovisto, o célebre chefe nórdico. No Império, mais tarde, cada legião passou a dispor normalmente de cento e vinte cavaleiros.

Mário reformou também o sistema do recrutamento. Admitiu os proletários na legião, e a cavalaria e a infantaria ligeiras, passaram a ser constituídas principalmente com os *auxiliares das províncias* e terras conquistadas.

Primitivamente Roma punha em arma anualmente quatro legiões para fazer face às eventualidades. Se havia guerra, o Senado determinava o número de legiões a organizar.

Para recrutar os efetivos necessários, o Cônsul (que era o chefe militar supremo) assistido por seus auxiliares, oficiais superiores, fazia organizar a lista, se já o não estava, dos cidadãos em idade militar. Depois escolhia à vontade os nomes dos cidadãos a incorporar, evitando quanto possível os casados e dando preferência aos antigos soldados, conhecedores do ofício. Resultava daí que certos indivíduos eram chamados mais frequentemente que outros, sem direito de reclamação alguma o que se fazia por tribos ou cúrias, as quais forneciam em número de expedições, isto é, 16 campanhas para a infantaria e 10 para a cavalaria.

O recrutamento procedia-se no Capitólio, a que compareciam os cidadãos em idade militar. Os que faltavam à convocação pagavam *multa* ou eram castigados com *prisão* e até *açotados*. Os que fugiam passavam à categoria de escravos. Do serviço militar só ficavam isentos os miseráveis, os fisicamente defeituosos

ou os que estavam exercendo funções do Estado. O arrolamento se fazia por tribus ou cúrias, as quais forneciam em número de conscritos proporcional à sua importância numérica e conforme as respectivas aptidões.

Havia sem dúvida muitas reclamações que eram apoiadas ou defendidas pelos tribunos, mas os cônsules as evitavam retirando-se para o campo de Marte, onde aquêles não tinham jurisdição...

Cada conscrição era feita para uma determinada campanha, para servir com um *determinado general*, sistema que desapareceu, como assinalamos. Terminada estas ou mudado o general, em princípio, a tropa era licenciada. Mas, a rigor, quem fixava o tempo de serviço era o Senado.

A reforma de Mário consistiu, principalmente na introdução do processo de recrutamento por meio de agentes recrutadores, ou comissários, que arrolavam voluntários, por vinte anos para a infantaria e por dez para a cavalaria, procurando por toda parte os jovens aventureiros. Desde, então, o exército passou a constituir-se quase inteiramente de gente pobre que adotava a profissão militar, como solução as suas dificuldades. Vinham os voluntários atraídos pela paga e outras vantagens, entre as quais a distribuição de terras, ao termo de seus compromissos, exercia forte sedução. Esse arrolamento, que a princípio só se fazia entre os romanos, estendeu-se depois aos provincianos e até aos escravos, os quais adquiriam automaticamente a condição de *cidadãos romanos*.

Não havia mais, portanto, a antiga *milícia* e sim um *exército profissional* que foi o principal instrumento das conquistas longínquas e também das guerras civis...

«Car il n'est pas possible que les gens de guerre, qui avaient changé le gouvernement et établi les empereurs, fussent longtemps sans s'apercevoir que c'étaient eux en effet qui disposaient de l'empire» — Bossuet.

DIVERSOS ASPECTOS

Como agia o exército romano? Vimos de modo geral como combatia a legião. Vejamos agora outros aspectos.

Seus movimentos faziam-se numa formação em colunas mais ou menos longas.

O grosso dessas colunas, constituídas pelas legiões, era coberto por vanguardas, em princípio formadas por tropas de elite e a infantaria leve. Análogamente, constituíam retaguardas. Entre estas e o grosso seguiam os comboios ou trens.

Próximo do inimigo as colunas se desdobravam diminuindo a profundidade geral do dispositivo de modo que o exército oferecia uma frente larga ao abordá-lo.

Se no decorrer do movimento havia ameaça ou perigo de ataque pela cavalaria inimiga a tropa se dispunha em *quadrado* em cujo interior ficavam os trens.

O quadrado era também o dispositivo habitual de seus campos, que fortificavam em tôdas as faces.

As tropas menores, que não tinham trens a abrigar, formavam uma *quadrado compacto* e os homens abrigavam-se contra as flechas, dardos e pedras lançadas pelo inimigo, cobrindo a cabeça com os respectivos escudos. Esta era também a formação para ataque das praças fortes ou campos inimigos. Denominavam-na a *tartaruga*.

Os reabastecimentos, em regra, eram feitos, por exploração dos recursos locais, comprados, requisitados, ou tomados a força. Os generais do exército romano não se descuidavam de acumular nos seus campos e comboios grandes quantidades de trigo e faziam seguir consigo tropas de gado em pé.

O armamento consistia como vimos em armas mais simples que a dos gregos e por certo de melhor têmpera, entre as quais se destacava o *gladio*, espada de *dois gumes*, adotado depois das lutas na Espanha. O material de guerra, porém, progredira muito, bem como os processos de transposição de rios, de ataque e defesa das praças, da fortificação, do que temos uma perfeita idéia pelas menções que César faz em seus *Comentários* sobre as guerras das Gálias.

Afora a espada, o escudo, os capacetes, armas de jato etc., os romanos empregavam um material complexo de que damos em seguida alguns exemplos, com que desenvolveram a arte da fortificação em campanha e o ataque das praças fortes.

Para o ataque empregavam:

— *as mantas de guerra* — casinhas de madeira ao abrigo das quais avançavam para atacar as muralhas das praças sitiadas. Eram uma espécie de barraco de 5 metros de compr.do, por dois de largo e uns dois e meio de alto. Faziam-nos de madeiras leves, mas os cobriam sólidamente para resistirem as grandes pedras jogadas pelos adversários e as revestiam de couro fresco, ou que humedeciam, para não se inflamarem. Reunidas entre si formavam uma espécie de galeria que levava ao pé da obra por sobre rodados. Isto os obrigava a prepararem, às vêzes, previamente o terreno, endurecendo-o;

— *as tôrres* — construídas de madeira, visavam permitir o ataque das muralhas pelo alto. De seus terraços ou patamares elevados, os soldados saltavam para a praça sitiada ou atiravam

pedras, dardos, substâncias inflamadas etc. contra os defensores. Pesadas, demandavam, não raro, para serem aproximadas das muralhas, a construção de aterros bem batidos ou empedrados, por onde suas rodas pudessem trabalhar.

— o *ariete* — enormes traves guarnecidas numa das extremidades por uma cabeça de carneiro, em ferro ou bronze, suspensas por uma enorme armação de madeira, a que eram presas por cadeiras e grossos cabos. Para empregá-lo era preciso enorme força de braços, cem e às vèzes mais soldados. Êstes, manejavam os cabos imprimindo ao ariete movimentos de vai-vem e assim martelavam muros e portões que arrombavam.

Além dêstes recursos e da *tartaruga*, formação em massa coberta pelos escudos, para abordagem das defesas inimigas, empregavam o *escorpião*, util na defesa e no ataque, arma de jato que lançava enormes dardos ou avantajadas pedras, etc.

Eram também notáveis os recursos da fortificação em campanha de que daremos uma idéia no exame das guerras das Gálias.

A DISCIPLINA E O COMANDO

Apesar do sistema adotado para formação dos quadros, a disciplina no Exército Romano era severa e o consul podia aplicar até a penalidade de morte. Tinha o direito de impor vários castigos: privação do soldo e da alimentação; prestação de serviços forçados; degradações; açoites, marcas a ferro quente etc. Se o número de culpados era grande, como, por exemplo, numa rebelião, e o caso era punível com morte, a pena se applicava sòmente a um certo número, um décimo dos culpados, mediante tiragem a sorte.

Ao par de tal rigor, as *recompensas* abundavam para estimular a coragem dos soldados: concessão de armas de honra, condecorações diversas, coroas cívicas etc. que podiam ostentar nos lugares mais visíveis de suas casas e usar nas cerimônias públicas.

Mas o romano, que não desprezava a glória, tinha muito amor à riqueza e por isso os soldados também eram recompensados com parte das prêsas, após cada vitória, inclusive escravos.

Para os *cônsules*, a recompensa maior era o *triunfo*. Não era apenas uma satisfação de vaidade pessoal. Dava direitos e tôda *Roma* concedendo-o sentia sua própria grandeza e poder. Os desfiles triunfais eram como que uma demonstração pública, uma revista de mostra nos resultados das conquistas.

Os escritores antigos são unânimes em gabar a excelência da disciplina romana. Assentava esta no juramento de obediência em quaisquer circunstâncias as ordens do chefe, cujo desrespeito equivalia à crime ou sacrilégio.

As penalidades eram as mesmas para soldados e oficiais.

Recordemos para precisarmos a idéia sobre o rigor da disciplina romana, o caso a que se refere Tito Lívio. É um episódio ocorrido no ano 340 A.C. entre o Consul Manlio e seu filho, que lhe apresentara orgulhoso os despojos de um combate vitorioso, travado por conta própria, mas infringindo as ordens de seu pai e general.

Conta Tito Lívio: «Reunido o Exército por ordem do Consul este a êle se dirige: «T. Manlio, uma vez que sem respeito pela autoridade consular e pelo pátrio poder, combatestes apesar de minha proibição, isoladamente, uma vez que com êsse procedimento, rompeste os laços da disciplina a que estavas sujeito, a qual até hoje tem feito a força de Roma; uma vez que me puseste no dilema de sacrificar a República ou minha família e a mim mesmo, mais vale expiarmos nós mesmos que os fazer pagar caro à República. Seremos um exemplo lastimável, mas salutar para os que nos sucederem. Sem dúvida a ternura de um pai e esta prova de teu valor transviado por um vão fantasma de glória, deveriam me predispor em teu favor, mas é preciso que tua morte exemplifique o valor das decisões de um cônsul e não que tua impunidade as enfraqueça para sempre, tu mesmo, se és de meu sangue não hesitarás em restabelecer por teu suplicio a disciplina que tua falta enfraqueceu». Depois, dirigindo se ao litor: «Vai litor, amarra-o no pelourinho». Todos ao ouvi-lo sentiram-se aniquilados. Depois quando viram a cabeça decepada, voltaram a si e irromperam em gritos e imprecações contra o cônsul. Mas diz Tito Lívio «a severidade do castigo tornou os soldados mais obedientes. As guardas, sentinelas e patrulhas de dia e de noite se fizeram desde então mais rigorosamente; quando se travou a batalha decisiva recolheu-se o fruto da Justiça o cônsul».

A HIERARQUIA E O COMANDO

Não eram muito numerosos os postos da hierarquia militar romana, mas era complexa a organização do comando.

O comando em chefe de um teatro de operações cabia a um *consul*, sem revesamento após as guerras púnicas. Seu poder absoluto mas sujeito à prestação de contas de seus atos ao Senado, que o julgava.

As legiões eram comandadas por tribunos eleitos pelo povo, ou designados pelos cônsules que procediam ao recrutamento. Para cada uma se designavam seis tribunos que a comandavam em grupos de dois, substituídos de dois em dois meses, e que exerciam a função em dias alternados.

Em regra, a escolha dos tribunos obedecia a um critério meramente político. Eram filhos de famílias consulares, ou cavaleiros, mesmo jovens de 17 a 18 anos que apenas disputavam o lugar a fim de se tornarem aptos ao exercício de funções públicas e não tinham experiência alguma. A condição legal de possuir o candidato a tribuno pelo menos a experiência adquirida em cinco campanhas, não raro ficava no olvido.

Por isso, na realidade, em muitos casos o verdadeiro comandante da legião era o *lugar-tenente*, conselheiro ou acólito que se lhes agregava.

Às vezes os *cônsules* eram também militarmente incapazes, fato que provocou os sarcamos de Mário quando empreendeu suas reformas. Êle ridicularizou-os por serem chefes militares que a última hora corriam a ler tratados dos estrategistas e procuravam ter junto a si um *mentor militar* abalizado...

Uma peculiaridade da organização do comando militar romano é que, na realidade não havia na República propriamente, carreira militar. Os postos e respectivas funções só eram exercidos enquanto o homem estava incorporado. Tudo desaparecia com o seu regresso à vida civil.

César, deixa cair êsse sistema no olvido. Instaura a permanência no comando da Legião, de chefes experimentados, os seus *lugares tenentes*, deixando de lado os tribunos. Mais tarde, no tempo de Augusto, êstes ficaram subordinados aos generais.

Abaixo dos *tribunos* e dos *lugares tenentes*, legados ou generais, vinham os *centuriões*. Formavam uma verdadeira hierarquia, embora no mesmo posto. O *centurião* mais graduado era, em cada coorte, o *prior dos triarii*, isto é, o que comandava a *centúria da direita* dos que combatiam a retaguarda. O menos graduado era o da centúria da esquerda dos *hastati*, os que combatiam a frente.

Os centuriões das centúrias da direita de cada manipula exerciam também o respectivo comando. O centurião da direita dos triarii, isto é, o *prior*, comandava sua *centúria*, a *manipula* e a *coorte*. Sua hierarquia era no fundo um resultado de sua experiência e antiguidade. O *prior* ou centurião mais antigo de cada coorte gozava da confiança do chefe da legião e tomava parte, às vezes, no Conselho formado pelo cônsul e os tribunos.

O centurião é o soldado romano mais característico. Desfrutava uma situação especial. Reformado, recebia grandes lotes de terra, ficava freqüentemente rico e passava à classe dos cavaleiros.

Nas pequenas cidades e províncias eram figuras de primeiro plano.

Abaixo dos centuriões — vinham os postos correspondentes aos tenentes de nossos tempos — *optio* e *signifer*. Não havia gradações entre as praças, mas algumas gozavam de certa distinção e eram dispensadas dos trabalhos mais grosseiros.

AS ARMAS TÉCNICAS E AS FORÇAS AUXILIARES

Não se constituía o exército romano apenas de infantaria e cavalaria. Possuía como o de Alexandre, armas técnicas e serviços. Formavam corpos de *artilheiros*, *engenheiros* e *trabalhadores*. Os artilheiros, ou melhor, as tropas correspondentes aos artilheiros modernos, manejavam as *balistas* e *catapultas*. Lançavam flechas, dardos e pedras. Incumbiam-se ainda do *ariete* e das *tôres de madeira*. Faziam também túneis, galerias de minas para penetrar nas praças fortes do inimigo, pontes, barcos etc. Todos trabalhavam em obras públicas, notadamente nas estradas durante o inverno, inclusive os legionários.

Antes da incorporação das províncias e extensão do título de *cidadãos romanos* aos povos anexados à Roma, as tropas constituídas pelos estados confederados eram chamadas *associadas* (*socii*). Pouco deferiam das romanas. Eram pagas pelos respectivos estados mas Roma as alojava e aprovisionava. Em regra, a cada exército consular correspondiam cerca de dez mil infantes e cerca de mil e oitocentos cavaleiros, aliás cada vez melhores que os romanos, notadamente depois da incorporação das planícies do Sul. Os *socii* não formavam legiões e sim *coortes* comandadas por chefes da mesma nacionalidade. Em seu conjunto eram comandadas por um chefe romano.

Por fim, desapareceram os *socii*.

Mas havia sempre tropas auxiliares formadas pelos povos aliados, não incorporados. Eram cavalaria ou infantaria leve (*fundeiros* e *flecheiros*) e empregavam-se nas alas, nas vanguardas e nas retaguardas. Comandava-as, em conjunto, um romano. Acampavam fora dos campos *fortificados*.

O PODER NAVAL

Roma nunca se distinguiu como potência naval, mesmo depois de haver vencido o poder marítimo de Cartago. O romano não gostava do mar. Nisso diferia profundamente do grego, o que bem mostra a influência da geografia na formação dos costumes, tendências e destino dos povos. Catão, o antigo, lastimava-se por ter feito uma viagem por mar quando, embora gastando mais tempo, poderia tê-la realizado por terra...

Não se detiveram, porém, os romanos diante do mar. Souberam vencer as dificuldades e a ogeriza natural que lhe votavam, e criaram meios capazes de lhes darem superioridade mesmo nesse movediço terreno. Construíram um tipo de navio novo, o quinquerremo, arranjaram-se com os povos seus tributários para guardá-los e adotaram métodos de ação adequados que lhes permitiram dominar as potências essencialmente marítimas.

APRECIÇÃO GERAL

A organização militar dos romanos cuja civilização se acentua por seu caráter eminentemente prático e objetivo, evolui com as necessidades dos tempos, vai se adaptando as circunstâncias da guerra e aproveitando os melhores elementos que encontra nos próprios adversários.

A *falange* é vencida pela maior flexibilidade da *legião* mas os romanos adotam a tática de Anibal, a castrametação e a fortificação de Alexandre transmitidas através de Pirro, a lança dos gregos, a espada dos espanhóis e fazem-se marítimos contra Cartago.

Tal é o poder de assimilação, de objetividade e do valor prático de seu espírito, que suas criações repercutem vivamente até o século XIX de nossa era quando, mudados os próprios fundamentos da organização da sociedade humana, pelo surto das indústrias modernas, não mais podem elas servir de modelo. Não perdem, porém, suas instituições seu valor eminentemente instrutivo.

Na força que as instituições militares romanas representam, constituídas tal como vimos de ver, reflete-se naturalmente a situação interna de Roma. Nela, porém, mais do que os vícios e a decadência, refletem-se suas virtudes. É ela que César vai utilizar para debelar a anarquia política e social que devorava Roma e já a enfraquecia enormemente.

Terá, porém, de amoldá-la às necessidades da empresa reformista a que se propõe, para que possa agir com segurança e eficientemente. Também precisa adquirir prestígio militar capaz de sobrepôr todos os demais.

A imensa capacidade de César leva-o a introduzir, por certo, melhoramentos na estrutura da força e nos métodos de ação militar. É porém ter sabido transformar forças romanas em suas próprias, a toda prova, em face de sacrifícios, que mais o recomendam como chefe e o fazem digno de vencer a própria Roma.

Sua força, porém, reside principalmente no gênio que o fez corresponder às necessidades do progresso humano, no momento em que viveu... É o que passamos a examinar.

VI

A CARREIRA DE CÉSAR

Caius Julius Cesar pertencia a uma das mais antigas famílias patrícias, que êle, orgulhosamente, dizia descender dos deuses. Era sobrinho de Júlia, mulher de Mário. «Em minha família, acentuava ao fazer o elogio fúnebre de Júlia, acha-se, depois da queda de Sila, a majestade dos reis, senhores dos homens, e a santidade dos deuses, senhores dos reis».

A Pompéia, que era sobrinha de Sila, desposou César, da qual veio mais tarde a separar-se por simples suspeita de adultério. Sila dizia, ao ouvir a insistência dos que intercediam a favor de César, haver em César mais de um Mário...

Sua infância passou-a em meio das mais graves perturbações de Roma, na época da luta entre Sila e Mário. Recebeu a educação de patricio em que a cultura física, o preparo no manejo das armas e a aprendizagem do que era útil ao soldado, tinha especial apuro. O próprio Mário o treinava. De rara inteligência, cultivou também o espírito, assimilando os conhecimentos do seu tempo. Não tardou assim a aperceber-se da grave situação de Roma e da necessidade de uma solução urgente, compreendendo bem como esta havia de ser, muito embora talvez não lhe viesse logo nítida ao seu espírito. Mas sente-a. Via, como necessário, um poder forte capaz de reorganizar completamente o Estado e a própria sociedade.

Prepara-se então para conquistá-lo. Procede corajosamente, audaciosamente, mas sem afoiteza ou precipitação. Esquiva-se à luta quando sente que não pode vencer. Desde que adquire qualquer parcela de poder, vai então, com atos e palavras, avançando para a reforma.

Órfão de pai aos 16 anos de idade, aos 17 é nomeado sacerdote de Júpiter. Casa-se pouco depois com Cornélia, filha de Cina, consul quatro vezes. Dêsse matrimônio nasce a sua filha Júlia, a qual mais tarde esposa Pompeu.

Sila então chega ao auge do poder, e César, que lhe resiste e tenta opor-se à sua política, retira-se de Roma.

Vai então iniciar na Ásia a aprendizagem da guerra, com o pretor Thermus. Recebe sua primeira coroa cívica, por se haver distinguido na tomada de *Mithylène*. Serve também com Servilius Isauricus, na Sicília.

Então, chega-lhe a notícia da morte de Sila e êle regressa à Roma, agitada, como quase sempre, pelas conspirações.

Habilmente evita envolver-se nas perturbações, e, passadas estas, inicia a sua atividade acusando Dolabela, um dos homens

de pior fama em Roma, genro de Cícero, e que, mais tarde, na luta entre Pompeu e César, toma, entretanto, o partido dêste. Suas acusações são repelidas pelo Senado, e êle, prudentemente, de novo se afasta de Roma. Foge aos ódios que levantara contra si. Atribui talvez êste seu insucesso à sua insuficiência oratória. Vai por isso para Rhodes receber do famoso retórico da época, Molon, lições de eloquência.

Nessa ocasião é prêso por piratas, de que fica prisioneiro mais de um mês. Porta-se corajosa e superiormente. Ameaça castigá-los, o que realiza depois de ter sido posto em liberdade e uma vez pago o resgate que se comprometeu a obter. Mas logo que foi solto, tratou de organizar uma pequena esquadra, com que os persegue, fazendo depois enforcá-los.

Em Rhodes, organiza tropas e põe-se ao serviço de países aliados de Roma, que estavam sendo devastados por tropas do rei Mitrídates. Liberta-os.

De novo volta à Roma, faz-se eleger *tribuno militar*, e trata de revigorar o poder tribunicio cuja importância diminuira ao tempo de Sila, que se empenhara em restaurar o poder do patriciado.

Depois, é nomeado *questor*, e, nessa qualidade, promove a reabilitação da memória de Mário, fazendo então o elogio fúnebre de Júlia, sua tia e esposa daquele, e também o de Cornélia, sua própria mulher. Êsse panegírico era uma novidade que introduzia em Roma.

Nomeado *questor*, parte para a Espanha onde não se demora muito tempo. Regressando à Roma, se aproveitaria do poder que exerce, se o Senado não tivesse a mão as legiões já prontas e organizadas para operarem na Ásia...

Fez-se *edil*, no exercício de cujas funções promove o melhoramento da cidade. Vai conseguindo assim popularidade com que alarma os patrícios do Senado... Lisongeia o povo organizando jogos públicos, para os quais fez vir tantos gladiadores que por sua multidão assustam os senadores levando-os a impedirem a entrada de mais.

Sentindo-se neutralizado em Roma, César pede o comando do Egito. O Senado, porém, que o teme à testa de forças militares, recusa, mas êle reergue, então, audaciosamente, os troféus de Mário, da guerra contra Jugurta, os quais Sila fizera desmoronar. É um desafio!...

Sente que sua popularidade aumenta. Tenta então um grande golpe político, que pode ser decisivo em sua carreira: embora muito jovem apresenta-se candidato à eleição de *grande pontífice*. Arrisca tudo que tem na luta. A tal ponto endivida-se, comprando

votos que pensa em suicidar-se se perder a eleição. Mas é vitorioso. «O dinheiro tudo conseguia em Roma».

Já consegue César a nomeação de *pretor*. Continua a lutar contra os conservadores. Disputa ao próprio Catão, herdeiro de um grande nome, a influência sobre o Senado, e, na luta, travada em torno da defesa que empreendeu a favor de Cina, tanto se empenhou que correu risco de vida.

César *faz política*. Saca largamente contra o futuro. Continua a endividar-se ao extremo para manter a popularidade e fazer adeptos. Põe a sua natural *liberalidade* a serviço de suas legítimas ambições, processo que lhe causa as vêzes sérias dificuldades. Quando pretor, suas dívidas eram tais que teve, embaraçada pelos credores, a sua partida para o govêrno da Espanha, onde certamente pretendia aumentar o seu renome e também refazer as suas finanças.

No govêrno da Espanha, porém, foi feliz. Conseguiu pacificá-la com relativa presteza, vencendo hábilmente as dificuldades.

De regresso a Roma reclama o *triumfo*, e ser inscrito como candidato ao *Consulado*, e atinge pois o ponto culminante da carreira política. O Senado, tendo por si a lei, recusa aceitar sua candidatura ao consulado, entretanto não lhe nega as honras do triunfo. Ele desiste dêste, e entra em Roma, como simples cidadão.

Ambiciona agora alçar-se ao pôsto onde poderá começar a exercer sua reação construtiva na reforma de Roma. Mas as eleições nessa época dependem de dinheiro. Os votos são dados a quem pagar melhor, tal é o estado de corrupção das instituições e dos costumes. César procura então *associar-se* a Luceius, homem rico e medíocre. Este entraria com o dinheiro, César emprestar-lhe-ia sua popularidade e seu prestígio, combinação que inquieta os senadores, pois é claro que, se fôra vencedora, César ficaria senhor único de Roma...

Resolve, então, o velho cenáculo do conservantismo patricio, lançar mão da mesma arma. Compra votos em favor de Bibilus, que é o eleito com César.

No poder, César começa a reformar. Inicia a publicação de um *jornal* que regista as deliberações do Senado e da Assembléia do povo. Dá mais prestígio ao cargo, à dignidade consular, restabelecendo o uso do acompanhamento do *consul* em exercício por litores, com o machado e o fecho de varas. Os atos marcantes, da sua política foram, porém, de um lado, a larga distribuição dos bens do Estado e, de outro, a imposição de sua vontade, por bem ou por mal, não trepidando em aceitar a luta com seus adversários e em empregar os processos mais adequados ou audaciosos. Sua nova lei para a distribuição de terras

do Estado suscitou a mais viva oposição de Bibulus e do Senado. Ele, porém, soube vencê-los.

No consulado, casa-se com Calpúrnia, filha de Pison, e procura aliar-se com Pompeu, patricio e general de grande prestígio. Para realizar e dar maior consistência a essa aliança política, dá-lhe em casamento sua filha Júlia.

Forma então com êle e Crasso, homem muito rico, um triunvirato, no qual espera naturalmente exercer uma influência dominadora. Crasso não lhe oferece resistência alguma e aceita sem discussão a direção mental de César, a quem facilita os recursos de sua grande fortuna. Mas Pompeu, homem vaidoso, deixa-se influenciar pelos patricios e reacionários, os quais, à custa de lisonjas e intrigas, acabam por separá-lo inteiramente do sogro.

A morte de Júlia cortou definitivamente os frágeis laços que os prendiam. Quando se alia a Pompeu e Crasso, César por certo lança suas vistas para o futuro. Consul, quer adquirir mais prestígio, quer fazer jus a novos triunfos. Não o cega, porém, a pura vaidade ou o mero interesse pessoal. Vê os destinos de Roma. A Ásia lhe oferecia bons comandos, mas poderia a nóvel civilização romana assimilar as velhas civilizações que aí ainda permaneciam, sem grande brilho de vida, mas fundamentalmente indestrutíveis?

César não é um ambicioso vulgar. Escolhe a Gália, de civilização mais rudimentar ou primitiva onde a romana não encontraria resistências consistentes. Era todo um mundo novo a construir e campo bastante à expansão das energias romanas, capazes de mais ainda se fortalecerem. A conquista das Gálias era um serviço prestado à pátria que os romanos compreenderiam bem, pois, além do mais, era um perigo mais próximo já manifestado, ao tempo de Mário.

Teria êle visto tão longe? Em todo caso, é que a extensão do poder de Roma nessa direção dava-lhe maior segurança. O perigo das invasões bárbaras do Norte ameaçava reproduzir-se e de modo ainda mais terrível. Os germânicos já haviam incursionado na Gália, aí se instalado em parte. É evidente que o seu movimento iria continuar.

De resto, escolhendo as Gálias para exercer sua missão militar, não teria concorrentes...

Evidentemente, César vê a importância da escolha de seu comando. As glórias que obtivesse na África dar-lhe-iam mais riquezas e envaideceriam Roma. A Gália, sem dúvida, era mais rústica e mais pobre e pouco poderia dar em bens de fortuna, mas Roma compreenderia o imenso benefício que lhe prestaria com a sua conquista. Não seria isto um imenso tesouro?

Prefere, pois a Gália, tanto mais que se afastava pouco de Roma e não tinha o mar de permeio. O que êle ambicionava era Roma e não o poder ou a riqueza...

Vai, porém, por partes. Obtém primeiro o comando da Gália Cisalpina e da Ilíria. Governa-as para as assimilar. Aí adquire reconhecimentos e dedicações, donde *tira forças militares*. Depois consegue, naturalmente com a ajuda de Pompeu, incluir na sua esfera de ação a Gália Transalpina. Nesse momento exulta, e se externa, deixando bem ver quanto sabe o que tal coisa representa. Considera-se senhor de Roma, não imediatamente mas no futuro. Seus adversários despeitados o difamam. Não lhes dá ouvidos...

Regula sua situação, ou melhor a de seu partido em Roma e parte para o teatro das futuras operações que projeta...

Em sua ausência tratam seus adversários de minar seu prestígio, de enfraquecer seu partido, as manobras, porém, de que lançam mão não produzem efeitos...

Sua aliança com Pompeu e Crasso fortalece-o.

Não perde tempo. Levanta nas Gálias que lhe eram fiéis, à sua própria custa, além das que Roma lhe dera, outras legiões entre as quais a famosa Cotovia, formadas de gauleses, cidadãos romanos, armados a romana... que se lhefizeram afeiçoados.

Obtém logo os mais retumbantes sucessos. Roma vibra de entusiasmo e admiração e põe-se engalanada a festejá-los.

Sua campanhas duram dez anos, mas Roma estende suas fronteiras até a Mancha e o Reno, onde tudo passou a romanizar-se, cultura, instituições, língua. Os netos dos primitivos habitantes não mais eram gauleses e sim cidadãos romanos. Tomaram assento no Senado e comandaram exércitos romanos.

Não passou, porém, César êsses dez anos alheiado e longe do centro do mundo. Vinha passar os invernos na província Cisalpina, onde se punha ao corrente do que se passava em Roma e donde aconselhava seus numerosos amigos e clientes que o procuravam. Mostrava-se como sempre acolhedor e extremamente liberal, e atraindo cada inverno novos adeptos e admiradores, novos partidários políticos.

A campanha, porém, finda e César deve regressar a Roma, onde durante êsses longos anos aumentara ainda a corrupção e cresceram abusos e desmandos. As desordens e tumultos se sucedem proliferos. Certa vez quando César está em sua estação de inverno, pouco antes da fase final de suas campanhas, tornam-se tão sérias, que sua volta não é tão cedo esperada pelos gauleses. Cientes do que ocorre em Roma, supõem-no demasiado prêso aos seus interesses na capital do Império, e ressurgem em luta...

De fato, a situação era grave. Crasso, o terceiro cônsul, fôra vítima de sua incompetência militar e caíra morto na luta com os Partas. Pompeu só, em Roma, e excitado pelos patrícios do Senado e pelos adversários de César, que exploram a sua vaidade, lançam-no contra César, a quem atribuem responsabilidades nas desordens em que tomavam parte saliente Milon e Clódios, tribunos do povo e rivais. Aceita ser nomeado *único consul*. Não quis ainda, hesitava aceitar a ditadura. Mas isso leva os amigos de César a reclamarem também novo consulado para seu chefe.

Com a morte de Júlia, desfeitos os laços de parentescos entre ambos, acentua-se a sua rivalidade política, a qual dia a dia se agrava com a excitação dos senadores e a constatação, que o próprio Pompeu faz pessoalmente, da ampliação da esfera de influência e do poder pessoal de César.

Mas, a situação da Gália, que ainda não está segura, impede-o de agir... Limita-se, a entreter a predisposição dos romanos a seu favor, dando largas à sua liberalidade...

Os gauleses, aproveitando a oportunidade rebelam-se sob a direção de Vercingetorix, o mais influente e famoso guerreiro entre eles, que haviam eleito seu rei.

Ao ter confirmação dêsses acontecimentos, César não hesita um momento. Deixa tôdas as suas preocupações romanas e retorna aos seus exércitos. Inicia logo a fase mais difícil, última, e também a mais brilhante de suas campanhas.

Age com rapidez, decisão, audácia e extrema energia. Domina com êxito as mais embaraçantes situações.

Seu prestígio cresce de modo decisivo e indiscutível.

Regressa à Cisalpina. Está agora seguro quanto às Gálias. Pode agir, afinal, no sentido que almeja!...

Abre a luta. Pede a prolongação de seu tempo de comando e de consulado. O Senado recusa. Mas seus partidários reclamam que êle e Pompeu sejam tratados do mesmo modo. Os amigos dêste, os que exploram sua vaidade, protestam. Temem-no tanto que não trepidam em adotar êsse tratamento desigual, como recurso para se livrarem dêle... Mas César, que ainda tem em armas suas legiões, das quais algumas ficarão certamente de guarnição nas Gálias, e outras virão se lhe reunir na Cisalpina, não se intimida.

Informado de que Pompeu trata de recrutar novas tropas, decide agir, antes que isso se possa ultimar. E fá-lo com sua rapidez habitual. Não espera mesmo que cheguem as legiões que estão em marcha. Com as poucas tropas de que dispõe, mas certo de que um numeroso partido o apoia em Roma, atravessa

os limites de sua província, o famoso Rubicão. Inicia a guerra civil. Nenhum cônsul legalmente poderia atravessar tais limites com seu exército. Êle o sabe. Mede a sua responsabilidade em infringir tal principio. Não demora, porém, em decidir-se. Uma vez decidido é como de costume vivamente, rapidamente, que se lança no curso dos acontecimentos.

Não dispunha, no momento, de tantas tropas quanto Pompeu, mas seu renome era enorme e suas qualidades de chefe bem superiores às do seu rival aliado do Senado.

Avança sem perda de tempo para Roma, e as cidades que vai submetendo, sem encontrar resistência, a êle aderem. A maneira suave por que a todos trata, mesmo os que não eram partidários seus, mesmo os que antes o tinham combatido, faz novos e numerosos adeptos.

«Quero vencer por processos novos, escreve êle, de uma feita a amigos seus. A compaixão e a generosidade serão meus únicos apoios. Como conseguir? Vejo alguns meios, mas se podem encontrar muitos ou outros. A vocês descobri-los» (*).

Pompeu, com os senadores, inclusive Catão, foge de Roma para a Grécia, a Tessália, onde vão reunir forças para lhe fazer frente. Os filhos de Pompeu estão na Espanha a testa de boas tropas e tratam de levantar outras. César, porém, não os persegue imediatamente. Prefere regular primeiro a situação em Roma de que se apodera sem resistência e ir liquidar depois a da Espanha. Antes de bater-se com Pompeu quer destruir as tropas sob o comando dos filhos dêste, lhe são fiéis. Destarte, não correrá o risco de vê-las atuar contra Roma e à sua retaguarda. Além disso, não dispõe ainda de embarcações suficientes para transpôr o Adriático e o Jônico. Tem legiões da Gália, ainda em marcha...

Explica em parte esta sua decisão, ao dizer: «Vou combater um exército sem general e depois um general sem exército».

As tropas que Pompeu dispõe na Espanha são bem comandadas por chefes aguerridos. Êle, porém, os bate e aprisiona, embora não tenha sido empresa muito fácil.

Esse resultado obtido, regressa à Roma. Não se demora, porém, e segue ao encontro de Pompeu. Está, agora, impaciente. Parte quase só e atinge o Êpiro onde aguarda a chegada das suas tropas. Estas demoram. Desespera-se. Quase é vítima de um naufrágio, quando tenta regressar num frágil barco, através da tempestade, para ir encontro de seus legionários trazidos pelo fiel Marco Antônio.

Tem apenas tempo de pôr sítio a Pompeu, mas sítio incompleto porque êste tem o domínio do mar e pode ser reabastecido.

(*) Citado por A. Bailly — *Jules Cesar*.

Quem se esgota de fadiga e de fome são as suas tropas. César arrepende-se de se ter deixado fixar num país sem recursos, muito embora seus aguerridos legionários descobrissem meios de fabricar pão com certas raízes, anãs detestáveis, cujos restos lançavam, por bravata, nos acampamentos dos pompeanos. Se o seu adversário o atacasse com energia, dada a superioridade de efectivos de que dispunha, notadamente em cavalaria, e em face do esgotamento de sua tropa, é bem possível que fôsse o vencedor. A tôrça que César dispunha era verdadeiramente sua superioridade pessoal e sua enorme fama...

Decide, portanto, esgotado, levantar o sítio e ir em busca de um teatro mais favorável, para evitar um fatal desastre... Escolhe a Tessália, para refazer as energias de sua tropa fatigada.

Vendo tal retirada, os pompeanos julgam-se vencedores e tornam-se audaciosos. Atordoam Pompeu com seus conselhos tornando-o atônito e indeciso, sem saber que partido tomar. Afinal resolve ir ao encontro de César. A vitória, a todos os seus numerosos partidários aristocratas, parecia certa, pois a retirada de César para as ricas planícies da Tessália não era uma prova de que êle mesmo se considerava batido?

Mas... por que César escolhera a Tessália? Evidentemente porque havia aí facilidades e vantagens para refazer as fôrças de seu exército; mas também ao que parece, com a intenção de *compensar a superioridade marítima de Pompeu*. Se êste o seguisse, afastar-se-ia da costa e perderia o contato e o apoio de sua esquadra...

Seja como fôr, o fato é que o aqodamento dos pompeanos fê-lo engajar prematuramente a batalha da Tessália, e foram batidos. Não contavam com a mestria de César, muito embora contassem em suas fileiras ex-combatentes das Gálias, como o trânsfuga Labieno.

O exército de Pompeu batido, com enorme mortandade, é pôsto em fuga. Catão vai para Cartago e ali tenta, valendo-se de sua influência nas províncias gregas e em terras da Ásia Menor, levantar novas tropas. Algumas cidades, porém, porque estava vencido, recusam-se acolhê-lo. Pompeu verifica então a impossibilidade ou inutilidade de continuar a luta com os poucos elementos que conseguira reunir e resolve-se a ir acolher-se ao Egito. Vai para tentar a sorte.

César persegue-o sem perda de tempo. Não dispondo, porém, de esquadra, é forçado a dar volta pelos Helesponto. Quando chega ao Egito, já encontra Pompeu morto. Fôra assassinado ao desembarcar, à vista de Cornélia, sua própria mulher, horro-rizada. Era um vencido e um perseguido. As autoridades egípcias preferem agradar ao vencedor...

César custou a chegar, apesar de sua pressa. Tinha sido forçado a demorar-se nas cidades, submetê-las, fazer reunir os navios necessários. Ao entrar em Alexandria, fica penalizado quando sabe do ocorrido com o seu rival, pois tudo faz crer que êle contentar-se-ia em o prender ou submeter. Não era um monstro sedento de sangue. Não hesitou em mandar vingá-lo. O próprio rei do Egito, depois de derrotado num combate perto do Nilo, foi morto.

Nessa oportunidade, César correu grandes riscos, pois atacado de surpresa e envolvido pelos egípcios ao transpor uma ponte, teve de fugir a nado. Suetonio diz que, para salvar-se, atirou-se ao mar e nadou mais de 150 metros, mantendo fora d'água os papéis que levava, e desvencilhando-se com os dentes de sua couraça, para não cair em mãos do adversário. G. Decoudray admite que tais papéis fôsem os originaes do *Belo Gálico*...

Domina facilmente o Egito. Põe no trono Cleópatra, cuja beleza o seduz, entretendo com ela relações que mais tarde dão lugar a que muitos vejam nisso prova de seu amor à realeza. Outros admitem uma manifestação de vaidade. Na realidade, daí nasceu Cesaron...

As belezas e os encantos de Cleópatra, se o atraem e divertem como bom romano de seu tempo, se correspondem à fama de libertino de que é acusado, o que parece evidentemente exagerado, não bastam para fazê-lo perder a linha de sua conduta política e a pista da carreira que se traçou. Não parece que essa libertinagem seja característica dominante em César. Não possuía também a hipocrisia de Catão, o Censor, nem a austeridade rígida de seu bisneto, Catão, de Utica. Era um homem de seu tempo, mas homem superior, que se não deixa dominar pela animalidade e cujo gênio esclarecido lhe mostra a conduta a seguir para a execução das reformas. Não pretende a volta ao passado. Não crê possível a pureza republicana de Catão, de Utica, nem a reforma moral da sociedade, sem o apoio de um poder novo bastante forte. É sumo pontífice, mas sabe que a religião de Roma é insuficiente e não mais corresponde à evolução dos espíritos. Não cogita, porém, de reformá-la. Vê apenas o elemento básico, necessário para isso, a restauração de uma autoridade de fato, capaz de manter a ordem no mundo.

Tudo isso explica por que não fica prêso aos encantos da bela egípcia. Desde que sabe haver surgido uma revolta na Ásia, chefiada pelo filho de Mitridate, que se substituíra ao pai, depois de havê-lo traído, apressa-se em ir ao seu encontro. Bate-o tão facilmente que escreve a um amigo de Roma: «Cheguei, vi e venci».

Mas enquanto se passavam tais acontecimentos, um descendente de Cipião, Catão de Utica e Labieno, seu ex-lugar tenente, preparavam-se para enfrentá-lo, com a ajuda de Juba I, rei da Mauritânia. Labieno era militar de valor e se distinguira nas campanhas das Gálias; mas desligara-se de César, enciumado porque este não o mencionara nos seus *Comentários* no mesmo pé de igualdade que a si mesmo. Era o técnico da resistência, que se lhe queria opor.

Esta foi tenaz e César teve que fazer esforços consideráveis para vencê-lo. Não lhe bastou apenas chegar, ver e vencer. Foi-lhe preciso lutar e desenvolver bem ao vivo tôdas as suas faculdades, notadamente sua presença de espírito e a capacidade nêle notável de sustentar o ânimo de seu exército. Conta-se que foi aí que, vendo um porta estandarte fugir com a *aguia* de sua legião, agarrou-o pelo pescoço e fê-lo voltar-se para o lado do adversário: «é lá que está o inimigo!» Venceu, porém, a batalha de *Thapsus*, e lançou-se depois para a vila de Utica, onde esperava prender Catão. Encontrou-o morto ao chegar. Suicidara-se. César lastima-o como lastimara a Pompeu. Sente evidentemente que todos o temem e o julgam mais cruel que o era na realidade.

Não se detêm, porém. Ainda há forças do antigo regime em armas. Os filhos de Pompeu, Cneius e Sextus, comandam de novo na Espanha os exércitos que organizaram. Vai destruí-los. Terminará a luta exatamente onde começou. Este resultado obtido voltará à Roma depois de haver fechado o circuito que fizera em torno do Mediterrâneo, durante quatro anos.

Também na Espanha, tem de vencer numerosas dificuldades. Seus soldados já estavam fartos de guerra e de percorrer o mundo. Já não tinham mais entusiasmo. Em Munda, quase perdeu a batalha. César teve que lançar mão de seu prestígio para evitar que recuassem. Como o conseguiu? Apoderando-se das armas dêles e gritando-lhes: «quereis entregar-me a crianças? Chegareis ao fim da guerra, e eu ao da vida». A reação foi imediata e completa...

CÉSAR, SENHOR ÚNICO DE ROMA

César quantas vêzes regressa à Roma vem triunfante. Porém na apoteose com que comemora vitórias não figuram troféus de guerra civil, mas aparecem a Gália, o Egito, Parnácio e África. Procurava destarte mostrar que eram as glórias de Roma, e não as suas, que se exaltavam! Era o poder de Roma e não o seu que punha em foco. No primeiro triunfo desfilam estátuas de ouro representando o Reno, o Rone, o Oceano, etc., levadas

pelos cativos gauleses, entre os quais Vercingetorix, o que desgosta historiadores modernos como Funk Brentano (*). No segundo, estátuas do Nilo e de Pharaós e com elas a irmã de Cleópatra. No terceiro é a vitória sôbre Farnácio, que rememora: cheguei, vi e venci. No quarto, a vitória contra o Rei Juba I. Roma delira! César parece-lhe um semi-deus em seu percurso de meia légua, do Campo de Marte para o Capitólio, entre fileiras de quarenta elefantes — que transportam *lustros de lanternas*!

«Por fim a procissão entrou pela porta da Pompa no meio dos aplausos estrepitosos de duzentas mil bocas ao som de quatrocentos mil mãos batendo palmas. Essa procissão descera do Capitólio, atravessara o Fôro velho e tomando à direita entre as lojas do vico Tusculo e o Velabro, passara pelo mercado do gado (*forum boarium*) e entrara no Circo. Parelhas de mulas, juntas de bois e de elefantes traziam as imagens dos deuses em carros que depunham na *spina*. Atrás dos deuses vinha no meio da sua côrte o verdadeiro deus vivo de Roma, César, envolvido na sua toga vermelha, coroad, num carro de marfim tirado por cavalos brancos, seguido de um exército de clientes e por charangas de flautas e trombetas. A festa ia começar» (**).

Êsses triunfos mostravam que riquezas tinha trazido para Roma, imensas riquezas e a paz!

Houve paz e fartura. César tem prazer em dar. Deu terras e dinheiro, fartamente a seus soldados e pelo dôbro aos centuriões. O povo recebeu dádivas em dinheiro, trigo e óleo. Restaurou os repastos públicos, com duas mil mesas a três leit; combates de galeras no Tibre e de gladiadores, no circo, com outros jogos, em que tomavam parte até os descendentes dos *equites*!

César! É já enorme o seu poder! A cada vitória da guerra civil novos títulos e novas funções são-lhe concedidos. Farsália, dá-lhe o consulado e a ditadura por um ano; Tapso dá-lhe a ditadura por dez anos e a *prefeitura* dos costumes. A Espanha dá-lhe a *ditadura perpétua*, os títulos de Imperador e Pai da Pátria!

Recebe honras divinas. Sua casa passa a ser considerada um templo. Por tôda parte surgem estátuas suas. Um mês do ano recebe seu nome. O próprio Júpiter é-lhe associado num templo elevado a *Jupiter-Julius* — cujos sacerdotes são os *julianos*! Tal era a Roma dêsse tempo!

(*) Les Origines.

(**) Oliveira Martins — *História da República Romana*.

Era de entontecer. Por isso «a tradição mandava que nos triunfos um escravo fôsse ao lado do general, dizendo-lhe insultos ao ouvido, para que a glória efêmera o não enlouquecesse» (*).

CÉSAR NO PODER

No poder, com tôda Roma a seus pés, César não imita os potentados que o precederam, nem os reis, nem o Senado, nem Marius ou Sila. Inaugura uma era nova. Não tem ódios. Procede de tal modo que os romanos, em sua honra, erigem um templo à Clemência.

Preocupa-o realizar reformas essenciais, entre as quais descongestionar Roma da população sem ocupação que a atravanca (**). Repele os crimes com severidade. Expurga o Senado dos peculatórios que o infestam. Reforma a administração, a Justiça e a policia. Reforma o *Calendário*, fazendo-o estudar por homens eminentes.

Estendeu a cidadania e admitiu estrangeiros mesmo ao Senado. Via o mundo inteiro em suas reformas e não sômente Roma.

Os seus projetos bem mostram que inicia uma fase nova da civilização, na qual só vê o universo tendo Roma por Centro. Quais são os limites dêsse universo? Serão em seu espírito os que em seguida Augusto, que o substitui no poder, vai fixar? O próprio Augusto, que os fixa nos pontos atingidos pela conquista, o Reno, o Danúbio, o Eufrates, o deserto, considera-os definitivos ou apenas visa restringir o espaço para mais facilmente criar a *nova ordem*?

César vê amplos horizontes, e compreende o que é mistér para assegurar a supremacia de Roma: a construção de um vasto sistema de estradas, uma legislação, visando constituir em sólido arcabouço, tanto material como político ou intelectual, a unidade romana do mundo.

No entanto, há quem lhe atribua a ambição de dominar como rei, depois que houvesse abarcado nos domínios de Roma as conquistas de Alexandre até o Indus. Nada se sabe de positivo a êsse respeito. Tudo conjecturas e deduições. Quando se compara essas intenções com as suas realizações e se recorda a *fadiga* ou *desgosto* que manifesta da vida por vários meios, verifica-se que mais parecem invenções dos que só sabiam invejar-lhe o êxito e morder-se de despeitos...

(*) Oliveira Martins — *História da República Romana*.

(**) Muitas cidades de nossa era industrial, como o Rio de Janeiro, sofrem dêsse mal.

O despeito e o ódio fermentam nos que o invejam. A intriga se desenvolve. Os tradicionalistas da república, pseudos defensores da lei, esquecidos talvez de que a República fôra incapaz de evitar a corrupção e a desordem que permitiram e tornaram necessário o ascendente de César, accusam-no da *intenção* de querer fazer-se rei, e acabam por assassiná-lo.

Formou-se uma conspiração da qual fizeram parte muitas personagens cuja vida deviam à clemência de César. Os amigos o previnem, mas êle despreza os seus temores. Vai ao Senado, muito embora tenha motivos para esperar o que lhe acontece. Tem morte trágica.

Ao morrer, qual tinha sido de fato a obra de César? «Parecia nada haver fundado de novo. Seu principado tão curto seria, porém, em breve recomeçado. Seu nome passaria a significar um sistema político, de poder absoluto e militar, corrompido pelos sucessores e infamado nos tempos modernos: o *cesarismo*!».

CÉSAR CHEFE MILITAR

A carreira de César, em paralelo com a de Alexandre, mostra bem a diferença essencial que existe entre as velhas formas da civilização. Alexandre é por excelência o chefe militar que detem por essa circunstância mesma o poder. César é o político, o cidadão romano que se faz militar como um complemento dessa situação e que utiliza para a sua política a força militar. Comanda nas Gálias como cônsul e somente depois que se rebela e domina Roma é que a força militar de que dispõe sobrepuja a tudo. Senhór de Roma — não deixa diminuir a instituição militar, não leva, porém, mais vida de general. Morre assassinado como chefe de Estado. Alexandre é vitimado por moléstia, à testa de seus exércitos.

Dizem que, como questor em Espanha, chorava ao ver uma estátua de Alexandre, por considerar que êste com sua idade, havia conquistado o Mundo, ao passo que êle nada de grande houvera ainda feito.

No entanto, cêrca de vinte anos mais tarde, ao tombar morto pelos golpes de seus assassinos, «havia percorrido mais terras, dado mais combates e triunfado de inimigos bem mais temíveis, que Alexandre».

César realizava tôdas as condições necessárias a um chefe militar da época para se impor aos seus comandados e se fazer estimar por êles, subjugando-os de modo completo.

Era forte e perito no manejo das armas. Montava bem a cavalo, sem temer o sol ou a chuva. Era capaz de transpor a nado,

e o fazia freqüentemente, rios largos e de corrente impetuosa, valendo-se quando necessário da ajuda de um simples varapau. Tinha excepcional treinamento físico com enorme capacidade para a marcha, a cavalo, a pé, ou em viatura. Fazia longas viagens com velocidade incrível, sem nenhuma preparação especial, utilizando-se às vezes de uma simples viatura de aluguel. Podia percorrer, em média, trinta léguas por dia. Não raro, chegava antes dos próprios correios que enviava, como regista Suetônio.

Sua capacidade de trabalho, físico ou mental, era tal que parecia infatigável. Pode dizer-se sem exagero que era o melhor soldado de suas legiões.

Excelente orador, considerado o segundo de Roma, depois de Cícero, e escritor de qualidades excepcionais, sabia falar a suas tropas, cuja psicologia conhecia a fundo e fundamentar sua própria história.

Com o conhecimento que possuía da alma de seus comandados exigia deles os mais supremos esforços e sacrifícios, mas, se estes não eram necessários, tratava-os com a maior benevolência. Mostrava-se severo para as deserções e insubordinações, mas fechava os olhos aos pequenos delitos e abusos. Era exigente mas sabia ser tolerante e aplicava as penalidades mais de conformidade com o mérito dos soldados que de acordo com as faltas. Extremamente rigoroso contra as infrações cometidas em situações de combate, diante do inimigo, sabia fechar os olhos a muitas outras cometidas nos tempos de folga, notadamente após rudes campanhas e penosas batalhas. Por isto, certa vez, foi acusado, dando aos que o reprovavam a célebre resposta: «que importa que se perfumem se combatem bem!». Gostava de vê-los usar armas ricas, caprichosamente ornadas de ouro e pra'a, dizendo que assim lutariam melhor para que não caissem em mãos do inimigo e que as formaturas ficavam mais brilhantes. Não se descuidava, porém, de que as tivessem sempre a mão.

Sua tropa devia estar sempre pronta a obedecer-lhe imediatamente, pelo que nunca lhes dizia quando iam marchar ou combater. Muitas vezes, num dia de festa ou de mau tempo, quando menos o podiam esperar, punha-as em movimento. Tomava-lhes a frente e recomendando que o não perdessem de vista, forçava a marcha, chamando seus soldados de *companheiros*, o que muito os lisongeava. De uma feita, deixou de fazer a barba e cortar os cabelos enquanto não pôde vingar a perda de um deles que morrera em mão do inimigo.

Estes seus procedimentos eram recompensados pela mais extremada dedicação de seus subordinados.

Dois exemplos caracterizam bem sua maneira de proceder como chefe e o predomínio que sua personalidade exercia sobre seus comandados.

A 9ª legião, após a longa campanha das Gálias, quando já o exército estava ansioso para regressar à vida de paz e a guerra civil ameaçava prolongar-se, insubordinara-se. César sem hesitar dominou-a e tratou-a com extrema severidade. *Nunca cedia à rebeldia*. Pompeu, quando isso se passou, ainda estava de armas na mão. César expulsou-a do exército, degradando-a. Cede por final às suas ardentes súplicas, para ser perdoada, mas não deixa de punir os culpados.

A 10ª legião — sua tropa de elite — a guarda de corpo, insistia fatigada já de tantas campanhas, por seu licenciamento, mas a guerra civil não estava ainda terminada. Havia que lutar na África. Ao saber que se amotinava, César vai só ao seu encontro, muito embora os que o cercam o aconselhem a acautelar-se. Reúne-a. Ouve suas reclamações. Fala-lhe, mas nega-se a tratá-los de companheiros, como de costume, nega-se mesmo a chamá-los soldados. Chama-os *cidadãos*, trata-os *como civis*! Foi o bastante. A legião arrepende-se, submete-se, implora perdão! Compromete-se a continuar a segui-lo por toda parte! Desta vez, porém, não condenou ninguém a morte. Não deixou de punir os cabeças, mas contentou-se em privá-los de 1/3 dos benefícios e recompensas a que tinham feito jus.

No combate era intrépido, audacioso, imaginoso, sempre infatigável e extremamente atento.

Seus métodos eram simples. Quando via uma tropa sua ceder diante do inimigo ia-lhe ao encontro e forçava-a a enfrená-lo por sua conduta e estímulos. Tomava as vezes as armas de um simples soldado e lançava-se no entrevero. Foi assim que procedeu na Galia quando sua espada escapou-lhe das mãos. Dêsse dia em diante passou a usar a espada de um simples soldado...

Na batalha, muitas vezes, fazia afastar todos os cavalos, a começar pelo seu, para eliminar a sedução da fuga...

Jamais iludia os subordinados sobre o perigo a enfrentar. Ao contrário, costumava até a exagerar o valor do inimigo. Nunca deixava os boatos predominarem. Quando sabia que corria algum, tratava de dar a conhecer lealmente ao Exército o que sabia sobre as forças inimigas, antes exagerando seu poder que o menosprezando. Falava claramente, sem nada deixar na sombra.

Era a um tempo *cauteloso* e *intrépido* em sua ação contra o inimigo. Não se lançava com as suas tropas para diante, sem estar informado da situação e não raro procedia êle mesmo aos reconhecimentos necessários.

No entanto, freqüentemente, tratava de atacar de improviso, por mau tempo ou no fim de longas marchas, quando o inimigo menos o esperava. Embora cauteloso, não trepida arriscar-se. Foi juntar-se ao seu exército, que estava situado na Alemanha, disfarçado em gaulês e atravessando terreno ocupado pelo inimigo.

Tinha extrema capacidade de iniciativa, nas mais difíceis circunstâncias.

Finalmente uma característica de sua ação de chefe no campo de batalha era a de que levava sempre a fundo suas operações e nunca deixava ao inimigo, salvo quando tal se fazia impossível, como refazer-se e tornar à ação. Suas vitórias eram exploradas sem perda de tempo e completamente a fundo. Procurava a batalha, se estava em guerra.

Somente no fim de sua carreira, diz Suetônio, pareceu menos apressado em dar batalhas, pois refletia que quanto mais numerosas se tornavam suas vitórias, mais tinha êle a perder numa derrota.

O JULGAMENTO DE CÉSAR

O julgamento sobre a personalidade de César não é unânime. Ninguém lhe nega qualidade de chefe militar eminente, entre os maiores da humanidade. Se não há, porém, discrepância a êsse respeito alguns negam-lhe qualidades de homem eminente a todos os títulos como querem outros e alguns até não admitem seu grande papel político como fundador do Império, em substituição da República em franca decomposição. H. G. Wells, parece ser um destes. Prefere atribuir ao sobrinho, a Otávio Augusto, os méritos das reformas. Não nega, porém, que «com César, a civilização da Europa e da Ásia Ocidental, voltou à monarquia e pela monarquia, auxiliada e assistida depois pelo cristianismo organizado, buscou por cerca de dezoito séculos conseguir paz, justiça e ordem mundial».

Para Shakespeare, porém, não obstante haver romantizado os seus assassinos, César era o primeiro entre os grandes. Certos estudiosos o consideram o mais completo dos homens que têm existido. Há também quem assim o aprecie, ao nosso parecer, mais justa e humanamente.

«Foi assassinado quando em pleno poder atingira os 56 anos de idade, pela traição dos aristocratas cegos de ódio e de despeito. Era um dos maiores oradores de Roma. Historiador notável cujos escritos são modelares pelo vigor, a clareza, e a elegância, tinha a cultura do mais alto nível em sua época. Sabia fazer-se admirar de seus comandados, por seus feitos em campanha. As mulheres o amavam e êle as amava, a êsse respeito,

não podendo seu procedimento servir de modelo a nosso tempo. Caracterizou-se, porém, por acentuada moderação, em todos os seus hábitos e procedimentos».

Para Suetônio, como orador, e chefe militar igualou ou ultrapassou tudo que se conhecia de mais famoso. Era perito no manejo das armas e como cavaleiro. Infatigável no trabalho e não se pode dizer se era mais prudente que audacioso nos seus empreendimentos. Não era supersticioso. Deu, em várias ocasiões provas de uma coragem intrépida. Tratava seus soldados, conforme a oportunidade, com extremo rigor e também com extrema benevolência. Dedicava a seus amigos bondade e atenções sem limites. Mesmo contra os que o irritavam mostrava-se sempre pronto, desde que se apresentava uma oportunidade, a lhes dar um tratamento benévolo. Era naturalmente suave, mesmo em suas vinganças. Foi principalmente, na guerra civil que mostrou sua clemência e moderação. Considerava amigos, ao contrário de Pompeu, os que ficavam neutros».

Morto, foi pôsto entre os deuses, não somente pelo cerimonial religioso, mas mesmo na íntima persuasão do povo.

«Nenhum dos seus assassinos sobreviveu mais de três anos e nenhum teve morte natural. Todos foram condenados. Todos pereceram e cada qual de modo diferente: uns, em combate; outros, em naufrágio; vários suicidaram-se». Todos foram mortos por Dante, nas profundidades do inferno.

O professor de História Universal E. Spencer Beesly (*) — assim o aprecia: «Quando Sila destruiu o partido de Mário, César chegava justamente à idade de homem. Conquanto de uma antiga família patricia, tinha ligação com o partido democrático, por Mário que desposara uma sua tia. Ele mesmo casara-se com uma filha de Cina, chefe democrático, da qual, apesar da pressão de Sila, não se quis divorciar».

Chegado à idade madura, após a morte de Sila e depois de avançado em sua carreira, feito cônsul, César escolhe as Gálias para teatro de sua ação. Por que?

Diz Beesly: «Desde muito tempo os generais romanos preferiam estender suas conquistas do lado do Oriente e obter triunfos relativamente fáceis, na Ásia, sobre povos que possuíram durante longas idades um tipo de civilização que lhes convinha e que, conseqüentemente, não podiam assimilar completamente os costumes e as instituições do ocidente. Nessa época desprezara-se a Gália que estava as portas da Itália da qual somente a parte compreendida entre Cevenas e os Alpes tinha sido submetida,

(*) Em 1891 — em Oxford — Ver *Le nouveau calendrier des grandes hommes*, Trad. de Ch. Avezac — Lavigne.

porque seus povo serem mais belicosos e havia menos prêsas a efetuar em caso de sucesso. No entanto, enquanto sua conquista não fôsse efetuada, a obra romana de civilizar o mundo, ficava em suspenso. Ademais, Roma estava sempre ameaçada de invasões vindas do norte. César reservou para si êste campo de ação que devia lhe proporcionar meios de conquistar o poder no interior, ao mesmo tempo que êle prestava o mais assinalado serviço a seus pais e à humanidade. Seu espírito ardente, sua incrível energia em tôdas as circunstâncias de sua vida, deslumbraram seus contemporâneos».

«Durante dez anos, conquistou as Gálias desde os Pirineus até a Mancha e o fêz tão completamente e a tratou com tanta sabedoria que, quando terminaram os rudes combates, ela aceitou francamente, mesmo orgulhosamente sua nova situação. Adotou empenhadamente a cultura, as instituições e mesmo a língua dos vencedores. Os netos dos homens que combateram César adquiriram os direitos de cidadão romano, fizeram parte do Senado e comandaram exércitos romanos».

Quando César venceu a guerra civil, o poder executivo estava repartido entre vários magistrados. «Era chegado o momento de lhe dar uma nova concentração». Foi o que fêz êle. Depois continua o mesmo autor :

«Não é possível dar aqui uma idéia suficiente da obra administrativa de César : a reforma do Calendário, que serviu no Ocidente até 1582 e que está ainda em uso na Rússia (*); a revisão do sistema administrativo provincial; a codificação da lei romana; o recenseamento do Império; a uniformização da moeda de ouro; a criação de uma biblioteca pública; a de uma polícia metropolitana; a regularidade das construções; de serviço sanitário; a modificação do curso do Tibre para drenar os pântanos etc. ... Todos êstes grandes projetos e outros ainda, dos quais uns foram realizados, outros esboçados, foram trabalhos do possante cérebro do grande organizador, nos curtos instantes, roubados ao seu comando militar, durante os últimos meses de sua vida. Uma tal atividade devorante, uma capacidade que abarcava tôdas as partes do govêrno, não são jamais talvez encontradas no mesmo homem antes ou depois de César».

Como Alexandre, desempenha o seu grande papel histórico, que compreende. Ao grego deve o Ocidente ser pôsto ao abrigo do transbordamento asiático, ao romano espaço bastante para que essa civilização que aí está em processo se amplie com margem de segurança bastante contra as ondas perturbadoras de novos invasores mais retardados.

(*) 1891.

Um, a bem dizer, parece iniciar uma fase da vida da humanidade que o outro termina, preparando do mesmo passo um novo ciclo. Roma encerra o período das guerras ofensivas que a Grécia inicia, como instrumento necessário ao progresso humano.

Nessa época, a guerra é um *fenômeno* normal da vida dos povos. Os filósofos, poetas e artistas não discutem sua primazia no conceito das características humanas. Os povos vivem em atmosfera belicosa e nada distingue os homens, como entidades superiores capazes de predomínio, mais do que o saber baterem-se e vencer nos campos de batalhas. Para ser general, é preciso ser político e ninguém prevalece em política que não saiba comandar exércitos nos campos de batalha. O chefe civil e o chefe militar são sempre coexistentes numa mesma pessoa. Os exércitos reproduzem, refletem, existem como mecanismo e até com os costumes e instituições da própria sociedade.

Tem, portanto, o chefe militar de escol de ser *um grande homem de sua época* para poder servi-la com o grande instrumento que trabalha as suas obras ou realizações — o exército, isto é, a *própria sociedade em ação*.

César domina sua época como domina a seus exércitos e como chefe militar realiza um *maximum* das necessárias capacidades — *físicas, intelectuais e morais*. Desenvolve uma atividade sem precedentes, *incrível*, como se há de mais tarde dizer de Frederico, e nessa atividade incrível, mais há de ainda admirar o equilíbrio de sua clemência e energia, de prudência e audácia, de mansuetude e severidade, que se não altera jamais no decorrer dos prolongados anos de suas difíceis lutas. Não se transmuda de romano, como Alexandre se fizera de grego em asiático.

A qualidade que para nós mais ainda põe em relêvo sua personalidade eminentíssima é, jamais ter perdido de vista o papel civilizador que lhe cabia representar na fase de reforma contra a corrupção política e social romanas — a de não perder de vista os objetivos que formulou conquistar, em meio dos delírios de grandeza e poder...

VII

CONCLUSÃO DA GUERRA ANTIGA A ARMA BRANCA

A organização militar romana, resultado de constantes adaptações às necessidades da evolução do estado, cuja política apresenta sempre soluções caracteristicamente práticas e objetivas, transforma-se necessariamente com as características novas que a guerra vai apresentando.

Cedo, os romanos abandonam a tática falangista dos gregos, adotando aperfeiçoamentos resultantes da experiência das guerras com Pirro e Cartago e das lutas na Espanha.

Os meios que empregam dependem, porém, ainda de uma indústria rudimentar e pouco diferem dos dos gregos. Apresentam, no entanto, importantes aperfeiçoamentos. A *fôrça industrial* é ainda mecânica, constituída de meras aplicações da alavanca cujas leis Arquimedes dera a conhecer, mas a indústria já melhorara o aço, aperfeiçoara a utilização da madeira e permitira formar engenhos novos, para transpor os rios, atacar e defender as praças fortes. É Roma que lança a bem dizer a engenharia militar.

É no mecanismo geral da guerra, consequência mesma da própria organização da sociedade e do Estado que Roma apresenta notável progresso. As guerras romanas eram guerras nacionais. Muito do que hoje apresentamos como novidade dos últimos séculos de nossa era, já se applicava em Roma com notável perfeição; serviço militar obrigatório, preparação para a guerra, mobilização. Era um mecanismo quase sem falhas, dadas as condições da época e que representava por si só, por isso mesmo, superioridade enorme em relação aos outros povos.

A perfeição da organização das fôrças e a diferenciação da tática da estratégia, a admirável disciplina romana eram também outros fatores de enorme superioridade desse grande povo. Nenhuma dúvida ou disputa se manifestava entre a direção da guerra e o comando das fôrças. Este gozava da mais ampla autonomia na escolha dos meios e no seu emprêgo. O Senado decretava a guerra, designava o chefe principal e o autorizava a recrutar êle mesmo as *legiões* necessárias. À sua autoridade que era a de comandante em chefe num teatro de operações, não opunha restrição alguma, nem mesmo para levantar, nas suas províncias, mais legiões, por conta própria. Não interferia em sua conduta. Tomava-lhe, porém, contas. Aprovava-o ou não, *findos os períodos* de mando que correspondiam à sua autoridade consular.

Em suma, entre a guerra grega e a romana há as diferenças resultantes do progresso efetuado no decorrer dos tempos, sem que no entanto se modificasse sua fisionomia geral por mudanças dos elementos fundamentais do sistema. Há meios aperfeiçoados, não há em jôgo elementos inteiramente novos.

Mesmo depois que a descoberta das selas com estribos, veio dar ao cavaleiro maior estabilidade em sua montada e maior domínio sobre ela, donde resulta a preponderância da cavalaria sobre a infantaria, a guerra não apresenta ainda em seu conjunto, uma fisionomia inteiramente nova. O combate, seu ato supremo, é sempre essencialmente o *corpo a corpo*.

A guerra toma, porém, nova feição, quando a ciência e a indústria põem à disposição do homem uma força nova, superior a da alavanca, notadamente, por ser mais manejável, a da explosão ou da expansão súbita dos gases.

Então, há nos campos de batalha um fato novo — o combate à distância. Na tática surge uma outra linguagem — cuja expressão mais característica é o que se veio a chamar a *preponderância do fogo*. Modifica-se tudo. O armamento criado pela indústria — mais capaz — reforma a estrutura dos exércitos e seus métodos de luta.

Esse elemento novo, porém, não elimina os antigos. A eles se acresce. O *fato* da guerra continua o mesmo. Ainda ficam válidas as leis que desde Homero se vieram formulando...

CONFERÊNCIA NO INSTITUTO

ASCLÉPIO E O PAN-AMERICANISMO (*)

PROFESSOR DR. IVOLINO DE VASCONCELLOS

INTROITO

É da boa fé cristã e da revelha tradição católica que, ao chegar, o peregrino das longas caminhadas, andarilho do ideal e do sonho, à porta do templo de sua devoção, sacuda as surradas sandálias, batidas pelo pó das ásperas estradas, ajoelhe-se, no lagedo frio e venerável, persigne-se, na santa bênção da água carismática, e, só então, transponha os humbrais da Morada de Deus.

Eis a imagem que me ocorre, neste instante, do ínfimo da minha humildade às galas de vossa grandeza.

É que, — romeiro desvalioso da História, humilimo crente de Clio Médica, — laborávamos, afanosa quão despretensiosamente, em nossa seara, sem ousarmos, sequer, erguer o olhar, para a mansão mais alta e venerável da História Nacional, quando fomos surpreendidos, quão doce e gratamente, pela notícia de nossa eleição para sócio efetivo desta Casa!

Como dizer-vos, Senhor Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a vós, que sois uma das mais altas glórias do pensamento e do civismo brasileiros, a vós, a cujos alevantados serviços a nação regista larga e exaustiva fôlha, como expressar-vos a nossa gratidão, por haverdes aquiescido a tão excessiva proposta?

Direi, apenasmente, Excelência, que sois a flor da generosidade humana, pois de têmperas como a vossa, — daqueles que, em sendo poderosos cultuavam a simplicidade, em sendo sábios amavam a modéstia e em sendo fortes serviam à justiça, — de têmperas como a vossa é que se fundia, na idade venerável das catedrais e dos conventos, a espada, desinteressada e heróica, dos cavaleiros andantes!

(*) Conferência realizada em 19 de abril de 1954 em comemoração do «Dia Pan-Americano».

E a vós, meus ilustres confrades, a cujos primores de bondade eu devo o haver sido acolhido, por voto sumamente generoso, em vosso excelso convívio, crêde na sempiternidade da minha gratidão !

Refizera-me, entretanto, e mal, ainda, de tão intensas quão encantadoras emoções, eis recebo, de nosso presidente perpétuo, um dos mais altos encargos que me têm sido, até hoje, cometidos: o de falar, neste ato magnífico, que assinala a abertura dos trabalhos anuais do Instituto e que se consagra, nas linhas pulcras de nobilíssima tradição, ao culto, esplêndido e magnânimo, do «Dia Pan-Americano» !

Sou, entre vós, egrégios confrades, — entre vós, cujos nomes celebrados, pelos feitos insígnies em prol da História e da cultura pátrias, a nação admira e abençoa, — sou, entre vós, humilde soldado raso, a quem nada mais cumpre que a honra de obedecer, de alma jubilosa, às determinações vossas, inda as mais árduas e difíceis, talqualmente a de hoje, que excede, — e de tanto ! — aos meus escassíssimos recursos.

Perdoai-me, assim, eminentes confrades, e perdoai-me, também, ilustre auditório, — este auditório que, pela sua magnificência, mais ainda deslumbra e confunde ao pobre orador que ouvis, — perdoai-me a singeleza e o descolorido do verbo e creditai-me, à conta de um coração emocionado, o desejo sincero de servir, — mal, embora, aos ideais dêste Instituto, à sombra de cuja bandeira, que é a mesma bandeira que os nossos antepassados estrelaram de glórias, ora nos reunimos, para celebrar, com o esplendor da pátria, a glória de havermos nascido em terras da América !

O INSTITUTO HISTÓRICO E O «DIA PAN-AMERICANO»

Fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vem de completar-se vinte e um anos, — período que lhe consagra, portanto, a maioria espiritual, — o rito, nobre e generoso, de festejar, por entre pompas cívicas, na abertura solene de suas atividades anuais, a data símbolo da confraternidade continental, — o «Dia Pan-Americano».

Fôra em Washington, na sede da União Pan-Americana, presidida por um espírito veramente americanista, o Dr. Léo S. Rowe, que se estabelecera, a 7 de maio de 1930, por iniciativa de um brasileiro ilustre, o Embaixador Silvino Gurgel do Amaral, a praxe de comemorar-se, a 14 de abril, o «Dia das Américas», oficializada, no ano seguinte, pelo Presidente Hoover, em seu país e que seria adotada, adiante, por tôdas as nações do Novo Mundo.

Acertadíssima a escolha da data: recordava, realmente, êsse dia, a reunião, celebrada em Washington, em 1890, da I Conferência Inter-Americana, que tivera seu ponto culminante na criação de uma «União Internacional das Repúblicas Americanas».

Na história, entretanto, do culto à idéa pan-americanista, nesta que é a mais antiga instituição cultural do país, cumpre-nos recordar fato que consideramos de altíssimo significado e cuja evocação nos será particularmente grata.

É que fôra a 9 de junho de 1927 que o então secretário perpétuo desta Casa, o benemérito patricio Dr. Max Fleiuss, — desfraldando, aos ventos dêste hemisfério, as velas de seu espírito americanista, — empreendeu a elaboração de um plano de magna importância, no âmbito das inter-relações culturais desta parte do mundo.

Referimo-nos, — vós o sabeis, — à moção, de sua autoria, no sentido de que fôsse formulado, aos Ministérios da Instrução Pública de tôdas as nações americanas, especial convite, no intuito de ampliar, tanto quanto possível, conhecimento recíproco, relativo aos estudos de Arqueologia, Etnografia, Geografia e História do Novo Continente.

Ao vibrante e esclarecido apêlo apressaram-se, na resposta, vários Governos, não se fazendo esperar, da mesma forma, o apoio da União Pan-Americana.

Eis que se realiza, entretanto, em Havana, de 16 a 20 de fevereiro de 1928, — cêrca de oito meses, portanto, depois da aclamada moção de Max Fleiuss, — a IV Conferência Pan-Americana, em cujo plenário se lançam as bases de vasto plano de cooperação intelectual, entre todos os países dêste recanto do globo, proposta essa por inteiro coincidente com a do secretário perpétuo desta Casa, de seus objetivos e processos até ao eleger-se a União Pan-Americana qual sede do relevantíssimo projeto.

O secretário perpétuo desta Instituição não seria quem êle era, — isto é, Max Fleiuss não seria Max Fleiuss, — se não reivindicasse, não para si mesmo, — que sua modéstia lh'o não permitiria, — mas para a menina de seus olhos, o nosso Instituto, a primazia da iniciativa.

Fá-lo, realmente, em carta do diretor geral da União, recordando-lhe, delicada e peremptoriamente, a propriedade brasileira da idéia. Ao Dr. Léo Rowe outra coisa não cumpria, — o que fez de bom grado, — que reconhecer e proclamar, ao Instituto, os direitos a essa primazia, e foi o que se apressurou a fazer, a 11 de julho dêsse mesmo ano, em carta, carinhosamente guardada, com essa correspondência, nos arquivos desta Casa.

Figure, assim, porque de justiça, entre as raízes dessa árvore gigantesca, — palmeira ufana da confraternidade continental, — a proposta de Max Fleiuss, cujo nome pronunciamos, neste instante, com o respeito, a admiração e o culto que nos impõe a memória dos autênticos pioneiros!

A fixação do «Dia Pan-Americano» a 14 de abril, — que vem de transcorrer, neste mês, coincidindo com as pompas litúrgicas da Semana Santa, — seria a venturosa decorrência de tão esplêndidas demonstrações de afetuosidade pan-americanista.

Não bastavam, entretanto, os bons propósitos e as imáculas intenções. Impunha-se a prática da idéia, o exercício da fé, o apostolado da ação. O «Dia Pan-Americano» era uma bandeira, pavilhão-síntese de todos os estandartes continentais, — masurgia desfraldá-lo, impávido, para a contemplação de tódia a América!

Fizeram-no, pela primeira vez, em Washington, em 1931, em sessão solene da União Pan-Americana, os representantes das vinte e uma repúblicas do Novo Mundo.

Vinte e uma bandeiras se desenrolaram, então, sacudidas pelos ventos dos ideais pan-americanistas, e do ardente amplexo de suas dobras coloridas surdiu o branco lábaro da concórdia continental!

Materializava-se, naquele ato, o sonho de Alexandre de Gusmão, o brasileiro imortal que simbolizou a fraternidade americana em março de incomparável beleza: «Justitia et pax osculatoe sunt!»

Osculavam-se, assim, num beijo que era a mais alta aspiração de justiça e de paz até então ideada no mundo, as bandeiras de todas as Nações da América!

Eis a alevantada emprêsa a que se propôs, — atendendo, agora, ao especial convite da União Pan-Americana e qual legítimo paladino da sacrossanta causa, — o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ao Presidente Afonso Celso e ao Secretário Max Fleiuss, — perpétuos na admiração e nas saudades desta Casa, bem como imortais no bronze em que se modela a história da cultura brasileira, — couberam as honras de iniciar a gloriosa jornada.

Marcou-lhe a inauguração, em ato magnífico, a solenidade de abertura dos trabalhos do Instituto, em 1933.

Eis que, desta mesma altíssima tribuna, fez-se ouvir, na oração inaugural dêste périplo pan-americanista, a voz de um dos mais eminentes membros desta Côrte, aquêlê brasileiro insigne, alma de fino artista em celebrado homem de Estado, o Sr. Ministro Rodrigo Octavio!

Transmutou-se, então, esta tribuna, — neste áureo período de dois largos e profundos decênios, de 1933 a 1953, isto é, de Rodrigo Octavio a Renato de Mendonça, — em verdadeiro púlpito, de cujo sagrado madeiro se elevaram, grandiloquas e cristalinas, nobres e eruditas, severas e arrebatadoras, vozes das mais altas da inteligência brasileira e americana, a pregar, na linguagem dos sábios e com a sinceridade dos apóstolos, o sonho maravilhoso da unidade continental das Américas.

Sucederam-se, dêste modo, nesta série de conferências que constituem, reunidas, um verdadeiro Curso de Altos Estudos Pan-Americanos, diplomatas e internacionalistas consagrados, — tais como Rodrigo Octavio, Caio de Melo Franco, Oswaldo Aranha e Renato de Mendonça, — juristas de renomados serviços aos ideais desta confraternidade, — a exemplo de Pedro Calmon, Rodrigo Octavio Filho, Ernesto Leme, Ataliba Nogueira e Feijó Bittencourt, — professores insignes, fúlgidos mestres da gloriosa lição americanista, — e assim Manuel Cícero, Basílio de Magalhães, Ariosto Gonzalez e Arthur Cesar Ferreira Reis, — e militares de alevantada fama, espada e pena a serviço da transcendente cruzada, — Pereira Ferraz, Sousa Docca, Carvalho Mourão, Pedro Cavalcante, Leitão de Carvalho e Baptista Magalhães.

A êsses nomes ilustres da cultura brasileira, que tão altamente souberam, ao ensejo dessas celebrações, honrar e enaltecer esta tribuna, o desluzido orador de hoje deseja prestar o seu desvalioso mas sublinhado preito.

E a S. Excia., o Sr. Presidente Perpétuo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, — estadista que tem sido, em tôda a aureolada existência, qual vivo lábaro em prol dos ideais da confraternidade americana, — a S. Excia., paladino inextinguível destas comemorações, é, para nós, excelsa honra, — e aqui sabemos traduzir, fidedignamente, os sentimentos desta Casa, — expressar-lhe os votos de nossas mais caras e exaltadas homenagens !

A LENDA DE ASCLÉPIO

Será o assunto de nossa digressão, neste vigésimo segundo preito ao «Dia Pan-Americano», — Asclépio e o Pan-Americanismo.

Alto demais, o tema, para orador órfão de engenho e desprovido de arte...

Sabeis, entretanto, falaram, desta tribuna, diplomatas e internacionalistas provecos, percorrendo sôbre as doutrinas políticas

à cuja profunda luz se inspiraram os anseios de liberdade dos jovens povos da América; discursaram, desta curul, advogados de famosa nomeada, fendendo, com o ariete das leis, as questões basilares da organização jurídica e social dos povos do Novo Mundo; prelecionaram, desta cátedra, severos mestres da História, arrepiando, aos olhos de seus enlevados ouvintes, a marcha da civilização americana, rumos aos seus fúlgidos destinos; pregaram, das pompas dêste madeiro, evocando os numes tutelares da paz e da concórdia entre as nações do hemisfério, militares insignes, cruzados das liberdades cívicas das pátrias dêste continente.

Adequado seria, portanto, falasse alguém, — embora o menos indicados dos asclepiades que ocupam cadeiras no Instituto, — sôbre êste tema, particularmente grato ao nosso espirito, — a Medicina e as Américas.

Aconselhar-nos-ia, por outra parte, o bom senso, limitássemos, a esta seara, as nossas aspirações. É que temos sempre atual, em nossa mente, a sábia advertência de Apelles, celebrizada no provérbio latino: «Ne sutor ultra crepidam...»

Contam as lendas gregas que Asclépio, filho de Apolo e Coronis, foi confiado aos cuidados do centauro Chiron, seu iniciador nas artes médicas.

Eis, entretanto, que, em breve, supera o discípulo ao mestre e a fama de suas prodigiosas curas se dilata a todos os rincões do mundo antigo.

Herói, êle também, de benfazejas façanhas, contemporâneo das proezas miraculosas da estirpe dos Argonautas, aceita-lhes o convite a participar, na qualidade de médico, da mais fabulosa façanha dos tempos antigos, a viagem à Colchida, através de desconhecidos e tenebrosos mares, para a conquista do velocino de ouro.

Afrontou, assim, ao lado de Jasão e seus comandados, — Hércules, Orfeu, Lince, Calais, Zethe, Thide, Nestor, Castor e Polux, — os incontáveis perigos da sobrehumana empresa e desempenhou, incansável, o seu divino ofício, aliviando as dores, pensando as feridas e curando os males que afligiam aos ousados companheiros.

A Asclépio se deve, portanto, e em grande parte, o êxito da expedição. Não lhe fôssem os cuidados e é provável que os bravos argonautas houvessem sucumbido, antes que seus olhos se tivessem deslumbrado na contemplação do maior tesouro dos tempos lendários.

Cêrca de três milênios se passaram, dos acontecimentos aqui narrados, quando nova raça de argonautas surgiu, para o mundo.

Era necessário renovar a face da terra, impunha-se desvendar, para uma civilização sequiosa de novas paisagens, o mistério que se ocultava, inda além dos mares conhecidos, nas dobras dos inatingíveis horizontes...

Clamava o velho mundo pela conquista do novo veloccino, a maravilhosa terra da promessa, banhada pelos rios de ouro a serpear entre as montanhas de prata, — o fabuloso Eldorado...

Foi Colombo o Jasão dos tempos modernos, e chamaram-se-lhe, os companheiros e seguidores das formidáveis conquistas marítimas, — Solis e Magalhães, Ojeda e Pinzon, Diego de Lepe e Pedro Álvares Cabral...

Não lhes excederam, a êstes homens, em heroicidade, os antigos argonautas, e não vivêssemos numa idade a que a ciência iluminou com as suas luzes, talvez lhes celebrássemos os nomes, pelo inacreditável e sobrehumano das façanhas, quais personagens fabulosos de nova era mitológica.

Atentai, agora, ao fato de que não faltou Asclépio, — Asclépio renascido na imagem dos primeiros práticos das artes médicas que aportaram às praias dêste continente, — integrando as tripulações das destemidas caravelas em que singraram os indomáveis oceanos os audazes descobridores.

OS PRIMEIROS MÉDICOS DA AMÉRICA

Asclépio chega, assim, à América, na própria armada de Colombo, em 1492, na versão modesta de dois experimentados práticos na arte de curar, Mestre Alonso e Mestre Juan, que mui bons serviços prestaram às novas terras descobertas. Um dêles, Mestre Juan, de tal forma se consagra à nova pátria, que tombou, por ela, no ano seguinte, no cumprimento do dever. É, assim, o primeiro martir asclepiade, nas Américas.

Registrar-se-á, em 1494, a visita, às jovens plagas, do primeiro médico formado, Alvarez Chanca, que exerceu competente atividade em São Domingo. Teria sido, êste mesmo físico, o fundador da primeira enfermaria americana, inaugurada, nessa data, na jovem e auspiciosa nação?

A tradicional pátria dominicana acumularia, assim, expressivos feitos, na seara asclepiade. Não lhe bastasse o ter acolhido os primeiros práticos e o primeiro físico a pisar terras da América e não lhe fôsse suficiente a instalação da primeira enfermaria, regista-se-lhe, no território, nesse mesmo 1494, a primeira epidemia...

Assinalar-se-á, em 1499, com o roteiro da navegação pela costa norte do Brasil, aberta por Vespúcio, Ojeda e Lepe, a

visita do primeiro médico ao Rio Amazonas e à Venezuela, — Garcia-Fernandez.

E será, no ano seguinte, a chegada, ao Brasil, da armada cabralina, e, com ela, o primeiro físico em terras de Santa Cruz, e foi João Emeneslau, ou Mestre Johanes.

Curiosa personalidade, a de Emeneslau, mereceu atencioso estudo do nosso eminente e saudoso confrade, o Professor Alfredo Nascimento, que lhe dedicou formosa página de erudição histórica, — aquela mesma que lhe tivemos a ventura de ouvir, na solenidade em que lhe foi outorgado o diploma de membro honorário do Instituto Brasileiro de História da Medicina.

Mestre Johanes, físico de el-rei e cirurgião da armada de Cabral, era, ainda, entendido em astronomia, e o seu desembarque, em terra, a 27 de abril, serviu-lhe, essencialmente, para tomar o astrolábio, à altura do sol, ao meio dia, determinando a precisa posição astronômica da terra descoberta. Que era hábil, por igual, nesse ofício, atesta-o a carta de seu punho, em que se vêem desenhadas e descritas as constelações próximas ao polo antártico, entre as quais a do Cruzeiro do Sul, que lhe deve, portanto, a certidão de batismo astronômico.

Inserem-se, essas observações de Emeneslau, em sua famosa carta a El-Rei D. Manuel, arquivada na Torre do Tombo, preciosíssimo documento, que a *Revista do Instituto*, em seu tomo V, de 1843, teve oportunidade, através da cópia de Varnhagen, de divulgar, na íntegra.

Assinale-se, ainda, pitoresca circunstância: não se contentou Mestre Johanes em ser o primeiro médico a pisar terras brasileiras, foi, também, o primeiro doente... É êle mesmo quem descreve, no célebre documento, a sua mazela, justificando-se do fato de não ter podido ir à terra, no domingo, 26 de abril, quando Frei Henrique oficiou, em pequena ilha da enseada, a primeira missa: «a causa de uma pierna que tengo mui mala que de una cosadura se me ha hecho una chaga mayor que la palma de la mano».

Eis aí, em como Asclépio surge, na plaga brasilense: o primeiro médico, acumulando as funções de primeiro doente. Inaugura-se, com êle, a um tempo, a nosologia e o nosologista... Coube-lhe escrever, sobre si mesmo, e sem vaidades, a primeira observação clínica redigida ao sol do continente.

Tremeram, no Parnaso, o divino Apolo e as virginais e encantadoras Musas: Asclépio cometera a imprudência de inaugurar a literatura médica nacional...

Eis, enfim, que o mesmo Asclépio, — nascido da primeira operação cesariana que a História da Medicina regista, porque

extraído, pelo próprio Apolo, o inefável pai, ao seio do cadáver de sua mãe Coronis — eis que Asclépio efetua, pela primeira vez, nas Américas, nesse mesmo ano de 1500, uma operação cesariana, em gestante viva.

Chamava-se Nufer, o Asclépio parteiro dêste hemisfério, que inaugura, no ato, a história da obstetrícia, no Novo Mundo.

AS PRIMEIRAS EPIDEMIAS E OS PRIMEIROS HOSPITAIS DA AMÉRICA

Demarquemos, agora, em síntese, — que as deusas Horas, as que abriam e fechavam as portas do Olimpo, eram muitas, e nós só dispomos de uma, tranquilizai-vos, de menos ainda, nesta altura, — os bastões essenciais da jornada asclepiade americana.

Funda Asclépio, alhores do século XVI, porque em 1504, inda uma vez em São Domingo, o primeiro hospital das Américas.

Surge, em Porto Rico, em 1510, Vilalobos, o primeiro médico da nascente pátria, coincidindo-lhe, providencialmente, o aparecimento, com a primeira pandemia gripal que abrolha ao sol, — diríamos, melhor, — às chuvas dêste continente...

Seria, entretanto, o início, apenas... Registrar-se-ia, nessa centúria, trágica para a história sanitária americana, a invasão, em fúnebre cortejo, da horrenda estirpe das enfermidades que assolavam, na época, a Europa, levando-lhe o desespero e o luto a todos os lares.

Suceder-se-iam, assim, as epidemias de influenza, pneumonia, tifo, difteria, disenteria, sífilis, lepra, e por fim, o sumo devastador dos males conhecidos, aquêlo a quem Macauley denominara «o mais terrível ministro da morte», a varíola.

Constituir-se-ia, veramente dramático, o surto destas epidemias, de vez que acometiam, em massa, às populações ameríndicas, ferindo organismos virgens de qualquer imunidade e de todo desprotegidos face a tão rudes males.

Foram, assim, aquelas que assolaram, nesse primeiro século, as nascentes terras de São Domingo, Cuba, Equador, Guatemala, Peru e Brasil...

Chegaram-nos, as Parcas, travestidas na nefanda doença, em 1563, trazendo-nos aquela tremenda calamidade que o venerável cronista Simão de Vasconcelos, nas admirabilíssimas páginas de sua *Crônica*, descreve, a fortes tintas e irreprimida emoção.

Contaminou a peste, — relembra o provector narrador, — a província baiana, lambendo-a, qual língua de fogo, da capital a numerosas aldeias, deixando viva, escassamente, a quarta parte dos moradores e elevando-se, as vítimas, a mais de trinta mil...

«Começou a doença, — minudencia o padre, — por graves dores no interior das entranhas, que lhes fazia apodrecer os figados e bofes: e logo veio a dar em bexigas, tão podres e peçonhentas, que lhes caíam as carnes a pedaços, cheias de bichos mal cheirosos».

Difundiou-se, o famígero da enfermidade, entre os indígenas, que passaram a temer-lhe, mais que a outra qualquer coisa, a contaminação.

Era-lhes tamanho, o pavor às bexigas, que, segundo narra Maximiliano de Wide Neuwied, rodeavam os portugueses seus arraiais com simples peças de roupas contaminadas, para que os índios, como que contidos por inexpugnável trincheira, os não atacassem.

Responderam, entretanto, os nossos silvícolas, — a exemplo do que fizeram os botocudos do Rio Doce, — à astúcia, com ardilosa artimanha. Aproximavam-se, do acampamento luso, suficientemente ocultos no arvoredo, e piavam, à moda do macuco, o que faziam, na perfeição.

O português tomava a carabina, antegozando o delicioso manjar, e rumava à delicada e saborosa caça. Fingindo-se perseguido, ia o falso macuco se afastando, penetrando na mata e levando o ardoroso caçador no encalço.

E, quando menos se esperava, — invertem-se os papéis, — o lusitano era caçado pelo macuco!

Vai Asclépio, entretanto, em árdua luta, estendendo, de norte a sul, de leste a oeste do continente, fortificada rede de brancos quartéis hospitalares, — sentinelas indormidas contra os ataques traiçoeiros dêsses terríveis inimigos da civilização.

Abrem-se, dessa forma, os primeiros hospitais, do Panamá — em 1520, de Cuba — em 1523, da Guatemala — em 1530, de Lima — em 1538, de Santiago e Asunción — em 1556, de Bogotá — em 1564, de Quito — em 1565, de Córdoba — em 1576, de Caracas — em 1590, de Buenos Aires — em 1611 e das Colônias Britânicas — em 1663.

Fundam-se, nesse primeiro século da conquista americana, — os três primeiros hospitais do Brasil.

Foi, de fato, em 1543, — quatrocentos e onze anos são passados, — que o capitão-mor da armada portuguesa, Braz Cubas, lançou as bases do «Hospital de Todos os Santos», a cujo derredor, antes um brejal pantanoso, floriu e cresceu a Vila de Santos.

Denominou Braz Cubas, a êsse nosocômio, — o primeiro instituído no Brasil, — «Casa de Deus para os homens, — porta

aberta ao mar». Nobre dístico, sagrado lema, para o berço da caridade cristã, que assim via a luz, na aurora da fundação da nacionalidade.

Transcorreu, a 2 de abril de 1951, o quarto centenário do reconhecimento oficial dessa instituição, primeira Confraria da Misericórdia, na gleba americana. É que foi, deveras, a 2 de abril de 1551, que El-Rei D. João III confirmou, em Almeirim, a fundação de Braz Cubas, «concedendo-lhe todos os privilégios doados por seu pai às Misericórdias do Reino».

A exemplo de Braz Cubas, providenciou o Governador Geral Tomé de Sousa, logo após a chegada à Bahia, fôsse constituída uma Confraria da Misericórdia e instalado um hospital, o que se efetivou, nos inícios de 1549. Estava fundado, dessa forma, o segundo nosocômio do Brasil, — o Hospital da Misericórdia da Bahia.

E a Anchieta outorga Deus a benesse de fundar, no Rio de Janeiro, em 1582, na Praia de Santa Luzia, um novo nosocômio.

Foi quando apontou, barra do Rio a dentro, a esquadra do Almirante Diogo Flores Valdez, trazendo, no bojo, mais de mil marujos enfermos, possíveis vítimas do escorbuto, a solicitar abrigo e socorro.

Orientou e dirigiu Anchieta os cuidados aos enfermos, erguendo, à beira da praia, toscas e rudimentares enfermarias. Nasceria, assim, criado pelas santas mãos do glorioso padre, o terceiro nosocômio do Brasil, o Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro.

AS PRIMEIRAS ESCOLAS MÉDICAS DO NOVO MUNDO

Encerremos, assim, com o evocar dos três primeiros hospitais do Brasil, o que poderíamos denominar, em linguagem helênica, o ciclo desbravador e heróico de Asclépio, na América.

Sucedará, a êste período, — correspondente a um verdadeiro socorro sanitário de urgência, — uma nova fase, que na primeira se articula e se integra, embora a diferenciação dos planos em que atuam, e será o périplo do ensino médico.

Eram, até então, cirurgiões-barbeiros, sangradores, algebristas, práticos licenciados, boticários, parteiras, curandeiros, os representantes, humildes mas necessários, de Asclépio ameríndio.

Não se poderia, é evidente, exigir muito, de tais profissionais, a maioria, sem dúvida, autênticas vocações, mas absolutamente instintivas, espontâneas, e, algumas vêzes, até perigosas...

Bastaria citarmos, a propósito, aquela página famosa, do *Peregrino da América*, na qual se lê esta deliciosa descrição, a propósito de uma junta cirúrgica, em tórno do leito de uma vítima, — perdão! — de um enfêrmo:

«Mandou chamar um enfêrmo a três cirurgiões, por não haverem médicos naquele lugar. Estava o enfêrmo deitado em um estrado a tempo que chegaram os três cirurgiões: sentaram-se junto ao doente, e como a enfermidade parecia ser opilação, votou o primeiro cirurgião dizendo que lhe parecia ser aquela doença hidropsia anasarca. Votou o segundo dizendo que lhe parecia ser opilação flatulenta. Votou o terceiro que era icterícia, complicada com flatos uterinos. Riram-se os dois do dito do terceiro cirurgião. Motivou o terceiro, a perguntar aos dois de que se riam? Responderam: rimo-nos, porque sendo o enfêrmo homem, o quer vossa mercê fazer mulher. Desta desconfiança, resultou a razões, e de razões às mãos, e das mãos a lutas, de que procedeu cair um dos cirurgiões em cima do enfêrmo. Começou o doente a gritar que o mataram os três cirurgiões. Sairam êles pela porta fora com a mesma luta, e o doente começou a lançar uma apostema pela bôca. Acudiu a mulher do enfêrmo, e algumas vizinhas, e lhe foram dando caldos de galinha com leite de peito, e assim o foram confortando, até que em breves dias teve melhora o doente com alguns remédios caseiros que tem ensinado a experiência».

Impunha-se, dêsse modo, a fundação de escolas de anatomia e cirurgia, que viessem elevar o nível profissional e, conseqüentemente, propiciar o aperfeiçoamento dos recursos assistenciais.

É o que tem início, quando Asclépio inaugura, em São Domingo, — inda uma vez no venturoso São Domingo! — em 1538, o primeiro curso médico, em terras americanas.

Segue-se, a esta, a criação das escolas médicas do México — em 1540, de Lima — em 1635, de Harvard — em 1636, de Guatemala — em 1678, de Yale — em 1701, de Cuba — em 1726, de Havana — em 1727, do Chile — em 1756, de Pensilvânia — em 1765, de Caracas — em 1777, de Nicaragua — em 1799, de Buenos Aires e de Bogotá — em 1801, e, em nosso país, em 1808.

Deve-se a criação do ensino médico nacional ao pernambucano, natural de Goiana, o Dr. José Corrêa Picanço, cirurgião-mor do Reino, que, ao chegar à Bahia, acompanhando o Príncipe Regente D. João, propôs-lhe criasse as nossas primeiras Escolas Anatômicas e Cirúrgicas, o que seria estabelecido, em Salvador, pela carta régia de 18 de fevereiro e, no Rio de Janeiro, por idêntico documento, datado de 2 de abril dêsse ano de 1808.

OS PRIMEIROS TEXTOS MÉDICOS AMERICANOS

Abrem as escolas médicas, para o Novo Mundo, o segundo ciclo da evolução das artes sanitárias, neste hemisfério.

Graduam-se, nessas escolas, os primeiros médicos e cirurgiões. Publicam-se os textos inaugurais das ciências salutíferas.

O primeiro, exatamente o primeiro livro médico que se edita, neste continente, surge em 1570, impresso no México, a *Opera Medicinalia*, da autoria de Isabel Bravo, sanitarista insigne e patriarca da literatura médica americana.

Gabriel Soares de Sousa entrega ao prelo, em 1587, o seu magnífico *Tratado Descritivo do Brasil*, em que se encontram admiráveis capítulos sobre os costumes medicinais dos brasilíndios, como sobre árvores e plantas curativas que nesta terra se encontram.

Figueroa lança, no Peru, em 1616, o seu famoso livro sobre difteria.

E será no Brasil, em 1648, que se publicará a obra príncipe da matéria médica americana, a celebrada *História Natural do Brasil*, da autoria do sábio alemão Jorge Marcgrave e do médico holandês Willen Pies, que compunham a corte do Príncipe Maurício de Nassau, em Pernambuco.

De modo especial a obra dêste último, a *História Natural e Médica das Índias Ocidentais*, cuja edição original, impressa em Amsterdam, em 1658, é, sem dúvida a mais abalizada, no que se refere, inquestionavelmente, à obra do próprio Piso. É esta edição, — que temos a honra e a ventura de possuir, — o mais precioso texto médico das Américas.

Ferreira da Rosa publica, em 1694, o seu famoso *Tratado unico da constituição pestilencial de Pernambuco*, em que se contém o primeiro estudo sobre a febre amarela realizado nesta parte do mundo.

O primeiro livro médico da América Central é escrito por Flores, em 1782, e o primeiro jornal médico é lançado em 1790, nos Estados Unidos. Surgem, em 1805, as primeiras publicações sanitárias, na Argentina, e, no Brasil, o insigne médico francês, Dr. J. F. Xavier Sigaud, um dos fundadores desta Casa, lança, em 1827, o *Propagador das Ciências Médicas*, primeiro jornal asclepiade brasileiro.

Exaltemos, agora, no âmbito da literatura médica pan-americana, o primeiro texto que surgiu, em nosso continente, inspirado em tão elevados objetivos: trata-se do livro de Aristides A. Moll, antigo secretário da Oficina Sanitária Pan-Americana, editado em 1944 — *Aesculapius in Latin America*.

AS PRIMEIRAS SOCIEDADES MÉDICAS DO NOVO CONTINENTE

Fundadas e em funcionamento as escolas, publicados os textos inaugurais, em circulação os primeiros jornais especializados, estabelecer-se-iam, conseqüência dêsse intenso movimento cultural, as que seriam as sociedades médicas pioneiras.

É a primeira aquela que se cria, nos Estados Unidos, em 1766, a «New Jersey Medical Society», seguindo-se-lhe as Sociedades Médicas de Colúmbia, em 1819, de Buenos Aires, em 1822, e a 30 de junho de 1829, a gloriosa «Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro».

Seria, esta última, oficializada, em 1835, pelo Imperador D. Pedro II, com o nome de Academia Imperial e transformada, com o advento da República, em Academia Nacional de Medicina.

As nossas homenagens, neste instante, à sábia instituição, — a decana das sociedades médicas nacionais e uma das mais antigas das Américas, — unida a êste Instituto pelos laços da mais profunda estima e ao lado de quem vive, sob êstes veneráveis tetos do Silogeu, há quase meio século, na mais harmoniosa e fraternal vizinhança.

Assinale-se, ainda, a fundação, em 1847, da «*Américan Medical Association*», a pioneira das associações nacionais de médicos, neste hemisfério.

A OBRA PAN-AMERICANISTA DE ASCLÉPIO

Lançadas as bases das primeiras sociedades médicas, iniciará Asclépio o ciclo pan-americanista de sua grande obra.

Relanceemos, entretanto, o olhar, pela carta geográfica americana, procurando surpreender as origens e os marcos evolutivos essenciais da criação do pan-americanismo médico.

Determine-se, de início, que jamais se isolaram, realmente, os asclepiades, — artífices de humaníssimo ofício, — das questões que afetam à liberdade e ao bem estar dos povos. Nem poderiam fazê-lo, de vez que as investigações científicas, — na medicina como nas mais searas da pesquisa, — só podem realizar-se à luz do sol da liberdade e as conquistas que delas resultam objetivam, essencialmente, a felicidade social, raiz e fruto, a um tempo, de suas árduas mas venturosas preocupações.

Será, assim, nas próprias raízes históricas da Independência americana que encontraremos a participação de Asclépio, na feitura do espírito pan-americanista.

Estamos, assim, de inteiro acôrdo com Aristides Moll, o benemérito antigo secretário da Oficina Sanitária Pan-Americana,

ao afirmar, em seu livro, que as origens do pan-americanismo se encontram na viagem de Miranda aos Estados Unidos, em 1783 e em 1805, ocasião em que médicos dos mais eminentes, a exemplo de Rusch, James Lloyds e Thorton, ofereceram-lhe preciosa ajuda, em suas gestões em prol da liberdade das nações sul-americanas.

Realce-se, adiante, de justiça, o notável papel desempenhado por dois médicos, Espejo e o mesmo Thorton, em suas sugestões, nos idos de 1786 e de 1815, de planos para fomentar as inter-relações americanas.

Quem poderá jamais olvidar o papel desempenhado por Hipólito Unanue, o sábio e estadista peruano, amigo e confidente de Bolívar, que, ao seu lado, sonhou o maravilhoso ideal da Confederação das Repúblicas Americanas?

Foi Unanue, sôbre o fundador do ensino médico, em sua pátria, o arqueólogo, o cosmógrafo, o sociólogo e o orador que soube, com o exemplo, fundido em aço e o verbo, modelado em ouro, apontar ao seu grande povo os caminhos da emancipação, nos rumos do pan-americanismo!

Patriarca da medicina pública e apóstolo da liberdade, neste hemisfério, figura no «Hall dos Heróis», em Washington, ao lado de Sucre e de Bolívar.

José Felipe Flores, patriarca da medicina guatemalteca, um dos precursores do pan-americanismo, em Centro América, introduz, em 1780, em seu país, a inoculação contra a varíola, — o arriscado mas heróico processo que antecedeu a era da vacinação jennariana, — e que assinalou o marco inaugural da vitória de Asclépio, neste continente, contra o maior dos flagelos que, até então, o vitimara.

Como exaltar, por outro lado, devidamente, a obra destes médicos que ascenderam à presidência de seus países, tais como Carlos Durán, na Costa Rica, Isidro Ayora, no Equador, José Maria Vargas, na Venezuela, Valentin Gomes Farias, no México, e Manoel Vitorino Pereira, no Brasil, cuja atuação na suprema curul de suas pátrias se caracterizou em permanente culto aos anseios da pan-americanidade?

Recordem-se, para o justo encarecimento, na galeria dos médicos e homens públicos do Novo Mundo, servidores entusiastas da causa americana, o argentino Miguel Gorman, o boliviano Nicolas Ortiz, o chileno Lucas Sierra, o colombiano Pedro Villamor, o dominicano Arias-Benavides, o haitiano Leon Acudain, o hondurenho Manuel Ugarte, o mexicano Luís Montaña, o nicaraguense Luis Debayle e o salvadorenho Tomas Palomo.

Luiz Morquio, — o símbolo mais alto da medicina uruguaia e o maior pediatra americano, — como definir-lhe, na magnitude,

o amor a êste continente, incendiado na paixão pelo seu futuro, ensinando aos povos dêste hemisfério democrático a elevar um trono à Criança da América, cingindo-lhe a fronte com a coroa da suprema realeza?

Daniel Carrión, — onde se encontrará, mais abnegado e estrênuo, o amor por êste continente, senão na alma dêste moço, jovem de apenas vinte e seis anos de idade, sexto-anista de medicina, que, deliberada e conscientemente, realizando um dos mais altos exemplos do martirologio asclepiade, resolve morrer pela ciência?

É assim que Carrión, a fim de desvendar o mistério da febre de Oroya, provando-lhe a identidade com a verruga peruviana, auto-inocula-se da terrível enfermidade, baixando ao leito do próprio hospital, onde inicia longo calvário, tendo ao redor os cirineus da sua desventura, isto é, os mestres e colegas estudantes, que registaram, para a ciência, tôdas as fases do seu inenarrável martírio, suportado com a bravura dos heróis e o estoicismo dos santos!

Exalte-se, agora, a um dos mestres maiores da ciência clínica, em todos os tempos, aquêle homem em cuja personalidade a medicina se fez magistério e cuja obra, exemplos e conselhos iluminaram sucessivas gerações de asclepiades ameríndios, — o sábio canadense William Osler.

À medicina norte-americana tem competido, igualmente, poderosa contribuição, ao pan-americanismo, sobrelevando exaltar os nomes daqueles que se instituíram em fraternos pioneiros dêsse movimento, os famosíssimos irmãos Mayo, fundadores da clínica do mesmo nome, — um dos maiores centros hospitalares e das mais ativas colmeias de estudo, em tôda a América.

Os irmãos Mayo, — William e Charlie, — símbolos da ciência e da caridade a serviço dos povos dêste hemisfério, revivem, neste século, aquela maravilhosa lenda dos dois irmãos médicos da era inicial do cristianismo, que assombraram, com suas curas, consagradas a Deus, os povos do mundo antigo.

É que não encontramos, em verdade, melhor definição para os Doutores William e Charlie que afirmar são êles os irmãos médicos e santos Cosme e Damião, renascidos ao sol do Novo Mundo!

Dizei-me, agora, quem fez mais, pelo pan-americanismo do que o genial cubano Carlos Finlay, — aquêle que enfrentou o minotauro da febre amarela, transformado em dragão americano, a alimentar-se de carne humana e a cuja voracidade insaciável pagavam os povos desta parte do globo pesado tributo de sangue?

Finlay, qual novo Teseu, armado de vingadora espada, destruiu o monstro, libertando as Américas!

E foi a obra de Finlay, e apenasmente depois dela, que se tornou possível o maior cometimento da engenharia continental, — Hércules americano derribando montanhas, para rasgar, ao meio, êste hemisfério, e permitir que os dois maiores oceanos do globo se apertassem as mãos, — isto é, foi Carlos Finlay o gênio sanitário que presidiu à abertura do Canal do Panamá!

A obra de Finlay se projeta a tôda a América e caberia a um brasileiro, chefiando a mais gloriosa campanha sanitária de que há memória, nesta parte do mundo, erradicar, de sua pátria, o mal amarílico, grassante, nestas plagas, há mais de meio século, através de terríficas e lutuosas devastações!

Dêste brasileiro, sabemos todos o nome abençoado! Foi êle o fundador da medicina pública e experimental, em nosso país, foi êle, a um tempo, o pioneiro, o herói e o criador da moderna medicina brasileira, — Oswaldo Cruz!

Emocionante episódio é aquêlê em que um médico patricio, — o vencedor do vômito negro no Estado de São Paulo e um dos maiores sanitaristas dêste país e das Américas, — a fim de provar a transmissibilidade da febre amarela, fêz-se picar pelo «stegomia fasciata», do que resultou contrair a enfermidade, confundindo, dêsse modo, os que, por ignorância ou má fé, combatiam os novos métodos profiláticos.

Graças aos céus, a infecção, assim herôicamente contraída, adveio em caráter benigno, permitindo ao Govêrno e ao povo do grande Estado ofertarem, mais tarde, ao estoico sanitaria, uma medalha de ouro, símbolo de uma proclamação: glória a Emílio Ribas!

Carlos Chagas, o discípulo excelso da Escola de Manguinhos, quem, no mundo da ciência, poderá ignorar-lhe a obra? Chagas é um novo Finlay, decifrando a esfinge do bócio endêmico, a doença que lhe leva o nome e realizando, na história da medicina, uma das mais fúlgidas façanhas que em seus anais se registam: um homem que descobre uma nova enfermidade, determina-lhe o agente morbífico, descreve-lhe o mecanismo da transmissibilidade, esclarece-lhe a anatomia patológica, estuda-lhe a evolução clínica, estabelece-lhe os princípios da profilaxia, realiza, enfim, sozinho, o trabalho que exigiria uma coorte de investigadores!

A doença de Chagas não era, apenas, um enigma do Brasil, era uma esfinge das Américas. Decifrando-a, Chagas impôs seu nome e o de seu país à gratidão dos povos dêste hemisfério!

Miguel Couto, — bandeira de brasilidade e de pan-americanismo, desfraldada às venturosas brisas da caridade, inspirando poemas de devotamento e amor ao próximo!

Este foi grande em tudo: na erudição e no saber médicos, que luziram, com fulgores sem contraste, senhoreando a ciência clínica do seu tempo, que êle soube ampliar e enriquecer, com originaes e fecundas descobertas; na cultura geral, alicerçada em proficuas humanidades, que lhe traçaram o descortínio do sociólogo, na visão do parlamentar arguto, sempre cioso dos altos destinos de sua pátria e das Américas, no concerto das nações do mundo; e na bondade, naquela bondade que êle confessou, certa vez, constituir-lhe o irremediável defeito...

A bondade de um homem que passou, pela vida, sofrendo pelos seus semelhantes, padecendo quando seus enfermos padeciam, — que, para êle, eram-lhes todos filhos bem-amados, — e, assim, jubilando-se com o seu restabelecimento ou chorando com a família a sua perda, se a medicina, — e não o médico! — havia baldado todos os recursos.

A verdade é que a medicina tem limitados remédios, mas os do médico são infindáveis; a terapêutica esgota o seu arsenal, mas o terapeuta é inexaustável, nas atenções e cuidados para com o enfermo; a medicina, enfim, falha, mas o bom médico não falha nunca...

Assim era Miguel Couto, anjo da medicina brasileira, cuja effigie se eleva na admiração e no culto de tôdas as nações do Novo Mundo, pois que o nome de Miguel Couto é dos que se inscrevem no panteão dos heróis de Asclépio, na América!

Exaltemos, agora, aquêlê que é um dos símbolos mais altos, no aureolado nome, da vocação incoercível e predestinada ao pan-americanismo médico.

Este homem, este médico, que se tornou dos mais notáveis, em sua profissão, em sua classe e em seu país, — mestre aclamado da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro conspícuo de tradicionais instituições sábias, — trouxera, do berço, o impulso inato e irreprimível para o culto e a prática da confraternidade continental.

Asclépio americano não teria renascido com maior devoção, tocante às raías do misticismo, à causa do pan-americanismo médico. Celebrizou-se, este homem, nascido um diplomata, fúlgido na inteligência, sutilíssimo no trato, envolvente na ação e empolgante no verbo, — celebrizou-se, este embaixador laico do Brasil nas Américas, pela sua paixão à causa do conagraçamento continental, a que êle cultuou e serviu com enlevado amor e fúlgido brilhantismo.

Chamava-se, — já lhe sabeis o nome, — Nascimento Gurgel! Foi, de fato, um pioneiro e um paladino, da causa de Asclépio pan-americano. Organizador de embaixadas médicas uni-

versitárias, visitou, à frente de delegações nacionais das mais ilustres, vários países americanos e o êxito dessas excursões, recebidas com entusiasmo e carinho comoventes, era deveras impressionante, resultando em clima de fraternidade que repercutia no âmbito das próprias relações diplomáticas entre essas nações e o nosso país, bem como levando suas populações inteiras a se influenciarem pelos reflexos de tão sinceros e profundos atos de amizade.

Tivéssemos de apontar exemplos, bastaria citarmos o conagraçamento médico efetuado por Nascimento Gurgel entre o Brasil e as Nações do Prata, onde se distinguiram, apóstolos dos mesmos ideais, os nomes dos uruguaio Moussio Fournier, Pablo Scrimini, Garcia Otero, Pedro Barcia e Varella Fuentes, e os dos argentinos José Arce, David Speroni, Juan Ramon Beltrán, Angel Roffo, Emilio Corbière, Bernardo Houssay, Mariano Castex e Gregório Araoz Alfaro.

Permiti-nos, ainda, a justa exaltação dos modernos paladinos da causa pan-americanista, em nosso país, na singela citação de seus gloriosos nomes, e são êles Azevedo Sodré, Hélión Póvoa, Annes Dias, Afrânio Peixoto, Henrique Roxo, A. Cumplido de Sant'Anna, Aloysio de Castro e Antonio Austregésilo!

A Aloysio de Castro deve a causa do pan-americanismo asclepiade contribuição verdadeiramente magnífica, no exercício das altas funções magisteriais e públicas a que tem honrado, bem como através de suas inumeráveis viagens pelas plagas dêste continente, em que, embaixador fulgurante da nossa cultura, tem sabido envolver, em auréola da mais intensa admiração, a medicina brasileira!

Antonio Austregésilo, suficiente será enumerar-lhe, nesta seara, aquêlê título, retumbante e glorioso, que lhe foi conferido, preito de gratidão e de justiça, pelos Asclepiades de tôda a América, reunidos, em 1946, no Rio de Janeiro, atendendo à convocação da veneranda Academia Nacional de Medicina, — Presidente do I Congresso Inter-Americano de Medicina!

Eis assim, na evocação dos feitos dêstes grandes homens, — apóstolos, santos, sábios, heróis e mártires de Asclépio, — as raízes do fecundo sentido continentalista que tem sempre orientado as aspirações dos médicos do Novo Mundo.

Compreende-se, dessa forma, o êxito permanente das iniciativas nesta esfera, desde a realização do I Congresso Médico Pan-Americano, reunido a 5 de agosto de 1893, até a celebração, a 2 de dezembro de 1902, da I Conferência Pan-Americana de Saúde, — sediados, ambos, em Washington, — tendo resultado, desta última, a criação da «Oficina Sanitária Internacional».

Fôra êste, deveras, o mais decisivo passo, no sentido do conagraamento médico continental. Funcionaria, êste órgão, com essa denominação, até 1923, data em que foi substituída pela de «Oficina Sanitária Pan-Americana», tornando-se, assim, mais consentânea e objetiva com os interesses da saúde pública, neste hemisfério.

Desfraldava, assim, — qual bandeira jorrando luz de vinte e uma estrêlas, — o seu luminoso ideal de «promoção e coordenação dos esforços dos países do hemisfério ocidental para combater as enfermidades, prolongar a vida e estimular o aperfeiçoamento físico e mental de seus habitantes».

Sucederam-se, daquela data, as «Conferências Sanitárias Pan-Americanas», reunidas, em pontos vários do continente, sendo de assinalar-se a criação, em 1947, da «Organização Sanitária Pan-Americana», entidade destinada a estruturar, no Novo Mundo, as grandes campanhas de saúde pública, nos vários planos da prevenção e erradicação das enfermidades.

Foi a 2 de dezembro de 1952 que a «Oficina Sanitária Pan-Americana» celebrou, em Havana, o seu meio século de abençoada existência, assinalando novo e refulgente marco, com a reunião do memorável «I Congresso Inter-Americano de Higiene», a cujo plenário soube levar o Brasil contribuição das mais preciosas e brilhantes.

Eis, portanto, — digna das mais altas homenagens de tôdas as nações do continente, pela sua memorável obra em prol do pan-americanismo médico, — a «Oficina Sanitária Pan-Americana», erigida, em nossos dias, qual órgão oficial da «Organização Mundial de Saúde», em Quartel-General de Asclépio nas Américas !

ASCLÉPIO E O HOMEM HARMONIOSO

Senhoras, Senhores, — por demais eu me estendi, bem tarde, irremediavelmente, o verifico.

Agradeço-vos, do fundo d'alma, a generosa paciência. O fato de haverdes acompanhado, até aqui, esta longa e enfadonha digressão, sem um queixume, sem um lamento, bem revela a força inabalável da vossa convicção pan-americanista.

Eu vos saúdo, e concluirei.

A América, — contemplai-a, na magnificência de sua paisagem geográfica, étnica, cultural e histórica, — a América não é, em verdade, o Novo Mundo, porque é, de fato, o mundo de amanhã...

Permanecem, ainda, adormecidas, nos mistérios do seu subsolo, as imensuráveis riquezas com que sonharam os astronautas

da nossa éra, comprovadoras de que o Eldorado existe, sim, e continua à nossa espera.

Os rios de ouro, que serpeiam entre as montanhas de prata, podemos ouvir-lhes o fragor das correntes, se acolarmos os ouvidos ao bem-amado solo sôbre o qual nos outorgou Deus a glória e a ventura de viver !

Há rios de ouro, há rios de petróleo e há rios de minérios preciosos, que cascadeiam, sob os nossos pés. Há continentes virgens e inexplorados, no âmago dêste continente. Há mundos inda não descobertos, há terras inda não lavradas, há tesouros inda não entrevistos, nos recessos do Novo Mundo.

É a América, por outra parte, a colossal retorta em que se fundem, ao sôpro da concórdia e ao fogo do amor, os povos do mundo inteiro, para a comunhão universal das raças.

Celebra-se, neste hemisfério, como em jamais outro rincão do globo ou período da história, a glorificação do trabalho humano, cuja fragorosa e harmônica sinfonia se eleva aos céus e chega às fímbrias do trono de Deus, qual uma prece murmurada, a um só tempo, por milhões de bocas, a proclamarem-lhe a glória nas alturas !

Assim, também, Asclépio americano, — trabalhador infatigável e indormido, não ignora que sua obra está, por igual, apenas, no início, de vez que os séculos e milênios do porvir aguardam que êle modele, em suas santas mãos, por Deus guiadas, aquêlê homem harmonioso com que sonham os arautos modernos de uma medicina do futuro, aquêlê homem que sintetize as quatro harmonias biológicas fundamentais: a harmonia das funções, que se modela na saúde; a harmonia das formas, que se escultura na beleza; a harmonia da inteligência, que se plasma no caráter; e a harmonia dos sentimentos, que desabrocha na maravilhosa flor da bondade !

ASCLÉPIO E O CRUZEIRO DO SUL

Conta a lenda grega de Asclépio, — com que tivemos a ventura de iniciar êste descolorido discurso, — que, ao regressar, o filho de Apolo e deus da medicina, da triunfal viagem à Colchida, propiciou-se-lhe o ensejo de operar o maior de seus milagres, a ressurreição de Hipólito.

Nascera, o morto a quem Asclépio restituira a vida, de illustre origem, filho de Teseu e de Antiópe, rainha das Amazonas.

Jovem de notável pureza de costumes, repele os caprichos da luxuriosa madrastra Fedra, que, para vingar-se, inculpa-o, junto ao pai, de haver tentado seduzi-la.

Manda Teseu que Netuno lhe fulmine o filho, o que foi feito, sendo, dest'arte, castigado um inocente.

Eis que a Asclépio chega, por intermédio de Diana, a notícia de tão horrendo crime, que resolve, de imediato, reparar, ressuscitando Hipólito.

É, agora, entretanto, Apolo quem se incende em iras, contra o filho médico, que lhe transgridira os limites da ação bemfazeja, dentro dos quais se não contava o de arrancar os mortos aos reinos de Plutão, para devolver-lhes a vida.

Fulminou Apolo ao filho Asclépio, cujo luminoso corpo se estilhaçou, nos céus do Olimpo, transformado na constelação do Serpentário.

A lenda se repete, em terras americanas.

Asclépio, finda a missão triunfal que o trouxera, com os argonautas ibéricos, às plagas dêste continente, exorbitou, em seus sublimes dons, desmediu-se, nas virtudes que lhe haviam sido concedidas, e, ao fim, até ressussitações realizou, — que de tanto valem as massagens cardíacas salvadoras, incorporadas à prática médica corrente, pelos Asclepiades do Novo Mundo.

Não lhe perdoou, Apolo, a excelsitude e a miraculosidade dos feitos, e o fulminou, também. Fulminou-o, mas não o extinguiu, que os deuses não morrem.

Infundiu-lhe, ao contrário, o fogo da vida eterna.

E é assim que Asclépio americano se projetou nos céus do Novo Mundo, cujos destinos êle preside e abençoa, na sacrossanta forma de uma Cruz de Estrelas!

FONTES DA HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

AFONSO DE E. TAUNAY

I

Aforisma pacífico para quantos estudaram e estudam assuntos medievais é que as chaves da história da Idade Média são as de São Pedro. Esse mesmo sésamo se estende ao Brasil colonial, escusado parece lembrá-lo, dada a intensíssima interpenetração da administração eclesiástica e da civil naquelas eras já de nós afastadas em que tão extraordinariamente preponderante vinha a ser a influência da igreja sobre os destinos da monarquia dada a superioridade cultural sobre a das demais classes da sociedade. Não se vivia mais nos tempos em que os fidalgos declaravam não ser letrados dada a sua posição de homens nobres como era corrente em toda a Europa mais ainda assim a diferenciação cultural pendia muito para o lado da clerezia.

Estas considerações iniciais vem-nos à mente a decorrer do modo mais natural, ao percorrermos as páginas das *Fontes de História da Igreja Católica no Brasil*, a monumental tese apresentada ao Congresso inter-americano de História y Arte religiosos de Buenos Aires por José Carlos de Macedo Soares.

Versou o ilustre presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro assunto por assim dizer absolutamente inédito na bibliografia de nossas letras históricas.

E realmente o que existe anterior à magnífica monografia que acaba de vir a lume vem a ser uma série de estudos esparsos e fragmentários sobretudo.

Abalançando-se a hercúleo trabalho J. C. de Macedo Soares oferece-nos agora um repositório imenso de dados constituído do mais opulento e variado acervo de informações em estudo submetido a excelente sistematização.

Magnífico guia oferece a quem se abalançar à tarefa enorme de escrever a História da Igreja Católica no Brasil de que está por aparecer ainda o volume indispensável manual compendiador da nossa enorme história eclesiástica nacional.

Foi a nossa velha historiografia religiosa sumariamente arrolada em 1881 por ocasião da famosa Exposição da História do Brasil, a magnífica realização de um grupo de homens do maior valor em que sobressaem os nomes de Ramiz Galvão, Capistrano de Abreu, Vale Cabral, Menezes Brum.

Para o tempo realizou-se verdadeiro *tour de force*. De lá para cá temos visto aparecer numerosos itens compreendendo biografias, fastos de ordens religiosas, por vêzes superiormente tratados como se deu com a Companhia de Jesus e Serafim Leite, as monografias franciscanas de Fr. Basílio Rower e Fr. Fidelis Mota, o Fr. Odulfo Vander Vat a magnífica monografia de Ramiz Galvão sobre a abadia de S. Bento, fluminense, a Igreja na História de S. Paulo, de Mons. Silveira Camargo, a *História da Arquidiocese de Mariana*, do Cônego Raimundo Trindade, as monografias recentes de D. Paulo de Tarso Campos e quantos e quantos mais, numa resenha que seria enorme.

No *Antilóquio* da tese traçou o Embaixador Macedo Soares os mais exatos e eruditos conceitos acêrca da riqueza dos acervos arquivais de nosso país.

Recorda o apoucamento dos cartórios eclesiásticos do período colonial e imperial defendendo os prelados e sacerdotes brasileiros e recordar o que vem a ser a enorme extensão territorial brasileira, as invencíveis dificuldades de transporte e de intercomunicação das dioceses e paróquias. Ainda foi muitíssimo o que coletaram e conservaram. É realmente extraordinário que haja sobrado de papelada quando, em tantos casos os batizando, nubentes, ordenandos precisavam vencer dezenas e centenas de léguas, às vêzes, para ir de suas moradas às sedes de suas freguesias e de suas dioceses.

Ótimo reparo vem a ser o que nosso A. faz da terrível presença e atividade da fauna papirológica insaciável esta orivel cevandija tropical e neotropical, repastadora voracíssima aquilo que representa a «história dormida da Nação» segundo a expressão do já afastado antecessor de nosso magnífico Vilhena de Moraes atual diretor do Arquivo Nacional.

Os incêndios foram outra causa de destruição considerável do nosso patrimônio arquivai. Alguns de consequências funestíssimas como em S. Paulo o da Cúria Episcopal que devorou os papéis coloniais manuseados tão intimamente pelo grande Pedro Taques e o da Faculdade de Direito.

Arrola o nosso A. numerosos dêstes incêndios ocorridos pelo território nacional, muitos dêles os mais nefastos. E ainda recorda a colaboração em a obra de tal destruição por parte de estrangeiros como o dos flibusteiros ingleses assaltantes de São Vicente em 1581, dos holandeses a Bahia e em Pernambuco.

Não se esqueceu de lembrar — fato muito pouco sabido — o dano que à posteridade fez o escrivão demente de S. Vicente Manuel Vieira Colaça movido por motivos amorosos a incendiar arquivo sob sua guarda, numa catástrofe em que se reduziu a cinzas o livro primordial de *Tombo* descrição minuciosa dos primeiros ensaios da colonização do Brasil com Martim Afonso de Souza.

Tópicos se consagram à atuação de certos discípulos do Califa Omar como certo ouvidor de Cananéia e outras autoridades de muito maior como que deram larga aos seus sentimentos de horror pela *história dormida* do Brasil.

Os elementos climatológicos de nossas atmosferas quentes e úmidas trouxeram a sua porcentagem vultosa ao cômputo da perseguição aos documentos, mas a fúria «omaresca» biblofóbica e papirofóbica também concorreu brilhantemente para a destruição de incontáveis peças de todo o gênero cerceando do mais largo modo os elementos reconstituidores de muitos dos setores da vida de antanho, documentos tidos hoje como os mais preciosos à luz do critério hodierno nascido da diferenciação e da elevação da cultura geral.

Haja vista o encarniçamento em consumir os documentos da correspondência íntima, da epistolografia familiar, praticado pelos sucessores de tantas e tantas pessoas eminentes possuidoras de largas correspondências.

Assim para só citarmos um exemplo, o que sucedeu aos papéis de larga troca de idéias e notícias entre Pedro Taques e Cláudio Manuel da Costa, Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus.

Intercâmbio do qual se sabe que foi muito intenso e do qual, no entanto, nos restam as mais escassas peças.

Para avolumar a obra da destruição até veio concorrer a fúria dos fenômenos cismológicos. Ninguém ignora o que representou para o apoucamento arquivai português o pavoroso terremoto lisbonense do dia de Todos os Santos em 1755. Não se limitou à devastação transatlântica também afetou a brasileira. No terremoto perdeu Pedro Taques, por exemplo, os originais de sua copiosíssima obra pronta para a impressão.

Graças ao scismo, recorda Macedo Soares, sofreu inapreciavelmente a documentação dos dois e meio primeiros séculos de nossos anais.

Prosseguindo no *Antilóquio*, relembra Macedo Soares certa e exatíssima frase de José Honório Rodrigues acêrca da situação da pesquisa histórica brasileira; continua ela a mercê da iniciativa e do esforço pessoal de cada estudioso, que deve por si só, sem ajuda, examinar milhares de documentos, alguns de nenhum interesse para a sua tarefa.

A leitura dêstes tão perfeitos e conceituosos tópicos leva, ao evocar a labuta de muitos anos, a prorromper numa profusão de agradecimentos, os mais gratos a exclamar obrigado; obrigadíssimo; Padre Pablo Pastalis, Francisco de Sales Collet e Silva, Teófilo Feu de Carvalho, Eduardo de Castro de Almeida e outros grandes catalogadores do mundo desaparecidos com quem tive contatos longos, de anos. E a justiça me manda acrescentar com não menos entusiasmo, a Eugênio Vilhena de Moraes.

E se José Honório Rodrigues se queixa das deficiências que apontou, e verberou, soube mostrar quanto foge ao negativismo dos que censuram e não colaboram dando-nos a sua magnífica historiografia e bibliografia do Domínio Holandês no Brasil.

Rememora Macedo Soares espiritoso conceito de Calógeras.

Dizia o eminente autor d'*As minas do Brasil* ao qualificar as obras antepostas ao trabalho dos pesquisadores de determinadas categorias. Só a êles caberia poder dar expansão aos sentimentos vocacionais, satisfazer a imperiosidade do *trahit sua quem que voluptas*: os diplomatas, senhores de seu tempo, como Oliveira Lima, os ricos, por abundância de recursos, como Tobias Monteiro e os pobres filósofos tipo Capistrano de Abreu pelo império das instigações íntimas e irreprimíveis.

Felizmente para aquêles que obedecem ao mandamento essencial do «sem documento não há história», já no país existem ao alcance de todos os estudiosos, êsses repositórios alguns dêles já dos mais consideráveis devido a mecenas da história pátria como foram D. Pedro II mandando copiar as consultas do Conselho Ultramarino e muita coisa mais; Washington Luís publicando as longas séries das *Atas* e do *Registo Geral da Câmara de S. Paulo*, os *Inventários e testamentos*, os *Documentos históricos*; Antônio de Toledo Piza imprimindo os *Documentos interessantes*, para em rápida resenha apenas lembrarmos as maiores coleções porque a exemplo dêsses grandes benfeitores vários governantes têm se empenhado e empenham-se em aumentar a nossa já considerável seqüência de volumes documentais, sem contar o que se deve à contribuição de particulares, autores de história, o Barão de Studart, ou diretores de estabelecimentos especializados como Melo Moraes, Francisco de Paula Negrão, Xavier da Veiga, Borges de Barros, Feu de Carvalho, Restier Gonçalves,

vários dos diretores do Arquivo Nacional, do Itamaraty, dos arquivos estaduais e municipais do Pará, da Bahia, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, etc., sem contar a contribuição de muitos do nosso Instituto Histórico onde, infelizmente, o número de páginas abrigadoras de uma eloquência de discutível gôsto poderia proveitosamente ser diminuído.

Há, enfim, já para os estudiosos de hoje facilidades incomparáveis maiores do que há um quarto de século.

(Publicado no *Jornal do Comércio* de 28-2-1954).

II

Tão alta e árdua empresa vem a ser a tarefa de escrever a história da Igreja Católica no Brasil que um ensaio de tal natureza ainda não encontrou quem a êle se abalançasse, frisa J. C. de Macedo Soares com toda a exaçaõ.

É realmente um destes trabalhos cuja simples evocação nos traz a impressão da iminência de profundo cansaço cerebral, à semelhança de caso clássico do sibarita que abundantemente transpirava, de escorrer, ao ver um escravo armado de machadinha a picar lenha.

Terrível tarefa exigindo do seu executor bagagem inicial absolutamente invulgar; a começar pelos conhecimentos das ciências eclesiásticas como a Teologia Moral, o Direito Eclesiástico, a Liturgia e especialmente a Dogmática, como tão exatamente frisa o nosso A.

Isto além do que se lhe requer em matéria de conhecimentos históricos e geográficos, etnográficos, etnológicos, além do que precisa possuir concernente à Diplomacia, à Paleografia e à Epigrafia, à Arqueologia, Numismática, à Esfragística e outros ramos da heurística.

É uma obra portanto a ser feita por *equipe* que só assim se poderá ter uma enciclopedia histórica à altura do papel representado pela igreja católica no conjunto dos nossos fastos nacionais.

A catalogação de nossa historiografia, parece-me desnecessário lembrá-lo, encerra atualmente numerosíssimos itens referentes a obras de maior e enorme importância, como procedendo, por vêzes, de contribuições de notável relevância como sejam as cartas jesuíticas, os relatórios dos superiores de ordens, as crônicas de todos nós conhecidos desde as de Frei Vicente de Salvador, Frei Gaspar da Madre de Deus, Gabriel Soares de Sousa, Jaboatão, D. Domingos do Loreto, Souto Couto, Frei Manuel Calado, Frei Rafael de Jesus, Bettendorf, Santa Maria, Pizarro e a lista é enorme, as Denúncias e Visitações do Santo Ofício, os

Livros do Tombo dos Mosteiros, os compromissos das Santas Casas e de Irmandades, os sermões, os hagiologios, enfim um novo dilúvio de verbetes.

Colossal tarefa caberá a alguém que pretender fazer um rascunho de nossa bibliografia católica atual, sobretudo depois que o século XI lhe trouxe, com as faculdades de imprensa periódica, colossal desenvolvimento. É a diferenciação de assuntos de que os séculos anteriores não cogitaram. Basta lembrar um único, o esquadrinhamento das relações das artes plásticas com a igreja de que já temos tão notáveis e abundantes conseqüências como sejam os que provocaram os fortes tomos do Departamento de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a magnífica direção de Rodrigo M. F. de Andrade as esplêndidas monografias de D. Clemente da Silva Nígra, de Frei Pedro Sinzig, de José Mariano Filho, Silvanista Pinheiro, Leonardo Arroyo, etc. etc. A *Latere* surge-nos a contribuição vultosa, sobremodo vultosa, dos periódicos católicos entre os quais alguns há que apresentam a mais considerável e valiosa série de volumes como a darmos um só exemplo a salesiana *Terra de Santa Cruz*, o volumoso contingente das editoras católicas como as *Vozes de Petrópolis*, dos franciscanos. Naturalmente a massa destas publicações não se constitui apenas de trabalhos históricos mas o exame dos índices revela-nos que o contingente dos assuntos históricos apresenta-se considerável senão muito considerável.

A hagiologia sistematizada também se desenvolveu muito nos últimos séculos brasileiros. Ao pequeno acervo de outrora onde sobressaem uma ou outra biografia no gênero das de Joseph de Anchieta, Estanislau de Campos e Belchior de Pontes; temos hoje largamente ventilados os estudos sobre a vida e os escritos de muitos brasileiros dignos do exame dos seus atos heróicos em vista da provável pretensão às honras das alturas tipo Frei Galvão como os inculcam as súmulas realizadas por Manuel Altenfeller Silva em seu excelente livro: *Brasileiros heróis de fé*.

Em suma ano a ano avoluma-se o caudal documental a ser examinado pelo historiador da Igreja Católica no Brasil. Obras subsidiárias e do melhor crédito existem e em geral recentes, senão muito recentes, apanhando setores de largo ângulo aliás tais como a *História da Arquidiocese de Mariana*, do Sr. Cônego Raimundo Trindade e a *Igreja da História de São Paulo* da qual já vieram a lume três excelentes tomos e do qual se anunciam mais três para breve, obra do Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo.

Examinando os aspectos da heurística da Igreja Católica no Brasil fez o nosso eminente autor a inspeção dos nossos principais repertórios bibliográficos, como a de Inocêncio Francisco da

Silva, Sacramento Blake, sem desdenhar a inspeção dos repertórios, tão úteis senão mesmo indispensáveis, a cada passo, para o preenchimento de lacunas, no gênero dêsses nossos dicionários bibliográficos regionais referentes a diversas regiões do país como os de Studart para o Ceará, de Guaraná para Sergipe, Corrêa de Melo para São Paulo, que a Comissão do IV Centenário de São Paulo afirma insistentemente pretender publicar.

Páginas não menos eruditas redigiu o nosso A. no Capítulo que trata das Fontes no Direito Eclesiástico, escrito com perfeita e habitual isenção de ânimo.

Dá-nos excelente sùmula do que existe sôbre o assunto, campo onde tanto se patenteou o escrúpulo da igreja em respeitar a personalidade humana e a caridade para com o próximo.

Verdadeira lição, para os leigos, do que sejam os cânones, encerram-se nestas dezenas de páginas sôbre o Direito Canônico e Litúrgico e o Direito Público da Igreja. Leva esta última seção a falar-nos da instituição do Padroado, tão português e tão brasileiro, terminando o capítulo pela reflexão altamente consoladora nestes nossos anos tumultuosos e incertos de nossa era, de que nenhum grave mal estar jamais ocorreu podendo perturbar as relações entre o Vaticano e o Brasil. Como lógico prosseguimento insere o capítulo seguinte do exame das fontes fornecidas pelo direito português e o brasileiro.

E aí se oferece o ensejo para numerosas e preciosas informações, ao se recordarem os serviços imensos do comentarista de extraordinário quilate de Cândido Mendes de Almeida, em seus famosos comentários sôbre o Código Filipino, o opulento repertório de Vieira Ferreira, os historiadores do Direito Brasileiro, como João Mendes Junior, Ribas, Tavares de Lyra, Waldemar Ferreira e tantos mais escritos de alto tomo, cujas contribuições se recordam em acurado *mise au point*.

Quantas informações interessantes se originam do exame do entrosamento da legislação portuguesa, com a história colonial.

A exposição do nosso primeiro organismo judiciário sob os Avizes, os Áustrias, os Braganças há chamado a atenção do leitor para o ato de D. João V, em 1712, consagrador da independência do poder judiciário no Brasil.

CRÍTICA DE LIVROS

O trabalho realizado pelo Professor José Honório Rodrigues no campo da historiografia brasileira já merece a amplitude de um ensaio, mas devemos enquadrar-nos, no momento, em condensada resenha bibliográfica. Pertence o Sr. Rodrigues a uma interessante geração de historiadores que encarnam duas tradições, que pareciam não se amalgamar. Reune em sua pessoa os dotes do investigador erudito, agudo, crítico, documentado, que prepara seus próprios materiais para a construção, e, ademais, possui um conjunto de idéias gerais e conceitos filosóficos que lhe permitem plasmar os conhecimentos auridos na pesquisa dentro de uma categoria superior de síntese. Para o Professor Rodrigues a história é uma criação intelectual baseada na mais estrita realidade.

Testemunho do primeiro aspecto é a sua *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* admirável instrumento de trabalho, fruto de séria disciplina heurística, na qual há oportunas referências críticas à expansão brasileira no Chile. Nesta obra podemos exaltar os méritos de um beneditino das letras. O outro aspecto assinalado revela-se-nos em seu livro *Notícia de Vária História*, em cuja primeira parte vemos aplicados à história da evolução econômica do Brasil conceitos éticos cheios de novidade sobre o capitalismo e o protestantismo, a idéia de usura e as bases ideológicas da colonização do país.

Estas duas condições que, unidas, formam o verdadeiro historiador, podem ser assinaladas a propósito do livro que comentamos (*Teoria da História do Brasil*), introdução metodológica à história do Brasil. Suas páginas obedecem à seqüência de um curso dado no Instituto Rio Branco; são as notas de classe apoiadas numa copiosa bibliografia sobre os temas gerais e particulares de que trata. O propósito que guia o autor é poder aplicar a ciência histórica aos estudos brasileiros. Parte do significado que têm estes estudos explica o desenvolvimento da ciência, os diversos tipos historiográficos conhecidos. Elucida, com ágil critério moderno, o problema dos materiais que se oferecem ao historiador; as fontes documentais, a bibliografia, e termina explicando as condições finais do processo, a compreensão histórica e a síntese.

Os 18 capítulos que compõem o livro se entrelaçam em rigorosa conexão intelectual, em que nada é deixado ao acaso ou tratado ligeiramente. Aplica-se a tôdas as matérias o mesmo rigoroso método crítico. A monografia é, por estas razões, de extraordinário interesse e utilidade: um balanço metódico e exaustivo das condições da pesquisa histórica, posto ao serviço dos historiadores de sua pátria e da América. Reflete não só a soma de conhecimentos que o Professor Rodrigues entesourou em sua notável carreira de investigador, como a profundidade de seu pensamento filosófico e a fluidez lógica com que expõe, clara e elegantemente, as idéias gerais e os fatos particulares fundamentais.

Esta obra foi completada pelo autor com um substancioso ensaio, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, panorama crítico da tarefa realizada pelos historiadores e instituições de sua pátria no terreno da pesquisa erudita.

Eugênio Pereira Salas

NOTICIÁRIO

NO LIVRO DE HONRA DO «MUSEU HISTÓRICO COLONIAL»

O Dr. Claudio Ganns, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando de passagem em Lisboa, em 1950, escreveu o que abaixo se lê no livro de honra do Arquivo Colonial, superiormente dirigido pelo Dr. Alberto Iria: «Não há pátria, sem tradição nem história — que é a melhor argamassa para a sua construção política.

O Brasil, com mais de três séculos de história colonial e pouco mais de um, de país autônomo — encontra no «Arquivo Histórico Colonial» de Lisboa — onde estão arrumados, com zelo técnico, mais de 200 mil documentos inéditos, referentes à sua vida administrativa — o precioso material de base para escrever-se um dia e sob novos moldes a verdadeira história das nossas origens.

Que venham, pois, aqui os historiadores e pesquisadores brasileiros e, entrando nestes pórticos austeros, à luz dessa documentação original — colher o material inestimável que a generosidade portuguesa nos oferece. Sobre tão sólidos alicerces, levantar-se-á o maravilhoso monumento que será a história inicial do Brasil inteiramente renovada — cada vez mais esquecida ou desconhecida das novas gerações, descoberta através desse rico patrimônio espiritual.

Precisamos voltar a essas fontes vetustas, a êsse manancial; e nêle beber, como num veio cristalino, a linfa da tradição secular que nos retempera, nos dessedenta e nos dará, com a sua lembrança, vigor e ânimo para as árduas jornadas do futuro.

Lisboa, 17 de fevereiro de 1950. — *Claudio Ganns*».

OFERTA AO ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO

As 225 cartas do Visconde de Mauá, (doação de D. Irene S. Ribeiro) em 1939, ao Instituto Histórico, reuniram-se mais 328 cartas entregues pelo Dr. Cláudio Ganns em 1950 para completar a Coleção «Correspondência do Visconde de Mauá», as quais vieram enriquecer o patrimônio histórico do secular sodalício.

OFERTA DE LIVROS À BIBLIOTECA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

À Diretora da Secretaria D. Adelaide Morosini Alba dirigiu-se o sócio dêsse sodalicio Afonso Costa em carta que vai abaixo transcrita pela expressão que tem:

«Respeitosas saudações.

Vão os livros e demais papéis, que não vai (para não chorar a despedida), tendo separado, para entrega futura, os que me auxiliam nos meus finais estudos e consultas e que ficam comigo.

Respeitosamente o

Afonso Costa».

5-4-54.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE ABRIL DE 1954

- Relatório dos trabalhos realizados em 1941 e 1942*, apresentado ao Exmo. Senhor General Cândido Mariano da Silva Rondon — 2.º Tenente Luís Moreira de Paula — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1952.
- Publicação n.º 75 da «Comissão Rondon»* — Capitão Ramiro Noronha — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1952.
- Bibliografía Científica del Ecuador* — tomo V — Carlos Manuel Larrea — Casa de la Cultura — Quito, 1953.
- El Sentimiento de lo Humano en América* — tomo II — Félix Schwartzmann Editorial Universitaria — Chile, 1953.
- São Paulo em quatro séculos* — 2.º volume — 1554-1954 — São Paulo — 1954.
- Bibliografía de Artigas* — Tomo Primeiro — Maria Júlia Ardão e Aurora Capilas de Castellanos — Impressora Uruguaya, S. A. — Montevideo — 1953.
- Inventário de Lisboa* — fascículo 9 — Norberto de Araújo — Gráfica C.M.L. — Lisboa — 1952.
- O Parque Florestal de Monsanto* — Joaquim José Rodrigo — Gráfica C.M.L. — Lisboa — 1952.
- D. João V. Conferências e Estudos Comemorativos do Segundo Centenário de sua Morte (1750-1950)* — Gráfica C.M.L. — Lisboa — 1952.
- Discurso no Colégio Anchieta* — Rui Barbosa — Gráfica Olímpica Editora — Rio de Janeiro — 1953.
- Momentos Estellares de Rui Barbosa* — Osvaldo Orico — Gráfica Olímpica Editora — Rio de Janeiro — 1954.
- Commémoration du Centenaire de Rui Barbosa* — Georges Scelle e Antônio Delorenzo Neto — Gráfica Olímpica Editora — Rio de Janeiro — 1953.
- El Archivo Nacional en la Comemoración del Centenario del Natalicio de José Martí y Pérez* — 1853-1953 — Prefácio — Jorge Quintana — Archivo Nacional de Cuba — La Habana — 1953.
- Os Pretos do Rosário de São Paulo (Subsídios históricos)* — R. Joviano Amaral — Edições Alarico — São Paulo — 1953.
- Historiographie d'Haïti* — Catt Pressoir e Ernst e Henock Trouillot Comission de Historia — Mexico — 1953.
- Price Control and the Reign of Terror* — France — 1793-1795 — William Finley Shepard — University of California Press — Los Angeles — 1953.
- The Japanese Frontier in Hawaii, 1868-1898* — Hilary Conroy — University of California Press — Los Angeles — 1953.
- Quem fundou São Paulo?* — José de Melo Pimenta — Gráfica Biblos Ltda. — São Paulo — 1953-1954.
- Pequena História do Ceará* — Raimundo Girão — Editora A. B. Fontenele — Ceará — 1953.

- Eu vi o Amazonas* — Eduardo Barros Prado — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1952.
- Lauro Müller* — Marcos Konder — Academia Brasileira — Rio de Janeiro — 1953.
- Direito Internacional Privado Brasileiro, anterior ao Código Civil, do Regime de Bens do Casamento* — Professor Haroldo Valadão — *Revista dos Tribunais* — São Paulo — 1951.
- Unidade ou Pluralidade da Sucessão e do Inventário e Partilha, no Direito Internacional Privado* — Professor Haroldo Valadão — *Revista dos Tribunais* — São Paulo — 1952.
- Problemas Legislativos do Ensino Superior, em especial do Ensino Jurídico* — Professor Haroldo Valadão — *Revista dos Tribunais* — São Paulo — 1953.
- A Universidade e o Brasil* — Professor Haroldo Valadão — Gráfica Olímpica Editora — Rio de Janeiro — 1953.
- Bartolomeu Dias* — Gago Coutinho — Sociedade Astória Ltda. — Lisboa — 1953.
- Dois Discursos no Deserto* — Artur Fernandes — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro — 1952.
- Medicina e Farmácia Cariocas Doutroira: Botica, local de conceito* — Doutor Carlos da Silva Araújo — Imprensa Médica — Lisboa — 1952.
- O Ministro Augusto Tavares de Lira no Livro do Mérito* — A.G.I.S.A. — Petrópolis — 1953.
- A Semana de Arte Moderna (Depoimento inédito)* — René Thiollier — Editora Cupolo — São Paulo, 1922.
- Le Cerf-Volant* — Anne Fontaine — Grasset — Suisse — 1953.
- México: Monumentos Históricos y Arqueológicos: vols. I e II* — Daniel F. Rubin de la Borbolla — Comision de Historia — Mexico — 1953.
- Relatórios do Provedor Ministro Antônio Carlos Lafayette de Andrada* — 1950-1951 — 1951-1952 — 1952-1953. Santa Casa da Misericórdia — Rio de Janeiro — 1950-1953.
- Relatório do Ministro Antônio Carlos Lafayette de Andrade* — 1949-52 — Santa Casa da Misericórdia — Barbacena — 1952.
- Os Serviços Sociais da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro* — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro — 1952.
- O Hospital da Misericórdia (Um século no roteiro da caridade)* — 1852-1952 — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1952.
- Mision de los Pueblos Hispánicos* — Juan R. Sepich — Madrid.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE MAIO DE 1954

- The Doctrine of Responsible Party Government* — vol. XXXIV — n.º 3 — Austin Ranney — Board of Editors — Urbana — 1954.
- Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce* — 2ª edição — P. Fr. Jacinto de Palazzolo, O.F.M. — Cia. Editora Nacional — São Paulo, 1954. (Adquirido por compra).
- Antropologia Prehispânica del Ecuador* — Resumen, Jacinto Jijon y Caamaño — La Prensa Católica — Quito — 1952.
- Précédents Médiévaux de la Colonie en Amerique* — Charles Verlinden — Comision de Historia — Mexico, 1954.
- Réplica* — vol. XXIX — 1902 — tomo III. Obras completas de Rui Barbosa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1953.
- Región Meridional de América del Sur* — Fernando Márquez Miranda — Comision de Historia — Mexico — 1954.

- Artic Area* — Henry B. Collins — Comision de Historia — Mexico — 1954.
Brasil — Emilio Willems — Comision de Historia — Mexico — 1954.
Aparelhos de elevar a água de rega — Jorge Dias e Fernando Galhano —
Douro Litoral — Pôrto — 1953.
Da Carta de los Industriales — Portes Gil — Sociedad Mexicana — México.
Archivo Artigas — tomo tercero. Prólogo de Juan E. Pivel Devoto — A.
Monteverde & Cia. — Montevideu — 1952.
Documentos Históricos — Consultas do Conselho Ultramarino — Biblioteca
Nacional — Rio de Janeiro — 1953.
Capitanias do Norte — 1728 — 1746 — vol. c — Biblioteca Nacional —
Rio de Janeiro.
Anais da Biblioteca Nacional — vols. 73 e 74 — Biblioteca Nacional — Rio
de Janeiro — 1953.
Moinhos de descascar milho miúdo e o monjolo brasileiro — Jorge Dias e Fer-
nando Galhano — Imprensa Portuguesa — Pôrto — 1953.
The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region — 1614-1693 — Mathias
C. Kiemen, O.F.M. — University of America Press — Washington
— 1954.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE ABRIL DE 1954

- Temas económicos* — Septiembre y octubre de 1953 — N. 33 y 34 —
Año III — Caracas — Venezuela.
Revista da Academia Cearense de Letras — n.º 25 — ano LVII — Fortaleza
— Ceará.
Engenharia — ano XII — vol. XII — novembro de 1953 — n.º 135. São
Paulo.
Anales de la Universidad Central de Venezuela — octubre, 1953 — tomo
XXXV — Caracas.
Newsweek — march, 1, 8 e 15 de 1954 — New York.
Rodovia — ano XV — outubro, 1953 — n.º 164. Rio de Janeiro.
Catalogue 740 — Ships and the sea. 1954. London.
O Puritano — 25 de janeiro de 1954 — n.º 2.048. Rio de Janeiro.
Boletin de la Real Sociedad Geografica — tomo LXXXIX — números 10
a 12. octubre — diciembre de 1953. Madrid.
*Annual Report of the Librarian of Congress for the fiscal year ending june
30, 1953.* Washington.
Revista Brasileira de Geografia — janeiro-março de 1953 — n.º 1 — ano
XV — c/o índice dos anos I a X — 1939-1948. Rio de Janeiro.
Boletim Geográfico — janeiro-fevereiro de 1953 — n.º 112 — ano XI. Rio
de Janeiro.
Revista Meteorológica — ns. 44-45 — junio-diciembre 1953 — año XII. Rio
de Janeiro.
Revista del Museo e Instituto Arqueológico — n.º 15 — setiembre — 1953.
Perú.
A Polônia de Hoje — ano VIII — janeiro de 1954 — n.º 1. Rio de Janeiro.
Catalogue n.º 741 — 1954. London.
Revista do Professor — fevereiro, 1954 — n.º 19 — ano XII. São Paulo.
Brasil Açucareiro — ano XXI — vol. XLII — novembro, 1953 — n.º 5.
Rio de Janeiro.
Agronomia — janeiro-março-abril-junho de 1953 — ns. 1 e 2 — vol. 12.
Rio de Janeiro.

- Cultura Universitária XXXVIII-XXXIX* — julio a octubre, 1953 — ns. 38-39 Venezuela.
- Estudios Americanos* — vol. VI — n.º 27 — diciembre 1953. Sevilla.
- Correio de Uberlândia* — de 1 a 29 de novembro de 1953. Minas Gerais.
- Revista de História* — outubro-dezembro de 1953 — n.º 16 — ano IV. São Paulo.
- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — julho a dezembro, 1953 — números 47-48 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- América Indígena* — enero, 1954 — n.º 1 — vol. XIV. México.
- Boletín Indigenista* — diciembre, 1953 — n.º 4 — vol. XIII. México.
- Nação Brasileira* — ano XXXI — n.º 366 — fevereiro de 1954. Rio de Janeiro.
- Douro Litoral* — IX — quinta série. Porto.
- Triangulo* — año IV — n.º 5 — 20 de enero de 1954. La Habana.
- Bulletin of The New York Public Library* — february, 1954 — number 2 — volume 58. New York.
- Revista de Portugal* — n.º 122 — volume XIX — fevereiro, 1954. Lisboa.
- Revista do Serviço Público* — novembro e dezembro de 1953 — ns. 2 e 3 — vol. IV — ano XVI. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 6, 13, 18 e 27 de fevereiro e 1, 11, 13 e 18 de março de 1954. Minas Gerais.
- Noticias da Indonésia* — vol. I — n.º 2 — 5 de março de 1954. Rio de Janeiro.
- Notas e Informaciones Ciencias Sociales* — n.º 23 — vol. IV — octubre, 1953. Washington.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* — vols. I e III (1943-1944) — Belo Horizonte, 1945.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — numeros 160-161 — tomo XL — abril a junio e julio a septiembre de 1953. Caracas.
- Saúde* — março, 1954 — n.º 75 — ano VII. Rio de Janeiro.
- Life* — Books 1954. London.
- Bolettino Civico Instituto Colombiano* — ottobre-diciembre 1953 — n.º 4 — anno I. Genova.
- Anuário Acadêmico de 1954*. Lisboa.
- Rodovia* — novembro, 1953 — n.º 165 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Moçambique* — setembro, 1953 — n.º 75 — Lourenço Marques.
- Kriterion* — 25-26 — julho a dezembro de 1953. Minas Gerais.
- Archivos de Criminologia, neuro-psiquiatria y disciplinas conexas* — segunda época — vol. 1 — n.º 4 — octubre-diciembre 1953. Quito.
- Revista Brasileira de Estatística* — julho-setembro de 1953 — n.º 55 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Anuário Estatístico do Brasil* — 1953. I.B.G.E. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo* — dezembro, 1953 — n.º 6. Rio Grande do Sul.
- Revista do Serviço Público* — janeiro, 1954 — vol. I — n.º I — ano XVII. Rio de Janeiro.
- Endeavour* — enero, 1954 — n.º 49 — volumen XIII. Londres.
- Triangulo* — n.º 6 — año IV — 20 de febrero de 1954. La Habana.
- Brasil Constrói* — n.º II — ano V. Rio de Janeiro.
- Memória que el Diretor de la Biblioteca Nacional presenta al Sr. Ministro de Educación Publica*. 1953. Lima.
- Bulletin of the Geological Institution of the University of Upsala* — vol. XXXIV, Upsala 1949-1953.
- Newsweek* — march, 29 — 1954 — vol. XLIII — n.º 13 e april 5, 1954 — vol. XLIII — n.º 14. New York.
- Belgique Amerique Latine* — nouvelle serie n.º 101 — 25 février 1954. Bruxelles.

- Nação Brasileira* — março de 1954 — n.º 367 — ano XXXI. Rio de Janeiro.
- Lista Diplomática* — janeiro e fevereiro de 1954. Rio de Janeiro.
- Diário Oficial* — 19 de março de 1954 — n.º 11.778 — ano XXXVI — Aracaju — Sergipe.
- Da Índia Distante* — 1 de janeiro de 1954 — Boletim n.º 73. Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 25 de fevereiro de 1954 — n.º 2.050. Rio de Janeiro.
- América Indígena* — outubro, 1953, n.º 4 — vol. XIII. México.
- México en la IX Conferencia Internacional Americana* (Bogotá, 30 de marzo — 2 de mayo de 1948). México.
- Catalogo* — Das Deutsche Buch — heft 6 — 1953.
- Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis — 1951.
- The United States National Museum* — june 30, 1953. Washington.
- Rodovia* — dezembro, 1953 — n.º 166 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Revista Colombiana de Folklore* — junio, 1953 — n.º 2. Bogotá.
- Arquivos Brasileiro de Medicina Naval* — janeiro a março de 1954 — n.º 49 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — dezembro 1953 — n.º 6 — ano XXI — vol. XLII. Rio de Janeiro.
- Divulgaciones Etnológicas* — diciembre, 1953 — n.º 4 — vol. IV. Colombia.
- San Martin* — n.º 32 — octubre — noviembre — diciembre 1953. Buenos Aires.
- Przegląd Geograficzny* — tomo XXV — ns. 3 e 4. Warszawa 1953.
- Belgique Amerique Latine* — 20 mars 1954 — nouvelle serie n.º 102. Bruxelles.
- Bulletin of the New York Public Library* — march, 1954 — number 3 — vol. 58 — New York.
- The Catholic Historical Review* — number 4 — january, 1954 — vol. XXXIX. Washington.
- O Imparcial* — 28 de fevereiro e 4 de abril de 1954 — ns. 111 e 116 — ano III. Itaperuna.
- O Puritano* — 10 e 25 de março de 1954 — n.º 2.051-52 — ano LV. Rio de Janeiro.
- Acta final* — 28 de enero de 1952. Caracas.
- Bollettino Della Società Geografica Italiana* — série VIII — vol. VI — fasc. 4 — luglio — agosto 1953. Roma.
- Da Índia Distante* — Boletim n.º 78 — 1 de abril de 1954. Rio de Janeiro.
- Unesco* — L.B.A. 275 — 20 février 1954. Paris.
- Correio de Uberlândia* — 24 de março de 1954 — n.º 3.884 — ano XVII — Minas Gerais.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* — outubro a dezembro de 1953. Nova série — vol. XXV. Lisboa.
- Saúde* — abril, 1954 — n.º 76 — ano VII. Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE MAIO DE 1954

- Tydschrift Voor Indische Taal* — Land — En Volken — kunde-deel LXXXV — a flevring 2. Djakarta, 1952.
- O I.G.G. Instituto Geográfico Geológico* — ns. 1 e 2 — vol. VII — janeiro a junho de 1949. São Paulo.
- Arquivos do Serviço Florestal* — vol. 6 — 1952. Rio de Janeiro.

- Saúde* — maio de 1954 — n.º 77 — ano VII. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — Publishers circular and Booksellers record — n.º 4.572 — vol. 168 — february 1954. London.
- Contributions from the Museum of Paleontology* — vol. XI — ns. 34, 5 e 6 — july e november 1953. University of Michigan. Ann Arbor — Michigan.
- Instituto of Historical Research* — 1-8-52 a 31-7-53 — january, 1954. London.
- The Pacific World* — janeiro 1944. Washington.
- State Geological Survey* — n.º 69 e n.º 168 — 1953. Urbana, Illinois.
- The Geographical Review* — vol. XLIII — 1953. New York.
- Catálogo* — Publications périodiques, 1954. Paris.
- Carta de Informacion Hispanica* n.º 8 — 31 de enero de 1954. Madrid.
- Correio do Senac* — fevereiro e março de 1954. — ns. 132-133 — ano V. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — março e abril de 1954 — n.º 129 e 130 — ano XI. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — 1954 — Napoleon and the French Revolution. London.
- Boletim Cultural Mexicano* — febrero 1954 e diciembre 1953. Mexico.
- Boletim Informativo* — março 1954 — n.º 3 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo de las publicaciones recibidas* — julio-septiembre de 1953. Biblioteca Central Caracas.
- Saúde* — abril, 1954 — n.º 76 — ano VII. Rio de Janeiro.
- Noticiário das Nações Unidas* — fevereiro e março 1954 — ano 4 — ns. 2 e 3. Rio de Janeiro.
- O Sistema Interamericano*. Washington.
- Indice Historico Español* — abril-junio-octubre-diciembre de 1953 — n.º 4 vol. I. Barcelona.
- Catálogo* — oferta speciale n.º 119. Torino (Itália).
- Catalogo* — Brill's Weekly — february 14, 1954 — fasc. 307. Leiden.
- Gardening Book List* (Catalogo). London.
- Discurso* — pronunciado por el Secretario de Relaciones Exteriores y Culto — 30 de noviembre de 1953. Ciudad Trujillo. R.D.
- Catalogo* 1949-1953. Madrid.
- Belas Artes* — n.º 6 — segunda série, 1953. Lisboa.
- Gaceta Médica de México* — julio-agosto de 1953 — n.º 4 — tomo LXXXIII — México.
- Revista Nacional* — tomo LIX — año XVI — agosto de 1953 — n.º 176. Uruguay.
- Nação Brasileira* — ano XXXI — n.º 368 — abril de 1954. Rio de Janeiro.
- Américas* — vol. VI — n.º 4 — abril de 1954. São Paulo.
- Revista Senac* — n.º 5 — janeiro de 1954 — Rio de Janeiro.
- Catalogo* 1949-1953. Madrid.
- Revista Shell* — n.º 66. Rio de Janeiro.
- Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* — ns. 9 e 10 — 1945-46. Rio de Janeiro.
- Das Deutsche buch* — hef 1-1954. Frankfurt.
- Noticiário das Nações Unidas* — março 1954 — n.º 3 e 4. Rio de Janeiro.
- Fundacion Vicente Lecuna* — Acta constitutiva y estatutos. Caracas, 1954.
- Revista de Portugal* — março de 1954 — n.º 123 — vol. XIX. Lisboa.
- Revista Brasileira de Estatística* — outubro-dezembro de 1953 — n.º 56 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- The Geographical Review* — april, 1954 — number 2 — volume XLIV. New York.
- O Puritano* — 10 de abril de 1954 — n.º 2.053 — ano LV. Rio de Janeiro.

- Bollettino della Società Geografica Italiana* — vol. VI — serie VIII — fascicolo n.º 4 — luglio-agosto 1953. Roma.
- Correio de Uberlândia* — abril 26 de 1954 — ano XXII. Minas Gerais.
- Acción Indigenista* — n.º 6 — diciembre de 1953. México.
- Reporter das Nações Unidas* — março de 1954 — ano I — n.º 1. Rio de Janeiro.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — 31 de dezembro de 1953 — n.º 4 — vol. 25. Rio de Janeiro.
- Newsweek* — may 10, 1954. New York.
- Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística* — enero-junio de 1953 — ns. 1-3 — tomo LXXV. Mexico.
- Notícias da Indonésia* — 5 de maio de 1954 — vol. I — n.º 4. Rio de Janeiro.
- Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nas estações da Província* — setembro e outubro de 1953 — ns. 9 e 10 — ano XX. Lourenço Marques.
- A Polônia de hoje* — fevereiro e março de 1954 — ns. 2 e 3 — ano VIII. Rio de Janeiro.
- Bulletin of the New York Public Library* — april, 1954 — n.º 4 — vol. 58. New York.
- Notas e Informaciones Ciencias Sociales* — diciembre de 1953 — n.º 24 — volumen IV. Washington.
- Revue de l'Institut de Demophilocratie pour La Paix Universelle* — année VII — n.º 1 — avril 1954. Paris.
- Katalog 1* — Antiquariats — Allemagne.
- Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense* — janeiro-junho de 1953 — fascs. 1-2 — vol. VI. Curitiba.
- O Puritano* — 25 de abril de 1954 — n.º 2.054 — ano LV. Rio de Janeiro.
- The United States Quarterly Book Review* — september, 1953 — number 3 — volume 9. New York.
- The Geographical Journal* — march 1954 — vol. CXX — part. I. London.
- Correio de Uberlândia* — março de 1 a 31 de abril de 1 a 29 — Minas Gerais.
- Rodovia* — janeiro, 1954 — n.º 167 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Temas Economicos* — noviembre y diciembre 1953 — n.º 35 y 36 — año III — Caracas.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE JUNHO DE 1954

- Revista do Instituto do Ceará* — tomo LXV — ano LXV. 1951. Ceará.
- Américas* — maio 1954 — vol. VI — n.º 5. São Paulo.
- Temas Economicos* — enero y febrero de 1954 — ns. 37-38 — año IV. Caracas.
- Lista Diplomática* — abril de 1954.
- Brasil Açucareiro* — ano XXII — vol. XLIII — janeiro e fevereiro, 1954 — ns. 1 e 2. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — les moissons de l'esprit — 1954 — France.
- Belgique Amerique Latine* — nouvelle serie n.º 103 — 20 avril 1954. Bruxelles.
- Revista Du Pont* — fevereiro-março de 1954 — n.º 1 — vol. III. Delaware.
- Engenharia* — ano XII — vol. XII — dezembro de 1953 — n.º 136. São Paulo.

- Boletín de Historia y Antigüedades* — diciembre de 1952 — n.º 458 — vol. XXXIX — abril a junio — julio a septiembre e octubre de 1953 — ns. 462 a 468 — vol. XL. Bogotá.
- Revista Nacional* — setiembre-outubro de 1953 — ns. 177-178 — ano XVI, tomos LIX-LX. Montevideo.
- Revue pour l'Étude des Calamités* — tome XIII — janvier 1952 — décembre 1953 — ns. 30-31. Genève.
- Censo Demográfico* (1 de julho de 1950) — VI Recenseamento Geral do Brasil). Rio de Janeiro.
- Acta Agronomica* — 1954 — vol. IV — n.º 1 — enero. Colombia.
- O Puritano* — 10 de maio de 1954. — n.º 2.055 — ano LV. Rio de Janeiro.
- The Americas* — april, 1954 — number 4 — vol. X. Washington.
- Boletín Indigenista* — marzo, 1954 — n.º 1 — vol. XIV. México, D.F.
- América Indígena* — abril, 1954 — n.º 2 — vol. XIV. Mexico.
- Índice do Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — ns. 101 a 147 — 1953. Rio de Janeiro.
- Triângulo* — 20 de abril e 20 de março de 1954 — ns. 7 e 8 — año IV, Cuba.
- Boletim informativo da comissão do IV Centenário* — janeiro 1954 — n.º 9. São Paulo.
- Katalog 53* — Geographie — Geologie. Wurzburg 2.
- Da Índia Distante* — 1 de maio de 1954 — n.º 80. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — offerta speciale n.º 124 — Torino (Itália).
- Boletim Bibliográfico* n.º 73 — ano IX — 1953. Madrid.
- Correio de Uberlândia* — 6 e 10 de maio de 1954 — ns. 3.923-3.925 — ano XVII. Minas Gerais.
- Unesco* — L.B.A. — List 271 — february, 1954. Paris.
- Boletín de la Unesco para las Bibliotecas* — vol. VIII — n.º 4 — abril, 1954. Cuba.
- Boletín Cultural Mexicano* — febrero, 1954. Mexico.
- Catalogue* — New Books in the Social Sciences — 1953-54 — New York.
- Correio do Senac* — abril, 1954 — n.º 134 — ano V. Rio de Janeiro.
- Boletim Sociedade de Geografia de Lisboa* — abril a junho de 1952 — 70ª série — ns. 4 a 6. Lisboa.
- Catálogo* 1949-1953. Madrid.
- Seara Nova* — número de homenagem à Jaime Cortesão — 27 de dezembro de 1952 — ns. 1266-69. Lisboa.
- Notas e Informaciones Ciencias Sociales* — febrero, 1954 — n.º 25 — vol. V c/1 suplemento. Washington.
- Revista Nacional* — tomo LX — año XVI — noviembre de 1953 — n.º 179. Montevideo — Uruguay.
- Catalogo* — New Books Macmillan — january-june 1954. New York.
- A Polônia de Hoje* — abril de 1954 — n.º 4 — ano VIII. Rio de Janeiro.
- Bulletin de l'Institut Français d'Afrique noire* — avril 1954 — n.º 2 — tome XVI. Dakar-Ifan.
- Boletim de Informação* — janeiro-fevereiro-março 1954. Rio de Janeiro.
- Nação Brasileira* — maio de 1954 — n.º 369 — ano XXXI. Rio de Janeiro.
- Revista Interamericana de Bibliografía* — setembro-december de 1953 — n.º 3 — vol. III. Washington.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — tomo XXV — n.º 1 — enero-febrero-marzo de 1954. Mexico.
- Rodriguésia* — ano XV — n.º 27 — dezembro de 1952. Rio de Janeiro.
- Divulgaciones Etnológicas* — vol. III — n.º 4 — diciembre de 1953. Colombia.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — maio de 1954 — n.º 131 — ano XI. Rio de Janeiro.

- Newsweek* — may, 24 — june, 7 — 1954 — vol. XLIII — ns. 21-23. New York.
- Boletín de la Unesco para las Bibliotecas* — vol. VIII — ns. 5-6 — mayo-junio 1954. La Habana — Cuba.
- Geologia e Metalurgia* — n.º 10 — 1953. São Paulo.
- Boletín del Instituto de Antropologia* — novembre 1953 — n.º 1 — vol. I. Medellin-Colômbia.
- Boletim mensal do Serviço Federal de Bioestatística* — n.º 5 — novembro 1953 — ano XIII. Rio de Janeiro.
- Bulletin of the New York Public Library* — may 1954 — n.º 5 — vol. 58. New York.
- Boletim Linotípico* — n.º 81 — 1954. New York.
- Estatística Industrial* — 1951. — Lourenço Marques.
- Indústria Britânica* — tomo 22 — n.º 126 — maio 1954. Inglaterra.
- Correio do Senac* — ano V — n.º 134 — abril e n.º 136 — junho de 1954. Rio de Janeiro.
- Catalogue de Livres Rares imprimés et manuscrits, anciens et modernes, sur les sujets les plus variés*. 1954. Paris.
- Catalogue n.º 742* — 1954 (Books and Prints). England.
- Sul América* — outubro-dezembro 1953 — n.º 134 — ano XXXIV. Rio de Janeiro.
- Saúde* — junho, 1954 — n.º 78 — ano VII. Rio de Janeiro.
- Estudios Americanos* — abril 1954 — vol. VII — n.º 31. Sevilla.
- The Catholic Historical Review* — n.º 1 — vol. XL. Washington.
- Correio de Uberlândia* — mês de novembro de 1953 — fevereiro e março de 1954. Minas Gerais.
- A Catalogue of Books on Military History* — n.º 743 — 1954. London.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* — vol. LI. São Paulo.
- Lista Diplomática* — abril de 1954.
- Anales* — 61-62-63-64 — enero-junio-julio-diciembre 1952 — vol. XVII. Ciudad Trujillo (Rep. Dominicana).
- Calendario para el año academico 1953-1954* — vol. XCII. Trujillo.
- Brasil Açucareiro* — março 1954 — n.º 3 — ano XXII — vol. XLIII. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — fevereiro, 1954 — n.º 168 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Biblioteca* — febrero 1954 — n.º 2 — año I. Venezuela.
- Anais da Faculdade de Ciências do Porto* — vol. XXXVI — ns. 1-3-4. Porto.
- Revista do Clube de Engenharia* — abril de 1954 — n.º 212. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico* — 1.º semestre de 1955. Rio de Janeiro.

LISTA DE DOAÇÃO DAS OBRAS DA COLEÇÃO AFONSO COSTA

(Junho)

- Actas e Pareceres do Congresso da Instrução do Rio de Janeiro* — Tipografia Nacional — Rio de Janeiro, 1884.
- Anais — IX Congresso Brasileiro de Geografia* — vol. III — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro, 1944.
- Alguns Estudos Brasileiros (1ª série)* — Nelson de Senna — Imp. Oficial do Estado — Belo Horizonte, 1937.
- Album da Imprensa da Bahia* — Tip. Baiana — Bahia, 1908.

- Árvore Literária* — Albino Esteves — Rio de Janeiro, 1941.
- Álbum da Colônia Sírio Libanesa no Brasil* — Salomão Jorge — Sociedade Impr. Brasil — São Paulo, 1948.
- Actes et Discours* — M. Rui Barbosa — W. P. Vanstockum et Fils — La Haye, 1907.
- Achêgas a um Dicionário de Pseudonyms* — Tancredo de Barros Paiva — J. Leite & Cia. — Rio de Janeiro, 1929.
- Auto de Nossa Senhora da Vitória* — peça em 2 atos — Nilo Bruzzi — Vitória, 1951.
- Anais do Cinquentenário* — 1891-1941 — Imprensa Glória — Bahia, 1945.
- Alocuções* — Rogério Coelho — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1946.
- El Arte* (Conferência) — Cecilio Báez — Talleres Nacionales de H. Kraus. Asunción, 1913.
- Antologia Poética* — Alfonsina Storni — Espasa C. A. Mexico, 1940.
- La America Barbara* — E. Rodriguez Mendoza — Edit. Ercilla — Chile, 1937.
- A Academia Piauiense de Letras* — João Pinheiro — Tip. Popular — Teresina, 1940.
- As Artes Plásticas no Brasil* — Carlos Rubens — Comp. Melhoramentos — São Paulo, 1935.
- Círculo Folclórico Luso Brasileiro do Liceu Literário Português* — Gráfica Laemmert — Rio de Janeiro, 1951.
- Antologia de Costumbristas Venezolanos del Siglo XIX* — Direccion de Cultura — Caracas, 1930.
- O Acendedor de Lampêões* — Povina Cavalcanti — Edit. J. R. dos Santos — Rio de Janeiro, 1923.
- Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas* — Anísio Jobim — Tipografia Fenix — Manaus — 1950.
- Asas e Patas* — Paulo Silveira — Benjamin Costallat — Rio de Janeiro s.d.
- Arame Farpado* — Gondim da Fonseca — A. Coelho Branco F.º — Rio de Janeiro, 1934.
- Arco da Aliança* — Raimundo Reis — São Paulo — 1915.
- Asas Libertas* — Raul Machado — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1950.
- Através dos Folk-Lores* — Gustavo Barroso — Comp. Melhoramentos — São Paulo, 1927.
- Afirmções* — Jackson Figueiredo — Tipografia Anuário do Brasil — Rio de Janeiro — s.d.
- Los Raros* — Ruben Dario — Libreria Espanhola — Paris, 1905.
- Alguns Homens do Meu Tempo* — Maria Amália Vaz de Carvalho — Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa — 1889.
- Arte de Ler* — Émile Faquet — Livraria Francisco Alves — Rio de Janeiro.
- Antônio Carlos Gomes* — Luís Felipe Vieira Souto — Tipografia do Jornal do Comércio — Rio de Janeiro, 1936.
- Alceu Wamosy* (Senarata de «Estudos e Conferências») — Valdemar de Vasconcelos — Rio de Janeiro, 1940.
- Antologia Amazônica* — J. Eustachio de Azevedo — Livraria Carioca — Belém — 1918.
- Antônio Nobre* — Visconde de Vila-Moura — Renascença Portuguesa — Porto, 1915.
- Assuntos Insulanos* — Osvaldo R. Cabral — Imprensa Oficial — Florianópolis — 1948.
- Águas Barrentas* — Dermeval Caffé — Casa Gráfica — Rio de Janeiro, 1928.
- Arco da Aliança* — Raimundo Reis — São Paulo, 1915.
- Alvares de Azevedo* — Homero Pires — Industrial Gráfica — Rio de Janeiro, 1931.

- Aparências e Realidades* — Gilberto Amado — Monteiro Lobato & Cia. — São Paulo — 1922.
- A Academia de Letras na Intimidade* — Francisco Galvão — Editora A Noite — Rio de Janeiro, 1937.
- A Arte de Escrever* — Xavier Marques — Francisco Alves & Cia. — Rio de Janeiro, 1913.
- Alma Contemporânea* — Sud Mennucci — Cultura Brasileira — São Paulo, 1930.
- Contemporâneos* — Gonzaga Duque — Tipografia Benedito de Sousa — Rio de Janeiro, 1929.
- A Lâmpada Azul do Sonho...* — Raul Machado — Editora Universal — Rio de Janeiro, 1946.
- Amor* — Verlaine — Editora Mundo Latino — Madrid — 1923.
- Casa de Bel-hior* — Viriato Correia — Civilização Brasileira — Rio de Janeiro, 1936.
- Crucificações* — Ernani de Cunto — Livraria d'O Globo — Pôrto Alegre, 1941.
- O Caminho da Felicidade* — Victor Pauchet — Editora Nacional — São Paulo, 1931.
- Contos que a vida contou...* — J. A. dos Santos Araújo — Editora A Noite — Rio de Janeiro, 1950.
- Através da Europa* — Garcia Redondo — s.d.
- Coisas d'Agora* — Maria Amélia Vaz de Carvalho — Parceria A. M. Pereira — Lisboa, 1912.
- Czardas* — Jonas da Silva — Livraria Acadêmica — Manaus, 1923.
- Cruz e Espada* — Luis Felipe Vieira Souto — Tipografia do *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1936.
- A Cinza do Purgatório* — Otto Maria Carpeaux — C.E.B. — Rio de Janeiro, 1942.
- As Colunas do Templo* — Gustavo Barroso — Civilização Brasileira — Rio de Janeiro, 1932.
- Cadernos* — ns. de 1 a 19 — Academia Carioca de Letras — Rio de Janeiro, 1952.
- Cartas de Camilo Castelo Branco* — c/prefácio — M. Cardoso Martha — H. Antunes — Rio de Janeiro, 1923.
- Contribuindo* — Martim Francisco — Monteiro Lobato & Cia. — São Paulo — 1921.
- El Crimen de Lord Arturo Savile* — Oscar Wilde — Biblioteca Nueva — Madrid.
- Classicos Esquecidos* — Solidônio Leite — J. Ribeiro dos Santos — Rio de Janeiro, 1914.
- Crônicas* — *Anacrônicas...* 1ª e 2ª séries — Otávio Aires — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1942.
- A Conquista do Pão* — Pedro Kropotkine — Livraria João do Rio — Rio de Janeiro, 1926.
- A Correspondência de Fradique Mendes* — Eça de Queiroz — Livraria Chardron — Pôrto — 1909.
- A Chave da Crase* — Almeida Rocha — Irmãos Pongetti — Rio de Janeiro — 1945.
- Calouro!* — Phocion Serpa — Editor Echmidt — Rio de Janeiro, 1935.
- Babel* — Mário Rodrigues — Monteiro Lobato — Rio de Janeiro, 1923.
- Brutos Titãs* — Altamirando Requião — Monteiro Lobato — São Paulo — s.d.
- A Bandeira de 22 e a de 89* — F. Pereira Lessa — Gráfica Sauer — Rio de Janeiro — 1935.

- Batista Cepelos* — Melo Nóbrega — Mandarinino & Molinari — Rio de Janeiro. 1937.
- Bôlhas de Espuma* — João Pinto da Silva — Livraria d'O Globo — Rio Grande do Sul — 1920.
- O Baluarte* — Altamirando Requião — Oficina Dois Mundos — Bahia, 1940.
- Breviário Cívico* — Coelho Neto — Editora O Norte — Rio de Janeiro, 1921.
- Bandeiras e Emblemas das Misericórdias* — Ernesto de Sousa Campos — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1948.
- Bernardo Guimarães* — Basílio de Magalhães — Anuário do Brasil — Rio de Janeiro, 1926.
- L'Art au point du vue sociologique* (sixième édition) — M. Guyau — Félix Alcan, Editeur — Paris — 1903.
- A Batalha do Monte das Tabocas* — Cel. J.^o Batista Magalhães — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1946.
- Bibliografia Musical Brasileira (1820-1950)* — Luís Heitor Correia de Azevedo — São Paulo — Rio de Janeiro, 1952.
- Bandeirantes no Sul do Brasil* — Olinto Sanmartin — Editora A Nação — Pôrto Alegre — 1949.
- Basílio da Gama* (Conferência do Sr.) — Arnaldo Nunes — Gráfica Millone Ltda. — Rio de Janeiro, 1942.
- A Balaiada* — Viriato Correia — Editora Nacional — São Paulo — s.d.
- Bahú Velho* — Viriato Correia — Editora Nacional — São Paulo — 1927.
- Brasil* — Prado Ribeiro — 1933.
- Basílio de Magalhães* — Tancredo de Barros Paiva — Livraria Martins — Rio de Janeiro — 1930.
- Bibliografia de Joaquim Nabuco* — Osvaldo Melo Braga — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1952.
- La Biblia de Amiens* — John Ruskin — Sociedad Editorial — Valência — s.d.
- Recenseamento do Brasil* — vol. I — Tipografia de Estatística — Rio de Janeiro — 1922.
- As Modernas Correntes Estéticas na Literatura Brasileira* — Elisio de Carvalho — H. Garnier — Rio de Janeiro — 1907.
- Coisas do Tempo* — Tristão da Cunha — Anuário do Brasil — Rio de Janeiro — 1909.
- Cuando las hojas caen...* — Miguel Rasch Isla — Editorial de Cromos — Bogotá — 1923.
- Crônicas Contemporâneas* — Mateus de Albuquerque — Tipografia Leuzinger — Rio de Janeiro, 1913.
- Contos e Crônicas* — Felício Terra — Leite Ribeiro & Maurilo Ltda. — Rio de Janeiro — 1919.
- Problemas de Direito Internacional* (Conferência) — Rui Barbosa — Jas. Truscott & Son — Londres — 1916.
- Caducêo* — Luís Felipe Vieira Souto — Tipografia Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1936.
- Cérebros e Corações* — Maria Amália Vaz de Carvalho — Livraria Editora — Lisboa — 1903.
- O Caboclo* — Avelina Foscolo — Impr. Oficial — Belo Horizonte — 1902.
- Consideraciones Sobre el Momento Actual de la Música Autóctona* (Conferência) — Professor Félix Scolati Almeyda — Imp. Argentina — 1943.
- Curiosidades Verbaes* — João Ribeiro — Melhoramentos — São Paulo.
- Crítica* — 1^a, 2^a e 3^a séries — Humberto de Campos — Marisa — Rio de Janeiro — 1933.
- Crônica dos Livros* — Tostes Malta — A Noite — Rio de Janeiro — 1932.
- Cartas de Inglaterra* — Eça de Queiroz — Livraria Chardron — Pôrto — 1907.

- Cartas de um Chinês* — Simão de Mantua — Monteiro Lobato — São Paulo — 1923.
- Contos do Sertão* — Viriato Correia — Livraria Garnier — Rio de Janeiro.
- Cartas Familiares e Bilhetes de Paris* — Eça de Queiroz — Livraria Chardron — Porto — 1907.
- Cartas à gente nova* — Victor Nestor — Anuário Brasil — Rio de Janeiro — 1924.
- A Cigana* — Editora Mendes da Gama e Abreu — Editora Minerva — Rio de Janeiro — 1949.
- O Culto da Incompetência* — Émile Faguet — Francisco Alves — Rio de Janeiro.
- Colectanea Literária* — Rui Barbosa — Editora Nacional — São Paulo — 1868-1922.
- Carlota Joaquina* (Comédia em 3 atos) — R. Magalhães Júnior — Serviço Gráfica M. E. Saúde — Rio de Janeiro.
- Uma Campanha Política* — Rui Barbosa — Saraiva & Cia. — São Paulo — 1932.
- Crônicas e Ensaios* — Alcides Maia — Livraria d'O Globo — Porto Alegre, 1918.
- Nouveaux Essais De Critique et D'Histoire* — H. Tain-Librarie Hachette — Paris — 1909.
- O Cobre Partido* — Nilo Bruzzi — Editora Aurora — Rio de Janeiro — 1951.
- A Crítica Científica* — Emílio Hannequim — Tipografia F. Luis Gonçalves — Lisboa — 1910.
- O Contratador de Diamantes* — Afonso Arinos — Francisco Alves — Rio de Janeiro — 1917.
- Caramuru* (poema épico) — Fr. José de Sta. Rita Durão — Livraria dos Dois Mundos — 1887.
- El Castellano Contemporâneo* — Candido Jucá Filho — Editora Panamericana S.A. — Rio de Janeiro — 1944.
- Aturá de Ritmos* — Alves de Meneses — Livraria Coelho Branco — Rio de Janeiro — 1943.
- Chanaan* — Graça Aranha — H. Garnier — Rio de Janeiro.
- Conferências* — 1914-1915 — Tipografia Levi — São Paulo — 1916.
- Cachoeira do Inferno* — Phocion Serpa — Tipografia da Rev. Lit. A Aurora — Rio de Janeiro, 1928.
- A Crítica de Ontem* — Nestor Vitor — Leite Ribeiro & Maurilo — Rio de Janeiro — 1919.
- Os Caracteres Humanos* — Paulo Mantegazza — Viúva Tavares Cardoso — Lisboa — 1904.
- Cartas de Algures* — Santo Thyrsó — Editora Portugalia — Lisboa.
- A Campanha Abolicionista* (1879-1888) — Evaristo de Moraes — Leite Ribeiro — 1924.
- Conferências* — Batista Pereira — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.
- Casa Grande & Senzala* — Gilberto Freyre.
- Caminhos de Redenção* — Eloivaldo Chagas de Oliveira — Imprensa Oficial — Bahia — 1952.
- A Chimera da Língua Brasileira* — João Leda — Imprensa Pública — Manaus — 1939.
- Conferências* — 1912-1913 de vários (S. C. Artística) — Of. Cardoso Fº & Cia. — São Paulo — 1914.
- A Cadeia Velha* — José Vieira — Editor Jacinto Silva — Rio de Janeiro.
- Como vivem os homens que governaram o Brasil* — João Lima — Tipografia Batista de Sousa — Rio de Janeiro.

- Cultura Feminina Uruguia* — Alejandro Andrade Coelho — Gráfica Ministério da Educação — Quito — Ecuador — 1943.
- Crucifixion de Luz* (Poema) — Gaston Figueira — Gráfica Gaceta Comercial — Montevideo — 1943.
- Celpe e Castigo de um Magistrado* — A. Pires e Albuquerque — 1934.
- Catálogo Genealógico das principais famílias* — Fr. Antônio de S.M. Ja-boatão — Instituto Genealógico — Bahia — 1945.
- A Crítica Literária como Sciencia* — Fidelino de Figueiredo — Livraria Clássica Editora — Lisboa — 1914.
- Centenário do Combate dos Afogados*. Dados biográficos do Brigadeiro General Fco. de Lima e Silva — Gráfica Arquivo Nacional — Rio de Janeiro — 1924.
- A Classificação Decimal Universal* — Heloisa Cabral Werneck — Seção de Publicidade — Rio de Janeiro — 1938.
- A Classificação Decimal Universal* — Dr. Jango Fischer — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1937.
- Carvalhos e Roseiras* — Humberto de Campos — Leite Ribeiro — Rio de Janeiro — 1923.
- Discursos e Conferências nos Estados Unidos* — Joaquim Nabuco — Joaquim Aquila — Rio de Janeiro — 1911.
- Dicionários de Termos Gráficos* — Artur Arezio — Imprensa Oficial — Bahia — 1936.
- Definição do modernismo brasileiro* — Tasso da Silveira — Edições Forja — Rio de Janeiro — 1932.
- Os Dramas da Escravidão* — E. Salgari — João R. Torres & Cia. — Lisboa.
- Divina Réplica* — Eloyvaldo Chagas de Oliveira — Imprensa Oficial — Bahia — 1950.
- Dois notáveis engenheiros: Pereira Passos* — Vieira Souto — Adolfo Morales de los Rios Filho — Editora A Noite — Rio de Janeiro — 1951.
- Dois Gênios Brasileiros* — Othon Costa — Tipografia Coelho — Rio de Janeiro — 1931.
- D aqui e de Longe...* — Artur Neiva — Comp. Melhoramentos — São Paulo — 1923.
- Dentro da História* — Mário Melo — Editora Nacional — Recife — 1931.
- Divino Inferno* — Rodolpho Machado — Benjamin Costallat — Rio de Janeiro — 1924.
- Língua Portuguesa* (Dificuldades da) — M. Said Ali — Laemert & Cia. — Rio de Janeiro — 1908.
- Dois Centenários* — Mário Vilalva — s/edit. — Rio de Janeiro — 1936.
- Devaneios* — Ana Autran — Imprensa Econômica — Bahia — 1877.
- Descartes* — Época, Vida e Obra — Ivan Lins — Emiel Editora — Rio de Janeiro — 1940.
- La Destrucción de América por los Bárbaros Escritas* — R. Rodriguez Gavilan — Gráfica Bonaerense — Buenos Aires — 1937.
- De Profundis* (in carcere et vinculis) — Oscar Wilde — Edições Brasil — São Paulo — 1933.
- Discursos* — Nereu Ramos — Imprensa Oficial — Florianópolis — 1943.
- De Evolução do Município no Brasil* — Deolindo Amorim.
- Dois Ensaios* — Castilhos Goycochêa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1949.
- Da fundação das Universidades do ensino na Colônia* — Dr. Júlio César de Faria — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1952.
- Dinamene* (44 poesias de) Luis de Camões — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1926.

- Do Recôncavo dos Guararapes* — Major Antônio de Sousa Júnior — Gráfica Laemert, Ltda. — Rio de Janeiro — 1943.
- Teatro Português* (Dicionário do) Sousa Bastos — Impr. Libânio da Silva — Lisboa — 1908.
- Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* — Antônio Soares — Imprensa Oficial — Natal — 1930.
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal* — Atas da Câmara — 3.º — 4.º — 5.º e 6.º volumes — Prefeitura do Município — Salvador — Bahia.
- Registro das Marcas* — Prefeitura do Município — Salvador — Bahia.
- O Espírito Ibero-Americano* — Saul de Navarro — Libreria Española — Rio de Janeiro — 1928.
- Encontro com Mansfield* — Arruda Dantas — Gráfica Cruzeiro do Sul — São Paulo — 1946.
- A Igreja Silenciosa* — Tasso da Silveira — Anuário do Brasil — Rio de Janeiro — 1912.
- Estátuas mutiladas* — Agripino Grieco — Benjamin de Aguilá — Rio de Janeiro.
- Estudos Críticos* — José Maria Belo — Jacinto Ribeiro dos Santos — Rio de Janeiro — 1917.
- Ensaio* — Fernando de Azevedo — Comp. Melhoramentos — São Paulo — 1929.
- Centenário do Nascimento de (1839-1939) Machado de Assis* — Serviço Gráf. M.E.S. — Rio de Janeiro — 1939.
- Esfinges* (versos) — Francisca Júlia — Monteiro Lobato & Cia. — Edit. São Paulo — 1903.
- Estudos* — 1ª e 2ª séries — Tristão de Ataíde — Editora Terra de Sol — Rio de Janeiro — 1927.
- Efemérides Brasileiras* — Barão do Rio Branco — Rio de Janeiro.
- Escola da Calúnia* — Rui Barbosa — Editora Americana — Rio de Janeiro — 1931.
- O Espelho de Ariel* — Ronald de Carvalho — Álvaro Pinto Editor — Rio de Janeiro — 1923.
- Em Defesa da Linguagem* — Otaviano Caldas — Gráfica Queiroz Breyner — Belo Horizonte — 1937.
- Estudos 5ª série* — Alceu Amoroso Lima — Civilização Brasileira — Rio de Janeiro — 1933.
- O Espírito Militar na Questão Acreana* (Ensaio) — Castilhos Goycochêa — Gráfica Laemert Ltda. — Rio de Janeiro — 1941.
- En pos de Eça de Queiroz* — Antônio y Bucich — Buenos Aires — 1939.
- Emoção poema* — Osório Dutra — Pongetti — Rio de Janeiro — 1945.
- Estadistas do Império* — 1ª série — Osvaldo Orico — Marisa Editora — Rio de Janeiro — 1933.
- Efemérides Navais ou Resumo dos fatos mais importantes da História Naval Brasileira* — José E. Garcez Palha — Tipografia Gazeta de Notícias — Rio de Janeiro — 1891.
- Europa, 1949 — Europa, 1951* — Carlos da Silva Araújo — Editora A Noite — Rio de Janeiro — 1952.
- Estudos Brasileiros* — Ronald de Carvalho — Anuário do Brasil — Rio de Janeiro — 1924.
- Ensaio de História e Crítica* — J. G. de Araújo Jorge — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1926.
- Estátuas Mutiladas* — Agripino Grieco — Editora Benjamin de Aguilá — Rio de Janeiro — 1913.
- Estrelas Cadentes* — Luís Felipe Vieira Souto — Tipografia Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1936.

- Ensaíos* — Fábio Luz — Tipografia São Benedito — Rio de Janeiro — 1930.
Em louvor do Paraná — Francisco Leite Serpa — Artes Gráficas — Rio de Janeiro — 1953.
A Evolução Religiosa de Joaquim Nabuco IX — Alceu Amoroso Lima — Serviço de Publicações — Rio de Janeiro — 1949.
O Ensino Público em Aracaju — 1830-1871 — vol. VII — José Calazans — Col. Estudos Sergipanos — Aracaju — 1951.
Érros e Crimes do Comunismo — Barreto Campelo — Editora Tradição — Recife — 1945.
Esencia y Existencia del Ser y de la Nada — Andres Avelino — Editora Montalvo — Ciudad Trujillo — 1942.
Conselheiro Franklin Doria (Estadistas e Parlamentares) — Timon — G. Leuzinger — Rio de Janeiro — 1885.
Discurso de Paraninfo — Nereu Ramos — Imprensa Oficial — Santa Catarina — 1943.
Amor de Perdição — Camilo Castelo Branco — Livraria Magalhães — São Paulo — 1915.
O Colégio Pedro II nos últimos dez anos (1927-1937) — Otacílio A. Pereira — Rio de Janeiro — 1927.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

TRIMESTRE	1954			
	Abril	Maió	Junho	Total
Obras oferecidas	37	15	219	271
Revistas nacionais e estrangeiras	87	60	78	225
Catálogos recebidos	2	9	8	19
Documentos recebidos	—	6	4	10
Jornais recebidos	44	37	8	89
Mapas recebidos	2	—	2	4
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	4.168	2.766	3.875	10.809
<i>Museu</i>				
Visitantes	37	35	39	111
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Consultas :				
— Obras	4.222	6.994	6.713	17.929
— Jornais	1.635	4.248	3.720	9.603
— Mapas	1.228	1.572	2.260	5.060
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos	127	89	176	392
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	352	237	321	910

ÍNDICE

I — TRABALHOS ORIGINAIS

1. *A população de São Paulo, em 1766 e 1772.* José Antônio Soares de Souza 3
2. *Cartografia Acreana* (Peru, Bolivia, Amazonas) — José Moreira Brandão Castelo Branco 16
3. *Vida e obra de Varnhagen* — Clado Ribeiro de Lessa 82
4. *A civilização, a Guerra, e os Chefes Militares* — Coronel J. B. Magalhães 298

II — CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO

5. *Asclépio e o Pan-Americanismo* — Professor Ivolino de Vasconcellos 425

III — TRANSCRIÇÃO

6. *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil* — Afonso de E. Taunay 447

IV — CRÍTICA DE LIVROS 454

V — NOTICIÁRIO 456

VI — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS 458

VII — ESTATÍSTICA 474

